

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANACLETO ZANELLA

A AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE DO RIO
GRANDE DO SUL - REGIÃO DA AMAU (1950-2021):
POTENCIALIDADES E LIMITES DE SEU
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Passo Fundo

2022

ANACLETO ZANELLA

A AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE DO RIO
GRANDE DO SUL - REGIÃO DA AMAU (1950-2021):
POTENCIALIDADES E LIMITES DE SEU
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2022

CIP – Catalogação na Publicação

Z28a Zanella, Anacleto

A agricultura familiar no norte do Rio Grande do Sul –
região da AMAU (1950-2021) : potencialidades e limites de
seu desenvolvimento sustentável / Anacleto Zanella. – 2022.
502 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo
Fundo, 2022.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Agenda 2030. 4. Associação dos Municípios do Alto
Uruguai. I. Tedesco, João Carlos, orientador. II. Título.

CDU: 631.1(816.5)

ANACLETO ZANELLA

A AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE DO RIO
GRANDE DO SUL - REGIÃO DA AMAU (1950-2021):
POTENCIALIDADES E LIMITES DE SEU
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto (UFSM)



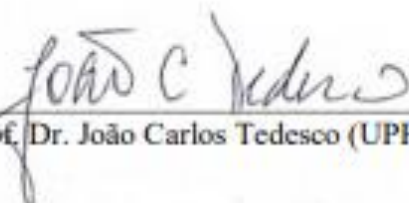
Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti (UFFS)



Profa. Dra. Ironita Policarpo Machado (UPF)



Prof. Dr. Marcos Gerhardt (UPF)



Prof. Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

AGRADECIMENTO

Aos meus Pais, Danilo e Maria Granzotto Zanella, pela vida e pelo apoio incondicional e diário, os quais foram Agricultores Familiares por mais de 40 anos, no interior do município de São Valentim, RS.

Agradeço à minha esposa e ao meu filho, Cristiana Paula Giroto e Cassiano Giroto Zanella, por serem parceiros da vida e dessa jornada, todos os dias.

Ao meu irmão, Aclecio Zanella – e, em nome dele, todos os familiares e amigos pelo apoio e pelo incentivo recebido sempre.

À UPF, pelo acolhimento e pela bolsa que possibilitou a realização deste doutorado; aos seus Professores, à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História e à equipe de apoio administrativo, pelo conhecimento compartilhado, pelo apoio e assessoramento técnico.

Ao Prof. João Carlos Tedesco por suas orientações, pelas indicações de leituras, pelas correções, pela amizade e pela compreensão: imensa gratidão.

Aos Professores que participaram de minha qualificação e defesa da Tese, pela paciência em ler um trabalho longo e pelas contribuições críticas e generosas.

À Direção do SutraF/AU, da Fetraf/RS, dos Movimentos Sociais Rurais (MAB e MMTR), da Ecoterra, do Capa, do Cetap, da Emater/RS-Ascar, das Cooperativas, das Prefeituras Municipais, pelo apoio recebido em todo o decurso da Pesquisa.

Aos Agricultores e Agricultoras Familiares (jovens e adultos) que generosamente aceitaram contribuir com

seus testemunhos e relatos, fundamentais para este trabalho.

À equipe do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS, pelo apoio.

Às pessoas seguintes que, de alguma maneira, colaboraram com esta pesquisa: Adilson Szady, Adriana Kátia Tozzo, Adriano Szykaruk, Albenir Concolato, Alana Taís Basso, Alcemir Bagnara, Alderi Barros, Ale Dal Zotto, Alenir Santana Balen, Alcília Bianchi Balen, Altemir Antônio Tortelli, Ari José Pertuzzatti, Ari Nunes, Azir Zanella, Belino Balen, Benjamin Vitalino Basso, Bruno Meneguzzi, Carina Toniollo, Carlos Dallagnol, Clairton Balen, Clarice Vaz Emmel Bock, Claudimar José Basso, Clecir Miguel Nonenmacher, Cleonice Back, Douglas Cenci, Edson Sirena, Elisa Stringhini, Elsa Bottini, Elton Scapini, Everton Rodrigues, Gabriela Mariga, Gervásio Plucinski, Gilberto Granzotto, Gilmar Granzotto, Gilmar Ostrovski, Humberto Rocha, Inácio Benincá, Ingrid Margarete Giesel, Isaías Waschuk, Ivanete Granzotto, Ivar Pavan, Jéferson José Pigatto, Jenifer Maria Balen, João Darci Resende, José Enoir de Stefani Daniel, José Valério Cavalli, Juliano Zuanazzi, Juraci Lucia Zambon Tomicki, Lucas Farina, Luis Fernando Santos Corrêa da Silva, Kelinton Balen, Lucivane Isoton Pigatto, Márcia Balen, Marciana Marta Balen, Marco Antônio Trierveiler, Mara Carpes, Marilene Rorig Basso, Marinês Granzotto, Marino Slongo, Marlene Pasqualli Slongo, Nédio Piran, Neide Lourdes Piran, Nelcir Bottini, Nilva Baú Basso, Paulo Alfredo Polis, Paulo Rogério Balen, Rafael Barros, Ricardo Bottini, Ricardo Montagner, Roberto Luis Balen, Rodrigo Finardi, Rosângela Bianchi Balen, Rui Carlos Kuhn, Rui Valença, Sandra Picoli, Tatiane Paulino, Terezinha Magaieski, Valdecir Granzotto, Vitor Hugo Hollas, Waldemar Cibulski, Wilma Fiorentin Balen e Zenicleia Angelita Deggerone.

A todas as pessoas que doam suas vidas pela construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável.

A todas as pessoas que contribuíram com este trabalho, meu eterno obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa caracteriza-se por uma análise sobre o processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar, entre 1950 e 2021, na região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), no norte do Rio Grande do Sul – um território caracterizado historicamente pela participação determinante desse setor no seu processo de expansão. No contexto atual, em que o Brasil e o mundo atravessam crises agudas – insegurança alimentar (ampliação da fome), sanitária (pandemia do Covid-19) e climática (aquecimento global), entre outras – este estudo ganha relevância, pois debate o papel multifuncional da agricultura familiar, especialmente para a produção de alimentos saudáveis e para a preservação dos recursos naturais no meio rural. A partir do conceito de desenvolvimento sustentável definido na Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a pesquisa tem como objetivo central o debate sobre a seguinte questão: quais são as principais potencialidades e limites do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no tempo presente em três dimensões - econômica, social e ambiental – levando em conta tanto a sua trajetória histórica quanto o contexto recente? O desenvolvimento da pesquisa deu-se através de revisão de literatura, sistematização de informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletânea de notícias nos jornais de circulação local, aplicação de questionário descritivo e de entrevistas orais junto a agricultores (jovens e adultos) e lideranças do sindicalismo e de movimentos sociais. O trabalho sustenta que algumas contradições históricas (como a priorização aos povos imigrantes europeus ou de seus descendentes e a preterição aos povos indígenas, negros e caboclos; a distribuição desigual da terra; o processo de modernização conservadora da agricultura que favoreceu aos agricultores mais bem capitalizados) e outras mais recentes (como o êxodo dos jovens e o envelhecimento da população rural; a concentração das políticas públicas, da produção e da renda agropecuária entre os agricultores consolidados; o avanço do modelo convencional e de produção de *commodities* agrícolas em preterição aos alimentos saudáveis) bloqueiam o pleno desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nessa região. Apesar desses vigorosos limites/contradições, a pesquisa aponta que, no contexto do tempo presente em que há uma necessidade de ampliação da produção de alimentos saudáveis e de enfrentar a crise climática, a agricultura familiar, especialmente nessa região, possui algumas potencialidades singulares - seu papel multifuncional, sua enorme representatividade e a sua forte tradição organizativa (sindicalismo, movimentos sociais e cooperativismo) - que permitem construir uma agenda que mobilize amplos setores sociais no sentido de recolocar a agricultura familiar no centro das políticas públicas do Estado brasileiro e de contribuir decisivamente na perspectiva da efetivação da Agenda 2030 da ONU, especialmente nesse território.

Palavras-chave: agricultura familiar; Agenda 2030; desenvolvimento sustentável; AMAU.

ABSTRACT

This research is characterized by an analysis of the development process of family-based agriculture, between 1950 and 2021, in the region of the Association of Municipalities of Upper Uruguay (AMAU), in the north of Rio Grande do Sul – a territory historically characterized by the decisive participation of this sector in its expansion process. In the current context, in which Brazil and the world are experiencing acute crises – food insecurity (hunger expansion), sanitary (Covid-19 pandemic) and climate (global warming), among others – this study gains relevance because it discusses the multifunctional role of family agriculture, especially for the production of healthy foods and for the preservation of natural resources in rural areas. Based on the concept of sustainable development defined in the 2030 Agenda by the United Nations (UN), the research has as its central objective the debate on the following question: what are the main potentialities and limits of the sustainable development of family agriculture in the present time and in three dimensions - economic, social and environmental - taking into account both its historical trajectory and the recent context? The development of the research took place through literature review, systematization of information collected by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), collection of news in local newspapers, application of descriptive questionnaire and oral interviews with farmers (young people and adult) and leaders of unionism and social movements. The paper argues that some historical contradictions (such as prioritization of European immigrant peoples or their descendants and the deprecation of indigenous, black and caboclos peoples; the unequal distribution of land; the process of conservative modernization of agriculture that favored better-capitalized farmers) and more recent ones (such as the exodus of young people swells and the aging of the rural population; the concentration of public policies, production and agricultural income among consolidated farmers; the advance of the conventional model and production of agricultural commodities in deprecation to healthy foods) block the full sustainable development of family farming in this region. Despite these vigorous limits/contradictions, the research points out that, in the context of the present time in which there is a need to expand the production of healthy foods and to face the climate crisis, family farming, especially in this region, has some unique potentialities - its multifunctional role, its enormous representation and its strong organizational tradition (unionism, social movements and cooperativism) - that allow the development of an agenda that mobilizes broad social sectors in order to put family farming back at the center of the Public Policies of the Brazilian State and to contribute decisively in the perspective of the implementation of the UN 2030 Agenda, especially in this territory.

Keywords: family farming; Agenda 2030; sustainable development; AMAU.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prédio da Comissão de Terras, em Erechim, nas primeiras décadas da colonização	70
Figura 2 - Anúncio da empresa Massey-Ferguson, filial de Passo Fundo/RS	93
Figura 3 - Padre Benjamin Busato.....	119
Figura 4 - João Caruso e Jair de Moura Calixto, candidatos pelo PTB a deputado estadual, na eleição de 1962, no Rio Grande do Sul	139
Figura 5 - João Caruso (candidato a deputado estadual) e José Mandelli Filho (candidato a deputado federal) na região Alto Uruguai, em 1962, pelo PTB	140
Figura 6 - Foto de Jair de Moura Calixto e a reportagem do jornal Diário de Notícias, em 25 de outubro de 1962.....	141
Figura 7 - Padre Valter Girelli participando de mobilização social na Praça da Bandeira, na década de 1990, no centro de Erechim	167
Figura 8 - Missa de posse da nova direção do STR de Erechim, presidida pelo padre Arnildo Fritzen, em 1984, com a queima de um pelego , simbolizando a vitória da proposta do novo sindicalismo.....	168
Figura 9 - Mobilização coordenada pela CRAB, na década de 1980, na região da AMAU ..	173
Figura 10 - Imagem 1, sede de Carlos Gomes, em 1983; Imagem 2, Romaria da Terra, em Carlos Gomes, 1983	174
Figura 11 - Caminhada dos atingidos pelas barragens em Carlos Gomes, RS, na década de 1980	175
Figura 12 - Imagem 1: assembleia dos atingidos por barragens na década de 1980, na região da AMAU/RS; Imagem 2: audiência em Brasília para apresentar as reivindicações dos atingidos pelas barragens com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.....	176
Figura 13 - Mulheres rurais participando de encontros regionais para a sua organização e luta por direitos sociais, na década de 1980	179
Figura 14 - Capa de cartilha usada nos encontros do movimento “Organização das Mulheres da Roça”, na região Alto Uruguai, na década de 1980.....	180
Figura 15 - Registro da assembleia de aprovação de compra do hospital, em 1985, em Aratiba	183
Figura 16 - Registro de formatura da primeira turma de agentes comunitários de saúde, em Aratiba (1987)	184

Figura 17 - Mobilização regional dos agricultores, em Erechim, em 1987.....	187
Figura 18 - Lideranças sindicais rurais participando de manifestação em Erechim, na década de 1980	188
Figura 19 - Assembleia do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, início dos anos 1990.....	192
Figura 20 - Seminário de Formação de Lideranças Comunitárias em Saúde realizado em Aratiba, em 1991	194
Figura 21 - Simpósio regional com o tema “Lei Agrícola”, organizado pela CUT Alto Uruguai, Erechim, RS, em 02 de outubro de 1989	202
Figura 22 - Agricultores da região Alto Uruguai participando das mobilizações do Grito da Terra Brasil, na década de 1990, em Porto Alegre, RS	206
Figura 23 - V Congresso da Fetraf/Sul/CUT, março de 2001, Chapecó, SC	210
Figura 24 - Logo do Projeto Terra Solidária	212
Figura 25 - Coletiva à imprensa das lideranças da Caravana da Agricultura Familiar, em Erechim (Dirceu Drech (presidente da Fetraf), Lula (líder nacional do PT), Altemir Tortelli (secretário de formação da CUT), José Hoffmann (Secretário Estadual da Agricultura, governo Olívio Dutra.....	214
Figura 26 - Mobilização dos agricultores familiares da região da AMAU na BR-153, divisa Rio Grande do Sul com Santa Catarina, em 2002.....	215
Figura 27 - Usina de Abaúna, construída pela CRERAL em Floriano Peixoto e inaugurada em 2000	219
Figura 28 - Festividade comemorativa dos 50 anos da CRERAL, na sede do Sentinela da Querência, Erechim, 23/07/2019; João Alderi do Prado, presidente da CRERAL.....	220
Figura 29 - Agricultores da região da AMAU distribuindo leite gratuitamente à população em protesto pelo baixo preço pago pela CORLAC, em Erechim, no final da década de 1980....	221
Figura 30 - Agricultora assinando contrato com a Cresol São Valentim, através do Pronaf Mulher, em 2018	226
Figura 31 - Oficina sobre manejo ecológico de pragas e doenças, realizado na Linha Seis, Ponte Preta, na residência da família Zanchet, em 09 nov. 2018	227
Figura 32 - Seminário Microrregional de Abelhas Sem Ferrão, em 24 de janeiro de 2020, Aratiba, RS	228
Figura 33 - Adriana Kátia Tozzo, prefeita de Itatiba do Sul, RS (2012-2020), participando do II Seminário Internacional do Cooperativismo de Crédito, em 2019, realizado pela Cresol Central SC/RS	229

Figura 34 - Altemir Tortelli, coordenador da Fetraf/Sul/CUT (2003-2009), participando em evento sobre os 10 anos do cooperativismo de crédito solidário, em 2006, Francisco Beltrão, PR	230
Figura 35 - Lula em visita a Erechim, maio/2002, para gravar programa partidário direcionado à Agricultura Familiar	244
Figura 36 - Lula em visita à residência da família dos agricultores familiares Waldecir Balen e Wilma Fiorentin Balen – Km 14, Dourado, Erechim – Maio/2002	246
Figura 37 - Presidente Lula, em Erechim, por ocasião da seca na região da AMAU, em 16/03/2005.....	248
Figura 38 - Lula esteve em Erechim para debater e anunciar medidas para enfrentar os problemas causados pela seca à agricultura familiar na região sul do Brasil, março 2005....	249
Figura 39 - Milhares de pessoas participaram do evento com Lula em Erechim, em 16/03/2005	249
Figura 40 - Lula recebendo uma cesta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares; Jornal Diário da Manhã registrou que o evento teve um público de 10 mil pessoas.....	250
Figura 41 - Faixa colocada pela Farsul no evento com a presença do presidente Lula, em Erechim, 16 de mar. 2005.....	251
Figura 42 - Atividade de plantio de mudas de árvores às margens do rio Leãozinho que abastece o lago da Corsan, em Erechim, com a participação de representantes da UERGS e do SUTRAF Alto Uruguai.....	260
Figura 43 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos campi do IFRS Erechim e Sertão; foto do campus Erechim	261
Figura 44 - Imagem 01: Lideranças regionais reuniram-se em Erechim para organizar a luta pela Universidade Federal na região da AMAU – fevereiro/2006; Imagem 02: Lula sanciona a lei que criou a UFFS, em 15/09/2009.....	262
Figura 45 - Família de agricultores familiares na região da AMAU beneficiada pelos programas públicos de moradia (residência antes e depois da construção)	264
Figura 46 - A rota de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).....	268
Figura 47 - Residências de famílias rurais antes do programa; residências de famílias rurais beneficiadas com os programas públicos de habitação rural (antes e depois).....	270
Figura 48 - Plantio de sementes com o uso de adubação orgânica para a horta; construção de estufa com o uso de madeira, lona e pregos	271
Figura 49 - Cleonice Back (Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Fetraf-RS) e Douglas Cenci (Coordenador da Fetraf-RS).....	357

Figura 50 - Tira de Jean Galvão sobre a savanização da Amazônia	364
Figura 51 - Feira de alimentos orgânicos em funcionamento no bairro São Cristóvão, inaugurada em 2016, pela Prefeitura de Erechim; em destaque, Eloir Griselli, na época, Secretário Municipal de Agricultura	412
Figura 52 - O coordenador da Ecoterra, Gilmar Ostrowski, realizando reunião com agricultores em Itatiba do Sul, em jan. 2021; Inauguração do pavilhão para armazenamento, embalagem e distribuição de alimentos orgânicos da Ecoterra, no Distrito Industrial do município de Três Arroios/RS, em nov. 2018	413
Figura 53 - Atividade da XVII Semana dos Alimentos Orgânicos em Erechim, na Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, em 2021; Feira de produtos orgânicos junto à Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, em 2019.....	414
Figura 54 - Entrega de certificados pela Rede Ecovida de Certificação Participativa (Núcleo Alto Uruguai) de produção orgânica ao grupo de agricultores Sete Lagoas, em Itatiba do Sul, RS, em 2021	415
Figura 55 - Demonstração de pulverização por drone em lavoura no município de Quatro Irmãos	440
Figura 56 - Número de famílias que vivem em situação de pobreza na região da AMAU (junho 2021).....	441
Figura 57 - Manifestação de estudantes e de trabalhadores rurais e urbanos em Erechim contra a reforma da previdência e em defesa da educação pública, em junho de 2019	443
Figura 58 - Ato público em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, RS, com entrega de pauta de reivindicações da Agricultura Familiar e Camponesa ao governo do estado	446

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os onze toldos indígenas demarcados no início do século XX no norte do Rio Grande do Sul.....	52
Tabela 2 - Terras indígenas por etnia e município	53
Tabela 3 - IDHM nos municípios da AMAU, 2010.....	56
Tabela 4 - Número de trabalhadores escravizados nos distritos de Passo Fundo (1859).....	64
Tabela 5 - População da Colônia Erechim, em 1950	73
Tabela 6 - População da Colônia Erechim conforme a cor, em 1950	74
Tabela 7 - Produção agrícola em Erechim (Toneladas), entre 1916 e 1950.....	75
Tabela 8 - Produção Agrícola na região da AMAU, em 1949 (Toneladas).....	76
Tabela 9 - Produção Agropecuária e Vegetal na região da AMAU, em 1949 (Unidades.....	77
Tabela 10 - Número de estabelecimentos agropecuários e distribuição da terra por grupos de área, em 1950, na Colônia Erechim (municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos).....	80
Tabela 11 - Nível de instrução da população da Colônia Erechim com cinco anos e mais, em 1950	85
Tabela 12 - Estabelecimentos e Área 1975, por grupos de área.....	94
Tabela 13 - Número de estabelecimentos agropecuários e área (hectares) ocupada na região da AMAU, em 1985	103
Tabela 14 - Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) criados na região da AMAU, no período do regime militar brasileiro (1964-1984)	128
Tabela 15 - Agricultores contemplados com lotes coloniais, em 1962, na região da AMAU, pelo governo Brizola, nas terras localizadas na localidade de Votouro, em São Valentim	137
Tabela 16 - Eleições Sindicais Rurais nas quais houve disputa na década de 1980 na região da AMAU.....	171
Tabela 17 - Experiências associativas desenvolvidas pelos agricultores familiares na região da AMAU apoiadas pelo sindicalismo rural na região da AMAU entre 1992 e 2001.....	234
Tabela 18 - Valores dos benefícios emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) beneficiando a população urbana e rural na região da AMAU, em 2018	254
Tabela 19 - Dimensão Longevidade e a Expectativa de Vida da população na região da AMAU, entre 1991 e 2010, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	257
Tabela 20 - Benefícios do Bolsa Família na região da AMAU, em abril 2021.....	267

Tabela 21 - Classificação dos Municípios na região da AMAU pelo valor total da produção agropecuária (mil reais) na Agricultura Familiar, 2006 e 2017	272
Tabela 22 - Evolução do IDHM por faixa nos municípios da AMAU, entre 1991 e 2010....	274
Tabela 23 - Classificação dos municípios na região da AMAU pelos índices de crescimento alcançado na produção agropecuária na Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), 2006 e 2017, em comparação com a média regional na AMAU, no Rio Grande do Sul	280
Tabela 24 - Média do valor da produção agropecuária individual por produtor (em reais) nos municípios que integram a AMAU, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017.....	282
Tabela 25 - Municípios com menor média, na faixa intermediária e com maior média individual por produtor na Agricultura Familiar (AF) na região da AMAU, entre 2006 e 2017	283
Tabela 26 - Municípios com menor média, na faixa intermediária e com maior média individual por produtor na Agricultura Não Familiar (ANF) na região da AMAU, entre 2006 e 2017 ..	284
Tabela 27 - Valor médio da produção agropecuária por produtor, em 2006 e 2017, nas unidades produtivas de pequeno porte na região da AMAU, em relação à Agricultura Familiar (AF) e à Agricultura Não Familiar (ANF).....	287
Tabela 28 - Concentração da terra na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	290
Tabela 29 - Classificação dos municípios pelo tamanho médio em hectares das propriedades da Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) na região da AMAU, 2017 ..	293
Tabela 30 - Valor da produção de Soja em Grão (mil reais) na região da AMAU, em 2006 e 2017, na Agricultura Familiar (AF), em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil ..	301
Tabela 31 - Valor da produção de Soja em Grão (mil reais) na região da AMAU, em 2006 e 2017, na Agricultura Não Familiar (ANF), em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	303
Tabela 32 - Dinâmica da população total nos municípios da AMAU, entre 2000-2010 e a estimada em 2021, população rural e urbana (2010), em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil.....	313
Tabela 33 - Número e percentual de pessoas ocupadas no meio rural do sexo masculino e feminino, em 1980 e 2017, na região da AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil	322
Tabela 34 - Pessoal ocupado por sexo, em 2006 e 2017 – Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) – na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	323

Tabela 35 - Redução/ampliação da população ocupada por sexo na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), 2006 e 2017	325
Tabela 36 - Percentual de participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, 2006 e 2017, em contraste com o Rio Grande do Sul e o Brasil.....	327
Tabela 37 - Classe de idade dos produtores que dirigem os estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, em 2006 e 2017, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil ...	331
Tabela 38 - Escolaridade dos dirigentes nos estabelecimentos da Agricultura Familiar (AF) e da Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017, na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil.....	337
Tabela 39 - Estabelecimentos agropecuários que receberam Assistência Técnica na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	339
Tabela 40 - Estabelecimentos agropecuários que tinham acesso à Internet na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	341
Tabela 41 - Principais impasses/problemas vivenciados pela Agricultura Familiar, conforme questionário aplicado entre os dirigentes da FETRAF/RS, em dezembro/2018	369
Tabela 42 - Jovens rurais entrevistados para esta pesquisa entre 2019 e 2021	371
Tabela 43 - Valor da produção Total, Animal e Vegetal, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017, na AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	387
Tabela 44 - Percentuais relativos à quantidade dos principais produtos cultivados na Lavoura Temporária e Permanente (Vegetal) e Produção Animal pela Agricultura Familiar na AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, em 2017	389
Tabela 45 - Valor total da produção agropecuária, animal e vegetal (em mil reais), na agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) na região da AMAU, entre 2006 e 2017, em referência ao Rio Grande do Sul e ao Brasil	390
Tabela 46 - Crescimento do valor da produção agropecuária, animal e vegetal (em mil reais), na Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) entre 2006 e 2017, na AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil	391
Tabela 47 - Valor da produção agropecuária nos 32 municípios da região da AMAU na Agricultura Familiar (AF), em comparação com a Agricultura Não Familiar (ANF), 2006 e 2017	394

Tabela 48 - Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes da Agropecuária (mil reais) nos municípios da AMAU – 2002, 2006, 2010, 2013 e 2017 - em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	396
Tabela 49 - Comparativo entre os valores da produção agropecuária e os da previdência social na região da AMAU, no meio rural; percentual dos benefícios rurais sobre o total de benefícios previdenciários.....	400
Tabela 50 - Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária (mil reais) nos municípios da AMAU, em 2017, especificamente por município, maior e menor percentual sobre o valor total do PIB municipal.....	402
Tabela 51 - Nº de produtores rurais inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, residentes nos municípios da AMAU	410
Tabela 52 - Relação de agroindústrias familiares inclusas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) até 17 de setembro de 2021; Censo Agropecuário IBGE, 2017	418
Tabela 53 - Número de Produtores e Valor da Produção Total em comparação com o Valor da Produção de Soja nos estabelecimentos agropecuários (mil reais), 2017 – AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil	425
Tabela 54 - Quantidade de produtores e volume de leite produzido em toneladas - em 2001, 2006, 2011 e 2016 - e comercializado pela Coperal na região da AMAU.....	435

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de Estabelecimentos agropecuários e área ocupada por grupo de área (ha) na Colônia Erechim (municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos), em 1950	81
Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos e de área ocupada nos municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, em 1950 (50 a 100 ha e 100 ou + ha).....	81
Gráfico 3 - Percentual de estabelecimentos e área ocupada por tamanho das propriedades rurais na região da AMAU, em 1975.....	97
Gráfico 4 - Percentual de estabelecimentos e área ocupada por tamanho das propriedades rurais na região da AMAU, em 1985.....	98
Gráfico 5 - Dinâmica da população rural e urbana na região da AMAU, entre 1950 e 1991	101
Gráfico 6 - Valor dos financiamentos do Pronaf, segundo as modalidades custeio e investimento, entre 1999 e 2012 (valores em R\$ de 2012)	238
Gráfico 7 - Evolução do número de moradias construídas na região da AMAU, entre 2001 e 2015, a partir das políticas públicas (estadual e federal).....	263
Gráfico 8 - Percentuais de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar (AF) e da Agricultura Não Familiar (ANF), na região da AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil, em 2006 e 2017	278
Gráfico 9 - Comparação entre os índices referentes ao número de estabelecimentos e os relativos ao valor da produção alcançado pela Agricultura Familiar e Não Familiar, em 2017, AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil.....	279
Gráfico 10 - Divisão percentual do valor da produção agropecuária na região da AMAU, em 2017, Agricultura Familiar (AF), Agricultura Não Familiar (ANF) e unidades produtivas de pequeno porte	288
Gráfico 11 - Divisão percentual do valor da produção agropecuária no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 2017, Agricultura Familiar (AF), Agricultura Não Familiar (ANF) e unidades produtivas de pequeno porte.....	289
Gráfico 12 - Número de estabelecimentos com menos de 20 ha e 100 e mais ha e o total da área utilizada por cada grupo na AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 2017	292
Gráfico 13 - Valor e percentual da produção agropecuária (mil reais), da produção animal, da produção vegetal e da produção de soja, na região da AMAU, entre 1995 e 2017.....	299

Gráfico 14 - Comparação entre o valor total da produção agropecuária (mil reais) no Rio Grande do Sul e no Brasil, em relação ao valor da produção de “Soja”, entre 1995, 2006 e 2017	300
Gráfico 15 - Série histórica de área plantada (em mil hectares) – feijão, soja, milho e arroz – entre 1976/1977 e 2020/2021	305
Gráfico 16 - Percentuais dos estabelecimentos agropecuários vinculados à Agricultura Familiar e a utilização de Adubação na AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil, 2017.....	309
Gráfico 17 - Percentuais de utilização e não utilização de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil, 2017.....	310
Gráfico 18 -Dinâmica da população residente na região da AMAU, rural e urbana, 1950-2021	314
Gráfico 19 - Dinâmica do Pessoal Ocupado (Trabalhadores permanentes e temporários, familiares e não familiares) nos estabelecimentos agropecuários situados na região da AMAU, 1940-2017.....	318
Gráfico 20 - Percentuais das pessoas ocupadas no meio rural da AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil, 2006 e 2017, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF)	319
Gráfico 21 - Dinâmica do Pessoal Ocupado por sexo (Familiares e Não Familiares, Trabalhadores Permanentes e Temporários) nos estabelecimentos agropecuários situados na região da AMAU, 1940-2017.....	321
Gráfico 22 - Pessoal ocupado Total e por Sexo, em 2006 e 2017 – Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) – na região da AMAU	323
Gráfico 23 - Classe de idade dos produtores dirigentes dos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil 2006 e 2017	330
Gráfico 24 - Escolaridade das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar e da Agricultura Não Familiar, em 2017, na região da AMAU	338
Gráfico 25 - Estabelecimentos agropecuários que receberam Assistência Técnica na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área	339
Gráfico 26 - Percentuais relativos aos estabelecimentos agropecuários que tinham acesso à Internet na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	341
Gráfico 27 - Percentuais da população mundial em situação de insegurança alimentar moderada ou grave nas diversas regiões do mundo, entre 2014 e 2020	351
Gráfico 28 - Percentuais da população brasileira que passava fome entre 2004 e 2020 no Brasil	352

Gráfico 29 - Variação mensal do índice geral de preços (IPCA Geral) e do índice de preços dos alimentos e bebidas (IPCA-Alimentos) no Brasil (2019-2020)	358
Gráfico 30 -Estoque públicos de arroz no Brasil, entre 2011 e 2020 (em toneladas).....	359
Gráfico 31 - Orçamento autorizado e pago do PAA no Brasil, entre 2010 e 2020 (em R\$ milhões)	361
Gráfico 32 - Quantidade de agrotóxicos aprovados por ano no Brasil.....	365
Gráfico 33 - Percentuais do Valor da produção, Animal e Vegetal, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017, na AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil	387
Gráfico 34 - Comparação entre os percentuais relativos ao valor da produção da Agricultura Familiar e da Agricultura Não Familiar, na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, 2006-2017	393
Gráfico 35 - Dinâmica do Valor Adicionado Bruto Agropecuário (mil reais), 2002-2017, na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil.....	397
Gráfico 36 - Percentuais que os diversos setores da economia contribuíram para a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do PIB na região da AMAU, em 2002, 2006, 2010, 2013 e 2017	398
Gráfico 37 - Distribuição das iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil	408
Gráfico 38 - Comparação entre os índices estimados de segurança e insegurança alimentar no Brasil, entre 2004 e 2020 (segurança alimentar ou insegurança alimentar leve, moderada e grave)).....	422
Gráfico 39 - População em situação de segurança e insegurança alimentar no Brasil, dezembro 2020 (segurança alimentar ou insegurança leve, moderada e grave.....	422
Gráfico 40 - Percentual de produtores, valor da produção total e valor da produção de soja em comparação ao valor total na Agricultura Familiar, Agricultura Não Familiar e nos Grupos de Área, AMAU, 2017	426
Gráfico 41 - Concentração da terra na região da AMAU, comparação entre 1950, 1985 e 2017	450

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios que integram a AMAU e o Corede Norte do Rio Grande do Sul	29
Mapa 2 - Reduções jesuíticas fundadas na banda oriental do rio Uruguai, entre 1626 e 1636 (localização aproximada), atual território do Rio Grande do Sul.....	41
Mapa 3 - Rio Grande do Sul – Vegetação Original, Campos e Florestas Nativas	44
Mapa 4 - Possível território ocupado pelos povos Kaingang no Brasil Meridional, no início do século XIX.....	48
Mapa 5 - Mapa da região sul “cortada” pelos caminhos dos Tropeiros paulistas e paranaenses	49
Mapa 6 - Distribuição atual das terras indígenas inseridas nos limites do território que integra a AMAU	55
Mapa 7 - Localização dos atuais municípios de Sertão e Coxilha – espaço dos quilombos Arvinha e Mormaça	65
Mapa 8 - Mapa localizando as comunidades rurais e os quilombos de Arvinha e Mormaça e a sede municipal de Sertão, RS	66
Mapa 9 - Mapa esquemático do trecho ferroviário Passo Fundo a Marcelino Ramos.....	72
Mapa 10 - Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul	91
Mapa 11 - Mapa da região sul do Brasil, com destaque para as regiões Alto Uruguai e Missões no RS, Oeste de SC e Sudoeste do PR	161
Mapa 12 - Localização Geográfica dos Coredes do Rio Grande do Sul, destacando os quatro Coredes do Alto Uruguai.....	169
Mapa 13 - Percentual de propriedades rurais que utilizam agrotóxicos no Brasil, por município (2017)	366

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projetos produtivos implantados pelas famílias beneficiadas pelo PBSM em Itatiba do Sul.....	269
Quadro 2 - Causas da adoção do modelo convencional pelos agricultores familiares, conforme questionário respondido pelas lideranças da Fetraf/RS.....	405
Quadro 3 - Propostas defendidas pelas lideranças da Fetraf/RS para avançar a produção orgânica e agroecológica entre os agricultores familiares.....	406
Quadro 4 - Iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional na região da AMAU, cadastradas no Mapa Online “Municípios Agroecológicos” da ANA.....	409
Quadro 5 - Eixos do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Norte – RS 2015 2030.....	433

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

AMAU – Associação dos Municípios do Alto Uruguai

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANF – Agricultura Não Familiar

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia

CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CONTRAF-BRASIL/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

COREDES - Conselhos Regionais de Desenvolvimento

COTREL – Cooperativa Tritícola Erechim Ltda.

CPT – Comissão de Pastoral da Terra

CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens

CREDENOR – Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do Rio Grande do Sul

CRESOL – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais

DETR-RS – Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul

DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

ECOTERRA – Associação Regional de Cooperação e Agroecologia

EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAG – Frente Agrária Gaúcha

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

FETAG/RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul

FETRAF/RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul

FETRAF-Brasil – Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FETRAF-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

GEE – Gases de Efeito Estufa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

JCA – Jewinh Colonization Association.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST – Movimento dos Sem Terra

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OXFAM Brasil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

PADSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

PGF - Programa Garantia Safra

PGPAF - Programa Garantia de Preço da Agricultura Familiar

PHR - Programa de Habitação Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção

PT – Partido dos Trabalhadores

PTC - Programa Territórios da Cidadania

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RS – Rio Grande do Sul

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEAF - Seguro da Agricultura Familiar

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUTRAF/AU – Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UPF – Universidade de Passo Fundo

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
I. ELEMENTOS HISTÓRICOS NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR NA REGIÃO DA AMAU (1822-1980)	40
1.1 A ocupação do território do Rio Grande do Sul: elementos históricos.....	41
1.1.1 A ocupação das terras florestais no Rio Grande do Sul e a imigração europeia	45
1.1.2 O aldeamento indígena nas áreas florestais no norte do Rio Grande do Sul.....	46
1.1.3 A presença dos caboclos e a sua exclusão no processo de colonização	57
1.1.4 A invisibilidade da escravidão negra na região da AMAU e suas lutas pela terra.....	63
1.2 A implantação da Colônia Erechim: prioridade aos povos imigrantes	69
1.3 O desenvolvimento da pequena propriedade rural e a distribuição da terra	74
1.4 A crise do modelo tradicional da agricultura na região (década de 1950).....	83
1.5 A modernização capitalista da agricultura e seus impactos regionais (1950-1980)	86
II. A TUTELA POLÍTICA NO PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES DE BASE FAMILIAR NA REGIÃO DA AMAU (1930-1980) ..	108
2.1 A questão da cidadania e o desenvolvimento humano e sustentável	109
2.2 A difícil trajetória da cidadania brasileira e dos agricultores de base familiar	112
2.3 A tutela no processo de representação política dos agricultores de base familiar	115
2.4 A tutela política da Igreja Católica através do padre Busato (1926-1950)	117
2.5 A atuação tutelar da Igreja Católica através da FAG (1961-1980).....	120
2.6 A atuação tutelar do PTB junto aos agricultores sem terras nessa região (1961-1963) ..	128
2.7 Os Grupos de 11 e a Reforma Agrária (1963-1964).....	144
2.8 Regime Militar e os Grupos de 11: a cidadania violentada na região da AMAU.....	147
III. CIDADANIA RURAL E RECONHECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: SINDICALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS EM CENA (1980-2002) ..	157
3.1 O processo de redemocratização do Brasil (1979-1989)	158
3.2 Renovação sindical e surgimento de novos movimentos sociais (1979-1989).....	161
3.2.1 “Nova sociedade”: novo sindicalismo, novos movimentos sociais.....	164
3.2.2 A disputa entre a CUT e a Fetag pela hegemonia do sindicalismo rural.....	170
3.2.3 A luta pela terra através da CRAB	172

3.2.4	A luta pela emancipação e pelos direitos sociais das mulheres trabalhadoras rurais	177
3.2.5	O movimento pelo direito à Saúde Pública	181
3.2.6	Lutas e conquistas do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais nos anos 1980 ...	185
3.3	A efetivação dos direitos sociais escritos na Constituição de 1988 (1989-1994).....	191
3.4	O desenvolvimento do conceito de agricultura familiar e o surgimento do PRONAF num contexto neoliberal (1990-2002).....	195
3.5	A criação da Fetraf/Sul/CUT e do Sutraf Alto Uruguai.....	208
3.6	A implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) na AMAU.....	217
IV.	A AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO BRASILEIRO (2003-2014)	236
4.1	As políticas públicas em favor da agricultura familiar no Brasil (2003-2014).....	236
4.2	A Fetraf-Sul-CUT e os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma	243
4.3	Direitos sociais e políticas públicas: impactos no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU	253
4.3.1	Os direitos previdenciários: a aposentadoria rural (agricultores aos 60 anos de idade e agricultoras aos 55) e o salário-maternidade.....	253
4.3.2	O direito à saúde pública	256
4.3.3	O direito à Educação Pública.....	258
4.3.4	O direito à moradia	262
4.3.5	O direito à assistência social.....	265
4.4	O crescimento da produção da agricultura familiar na AMAU (2006-2017)	271
4.5	A dinâmica do IDHM na região da AMAU (1991-2010).....	273
V.	LIMITES E CONTRADIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR (1995-2017).....	277
5.1	A desigualdade na renda entre Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar	278
5.2	A baixa renda nas pequenas propriedades e a conservação da pobreza rural	286
5.3	A monocultura da soja como fator de desequilíbrio na produção agropecuária.....	299
5.4	O viés produtivista e convencional da Agricultura Familiar e Não Familiar	306
5.5	A continuidade do fenômeno do êxodo rural.....	311
5.6	A masculinização da população rural	320
5.7	O envelhecimento da população rural e a crise na sucessão familiar	330

5.8	O déficit no acesso à escolaridade e à assistência técnica	336
5.9	A precariedade dos serviços de infraestrutura no meio rural	340
VI.	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR: LIMITES E POTENCIALIDADES NO PRESENTE (2015-2021)	346
6.1	A prioridade ao agronegócio e o retorno do Brasil ao <i>Mapa da Fome</i>	347
6.2	A pandemia do COVID-19 e a crise sanitária.....	354
6.3	A emergência climática.....	361
6.4	Sucessão familiar e êxodo rural: a voz de jovens e lideranças sociais.....	370
6.5	A representatividade da agricultura familiar	386
6.6	A produção de alimentos saudáveis e a agricultura familiar	404
6.6.1	A produção orgânica e agroecológica no Brasil e na região da AMAU	407
6.6.2	As agroindústrias familiares: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável.....	417
6.6.3	A Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Familiar	420
6.7	A necessidade de renovar a estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no território da AMAU	429
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	448
	REFERÊNCIAS	462
	FONTES.....	496
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTACIADO DO CEP	500

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa caracteriza-se por uma análise sobre o processo histórico de desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, entre 1950 e 2021, no território da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU)¹, no norte do Rio Grande do Sul, com o objetivo de identificar suas principais potencialidades e limites no tempo presente². Para isso, tem como eixo condutor o conceito de desenvolvimento sustentável previsto na *Agenda 2030* da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecido em 2015.

Apesar de firmarmos como objetivo principal o debate sobre as potencialidades e limites do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no tempo presente nessa região, a delimitação temporal longa – 1950-2021 – justifica-se, especialmente, no fato de que algumas das atuais contradições vivenciadas pelo setor possuem origem histórica.

A relevância da escolha do tema da agricultura de base familiar para este estudo centra-se na importância que esse setor possui para o desenvolvimento sustentável brasileiro e mundial (e especialmente para a região da AMAU), pois os agricultores familiares são responsáveis pela organização de sistemas agrícolas diversificados que garantem alimentos saudáveis fundamentais para a soberania alimentar dos diferentes países, além de contribuírem com a preservação ambiental. Outrossim, a agricultura familiar é geradora de emprego e renda no meio rural e urbano de cada região, pois a produção agropecuária promove o desenvolvimento regional nas diversas áreas da economia.

Dessa maneira, a agricultura familiar ganha atributos multifuncionais, pois transcende o papel de gerar produtos para a subsistência ou para o mercado convencional. Assim, ao mesmo tempo que faz isso, ela é fundamental para a segurança alimentar do país, fornece matéria-prima para a indústria, além de desempenhar papel essencial no ordenamento do

¹ A Associação de Municípios do Alto Uruguai (AMAU) – com sede em Erechim, RS - foi criada em 1970 e representava na época 15 municípios: Aratiba, Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Erechim, Erval Grande, Gaurama, Getúlio Vargas, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida e Viadutos. Com o processo de emancipação de novos municípios em 1988 (Áurea, Entre Rios do Sul, Erebangó, Estação, Faxinalzinho, Ipiranga do Sul e Três Arroios), 1992 (Barra do Rio Azul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua e Ponte Preta), 1995 (Benjamin Constant do Sul e Floriano Peixoto) e 1996 (Cruzaltense, Paulo Bento e Quatro Irmãos), a AMAU é integrada atualmente por 32 municípios. Disponível em: <https://www.amau.com.br/site/institucional/historia>. Acesso em: 10 fev. 2020.

² A definição temporal do tempo presente orienta-se pela presença ativa de sujeitos protagonistas e de testemunhos do passado que podem oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas, ou seja, há uma memória viva. Assim, o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Nesse sentido, o regime de historicidade inclui diversas dimensões, entre outras: processo histórico marcado por experiências vivas e ativas; sujeitos históricos vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas em processos de transformação em curso; temporalidade em curso próxima ou contígua ao da pesquisa (DELGADO; FERREIRA, 2013, p.24-25).

território, na preservação de bens culturais e na preservação ambiental. Esse caráter multifuncional pode ser resumido em quatro dimensões conforme estudos realizados: “reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; manutenção do tecido social e cultural; e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural” (MALUF, 2003, p. 135-152; SILVA; IPEA, 2015, p. 14-17).

Em relação à função de produzir alimentos, destacamos a Lei Federal nº 11.346, de 15 setembro de 2006, por meio da qual, o Brasil criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o propósito de assegurar o direito humano à alimentação adequada. E, no seu artigo 3º, definiu que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade (...), tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde (...) e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Além disso, no seu artigo 4º, estabeleceu que a SAN abrange “a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, **em especial da agricultura tradicional e familiar** (...)” (Lei Federal nº 11.346, 2006, grifo nosso).

A relevância da agricultura familiar está também reconhecida pela ONU, conforme demonstra a resolução A/RES/72/239, aprovada em dezembro de 2017, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que proclamou a *Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028)*, reconhecendo que os agricultores familiares são responsáveis pela construção de sistemas agrícolas diversificados que produzem 80% dos alimentos consumidos pela população mundial, de maneira a garantir dietas nutritivas, além de preservar e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas. Outrossim, na visão da ONU, os agricultores familiares contribuem para salvaguardar as culturas locais e aplicam os seus rendimentos nos mercados locais e regionais, gerando assim numerosos empregos agrícolas e não agrícolas (FAO no Brasil, 2019).

Dentro disso, salientamos que, desde a década de 1990, o termo *agricultura familiar* ganhou espaço nos meios acadêmicos e políticos do Brasil e uma nova categoria social surgiu e passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro: a categoria dos *agricultores familiares* (GRISA, SCHNEIDER, 2015; BIANCHINI, BAZOTTI, 2020).

Destaque-se que o reconhecimento político e social da categoria agricultura familiar foi fruto de três contribuições importantes que se complementaram no decorrer da década de 1990: i) os estudos acadêmicos que impulsionaram uma nova forma de olhar para os segmentos subalternos da agricultura brasileira (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1996); ii) as reflexões e deliberações de organizações sindicais como o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) – que viria mais tarde a criar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (Fetraf/Sul/CUT) - e à

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pois colocaram esse tema em suas reivindicações e mobilizações; iii) os estudos e elaborações realizados através do convênio entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - ONU e governo do Brasil - e da implementação pelo Estado brasileiro de políticas públicas como é caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir de 1995-1996 (PICOLOTTO, 2015).

Dessa maneira, a partir desse período, a agricultura familiar foi reconhecida e contemplada por um conjunto de políticas públicas nacionais, cujo maior destaque é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995-1996 e aperfeiçoado ao longo do tempo (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Em relação ao conceito de “Agricultura Familiar”, vários autores trataram sobre o tema. Para Abramovay (2010), a agricultura familiar é aquela em que a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Bianchini e Bazotti endossam essa visão do tripé - gestão, propriedade e trabalho – relacionada à família rural, mas ressalvam que essa classificação não pode ser engessada:

É a combinação desses três elementos que permite a identificação de um estabelecimento familiar como, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social. Assim, a análise desse tipo de estabelecimento implica tratar a família como uma unidade sem divisão de produção, em que a família é quem detém o controle da exploração agrícola. **Entende-se que este tripé seriam grandes coordenadas que delineiam o que se entende por agricultura familiar, não sendo uma classificação engessada** (BIANCHINI; BAZOTTI, 2020, grifo nosso).

Além disso, a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considerada a Lei da Agricultura Familiar, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. E, em seu artigo 3º, define quem pode ser considerado agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, **considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural** aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: **I** - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; **II** - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; **III** - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); **IV** - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Lei Federal nº 11.326, 2006, grifo nosso).

Destaque-se que essa lei considera como beneficiários das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos Familiares Rurais, também, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores, os povos indígenas e as pessoas integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e dos demais povos e comunidades tradicionais, desde que adequados aos dispositivos previstos na lei.

Percebe-se, portanto, que há entre os autores citados e o disposto na legislação federal uma grande sintonia na conceituação de agricultura familiar, ou seja, a sua base é o tripé: propriedade, gestão e trabalho vindos de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou do casamento. Além disso, é importante notar que a Lei Federal 11.326/2006, em seu Inciso I, delimita também o tamanho da área dos estabelecimentos agropecuários para que os agricultores familiares sejam considerados como tal, ou seja, somente o são aqueles que não detenham, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. Por isso, como utilizamos bastante nesse estudo os dados divulgados pelos censos agropecuários elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais têm como base essa legislação, levarei em consideração, além do tripé citado, também a delimitação prevista nessa lei para a definição de agricultura familiar.

Por outro lado, são três as principais justificativas que levamos em conta para escolher como temática deste estudo a questão do desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU/RS, entre 1900 e 2021, conforme Mapa 1, em sequência, na qual percebemos que a região da AMAU fica localizada no norte do Rio Grande do Sul, numa porção territorial que também é denominada de Alto Uruguai, pois se refere ao curso superior do rio Uruguai. Ressaltamos que esse espaço é bem mais abrangente do que a delimitação considerada para este trabalho, pois enquanto a AMAU compreende 32 municípios, o Alto Uruguai rio-grandense possui uma abrangência que pode alcançar mais de 90 municípios no norte do Rio Grande do Sul (PIRAN, 2015, p. 53-64).

A primeira justificativa para a escolha desse território como objeto de análise tem como base o fato de que, desde a fundação da Colônia Erechim³, em 1908, o processo de desenvolvimento dessa região foi marcado pela formação de pequenas propriedades com o fim de produzir uma policultura alimentar, tanto para a subsistência das próprias famílias quanto para atender as necessidades do mercado interno brasileiro, bem como para fomentar as demais

³ A Colônia Erechim foi criada em 1908, em ato do Presidente do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa, inserido na política de imigração e colonização que, no período, o governo estadual, de cunho positivista, implementava. Tratou-se de uma colonização planejada pela Inspeção de Terras, chefiada por Carlos Torres Gonçalves (CASSOL, 1979, p.28).

atividades econômicas regionais, como a indústria, o comércio e os serviços. Além disso, as atividades agropecuárias dessas unidades produtivas de pequeno porte sempre foram realizadas predominantemente pelos integrantes da própria família dos agricultores (PIRAN, 2001, p. 22).

Destacamos que um dos fatores que possibilitou o desenvolvimento da agricultura familiar nesse território relaciona-se com os aspectos físicos desse lugar, especialmente em sua porção norte, de relevo mais acentuado, o que facilitou a ocorrência desse modelo de agricultura, com base na mão de obra da própria família. Dessa forma, os agricultores familiares encontraram aí um “refúgio”, não no sentido de estarem livres do domínio do capital e nem dos processos de exclusão que ocorreram depois (PIRAN, 2001, p. 39).

Mapa 1 - Municípios que integram a AMAU e o Corede Norte do Rio Grande do Sul ⁴



Fonte: Diário Oficial Rio Grande do Sul; elaboração: Seplag/Deplan.

⁴ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES -, criados oficialmente pela Lei estadual 10.283 de 17 de outubro de 1994, no Rio Grande do Sul, são fóruns de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. O estado conta, atualmente, com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-dedesenvolvimento-coredes>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

Salientamos, também, que, apesar do intenso processo de urbanização verificado ao longo das últimas décadas, os agricultores de base familiar mantiveram forte expressão na representação da população regional. Isso é comprovado pelos dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010: enquanto no Brasil a população rural era de 15,64% e no Rio Grande do Sul de 14,9%, nessa região era de 28,4% (IBGE, 2010). E isso sem levar em conta as críticas que são realizadas à metodologia adotada pelo IBGE, como pode ser exemplificado no trabalho de Veiga (2003, p. 31), quando afirma que “o Brasil é menos urbano do que se calcula”. Assim, o recorte regional do território da AMAU, por ser caracterizado historicamente pela presença majoritária de pequenas propriedades rurais, contribui decisivamente para responder aos questionamentos formulados pelo trabalho (VISCARDI, 1997, p. 96).

O segundo motivo que justifica a escolha desse território como objeto para o desenvolvimento deste trabalho é o fato de que a região da AMAU integra o norte do Rio Grande do Sul, no qual teve início, a partir do fim da II Guerra Mundial e nas décadas de 1950 e 1960, o processo de modernização da agricultura brasileira, como estratégia do capitalismo global (liderado pelos Estados Unidos) para a mecanização e a tecnificação da agricultura, integrando-a com a indústria, além de atender às novas necessidades do mercado nacional e internacional. Desse modo, as transformações geradas pelo processo de modernização da agricultura em suas diversas fases – a fase do trigo, da soja, da diversificação (trigo-soja, milho-suínos, avicultura, produção de leite bovino, fruticultura, entre outros produtos) e, mais recentemente, a fase das *commodities* agrícolas – foram praticadas nessa região (BRUM, 1988, p. 60; PIRAN, 2001, p. 34-35). Assim, este estudo visa contribuir, de algum modo, para aprofundar esse debate que tem sido tema de muitas pesquisas em todo o Brasil.

O terceiro motivo que justifica a escolha desse território como objeto de estudo está relacionado à existência de organizações sociais e políticas que se articulam tendo como base de atuação essa região: de um lado, os próprios municípios que formam a Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU); de outro, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte (Corede Norte), um órgão criado, em 1994, pelo governo do Rio Grande do Sul, para estimular o desenvolvimento regional; e, finalmente, nesse lugar, surgiram, historicamente, o sindicalismo e alguns movimentos sociais rurais – como são os casos da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), da CUT Alto Uruguai, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai (Sutraf/AU) - que tiveram atuação destacada tanto no cenário regional

quanto em nível de estado e na região sul do Brasil, em lutas e mobilizações que resultaram em importantes conquistas sociais e políticas públicas que fortaleceram o desenvolvimento da agricultura de base familiar nas últimas décadas.

Além da delimitação espacial do território da AMAU, optamos pelo conceito de desenvolvimento sustentável como eixo condutor da tese por duas justificativas. A primeira relaciona-se ao fato de que a questão ambiental se tornou uma das principais preocupações contemporâneas para toda a humanidade e, dessa forma, ganharam relevância as pesquisas acadêmicas que verificam como essa inquietação está presente na realidade social. Nesse sentido, Pádua (2010, p. 82) explica que os saberes acadêmicos foram “desafiados e estimulados”, nas últimas décadas a debaterem as questões ambientais. Além disso, segundo esse autor, os historiadores ambientais foram também desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente em relação a mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, em atenção as seguintes:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PÁDUA, 2010, p. 83).

Saliente-se que, em nível mundial, até meados da década de 1960, o desenvolvimento econômico era tratado, geralmente, como se fosse de natureza mecânica, isto é, aconteceria de maneira isolada, autocontida e a-histórica, não integrante de um ecossistema vivo e atuante, como parte da natureza. A partir dali, houve uma mudança profunda na forma do mundo enxergar a questão do desenvolvimento, ou seja, a preocupação ambiental passou a integrar esse processo e tornou-se fator decisivo para a sua sustentabilidade (CECHIN, 2010, p. 43-44).

Um grande marco na caminhada e na construção desse conceito foi a aprovação da resolução relativa à 96ª reunião plenária da Assembleia Geral da ONU, em 11 de dezembro de 1987, que acatou o relatório “Nosso Futuro Comum”, preparado por uma comissão reunida anteriormente sob a liderança de Gro Harlem Brundtland, médica e ex-primeira ministra da Noruega. Pelo documento, o desenvolvimento sustentável deveria se tornar o princípio orientador central tanto para os governos como para as instituições e empresas privadas no mundo todo. E o conceito adotado foi: “Desenvolvimento Sustentável é aquele que procura satisfazer as necessidades humanas da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também o fazê-lo” (VEIGA, 2015, p. 9).

Depois disso, vários outros passos foram realizados no processo de aprofundamento da temática e de definição de medidas práticas para a construção do desenvolvimento sustentável no mundo. Destacam-se:

- 1992: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (Brasil), a qual ficou conhecida como a “Cúpula da Terra”, que adotou a “Agenda 21”, um diagrama que visava a proteção do planeta e o seu desenvolvimento sustentável.
- 2000: a chamada “Cúpula do Milênio”, em Nova Iorque (Estados Unidos), que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- 2002: a Conferência denominada “Rio+10”, em Joanesburgo (África do Sul).
- 2012: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a “Rio+20”, novamente no Rio de Janeiro.
- 2015: a Assembleia Geral da ONU, composta por representantes dos 193 países membros (incluído o Brasil), reunida em Nova Iorque (Estados Unidos), aprovou o documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, o qual contém 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ressalte-se que a Agenda 2030 da ONU contém 17 ODSs e 169 metas a serem alcançados até 2030 em todo o mundo:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. **Objetivo 2.** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. **Objetivo 3.** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. **Objetivo 4.** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. **Objetivo 5.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. **Objetivo 6.** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. **Objetivo 7.** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. **Objetivo 8.** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. **Objetivo 9.** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. **Objetivo 10.** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. **Objetivo 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. **Objetivo 12.** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. **Objetivo 13.** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. **Objetivo 14.** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. **Objetivo 15.** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. **Objetivo 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. **Objetivo 17.** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Além disso, estabeleceu que esses Objetivos devem ser integrados e indivisíveis, bem como precisam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Para isso, o documento da ONU deixa claro que a Agenda 2030 é um plano de ação, no qual todos os seres humanos devem ter condições para realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, pois todas as pessoas têm o direito em desfrutar uma vida próspera e de plena realização. Assim, o progresso econômico e social deve acontecer em harmonia com a natureza, em um ambiente saudável, pois o planeta Terra precisa ser protegido da degradação por meio do consumo e da produção sustentáveis, além da gestão sustentável dos seus recursos naturais, tomando medidas para impedir as mudanças climáticas a fim de que possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras (ONU, 2015).

Saliente-se também que o Brasil, nas últimas décadas, teve papel ativo e assumiu compromissos com a preservação ambiental. Assim, é um dos países signatários da Agenda 2030 da ONU. Em relação à agricultura, ressaltamos que a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, previu como um dos seus princípios a questão da sustentabilidade ambiental, social e econômica (Artigo 4º). Assim, claro está que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar no país devem ter um compromisso com a construção do desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, os atores sociais ligados à agricultura familiar com atuação na região da AMAU adotaram o conceito de desenvolvimento sustentável como um dos fundamentos nas suas decisões e como um dos principais desafios à prosperidade da agricultura familiar. Seus documentos questionam o processo de modernização da agricultura ocorrido nas últimas décadas na região Sul do Brasil, pois “o uso intensivo dos recursos naturais, através de técnicas predatórias, fez com que todos os ecossistemas da região fossem atingidos de forma destrutiva”. Para exemplificar, a Fetraf-Sul/CUT estabeleceu que o fortalecimento da agricultura familiar passaria fundamentalmente pela elaboração e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) em toda região Sul (SILVA; REICH, 2002, p. 17-18).

Outrossim, esse desafio foi adotado também pelo Sutraf/AU, tanto que consta na “Estratégia Geral” definida em seu VI Congresso, ocorrido em Erechim, em julho de 2019, quando afirmou que a sua estratégia “deve ser a organização política, econômica, social e cultural da agricultura familiar”. Além disso, em relação à questão ambiental, definiu como sua prioridade: o apoio à produção de alimentos saudáveis, à sua agroindustrialização e

comercialização, bem como a sustentabilidade ambiental. Estabeleceu ainda que lutaria de forma contínua pela garantia de direitos sociais como saúde, educação e previdência, pautando os governos e as políticas públicas nessa estratégia, de forma articulada com os demais atores da agricultura familiar (Resoluções do VI Congresso do Sutraf/AU, Erechim, jul. 2019).

Além disso, chama a atenção o conteúdo explicitado no documento referência elaborado pela Fetraf-RS, em 2021, o qual é utilizado pelo Sutraf/AU nas reuniões realizadas no território da região da AMAU, em cada município, com os seus associados, agricultores e agricultoras. Em primeiro lugar, o documento afirma que a agricultura familiar vivencia um retrocesso nas políticas públicas praticadas pelo Estado brasileiro, com prejuízo ao direito à alimentação da população, inclusive com a volta do Brasil ao *Mapa da Fome*⁵. Em segundo, reafirma que a agricultura familiar tem uma contribuição essencial para ajudar o Brasil a sair desta situação e a criar condições para que a comida chegue à mesa do povo brasileiro com qualidade, ou seja, não pode ser “qualquer comida”. Assim, “ela precisa ser adequada, diversificada e saudável, permanente e sustentável”. O documento conclui: “Temos um grande desafio pela frente: organizar a agricultura familiar para que esteja na dianteira da produção de alimentos saudáveis” (Fetraf-RS; CARBONARI, 2021, p. 3).

Dessa maneira, a partir da concepção teórica definida pela ONU a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável e levando-se em consideração os debates e decisões tomadas pelos atores sociais representativos da agricultura familiar na região da AMAU (especialmente o sindicalismo ligado à Fetraf e ao Sutraf/AU), nos últimos anos, em relação a isso, o presente trabalho analisa essencialmente a seguinte questão:

- **A partir de sua trajetória histórica vivenciada na região da AMAU - de seus avanços, conquistas e contradições - quais são as principais potencialidades e limites do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no tempo presente em suas três dimensões: econômica, social e ambiental?**

Exposta a questão central da pesquisa e tendo como eixo condutor o conceito de desenvolvimento sustentável definido na Agenda 2030 da ONU, estabelecemos os seguintes objetivos para a tese:

⁵ O Mapa da Fome era uma forma de aferir o percentual da população que passava fome no mundo em cada país, utilizado pela FAO/ONU até 2014, quando estavam em vigência os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. O Brasil saiu do Mapa da Fome, em 2013, quando seus índices ficaram abaixo de 5% da população.

- Descrever e compreender algumas características marcantes do desempenho da agricultura de base familiar nos diversos períodos históricos, na região da AMAU, no norte do Rio Grande do Sul;
- apontar algumas afirmações e contradições no desenvolvimento histórico da agricultura de base familiar na região da AMAU;
- identificar o papel desempenhado pelo sindicalismo representativo dos agricultores de base familiar no processo de construção da cidadania rural e no processo de desenvolvimento da agricultura familiar nesse lugar;
- descrever e compreender algumas das transformações pelas quais passou a agricultura de base familiar nessa região;
- e, finalmente, identificar algumas possibilidades e limites do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no tempo presente, no território da AMAU, em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

A fim de responder à questão central e aos objetivos descritos acima, utilizamos no decurso do trabalho informações e dados quantitativos e qualitativos. Além de uma revisão de literatura sobre o tema, recorreremos às seguintes fontes e metodologia:

- a) sistematização dos dados relativos aos Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE, especialmente os realizados em 2006 e 2017, a fim de identificar as contradições existentes e a dinâmica de crescimento da produção e da renda, especialmente nas variáveis número e área dos estabelecimentos agropecuários, valor da produção por grupos de área e por setor agricultura familiar/agricultura não familiar, produção vegetal e animal, produção de soja, escolaridade, acesso à internet e à assistência técnica, idade e sexo dos produtores, utilização de adubos químicos e agrotóxicos, comparando os dados da região da AMAU, entre os seus municípios, com o estado e o país;
- b) jornais de circulação local (A Voz da Serra, Diário da Manhã, Bom Dia e Boa Vista), disponibilizados no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, a fim de verificar notícias sobre fatos ocorridos e posicionamentos de lideranças sociais, sindicais e autoridades nas diversas fases históricas de desenvolvimento da agricultura familiar regional, tratadas na pesquisa;
- c) documentos do Sutraf/AU, da Fetraf/Sul/CUT e da Fetraf/RS, a fim de registrar fatos e posicionamentos de suas lideranças sobre a temática da pesquisa no período recente;
- d) questionário descritivo aplicado aos dirigentes da Fetraf/RS, em dezembro de 2018, a fim de registrar o posicionamento das lideranças sindicais desse setor sobre vários

assuntos que envolviam o tema geral desta pesquisa, pois a entidade possui forte representação no sindicalismo regional, através do Sutraf/AU;

- e) entrevistas orais com alguns dirigentes do Sutraf/AU a fim de ouvir a sua opinião sobre as lutas realizadas pelo sindicalismo rural, sobre as crises e desafios atuais tratados na pesquisa;
- f) entrevistas orais com dirigentes da Ecoterra, do governo municipal de Itatiba do Sul, da Emater/RS-Ascar e alguns agricultores que produzem alimentos orgânicos a fim de conhecer o seu posicionamento sobre a produção orgânica e agroecológica no município, desafios e perspectivas desse modelo de produção e comercialização;
- g) entrevistas orais com cerca de 30 agricultores/agricultoras (adultos e jovens) dos seguintes municípios – Aratiba, Erechim, Itatiba do Sul, Paulo Bento e São Valentim, na região da AMAU (Corede Norte) e Machadinho (pertencente ao Corede Nordeste do Rio Grande do Sul – sua escolha ocorreu por desenvolver, desde 2016, um programa municipal de apoio à sucessão rural) - para debater os seguintes temas: sucessão e masculinização rural, papel do Estado, produção convencional e produção orgânica, papel das agroindústrias, infraestrutura rural, assistência técnica e escolaridade. A escolha das pessoas entrevistadas levou em conta critérios como: representação por sexo e idade (jovens/adultos), diversidade na produção e tamanho da propriedade rural.

A partir disso, partimos da hipótese de que o processo histórico de desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar na região da AMAU, entre 1950 e 2021 - apesar dos avanços no processo de cidadania rural (simbolizado pelas conquistas sociais na Constituição Federal de 1988 e no processo organizativo dos agricultores e agricultoras familiares no sindicalismo, no associativismo/cooperativismo e nos movimentos sociais rurais), bem como da criação de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar nas últimas décadas (a efetivação do Pronaf em 1995-1996 é o seu maior exemplo) - foi carregado de fortes contradições que dificultam o seu desenvolvimento sustentável nas três dimensões definidas pela Agenda 2030 da ONU – econômica, social e ambiental.

Nesse sentido, sustentamos que, entre as principais contradições históricas e atuais que bloqueiam o pleno desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nessa região, estão: o direcionamento das políticas públicas aos setores mais capitalizados tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar; a distribuição desigual da terra e a continuidade da pobreza rural; a desterritorialização dos povos indígenas, negros e caboclos; o êxodo, o envelhecimento e a masculinização da população rural; a concentração da produção e da renda agropecuária entre os agricultores consolidados; o avanço do modelo convencional e de

produção de *commodities* agrícolas em preterição aos alimentos saudáveis; as dificuldades de acesso à escolaridade, à assistência técnica e aos serviços de infraestrutura.

Apesar desses vigorosos limites/contradições, argumentamos que, no contexto nacional/mundial do tempo presente em que há uma necessidade de ampliação da produção de alimentos saudáveis e de enfrentamento à crise climática, o setor da agricultura familiar, especialmente nessa região, possui algumas potencialidades singulares - seu papel multifuncional; sua enorme representatividade (90% das unidades produtivas no território da AMAU); e a sua forte tradição organizativa no sindicalismo, nos movimentos sociais rurais e no associativismo/cooperativismo – que permitem construir uma agenda de potencial conteúdo mobilizador de amplos setores sociais no sentido de recolocar a agricultura familiar no centro das políticas públicas do Estado brasileiro e de contribuir decisivamente na perspectiva da efetivação da Agenda 2030 da ONU, no âmbito regional e nacional do território.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. **No Capítulo I**, são apresentados e analisados alguns elementos históricos de um longo período (1822-1980) que marcaram o desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU – a ocupação do território e o aldeamento dos povos indígenas, a criação e o desenvolvimento da Colônia Erechim e o processo de modernização conservadora da agricultura nessa região, período que evidencia algumas contradições históricas, como: a desterritorialização dos povos indígenas, negros e caboclos; a distribuição desigual da terra; e o processo de modernização conservadora da agricultura que priorizou os agricultores mais capitalizados e excluiu muitos dos que possuíam propriedades de pequeno porte.

No Capítulo II, são descritas e analisadas algumas características do processo organizativo dos agricultores de base familiar e de suas lutas em busca dos direitos sociais na região da AMAU, no período compreendido entre 1930 e 1980, quando os trabalhadores brasileiros vivenciaram avanços e retrocessos em seus direitos e na sua cidadania. É um período longo marcado por diversos contextos em nível nacional, entre outros: a Revolução de 1930, a ditadura de Getúlio Vargas e a criação da legislação sindical e trabalhista para os trabalhadores urbanos; o processo de democratização do Brasil entre 1945 e 1964, a criação das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro, do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e da Frente Agrária Gaúcha (FAG) no Rio Grande do Sul; da criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Brasil (1962) e na região; da instalação da Ditadura Militar no Brasil, em 1964 e da perseguição aos Grupos de Onze que tinham sido incentivados por Leonel Brizola. Neste capítulo, serão debatidos dois conceitos centrais que facilitam a compreensão do processo organizativo dos agricultores de base familiar dessa região: cidadania e tutela política.

No Capítulo III, são descritos e analisados os processos de organização e de conquista dos direitos sociais e das políticas públicas de apoio à agricultura de base familiar e seus impactos no desenvolvimento dos agricultores familiares na região da AMAU, a partir da atuação decisiva do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais, no período que vai de 1980 a 2002. Nesse período, existem também alguns contextos políticos diferenciados, como o da redemocratização do Brasil, do processo constituinte, do ressurgimento das lutas sociais e políticas em todo o Brasil e na região da AMAU, da criação do Plano Real e da implementação do Pronaf, em 1995-1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste capítulo, prosseguiremos com o debate relativo aos conceitos de cidadania e tutela política, mas com acréscimos interessantes - os conceitos de movimentos sociais e de agricultura familiar – haja vista a entrada em cena do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais rurais na década de 1980 no Brasil e na região e da adoção do termo agricultura familiar tanto no meio sindical, quanto no meio acadêmico e na esfera pública a partir da efetivação do Pronaf, em 1995-1996.

No Capítulo IV, é descrito e analisado o desenvolvimento da agricultura de base familiar, entre 2003 e 2014, período no qual se vivenciou um contexto político favorável ao desenvolvimento da agricultura de base familiar no Brasil: os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma na presidência da República, governos de cunho neodesenvolvimentista. Neste capítulo, polemiza-se o papel do Estado brasileiro e das políticas públicas na orientação do desenvolvimento brasileiro e no processo de fortalecimento do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Analisamos também as contradições das políticas públicas adotadas nesse período, pois, de um lado estimulou o setor da agricultura familiar e de outro o agronegócio e a mineração. Além disso, na relação com o sindicalismo e os movimentos sociais rurais, debatemos o papel do Estado e dos atores sociais na efetivação das políticas públicas (GRISA, 2018; FAVARETO, 2017; SEMINOTTI, 2014).

No Capítulo V, por meio das informações dos Censos Agropecuários do IBGE pesquisados em 2006 e 2017, na região da AMAU e em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, são analisadas algumas contradições que limitam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU: a desigualdade na renda entre os setores da agricultura familiar e da agricultura não familiar; a baixa renda nas unidades produtivas de pequeno porte e a pobreza rural; o avanço da monocultura da soja; o viés produtivista e convencional da agricultura familiar e não familiar; a continuidade do fenômeno do êxodo rural; a masculinização da população rural; o envelhecimento da população e a crise no processo sucessório na agricultura familiar; o déficit no acesso à escolaridade e à assistência técnica; e a precariedade nos serviços de infraestrutura.

No Capítulo VI, analisamos os contextos de crise política, econômica, social, sanitária e ambiental, vivenciados no Brasil e no mundo, entre 2015 e 2021. A partir disso, aprofundamos a questão central colocada nesta tese, ou seja, as potencialidades e os limites do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU no tempo presente.

Para finalizar, ressaltamos que, além do conceito de desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar, são utilizados no desenrolar da tese outros conceitos com destaque para: desenvolvimento territorial, movimentos sociais, tutela política, cidadania, modernização da agricultura, segurança alimentar, neodesenvolvimentismo e neoliberalismo. Para não alongarmos demais a discussão aqui, faremos esse delineamento no decurso do trabalho.

Dito isso, mãos à obra, começemos a caminhada com a descrição e a análise de alguns elementos históricos que marcaram o início do desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU, através do Capítulo I.

CAPÍTULO I

I. ELEMENTOS HISTÓRICOS NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR NA REGIÃO DA AMAU (1822-1980)

Neste Capítulo, são descritos e analisados alguns elementos históricos que marcaram o desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU, entre 1822 e 1980. Pelo estudo realizado, foram identificadas três fases importantes. A primeira compreende o período antecedente ao processo de colonização (1822 a 1908), no qual os povos indígenas passaram a enfrentar as políticas desenvolvidas pelos governos do período imperial e da I República do Brasil, as quais buscavam aldeá-los para liberar a terra ocupada para os projetos de colonização. Além disso, passaram a conviver com os tropeiros luso-brasileiros vindos de São Paulo e Paraná, conhecidos como *birivas*, que iniciaram um processo de apossamento da terra, através da instalação de estâncias para criação de gado e mulas, especialmente no território dos atuais municípios de Sertão e de Quatro Irmãos, utilizando trabalhadores negros escravizados trazidos da África. Nesse período, diversos grupos de famílias caboclas também se instalaram nesse território e percorriam a região em busca da colheita da erva-mate, além de praticar uma agricultura de subsistência.

A segunda fase compreende o período em que se desenvolve o processo de colonização dessa região. Inicia com a fundação da Colônia Erechim (1908) e com a inauguração da ferrovia São Paulo-Rio Grande (1910) e vai até 1950. Nesse período, esse território teve um crescimento extraordinário de sua população com a chegada dos povos imigrantes europeus e de seus descendentes oriundos das Colônias Velhas instaladas anteriormente no estado. Da mesma forma, houve um desenvolvimento formidável da agricultura, especialmente da pequena propriedade rural. Essa fase termina quando o modelo tradicional de agricultura criado no processo de colonização entra em crise na década de 1950.

A terceira fase compreende, então, o período que vai entre 1950 e 1980, quando foi implantado o processo de modernização conservadora da agricultura nessa região, o qual trouxe ganhos e perdas conforme o nível de capitalização de cada família de agricultores. Assim, esse processo causou fortes impactos e transformações no processo de agricultura nessa região.

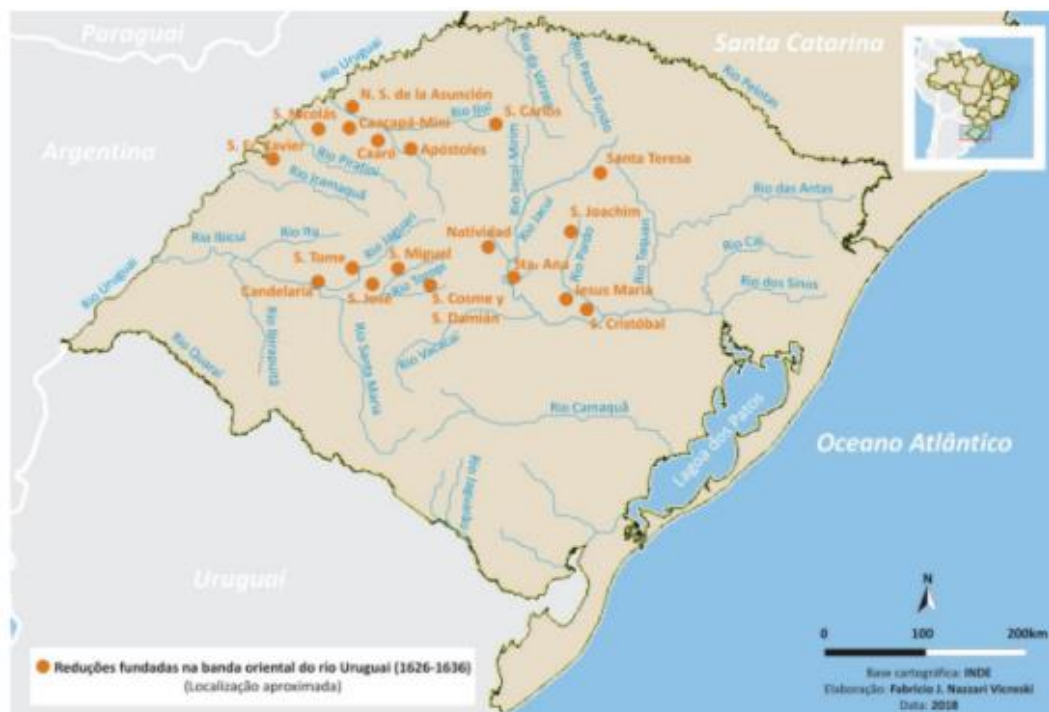
Iniciamos com uma breve descrição sobre o processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, no qual se situa o espaço atual que integra a AMAU.

1.1 A ocupação do território do Rio Grande do Sul: elementos históricos

Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), que compartilhou os territórios da América entre Espanha e Portugal para a sua colonização e exploração, as atuais terras do Rio Grande do Sul pertenciam à Coroa Espanhola. Entretanto, no decorrer dos anos, os territórios sulinos da América despertaram a atenção também dos portugueses. O primeiro passo foi dado durante o período da Unificação Ibérica (1580-1640), quando comerciantes portugueses conheceram a rica região do rio da Prata, em território espanhol (MAESTRI, 2010, p.21).

De parte da Coroa Espanhola, no decorrer do século XVII, com o anseio de assegurar o domínio dos territórios sulinos, utilizou-se da ação dos missionários jesuítas e criou a Província Jesuítica do Paraguai. Nesse processo, entre as décadas de 1620 e 1630, viabilizaram-se alianças entre jesuítas e indígenas que resultou também na fundação de dezoito povoados missioneiros (reduções⁶) na banda oriental do rio Uruguai (Mapa 2), no atual território do Rio Grande do Sul (VICROSKI, 2021, p. 14).

Mapa 2 - Reduções jesuíticas fundadas na banda oriental do rio Uruguai, entre 1626 e 1636 (localização aproximada), atual território do Rio Grande do Sul



Fonte: VICROSKI, 2021, p. 15.

⁶ Entende-se por **missão** o trabalho de conversão e catequização dos povos indígenas, ao passo que a **redução** foi o método empregado para viabilizar a prática missional. A partir do trabalho dos jesuítas realizando alianças com os povos indígenas, a aldeia deixava de ser uma forma de organização indígena para assumir o caráter de espaço criado pela cultura cristã (VICROSKI, 2021, p. 15). 9+

Saliente-se que a chegada dos jesuítas e a criação das reduções indígenas missioneiras na banda oriental do rio Uruguai, no século XVII, sob domínio espanhol, são episódios relacionados aos ataques bandeirantes às reduções fundadas nas regiões de Itatim e de Guaira, situadas na margem esquerda do rio Paraná. Os bandeirantes tinham como objetivo a captura dos indígenas aldeados a fim de comercializá-los como mão-de-obra escrava. Isso resultou no êxodo indígena e jesuíta em direção ao sul, na chamada zona do Tape, no atual território do Rio Grande do Sul (VICROSKI, 2021, p. 18).

É nesse contexto, também, que foi criada a redução jesuítica de *Santa Teresa del Curiti*, em 1632, na região noroeste do atual território do Rio Grande do Sul, na bacia do alto Jacuí, região hoje de Passo Fundo. Essa redução, em 1633, foi transferida mais para o sul, nas proximidades do atual município de Tio Hugo. A nova localização permitiu a articulação com as demais reduções e uma aproximação com a zona dos ervais. Além disso, atenuou os riscos de ataques de índios Jê contrários ao avanço da frente missional, localizados no Alto Uruguai. A redução de Santa Teresa tornou-se um povoado próspero e de localização estratégica. Sua população superou quatro mil pessoas. Dentre os aldeados figuravam índios Guarani e Jê (VICROSKI, 2021, p. 18).

Entretanto, seduzidos pelo lucrativo comércio escravagista, os bandeirantes paulistas lançaram-se também sobre o Tape e, em 1637, a redução de Santa Teresa foi invadida por bandeirantes comandados por André Fernandes. Em consequência, grande parte dos indígenas foram capturados e remetidos para São Paulo para serem comercializados como escravos. Devido sua localização estratégica, os bandeirantes estabeleceram ali o arraial do Igaí ou dos Pinhais. Durante mais de 30 anos, o local serviu de base de apoio para a penetração luso-brasileira em direção ao interior do território sul-rio-grandense - então domínio da coroa espanhola. Estima-se que cerca de 30 mil indígenas tenham sido subjugados e outras dezenas de milhares desestruturados, mortos ou se obrigaram a emigrar. A dinâmica de povoamento tradicional das populações nativas foi desarticulada (VICROSKI, 2021, p. 18).

Além dessa ação dos bandeirantes luso-brasileiros paulistas, a Coroa Portuguesa decidiu disputar a ocupação dos territórios sulinos da América desenvolvendo outras ações. Em 1680, fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento, na margem oriental do rio da Prata. Em resposta, os espanhóis estimularam novamente a criação das reduções jesuíticas na parte oriental do rio Uruguai, aproveitando-se que os bandeirantes não estavam mais instalados nessa região. Surgiram, então, os Sete Povos das Missões, os quais constituíram-se em importante barreira contra a expansão lusitana em direção ao Prata (MAESTRI, 2010, p. 21).

A partir de 1695, a descoberta das “Minas Gerais do Ouro” no sudeste brasileiro despertou ainda mais o interesse de Portugal e dos luso-brasileiros paulistas pelo atual território do Rio Grande do Sul. A razão para isso não foi mais a escravização indígena, mas a possibilidade de exploração dos gados existentes, tanto para a alimentação como para o transporte (MAESTRI, 2010, p. 25).

Para garantir essa extração sistemática dos gados sulinos, o governo português no Brasil estimulou a formação de estâncias (fazendas pastoris). Em 1734, assinalavam-se 27 estâncias entre Tramandaí e Rio Grande. A partir de 1730, foram concedidas as primeiras sesmarias no litoral norte e no Estreito – Torres e Tramandaí (1732), Osório e campos de Viamão (1740). Como escreveu Maestri (2010, p. 25), “a sesmaria consistia de ‘três léguas em quadro’, ou seja, pouco mais de treze mil hectares, constituindo doação gratuita e plena, sem qualquer ônus, a não ser o dízimo de Cristo, sob a obrigação dos sesmeiros de ocupá-las e explorá-las”. Assim, no sul do Brasil, para obterem uma sesmaria, os sesmeiros declaravam, comumente, condições de povoar as terras com gados e trabalhadores, em geral povos negros escravizados trazidos do continente africano: ‘Tratava-se de reprodução do padrão latifundiário, escravista e mercantil da ocupação e exploração da terra comum no resto da colônia’, ou seja, como ocorria em quase todo o território brasileiro de então (MAESTRI, 2010, p. 25).

Assim, o processo de colonização portuguesa iniciou nas regiões litorâneas e se espalhou na metade sul do estado, marcado pela instalação do latifúndio pastoril, com destaque para a produção de charque, muares e equinos. Depois de muitas disputas, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid (1750), o qual era uma tentativa de trazer a paz à região. Pelo acordo, a Colônia de Sacramento passou a pertencer à Espanha enquanto Portugal ficava com os territórios missioneiros ao oriente do rio Uruguai. Isso foi uma verdadeira traição aos povos indígenas, o que causou a Guerra Gauranítica (1753-1756), pois os índios não aceitaram devolver as suas terras. Como resultado, os povos indígenas foram dizimados pelos exércitos português e espanhol (GOLIN, 2014).

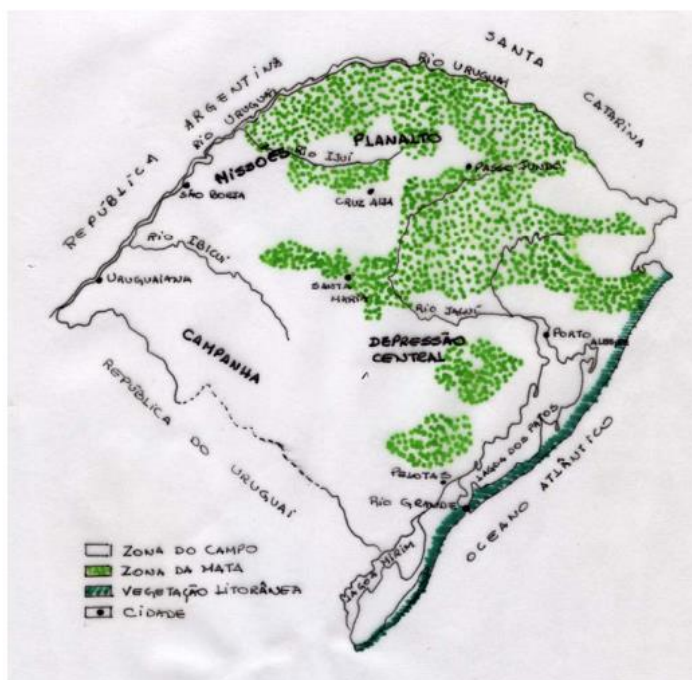
Depois disso, as disputas pelo território continuaram e, apenas em 1801, o Rio Grande do Sul assumiu praticamente a conformação atual, passando o seu domínio ao Brasil, ainda sob domínio de Portugal. Como prêmio, os oficiais luso-brasileiros que lutaram no processo de conquista do território, receberam sesmarias também nos territórios que pertenciam às reduções indígenas na região missioneira. Assim, até a Independência do Brasil (1822), os campos sulinos já se encontravam ocupados por estancieiros portugueses, açorianos e luso-brasileiros. Nesse processo, as camadas mais pobres da população não foram contempladas com o acesso

à terra. Ao contrário, as populações indígenas foram dizimadas e os povos africanos foram trazidos para trabalharem como escravos (MAESTRI, 2010, p. 37).

Além disso, a ocupação luso-brasileira da região missioneira permitiu que, em 1816, fosse estabelecido o chamado “Caminho Novo da Vacaria” ou “Estrada das Missões”, o que estimulou a ocupação territorial do centro-norte do Rio Grande do Sul nas regiões onde ficam situados atualmente os municípios de Cruz Alta, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, Lagoa Vermelha, entre outros. Isso originou um processo contínuo de ocupação das terras por meio da posse. Muitos deles eram criadores paulistas que também ocuparam os campos de Curitiba, Guarapuava e Lages, nos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. A partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, essas posses puderam ser legalizadas, tornando reconhecido também o latifúndio em grande parte do planalto rio-grandense (MAESTRI, 2010, p. 43).

Dessa forma, a ocupação do Rio Grande do Sul, por fatores conjunturais, esteve estreitamente ligada às condições naturais de sua vegetação, como pode ser observado no Mapa 3, em sequência.

Mapa 3 - Rio Grande do Sul – Vegetação Original, Campos e Florestas Nativas



Fonte: ORTIZ, 2006, p. 71 apud ZARTH, 1997, p. 23.

Dessa forma, a elite pastoril empurrou continuamente a fronteira rio-grandense até os limites dos campos nativos tomando-os dos espanhóis e dos indígenas. Em função disso, nas zonas de campo, a marca de sua ocupação e de seu desenvolvimento está intimamente ligada

às grandes propriedades rurais. Note-se que, até a Independência do Brasil, as regiões florestais situadas especialmente na metade norte do Rio Grande do Sul não tinham despertado grande interesse (ZARTH, 1997, p. 22).

1.1.1 A ocupação das terras florestais no Rio Grande do Sul e a imigração europeia

O processo de ocupação das terras florestais do Rio Grande do Sul possui estreita relação com a chegada dos povos imigrantes e de seus descendentes estimulada pelo governo brasileiro tanto no período imperial (1822-1889), como também na época da I República (1889-1930). E, nesse processo, os povos indígenas, caboclos e negros foram preteridos.

Entre os primeiros imigrantes que chegaram ao estado, estavam os de língua alemã, entre 1824 até o início da Guerra Farroupilha, em 1835. Durante a guerra, houve uma interrupção dessa imigração, mas depois teve continuidade. Esses colonos foram atraídos pela concessão gratuita de sementes, ferramentas, animais, auxílio financeiro inicial e, sobretudo, colônias com tamanho de 78 hectares. As terras destinadas a esses colonos estavam localizadas na Encosta Inferior do Planalto - São Leopoldo (1824), São Hamburgo, São Sebastião do Caí (1848), Santa Cruz do Sul (1849), Estrela (1853), entre outros locais. Entre os objetivos que o governo imperial do Brasil tinha com o processo de colonização das áreas florestais do Rio Grande do Sul, estavam: fornecer braços para o exército imperial; abastecer a capital sulina (Porto Alegre) em gêneros alimentícios; facilitar os contatos com as regiões da Depressão Central e do Planalto; diminuir o desequilíbrio demográfico entre a população livre e a escravizada; e valorizar os territórios (MAESTRI, 2010, p. 42).

Depois dos alemães, entre 1875 e 1914, chegou a vez dos imigrantes italianos. E o Rio Grande do Sul recebeu aproximadamente 80 mil pessoas que abandonaram regiões como a Lombardia e o Vêneto (Itália) por causa da miséria que lá viviam, os quais foram atraídos ao Novo Mundo pelo sonho da terra. A partir de 1875, os primeiros colonos imigrantes italianos ocuparam as terras da Encosta Superior do nordeste do estado, imprestáveis à produção pastoril, mediante a fundação das colônias de Caxias, Conde D'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves). As colônias recebidas tinham em média de 25 a 50 hectares. Em 1877, também ocuparam a colônia de Silveira Martins, nas proximidades de Santa Maria, na região central do estado (MAESTRI, 2010, p. 209-210).

Em relação ao desenvolvimento da agricultura, cabe registrar que o processo de colonização com base nos imigrantes europeus não portugueses no período imperial do Brasil e o parcelamento da terra nas áreas florestais do estado originaram uma dinâmica economia de

pequenas unidades agrícolas e artesanais, voltadas à subsistência e ao pequeno comércio. Assim, a produção de banha, graspa, manteiga, presunto, salame, toucinho, vinho, entre outros produtos, abastecia a família e os centros urbanos próximos, pois o grande comércio entre todo o Brasil ainda não estava organizado nessa época (MAESTRI, 2010, p. 214-215).

Mais tarde, no período da Primeira República (1889-1930), quando escassearam as terras dessas colônias (ocupadas basicamente por imigrantes alemães e italianos), colônias novas foram abertas ao norte do rio das Antas, no Planalto Médio, no Alto Uruguai e nas Missões, sobretudo quando estradas de ferro permitiram escoar a produção.

Entretanto, para que o processo de colonização das terras florestais no norte do estado pudesse acontecer, uma ação do estado, realizada no decorrer do século XIX, foi fundamental: a “limpeza” das matas, especialmente através do aldeamento das comunidades indígenas, o que permitiu também a abertura, em 1845, de mais um caminho – o *Caminho Novo das Missões* – em direção à feira de Sorocaba, pelos campos de Nonoai (RS) e Guarapuava, através do passo do Goio-En, no rio Uruguai (MAESTRI, 2010, p. 193-215).

Com a ocupação das terras mais ao norte do estado, o território do Rio Grande do Sul foi integralmente ocupado e o preço das terras se multiplicou. Além disso, os povos indígenas foram os grandes perdedores nesse processo, pois seu modo de vida tradicional foi destruído.

1.1.2 O aldeamento indígena nas áreas florestais no norte do Rio Grande do Sul

A ocupação humana na atual América do Sul remonta há mais de 12 mil anos, ou seja, os povos indígenas viviam nessas terras bem antes da invasão espanhola e portuguesa, ocorrida nos séculos XV e XVI (MAESTRI, 2010, p. 47). Assim, é incerto o período de chegada dos primeiros habitantes no atual território da AMAU. Entretanto, pesquisas arqueológicas no Alto Uruguai de Santa Catarina indicaram vestígios de ocupação humana entre 8 e 12 mil anos nos territórios atuais dos seguintes municípios: Itapiranga, 8.640 anos; Águas de Chapecó, 11.700 anos; Palmitos, 10.185 anos; e Itá, 9.027 anos (CARBONERA; CECCHIN, 2019, p. 7). Outro estudo recente indicou a existência de uma aldeia Guarani às margens do rio Apuaê, entre os municípios atuais de Carlos Gomes e São João da Urtiga, na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul no período pré-colonial do Brasil, aproximadamente 2 mil anos atrás (VICROSKI; SCHMITT, 2018, p. 12).

Sabe-se que, no período mais recente (nos últimos três séculos), entre os principais protagonistas da fixação indígena na região da AMAU, estão os índios das comunidades

Kaingang e Guarani (estes em menor número). Sobre a presença menor das comunidades Guarani, Vicoski e Schmitt (2018, p. 12) possuem uma explicação: a “invisibilidade histórica” das populações Guarani no Alto Uruguai seria atribuída em parte pela ação dos bandeirantes luso-brasileiros paulistas, no século XVII - captura e escravização dos indígenas - o que resultou na permanência de apenas alguns grupos nessa região e na consolidação das populações Kaingang nesse lugar.

Em relação a esse período mais recente cabe também registrar o posicionamento do padre Benjamin Busato (1944) que constatou que, no *Mapa de los Yerbales de las Reduções Orientales* (1699) - a partir dos estudos realizados pelo Padre Guillermo Furlong relacionados à *Cartografía Jesuítica del Rio de la Plata* - consta a possível presença dos padres jesuítas nas proximidades do Goio-En, no rio Uruguai no final do século XVII:

Sem contar com a época, mais curiosa do que de real valor, em que este sólo pertencente ao vice-reinado do Perú, e aos vice-reinados do Uruguai e Buenos Aires, tempos em que os jesuítas exploravam os hervais de nosso Herval Grande, e em que surgiram duas capélinhas de redução nas proximidades do Rio Erechim (BUSATO, 1944).

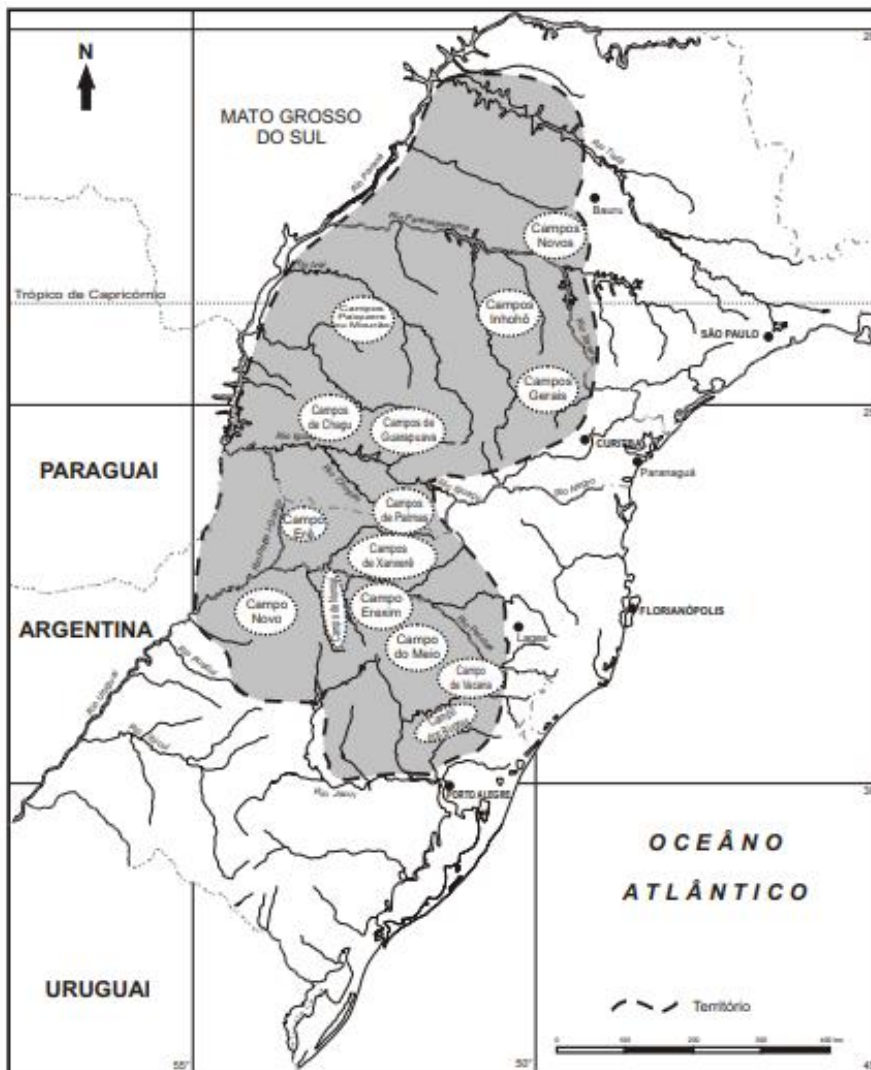
Essa afirmação precisa de maior comprovação, mas significaria que, ainda no período de dominação espanhola sobre o território atual do Rio Grande do Sul, onde estão situados atualmente os municípios de Erval Grande e Nonoai, pode ter ocorrido a exploração da erva-mate, além da possível construção de duas capelas de redução indígena pelos jesuítas.

Apesar das incursões bandeirantes no século XVII no Planalto Médio (região de Passo Fundo), as comunidades Kaingang e algumas Guarani estabelecidas nas áreas florestais da região do Alto Uruguai viveram em relativo isolamento e puderam preservar os seus territórios e tradições, pois essas terras estão entre as últimas do território do Rio Grande do Sul que foram incorporadas ao processo de produção capitalista (TEDESCO; VANIN, 2017, p. 38-39; PIRAN, 2001, p. 20). Embora isso, a mobilidade indígena, característica de sua cultura foi gradativamente reduzida. A região do Alto Uruguai foi um dos últimos refúgios dessas populações.

Em relação aos povos Kaingang, saliente-se que eles se estabeleciam nas proximidades de rios e córregos e viviam da caça de animais de pequeno porte, da pesca e de recursos vegetais (coleta) como o pinhão e a erva-mate, ou seja, a sua agricultura era incipiente e de subsistência. Em síntese, os povos Kaingang eram coletores de planalto, pequenos caçadores e pequenos agricultores (SPONCHIADO, 2016, p. 150).

Em termos de localização dos territórios ocupados por eles na região sul do Brasil, incluindo o atual território da AMAU, o Mapa 4, em sequência, é ilustrativo.

Mapa 4 - Possível território ocupado pelos povos Kaingang no Brasil Meridional, no início do século XIX



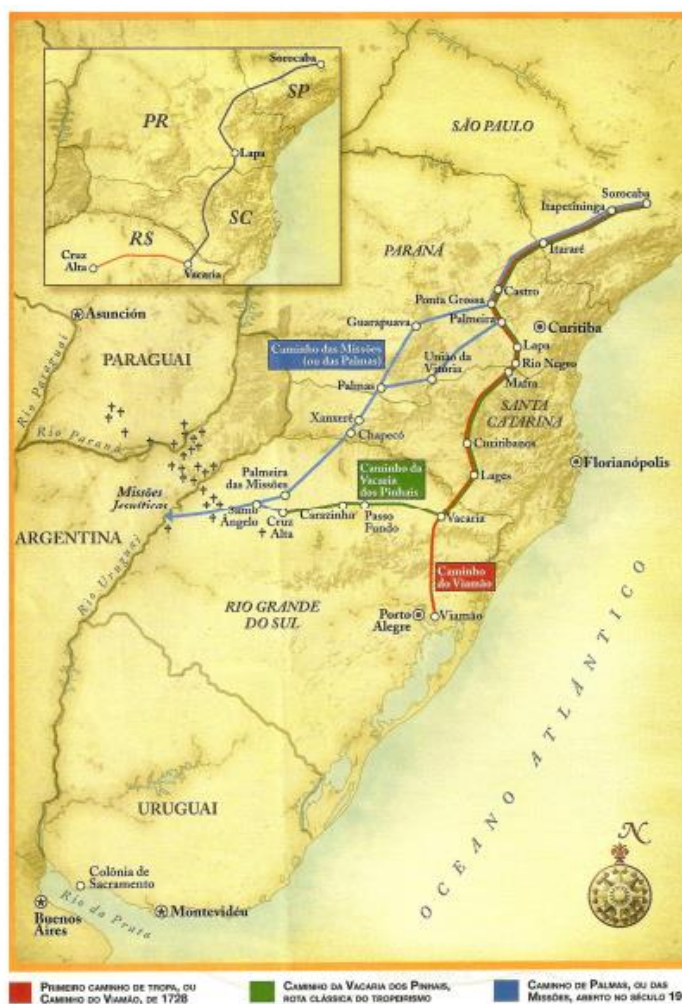
Fonte: LAROQUE, 2007, p. 36.

A partir do século XIX, a região norte do Rio Grande do Sul vivenciou um processo de ocupação crescente por outros grupos sociais – bandeirantes paulistas e paranaenses (geralmente tropeiros), caboclos, negros, imigrantes e seus descendentes – que ampliou progressivamente os conflitos sociais e acarretou a desterritorialização dos povos indígenas. Em consequência, as suas comunidades tiveram que recuar das áreas tradicionalmente ocupadas, permitindo a ampliação da apropriação das terras por particulares. Exemplo disso é o processo de aldeamento e a demarcação de uma área de terra destinada aos índios existentes

na região de Nonoai, realizada pelo governo provincial do estado, entre 1846-1856, no período do Brasil-Império (CARINI, 2005, p. 170).

A abertura do caminho de Palmas (também chamado de *Nova Vereda das Missões* ou *Estrada das Mulas*), em 1845, utilizando o Passo do Goio-en, no rio Uruguai, coincidiu com o último ciclo do tropeirismo no Rio Grande do Sul e permitiu o acesso dos *birivas* – paulistas e paranaenses, luso-brasileiros que se dedicavam tradicionalmente à criação de animais e às tropeadas – aos campos e matas de Nonoai, de Sarandi e de Erechim⁷(CARINI, 2005, p. 128).

Mapa 5 - Mapa da região sul “cortada” pelos caminhos dos Tropeiros paulistas e paranaenses



Fonte: Revista Globo Rural, Edição Especial, fascículo 1:1, 2007.

Saliente-se que, entre 1822 (Independência do Brasil) e 1850 (quando foi instituída a Lei de Terras no país), vigorou o sistema de posses, pois não havia legislação para regularizar

⁷ As terras que integram a atual AMAU pertenciam nessa época ao município de Cruz Alta. A partir de 1857, com a emancipação de Passo Fundo, passaram a integrar esse município.

o processo de ocupação territorial. A Lei de Terras passou, então, a dar uma base jurídica e administrativa para esse processo de ocupação. Um dos elementos importantes foi que, em longo prazo, deu sustentação para que as diferentes concepções sobre a terra e o seu uso, que estavam em disputa até aquele período, fossem substituídas por uma única, isto é, a visão de que a terra deveria ser transformada em propriedade/mercadoria. Assim, os grupos sociais, que historicamente tinham ocupado e usado a terra com base em outros critérios que não os jurídicos e de mercado – os povos indígenas e caboclos, por exemplo - viram suas lógicas questionadas e relegadas. Em consequência, foram expulsos, violentados e transformados em intrusos, vadios e criminosos (SILVA, 2015, p. 92, 102). Além disso, as políticas públicas criadas nessa época – o aldeamento indígena e a Lei de Terras - permitiram o povoamento, a comercialização de terras, a produção agrícola e o controle social e territorial no centro-norte do Rio Grande do Sul (TEDESCO; NEUMANN, 2020).

Saliente-se que os povos indígenas mantinham um forte vínculo com a terra que ia além de sua subsistência material. Tudo - a terra, a mata, os animais, os rios, o sol, a lua – eram carregados de simbologia. Assim, perder a terra representava para o indígena desfazer-se de um mundo de sonhos, de crenças, de projetos seus e dos antepassados. Dessa forma, a chegada do homem branco, no decorrer do século XIX, nas áreas florestais no norte do Rio Grande do Sul, impôs aos indígenas uma alteração de seu modo de ver e sentir o mundo. Começou-se, então, um trabalho de “moldagem” ou domesticação, o qual devia inserir os indígenas no mundo do branco, fazê-lo crer nas mesmas crenças e utopias, fazê-lo ver o mundo com outros olhos, ou seja, com os olhos do conquistador. Para esse intento, muito contribuiu o trabalho dos jesuítas (CARINI, 2005, p. 120-121).

Nesse contexto, a Lei de Terras de 1850, ao legitimar a posse das terras aos estancieiros e não contemplar os povos indígenas e caboclos, demarcou uma derrota maiúscula ao seu modo de vida, legitimando a visão comercial e mercadológica da terra. Assim, muitas vezes, os conflitos entre estancieiros, tropeiros, caboclos e indígenas afloraram. Por outro lado, várias lideranças indígenas Kaingang começaram a se convencer de que o sertão do Alto Uruguai já não lhes pertencia como outrora. Assim, precisavam negociar com o governo para que lhes fossem assegurados espaços mínimos de sobrevivência. Nasceram assim os primeiros aldeamentos ou toldos, como o de Nonoai (CARINI, 2005, p. 127-128).

A partir da instalação da República no Brasil (1889) e com a chegada ao poder estadual do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), cujas principais lideranças, como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, eram influenciadas pelo apostolado positivista, a ocupação territorial do norte do Rio Grande do Sul ganhou ainda mais interesse. Cabe destacar também

que a administração das terras públicas passou a ser estadual a partir de 1891 e, entre os objetivos do governo desse período, estava o de ampliar o processo de colonização com o fim de tornar o estado polivalente na produção de gêneros alimentícios, tornando-o fornecedor de produtos agrícolas para o mercado nacional e internacional. Para isso, o Rio Grande do Sul não podia mais depender de um único produto ligado à produção bovina (o charque) produzido na metade sul do estado. A região das matas no norte rio-grandense, então, passou a ganhar elevado interesse e papel relevante nas políticas públicas estaduais (SILVA, 2011, p. 226).

Em consequência disso, os projetos de colonização passaram a receber atenção especial dos governos positivistas rio-grandenses. É nesse cenário, portanto, que nasceu a Colônia Erechim, em 1908. É o primeiro ensaio de colonização positivista, na qual o Diretor de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, Carlos Torres Gonçalves, tentou implementar as suas ideias e concepções (SPONCHIADO, 2000, p. 224), o qual já em 1911 avaliava a prosperidade da Colônia recém fundada e ressaltava a importância da estrada de ferro:

Mas não é só a colônia que é próspera; toda a região atravessada pela estrada de ferro tende a desenvolver-se rapidamente. É verdade que a estrada de ferro veio encontrar uma situação de progresso latente, mas também, por outro lado, sem a estrada de ferro, o desenvolvimento não seria o que hoje se observa, bastando refletir que a estrada, além de seu interesse local, constitui a ligação da região com a capital do estado, por um lado, e capital da República, por outro (Relatório da DTC – 1911. *In* Relatório da SOP-1911, p. 127 apud SPONCHIADO, 2000, p. 224-226).

Com relação aos povos indígenas, no entanto, a política de aldeamento em vigor durante o século XIX e mantida no período republicano resultou em consequências trágicas. O próprio Diretor de Terras e Colonização do governo estadual assim se manifestou, em 1910:

(...) é de uma raça abatida, deprimida, decadente: que nada lucrou como contato dos acidentais, antes perdeu (...). Os contatos com os ocidentais, pela forma por que eles se deram e se dão ainda, corromperam, porém, os seus hábitos domésticos, quebrando-lhes a energia, e estimularam a sua natural indolência. As perseguições sofridas, as que sofrem ainda, a consciência da sua inferioridade, abateram também a antiga altivez dos nossos silvícolas, e mesmo a sua dignidade! Cumpre-nos reerguê-los dessa situação, no que isso depende ainda de nós, pois temos uma divindade de honra a saldar com os descendentes dos primitivos ocupantes das terras por nós conquistadas pela violência (GONÇALVES, 1910 apud KAMINSKI, 2014, p. 32).

Diante disso, o governo estadual propôs uma política denominada de “proteção fraterna” aos povos indígenas. Nesse período, o Sistema de Proteção aos Índios (SPI)⁸, devolveu ao

⁸ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os

estado o cuidado com os indígenas (CASSOL, 2003, p. 49) e, entre 1910 e 1918, foram demarcadas as seguintes áreas indígenas, conforme demonstra a Tabela 1, em sequência, na região norte do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 - Os onze toldos indígenas demarcados no início do século XX no norte do Rio Grande do Sul

Área indígena	Ano de demarcação	Área demarcada em hectares (ha)	Atual município (2021)
Faxinal (Cacique Doble)	1910	5.673,33 ha	Cacique Doble
Carreteiro	1911	600,72 ha	Água Santa
Monte Caseiros	1911	1.003,74 ha	Ibiraiaras e Muliterno
Inhacorá	1911	5.859,00 ha	São Valério do Sul
Ligeiro	1911	4.517,86 ha	Charrua
Nonohay	1911	34.907,61 ha	Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros e Planalto
Serrinha	1911	11.950,00 ha	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras
Ventara	1911	753,25 ha	Erebango
Guarita	1917	23.183,00 ha	Tenente Portela, Miraguaí e Redentora
Votouro Kaingang	1918	3.100,00 ha	São Valentim
Votouro Guarani	1918	741,00 ha	Benjamin Constant do Sul

Fonte: VANIN; SILVA; TEDESCO, 2018, p. 168.

Em relação à região da atual AMAU, a partir da Tabela 1, são as seguintes as terras indígenas demarcadas no início do século XX: Ligeiro (Charrua), 4.517,86 hectares; Ventara (Erebango), 753,25 hectares; Votouro Kaingang (São Valentim), 3.100 hectares; e Votouro Guarani (Benjamin Constant do Sul), 741 hectares. Isso corresponde a um total de 9.112,11 hectares. Saliente-se que o último Relatório elaborado por Carlos Torres Gonçalves na liderança da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), em maio de 1928, com dados de 1927 (CASSOL, 2003, p. 89), constou que a Colônia Erechim possuía uma superfície colonizada total de 260.671 hectares e uma área ainda disponível de, aproximadamente, 98.900 hectares, somando 359.571 hectares. Assim, a área demarcada para os indígenas correspondia a um percentual extremamente ínfimo de 2,53% da superfície colonizada pelo estado, na Colônia Erechim. No entanto, em relação à área total da AMAU, o território demarcado para os povos indígenas na época correspondia a 1,43%. Atualmente, resultado das conquistas obtidas na Constituição de 1988, as terras indígenas correspondem a 19.604,30 hectares, como se pode averiguar na Tabela

2, em sequência. Isso equivale a 3,08% da área total da região da AMAU que é de 635.558,10 hectares (SPONCHIADO, 2017, p. 59).

Tabela 2 - Terras indígenas por etnia e município

Terra indígena	Etnia	Município	Área (hectares)	Fase de regularização	Modalidade
Ligeiro	Kaingang	Charrua	4.565,8	Regularizada ⁹	Tradicionalmente ocupada ¹⁰
Ventarra	Kaingang	Erebango	773	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Mato Preto	Guarani	Erechim, Erebango e G. Vargas	4.230	Declarada ¹¹	Tradicionalmente ocupada
Guarani Votouro	Guarani	B. C. do Sul	717,4	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Votouro	Kaingang	B. C. do Sul, Faxinalzinho	3.341,1	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Votouro/Kandoia	Kaingang	B. C. do Sul, Faxinalzinho	5.977	Delimitada ¹²	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹³.

Note-se que as políticas públicas de “proteção fraterna” dos povos indígenas, adotadas entre 1910 e 1930, pelo governo estadual, visavam integrá-los nos projetos de colonização, através da troca de saberes entre os diferentes sujeitos sociais o que provocaria a sua elevação cultural e a melhora de condições de vida a partir do desenvolvimento da agricultura nessas localidades. A empreitada, no entanto, não foi tão eficaz, pois os conflitos permaneceram ao longo do tempo, tanto na esfera pública (entre o que desejava Torres Gonçalves e o que era executado por seus comandados), como na relação direta entre os indígenas e agricultores. Entre os problemas presentes, estava a questão da intrusão que ocorria seguidamente nos espaços designados aos indígenas, além da imposição do modelo capitalista de produção agrícola, aliada a uma incompreensão de seu *ethos* cultural e social ligado à terra (TEDESCO; NEUMANN, 2020).

⁹ *Regularizada*: terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

¹⁰ *Tradicionalmente ocupada*: são as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

¹¹ *Declarada*: terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

¹² *Delimitada*: terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

¹³ Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 02 abr. 2021.

Depois do período da colonização, entre 1940 e 1970, a região norte do Rio Grande do Sul, inclusive no território da AMAU, os conflitos entre os povos indígenas e demais grupos sociais continuaram. Vivenciou-se, nesse período, um contexto de implementação do processo de modernização conservadora e capitalista da agricultura, na qual a agropecuária se subordinou à indústria e a falta de terra era gritante para os descendentes das famílias de agricultores, como será aprofundado mais adiante. Assim, ganhou força a ideia de ocupação das reservas indígenas e florestais do Rio Grande do Sul, inclusive entre lideranças ligadas ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola (1959-1962). Para muitos, essas terras eram consideradas “improdutivas” ou mal aproveitadas para fins econômicos e, por isso, deviam ser utilizadas para fins de reforma agrária (CARINI, 2017, p. 368-370).

Nesse caminho, mais uma vez, os índios foram prejudicados, pois apenas três áreas demarcadas no início do século XX, não sofreram alterações: Ligeiro, Carreteiro e Guarita. Nas demais, algumas sofreram reduções e outras foram extintas. As que foram reduzidas tiveram como motivo a criação de reservas de florestas nacionais ou assentamentos de agricultores sem-terra. Assim, a área de Cacique Doble sofreu 22% de redução; Inhacorá, 82%; Votouro Kaingang, 33%; Votouro Guarani, 62%; e Nonoai, 57%. E as demais áreas - Monte Caseiros, Serrinha e Ventarra - foram extintas (VANIN; SILVA; TEDESCO, 2018, p. 183).

Entretanto, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, a luta pelos direitos indígenas em todo o Brasil – com o apoio do CIMI¹⁴, de alguns intelectuais pertencentes a Universidades e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) – resultou em conquistas no texto final da Constituição Federal promulgada em 1988. Dessa forma, no período seguinte, algumas áreas que tinham sido reduzidas ou extintas ao longo do tempo foram retomadas pelos povos indígenas o que gerou novos conflitos sociais, especialmente com os agricultores (VANIN; SILVA; TEDESCO, 2018, p. 191).

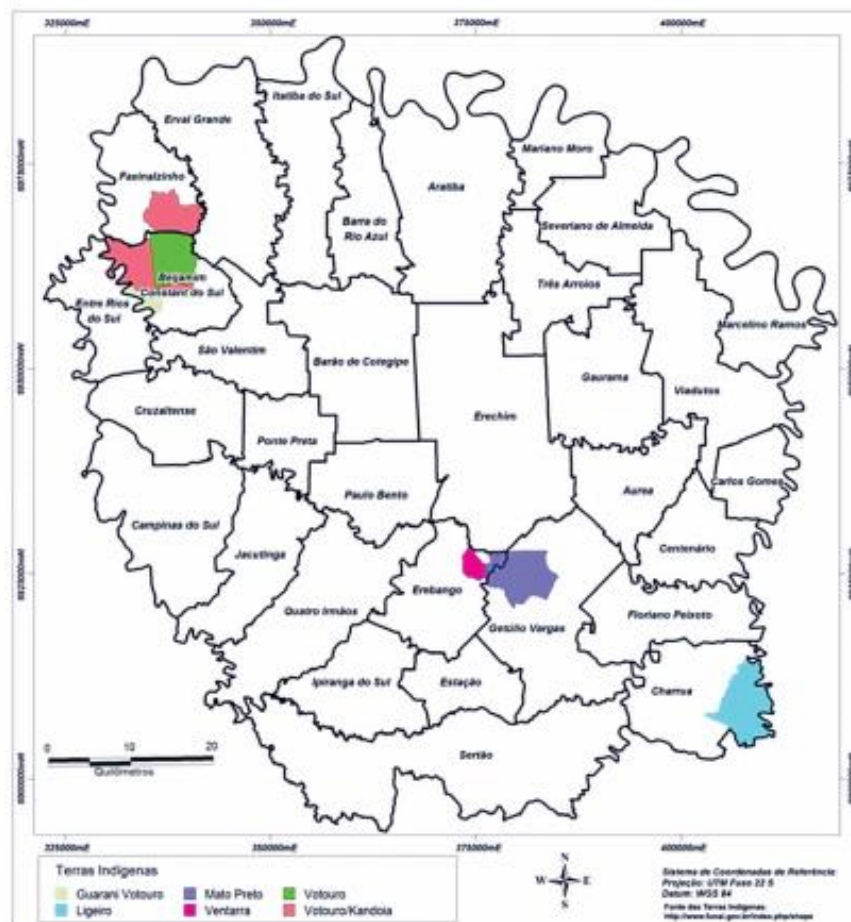
Saliente-se que esses conflitos sociais estão longe de ter uma solução definitiva e a contento, pois os dois segmentos sociais envolvidos possuem suas razões em lutar por essas terras. De um lado, os povos indígenas têm motivos históricos, como visto, para fazer valer os seus direitos. E, de outro, a maior parcela das famílias de agricultores envolvidas nessa contenda também compraram essas terras do estado e assim construíram sua história nesses lugares. Assim, também são vítimas das políticas públicas desenvolvidas pelo estado ao longo do tempo. Dessa forma, como escreveu Kujawa (2017, p. 347), não é suficiente uma decisão judicial para

¹⁴ O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua no Brasil em favor das causas indígenas.

definir quem tem razão. É necessário, portanto, que o Estado construa alternativas para garantir o atendimento das reivindicações dos diversos grupos sociais em seus justos pleitos.

O Mapa 6, em sequência, elaborado em 2017, demonstra claramente como são diminutas as áreas ocupadas na região da AMAU, levando-se em consideração a histórica ocupação indígena nesse lugar.

Mapa 6 - Distribuição atual das terras indígenas inseridas nos limites do território que integra a AMAU



Fonte: SPONCHIADO, 2017, p. 64.

Em suma, apesar da aparente paz, a região da AMAU desenvolveu-se ao longo do tempo sob o signo constante dos conflitos pela terra entre os diversos atores sociais, em similaridade com o que ocorreu em todo o norte do estado. Em consequência, o desenvolvimento da agricultura de base familiar nesse lugar foi marcado pela diversidade de condições e inserções, ou seja, alguns povos tiveram preferência enquanto outros foram preteridos. Os povos indígenas, portanto, foram as principais vítimas desse processo.

Nos últimos anos, nota-se também que a realidade dos povos indígenas na região da AMAU possui similaridade com a situação vivenciada por esse segmento social em toda a América Latina. Conforme estudos do Banco Mundial (2015, p. 8-9), a primeira década desse milênio será lembrada pelo crescimento econômico e pela redução sem precedentes da desigualdade social para o conjunto da população dos diversos países, beneficiando também os povos indígenas, pois seus índices de pobreza caíram. Embora isso, a distância que separa esse grupo social dos demais ficou inalterada ou aumentou. A pobreza afeta 43% da população indígena na América Latina, mais que o dobro proporcionalmente em relação à população não indígena. Além disso, 24% de todos os povos indígenas vivem em extrema pobreza (2,7 vezes mais do que os não indígenas).

Na região da AMAU, com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) medido em 2010, são justamente os dois municípios que possuem os maiores percentuais de população indígena - Benjamin Constant do Sul e Charrua – que mantêm também os menores índices de desenvolvimento humano (0,619 e 0,620, respectivamente), entre os 32 municípios que integram a Associação. Isso pode ser visualizado na Tabela 3, em sequência.

Tabela 3 - IDHM nos municípios da AMAU, 2010

Munic.	IDHM	Renda	Educ.	Long.	EVida	Munic.	IDHM	Renda	Educ.	Long.	EVida
Aratiba	0,772	0,801	0,670	0,856	76,38	F. Peix.	0,663	0,701	0,486	0,854	76,23
Áurea	0,707	0,715	0,588	0,841	75,48	Gaurama	0,738	0,733	0,643	0,852	76,09
B Coteg.	0,719	0,745	0,593	0,842	75,49	GVargas	0,746	0,747	0,658	0,843	75,55
B.RAzul	0,723	0,703	0,638	0,842	75,50	Ipir. Sul	0,791	0,818	0,698	0,866	76,94
B.C. Sul	0,619	0,601	0,492	0,801	73,03	Itat. Sul	0,681	0,696	0,567	0,801	73,03
C. Sul	0,760	0,753	0,691	0,842	75,49	Jacutinga	0,726	0,703	0,636	0,855	76,30
CGomes	0,739	0,732	0,622	0,886	78,14	MRamos	0,724	0,735	0,618	0,834	75,03
Centen.	0,701	0,707	0,569	0,856	76,36	M.Moro	0,730	0,763	0,604	0,843	75,55
Charrua	0,620	0,699	0,385	0,885	78,12	P.Bento	0,710	0,730	0,571	0,858	76,49
Cruzalt.	0,719	0,724	0,605	0,849	75,92	P.Preta	0,725	0,727	0,600	0,874	77,44
E. R.Sul	0,703	0,709	0,572	0,857	76,40	Q.Irmãos	0,689	0,695	0,565	0,833	74,98
Ereb.	0,712	0,689	0,626	0,837	75,24	SValent.	0,720	0,745	0,612	0,820	74,18
Erechim	0,776	0,782	0,716	0,833	74,95	Sertão	0,751	0,746	0,678	0,837	75,23
EGrande	0,681	0,713	0,501	0,885	78,12	S. Alm.	0,752	0,738	0,670	0,861	76,66
Estação	0,753	0,752	0,674	0,843	75,55	T. Arro.	0,791	0,843	0,689	0,851	76,08
Faxinalz	0,666	0,646	0,571	0,801	73,03	Viadutos	0,702	0,715	0,561	0,864	76,81
RS	0,746	0,769	0,642	0,840	75,38	BRASIL	0,727	0,739	0,637	0,816	73,94

Fonte: Atlas Brasil 2013 (ZANELLA e ROCHA, 2020, p. 44).

Dessa forma, concordamos com o documento do Banco Mundial (2015) que considera que os povos indígenas enfrentam barreiras estruturais e culturais que inibem uma plena inclusão social e econômica. Assim, a eliminação desses entraves exige esforços combinados de todos os atores que influenciam o desenvolvimento econômico e social sustentável na região

da AMAU (os três níveis de governo, a sociedade civil, os sindicatos, as cooperativas, as universidades, as ONGs, as Igrejas, entre outros). E, nesse processo, as ações planejadas bem como a sua execução precisam ser pensadas com a participação efetiva dos maiores interessados – as comunidades indígenas.

Em sequência, discorre-se sobre outro segmento social que foi preterido no processo de colonização na região da AMAU: os caboclos.

1.1.3 A presença dos caboclos e a sua exclusão no processo de colonização

A região da atual AMAU foi tratada, geralmente, como um território caracterizado por amplos vazios demográficos no período anterior à criação da Colônia Erechim (1908). Estudos mais recentes, entretanto, revelam que, além dos povos indígenas que habitavam esse território há milhares de anos, houve a presença de outros habitantes anteriores à colonização, como é o caso da população cabocla, que teve presença importante no processo histórico de ocupação desse território no norte do Rio Grande do Sul.

Chama a atenção que as políticas estaduais referentes à questão fundiária foram pensadas e aplicadas pressupondo que os povos nacionais – índios e caboclos - não sabiam dar o valor devido à terra, pois não a faziam produzir com toda a sua potencialidade. No norte do Rio Grande do Sul, os caboclos foram descritos como pessoas pobres, sem instrução e ambição, que tinham uma relação muito próxima com a erva-mate, planta essa abundante nas florestas¹⁵.

Entretanto, os povos caboclos, juntamente com os indígenas deram importantes contribuições no processo de desenvolvimento da agricultura dessa região. Além da colheita da erva-mate, cultivavam produtos como feijão, milho, mandioca e tabaco destinados, basicamente, para a sua sobrevivência. Quando iniciavam uma roça, era comum o trabalho no sistema de *pucherrão*¹⁶. Os caboclos ervateiros foram desbravadores de novas fronteiras na

¹⁵ A erva-mate, a *Ilex paraguayensis*, é uma árvore nativa da América do Sul. No território do planalto rio-grandense, os ervais nativos eram abundantes, principalmente nas matas no Alto Uruguai. O seu extrativismo começou ainda na época das reduções jesuíticas nos séculos XVII e XVIII. Assim, no século XIX, quando esse território foi consolidado como patrimônio português e brasileiro (a partir da Independência), essa atividade começou a fazer parte da economia rio-grandense. Na década de 1830, quando o governo paraguaio suspendeu a exportação de erva-mate, houve uma corrida aos ervais do Alto Uruguai e muitos precisaram ser descobertos no interior das florestas onde os extrativistas, muitas vezes, entravam em conflito com os povos indígenas (ZARTH, 1997, p. 116).

¹⁶ O *Puxerão* ocorria sempre que uma família decidia fazer uma roça para plantio de produtos agrícolas. Nesse momento, convidava seus vizinhos e amigos para fazer a derrubada da floresta em determinado dia de forma voluntária. No dia combinado, todos se apresentam munidos de foices e machados e executam o serviço. Concluída a empreitada, a família responsável organizava o almoço ou o jantar para todos os presentes e ainda servia bebidas alcoólicas, podendo ocorrer até um pequeno baile (SPONCHIADO, 2000, p. 122-126).

região do planalto rio-grandense, pioneiro de diversos povoados, embriões dos futuros municípios como Palmeira das Missões, Santa Rosa, Campo Novo, Erechim, Seberi e muitos outros (SPONCHIADO, 2000, p. 122-126).

A desvalorização dos povos caboclos também esteve presente em vários estudos publicados, pois desconsideraram a presença dos grupos sociais que ocupavam esse espaço antes da fundação da Colônia Erechim e os trataram como “intrusos”. Jean Roche (1969, p. 129), por exemplo, escreve: “Essas colônias oficiais, essencialmente agrícolas, foram abertas em nova zona pioneira”. E ressalta o papel do governo estadual no desenvolvimento das novas colônias, inclusive para resolver o problema da intrusão: “Teve de resolver, também, o problema da instalação legal dos intrusos, que haviam precedido a divisão das terras públicas e se estabelecido aqui e acolá, na orla das zonas colonizadas”.

Os trabalhos mais recentes possuem um olhar diferente e registram com ênfase a presença das populações indígenas e caboclas anteriormente ao processo de instalação das colônias. Um dos primeiros autores a registrar a presença dos caboclos nessa região foi Cassol (1979), que escreveu:

O caboclo era o dono de tudo, suas terras não tinham limites. Um fluxo imigratório trouxe para as matas de Erechim fugitivos da sangrenta Revolução de 1893, oriundos dos mais diversos pontos do Estado, especialmente das regiões mais assoladas pelos maragatos ou pica-paus, pois ambos usavam como invariável praxe a matança e o saqueio dos bens (CASSOL, 1979, p. 127).

Nessa mesma perspectiva de análise, Piran (2001, p. 54) também registra a presença e a desterritorialização dos povos indígenas e caboclos para a efetivação da colonização. Em relação aos caboclos, registra que migraram de várias partes do estado por razões diversas, antes da colonização oficial, estabelecendo-se mediante a posse de terras devolutas nessa região. Para o autor, o processo de colonização oficial teve um caráter violento tanto para os indígenas como para os caboclos (povos nômades e seminômades), ao impor uma cultura diferente e a reorganização do seu território. Dessa forma, para muitos que não aceitaram e resistiram ao cerceamento da liberdade, restou como alternativa sair das proximidades dos núcleos de colonização (situados ao lado das estações de trem) e instalar-se em lugares mais afastados e íngremes, nas proximidades do rio Uruguai, hoje municípios como Itatiba do Sul, Erval Grande e Mariano Moro.

Trabalhos mais recentes também analisam essa realidade. Uma das autoras que faz um desses registros é Neumann (2017, p. 115-116). Para a autora, as novas colônias instaladas no norte do Rio Grande do Sul localizavam-se nas áreas de matas que faziam limites com as áreas

de campo já ocupadas pelos criadores de gado. Para isso, os *posseiros*, que mantinham suas pequenas roças e praticavam o extrativismo da erva-mate, foram desalojados e relegados à categoria de *intrusos*. Além disso, as novas colônias situavam-se nas proximidades dos toldos e das reservas indígenas e, conseqüentemente, os povos indígenas perderam totalmente a sua liberdade de circulação e de convívio com a natureza exuberante dessa região.

Outro trabalho que registra a presença dos colonos nacionais no período da colonização e a sua preterição, pois foram considerados “intrusos”, foi publicado por Tedesco e Caron (2012):

Os *intrusos* eram, em grande parte, colonos nacionais que, por não possuírem recursos e não serem contemplados pelas políticas de colonização, buscavam as áreas de terras não aproveitadas e não valorizadas para ali estabelecerem-se à margem da sociedade, da economia e da lei, sobrevivendo em condições precárias (TEDESCO e CARON, 2012, p. 165).

Paulo Afonso Zarth é outro autor que escreve sobre a presença dos povos caboclos no processo de desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul. Para ele, esse processo pode ser caracterizado pela configuração de dois tipos básicos de pequenos agricultores identificados pelo critério étnico-cultural. De um lado, os diversos grupos de colonos imigrantes europeus (e de seus descendentes) - identificados como um tipo de camponês idealizado; e, de outro, o lavrador nacional, também conhecido como caboclo, mestiço descendente de portugueses, de povos indígenas e africanos – identificados negativamente (ZARTH, 2009, p. 223).

Essa identificação negativa direcionada aos caboclos deve ser refutada, pois sua presença e seus conhecimentos foram extremamente úteis aos colonos imigrantes e descendentes que chegavam à região nas primeiras décadas do século XX. Assim, o desconhecimento inicial do novo ambiente foi superado rapidamente na interação entre colonos e caboclos, os quais viviam há mais tempo nas localidades e cultivavam pequenas roças de subsistência, criavam animais e atuavam no cultivo e na produção da erva-mate. Nesse sentido, relatos dão conta de que muitos colonos aprenderam muito com os caboclos, como foi o caso da erva-mate. De um lado, adotaram o hábito de tomar mate e, de outro, começaram a explorar o seu cultivo (produção e venda nas casas de comércio). Dessa forma, apesar da ocorrência da derrubada de parte dos ervais nativos pelos colonos, motivada pela necessidade de terras para produzir alimentos – objetivo central da colonização -, a exploração dos ervais transformou-se em importante fonte econômica para muitos agricultores nessa região nas mais diversas fases históricas, desde a colonização até os dias atuais (GERHARDT, p. 181-182; IBGE, Censo Agropecuário 2017).

Entretanto, a concepção de colono que foi construída ao longo do tempo histórico é a de um camponês associado à ideia de progresso, de civilização, de desenvolvimento, ou seja, adequado aos princípios do sistema capitalista de produção, integrado plenamente ao mercado, sendo tanto produtor como consumidor (ZARTH, 2009, p. 225). Assim, os imigrantes e seus descendentes foram considerados mais preparados e capazes de proporcionar o desenvolvimento agrícola almejado pelo governo estadual (SILVA, 2011, p. 208).

Por outro lado, em relação ao caboclo, foi construída a ideia de “homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças” (LOBATO, 1950 apud ZARTH, 2009, p. 230-231). Conforme Zarth, a opinião de Lobato tinha a ver também com a preocupação com o sistema de uso de queimadas pelo caboclo para fazer os seus roçados, sistema esse herdado historicamente dos indígenas e, enquanto não havia propriedade da terra, indígenas e caboclos migravam para novas terras, enquanto as antigas roças recuperavam a sua fertilidade, em sistema de rodízio.

Por outro lado, o uso da queimada para cultivar a terra foi utilizado também e amplamente pelos colonos imigrantes europeus e seus descendentes nas primeiras décadas da colonização. Por isso, não há como culpar somente os indígenas e caboclos por essa prática. Em suma, a política estatal da ocupação das terras florestais no norte do Rio Grande do Sul foi realizada elegendo o colono imigrante ou descendente como elemento principal, do qual se esperava a sua inserção nas redes de comércio de terras e de produtos agrícolas. Coube ao caboclo, então, funções secundárias nesse processo: colaborar no trabalho de medição dos primeiros lotes das colônias (já que conhecia o território); estabelecer-se nos locais mais distantes da Colônia (no “fim da picada”¹⁷); trabalhar como agregado, meeiro ou peão sem registro.

Registre-se que os povos caboclos, em alguns aspectos tinham um sistema de vida parecido com o dos povos indígenas. É o caso do modo de vida e de relação com a terra dos povos caboclos, pois a terra era o espaço e ao mesmo tempo o lugar de vida necessário para a reprodução familiar. Assim, nas imensas florestas do norte do Rio Grande do Sul, os camponeses nacionais (os caboclos) retiravam a erva-mate e a vendiam onde havia comércio, em troca de outros bens que as florestas não propiciavam. Além disso, na condição de agregados

¹⁷ No processo de colonização, uma das estratégias adotadas pelo governo estadual para atender de alguma forma os povos caboclos com uma área de terra foi o assentamento de famílias no fim das picadas abertas na mata. Para isso, o governo passou a doar ou cobrar menos preço nessas terras. “Fim da picada” está relacionado à prática do governo do estado e das empresas colonizadoras que abriam picadas no meio das matas para medir as colônias a serem utilizadas pelos colonos e, no final, ou onde a terra era mais inóspita, designavam para quem não tinha condições de adquiri-la a um preço elevado. Desse modo, em geral, os caboclos eram assentados no final dessas picadas (VANIN; SILVA; TEDESCO, 2018, p. 190).

ou de posseiros, os camponeses mantinham relações com as estâncias e com os centros comerciais, vendendo ou trocando produtos da floresta ou de suas roças – ervas medicinais, aves, pequenos animais, alimentos e outros produtos que pudessem vender ou trocar (ZARTH, 2009, p. 233).

Quando se fala do árduo trabalho de desmatamento realizado pelos colonos imigrantes, não se pode esquecer que em muitos deles os nacionais eram contratados para demarcação dos lotes, abertura de estradas, construções de prédios oficiais. (...) Uma vez a que a colonização vinha se aproximando das fronteiras do norte, diminuía os espaços da população cabocla. (...) Para colonizar a região, o governo precisava disciplinar o acesso à terra, delimitando para cada família um lote. A delimitação das terras era algo novo para os caboclos, acostumados a certa liberdade de migrar pelo interior da floresta, sem se preocupar muito com as questões legais da posse da terra (ZARTH, 2009, p. 234).

Além disso, no processo de colonização, a resistência dos caboclos à sua exclusão levou o governo estadual à proposta de transformá-los em colonos, impondo-lhes um estilo de vida completamente diferente de sua tradição em relação à terra e ao modo de viver. Como essa proposta fracassou, a responsabilidade foi atribuída aos próprios caboclos que não souberam se adaptar ao sistema capitalista de produção (ZARTH, 2009, p. 240).

Mas os caboclos também resistiram e lutaram pela terra. Entre os relatos de resistência cabocla na região da atual AMAU, pode ser inscrito o caso do “bando de João Inácio”, cujo conflito ocorreu entre 1927 e 1929. Em 1924, João Inácio e seu grupo de caboclos, composto por oito famílias, vindos da Fazenda Sarandy, instalaram-se na região do Vau Feio (região limítrofe da Fazenda Quatro Irmãos – norte do Rio Grande do Sul), ocupando também terras pertencentes à *Jewish Colonization Association* (JCA), uma das empresas colonizadoras dessa região, nos atuais municípios de Quatro Irmãos, Jacutinga e Campinas do Sul, entre outros. Entretanto, entre 1927 e 1929, o conflito pela terra estourou e a luta passou ao patamar de combate armado. Após vários momentos de enfrentamento com a Brigada Militar, restou ao grupo de caboclos liderados por João Inácio aceitar como solução ao conflito a proposta de abandonar as terras e instalar-se na Colônia Santa Rosa, então município de Santo Ângelo (TEDESCO; CARON, 2012, p. 178).

Além do grupo de João Inácio, há outros casos de resistência e de luta pela terra realizados pelos caboclos na região da AMAU. É o caso de Capitão Belo, também na Fazenda Quatro Irmãos e de Gaudêncio dos Santos, na localidade do Tapir (Barão de Cotegipe). Foram lideranças caboclas vitimadas pelo processo de colonização e de apropriação da terra ocorrido no início do século XX. Assim, resistiram e lutaram pelo seu direito à terra. Entretanto, foram

tratados como intrusos, criminalizados e reprimidos pela força pública (TEDESCO; GRITTI, 2019, p. 88-89).

Há também outros grupos de famílias que chegaram aqui no processo de colonização oficial desse território. Entre os casos, nos atuais municípios de São Valentim e Cruzaltense, às margens do rio Liso, instalou-se um grupo de famílias caboclas nas décadas de 1920 e 1930, possuindo pequenas propriedades rurais (minifúndios), vindos de municípios como Soledade e Cruz Alta. Pelas informações que colhemos ao ouvir relatos de pessoas que ainda residem nesse lugar, os seus avós vieram ali morar para fugir da violência que ocorria no território estadual nessa época, como a Revolução de 1923¹⁸.

Outro exemplo é o fato ocorrido em 1925, quando foi emitido ofício para o diretor de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas do estado, informando a intrusão de terras nas florestas Formiga (atual distrito de Souza Ramos, em Getúlio Vargas) e Castilhos (atual município de Viadutos), onde se estabeleceram 130 famílias de nacionais que não contavam com recursos próprios (TEDESCO; GRITTI, 2019, p. 108).

Dessa forma, fica nítido que o processo de colonização da atual região da AMAU não foi tranquilo como parecia. Ao contrário, foi carregado de conflitos na luta pela posse da terra entre os diversos segmentos sociais. Em relação aos caboclos, o processo de exclusão da posse da terra foi comandado pelo Estado e pelas companhias privadas de colonização, especialmente na área ocupada pela *Jewish Colonization Association* (um latifúndio de mais de 96 mil hectares). Assim, as famílias caboclas foram consideradas intrusas, ou seja, estranhas em espaços que consideravam ser seus e/ou de direito. “Eram caboclos, nacionais, expropriados de seu meio principal de sobrevivência, que era a terra e a sua sociabilidade nela, e não podiam contar com nenhuma política pública que os amparasse” (TEDESCO; GRITTI, 2019, p. 138).

Como bem registrou Piran (2001, p. 58), o descaso das políticas públicas em relação aos caboclos trouxe duras consequências a eles: no início, ficaram estabelecidos nas piores terras, geralmente minifúndios; quando decidiram lutar pela terra, receberam a ação repressora do Estado e das companhias colonizadoras; e, mais adiante, especialmente no período de modernização conservadora da agricultura, o seu destino foi a favelização nas cidades da região,

¹⁸ Na Revolução de 1923, ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, lutaram, de um lado, os partidários do presidente do Estado, Borges de Medeiros, reeleito em 1922, conhecidos como Borgistas ou Ximangos, que usavam no pescoço um lenço branco, e de outro os revolucionários aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, chamados Assisistas ou Maragatos, que usavam no pescoço um lenço vermelho, os quais não aceitaram o resultado das urnas, alegando fraude eleitoral. As lutas tiveram lugar também no norte do estado, em Passo Fundo, em Palmeira das Missões e em Erechim. Nesse último município, ocorreram dois acirrados combates: o primeiro aconteceu em Desvio Giareta - hoje bairro Peccin, atual Erechim - em 23 de junho de 1923; e o segundo no atual município de Erebangó, próximo à divisa com Quatro Irmãos, em 13 de setembro de 1923 (CHIAPARINI, 2018).

especialmente em Erechim. Não por acaso, no decorrer da década de 1980, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), muitos deles engajaram-se na luta pela terra, através dos acampamentos.

Além disso, os que conseguiram uma área de terra, geralmente foi diminuta (minifúndio). Outrossim, foram obrigados a abrir mão de seu modo de vida e a seguir o modelo colonizador, ou seja, deviam se tornar colonos. Como resultado prático, ocorreu um processo de desterritorialização da população indígena e cabocla na região da atual AMAU. Destruuiu-se o ordenamento, a paisagem e o território por eles construídos e construiu-se uma nova territorialidade caracterizada pela pequena, média ou grande propriedade rural (PIRAN, 2001, p. 54-59).

Em sequência, vamos conhecer alguns elementos históricos de outro segmento populacional que fez parte do processo de ocupação na região da atual AMAU: os trabalhadores negros trazidos como escravos em algumas porções do território no decorrer do século XIX.

1.1.4 A invisibilidade da escravidão negra na região da AMAU e suas lutas pela terra

Até pouco tempo atrás, os estudos históricos ignoravam a presença da escravidão dos trabalhadores negros no processo de ocupação da atual região da AMAU, no Alto Uruguai, pois os trabalhos davam ênfase apenas ao período pós-colonização oficial (1908). Recentemente, com a ampliação dos estudos, é possível perceber que os trabalhadores negros não só fizeram parte do processo de ocupação desse território como tiveram participação importante no desenvolvimento dessa região.

Como dito antes, na primeira metade do século XIX, a região de Passo Fundo passou a se desenvolver com rapidez com a chegada de novos moradores e negócios, pois era caminho para a passagem de tropas bovinas, especialmente muares, que eram transportadas até o município de Sorocaba (SP) para serem vendidas naquele comércio. Em 1857, diante do desenvolvimento obtido nesse período, ocorreu a emancipação política e Passo Fundo tornou-se município, desvinculando-se de Cruz Alta. Note-se que, a partir disso, o atual território da AMAU passou a pertencer ao município de Passo Fundo.

Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas nessas novas propriedades estava a criação de gado vacum e mulas. Além disso, uma parcela significativa da mão de obra utilizada na segunda metade do século XIX, na região de Passo Fundo, era composta por trabalhadores negros escravizados trazidos ao Brasil do continente africano: 1858, 5.718 trabalhadores escravizados, 16,4% da população; 1862, 5.976 trabalhadores escravizados,

13,2% da população; 1872, 2.589 trabalhadores escravizados, 6,2% da população (ZARTH, 1997, p. 155).

Batistella (2017, p. 357) registou o número de trabalhadores escravizados existentes em 1857 em cada distrito de Passo Fundo, observando que os números oficiais daquela época podem não ser precisos. Para a presente pesquisa, torna-se interessante as informações relativas ao 3º Distrito, denominado Alto Uruguai, pois isso significa que a escravidão alcançou uma parte do atual território da AMAU, fato geralmente ignorado na literatura histórica local. Apesar de ser o distrito que detinha menor população registrada – 464 habitantes – e o menor número de trabalhadores escravizados – 79 habitantes - chama a atenção o fato de que, aproximadamente, 17% dessa população era escrava, próxima da média do município inteiro de Passo Fundo que estava em torno de 20%, como registra a Tabela 4, em sequência.

Tabela 4 - Número de trabalhadores escravizados nos distritos de Passo Fundo (1859)

Distrito	População do Distrito	Nº de Trabalhadores Escravizados no Distrito	% de Trabalhadores escravizados
1º: Vila de Passo Fundo	1.826	281	15,39
2º: Campo do Meio	665	147	22,11
3º: Alto Uruguai	464	79	17,03
4º: Jacuizinho	1.310	315	24,05
5º: Restinga	1.194	217	18,17
6º: Soledade	1.311	315	24,03
7º: Lagoão	1.451	345	23,78
TOTAL	8.221	1.699	20,67

Fonte: RÜCKERT, 1997, p. 89; BATISTELLA, 2017, p. 357 (Grifo nosso).

Na segunda metade do século XIX, onde se localiza hoje o município de Sertão – na época, 3º Distrito de Passo Fundo – instalaram-se ali grandes propriedades, pois existiam extensas matas ainda não ocupadas legalmente, ricas em madeira, erva-mate e pinhão. Além disso, estavam presentes campos irrigados por pequenos rios e lajeados, próprios para a criação de gado. Apesar de existir ocupação humana na região (entre eles, pequenos lavradores caboclos), estancieiros como Amâncio de Oliveira Cardoso e Francisco Barros de Miranda (mais conhecido como Barão de Antonina) expandiram suas propriedades nessa direção. Esse último era paulista e dedicava-se a tropear o gado. Fixou-se no distrito e tornou-se uma pessoa muito influente na localidade: juiz de paz, vereador por duas vezes (1864 e 1873). Além disso, participou da Guerra do Paraguai (OLIVEIRA, 2014, p. 44).

Saliente-se que, no período recente, foi justamente nesse lugar, ou seja, onde se localizava o 3º Distrito, o Alto Uruguai, que se constituíram dois quilombos – o quilombo de Arvinha (seu território ocupa parte dos atuais municípios de Sertão e Coxilha) e o quilombo de Mormaça (seu território fica no atual município de Sertão), cujas comunidades remanescentes foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como descendentes das escravas Cezarina de Miranda e Firmina Vieira, respectivamente. O quilombo de Arvinha localizava-se na propriedade do coronel Francisco Barros de Miranda, no atual meio rural dos municípios de Sertão e Coxilha. Já o quilombo da Mormaça localizava-se no interior das propriedades pertencentes ao coronel Francicos Barros de Miranda e dos seus cunhados, Amâncio de Oliveira Cardoso e Theobaldo Vieira, no atual meio rural de Sertão.

A origem de Arvinha e Mormaça não remonta à fuga ou à insurgência de trabalhadores escravizados. Assim como aconteceu em várias situações semelhantes no Brasil, o caráter histórico da resistência ocorreu por meio da descendência das escravas Cezarina e Firmina na luta pela construção e manutenção daqueles territórios. No entanto, as duas áreas que compõem as terras desses quilombos encontram-se em disputa, uma relação conflitante entre dois grupos sociais: de um lado, as comunidades remanescentes de Arvinha e Mormaça lutam pela permanência e anexações de território; e, de outro, as famílias de agricultores lutam pela manutenção de suas propriedades (EGGERT; OLIVEIRA, 2018, p. 227-228).

Mapa 7 - Localização dos atuais municípios de Sertão e Coxilha – espaço dos quilombos Arvinha e Mormaça



Fonte: EGGERT e OLIVEIRA, 2018, p. 224 (Adaptação de Alex Vanin, 2016).

Destaque-se ainda que as comunidades quilombolas de Arvinha e Mormaça possuem semelhanças em suas trajetórias de formação, de luta e de resistência. A comunidade de Arvinha tem o seu espaço territorial distribuído na zona rural do atual município de Sertão (em torno de 85%) e Coxilha. O nome “Arvinha” está relacionado a um pé de Cambará (*Gochnatia polymorpha*) localizado na parte alta de uma coxilha, bem em frente à rodovia federal Transbrasiliana, que serviu também de parada para os tropeiros em viagem (OLIVEIRA, 2014, p. 46-47).

O espaço territorial ocupado pela comunidade de Arvinha fica localizado onde se fixou a trabalhadora negra escrava Cezarina que consta nos documentos de inventário de Francisco Barros de Miranda, cujos bens compreendiam uma área territorial aproximada de 14.000 hectares. Esta tivera cinco filhos com ele e recebeu dele próprio parte dos terrenos em doação. Esse fato teria se consumado na Invernada da Arvinha (OLIVEIRA, 2014, p. 48, apud SANTOS, 2009, p. 133-134).

Mapa 8 - Mapa localizando as comunidades rurais e os quilombos de Arvinha e Mormaça e a sede municipal de Sertão, RS



Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 42, apud OLIVEIRA, Iris M.; MISTURINI, Olavo S. (1986).

Por outro lado, a Comunidade de Mormaça possui relação com as terras de Amâncio de Oliveira Cardoso, concunhado de Francisco Barros de Miranda. Se forem somadas as terras de ambos, a sua extensão cobria praticamente todo o atual município de Sertão (OLIVEIRA, 2014,

p. 48). Amâncio também se tornou vereador por duas vezes e exerceu o cargo de vice-presidente da Câmara. Em 1884, período em que cresceu o movimento abolicionista no Brasil, Amâncio alforriou a sua escrava Firmina Vieira, a qual tinha como filha Francisca, a Chica Mormaça. Além disso, ainda no período anterior, tudo indica que houve um assentamento consciencioso de famílias de escravos no local onde se situa atualmente a Comunidade do Quilombo da Mormaça (OLIVEIRA, 2014, p. 50).

Entretanto, a partir de 1907, essa aparente paz no processo de regularização das terras da Vila Mormaça foi quebrada, quando tiveram início as medições das terras dos lotes da Seção 3, do hoje município de Sertão, realizadas pelo governo estadual dentro da política pública de “ocupação espacial, povoamento e produção mercantil” a fim de receberem colonos imigrantes e seus descendentes no norte do Rio Grande do Sul. Dali em diante, manteve-se uma relação conflituosa entre as famílias negras que viveram e vivem nesse local e os colonos agricultores que se instalaram e seus descendentes. Esse conflito, portanto, permanece vivo e impõe desafios às autoridades públicas e às lideranças sociais ligadas aos agricultores familiares e às comunidades quilombolas existentes nessa região (OLIVEIRA, 2014, p. 51).

Além disso, no decurso do século XIX, houve outro caso registrado de trabalho escravo por meio de trabalhadores negros africanos na região da atual AMAU, relatado por Feldman (2003). Refere-se à história da Fazenda Quatro Irmãos, situada nos atuais municípios de Quatro Irmãos e Jacutinga, entre outros. Dois episódios presentes no seu relato interessam aqui: a reação indígena ao processo de ocupação de outros povos na região e a presença do trabalho escravo através dos povos negros africanos na fazenda e nos negócios.

Feldmann (2003, p. 33) relata que os índios Kaingang (ou Coroados) povoavam essa região na época da colonização. Afirma que o nome da Fazenda “Quatro Irmãos” tem inspiração nos seus antigos proprietários, os irmãos Santos Pacheco (tropeiros paranaenses): Clementino, David (mais tarde Barão dos Campos Gerais, região da Lapa, estado do Paraná), José Gaspar e Antônio. A aquisição ocorreu em 1847 com o objetivo da criação de mulas. O proprietário anterior da fazenda conhecida até então por “Três Cerros” foi Antônio de Melo Rego, que migrou de Júlio de Castilhos a cavalo numa viagem de 15 dias, para efetuar a venda aos irmãos Pacheco pelo preço de transação de dois negros escravos. O motivo da venda teria sido uma revolta dos índios da tribo Kaingang, os quais repentinamente “caíram em cima” dos peões na fazenda, matando-os a cacetadas. Desse episódio, teria escapado viva apenas uma senhora. Dessa forma, desgostoso com a tragédia, Antônio de Melo Rego decidiu vender a fazenda aos irmãos Pacheco. A partir da compra, o Sr. Clementino e sua família foram residir na propriedade

na qual criavam mulas. Porém, cerca de 30 indígenas, em janeiro de 1856, entraram na Fazenda e assassinaram as pessoas que lá estavam:

No livro do Tombo da Paróquia de N. Sra. da Conceição, Livro I, Folha 8, constam os seguintes assentamentos de óbitos das pessoas assassinadas pelos bugres: Clementino Santos Pacheco, 47 anos, casado com Miguelina Ubaldina da Silva; José Pacheco Carvalho, 31 anos; Manoel Pacheco, filho de Clementino, 16 anos; José Antônio, 45 anos; Vitorino, filho de Antônio, 18 anos; Juan, escravo de Clementino, casado com Florinda (FELDMAN, 2003, p. 34).

Com base nos registros de Feldman, a posse das terras da Fazenda Quatro Irmãos carrega episódios históricos que evidenciam a violência e os conflitos que caracterizam a ocupação do território no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul no século XIX, atual AMAU. Em primeiro lugar, aponta a luta dos povos indígenas pela manutenção de seu território, pois reagiram violentamente tanto em relação aos peões que estavam na fazenda quando o proprietário era Antônio de Melo Rego, como no episódio que envolve a morte de Clementino (um dos quatro irmãos da família Santos Pacheco), de sua família e dos trabalhadores escravizados que trabalhavam na fazenda. Em segundo lugar, o relato de Feldman indica que os trabalhadores negros africanos escravizados serviam, de um lado, como moeda para transição dos negócios, pois a fazenda foi vendida pelo preço de “dois negros escravos” e, de outro, os povos negros foram utilizados como trabalhadores escravizados no trabalho de criação de mulas na Fazenda Quatro Irmãos.

O relato de Feldman, portanto, demonstra que a história da Fazenda Quatro Irmãos merece ainda mais estudos, pois ela é um verdadeiro palco de conflitos na luta pela terra nessa região. No decorrer do século XIX, ocorreram conflitos que envolveram os povos indígenas, os povos negros e os proprietários criadores de mulas. E, no século XX, após a compra da Fazenda Quatro Irmãos pela JCA, o processo de colonização (através de imigrantes judeus vindos especialmente da Europa) é igualmente carregado de conflitos, como visto no item anterior, envolvendo os interesses da Companhia na exploração da madeira, os colonos judeus e as famílias caboclas que ocupavam parte dessas terras.

Em suma, o processo de ocupação da Fazenda Quatro Irmãos é exemplar para a compreensão do processo de divisão da terra na região da atual AMAU por dois motivos: de um lado, a constituição do latifúndio da Fazenda Quatro Irmãos foi legitimado pela Lei de Terras de 1850, com consequências profundas no processo de concentração da terra ao longo do tempo nessa região; e, de outro, demonstra que o processo de ocupação e de colonização do atual território da AMAU não foi tão pacífico como alguns contaram. Ao contrário, foi marcado

por intensos conflitos pela posse da terra, os quais perduraram no decorrer do tempo e nos diversos contextos enfrentados. E, nesse processo, a população negra também teve um papel essencial, mas que foi tratada como invisível, pois até o presente não há registro do que aconteceu com as famílias negras que trabalharam como escravos nessa fazenda. A única verdade que se sabe é que não foram contemplados com o direito à terra, pois, no início do século XX, a Fazenda Quatro Irmãos foi vendida à JCA, pelos descendentes dos Irmãos Pacheco.

Dessa forma, o conhecimento do processo de ocupação do território da região da AMAU no período anterior à instalação da Colônia Erechim permite identificar alguns elementos que tornam mais complexa e desafiadora a compreensão do processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar nesse território, objeto desta pesquisa, além de identificar questões históricas que devem ser consideradas no processo de planejamento de ações e de políticas públicas a serem adotadas atualmente para a efetivação de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, especialmente em relação aos povos indígenas, caboclos e negros.

Descreve-se, em sequência, elementos históricos do processo de ocupação desse território por meio dos povos imigrantes europeus e de seus descendentes, a partir da criação da Colônia Erechim, em 1908.

1.2 A implantação da Colônia Erechim: prioridade aos povos imigrantes

Na proposta de colonização oficial prevaleceu a visão de que os imigrantes europeus e seus descendentes detinham as características ideais para o desenvolvimento da economia capitalista nas áreas florestais no norte do Rio Grande do Sul – os fatores da civilização, da modernidade e da prosperidade. Adaptavam-se melhor, portanto, aos objetivos da produção nos moldes mercadológicos do sistema capitalista (ZARTH, 2009, p. 240; CARON e TEDESCO, 2012, p. 226).

Nesse sentido, em 1908, ao criar a Colônia Erechim (onde atualmente se situa a AMAU) - na época essas terras pertenciam ao município de Passo Fundo - o governo estadual de cunho positivista estimulou a ocupação do território pelos imigrantes europeus e especialmente por seus descendentes, os quais advinham das “Colônias Velhas” implantadas anteriormente em outras partes do estado. Dessa forma, iniciava-se um processo de desenvolvimento da agricultura de acordo com as premissas do sistema capitalista de produção - a propriedade privada da terra e a venda dos excedentes originários da produção.

Saliente-se que o governo do estado, através da Diretoria de Terras e Colonização, chefiada pelo engenheiro Torres Gonçalves, planejou e instalou a Colônia Erechim, onde hoje está localizado o município de Getúlio Vargas, e nomeou para a coordenação dos trabalhos de implantação da Colônia o engenheiro Severiano de Almeida. Além disso, entre 1915 e 1916, Torres Gonçalves decidiu transferir a sede da Colônia e a Diretoria de Terras local para o povoado Paiol Grande (onde está hoje localizada a sede do município de Erechim). Para o funcionamento desses trabalhos, construiu o prédio do *Castelinho*¹⁹, visualizado na Figura 1.

Figura 1 - Prédio da Comissão de Terras, em Erechim, nas primeiras décadas da colonização



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, Erechim, RS.

Além do trabalho dirigido pelo governo estadual, o processo de colonização ocorreu com a participação de duas empresas colonizadoras: entre 1909 e 1912, a *Jewinh Colonization Association (JCA)* adquiriu uma área de 93.983,06 hectares (91.863,04 hectares da Fazenda Quatro Irmãos e 2.120,02 hectares do estado e da propriedade particular de Henrique José Wiederspanh) com o objetivo de promover a imigração de colonos judeus e também explorar a retirada da madeira dessas terras; e, entre 1915 e 1917, em negociações com o estado, a *Companhia Colonizadora Luce e Rosa* recebeu uma área de 40.000 hectares (1.600 colônias de 25 hectares cada), instalou um escritório próximo à estação Barro (atual município de Gaurama)

¹⁹ O prédio do Castelinho, construído em madeira e inaugurado em 1916, serviu para abrigar a sede da Colônia Erechim e o trabalho da Comissão de Terras e Colonização (CTC) estadual em nível local. Esse órgão projetou e demarcou os lotes rurais e urbanos da Colônia Erechim e, a partir da emancipação de Erechim (1918), as suas ruas e avenidas. Tornou-se um símbolo vivo da colonização dessa região.

e foi responsável pela fundação de várias povoações, como Três Arroios, Nova Itália (atual município de Severiano de Almeida), Rio Novo (atual município de Aratiba) e Dourado (WOLFF, 2005, p. 161; GRITTI, 1997, p. 36).

Nos primeiros anos, a Colônia Erechim obteve um crescimento populacional e econômico fantástico. Em 1911, já apresentava uma população de 14 mil habitantes; em 1915, 27.359 habitantes e, em 1917, aproximadamente, 30 mil habitantes. Esse crescimento fabuloso proporcionou as condições favoráveis para que, em 1918, fosse criado o município de Erechim, cuja sede foi instalada no povoado Paiol Grande, emancipando-se de Passo Fundo, com uma população total de 38.526 habitantes (CASSOL, 1979, p. 128). Sobre o crescimento rápido da Colônia Erechim, Roche (1969, p. 129) escreveu: “Foi Erechim que teve desenvolvimento mais rápido: 7500 imigrantes nêle se fixaram entre 1910 e 1912. Batendo todos os recordes, a colônia recebeu autonomia em 1918, abrigando 43 000 habitantes em 1920 e 120 000 em 1950”.

Outra característica importante dessa colonização foi a diversidade de povos que participaram do processo de colonização dessas terras. Em 1917, por exemplo, dos quase 30 mil habitantes, 7 mil eram brasileiros, 6 mil eram poloneses russos, 4 mil alemães, 2 mil italianos, mil austríacos, além de suecos, espanhóis, franceses, portugueses e judeus. Depois disso, a maioria da população que chegou era composta por descendentes de italianos, alemães e poloneses que vieram das colônias velhas criadas anteriormente no Rio Grande do Sul (CASSOL, 1979, p. 128).

Para esse desenvolvimento, muito contribuiu a estrada de ferro inaugurada em 1910 ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, pois ela cortava o território dessa Colônia com a presença de nove estações: Erechim, Erebangó, Capoeirê, Boa Vista, Baliza, Barro, Viadutos, Canavial e Marcelino Ramos, como pode ser observado no Mapa 9 (CASSOL, 1979, p. 115-116, p. 128).

A presença da ferrovia São Paulo-Rio Grande permitiu a elevação do nível de vida dos agricultores e dos comerciantes, pois os produtos excedentes advindos da agricultura puderam ser comercializados no Rio Grande do Sul e no Brasil (ROCHE, 1969, p. 67). A importância da ferrovia, além da malha rodoviária, foi destacada também em anúncio publicado pela empresa colonizadora *Luce & Rosa & Cia* no Correio Serrano (Ijuí), em 1917, comunicando que possuía mais de 1000 colônias disponíveis para a venda na Colônia Barro (hoje, município de Gaurama) e de que a estrada de rodagem da estação Barro para a nova sede Três Arroios ficaria pronta ainda naquele mês (ZARTH, 1997, p.83).

Dessa forma, a passagem da ferrovia nessa região teve papel fundamental no processo de colonização por dois motivos. De um lado, atraiu os colonos de várias partes do Rio Grande

a população total da Colônia Erechim²⁰, em 1950, somava 171.187 habitantes, o que equivalia a 4,11% da população total do estado naquele ano, bem superior em comparação ao percentual de área ocupada. A título de comparação, a população da Colônia Erechim correspondia a 43,43% da população total de Porto Alegre, 1,68 vezes a população de Passo Fundo e 2,93 vezes a população de Caxias do Sul. Esses números tornam-se ainda mais significativos ao levar em conta o ano de fundação da Colônia Erechim (1908), ou seja, em apenas 42 anos, a população nessa região alcançou crescimento extraordinário.

Tabela 5 - População da Colônia Erechim, em 1950

Local	Popul. total	% sobre total	Pessoal ocupado atividades agropec.	% sobre o total	Agricult. de base familiar	% Agricult. de base familiar	Popul. urbana	Popul. rural	% popul. rural
Erechim	119.529	2,87	41.744	4,06	40.097	96,05	21.200	98.329	82,26
Getúlio Vargas	26.770	0,64	8.039	0,78	7.816	97,23	4.427	22.343	83,46
Marcelino Ramos	24.888	0,60	10.841	1,06	10.475	96,62	4.854	20.034	80,50
Colônia Erechim	171.187	4,11	60.624	5,90	58.388	96,31	30.481	140.706	82,19
Rio Grande do Sul	4.164.821	100	1.027.073	100	869.173	84,63	1421980	2742841	65,86
Porto Alegre	394.151	9,46	-	-	-	-	-	-	-
Pelotas	127.641	3,06	-	-	-	-	-	-	-
Santa Rosa	120.012	2,88	-	-	-	-	-	-	-
Passo Fundo	101.887	2,45	-	-	-	-	-	-	-
Caxias do Sul	58.394	1,40	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Rio Grande do Sul, 1950 (Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v28_t1_rs.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Além disso, a política estadual e nacional de priorizar a ocupação do território com os povos imigrantes europeus e seus descendentes surtiu efeito no processo de ocupação da Colônia Erechim na cor da pele da população. Por meio da Tabela 6, em sequência, constata-

²⁰ Neste trabalho, considera-se como a população da Colônia Erechim, em 1950, o total da população registrada nos municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, conforme o Censo Demográfico realizado na época pelo IBGE. Em relação à área ocupada por esses três municípios, o referido Censo não traz essa informação. Por isso, tomo aqui como referência a área ocupada atualmente pelos atuais 32 municípios que compõem a AMAU, apesar de que eles não correspondem exatamente à área abrangida na época pelos referidos municípios. Exemplo: o atual município de Maximiliano de Almeida não pertence à AMAU, mas na época era distrito de Marcelino Ramos; o atual município de Sertão pertence hoje à AMAU, mas na época era distrito de Passo Fundo.

se que 95,34% da população residente na Colônia Erechim era da cor branca em 1950; apenas 1,83% da população era negra e 2,75% era parda. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o percentual alcançava 89,13% da cor branca, 5,22% era negra e 5,43% era parda. Dessa forma, o projeto positivista implementado pelo governo do estado em ocupar e colonizar as áreas florestais do Alto Uruguai, tendo como público prioritário os imigrantes europeus e seus descendentes alcançou pleno êxito. Em oposto, a preterição dos povos negros, indígenas e caboclos teve consequência, como revela o seu baixíssimo número registrado no censo demográfico realizado pelo IBGE em 1950.

Tabela 6 - População da Colônia Erechim conforme a cor, em 1950

Local	Total ²¹	Branco	% brancos	Negros	% negros	Amarelos	% amarelos	Pardos	% pardos
Erechim	119.529	113.766	95,18	2.191	1,83	--	--	3.293	2,75
G.Vargas	26.770	25.309	94,54	1.094	4,09	--	--	356	1,33
M.Ramos	24.888	24.141	97,00	436	1,75	--	--	287	1,15
Colônia Erechim	171.187	163.216	95,34	3.721	2,17	--	--	3.936	2,30
RS	4.164.821	3.712.239	89,13	217.520	5,22	495	0,01	226.174	5,43

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Rio Grande do Sul, 1950 (Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v28_t1_rs.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Outra informação interessante contida na Tabela 6 é que o percentual da população rural na região da Colônia Erechim (82,19%), em 1950, era bem superior à média estadual (65,86%). Da mesma forma, o percentual de agricultores de base familiar também é bem mais alto nessa região (96,31%), em comparação com o estado (84,63%). Em sequência, vamos compreender, então, como aconteceu o processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar nessa região, nas primeiras décadas do século XX (1910 a 1950).

1.3 O desenvolvimento da pequena propriedade rural e a distribuição da terra

Além da rapidez do crescimento populacional, todos os estudos realizados sobre a história de Erechim e da região da atual AMAU destacam o fantástico desenvolvimento econômico da Colônia Erechim. Um desses estudos foi o de Roche (1969):

²¹ Inclusive com as pessoas que não declararam a cor.

A Colônia Erechim bateu todos os recordes na rapidez de desenvolvimento. Ocupa, há muito tempo, o primeiro lugar quanto à produção dos principais gêneros. (...) É verdade que esta se realizou ao longo da via férrea Santa Maria – São Paulo, o que lhe permitiu escoar imediatamente os produtos agrícolas facilidade excepcional na história das colônias rio-grandenses (ROCHE, 1969, p. 281).

Roche salientou ainda que, em 1913, quatro anos depois da chegada dos primeiros colonos, a Colônia Erechim já tinha colheitas suficientes para a sua subsistência e exportava madeira, erva-mate, feijão e batata-inglesa, entre outros produtos. Outrossim, apresentou a evolução dos principais produtos agrícolas cultivados na região entre 1916 e 1950. Pela Tabela 7, em sequência, nota-se que os três produtos agrícolas que alcançaram maior crescimento nesse período na Colônia Erechim foram o milho (crescimento de 9,79 vezes), o trigo (20,75 vezes) e a mandioca (262,11 vezes).

Tabela 7 - Produção agrícola em Erechim (Toneladas), entre 1916 e 1950

Produto	1916	1920	1934	1940	1950
Milho	10.080	42.080	86.250	68.000	98.700
Trigo	2.400	3.250	14.160	9.276	49.800
Mandioca	190	---	---	17.875	49.800
Batata-inglesa	840	930	---	3.556	6.852
Cana-de-açúcar	15.070	50.220	---	47.340	4.700
Feijão	1.440	3.840	3.720	6.856	4.080
Fumo	---	---	---	1.200	1.072
Arroz	120	120	540	1.035	---

Fonte: ROCHE, 1969, p. 314.

O crescimento econômico de Erechim foi destacado também por Frainer (1936). Segundo ele, até 1936, 15 mil lotes coloniais haviam sido distribuídos/vendidos na região. Assim, aproximadamente esse número de famílias estavam a cultivar a terra, substituindo a exuberante vegetação das matas pela produção agrícola. Entre os produtos cultivados estavam: o trigo (produção estimada de 350.000 sacos naquele ano); o cultivo do milho (nesse caso, Frainer faz críticas ao modo de cultivo desse produto, pois os agricultores ainda plantavam o milho do tipo comum e não estavam preocupados em plantar variedades de milho com maior qualidade); o cultivo da cevada (incentivada na época pela Cervejaria Continental); o cultivo do feijão, da batata inglesa, da batata doce, da fava, do centeio, do amendoim, do aipim e dos legumes diversos produzidos em todos os recantos; a produção da cana de açúcar (na costa do rio Uruguai); o incremento do cultivo de uvas e vinhos (através de extensos parreirais) o que colocava Erechim entre os maiores produtores no estado.

Para Frainer (1936), o desafio colocado aos agricultores na época estava em atender mais a qualidade dos produtos do que a quantidade. E finalizava: “não há exagero em afirmar que se o Rio Grande do Sul é o celeiro do Brasil, o município de Erechim será, num futuro muito próximo, o celeiro do Rio Grande do Sul”. O autor destacava também que, até aquela data, no processo de desenvolvimento da colonização dessa região, quatro áreas da indústria tinham obtido saliência: a indústria da banha (refinarias); da madeira (serrarias); da erva-mate (ervateiras); e da farinha de trigo (moinhos). Note-se que todas elas tinham estreita relação com o processo de desenvolvimento da agricultura regional.

Em 1950, Erechim era o maior produtor de trigo e cevada do estado e constava como um dos maiores de milho, como revelou o censo agrícola realizado pelo IBGE (dados de 1949), conforme a Tabela 8, em sequência.

Tabela 8 - Produção Agrícola na região da AMAU, em 1949 (Toneladas).

Local	Uva	Aipim	Mandioca	Arroz	Batata inglesa	Cana de açúcar	Cevada	Feijão	Milho	Trigo
Erechim	9.068	73.648	14.374	1.740	1.794	12.649	2.044	5.181	74.977	28.536
GVargas	2.095	14.456	4.510	899	1.169	79	860	452	14.277	6.462
MRamos	1.317	22.848	3.678	236	232	4.774	706	1.142	10.880	4.356
Colônia Erechim	12.480	110.952	22.562	2.875	3.195	17.502	3.610	6.775	100.134	39.354
RS	153.947	1946894	872.581	562.143	85.397	655.073	14.899	134.635	1112047	253934
% sobre o RS	16,21	5,70	2,59	0,51	3,74	2,67	24,23	5,03	9,00	15,50

Fonte: IBGE, Censo Agrícola do Rio Grande do Sul, 1950 (Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v28_t2_rs.pdf>. Acesso em 07 abr. 2021.

Ao observarmos a Tabela 8, conclui-se que a Colônia Erechim, em 1949, liderava a produção estadual de trigo (15,50%) e de cevada (24,23%). Era a segunda região maior produtora de uva no estado (16,21% da produção), abaixo apenas da região da Serra, pois os municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e Garibaldi lideravam com folga essa produção (60,18%). E estava entre as maiores produtoras de milho (9% da produção estadual). Além disso, a Colônia Erechim ficava em excelente situação na produção de suínos e erva-mate, como podemos notar na Tabela 9, em sequência.

Tabela 9 - Produção Agropecuária e Vegetal na região da AMAU, em 1949 (Unidades)

Local	Suínos	Bovinos	Produção de leite (hl)	Aves	Erva-mate (t)	Madeira (Toras - unidades)
Erechim	243.085	71.551	151.738	417.729	3.232	2.142
G. Vargas	49.475	16.277	32.595	104.424	1.094	84
M. Ramos	53.301	14.454	31.669	93.615	456	93
Colônia Erechim	345.861	102.282	216.002	615.768	4.782	2.319
RS	4.164.470	8.617.587	4.486.460	10.574.979	40.378	190.436
% sobre o estado	8,31%	1,19%	4,81%	5,82%	11,84%	1,22%

Fonte: IBGE, Censo Agrícola do Rio Grande do Sul, 1950 (Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v28_t2_rs.pdf>. Acesso em 07 abr. 2021.

Em relação à Tabela 9, percebe-se que a Colônia Erechim, em 1949, alcançou resultados significativos na criação de suínos (8,31% da produção estadual) e da erva-mate (11,84%). Por outro lado, nota-se claramente a perda do vigor na produção de madeira, apenas 1,22% da produção estadual.

Aqui, cabe registrar que a Colônia Erechim, no início do século XX, era constituída de grandes pinheirais, além de outras árvores próprias para a produção de madeira. Assim, especialmente entre 1910 e 1940, estabeleceram-se na região dezenas de serrarias, as quais produziam madeira para os colonos construírem suas casas, bem como vendida comercialmente de duas formas: via o transporte de trem ou pelas balsas no rio Uruguai, transportada no período de enchentes até a Argentina (DUCATTI, 1981, p. 269-270).

Outra característica importante dessa região foi o desenvolvimento da agricultura de base familiar na maior parte do território – a pequena propriedade rural -, pois a média das colônias demarcadas e vendidas às famílias dos agricultores no processo de colonização foi de aproximadamente 25 hectares. Assim, o governo estadual, além de atender a muitas famílias de colonos, tinha por objetivo produzir uma policultura alimentar a fim de suprir as necessidades dos mercados urbanos em crescimento no estado e no Brasil naquela época. Entretanto, apesar da presença preponderante da pequena propriedade, isso não significou que a distribuição da terra foi igual para todas as famílias e em todo o território.

Uma das diferenças constatadas no processo de distribuição da terra esteve ligada à forma que foram comercializados os lotes pelas Companhias Colonizadoras. Enquanto a *Companhia Colonizadora Luce e Rosa* demarcava e vendia colônias com aproximadamente 25 hectares em Barro (atual Gaurama) às famílias, a *Jewinh Colonization Association (JCA)* distribuiu e vendeu lotes com área de 65 hectares (entre 1911 e 1915) e de 140 hectares entre 1915 e 1924 (WOLFF, 2005, p. 161; GRITTI, 1997, p. 56).

Em relação à *Jewinh Colonization Association (JCA)* há ainda um problema mais grave: geralmente a venda dos terrenos acontecia somente após a derrubada da floresta, pois a empresa implementou um projeto de exploração florestal em sua imensa área através da construção de um ramal férreo que atravessava a Fazenda Quatro Irmãos. Assim, ao colono israelita era proibida a retirada de árvores sem a autorização da Companhia. Durante 53 anos, essa Companhia valeu-se da obtenção da declaração de que era de utilidade pública, para obter alta lucratividade tanto na exploração da madeira como na venda dos terrenos para os colonos, além de não permitir a ocupação desse território às famílias caboclas, como já visto (GRITTI, 1997, p. 148-150).

Ainda sobre as terras colonizadas pela *Jewinh Colonization Association (JCA)*, é interessante salientar que o tema que envolveu as intrusões de famílias caboclas foi amplamente debatido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre 1948 e 1950, especialmente pelos deputados Guido Giacomazzi, Raymundo Fiorelo Zanin e Godoy Ilha, os quais tinham relação mais forte com essa região. Foi criada até uma Comissão composta por Raymundo Fiorelo Zanin e Godoy Ilha (representantes da Assembleia Legislativa) e pelo engenheiro agrônomo José Martins (representante do governo do estado), para buscar soluções para a questão. Houve propostas de desapropriação de parte da Fazenda Quatro Irmãos para garantir terras às famílias. Entretanto, a conclusão da Comissão foi de que essas terras tinham valor muito elevado para o estado pagar e a medida poderia abrir precedente perigoso, pois estimularia novas intrusões. Assim, a própria Companhia deveria promover a demarcação e a venda das terras disponíveis para a lavoura, inclusive às famílias intrusas, desde que tivessem condições financeiras para tal. Resultado: as famílias de baixa renda tiveram que buscar terras em outros lugares no estado (GRITTI, 1997, p. 141-144).

Além dos problemas acarretados pela desigualdade no tamanho dos lotes vendidos pelas empresas colonizadoras na região, o problema do tamanho da colônia foi sentido pelos últimos colonos que chegaram na região, quando as terras começaram a escassear. Assim, não havendo mais lotes com tamanho de 25 hectares, compravam lotes com 12,5 hectares (meia colônia). Além disso, esses lotes geralmente eram localizados nos locais mais longínquos das estações de trem ou no fim das linhas demarcadas, ou seja, no “fim da picada”.

Outra questão que trouxe grandes problemas no decurso do tempo foi o tamanho da colônia com 25 hectares devido ao crescimento da família, pois quando os filhos cresciam e realizavam o casamento, não conseguindo outras terras, a propriedade era dividida. Essa foi uma realidade que ocorreu em toda a região, como revela um estudo feito tendo como objeto o

processo de colonização no povoado 13 de Maio, atual município de Áurea (WENCZENOVICZ, 2002, p. 67).

Além disso, havia a questão da qualidade da terra loteada, como foi o caso também do processo de colonização do povoado 13 de Maio (atual município de Áurea). Através de um documento de 1928 sobre a qualidade das terras de 170 lotes distribuídos/vendidos nesse local havia as seguintes anotações: 22 lotes foram caracterizados como “de terra boa” ou “de primeira” (12,94%); 81 como “terra regular” (47,64%); e 67 como “terra ruim”, “muito ruim”, “vermelha” ou “sem água” (39,42%). Dessa forma, constata-se que fatores como condições financeiras das famílias que chegavam ou a ordem de chegada na região poderiam resultar numa boa ou numa má escolha de seu lote. Saliente-se que, com base no relatório citado, aproximadamente 40% das famílias que foram residir nesse local receberam terras de baixa qualidade (WENCZENOVICZ, 2002, p. 113).

Outra diferença aconteceu entre o sul e o norte desse território. Um estudo realizado por Piran (2001, p. 40-41), com dados dos censos agropecuários de 1970 a 1985, revelou que no sul do território, com relevo mais suave e plano, tomando como exemplo o município de Sertão, o número de estabelecimentos agropecuários considerados pequenos era de 95,16% sobre o total, mas ocupavam apenas 59,7% da área; por outro lado, no norte do território, em municípios situados nas proximidades do rio Uruguai, nos quais as terras são íngremes e de difícil acesso, como são os casos dos municípios de Itatiba do Sul e Mariano Moro, as pequenas propriedades correspondiam: 99,84% do número e 97,94% da área em Itatiba do Sul; e 98,85% do número e 89,48% da área em Mariano Moro. Assim, enquanto no Norte dessa região preponderou a pequena propriedade rural e uma maior igualdade no acesso à terra, no sul do território, além dos pequenos estabelecimentos rurais, houve a presença da média e da grande propriedade, ou seja, houve maior desigualdade no acesso à terra.

Dessa forma, apesar do discurso construído ao longo do tempo de que o processo de efetivação da Colônia Erechim teve como marca a pequena propriedade rural e a distribuição de lotes com tamanho médio de 25 hectares entre os agricultores, a realidade não foi bem essa como demonstra a Tabela 10, em sequência. Nela, feita com base no Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 1950, percebemos que a Colônia Erechim – na época, composta pelos municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos – possuía 18.565 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupavam uma área total de 512.484 hectares, o que gerava uma média de 27,60 hectares para cada unidade produtiva.

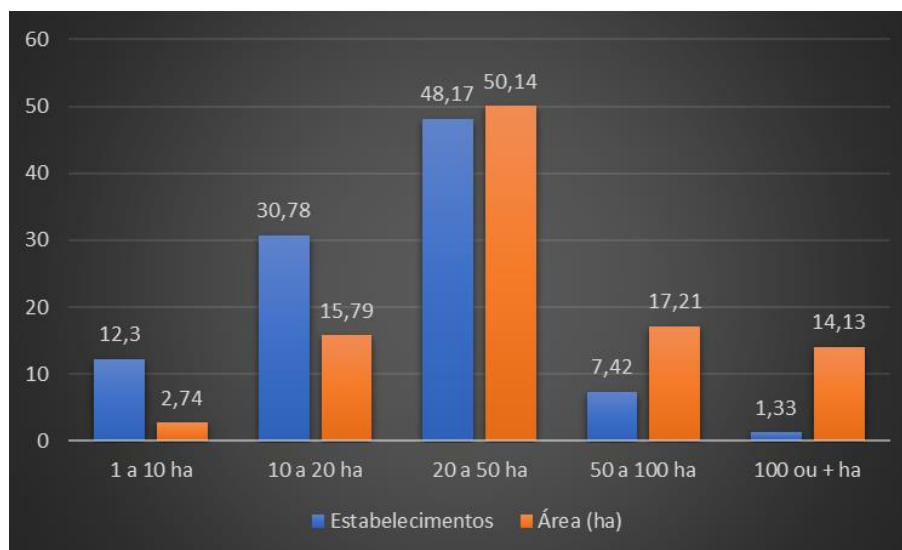
Tabela 10 - Número de estabelecimentos agropecuários e distribuição da terra por grupos de área, em 1950, na Colônia Erechim (municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos)

Localidade	Estabel. ou Área	Menos de 1 a 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 ou + hectares	TOTAL
Erechim	Estabel.	1.605	4.213	6.359	764	139	13.080
	% Estab.	12,27	32,21	48,62	5,84	1,06	100
Erechim	Área	10.188	60.115	181.382	49.568	42.541	343.794
	% Área	2,96	17,49	52,76	14,42	12,37	100
Erechim	Média	6,35 ha	14,27 ha	28,52 ha	64,88 ha	306,05 ha	26,28 ha
G. Vargas	Estabel.	186	678	1.405	399	73	2.741
	% Estab.	6,79	24,74	51,26	14,56	2,66	100
G. Vargas	Área	1.151	9.384	41.426	25.084	24.704	101.749
	% Área	1,13	9,22	40,71	24,65	24,28	100
G. Vargas	Média	6,19 ha	13,84 ha	29,48 ha	62,87 ha	338,41 ha	37,12
M. Ramos	Estabel.	493	823	1.178	215	35	2.744
	% Estab.	17,97	30,00	42,93	7,84	1,28	100
M. Ramos	Área	2.715	11.402	34.135	13.536	5.153	66.941
	% Área	4,06	17,03	51,00	20,22	7,70	100
M. Ramos	Média	5,51 ha	13,85 ha	28,98 ha	62,96	147,23	24,40
Colônia Erechim	Estabel.	2.284	5.714	8.942	1.378	247	18.565
	% Estab.	12,30	30,78	48,17	7,42	1,33	100
Colônia Erechim	Área	14.054	80.901	256.943	88.188	72.398	512.484
	% Área	2,74	15,79	50,14	17,21	14,13	100
Colônia Erechim	Média	6,15 ha	14,16 ha	28,73 ha	64,00 ha	293,11	27,60

Fonte: Censo Agrícola Rio Grande do Sul (IBGE), 1950.

Entretanto, a distribuição real da terra nessa região revelou-se muito desigual, como podemos visualizar no Gráfico 1, em sequência. Entre os 18.565 estabelecimentos agropecuários existentes na região da Colônia Erechim, em 1950, notamos que apenas 48,17% deles possuíam área entre 20 e 50 hectares, ou seja, estavam classificados dentro da proposta inicial de que cada família deveria receber um lote com aproximadamente 25 hectares. Além disso, 43,08% dos estabelecimentos agropecuários possuíam área menor que 20 hectares, ou seja, eram caracterizados como minifúndios, utilizando apenas 18,53% sobre o total da área ocupada nessa região para a agropecuária. E, por outro lado, apenas 8,75% dos estabelecimentos agropecuários instalados nessa região possuíam 31,34% da área ocupada para o desenvolvimento da agropecuária regional.

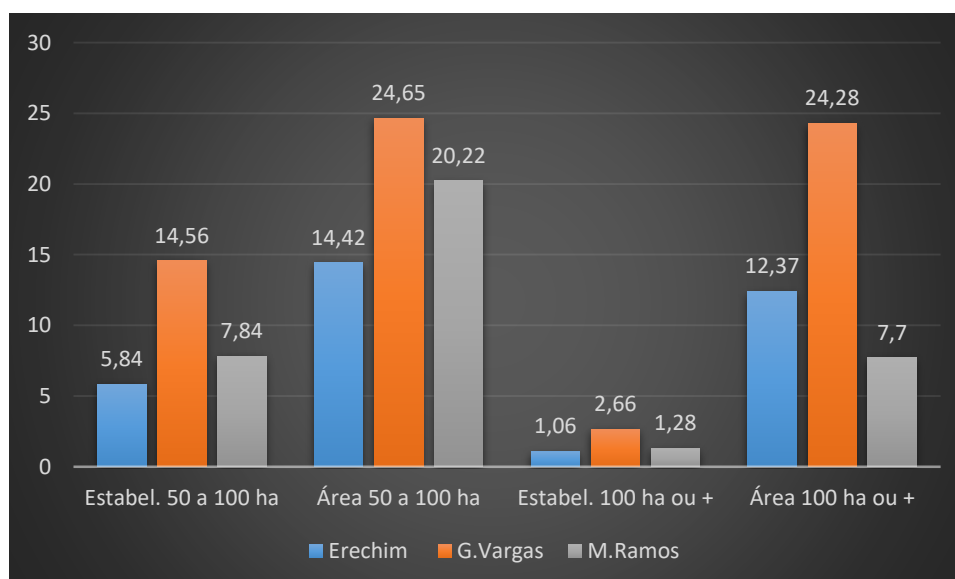
Gráfico 1 - Percentual de Estabelecimentos agropecuários e área ocupada por grupo de área (ha) na Colônia Erechim (municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos), em 1950



Fonte: Censo Agrícola Rio Grande do Sul (IBGE), 1950.

A partir desses dados, fica evidenciado plenamente que a distribuição da terra na região da Colônia Erechim foi desigual e estabeleceu, portanto, bases diferentes para que as famílias dos colonos alcançassem um desenvolvimento homogêneo nas atividades agropecuárias nas diversas localidades. Além disso, essa desigualdade apareceu com mais saliência quando comparamos a realidade dessas variáveis entre os três municípios que compunham a Colônia Erechim, naquela época: Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos e de área ocupada nos municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, em 1950 (50 a 100 ha e 100 ou + ha)



Fonte: Censo Agrícola Rio Grande do Sul (IBGE), 1950.

Percebe-se nitidamente, através do Gráfico 2, as diferenças existentes entre um município e outro, na própria Colônia Erechim. Dessa forma, ao somarmos os percentuais dos estabelecimentos e da área ocupada (50 a 100 ha e 100 ou mais ha) temos os seguintes resultados em cada um desses municípios: Erechim somava 6,9% dos seus estabelecimentos com 50 ou mais hectares, ocupando 26,79% da área destinada à agropecuária nesse município; Getúlio Vargas somava 17,22% de seus estabelecimentos com 50 ou mais hectares, ocupando 48,93% da área destinada à agropecuária nesse município; e Marcelino Ramos somava 9,12% dos seus estabelecimentos com 50 ou mais hectares, ocupando 27,92% da área destinada à agropecuária nesse município.

A partir disso, comprova-se que o município de Getúlio Vargas - situado mais ao sul do território da Colônia Erechim e mais próximo do município de Passo Fundo - possuía, em 1950, uma concentração maior da terra (mais propriedades de tamanho médio e grande) do que Erechim e Marcelino Ramos, situados no centro-norte do território dessa região, os quais possuíam maior número de pequenas propriedades rurais.

Dessa forma, a análise do processo de implantação da Colônia Erechim nas primeiras décadas do século XX evidenciou uma distribuição desigual da terra, no qual duas realidades se complementaram. De um lado, os imigrantes e seus descendentes foram eleitos como público prioritário no processo de colonização oficial e, em consequência, os povos indígenas, negros e caboclos foram preteridos. E, de outro, a desigualdade na distribuição da terra também se revelou entre os próprios imigrantes e seus descendentes, ou seja, o tamanho dos lotes rurais e a qualidade das terras recebidas foi diverso nesse território, o que gerou um forte potencial para a eclosão de conflitos no decorrer do tempo.

Além disso, apesar da Colônia Erechim e os seus municípios chegarem ao ano 1950 com resultados expressivos na produção agropecuária como visto, alguns sintomas de crise já começavam a aparecer e que, no decorrer da década de 1950, ganharam amplitude e provocaram fortes solavancos no processo de desenvolvimento da agricultura regional. Nesse contexto, o projeto de modernização conservadora e capitalista da agricultura desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos e algumas empresas daquele país, foi apresentado e adotado nesse período como solução no Brasil e no norte do Rio Grande do Sul, o qual proporcionou fortes impactos nessa região. É o que será descrito e analisado em sequência.

1.4 A crise do modelo tradicional da agricultura na região (década de 1950)

Entre 1822 e 1950, é possível identificar duas fases muito distintas no processo de desenvolvimento da agricultura regional, no atual território da AMAU: o período anterior ao processo de colonização (entre 1822 e 1908), no qual se pratica uma agricultura centrada principalmente na subsistência e, de modo secundário, voltada ao mercado, especialmente no sistema de trocas; e a fase após a fundação da Colônia Erechim (1908 e 1950), quando uma grande parte da produção é dirigida para abastecer os mercados, mas sem abrir mão de atender às necessidades de subsistência.

No período anterior ao processo de colonização, apesar do pequeno número de habitantes, existiram vários modos de produção agrícola em execução nessa região, conforme os diversos grupos sociais que viviam nesse território. Assim, resumidamente, os povos indígenas praticavam uma agricultura de subsistência e o comércio era realizado na base do sistema de troca entre as aldeias ou com os demais grupos sociais que chegaram nesse período nessa região. Os povos caboclos desenvolveram uma agricultura de subsistência e negociavam basicamente a erva-mate e o pinhão com os demais grupos sociais nos povoados mais próximos como em Passo Fundo. As famílias dos trabalhadores escravizados, além de trabalharem como escravos no processo de criação de mulas e gado nas fazendas situadas mais ao sul desse território (próximo a Passo Fundo, hoje atual município de Sertão) e na região de Quatro Irmãos, desenvolviam uma agricultura de subsistência.

A partir do processo de colonização (1908) e da passagem da estrada de ferro nessa região, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, os agricultores, comerciantes, madeireiros e pequenos industriais puderam vender a produção agropecuária e florestal e os produtos manufaturados tanto no estado como no país e até no exterior²². E isso estimulou um enorme crescimento tanto populacional como econômico dessa região nesse período, como visto.

Entretanto, o modelo agropecuário praticado nessa época era tradicional: predomínio do uso intensivo dos recursos naturais como a fertilidade do solo e a exploração e uso da madeira da exuberante vegetação existente (pinheirais, por exemplo); grande parte do trabalho era braçal e a mão-de-obra utilizada pelos agricultores era composta pelos membros da própria família – em 1950, 96,31% das propriedades dessa região eram de agricultores de base familiar, conforme visto na Tabela 5; as tecnologias e as ferramentas utilizadas na produção agropecuária possuíam características simples (uso de enxadas, foices, machados, arados, debulhadeiras manuais de

²² A madeira, por exemplo, era transportada também através dos balseiros no rio Uruguai e vendida na Argentina, como vimos anteriormente.

milho, manguás para debulhar feijão e outros produtos²³; uso intenso de carroças puxadas com junta de bois, cavalos ou mulas; a utilização de cavalos, éguas e mulas para o transporte local; a utilização de trilhadeiras para malhar o trigo eram raras nessa época); a relação com o mercado era realizada via comerciantes dos povoados e vilas; as indústrias domésticas de capital local, o artesanato e as pequenas oficinas tinham grande importância; havia uma autonomia relativa dos agricultores frente aos setores urbanos da indústria, do comércio e dos serviços (PIRAN, 2001, p. 31-33; BRUM, 1988, p. 56-59).

Nesse processo, a produção para a subsistência da família continuou a ter um papel significativo, mas a produção para atender aos mercados ganhou cada vez mais importância:

Não há dúvida de que a manutenção da família demanda grande parte do esforço produtivo; contudo, isto não permite afirmar que a produção se organiza com tal objetivo. Desde o início, os agricultores familiares organizavam sua produção para o mercado, mesmo porque necessitavam de excedentes para pagar suas terras e complementar a manutenção familiar. Isto era conseguido, não apenas comercializando os excedentes não consumidos pela família, mas dedicando-se efetivamente ao cultivo ou criação para o mercado (PIRAN, 2001, p. 31).

Dessa forma, apesar da relativa autonomia das famílias de agricultores, foi crescente o processo de vinculação e de subordinação ao mercado urbano, especialmente através dos comerciantes locais (casas de negócio, pequenas lojas e armazéns, donos de caminhões que transportavam os produtos agropecuários dos agricultores). Além disso, a produção agropecuária vinculava-se e subordinava-se crescentemente ao mercado capitalista por meio da relação com as indústrias que transformavam os produtos primários em manufaturados como era o caso da farinha de trigo, da farinha de milho, da erva-mate, das casas de banha (e, depois, dos frigoríficos), das pequenas indústrias de bebidas, das serrarias e das pequenas indústrias de madeira e de móveis (PIRAN, 2001, p. 32-33).

Nessa região, apesar de seus excelentes resultados produtivos nas primeiras décadas do século XX, o modelo tradicional de agricultura entrou em declínio no final da década de 1940 e início dos anos 1950, especialmente pelos seguintes fatores: o esgotamento da fertilidade natural do solo causado pela intensa exploração agrícola e da utilização da técnica da queimada; a redução substancial do tamanho das propriedades rurais – muitas famílias vivenciaram esse problema desde o início da colonização, especialmente os povos que foram preteridos como visto (indígenas, negros e caboclos), pois ficaram com pouca terra; e, no passar do tempo, esse

²³ Manguá: era um instrumento artesanal feito com duas varas de madeira usada pelos colonos para debulhar cereais com palha, tipo: feijão, soja, trigo, aveia, arroz etc. As trilhadeiras para malhar o trigo, por exemplo, surgiram com o tempo, mas eram exceção nessa época.

problema tornou-se grave em decorrência da partilha por herança nas famílias de imigrantes europeus e descendentes, geralmente com muitos filhos; o baixo preço dos produtos agropecuários fixados pelo mercado capitalista; e os elevados custos para ter acesso às novas tecnologias e à assistência técnica (BRUM, 1988, p. 59; PIRAN, 2001, p. 33; ROCHE, 1969, p. 286-288).

O problema da falta de acesso às novas tecnologias e à assistência técnica ficava ainda mais intrincado por causa da baixa escolaridade da população regional (Tabela 11).

Tabela 11 - Nível de instrução da população da Colônia Erechim com cinco anos e mais, em 1950

Local	Total	Total homens	Total mulheres	Sabem ler e escrever	Sabem homens	Sabem mulheres	Total não sabem	Não sabem homens	Não sabem mulheres
Erechim	97.358	49.073	48.283	52.098	27.527	24.571	45.067	21.456	23.611
%	100	50,40	49,59	53,51	56,09	50,89	46,29	43,72	48,90
G.Vargas	22.140	11.061	11.079	13.327	7.005	6.322	8.805	4.054	4.751
%	100	49,96	50,04	60,19	63,33	57,06	39,77	36,65	42,88
M.Ramos	20.229	10.244	9.985	11.701	6.312	5.389	8.491	3.920	4.571
%	100	50,64	49,36	57,84	61,62	53,97	41,97	38,27	45,78
Colônia Erechim	139.727	70.378	69.347	77.126	40.844	36.282	62.363	29.430	32.933
%	100	50,37	49,63	55,20	58,04	52,32	44,63	41,82	47,49
RS	3488824	1737836	1750988	2044831	1055854	988.977	1438037	679194	758843
%	100	49,81	50,19	58,61	60,76	56,48	41,22	39,08	43,34

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Rio Grande do Sul, 1950.

Por meio da Tabela 11, nota-se que, em 1950, entre as pessoas residentes nessa região com mais de 5 anos de idade, 39% da população masculina e 43% da população feminina não sabiam ler nem escrever. E entre as pessoas que possuíam escolaridade, a maior parte teve acesso apenas ao ensino primário. Somado a isso, na época, havia pouco alcance a meios de comunicação social (o rádio tinha destaque). Assim, pode-se dizer que as famílias de agricultores dessa região detinham pouco acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade até então, inclusive em relação às novas tecnologias que podiam ser utilizadas na agricultura.

Por força desse contexto da crise do modelo tradicional de agricultura praticado na região, somado ao problema da falta de terras, entre 1950 e 1980, desencadeou-se uma intensa migração de famílias de agricultores do Alto Uruguai rio-grandense, especialmente de recém-casados, para as regiões do oeste de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, para terras ainda

cobertas de mata virgem nas fronteiras agrícolas próximas (BRUM, 1988, p. 59; PIRAN, 2001, p. 33-34). Para exemplificar, no município de São Valentim, presenciamos o fato de que várias famílias, especialmente de descendência dos imigrantes europeus, compraram terras nessas duas regiões citadas de Santa Catarina e do Paraná e para lá foram com suas novas famílias, nas décadas de 1960 e 1970.

Ademais, foi nesse contexto de crise do modelo tradicional de agricultura, que o mundo capitalista desenvolveu uma estratégia para a sua modernização denominada de “Revolução Verde”. Tal proposta nasceu nos Estados Unidos na década de 1940 e foi apresentada ao mundo no cenário da Guerra Fria²⁴, no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Assim, entre os anos 1950 e 1980, essa proposta chegou no Brasil e foi adotada no Rio Grande do Sul (inclusive no Alto Uruguai) como solução, com grandes impactos positivos e negativos, ou seja, contraditórios para o processo de desenvolvimento da agropecuária regional como será descrito e analisado a seguir.

1.5 A modernização capitalista da agricultura e seus impactos regionais (1950-1980)

Como escrevemos anteriormente, a estratégia de modernização capitalista da agricultura nasceu nos Estados Unidos na década de 1940, através de um programa que foi batizado de “Revolução Verde”, o qual tinha por objetivo ampliar a produção e a produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências na área da genética vegetal para a criação e a multiplicação de sementes adequadas aos diversos tipos de solos e climas, além de resistentes às doenças e pragas. Visava também encontrar novas técnicas agrícolas, modernas e eficientes. O programa foi idealizado e patrocinado inicialmente pelo grupo econômico Rockefeller, com sede em Nova Iorque. Além dos Estados Unidos, a primeira fase patrocinou projetos-piloto em determinados países como o México, as Filipinas e o Brasil (BRUM, 1988, p. 44).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, duas concepções se confrontaram sobre como enfrentar o problema da fome no mundo. De um lado, o bloco comunista, liderado pela União Soviética, defendia uma forte intervenção estatal na economia e uma ampla reforma agrária em cada país a fim de aumentar a produção e a oferta de alimentos.

²⁴ A chamada Guerra Fria surgiu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial por causa da constituição de dois blocos hegemônicos no mundo: de um lado, o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos; e, de outro, o bloco comunista, liderado pela União Soviética. A Guerra Fria levou esse nome, pois não aconteceu um conflito armado entre os dois blocos. Entretanto, quase todas as áreas da sociedade transformaram-se em campos de batalhas: corridas tecnológicas, produção agrícola, comércio internacional, entre outros. Assim, a Guerra Fria transformou o mundo num sistema bipolar: capitalismo versus comunismo (ALVES, 2013, p. 25-27).

Por sua vez, o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, defendia a liberdade econômica e o direito à propriedade privada. Foi nesse cenário, portanto, que o programa da “Revolução Verde” ganhou corpo nos países capitalistas e visava apresentar uma solução técnica e científica para o problema da fome e para o desenvolvimento da agricultura (ALVES, 2013, p. 31).

Além disso, como a Revolução Verde foi um programa construído dentro do mundo capitalista, a sua implantação nos países não modificava a estrutura agrária existente. Por isso, foi denominada também de modernização conservadora da agricultura.

A estratégia da modernização conservadora tem como objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (BRUM, 1988, p. 54).

Esse processo iniciou lentamente no Brasil. Uma das iniciativas foi liderada pelo grupo Rockefeller quando, em 1943, criou três empresas no país: a Cargill – ligada à comercialização internacional de cereais e à fabricação de rações; a Agrocere – destinada a pesquisa genéticas com o milho e a produção de sementes de milho híbrido; e a EMA (Empreendimentos Agrícolas) – voltada para a produção de equipamentos para a lavoura. Além disso, por influência desse grupo, em 1948, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais. Na década de 1950, com base na experiência mineira, surgiram organismos idênticos em vários estados, entre eles, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), no Rio Grande do Sul (BRUM, 1988, p. 46).

Observa-se que, na fase inicial, a proposta da Revolução Verde pertencia a um grupo econômico privado, mas logo recebeu o apoio do governo dos Estados Unidos. A partir de 1965, essa proposta ganhou grande impulso, pois as experiências realizadas no México e nas Filipinas tinham alcançado resultados expressivos. Assim, a proposta da Revolução Verde, além de ser abraçada por várias corporações transnacionais e pelo governo dos Estados Unidos, foi apresentada ao mundo capitalista em nível mundial. Diante da existência de novas variedades de sementes de trigo, arroz e milho que eram mais produtivas, a proposta ganhou adesão em vários países, inclusive no Brasil. Junto com as novas sementes, veio o chamado “pacote tecnológico”, pois os agricultores eram orientados também a utilizar técnicas inovadoras de cultivo na agricultura (BRUM, 1988, p. 46-47).

Nesse processo, a agricultura passou a estreitar cada vez mais suas relações com a indústria: de um lado, os produtos agrícolas foram cada vez mais industrializados antes de chegar ao consumidor e, de outro, os agricultores passaram a consumir um volume cada vez

maior de máquinas e insumos. Dessa forma, a indústria fortaleceu-se. Em contraponto, acentuou-se a subordinação econômica e política da agricultura (BRUM, 1988, p. 61-62).

Além das ações do grupo Rockefeller, entre 1930 e 1950, o processo de modernização da agricultura brasileira teve a marca da intervenção governamental na cultura do trigo. Com o processo de industrialização impulsionado pelo governo Vargas e da conseqüente urbanização da população brasileira, o consumo do pão cresceu muito. Assim, para que não houvesse a dependência da importação desse produto, o Estado brasileiro interveio no processo de criação de novas sementes. Além disso, em 1944, criou o Serviço de Expansão do Trigo (SET), vinculado ao Ministério da Agricultura. Entre as principais funções estavam: centralizar e coordenar a política do trigo; distribuir sementes; promover a criação de cooperativas; e fiscalizar o comércio e a industrialização do cereal. A partir de 1951, passou a estabelecer também as quotas de compra do trigo nacional para a indústria moageira e de fixar o preço mínimo do produto (BRUM, 1988, p. 73-74).

A atuação do Estado brasileiro ocorreu também na liberação de recursos para a construção de silos e armazéns para abrigar a produção de trigo no Rio Grande do Sul. Em 1957, por exemplo, foi liberado dinheiro, através do Banco Nacional de Desenvolvimento para a Comissão Estadual de Silos e Armazéns construir uma rede estadual para abrigar uma produção de 755 mil toneladas de trigo em grão. Da mesma forma, liberou recursos para que a Viação Férrea do Rio Grande do Sul adquirisse 500 quilômetros de trilhos novos, cinco locomotivas e 483 vagões de carga, para melhorar o transporte e escoar a produção tritícola do estado (A Voz da Serra, Erechim, 8 jan. 1957, capa).

Nesse período, o governo federal começou a estimular também o processo de modernização, através da liberação de recursos para financiar máquinas e equipamentos, como se comprova nesse anúncio:

Srs. Grangeiros e Agricultores

A União Erechim de Transportes Ltda. avisa a todos que acaba de receber a autorização para aceitar pedidos com financiamentos a 3 anos de tratores e demais máquinas e implementos agrícolas das famosas marcas MASSEY-HARRIS e FERGUNSON segundo o novo plano do Ministério da Agricultura. DIRIJAM-SE a União Erechim de Transportes Ltda. e efetuem imediatamente o seu pedido a fim de serem contemplados, pois que a cota é limitada (A Voz da Serra, Erechim, 17 jan. 1957).

No Rio Grande do Sul, a triticultura mecanizada alcançou primeiro alguns municípios do Planalto Médio, como Passo Fundo, Carazinho, Ijuí e Santo Ângelo. E expandiu-se rapidamente para alguns municípios do Alto Uruguai, como Getúlio Vargas, Erechim e

Campinas do Sul, especialmente entre agricultores e empresários rurais mais capitalizados, os “granjeiros”.

Além disso, o Ministério da Agricultura incentivou a criação de cooperativas regionais. Em visita ao município de Erechim, em 1957, o Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, defendia a fundação das cooperativas tritícolas para, além de representarem a classe dos produtores, facilitarem o financiamento aos agricultores, já que o pagamento do trigo da próxima safra seria feito através das entidades, as quais distribuiriam os valores aos associados. Noticiava-se, na ocasião, que “Êste sistema de cooperativas será a salvação dos pequenos triticultores, para que possa receber sua quota”. Além disso, destacava-se que a visita do Ministro da Agricultura tinha atendido em parte os anseios dos agricultores, diante da situação grave que vivenciavam. Entre os principais problemas estava o transporte, colocado como “ponto nevrálgico” para a triticultura, ao ponto de representantes da Igreja Católica oferecerem seus espaços para armazenar o produto (A Voz da Serra, Erechim, 17 jan. 1957).

Fruto disso e das dificuldades de comercialização e de transporte do produto, surgiram as Cooperativas ligadas ao Trigo em várias partes do estado. Assim, em janeiro de 1957, foi instalada uma Comissão Provisória (A Voz da Serra, Erechim, 27 jan. 1957); em 11 de março de 1957, foi criada a Cooperativa Tritícola Erechim Ltda (COTREL)²⁵; e, em 25 de setembro de 1957, essa decisão foi confirmada quando foram oficializados os estatutos sociais e a sua diretoria definitiva: Narciso Passuelo (Presidente), Carlos Zambonato (Diretor); Carlos Berto (Secretário), Eolo Arioli e José Mandelli Filho, como Conselheiros (A Voz da Serra, Erechim, 26 set. 1957).

No primeiro evento de criação da Cooperativa, ocorrido em março de 1957, na Câmara de Vereadores de Erechim, o jornal *A Voz da Serra* registrou as seguintes palavras proferidas por Eolo Arioli: “Faço apelo aos triticultores que façam por intermédio da Cooperativa seus pedidos de máquinas, implementos, adubos, formicidas e outros materiais ao fomento da produção”. O jornal registra também que houve manifestações dos representantes do governo do estado, do município, da Igreja Católica e da Associação Rural de Erechim, entre outros (A Voz da Serra, Erechim, 12 mar. 1957). Além da Cotrel, na região da atual AMAU, surgiu nesse

²⁵ A Cooperativa Tritícola Erechim Ltda (COTREL) foi criada em 1957, por causa da necessidade de armazenagem e de comercialização do trigo, principal produto da época. Nos anos seguintes, especialmente na década de 1970, dentro do processo de modernização da agricultura e das campanhas do governo militar brasileiro, além do trigo, incentivou os seus associados no uso de novas técnicas para o plantio de soja e de milho, construiu armazéns e silos, forneceu insumos e orientações técnicas em vários municípios da AMAU. No decorrer dos anos 1980, iniciou nas atividades de suínos e aves com a aquisição dos dois frigoríficos, em Erechim, um para cada atividade. Nos anos 1990, entrou também no ramo do leite. E, nos anos 2000, a COTREL passou por grave crise financeira, o que resultou no aluguel e depois na venda de suas unidades para as Cooperativas Aurora e Alfa, ambas situadas em Chapecó, estado de Santa Catarina.

período também a Cooperativa Triticola de Getúlio Vargas Ltda (COTRIGO), criada em 04 de agosto de 1957, no bairro Estação. Atualmente, o local transformou-se em município.

Nesse período, ocorriam também as “Semanas Ruralistas”. Conforme Vicente e Amaral (2019, p. 11-12), na década de 1950, as Semanas Ruralistas foram organizadas em vários municípios do Rio Grande do Sul, com o objetivo da evangelização e da modernização agropecuária, pois buscavam direcionar a produção rural de acordo com técnicas consideradas mais modernas. Essa iniciativa era realizada pela Igreja Católica, em parceria com os órgãos do Estado brasileiro e de outras instituições. As autoras registram: “Portanto, identificamos que as ações realizadas pela Igreja tinham como principais financiadores e colaboradores o Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura do RS, o consulado americano (ETA)²⁶, a ASCAR²⁷ e prefeituras”. No norte do Rio Grande do Sul, uma dessas semanas foi programada entre 12 e 18 de maio de 1957, com o apoio do bispo D. Claudio Colling (A Voz da Serra, Erechim, 18 jan. 1957).

Em nível mundial e no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, a estratégia da Revolução Verde ganhou impulso. O Golpe Militar de 1964 e os governos do novo regime construíram um alinhamento político com a estratégia capitalista liderada pelos Estados Unidos. Nesse processo, além do trigo, o pacote tecnológico previsto para a modernização da agricultura foi consolidado na cultura da soja, alcançando uma região em especial no Rio Grande do Sul: a Mesorregião Noroeste (ALVES; TEDESCO, 2015, p. 258-259)²⁸.

Com a introdução do cultivo da soja e das novas tecnologias empregadas, a agricultura dessa ampla região passou por fortes transformações. O binômio milho-mandioca, predominante nas zonas coloniais e designado para a criação e engorde de suínos, foi substituída gradativamente pelo binômio trigo-soja: trigo no inverno, soja no verão. Os pequenos agricultores plantavam também milho e soja conjuntamente na mesma roça. E, a partir da

²⁶ Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA).

²⁷ A Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) foi criada em 02 de junho de 1955, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura e apoiar os agricultores no meio rural. Inicialmente, executou atividades de assistência técnica e extensão rural (ATER), também denominadas de ações de assistência social nas áreas rurais. A partir de 1977, a ASCAR passou a atuar juntamente com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), igualmente uma sociedade civil de direito privado, sem intuito de lucro (Relatório de Responsabilidade Fiscal 2005, Emater/RS-ASCAR). A Emater/RS-Ascar tornou-se, ao longo do tempo, a representante do serviço oficial de extensão rural do Rio Grande do Sul.

²⁸ A mesorregião noroeste sul-rio-grandense compreende as regiões do Planalto Médio, do Alto Uruguai, de parte da Centro-Serra, do Médio Alto Uruguai, das Missões e do Noroeste Colonial. É formada pelas microrregiões de Carazinho, Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Passo Fundo, Sananduva, Santa Rosa, Santo Ângelo, Soledade e Três Passos (ALVES; TEDESCO, 2015, p. 260).

década de 1970, o produto soja conseguiu primazia no processo de modernização da agricultura (BRUM, 1988, p. 77).

Mapa 10 - Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul



Fonte: ALVES; TEDESCO, 2015, p. 261.

Nesse período, os governos do regime militar desenvolveram campanhas de incentivo para que os agricultores adotassem esse pacote tecnológico proposto pela Revolução Verde, como a que aconteceu no ano de 1970, a chamada “Campanha da Produtividade”, através de anúncios publicados em jornal local:

Alimente quem lhe dá alimentos

Você pode exigir tudo da terra. Mas dê algo em troca, além de amor.
 Dê fertilizantes. Corretivo de solo. Use sementes e mudas selecionadas. Inseticidas.
 O Governo oferece crédito fácil, com juros reduzidos, para você adquirir tudo isto.
 Dê tudo à terra. Ela retribuirá em dôbro. Com uma colheita maior. E de melhor qualidade.
 Acaricie a sua terra com um trator. Ela vai responder produzindo mais.
 O Governo está convocando os agricultores a ganharem mais dinheiro.
 Plantando.
 Existem 90 milhões de brasileiros para consumir a sua produção.
 E existe o mercado externo, que o Brasil quer invadir, colocando os seus produtos.
 Participe dessa invasão.
 Ela dá dinheiro.
 Plante (A Voz da Serra, Erechim, 02 ago. 1970, p. 3).

Ademais, nesse período, a COTREL, a maior cooperativa de agricultores da região, cuja direção sempre foi integrada por médios e grandes proprietários rurais, dentro da campanha pelo aumento da produtividade desenvolvida pelo governo militar brasileiro, construiu um dos maiores silos de armazenagem de trigo, soja e milho, em Erechim, o silo “Conga” (A Voz da Serra, setembro de 1970).

Dentro dessa estratégia de modernização da agricultura, cumpriu papel relevante também a Emater/RS-Ascar, através da criação de Clubes 4-S²⁹ na região, como aconteceu no município de Campinas do Sul, em 1970, com a inauguração do Clube 4-S União de Vera Cruz:

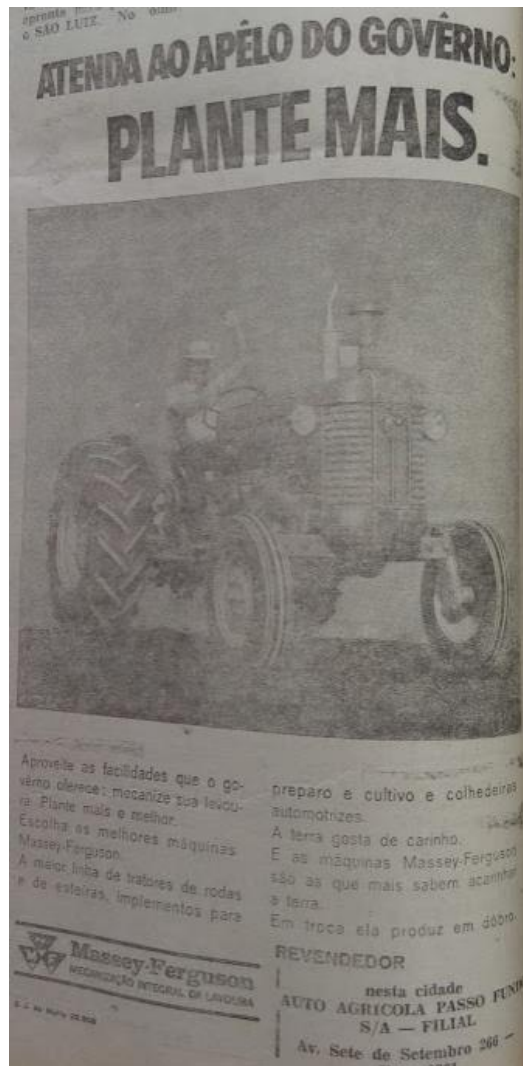
Nessa oportunidade, os extensionistas da ASCAR ressaltaram a importância dos Clubes 4-S na formação da juventude rural. Demonstraram, que **nestes Clubes são treinados os futuros líderes para a implantação de uma agricultura tecnicamente desenvolvida explorada bem como a formação e a capacitação das futuras donas de casa (...)**. O novo Clube 4-S de Campinas do Sul é integrado por rapazes e moças do meio rural, entre 10 e 20 anos de idade. Sob a orientação dos técnicos da ASCAR e líderes especialmente treinados pelo Serviço de Extensão, eles aprendem novas e modernas técnicas relacionadas com a agricultura, criação, higiene, saúde, economia doméstica e desenvolvimento comunitário (A Voz da Serra, 04 de janeiro de 1970, p. 4, grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, em março de 1971, ocorreu o primeiro encontro regional dos Clubes 4-S, em Erechim, com a presença de 32 representações dos municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Gaurama, Aratiba, Campinas do Sul, Maximiliano de Almeida e Marcelino Ramos. Na ocasião, como foi noticiado, o prefeito de Erechim, Irany Jaime Farina, abriu o encontro e teceu considerações sobre a oportunidade do evento, pois visava incentivar a agricultura dentro das “técnicas modernas” (A Voz da Serra, 28 de março de 1971, capa).

As empresas que produziam equipamentos e máquinas agrícolas também se aproveitaram da campanha governamental pelo aumento da produção para oferecerem seus produtos. Vejamos o anúncio:

²⁹ Os Clubes 4-S (Saber-Sentir-Servir-Saúde) eram formados por grupos de jovens organizados no meio rural, com o objetivo de formação para serem “bons agricultores”, “boas donas de casa” e “bons cidadãos”. (Aspas nossas). Os seus associados aprendiam técnicas modernas e úteis para a agricultura e para os trabalhos domésticos, praticando-as em suas casas, através dos seus projetos individuais (Manual do Líder 4-S, ASCAR). Disponível em: <http://dspace.emater.tche.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.12287/10985/emater_rs_10985-001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Figura 2 - Anúncio da empresa Massey-Ferguson, filial de Passo Fundo/RS



Fonte: Jornal *A Voz da Serra*, Erechim, 21 de outubro de 1971.

Dessa forma, havia uma forte sensibilização, na época, para que os agricultores residentes na região da AMAU, atendessem o apelo do governo militar para aderir às novas tecnologias e comprassem máquinas agrícolas, como é o caso dos tratores fabricados pelas empresas para o processo de modernização da agricultura. O anúncio acima é exemplar: “ATENDA AO APÊLO DO GOVÊRNO: PLANTE MAIS”. E, depois da imagem do trator, mais um chamado: “Aproveite as facilidades que o governo oferece: mecanize a sua lavoura. Plante mais e melhor”.

Entretanto, aqui cabem certos questionamentos como o seguinte: será que a maior parte dos agricultores dessa região estavam em condições de adquirir essas novas tecnologias e máquinas? Possuíam condições financeiras ou crédito bancário para comprar um trator, por exemplo? Como visto anteriormente, um dos problemas dessa região, colocado como causa central da crise do modelo tradicional de agricultura nas décadas de 1940 e 1950, era a questão

do tamanho da maioria das propriedades rurais. Assim, quem tinha pouca terra tinha necessidade ou condições para adquirir máquinas agrícolas modernas e contrair dívidas bancárias?

Para uma compreensão melhor desse problema, vamos observar a Tabela 12, em sequência, pois ela nos traz a realidade da divisão da terra nessa região em 1975.

Tabela 12 - Estabelecimentos e Área 1975, por grupos de área

Local	Estab. Total	Área Total	Área média	Estab. 0 a 10 ha	Área 0 a 10 ha	Estab. 10 a 20 ha	Área 10 a 20 ha	Estab. 0 a 20 ha	% Estab. 0 a 20 ha	Área 0 a 20 ha	Estab. 100 ou + ha	Área 100 ou + ha
SValent.	2.441	44.999	18,43	740	3478	825	10.941	1.565	64,11	14.419	20	4.232
EGrande	1.313	27.456	20,91	362	1752	476	6.328	838	63,82	8.080	11	5.060
M. Moro	562	10.588	18,84	147	800	208	2.852	355	63,17	3.652	4	778
Itat. Sul	1.143	20.504	17,94	297	1510	394	5.387	691	60,45	6.897	3	328
MRamos	981	20.201	20,59	317	1597	267	3.701	584	59,53	5.298	8	2.072
Jacuting	992	29.452	29,69	146	733	404	5.398	550	55,44	6.131	22	9.856
Gaurama	2.330	47.478	20,38	513	2.280	747	9.997	1.260	54,08	12.277	12	2.115
Sertão	1.196	41.209	34,46	280	1.570	345	4.770	625	52,26	6.340	53	15.007
Viadutos	1.394	31.647	22,70	261	1.419	457	6.192	718	51,51	7.611	8	1.016
Aratiba	2.020	45.675	22,61	414	2.130	625	8.728	1.039	51,44	10.858	13	1.971
C. do Sul	1.150	34.068	29,62	174	964	413	5.606	587	51,04	6.570	25	10.311
GVargas	3.084	78.234	25,37	607	2.981	966	13.128	1.573	51,01	16.109	50	10.225
SAlmeid	736	16.227	22,05	99	538	273	3.675	372	50,54	4.213	1	175
Erechim	2.538	79.957	31,50	434	1.904	697	9.591	1.131	44,56	11.495	76	22.959
B.Coteg.	1.208	28.269	23,40	165	744	371	5.044	536	44,37	5.788	5	557
AMAU	23.088	555.964	24,08	4.956	24.400	7.468	101.338	12.424	53,81	125.738	311	86.662
% AMAU	100	100		21,47	4,39	32,35	18,23	53,81		22,62	1,35	15,59

Fonte: Elaborada pelo autor, com base no Censo Agropecuário, IBGE, 1975.

Para analisar a Tabela 12, é importante destacar duas questões. A primeira é a constatação de que a década de 1970 é considerada como o período do auge da implantação da Revolução Verde e de seu pacote tecnológico no Rio Grande do Sul, devido aos fortes incentivos governamentais realizados pelo regime militar, como vimos. Assim, os dados levantados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 1975 são interessantes para essa verificação. A segunda questão tem a ver com os conceitos atribuídos no Brasil à pequena propriedade rural e à agricultura de base familiar. Nesse sentido, o *Estatuto da Terra* definido pela Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, estabeleceu uma conceituação para a “Propriedade Familiar” e para o “Minifúndio”, em seu artigo 4º, Inciso II e IV:

- II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;
- IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar; (Lei Federal nº 4.504, 30 nov. 1964).

Dessa forma, a legislação do Estatuto da Terra determinou que uma propriedade rural familiar deve, além de garantir a subsistência do agricultor e de sua família, proporcionar o seu progresso social e econômico e que a área máxima era fixada para cada região e conforme o tipo de exploração. E definiu também que o “Minifúndio” é aquele imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.

Mais adiante, através da Lei Federal nº 6.746, em 1979, foi introduzido o conceito de “Módulo Fiscal”, o qual expressa a área mínima em hectares necessária para que uma unidade produtiva rural, ou seja, uma “Propriedade Familiar” seja economicamente viável. Para essa definição, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) leva em consideração: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". Por isso, a dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. Assim, o valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Em relação aos municípios da AMAU, o módulo fiscal fixado corresponde a 20 hectares em todos os 32 municípios³⁰.

Além disso, por meio da Lei Federal nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu art. 4º, inciso II, definiu-se que a “Pequena Propriedade” é o imóvel rural de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento. E a “Média Propriedade” é o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais. E, finalmente, a Lei Federal nº 11.326/2006, a chamada Lei da Agricultura Familiar, entre outros requisitos, estabeleceu que, para ser considerado “Agricultor Familiar” ou “Empreendedor Familiar Rural”, o produtor rural deve possuir área inferior a quatro “Módulos Fiscais”.

A partir dessa legislação, o módulo fiscal estabelecido para toda a região da AMAU corresponde a 20 hectares. Assim, para um produtor ser considerado Agricultor Familiar ou Empreendedor Familiar Rural deve possuir área inferior a 80 hectares (quatro módulos fiscais). Além disso, ao levarmos em consideração o estabelecido no Estatuto da Terra (Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), para que uma “Propriedade Familiar” possa ser considerada viável, ela precisa ter pelo menos 20 hectares (um módulo fiscal). Enfim, é a área mínima necessária estabelecida pelo Estatuto da Terra para que a propriedade possa garantir a

³⁰ Para verificar o Módulo Fiscal de seu município, basta acessar a página disponível em: < <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 25 abr. 2021.

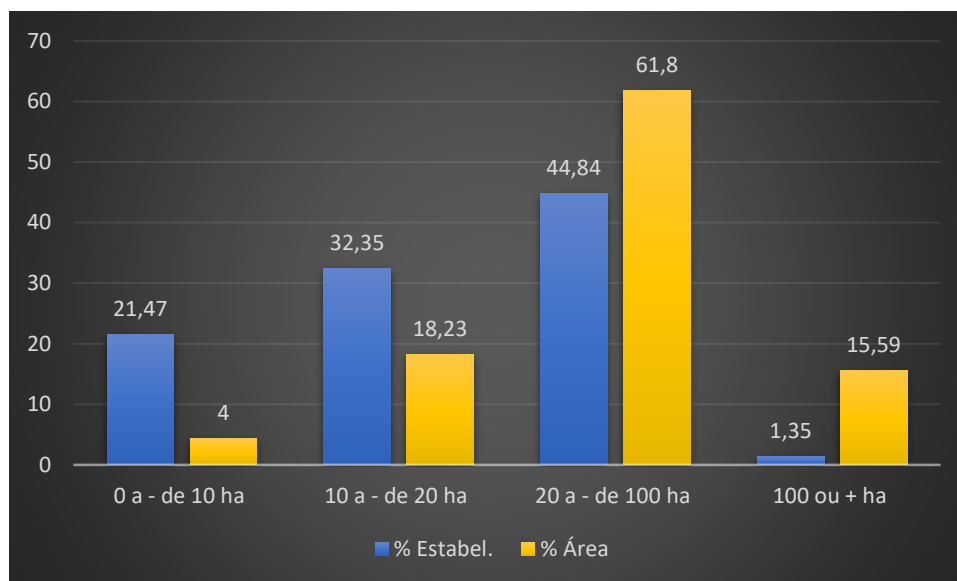
subsistência do produtor rural e de sua família, além de proporcionar o seu desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, todo estabelecimento agropecuário que tenha área inferior a 20 hectares e situado em qualquer dos 32 municípios que compõem atualmente a AMAU, pelos critérios da legislação brasileira, é considerado um “Minifúndio”.

Dessa forma, voltando à Tabela 12, observa-se que a área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, em 1975, correspondia a 555.964 hectares. Caso dividirmos essa área pelo número total de estabelecimentos (23.088), temos uma área média de 24,08 hectares por estabelecimento, ou seja, abaixo do tamanho médio mínimo estabelecido para uma colônia (25 hectares) no processo de implantação da Colônia Erechim. Porém, o tamanho médio dos estabelecimentos estaria ligeiramente acima de um módulo fiscal. Assim, pelo previsto na legislação brasileira, as unidades produtivas teriam um tamanho médio suficiente para garantir a viabilidade dos agricultores de base familiar residentes nessa região.

Entretanto, na Tabela 12, observa-se também que existia, em 1975, uma grande heterogeneidade no tamanho dos estabelecimentos agropecuários existentes na região da AMAU, nessa época. A média dos estabelecimentos agropecuários calculada em cada município era bastante diferente da média regional. Assim, em alguns municípios situados mais ao sul do território da AMAU (com áreas mais planas), os estabelecimentos agropecuários tinham uma média mais alta: Sertão (34,46 hectares); Erechim (31,50 hectares); Jacutinga (29,69 hectares); e Campinas do Sul (29,62 hectares). Por outro lado, alguns municípios situados mais ao norte do território (terras de relevo mais íngreme) possuíam as médias mais baixas: Itatiba do Sul (17,94 hectares); São Valentim (18,43 hectares); Mariano Moro (18,84 hectares); Gaurama (20,38 hectares); Marcelino Ramos (20,59 hectares); e Erval Grande (20,91 hectares). Nota-se, portanto, que existiam municípios cuja média de área em hectares de seus estabelecimentos agropecuários estavam situados na classificação de Minifúndio.

Ademais, a Tabela 12 apresenta claramente que a heterogeneidade no tamanho das propriedades rurais acontecia em cada município da AMAU naquele período, pois em todas as localidades que integravam a Associação, existia um expressivo número de unidades produtivas classificadas como “Minifúndios”, além de parcela significativa de “Propriedades Familiares” e de uma quantia menor de “Médias Propriedades”. Através da soma dos números relativos aos 15 municípios que integravam a AMAU naquela época, apresentamos o Gráfico 3, em sequência, com os devidos percentuais.

Gráfico 3 - Percentual de estabelecimentos e área ocupada por tamanho das propriedades rurais na região da AMAU, em 1975



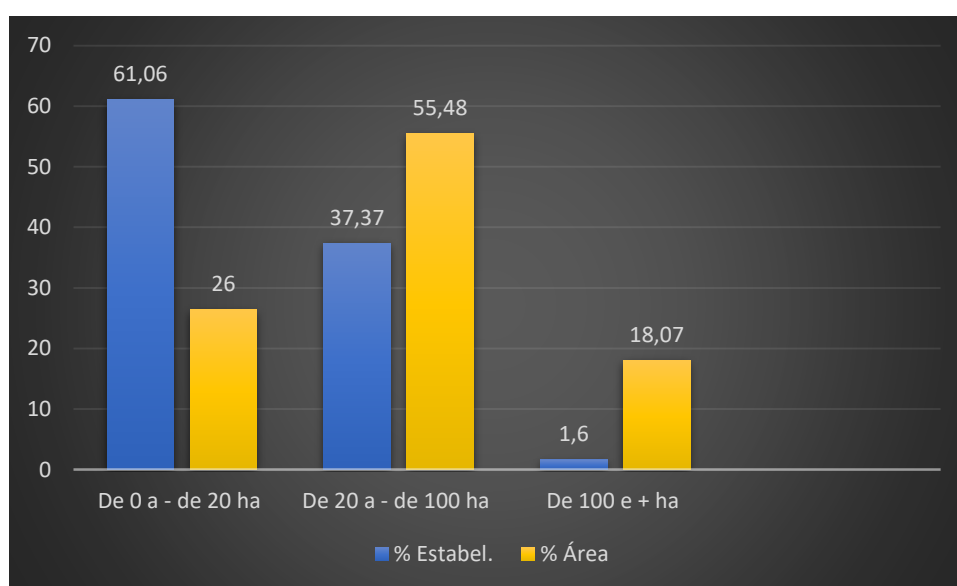
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário do IBGE, 1975

O Gráfico 3 permite a visualização de como estava distribuída a terra na região da AMAU, em 1975, entre os produtores rurais por grupo de área. Assim, do total de 23.088 estabelecimentos agropecuários existentes nessa região, ocupando 555.964 hectares, tínhamos a seguinte situação no grupo classificado entre *zero a menos de 10 hectares*: 4.956 produtores (21,47%) que somavam uma área ínfima de 24.400 hectares (4,39%). Além disso, no grupo de área *de 10 a menos de 20 hectares*, existiam 7.468 produtores (32,35%) que somavam uma área de 101.338 hectares (18,23%). Ao aglutinarmos esses dois grupos, existia a seguinte situação na região: 12.424 produtores rurais (53,81%) somavam apenas 125.738 hectares de área ocupada (22,62%). E aqui aparece aquela que é talvez a maior constatação desses números: 53,81% dos agricultores residentes na região da AMAU, em 1975, estavam classificados pelos critérios da legislação brasileira como “Minifúndios”. E, caso somarmos e dividirmos essa área ocupada pelo total de produtores desses dois grupos, temos uma média de área para esses agricultores de apenas 10,12 hectares.

O Gráfico 3 e a Tabela 12 permitem a verificação também dos demais grupos de área na região da AMAU. Assim, o grupo de área *de 20 a menos de 100 hectares* também é expressivo: 10.353 produtores (44,84%) somavam uma área ocupada de 343.564 hectares (61,80%), o que daria uma média de 33,18 hectares por produtor. E o grupo de área *de 100 e mais hectares* possuía 311 produtores (1,35%) e uma área ocupada de 86.662 hectares (15,59%), o que daria uma média 278,66 hectares por produtor.

Percebe-se que, diante dessa realidade problemática da distribuição da terra na região revelada no Censo Agropecuário de 1975, o processo de modernização capitalista na agricultura – a chamada Revolução Verde – teria baixa perspectiva em obter êxito. O fato de existir nessa época 53,51% dos estabelecimentos agropecuários classificados como minifúndios era decisivo negativamente. Vamos verificar, então, os dados levantados pelo Censo Agropecuário de 1985, dez anos depois, através do Gráfico 4, para ver se houve alguma mudança nesse cenário.

Gráfico 4 - Percentual de estabelecimentos e área ocupada por tamanho das propriedades rurais na região da AMAU, em 1985



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário do IBGE, 1985

Com base nos dados levantados pelo Censo Agropecuário de 1985 e dos percentuais presentes no Gráfico 4, percebe-se nitidamente que aconteceu uma piora na realidade vivenciada pelos agricultores de base familiar na região da AMAU quando se analisa a variável relativa ao tamanho da propriedade rural. Em 1985, o número total de estabelecimentos agropecuários existentes na região da AMAU obteve uma ampliação. Em 1975, eram 23.088 estabelecimentos e passaram a ser 25.185 (9,08% de crescimento) em 1985. A área ocupada passou de 555.964 (1975) para 566.445 (1985), uma ampliação de 1,89%. Como a área ocupada quase não se expandiu, a média regional individual dos estabelecimentos agropecuários passou a ser de 22,49 hectares em 1985, contra 24,08 hectares em 1975. Ocorreu uma redução nessa média, portanto.

Além disso, ao observarmos os números relativos aos estabelecimentos existentes na região da AMAU, classificados nos grupos de área *de zero a menos de 20 hectares*, temos a

seguinte realidade: 15.370 produtores (61,06%) somavam uma área de 149.856 hectares (26,46%), uma média individual de 9,75 hectares, ou seja, a média em número de hectares diminuiu para esses grupos, pois, em 1975, era de 10,12 hectares. Além disso, o número de produtores residentes nessa região classificados como minifundiários cresceu nesses dez anos: passou de 12.424 produtores rurais (53,81%) em 1975 para 15.370 em 1985 (61,06%). Aumentou tanto nos números reais (2.946 novos produtores) quanto nos índices percentuais.

Por outro lado, os grupos de área situados entre *20 e menos de 100 hectares* obtiveram os seguintes resultados em 1985: 9.412 produtores (37,37%) somavam uma área de 314.266 hectares (55,48%). Esse grupo - no qual estavam, segundo os critérios da legislação brasileira, os estabelecimentos de “Propriedade Familiar” - diminuiu a sua representação comparativamente a 1975 (eram 10.353 produtores, 44,84%; e somavam uma área ocupada de 343.564 hectares, 61,80%). Já os grupos de área situados entre *100 e mais hectares* alcançaram os seguintes números: 403 produtores (1,6%) e ocupavam uma área de 102.323 (18,07%). Aumentaram, portanto a sua representatividade em relação a 1975 (eram 311 produtores (1,35%) e tinham uma área ocupada de 86.662 hectares (15,59%). Apesar do aumento da área, a média regional por produtor nesse grupo diminuiu um pouco: em 1975, a média individual do estabelecimento era de 278,66 hectares por produtor; em 1985, passou para 253,90 hectares.

Dessa forma, a partir dos dados colocados à tona pelos Censos Agropecuários de 1975 e 1985 sobre a região da AMAU, fica cada vez mais evidente que a proposta de modernização capitalista e conservadora da agricultura, que não tocava na estrutura agrária regional, tinha poucas chances de dar certo. Assim, essa realidade calcada nessa grande parcela de agricultores minifundiários com pouca terra começou, no decorrer do tempo, a provocar questionamentos entre algumas lideranças regionais de instituições que tinham apoiado a implantação da Revolução Verde e de seu pacote tecnológico na agricultura.

Um desses exemplos é o caso ocorrido em 1979, quando o ex-prefeito de Erechim e agora presidente da COTREL, Irany Jaime Farina, fez um pronunciamento e reconheceu as dificuldades encontradas na região por causa da realidade dos minifúndios, conforme noticiado:

Nossa região, a Região do Alto Uruguai, é essencialmente minifundiária, num percentual de mais de 95 por cento de colonos dedicando-se as lavouras de soja e milho, ficando o trigo relegado a plano secundário. Por isso – explicou Farina – a COTREL, através de seu Departamento Técnico, está empenhada em orientar seus associados para que haja uma maior diversificação de culturas, como por exemplo: criação de suínos, de gado leiteiro, enfim tudo aquilo que é necessário para o sustento básico de uma família... (A Voz da Serra, 21 jul. 1979, p. 4).

Nota-se, então, que o presidente da COTREL, de um lado, reconhecia as dificuldades sofridas pelas famílias que viviam nas pequenas propriedades rurais da região e, de outro, manifestava uma preocupação com o processo de monocultura dos produtos soja e milho, cuja consequência disso tinha sido a rejeição do plantio do trigo para um segundo plano, e aponta como alternativa a diversificação de culturas, como a criação de suínos e a produção de leite.

Uma outra instituição que começou a questionar esse processo foi a Igreja Católica regional, através de seus setores denominados progressistas. Exemplo disso é a realização de um encontro de agricultores, apoiado pela Igreja Católica local, ocorrido em 25 de julho de 1979, no município de Barão de Cotegipe, no qual foi produzido um documento que virou notícia dias depois:

MÊS DO AGRICULTOR – 1979 - O AGRICULTOR QUER LIBERTAÇÃO

Nós, pequenos agricultores da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Barão de Cotegipe, com nossas esposas e nossos filhos, após termos feito uma caminhada de reflexão nos meses de junho e julho do ano de 1979, começamos a entender mais claro o seguinte: I - O QUE NOS REUNIU?

- a alegria de repetir a experiência do ano de 1978.

Os nossos problemas exigem constante reflexão e estudo para que possamos ser pessoas que não se deixam dominar pela situação que vivemos.

- Sentimos que devemos ser organizados. “Quem não é organizado é logo vencido”.

- As soluções só virão quando buscamos as saídas verdadeiras e partir da realidade e da fé (A Voz da Serra, 14 ago. 1979, p. 5).

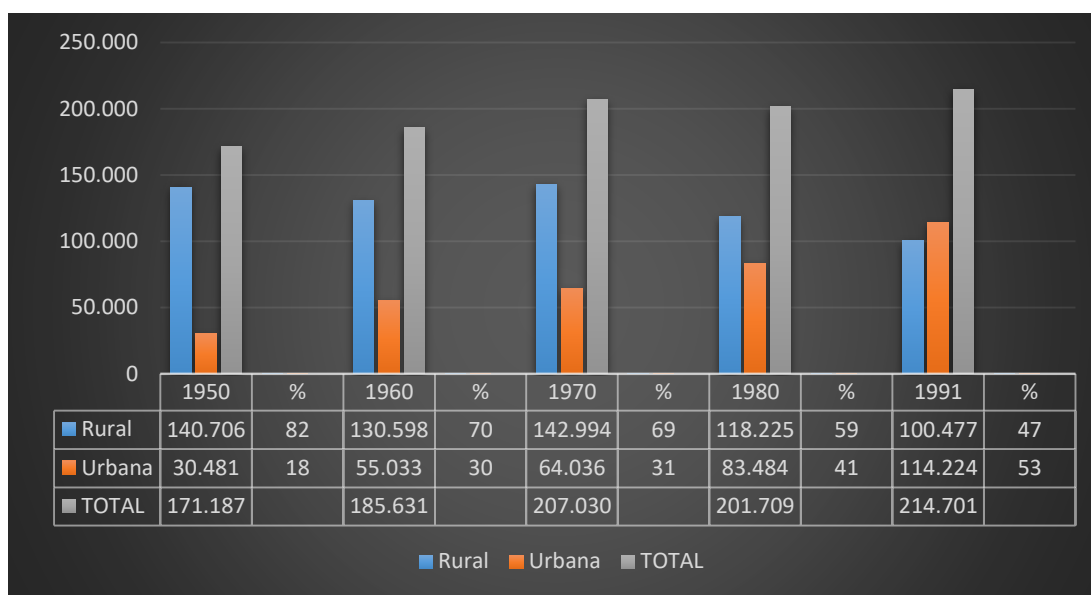
A notícia publicada parece ser a transcrição do documento na sua íntegra e é bastante reveladora. A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Barão de Cotegipe (RS), nessa época, era coordenada pelo padre Milton Matias, um dos integrantes da Comissão de Pastoral da Terra na região. O documento revela também que os encontros para debaterem os problemas dos agricultores já tinham ocorrido no ano anterior. São utilizadas palavras com muito significado nesse período: “Libertação”, “Organização”, “as saídas verdadeiras devem ser buscadas a partir da realidade e da fé”.

O documento é composto de vários itens. Em um deles aparece a questão: “Onde está a raiz do nosso problema? ” E a resposta formulada possui mais perguntas: “Quantos dos que trabalham na terra não têm terra ou a têm insuficiente? ” E, então, surge uma denúncia contundente contra a concentração da terra, contra o empobrecimento e o endividamento, e contra a busca pela saída “desesperada” de se desfazer de sua “única riqueza, a terra, e se jogar na aventura na periferia de uma cidade” (A Voz da Serra, 14 ago. 1979, p. 5).

Dessa maneira, pelas palavras ditas nessa época pelo presidente da COTREL e pelo documento formulado pelos agricultores de Barão de Cotegipe, percebe-se que as promessas

do processo de modernização da agricultura não tinham alcançado o efeito desejado pelo regime militar e pelas lideranças políticas e sociais que a tinham defendido no período anterior. E, nesse período, o êxodo rural começou a ganhar dimensão expressiva na região. Aparece, então, uma importante contradição, pois as medidas implementadas a partir do processo de modernização da agricultura - o cultivo da soja, a introdução de novas técnicas, a compra de máquinas e equipamentos, a ampliação do crédito rural, o aumento da produtividade, entre outros atrativos -, não foram suficientes para estimular ao longo do tempo a permanência integral das famílias de agricultores nas atividades agropecuárias e, por isso, surgiu com força o êxodo rural nessa região e o processo de urbanização da população regional, como pode ser observado no Gráfico 5, em sequência.

Gráfico 5 - Dinâmica da população rural e urbana na região da AMAU, entre 1950 e 1991



Fonte: elaborado pelo autor com base em IBGE, Censos Demográficos entre 1950 e 1991

Vimos anteriormente que a população dessa região obteve um crescimento extraordinário entre 1910 e 1950, no período de colonização. No Gráfico 5, nota-se que a população total continuou a crescer entre 1950 e 1970, mas num ritmo menos acelerado. E, depois disso, alcançou uma certa estabilidade.

Por outro lado, a população rural não cresceu nesse período. Ao contrário, depois de uma certa estabilidade entre 1950 e 1970, começou a perder representatividade regional. Em 1950, correspondia a 82% da população regional; em 1980, 59% e, em 1991, passou ao índice de 47%. De modo inverso, a população urbana que era de apenas 18% em 1950, passou a representar 53% da população regional em 1991.

Quais são, então, as explicações para o fenômeno da redução da população rural e da urbanização nessa época? Com certeza, não existe uma única causa, mas uma delas foi identificada por vários autores que se debruçaram sobre o tema. Trata-se do processo de modernização da agricultura utilizado no Brasil, a partir das décadas de 1950 a 1970, pois foi um modelo seletivo e que não procedeu alterações na estrutura agrária regional. Por isso, damos razão a Brum (1988, p. 54), quando a batizou como modernização conservadora da agricultura.

Dessa forma, ao não tocar no problema da concentração da terra no Brasil, o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira com o advento de modernização foi extremamente desigual e excludente. Desigual, porque tiveram acesso a ela os produtores mais bem capitalizados; e excludente, porque aqueles produtores menos favorecidos tiveram inúmeras dificuldades em acessar as linhas de crédito, a aquisição de insumos, de máquinas e de equipamentos, entre outras. E, assim, tornou-se uma corrida na qual nem todos partiram do mesmo ponto: alguns partiram de moto, outros de carro, outros de avião e uma grande parte partiu a pé, a cavalo, ou com a sua junta de bois, o arado e a enxada, ou seja, partiram apenas com o trabalho da família e dos equipamentos de tração animal. “Ou seja, esse processo foi profundamente excludente, de modo que também a modernização foi um brutal processo de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria” (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 164-165).

Na região da AMAU, essa estratégia modernizante teve dificuldades gigantes para ser implementada, dadas algumas características da agricultura praticada, especialmente pelo tamanho das propriedades, mais de 50% eram minifúndios, como vimos. Sobre essa questão, destaco as palavras escritas por Graziano da Silva (1981, p. 29): “se o minifúndio é inferior ao módulo significa que o proprietário e os membros de sua família não conseguem retirar daquela terra o necessário para a sua reprodução como pequenos proprietários”. E essa foi a realidade sofrida por muitas famílias nessa região. E havia ainda o problema das terras dobradas presentes em muitos municípios, especialmente naqueles que mantêm proximidade ao rio Uruguai, o que dificultava a utilização de máquinas agrícolas, como o trator, por exemplo.

Nessa mesma perspectiva, o estudo de variáveis como a existência de assistência técnica nas propriedades rurais e a aquisição de tratores trazem elementos que explicam as dificuldades encontradas na região da AMAU para a implementação do processo de modernização capitalista da agricultura regional e do pacote tecnológico da Revolução Verde. Vamos conhecer os dados trazidos pelo Censo Agropecuário de 1985, por meio da Tabela 13, em sequência.

Tabela 13 - Número de estabelecimentos agropecuários e área (hectares) ocupada na região da AMAU, em 1985

Local	Estabel. Número	Área (ha)	Área média produtor (ha)	Pessoal ocupado	Assistência Técnica utiliza	Assistência Técnica %	Tratores (informantes)	% Inform. Tratores
RS	497.172	23.821.695	47,91	1.747.932	147.218	29,61	92.428 informantes	18,59
Sertão	1.405	45.959	32,71	4.761	131	9,32	438	31,17
C. do Sul	1.433	35.982	25,11	3.821	210	14,65	415	28,96
G. Vargas	3.045	74.968	24,62	9.301	796	26,14	786	25,81
Jacutinga	1.194	29.021	24,31	3.701	212	17,76	257	21,52
Erechim	2.660	79.210	29,78	9.162	593	22,29	451	16,95
AMAU	25.185	566.445	22,49	80.261	5.169	20,52	3.392	13,47
% RS	5,07	2,38		4,59				
Gaurama	2.692	48.220	17,91	8.104	464	17,24	339	12,59
B.Cotegipe	1.257	28.253	22,48	3.911	156	12,41	139	11,06
Viadutos	1.550	33.290	21,48	5.020	558	36,00	153	9,87
S.Valentim	2.615	50.661	19,37	9.072	108	4,13	198	7,57
M. Ramos	1.060	20.283	19,13	3.571	271	25,57	59	5,57
S.Almeida	902	15.925	17,66	2.528	220	24,39	38	4,21
Aratiba	2.261	46.262	20,46	7.524	959	42,41	71	3,14
M. Moro	522	10.203	19,55	1.626	241	46,17	15	2,87
E. Grande	1.332	28.201	21,17	4.384	90	6,76	24	1,80
Itat. Sul	1.257	20.007	15,92	3.775	160	12,73	9	0,72

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1985.

Observa-se na Tabela 13, com dados colhidos pelo Censo Agropecuário do IBGE, em 1985, que as duas variáveis pesquisadas evidenciam claramente as dificuldades de implantação da estratégia de modernização capitalista da agricultura na região da AMAU. Os dados regionais em comparação com a média estadual colocavam essa região em desvantagem nas duas variáveis verificadas. Enquanto na variável “Assistência Técnica”, a média estadual de utilização de assistência técnica estava em 29,61% dos estabelecimentos agropecuários, nessa região estava em 20,52%; da mesma maneira, enquanto o percentual de “Produtores Informantes de Tratores” era de 18,59% em nível estadual, na região era de 13,47%.

Além disso, quando são olhados os municípios individualmente, através da Tabela 13, fica notável que aqueles situados na parte sul do território da AMAU, com terras mais planas, possuem um número bem superior de informantes com tratores nas propriedades em comparação com os municípios situados mais ao norte do território, próximos ao rio Uruguai e com terras mais montanhosas. Assim, os destaques positivos nessa variável foram os municípios de Sertão, Campinas do Sul, Getúlio Vargas, Jacutinga e Erechim. E os municípios com os menores índices de informantes de tratores foram Itatiba do Sul, Erval Grande, Mariano Moro, Aratiba, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos, São Valentim e Viadutos.

Em relação à utilização da “Assistência Técnica”, houve resultados expressivos entre os municípios com terras mais dobradas: Mariano Moro (46,17%), Aratiba (42,41%) e Viadutos (36%). Por outro lado, os municípios que tiveram destaque negativo nessa variável também são com terra dobrada: São Valentim (4,13%) e Erval Grande (6,76%). Além disso, dos 25.185 estabelecimentos agropecuários existentes na região em 1985, apenas 20,52% obtinham acesso à assistência técnica, ou seja, 5.169 agricultores. Assim, em 1985, mais de 20 mil produtores rurais dessa região não tinham acesso a esse fator fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura moderna e tecnificada. Ademais, em comparação com o estado do Rio Grande do Sul, a média regional de acesso à assistência técnica (20,52%) estava abaixo da média estadual nessa época (29,61%).

Dessa forma, 30 anos depois do início do processo de modernização da agricultura regional, 80% dos agricultores dessa região estavam sem acesso à assistência técnica e 86% não tinham conseguido comprar um trator, máquina símbolo da Revolução Verde. Saliente-se também que, em 1985, já se passavam 21 anos da promulgação da Lei Federal nº 4.504/1964 (a Lei do Estatuto da Terra), que previa, em seu art. 73, como diretrizes para a política de desenvolvimento rural no Brasil, entre outras, a assistência técnica (inciso I) e a mecanização agrícola (inciso IV).

Como escreveram vários autores, o processo de modernização da agricultura não foi benéfico para todos os agricultores. Ao contrário, esse fenômeno provocou um verdadeiro “expurgo no campo” e gerou um “passivo social”. E, as pessoas excluídas partiram em busca de tentativas de solução aos problemas colocados. Uma parcela de agricultores, sem terra ou com pouca terra, participou da construção de movimentos de ocupação de terras em várias regiões do Rio Grande do Sul, especialmente no final dos anos 1970 e na década de 1980, através do Movimento dos Sem Terra (MST). Outra parcela, em maior número, provocou um processo intenso de êxodo rural em duas vias: as famílias de agricultores mais empobrecidos migraram para as cidades em busca de emprego urbano e constituíram, muitas vezes, cinturões de miséria; e outro grupo de agricultores abraçou os projetos de colonização que nessa época eram incentivados pelo regime militar brasileiro, nos quais eram criadas colônias agrícolas na região Centro-Oeste do país (ALVES; TEDESCO, 2015, p. 275-277).

Sobre o processo de migração de famílias de agricultores do meio rural da região da AMAU para a região Centro-Oeste do país, é exemplar o projeto de colonização denominado

de Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) Peixoto de Azevedo³¹, coordenado pelo Incra e implantado em parceria técnica e administrativa com a Cotrel, assinado no final de 1979, cujo objetivo era assentar aproximadamente 600 famílias (240 famílias atingidas pela barragem hidrelétrica de Passo Real³² e as demais seriam de agricultores ligados a Cotrel, na região da AMAU). Em relação aos agricultores que seriam beneficiados nessa região, noticiou-se:

Tendo sua área de ação originária em sua região essencialmente minifundiária, onde dia a dia se agravam os problemas, busca a COTREL, trazer uma alternativa aos filhos de agricultores, para que estes não deixem o meio rural vindo as cidades e aumentando os problemas de ordem social. (...). Os agricultores que participarem do Projeto, terão toda assistência da Cooperativa, que estará lado a lado daqueles que quiserem buscar novas possibilidades de aumentar a produção agrícola nacional (A Voz da Serra, 22 dez. 1979).

Observa-se, portanto, nesse fragmento de notícia, que o governo federal (através do Incra), de um lado, e a direção da Cotrel, de outro, reconheciam que o processo de modernização na agricultura não tinha resolvido a questão da realidade essencialmente minifundiária dessa região e, assim, os problemas se agravavam dia a dia. Além disso, o projeto de colonização no estado do Mato Grosso era colocado como alternativa aos jovens rurais para que não deixassem o meio rural e migrassem para as cidades, pois isso aumentaria os problemas sociais³³.

Pelo exposto, conclui-se que o processo de modernização na agricultura, em que pesem os ganhos positivos nas técnicas e na produtividade, os benefícios não foram para todos. Assim, ao não apresentar uma solução aos agricultores menos capitalizados, esse processo foi desigual e excludente e foi uma das causas centrais do constante êxodo rural e do processo de urbanização ocorrido na região, especialmente a partir da década de 1970.

Dessa forma, feitas a descrição e a identificação de algumas características do processo histórico de desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU nesse longo período (1822-1980), período esse dividido, neste trabalho, em três fases - a fase anterior ao processo de colonização (1822-1908); a fase de implantação da Colônia Erechim e de desenvolvimento da agricultura de base familiar (1908-1950); e a fase da efetivação do processo

³¹ O Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) Peixoto de Azevedo foi efetivado no interior do município de Chapada dos Guimarães, que originou mais tarde o município de Guarantã do Norte (MT).

³² A partir de 1965, para a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real, no rio Jacuí, o governo do Rio Grande do Sul desapropriou 23.000 hectares de terras na região de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, desalojando milhares de famílias, muitas delas de agricultores. No decorrer do tempo, como não conseguiram ser devidamente reassentados, esses agricultores ficaram conhecidos como “afogados”, pois assim foram denominados em alguns documentos da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real, criada em 1983 pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (MEDEIROS, 2020, p. 89).

³³ Conforme relatório apresentado pela COTREL, em 1987, foi viabilizado, nesse projeto, o acesso à terra para 553 famílias dessa região (OLIVEIRA *et al.* Apud PIRAN, 2001, p. 64-65).

de modernização capitalista da agricultura (1950-1980) – cabe, então, confrontar o texto aos objetivos da tese e o faremos a partir da seguinte questão? Os processos de ocupação do território, da implantação da Colônia Erechim, do florescimento da agricultura de base familiar e da modernização capitalista da agricultura nessa região favoreceram o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar?

É evidente que a resposta a essa questão é bastante complexa e pode ser aprofundada em futuros trabalhos. Para o fim deste estudo, com base nas informações coletadas e analisadas, apresentamos algumas conclusões. Em relação ao processo de ocupação do território e à distribuição da terra, vieram à tona algumas inegáveis contradições. A primeira delas é percebida quando, de um lado, ocorreu a preterição dos povos indígenas (desterritorialização e aldeamento), dos povos negros (trabalho escravo no século XIX e, após a sua liberdade, exclusão da terra) e dos povos caboclos (desterritorialização) e, de outro, houve a priorização aos povos imigrantes ou seus descendentes no processo de efetivação da Colônia Erechim. A segunda contradição que apareceu é a questão da distribuição desigual da terra entre os próprios imigrantes e seus descendentes, ou seja, apesar de existir uma preponderância de pequenas propriedades, o tamanho delas não foi igual, como visto no Tópico 1.3 (Gráfico 1). Além disso, houve também nesse território a instalação de médias e algumas grandes propriedades rurais, especialmente nas áreas de relevo de terra plana.

Por outro lado, em relação ao processo de modernização conservadora da agricultura, ocorrido entre 1950 e 1980, identificamos outra grande contradição, pois foi caracterizado pela desigualdade e pela exclusão: de um lado, favoreceu os agricultores mais capitalizados, especialmente com mais terras e com áreas situadas em municípios com relevo de terra plana e, de outro, excluiu os agricultores familiares com pouca terra, como visto no Tópico 1.5 (Gráfico 4), no qual se constata que 61% dos agricultores dessa região possuíam, no início da década de 1980, unidades produtivas consideradas minifúndios (menores do que 20 hectares), conforme a legislação nacional do Estatuto da Terra, ou seja, estavam impossibilitados de desenvolverem uma agricultura mecanizada e em grande escala de produção. Em consequência, notamos três formas de exclusão: o êxodo rural e o crescimento dos chamados “cinturões” de pobreza nas cidades, como foi o caso da criação de favelas em Erechim; a migração para os estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, em novos projetos de colonização; e a pobreza rural na própria região.

A partir dessas contradições, argumentamos que, apesar do dinamismo gerado pelo processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU nesse período, ocorrido a partir do processo de instalação da Colônia Erechim, que se constituiu em um pilar

central para a promoção do desenvolvimento territorial em toda a região nos seus diversos setores econômicos (agricultura, indústria, comércio, serviços), esse desenvolvimento ficou muito distante dos pressupostos requeridos na Agenda 2030 da ONU, no seu conceito de Desenvolvimento Sustentável, especialmente na dimensão social, pois foi muito desigual e excludente. Além disso, essas contradições geraram fortes conflitos ao longo do tempo, não foram superados e se mantêm presentes na contemporaneidade (CARON; TEDESCO, 2012, p. 230).

No Capítulo II, em sequência, haja vista que, no processo de efetivação do desenvolvimento sustentável previsto na Agenda 2030 da ONU, a questão da cidadania é um valor fundamental, vamos descrever e analisar os principais aspectos que marcaram o processo de organização e de representação dos agricultores de base familiar na região da AMAU, especialmente no período entre 1930 e 1980, período que o Brasil vivenciou vários contextos marcados por avanços e retrocessos na efetivação da democracia e dos direitos sociais.

CAPÍTULO II

II. A TUTELA POLÍTICA NO PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES DE BASE FAMILIAR NA REGIÃO DA AMAU (1930-1980)

Entre 1822 e 1980, como vimos no Capítulo I, diversos grupos sociais que viviam no meio rural na atual região da AMAU foram excluídos das principais políticas públicas implementadas pelo Estado no processo de desenvolvimento da agricultura. Primeiramente, os povos indígenas, negros e caboclos foram preteridos e desterritorializados de suas terras para que o processo de colonização obtivesse êxito a partir do povoamento prioritário dos imigrantes europeus e de seus descendentes. E, num segundo momento, especialmente entre 1950 e 1980, grande parcela de agricultores de base familiar, inclusive descendentes de imigrantes europeus, especialmente os com pouca terra, não foram contemplados pelas políticas públicas oficiais e pelo processo de modernização da agricultura.

Entretanto, principalmente entre 1930 e 1980, os trabalhadores brasileiros vivenciaram um processo de lutas em busca da cidadania, com alguns avanços, como a legislação trabalhista nos anos 1930 e retrocessos, como foi a ditadura militar implementada a partir de 1964. Nesse período, com bastante atraso em relação aos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais deram pequenos passos na conquista de seus direitos, mas quase sempre com uma característica marcante: a tutela política na sua representação. No caso da região da AMAU, vamos sustentar neste capítulo que essa tutela foi exercida ou disputadas especialmente por três instituições: a Igreja Católica, o Partido Trabalhista Brasileiro (liderado por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul) e os governos militares (a partir de 1964).

A partir disso, estabelece-se o objetivo central deste capítulo, ou seja, identificar e analisar os principais aspectos que marcaram essa influência política no processo de representação das reivindicações e da busca de solução para os problemas enfrentados pelos agricultores de base familiar na região da AMAU, nesse período. Além disso, o debate proposto para este capítulo tem, na nossa opinião, uma importância ímpar para uma melhor compreensão do atual contexto vivenciado pela sociedade brasileira, especialmente em relação ao futuro de nossa democracia. Inicia-se com uma apresentação e um breve debate sobre os conceitos de desenvolvimento humano, desenvolvimento rural sustentável, cidadania e movimentos sociais, pois são peças-chave para descrever e analisar as questões colocadas tanto para este capítulo quanto para o conjunto do trabalho.

2.1 A questão da cidadania e o desenvolvimento humano e sustentável

Nos últimos anos, o tema do desenvolvimento rural provocou importantes discussões teóricas e analíticas e alguns elementos tornaram-se centrais como a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Saliente-se que a questão econômica continua sendo um elemento central nessa discussão, mas deixou de ser a única preocupação quando se fala em desenvolvimento rural. Essa mudança aconteceu nas últimas décadas tanto em nível mundial quanto no Brasil (SCHNEIDER, 2004, p.93-94).

Até meados da década de 1960, como dito na Introdução, o desenvolvimento econômico era tratado, geralmente, como se fosse de natureza mecânica: aconteceria de maneira isolada, autocontida e a-histórica, não integrante de um ecossistema vivo e atuante, como parte da natureza. Assim, durante muito tempo, o pensamento teórico e político no mundo e no Brasil esteve impregnado pela ideia de que era a modernização técnica e o crescimento da economia que favoreciam o desenvolvimento de um país. Dessa forma, a temática da igualdade ou a questão ambiental não faziam parte das premissas que embasavam o processo de desenvolvimento de uma nação (DELGADO e THEODORO, 2009).

Nas décadas de 1970 e de 1980, esse pensamento começou a mudar e a visão restritiva que considerava o desenvolvimento apenas sob os aspectos econômicos, medido pelo crescimento do Produto Interno Bruto Nacional (PIB) de determinado país, começou a ser superada. Nessa trajetória, vários debates importantes aconteceram também no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para duas questões que se complementam: a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento humano.

Em relação à questão da sustentabilidade ambiental, um grande marco foi a resolução relativa à 96ª reunião plenária da Assembleia Geral da ONU, em 11 de dezembro de 1987, que acatou o relatório “Nosso Futuro Comum”, preparado por uma comissão reunida anteriormente sob a liderança de Gro Harlem Brundtland, médica e ex-primeira ministra da Noruega. Pelo documento, o desenvolvimento sustentável deveria se tornar o princípio orientador central tanto para os governos como para as instituições e empresas privadas no mundo todo. Com base nisso, o conceito adotado foi: “Desenvolvimento Sustentável é aquele que procura satisfazer as necessidades humanas da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também o fazê-lo” (VEIGA, 2015, p. 9).

Depois disso, vários outros passos foram realizados no processo de aprofundamento da temática e de definição de medidas práticas para a construção do desenvolvimento sustentável

no mundo. Destacam-se: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (Brasil), a qual ficou conhecida como a “Cúpula da Terra”, que adotou a “Agenda 21”, um diagrama que visava a proteção do planeta e o seu desenvolvimento sustentável (1992); a realização da “Cúpula do Milênio”, em Nova Iorque (Estados Unidos), que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Conferência denominada “Rio+10”, em Joanesburgo, na África do Sul (2002); a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a “Rio+20”, novamente no Rio de Janeiro (2012); e, finalmente, a Assembleia Geral da ONU, composta por representantes dos 193 países membros (incluído o Brasil), reunida em Nova Iorque (Estados Unidos) que aprovou o documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, o qual contém 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (2015).

Concomitantemente à discussão do desenvolvimento sustentável, aconteceu no âmbito da ONU, o debate relativo à questão do desenvolvimento humano. Nesse sentido, foi decisivo o trabalho realizado por uma comissão liderada pelo paquistanês Mahbub ul Haq que elaborou o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU³⁴, lançado em 1990, no qual buscaram estabelecer um conceito holístico que englobasse os diversos aspectos do desenvolvimento, com destaque para: a) *equidade*: as pessoas precisam acessar equitativamente as oportunidades existentes; b) *sustentabilidade*: as gerações futuras têm direito a contar com as mesmas oportunidades da geração atual; c) *produtividade*: os investimentos nas pessoas e nas tecnologias devem permitir que as pessoas desenvolvam e alcancem o seu potencial máximo; d) *empoderamento*: as pessoas não devem ser beneficiárias passivas das políticas de desenvolvimento humano – ao contrário, devem ter um papel ativo e uma participação real nas decisões que acontecem em seu país e no mundo (MACHADO e PAMPLONA, 2008, p.64).

Entre os integrantes da comissão que tratou do desenvolvimento humano na ONU, estava o indiano Amartya Sen. Para ele, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais ou substantivas que as pessoas desfrutam, com enfoque nas liberdades humanas. Dessa forma, além dos aspectos econômicos, as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais - os serviços de educação e saúde, por

³⁴ O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) foi reconhecido pela ONU através de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1990, cuja premissa era de que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações, conceito que guiou todos os relatórios subsequentes. Esse relatório é produzido anualmente por uma comissão formada dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O PNUD é um programa criado há mais de 50 anos para contribuir no processo de crescimento inclusivo e sustentável dos países, em bases democráticas. Para isso, defende que o processo de desenvolvimento deve acontecer a partir de parcerias entre o Estado, a sociedade civil organizada e os setores privados, tendo como objetivos principais a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (PNUD Brasil).

exemplo - e os direitos civis - a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas, por exemplo (SEN, 2010, p. 16).

Além disso, nessa nova concepção, para que haja desenvolvimento, é necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdade, pois o mundo atual nega liberdades elementares ou substantivas para muitas pessoas, cuja ausência está relacionada a diversas situações: “à pobreza econômica” que rouba a liberdade das pessoas de saciar a fome, de obter nutrição satisfatória, de ter acesso a remédios para doenças tratáveis, de ter oportunidade de vestir-se ou de morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico; “à carência de serviços públicos” nas áreas da educação, da saúde, da assistência social ou da segurança pública; “à negação de liberdades políticas e civis” por causa de regimes autoritários que restringem a liberdade de participar da vida social, política e econômica da sociedade (SEN, 2010, p. 16-17).

Essa ampliação da abrangência do conceito de desenvolvimento defendido por Mahbub ul Haq e Amartya Sen e referendado pela ONU dialoga enormemente com o conceito de cidadania construído no mundo ocidental, ao longo dos séculos XVIII e XX, cuja luta possui alguns marcos históricos como: a Revolução Francesa (1789); a constituição do Estado-nação (Estado democrático de direito); o desenvolvimento das lutas operárias, sindicais e trabalhistas ocorrida em muitos países do mundo; as lições que ficaram das duas trágicas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e da luta contra o nazi-fascismo. Nessa trajetória, constituiu-se a ideia de que a conquista de uma cidadania plena pode ser traduzida em três dimensões: os *direitos civis* – são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei, o direito de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, o direito à defesa, entre outros; os *direitos políticos* – são os direitos à participação do cidadão no governo da sociedade, de organizar partidos, de votar e de ser votado; e os *direitos sociais* – são os direitos que garantem a participação na riqueza coletiva como a educação, a saúde, o trabalho, o salário justo, a aposentadoria, entre outros (CARVALHO, 2016, p. 15-19).

Dessa forma, tendo em vista que o debate sobre o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento humano e o processo de construção da cidadania andaram nas últimas décadas entrelaçados, vamos tentar descrever e compreender como isso aconteceu na região da AMAU, do ponto de vista específico dos agricultores de base familiar acompanhando especialmente a trajetória do sindicalismo rural - ator social importante nessa caminhada. Saliente-se, entretanto, que os caminhos percorridos pela população mundial para a conquista da cidadania foram e são tortuosos, carregados de solavancos e não estão dados, ou seja, são processos vivos

e dinâmicos que permitem avanços e, infelizmente, também retrocessos. No caso do Brasil, da região da AMAU e dos agricultores de base familiar, isso também está presente.

2.2 A difícil trajetória da cidadania brasileira e dos agricultores de base familiar

No caso do Brasil, o processo histórico de construção da cidadania foi extremamente lento e cheio de marcas trágicas, as quais dificultam enormemente o alcance atual de uma cidadania plena para todas as mais de 213 milhões de pessoas que aqui vivem. Entre 1500 e 1822, como Colônia de Portugal, o Brasil foi explorado sem dó nem piedade em suas riquezas. Além disso, os povos indígenas, que habitavam esse país há milhares de anos, foram subjugados, escravizados e vitimados pela violência, pelas doenças e pela catequização. Não bastasse isso, milhões de trabalhadores negros foram trazidos de forma violenta do continente africano e trabalharam como escravos durante aproximadamente 350 anos, tanto que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão no mundo, em 1888.

Além disso, a instalação da Primeira República (1889 a 1930) significou poucos avanços sociais e políticos para as camadas sociais de baixa renda no Brasil. Sobre esse período e as dificuldades de inserção da população rural e dos trabalhadores negros libertados da escravidão, em 1888, Delgado faz importante registro:

A sociedade que se forja no Brasil depois da abolição carrega no seu âmago duas questões mal resolvidas do século anterior: as relações agrárias arbitradas pelo patriciado rural, mediante Lei de Terras (1850), profundamente restritiva ao desenvolvimento da chamada “agricultura familiar”; e uma lei de libertação dos escravos que nada regula sobre as condições de inserção dos ex-escravos na economia e na sociedade pós-abolição (DELGADO, 2016, p. 236).

Portanto, foi somente a partir de 1930, em que pese a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), que a população brasileira começou a conquistar avanços na construção de sua cidadania e, mesmo assim, ficou restrita aos direitos sociais e a alguns setores da sociedade. Dessa forma, a efetivação da legislação sindical e trabalhista beneficiou essencialmente os trabalhadores urbanos, especialmente a classe operária, pois o governo brasileiro quis facilitar o processo de industrialização do país nesse período. Os agricultores de base familiar, nessa época denominados de trabalhadores rurais, por exemplo, ficaram ausentes dessa legislação (CARVALHO, 2016, p. 127).

Em relação aos agricultores de base familiar, foi somente em 1962-1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei Federal nº 4.214, de 02 de março de 1963), no governo de João Goulart (PTB), que os trabalhadores rurais foram reconhecidos legalmente

como sujeitos de direitos trabalhistas, além de poderem organizar e legalizar os seus sindicatos representativos (WANDERLEY, 2015). Além disso, a legislação previdenciária para o meio rural teve o seu marco inicial quando foi promulgada a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que estabeleceu o Plano de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), cuja regulamentação ocorreu através do Decreto 69.919, de 11 de janeiro de 1972, no período do regime militar. Entretanto, essa medida garantia apenas o direito a uma aposentadoria no valor correspondente a meio salário mínimo nacional, destinado ao “chefe da família”, geralmente o homem, a partir da idade de 65 anos (BERWANGER, 2011, p. 75-76). Dessa forma, o direito à aposentadoria com um valor de um salário mínimo tanto para os homens (60 anos de idade) quanto para as mulheres rurais (55 anos de idade), em vigor atualmente, foi consolidado somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Assim, para os agricultores de base familiar e para a maioria da população brasileira, a promulgação da Constituição de 1988 significou um dos mais importantes momentos na caminhada de construção da cidadania no Brasil e, por isso, ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”. Além de consolidar o regime democrático de governo e ampliar os direitos civis e políticos ao povo brasileiro, a nova Constituição ampliou os direitos sociais da população – saúde, educação, assistência social, direitos trabalhistas, aposentadoria, entre outros (Capítulo II, dos Direitos Sociais, artigos 6º ao 8º). Ademais, os agricultores e agricultoras finalmente tiveram os seus direitos relacionados à previdência social reconhecidos (artigo 201, inciso II), além do estabelecimento da garantia de criação de políticas agrícolas e agrárias (Capítulo III, artigos 184-191). Da mesma forma, os povos indígenas foram contemplados em várias de suas reivindicações (artigos 67, 231 e 232) e os povos negros puderam buscar, através dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o reconhecimento de suas terras ocupadas (artigo 68).

Por isso, a Constituição de 1988 abriu um horizonte otimista e estabeleceu uma nova abordagem para a questão social, além de fortalecer os fundamentos democráticos para o Brasil (AVRITZER, 2019, p. 40). Assim, permitiu um alargamento da democracia, expressado na criação de espaços públicos de participação da sociedade civil nos debates, nas proposições e nas decisões sobre políticas públicas (DAGNINO, 2004, p. 141).

Ressalte-se que o conceito de cidadania é um dos mais importantes no mundo contemporâneo. No entanto, do ponto de vista prático, uma cidadania plena que combine liberdade, participação e igualdade para todos é um ideal difícil de ser atingido, mas tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país. Além disso, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas da Agenda 2030 da ONU, de que

já falamos, buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade social, ou seja, dialogam diretamente com o conceito de cidadania aqui posto. Assim, há uma forte simbiose entre a luta dos Movimentos Sociais Rurais pela ampliação da cidadania no território do Alto Uruguai rio-grandense e as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Na região da AMAU, entre 1960 e 2020, surgiram importantes organizações que realizaram grandes lutas e alcançaram importantes conquistas, articulados com atores sociais de outras regiões em nível de estado e de país, que beneficiaram os agricultores de base familiar, como foi o caso da aposentadoria rural na Constituição de 1988 e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a partir de 1995-1996. São os chamados Movimentos Sociais Rurais. Na região tiveram papel destacado, principalmente, o Movimento Sindical Rural, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Para uma melhor compreensão desses Movimentos Sociais, utilizo a noção desenvolvida por Gohn (2013, p. 13), na qual define que são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Conforme a autora, nas ações concretas, essas formas adotam diferentes estratégias: a simples denúncia, a pressão direta - mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, entre outras – e as pressões indiretas.

Além disso, para a autora, os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social e apresentam propostas que visam a superação dos problemas identificados. E, na contemporaneidade, atuam também em redes e constroem ações coletivas que agem pela inclusão social ou como resistência à exclusão. A autora afirma que tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas, além de criar identidades para grupos antes dispersos e desorganizados. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. (GOHN, 2013, p. 14-15).

Partindo dessa base conceitual, pode-se dizer que, durante as últimas décadas o sindicalismo e os movimentos sociais rurais na região da AMAU tentaram cumprir esse papel e colocaram em sua agenda principal as lutas pelos direitos sociais e por políticas públicas voltadas aos agricultores de base familiar, buscando ao mesmo tempo a ampliação da cidadania rural e um desenvolvimento em bases mais humanas e sustentáveis. E, nesse processo, muitas vezes, os agricultores de base familiar conseguiram se tornar protagonistas e romperam com a

tradição de aceitar as adversidades sociais e econômicas e as próprias políticas públicas governamentais passivamente.

Entretanto, sabe-se que tanto a cidadania quanto o processo de desenvolvimento nunca estão dados, como é o caso da crise de representação política percebida nos últimos anos em relação também a esses atores sociais. Por isso, antes de debatermos os desafios da atualidade da agricultura de base familiar dessa região e de seus atores sociais representativos, vamos descrever e analisar alguns elementos históricos no seu processo de desenvolvimento entre 1930 e 1980, especialmente a construção da sua representação política de forma tutelada a partir das lutas pela terra e do processo de surgimento do sindicalismo rural, ambos marcados por imensas dificuldades e por uma dinâmica contraditória de avanços e retrocessos.

2.3 A tutela no processo de representação política dos agricultores de base familiar

Entre 1930 e 1980, os agricultores de base familiar - ou os trabalhadores rurais como começaram a ser chamados ao longo desse período - tinham imensas dificuldades em definir uma pauta política e social que unificasse as suas reivindicações na busca de seu desenvolvimento. Da mesma forma, não estavam organizados social e sindicalmente ao ponto de serem protagonistas e liderarem um processo de conquista de seus direitos de cidadania. Assim, nesse período, prevaleceu a tutela política na sua representação, tanto no Brasil como na região da AMAU.

Saliente-se que a palavra “tutela” tem origem no latim e é sinônimo de proteção, amparo, guarda, defesa, tutoria. Além disso, no sentido figurado, pode significar uma relação de subordinação, de dependência ou de sujeição³⁵. No caso do sindicalismo brasileiro, a tutela esteve presente em toda a sua história, pois, dentro do processo de instituição da legislação sindical e trabalhista para os trabalhadores operários do Brasil no contexto dos anos 1930 e do Estado Novo de Vargas (ditadura de 1937-1945), um dos seus pressupostos foi a negação do conflito. Assim, as classes subalternas, no caso os trabalhadores nas indústrias, deviam se constituir em elemento da ordem e do trabalho, de colaboração com o capital num esforço de construção da riqueza nacional e de harmonia entre as classes (VIANNA, 1999, p. 266).

Nesse bojo, um dos motivos da criação do sindicato único oficial no Brasil, por categoria profissional, foi para que representasse os trabalhadores nas questões trabalhistas e sindicais

³⁵ DICIO - Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/tutela/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

junto à Justiça do Trabalho, a qual fazia a tutela através do uso do seu poder normativo para dirimir os conflitos trabalhistas, negando assim a liberdade de organização e a autonomia sindical diante do Estado. Além disso, em contextos de ditadura, tanto no período de Vargas (1937-1945) quanto no regime militar (1964-1984), os governos podiam intervir nos sindicatos em caso de conflito ou de oposição ao governo autoritário. Assim, a tutela teve também um significado de controle sindical (BOITO JR., 2006).

Se a história do sindicalismo brasileiro foi marcada por sua tutela política garantida inclusive na legislação, no meio rural não foi diferente. Nas décadas de 1950 e no início dos anos 1960, vários setores disputaram entre si para garantir a hegemonia na representação política ou para influenciar no processo organizativo e de luta dos trabalhadores rurais em todo o Brasil. Entre eles, destacaram-se: a liderança de Francisco Julião nas Ligas Camponesas que surgiram na região nordeste; o Partido Comunista Brasileiro, representado na região nordeste por Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que organizou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no Rio Grande do Sul, sob a liderança do governador Leonel de Moura Brizola; e a Igreja Católica que, no Rio Grande do Sul, organizou a Frente Agrária Gaúcha (FAG), sob a liderança de Dom Vicente Scherer (BASSANI, 2009, p. 36).

Além disso, quando da aprovação da legislação sindical no meio rural, em 1962-1963, no governo João Goulart (PTB), foi garantida a sua unicidade sindical, ou seja, só podia ser criado um sindicato representativo dos trabalhadores rurais em nível municipal, que devia se filiar a uma única Federação estadual da categoria, a qual se filiaria à Confederação Nacional. Ademais, quando da ditadura militar (1964-1984), os sindicatos de trabalhadores rurais podiam sofrer intervenção do regime como ocorria no sindicalismo urbano. Assim, a tutela acontecia também com a característica do controle político sobre a atuação do sindicalismo rural em todo o país.

Assim, entre 1930 e 1980, na região da AMAU, a tutela política no processo organizativo dos agricultores de base familiar também se manifestou de várias formas, mas três instituições tiveram papel destacado nesse período histórico: a Igreja Católica; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola entre 1958 e 1964; e os governos militares a partir do Golpe Militar de 1964. Iniciamos, em sequência, com a descrição e a análise sobre como a Igreja Católica buscou tutelar politicamente a organização dos agricultores nessa região e nesse período.

2.4 A tutela política da Igreja Católica através do padre Busato (1926-1950)

Entre 1930 e 1960, a maior parte da população na região da atual AMAU residia no meio rural. Para exemplificar, conforme a Tabela 5 (Capítulo I), a população total dessa região somava 171.187 pessoas, em 1950. E, desse total, 140.706 pessoas (82,19%) viviam no meio rural e apenas 30.481 pessoas (17,81%) viviam nas cidades de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, os municípios que tinham se emancipado na Colônia Erechim até aquele ano. Era natural, então, que surgisse primeiramente o sindicalismo rural nessa região.

No entanto, apesar do baixo número de trabalhadores na área urbana, foram os sindicatos operários que nasceram antes nessa região, ainda no final da década de 1930, facilitados pela legislação sindical e trabalhista criada nessa época no Brasil, a qual previa somente a organização sindical dos trabalhadores urbanos, como já dito. Assim, em 1937-38, nasceu o Sindicato dos Trabalhadores em Moinhos e Classes Anexas e, em 1938, o Sindicato dos Empregados em Madeira e seus Artefatos e o Sindicato dos Empregados em Banha e outros Produtos Animais, todos localizados em Erechim (ZANELLA, 2004, p. 63-64).

Percebe-se, pelos registros em sequência, que havia nesse período uma forte presença e influência da Igreja Católica tanto no apoio aos trabalhadores urbanos como na representação da população rural, na figura do padre Benjamin Busato. Primeiramente, observamos essa presença no apoio à organização dos sindicatos urbanos:

Necessitava-se porém, de um órgão de mais vigor dentro dos moldes da nova legislação, iniciada com Lindolfo Color e Getúlio Vargas. Era o Sindicato. A pedido do Padre veio de Pôrto Alegre o Sr. Lattuda, da Delegacia do Trabalho (...). Em três tempos, forneceu carteira e organizou quatro Sindicatos: o dos Moinhos, da Banha, da Carpintaria e dos Comerciários. (...) O vigário foi nomeado Identificador Profissional a testa do 17º Pôsto, cargo que exerceu por bastante tempo ganhando 500 reis por carteira, Chico Tasso como sacristão dava sua mão (...). O que essa boníssima alma fêz para a classe trabalhadora nunca será assáz lembrado. Creio que até hoje os Sindicatos não tenham ainda inaugurado o retrato em suas sedes. É uma injustiça (CHICO TASSO, Crônica 51)³⁶.

Além do apoio às primeiras organizações sindicais urbanas em Erechim e, apesar de não haver a possibilidade de organização sindical no meio rural, a atuação do padre Busato também ocorreu de forma efetiva nesse setor. Isso é exemplificado no fato de buscar sementes de melhor qualidade para a cultura do trigo.

³⁶ Chico Tasso era o pseudônimo utilizado pelo padre Benjamin Busato para escrever suas crônicas, as quais foram publicadas no jornal *A Voz da Serra*, em Erechim. Busato foi pároco da Igreja São José, em Erechim, entre 1926 e 1950 (CIMA, 2003).

Também com referência a trigo, o meu vigário arranhou uns 40 sacos no Uruguai da Entanzuela, onde trabalhava o saudoso Dr. Ivar Beckmann. Distribuiu pela colônia. Deu cem por um. Forte sem ferrugem, de cachos seguros. Fêz sucesso. Trigo do Padre (CHICO TASSO, 1968, Crônica 71).

Ademais, a atuação do padre Benjamin Busato aconteceu no apoio à organização das primeiras cooperativas nessa região, no caso aqui na área da produção de vinho.

Um dia este sacristão juntou os vitinucultores aí no Dourado na residência dos irmãos Antônio e João Cartele e lá com a presença do padre tratou da fundação da cooperativa do Vinho na esperança de poder com a melhora do produto poder apurar perto de um mil réis a garrafa. O padre foi Caxias e conversou com o dr. Cletes Gobato técnico agrícola contratado pelo govêrno. Depois o dr. Gobbato veio para Erechim, com o técnico de vinificação José Costamilan e Agostinho da Cortivo como perito de contabilidade cooperativista (CHICO TASSO, 1968, Crônica 58).

Saliente-se, ainda, que o padre Benjamin Busato foi além do apoio aos setores rurais dessa região e assumiu a presidência da Associação Rural de Erechim. E, como tal, buscava soluções para os problemas sentidos nessa região:

A Associação Rural toma importantes medidas: Linho – Suínos – Trigo

Informados de que o sr. Presidente da Associação Rural, P. Benjamim Busato, havia ido até P. Alegre afim de acertar com a Secretaria da Agricultura, importantes medidas para a atacar a moléstia que, na última safra, tem danificado enormemente as nossas culturas de linho, fomos procura-lo ontem afim de obtermos alguns informes (A Voz da Serra, 28 Jan. 1944, capa).

Conforme essa notícia publicada no jornal A Voz da Serra, em 1944, o padre Benjamin Busato comunicava que, entre outras informações obtidas na sua viagem à capital do estado, havia a necessidade de que os agricultores dessa região adotassem duas medidas para enfrentar os problemas relacionados ao cultivo do linho: sementes de qualidade e assistência técnica. Além disso, tinha entabulado negociações com o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) para instalar um posto experimental para criação de suínos de qualidade na propriedade da Associação Rural. E, finalmente, tinha mantido contato também com os poderes públicos para tratar de eventuais problemas relativos ao escoamento da produção do trigo. Informava também que já tinha recebido retorno por meio de um telegrama do presidente da Farsul de que seguiria para Erechim um representante do Ministério da Agricultura a fim de estudar a possível localização de um silo para armazenar o trigo.

Figura 3 - Padre Benjamin Busato



Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de Erechim

A respeito da atuação do padre Busato, Benincá (1996) registrou o depoimento do ex-prefeito de Erechim, Aristides A. Zambonato: “Sua presença transcendia às lides do seu ministério para estender-se a inúmeros afazeres extra-igreja. Quando surgia alguma dificuldade social, lá estava ele ponteando com sugestões e iniciativas que lhe davam cada vez mais crédito no comando de instituições, quer na vida religiosa ou leiga”. Outro exemplo da atuação do padre: em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, faltou sal nessa região. Imediatamente, Busato foi à capital e fez a encomenda. Logo, vieram três vagões com a tal mercadoria. No livro tombo da paróquia São José está escrito: “É só para se ver como o povo ficou satisfeito, especialmente os colonos” (BENINCÁ, 1996, p. 29-30).

Dessa maneira, entre 1926 e 1950, o padre Benjamin Busato foi uma figura emblemática na região colonial de Erechim, pois teve destacada atuação religiosa, política e social, como pároco da Paróquia São José, em Erechim. Além de presidente da Associação Rural, chegou a ser indicado como candidato à Assembleia Legislativa, em 1945, e foi vereador, em Erechim, em 1946 e 1947. Apoiou a criação de cooperativas coloniais, fundou o Círculo Operário Erechinense e auxiliou na criação dos primeiros sindicatos dos trabalhadores operários, como dito (CIMA, 2003, p. 121-122).

Dessa forma, como escreveu Picolotto (2011, p. 63), na região da atual AMAU, através do apoio da Igreja Católica (e da Igreja Luterana), foi possível criar uma estrutura comunitária e associativa que auxiliava os agricultores de base familiar nas suas principais necessidades, nesse período, no qual não havia sindicatos representativos dessa categoria. Nesse processo, fica evidente a participação efetiva e destacada do padre Benjamin Busato. Pelos relatos aqui postos, percebe-se também que não é uma atuação que estimulava o protagonismo e a organização autônoma dos agricultores. Ao contrário, o protagonismo é do padre. É ele que vai em busca do sal, das soluções para os problemas enfrentados na região. Assim, percebe-se claramente a ação tutelar do religioso.

Em 1950, o padre Benjamin Busato licenciou-se de sua função como pároco por motivos que nunca foram totalmente revelados, mas há depoimentos endossando a ideia de que a forte atuação do padre não agradava alguns setores da sociedade e ao recém-empossado bispo de Passo Fundo, dom Cláudio Colling, que na época atendia também essa região (CIMA, 2003, p. 108). Apesar da saída do padre Busato, nas décadas de 1950 e 1960, a Igreja Católica continuou a dar o seu apoio aos agricultores, especialmente através da criação do núcleo local da Frente Agrária Gaúcha (FAG), como será visto a seguir.

2.5 A atuação tutelar da Igreja Católica através da FAG (1961-1980)

A saída do padre Benjamin Busato não significou o fim da influência católica no meio colonial dessa região. A partir de 1950, sob a liderança de dom Cláudio Colling, bispo da diocese de Passo Fundo, cuja base se estendia à região da atual AMAU, a ação tutelar da Igreja Católica continuou, mas com uma atuação mais conservadora, especialmente no início dos anos 1960, a partir da fundação do núcleo local da Frente Agrária Gaúcha (FAG). Como ocorreu em todas as regiões colonizadas por imigrantes ou seus descendentes, a atuação e a influência da Igreja Católica não ficaram restritas à formação espiritual, mas foram determinantes no processo de organização social, econômica, política e cultural dos agricultores, fundamentadas pela Doutrina Social Cristã (BASSANI, 2009, p. 81).

Assim, na década de 1950, como registrado no Capítulo I, a Igreja Católica apoiou a realização das chamadas “Semanas Ruralistas”, com o objetivo de debater com os agricultores dessa região a necessidade de adoção de técnicas modernas para a produção agropecuária. Na região da AMAU e de Passo Fundo, uma dessas semanas foi programada entre 12 e 18 de maio de 1957, com o apoio do bispo D. Claudio Colling (A Voz da Serra, 18 jan. 1957).

Nesse sentido, em 18 de maio de 1958, por exemplo, o jornal A Voz da Serra noticiava: “Em Gaurama – Finaliza hoje a Primeira Semana Ruralista”:

A I Semana Ruralista, de Gaurama, foi promovida pelo Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Diocese de Passo Fundo, ASCAR, e Prefeitura Municipal, foi o primeiro conclave no gênero efetuado neste município, o qual veio testemunhar nossos esforços, em favor daqueles que lutam diuturnamente em nossa lavouras. Proporcionamos, desta maneira, meios eficazes e científicos, no sentido de colocarmos os agricultores ao par de dados modernos, abolindo os meios obsoletos. A I Semana Ruralista, não teve caráter político, mas de ordem puramente coletiva, onde foram traçadas normas indistintamente, por que o poder público tem o direito de zelar pelo bem da coletividade. Esta não tem côm partidária – finalizou o sr. Antonio Burin (Prefeito Municipal) (A Voz da Serra, Erechim, 18 mai. 1958).

As Semanas Ruralistas eram realizadas pela Igreja Católica, com o apoio do Ministério da Agricultura e da Secretaria Estadual da Agricultura, em vários municípios do Rio Grande do Sul, com o objetivo de debater temas como a conservação dos solos, o associativismo rural, palestras sobre novas técnicas de cultivo dos produtos, entre outros assuntos. Além disso, os encontros serviam também para construir pautas de reivindicações a serem apresentadas aos órgãos estaduais e federais ligados à agricultura (PICOLOTTO, 2011, p. 74).

Em 1957, a Igreja Católica local participou e apoiou também o processo de criação das cooperativas tritícolas na região. Em um desses encontros ocorridos em Erechim para a fundação da COTREL, o Cônego Gregório Comassetto fez um pronunciamento: “Os esforços conjugados dos triticultores vão de encontro aos anseios da população. Faço votos de felicidades a nova iniciativa. Com a benção de Deus, seja esta semente frutificada” (A Voz da Serra, 12 mar. 1957).

No início dos anos 1960, a Igreja Católica estadual, liderada por dom Vicente Scherer, decidiu por uma atuação ainda mais efetiva no processo de organização dos agricultores no estado. Essa decisão foi influenciada por alguns fatos conjunturais daquela época. Entre eles, estavam: a eleição de Leonel Brizola para governar o Rio Grande do Sul, entre 1959 e 1962, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a sua iniciativa de criar o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no estado; o crescimento da organização e da influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no meio rural do país, bem como do cenário da Guerra Fria, surgido após a Segunda Guerra Mundial, no qual a disputa entre o capitalismo e o comunismo era muito forte no mundo; e o crescimento das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro, lideradas por Francisco Julião.

Foi nesse contexto que a Igreja Católica tomou a decisão durante a 13ª Conferência do Episcopado Rio-Grandense, em Viamão, em 26 de julho de 1961, de criar uma organização que

atuasse de forma incisiva no processo de organização dos agricultores no estado, a fim de contrabalançar a influência das lideranças de esquerda, tanto do PTB como do PCB, que estava aumentando nos municípios do estado. Dessa forma, em 18 de outubro de 1961, foi criada a Frente Agrária Gaúcha (FAG), com sede e foro em Porto Alegre, a qual foi legalizada em 08 de fevereiro de 1962 (BASSANI, 2009, p. 85).

A preocupação da Igreja Católica com o avanço das ideias trabalhistas e comunistas no estado, bem como com o surgimento das Ligas Camponesas e do MASTER, era manifestada publicamente, nessa época, nas alocações realizadas por dom Vicente Scherer, no programa radiofônico “A Voz do Pastor”, transcritas pelo jornal Diário de Notícias, como em 22 de agosto e 10 de outubro de 1961:

LIGAS E ASSOCIAÇÕES

Iniciaram-se dois movimentos principais que pretendem mobilizar os trabalhadores rurais para a defesa dos seus interesses: as Ligas Camponesas que tiveram origem em Pernambuco, e a Associação dos Agricultores sem terra fundada neste Estado. Não lhes custará acender as mais ousadas esperanças no espírito dos modestos homens do interior, acenando-lhes com promessas de fartura, independência econômica e bem-estar. **É fácil agitar e sublevar criaturas simples e crédulas.** Mas o resultado será completamente negativo sem trabalhosa e progressiva realização de todo um complexo programa de elevação do trabalhador e sem cuidadosa assistência por parte dos poderes públicos. Sem instrução de base, sem aprendizado da técnica de trabalho agrícola, sem saúde, sem auxílio de veterinários e agrônomos, que adiantará oferecer a um chefe de família alguns hectares de campo? (Diário de Notícias, 22/08/1961, p. 4, grifo nosso).

No Rio Grande do Sul, em vastas e florescentes regiões, até poucos anos atrás, praticamente só a Igreja prestou assistência tanto religiosa como educacional, técnica e sanitária, creditícia, etc. aos trabalhadores da terra, com absoluta e total omissão e ausência dos poderes públicos (...). A mesma ação da Igreja ainda continua, agora ao lado de outras entidades, umas oficiais, como o Ministério e a Secretaria da Agricultura, e outras particulares leigas, que atuam desinteressadamente no ambiente rural. **Temos, por isso, autoridade para alertar a coletividade contra a infiltração dos agitadores comunistas no setor rural** (Diário de Notícias, 10/10/1961, p. 2, grifo nosso).

A partir dessas preocupações, a Igreja Católica do Rio Grande do Sul tratou, então, em oferecer uma adequada preparação dentro dos princípios cristãos definidos na Doutrina Social Cristã para as suas lideranças e para os agricultores de base familiar sob sua influência em todo o estado. E, além disso, criou uma organização própria para expressar essa representação política dos trabalhadores rurais nessa época, ligada à Igreja: a Frente Agrária Gaúcha (FAG), para disputar com muito mais força a tutela da organização sindical rural com base em preceitos cristãos e conservadores, contrapondo-se tanto às lideranças do Partido Comunista quanto ao Master, ligado a Brizola e ao PTB. Assim, os sindicatos de trabalhadores rurais que começaram a ser criados no Rio Grande do Sul, a partir de 1962, deveriam cumprir uma atuação que não

suscitasse a luta de classes, nem perturbasse a ordem e o bom funcionamento da sociedade (BASSANI, 2009, p. 113).

Essa nova determinação da Igreja Católica estadual foi cumprida à risca, nesse período, na atual região da AMAU. Assim, ainda no final de 1961, foi criado o Núcleo da Frente Agrária Gaúcha, em Erechim. O jornal A Voz da Serra registrou:

Criada em Erechim o Núcleo Seccional da “Frente Agrária Gaúcha”

Sob a orientação da Igreja Católica está sendo organizado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, a FRENTE AGRÁRIA, cuja associação civil, sem intúitos econômicos, com sede em Pôrto Alegre, se propõe incrementar e desenvolver o espírito de solidariedade social entre os homens do campo e da cidade e difundir, entre aqueles e estes, para que a realizem pela ação, a doutrina social cristã, dentro há habalisada e oportuna orientação que nos dá Sua Santidade o Papa João XXIII na magistral encíclica MATER ET MAGISTRA (A Voz da Serra, 5 de dezembro de 1961).

Na referida matéria jornalística, ficaram registradas as finalidades do trabalho da nova entidade criada:

São finalidades específicas da FRENTE AGRÁRIA GAÚCHA: a) – a promoção de investigações e estudos acerca da questão agrária, no Estado e no País; b) – a fundação e manutenção de escolas e cursos, permanentes ou periódicos e a realização de congressos, seminários e conferências, para a formação de líderes rurais e para a educação de base, do agricultor e do trabalhador rural; c) – o amparo e o estímulo aos sindicatos de agricultores, detentores de pequenas propriedades, e de trabalhadores rurais e às iniciativas econômicas, entre êles, de natureza cooperativa e as suas promossões de ordem assistencial e cultural (A Voz da Serra, 5 de dezembro de 1961).

E a criação dos núcleos da FAG aconteceram em diversos municípios dessa região. Para exemplificar, em maio de 1962, foi criada a seccional da FAG em Viadutos, com ênfase nos seguintes objetivos:

ORIENTAR, isto é, assistir ao lavrador na parte agrícola, assistencial e jurídica; PROMOVER a compra e venda dos seus produtos; instalar cooperativas bem organizadas; sobretudo, unir essa classe que até o momento está dividida, abandonada e explorada, mas que perfaz 60% da população brasileira; Este movimento visa, pois, atender a todas as reivindicações do agricultor criando mais tarde os SINDICATOS RURAIS (Livro de Atas, Seccional da FAG de Viadutos, Ata 001).

Em Erechim e nessa região, no ano de 1962, a atuação da FAG foi intensa. Em janeiro de 1962, a FAG demonstrou iniciativa e também o seu caráter conservador: organizou uma reunião entre a direção do núcleo seccional de Erechim com a diretoria da Associação Rural de Erechim e criaram uma comissão para convidar os representantes de entidades locais e regionais (COTREL, Associação Comercial, Associação Rural de Campinas do Sul, Prefeitura Municipal

de Erechim) para comporem uma caravana para representar a região na 6ª Conferência Rural Brasileira que seria realizada nos dias 24 e 25 daquele mês, sob a organização da Farsul, na qual seria desfraldada a bandeira da “Reforma Agrária” de inspiração democrática e dentro da doutrina cristã (A Voz da Serra, 21 jan. 1962).

Outro fato que ilustra a postura conservadora do núcleo da FAG Erechim é o relato da reunião ocorrida no dia 1º de fevereiro de 1961, sob a presidência do Dr. Eduardo Pinto, Promotor Público de Erechim, quando ouviram o relato do associado Osmar Pedrollo, presidente da Associação Rural que, no final de janeiro, tinha representado a FAG na VI Conferência Rural Brasileira, realizada na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, quem tinha representado a seccional de Erechim tinha sido o representante dos médios e grandes produtores rurais dessa região, pois a Associação Rural de Erechim era filiada à Farsul (A Voz da Serra, 4 fev. 1962).

Além disso, em março de 1962, a Paróquia São Pedro, em Erechim, em colaboração com a seccional local da FAG publicou coluna com as decisões tomadas em relação à Reforma Agrária, a partir do texto elaborado pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul). Nele, o conceito de Reforma Agrária definido era:

um processo de modificação da estrutura agrária, segundo um novo condicionamento jurídico, social, econômico e técnico agrícola, com o fim de promover a valorização do homem rural, pela educação e pelo trabalho, a justa distribuição da riqueza agrária, com igual oportunidades para todos e o aumento da produtividade do solo, pela aplicação da ciência e da técnica às lides agrícolas (A Voz da Serra, 04 mar. 1962).

Ademais, o documento da Farsul tratava dos objetivos da Reforma Agrária:

Promover a elevação do nível de vida do homem do campo com programas de organização e desenvolvimento de: - Educação, saúde, habitação, alimentação, assistência técnica, crédito e transporte. Promover o acesso à terra própria ao maior número de pessoas observados os costumes, as condições de exploração, os tipos de produção em cada região (A Voz da Serra, 04 mar. 1962).

Saliente-se que o documento é longo e fala também da questão relativa à desapropriação de terras. Diz que nenhuma terra pode ser desapropriada sem a devida planificação e a medida deveria ser utilizada somente em casos excepcionais. Dessa forma, fica evidente que a seccional da FAG, em Erechim, caminhava lado a lado com o pensamento conservador expresso pela Farsul em relação ao tema da Reforma Agrária, o qual estava no centro do debate no Rio Grande do Sul, durante o governo de Leonel Brizola, naquele período.

Assim, em 08 de abril de 1962 (domingo), a seccional da FAG em Erechim cumpria com uma de suas principais metas, ou seja, a criação dos Sindicatos representativos dos Agricultores. Anunciava, então, que naquela data seriam fundados os Sindicatos Rurais de Erechim, em assembleia que seria realizada às 09h00min, no salão paroquial da Paróquia São Pedro (A Voz da Serra, 08 abr. 1962). E, em 10 de abril, esse mesmo jornal noticiava que a criação dos sindicatos, apesar da forte chuva, reuniu cerca de 700 agricultores. E, dessa forma, foram criados os primeiros dois Sindicatos representativos dos agricultores dessa região: o Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Erechim, cuja presidência ficou com Fausto Demoliner; e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim, cuja presidência ficou com Sadi Pedrotti. Prestigiaram a solenidade: representantes dos sindicatos urbanos do município, do Círculo Operário, o Vice-Prefeito de Erechim, o representante da Ascar, o coordenador regional da FAG, o irmão marista Urbano Máximo (Passo Fundo), representante da prefeitura de Aratiba, representante da Associação dos Estudantes, Monsenhor Fioravante Magrin e representantes de várias paróquias dessa região (A Voz da Serra, Erechim, 10 abr. 1962).

Em seguida, a seccional da FAG Erechim promoveu um encontro conjunto entre os dirigentes das diversas entidades locais da classe rural visando a união de esforços entre si para alcançar melhores benefícios aos trabalhadores rurais. Foram convidadas as seguintes entidades: a Prefeitura de Erechim, a Associação Rural, a Ascar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais (A Voz da Serra, 03 mai. 1962). Conforme as notícias da época, o referido encontro obteve êxito. Pronunciaram-se inicialmente no evento: o presidente da seccional da FAG local, João Smaniotto; o orientador da FAG local, o promotor Eduardo Pinto. Em seguida, definiram que era conveniente de que todas as entidades representativas da classe rural trabalhassem de forma conjunta (A Voz da Serra, 08 mai. 1962).

Em junho de 1962, a FAG começou a preparar e a organizar nessa região o Congresso da Frente Agrária Gaúcha, o qual seria realizado em 24 e 25 de julho daquele ano, na capital do estado. Compareceram representantes de 19 paróquias situadas no território da região da atual AMAU (A Voz da Serra, 19 jun. 1962). E, em 15 de julho de 1962, realizou-se então o Congresso Regional da FAG, tendo por local o salão paroquial da Paróquia São Pedro, em Erechim. O encontro foi presidido por Romeu Madalozzo e contou com a presença de várias autoridades: o vice-prefeito de Erechim, representantes das Paróquias dessa região, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dos representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais recentemente criados, além de outras lideranças locais. O encontro levantou as demandas da classe na região. Entre elas: a falta de assistência técnica, o analfabetismo, poucas vagas nas

escolas de iniciação agrícola, a falta de professores nas escolas que o governo estadual criava na época. Além disso, cabe registrar esse fragmento da notícia:

Os nossos agricultores, verdadeiros heróis do trabalho braçal e mal compensado pelos intermediários gananciosos, enquanto não houver cooperativas de produção e consumo bastantes no Estado, vivem à espera de melhores dias, que só virão pela orientação sadia da Frente Agrária Gaúcha, instituição que surgiu na hora exata das reivindicações mais justas e oportunas, dentro dum sentido de ação e prudência, **sem aspectos revolucionários e materialistas contrários às nossas tradições cristãs** (A Voz da Serra, 19 jul. 1962, grifo nosso).

Dessa forma, nota-se que as lideranças da Igreja Católica faziam questão de ressaltar a função tutelar da Frente Agrária Gaúcha tanto para liderar a organização social e política dos agricultores de base familiar dessa região como para protegê-los das ideias revolucionárias e materialistas de outras forças políticas que também buscavam manter influência junto aos agricultores dessa região como o PCB e o PTB. No caso dessa região, o PTB era o partido que tinha bastante influência como será visto no próximo tópico.

Além da organização dos sindicatos rurais, nesse período, a Frente Agrária Gaúcha continuou a realizar as Semanas Ruralistas, como a que ocorreu em São Valentim, colaborando com o Ministério da Agricultura, a Secretaria Estadual de Agricultura e a Prefeitura daquele município (A Voz da Serra, 15 jul. 1962).

Assim, esse trabalho forte da Igreja Católica na liderança dos agricultores de base familiar nessa região e em todo o estado gerou debates acalorados e, certamente, contribuiu para a vitória do candidato conservador Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD) para governador do estado, nas eleições ocorridas em 1962. E, conseqüentemente, ajudou a derrotar o candidato Egydio Michaelsen, do PTB, apoiado por Leonel Brizola. Nesse sentido, o vereador Léo Neuls, líder do Partido Libertador, na Câmara de Vereadores de Erechim assim se pronunciou, em 09 de novembro de 1962, na sessão legislativa municipal: “É público e notório que o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, perdeu as eleições porque os padres interferiram no pleito”, o que gerou fortes debates, segundo a notícia (A Voz da Serra, 11 nov. 1962).

Note-se que, em 1962, o promotor da comarca de Erechim, Dr. Eduardo Pinto, que assessorava a seccional da FAG em Erechim, foi candidato à Assembleia Legislativa pelo Partido Libertador, PL (A Voz da Serra, 10 jun. 1962). Além disso, em 1963, foi eleito prefeito de Erechim pela UDP em aliança com o PSD e governou o município entre janeiro de 1964 a fevereiro de 1969. No período do regime militar, filiou-se à ARENA, o partido criado em apoio aos governos militares. A forte atuação da Igreja Católica, através da FAG, no processo de

tutela do processo organizativo e na representação dos agricultores de base familiar nessa região continuou entre 1963 e 1964, como pode ser constatado nas matérias jornalísticas do jornal *A Voz da Serra*, em Erechim, as quais tivemos acesso junto ao Arquivo Histórico Municipal de Erechim, Joarez Miguel Illa Font, mas não há necessidade de estarem resumidas aqui, para não tornar o trabalho demasiado longo. Registramos, por outro lado, a postura adotada pela Igreja Católica, através de alguns padres, no combate aos Grupos de Onze que foram incentivados, no final de 1963 e início de 1964, pelo então deputado federal Leonel de Moura Brizola (PTB). A postura da Igreja local foi radicalmente contrária, como está exemplificado no edital publicado pelo pároco de Sertão, padre Máximo Coghetto, no jornal *O Nacional*, em Passo Fundo, o qual foi transcrito integralmente no jornal *A Voz da Serra*, com a seguinte notícia: “Pároco de Sertão lançou a Proibição”:

O padre Máximo Coghetto, pároco da nova cidade de Sertão, vem de firmar edital proibindo aos católicos serem nacionalistas ou integrarem os chamados “grupos de 11” (ou comandos nacionalistas), sob pena de não poderem ser padrinhos os casados só pelo civil, os ajuntados, os que pertencem a seitas cristãs (evangélico, luteranos, assembléia de Deus), os espíritas e os batuqueiros, além dos comunistas, êstes especialmente quando integrarem os grupos de 11. O referido edital datado de 1º do corrente mês, tem a seguinte redação:

Edital

Conforme as leis eclesiásticas podem ser padrinhos de Crisma sòmente os católicos em comunhão com a Santa Igreja. Portanto não podem ser padrinhos:

1º - Os casados só pelo civil;

2º - Os ajuntados;

3º - Todos os que pertencerem a seitas cristãs: evangélicos, luteranos, assembléia de Deus.

4º - Espíritas, batuqueiros, etc.

5º - Comunistas, nacionalistas: Especialmente o grupo dos 11 (onze).

Por isso, cuidem os pais, na escolha dos padrinhos de seus filhos, para que sejam católicos bons, de virtude comprovadas que sirvam para os afilhados.

Máximo Coghetto – Pároco (*A Voz da Serra*, 10 mar. 1964, grifo nosso).

A partir do Golpe Militar ocorrido em 31 de março e 1º de abril de 1964, no Brasil, a Frente Agrária Gaúcha continuou o seu trabalho de organização dos agricultores de base familiar na região da AMAU. Sem se indispor com o regime militar, auxiliou no processo de criação de novos sindicatos de trabalhadores rurais na região. Assim, entre 1964 e 1968, vários sindicatos de trabalhadores rurais surgiram, como pode ser visualizado na Tabela 14, em sequência. Dessa forma, os sindicatos rurais nascidos nessa região, sob a assessoria e o acompanhamento efetivo da FAG, entre 1964 e 1980, no período de auge do regime militar, adotaram uma postura passiva, evitando a oposição e o confronto, realizando essencialmente um trabalho de assistência aos agricultores (ZANELLA, 2004, p. 150-153).

Tabela 14 - Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) criados na região da AMAU, no período do regime militar brasileiro (1964-1984)

Município	Data de fundação
STR de Getúlio Vargas	16/06/1964
STR de Campinas do Sul	30/11/1965
STR de São Valentim	01/12/1965
STR de Aratiba	17/07/1966
STR de Severiano de Almeida	23/04/1967
STR de Jacutinga	25/06/1967
STR de Gaurama	12/10/1967
STR de Mariano Moro	29/12/1967
STR de Barão de Cotegipe	13/04/1968
STR de Erval Grande	30/08/1968
STR de Itatiba do Sul	13/09/1968

Fonte: ZANELLA, 2004, p. 151.

Além disso, nesse período, a FAG firmou-se como tuteladora de todo o movimento sindical e camponês do Rio Grande do Sul, visto que o Master e o PTB sofreram forte repressão do regime militar, o que ocasionou a sua extinção (BASSANI, 2009, p. 51). Para compreendermos isso, vamos voltar ao início da década de 1960, pois, nessa época, além do trabalho e da atuação da Igreja Católica, através da FAG, existiu outra organização que manteve grande influência no processo organizativo dos agricultores de base familiar nessa região, ou seja, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), através da atuação destacada de três lideranças: Leonel Brizola, João Caruso e Jair de Moura Calixto, como será visto em sequência.

2.6 A atuação tutelar do PTB junto aos agricultores sem terras nessa região (1961-1963)

Inicialmente, é importante salientar que, no contexto de redemocratização ocorrido no Brasil em 1945, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) surgiram como instrumentos de um mesmo projeto político: dar condições para que Getúlio Vargas permanecesse com força política no Brasil. O PSD vinculou-se principalmente à oligarquia rural no Brasil e o PTB aos trabalhadores urbanos. Apesar dessas diferenças, o PSD e o PTB andaram quase sempre juntos até 1960, em nível nacional.

Entretanto, após a morte de Vargas, em 1954, o PTB aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de uma agenda cada vez mais reformista, como é o caso da Reforma Agrária. Isso provocou um distanciamento gradual ao longo do tempo entre PTB e PSD, inclusive no Rio Grande do Sul (DELGADO, 2011, p. 261). A ascensão de João Goulart (Jango) à presidência do Brasil, em 1961, pôs fim à aliança populista entre PTB e PSD, em nível nacional, pois as “Reformas de Base” anunciadas por Jango assustaram os conservadores, principalmente a elite agrária nacional, contrária à Reforma Agrária (TEDESCO; CARINI, 2021).

Cabe registrar também que, no final da década de 1950 e início dos anos 1960, havia intensa expectativa de mudanças sociais no Brasil, inclusive no meio rural, visualizadas pela via revolucionária através da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou pela via reformista, a partir da ala mais radical do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além disso, como visto, surgiram as Ligas Camponesas na região nordeste lideradas pelo deputado Francisco Julião e houve uma ampliação da atuação da Igreja Católica no processo organizativo dos trabalhadores rurais naquele período. Assim, camponeses de várias regiões do Brasil organizaram-se em ligas, em sindicatos e em movimentos de luta pela terra. Nesse contexto, a questão da reforma agrária entrou na agenda política e social em todo o país (MARTINS, 1981; HARRES, 2014).

É nesse cenário também que Leonel de Moura Brizola (PTB) elegeu-se governador no Rio Grande do Sul e tentou implementar um programa reformista, entre 1959 e 1962, tendo a reforma agrária como uma de suas principais bandeiras. Além disso, ao assumir para si a campanha em favor da “Legalidade”, em agosto de 1961, em defesa da posse de João Goulart como presidente do Brasil diante da renúncia de Jânio Quadros, Brizola tornou-se um líder reconhecido nacionalmente.

Foi nesse contexto, então, no final de 1961 e começo de 1962, depois da campanha vitoriosa da Legalidade³⁷, que Brizola levou a termo um projeto de reforma agrária no estado, o qual estava na plataforma eleitoral de sua campanha (TEDESCO; CARINI, 2021). Essa iniciativa levou o governo a se aproximar mais dos pequenos agricultores com pouca terra ou sem terras, através da criação de Associações de Agricultores Sem Terra em várias partes do estado, o que acabou se denominando de Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).

³⁷ A campanha em defesa da Legalidade foi um movimento político e social, liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, em agosto de 1961, para garantir a posse de João Goulart (Jango) como presidente da República diante da renúncia inesperada de Jânio Quadros. O movimento teve forte apoio popular em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul e se alastrou país afora, a partir da criação da “Rede da Legalidade”. A vitória do movimento tornou Brizola um líder reconhecido nacionalmente.

Essa política estadual provocou, de um lado, uma aproximação maior entre o PTB e o PCB, além de outros setores de esquerda e, por outro, causou reações contrárias de setores conservadores como dentro do PSD, na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e no seio da Igreja Católica estadual, liderada por dom Vicente Scherer.

O projeto de reforma agrária defendido pelo governo Brizola teve a primeira medida concreta efetivada com a constituição de um grupo de trabalho, através da Portaria nº 131, de 7 de agosto de 1961, que tinha amplos poderes para buscar informações técnicas, jurídicas, dados e informações do conjunto das secretarias estaduais do governo. A partir de várias reuniões desse grupo, o diagnóstico construído foi de que a situação no meio rural rio-grandense era crítica, cabendo uma intervenção mediadora do Estado, para evitar a radicalização. Assim, com base nessa análise, foi que nasceu a proposta de Reforma Agrária implementada pelo governo Brizola, em 1961 e 1962 (HARRES, 2014, p. 58-59).

A segunda medida efetiva para a implementação do projeto de Reforma Agrária foi o Decreto nº 12.812, em novembro de 1961, com a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Cabia ao IGRA a tarefa de administrar, com o auxílio da Secretaria da Agricultura e Economia, um “programa especial e permanente de difusão da propriedade e organização de granjas cooperativadas e comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores”. Esse programa foi instituído por meio do Decreto nº 13.068, em 29 de janeiro de 1962, que previa a elaboração e a execução de projetos de colonização dentro do estado, designados oficialmente de PRADE – Projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social (HARRES, 2014, p. 67).

Além disso, novas orientações sobre a estrutura do IGRA foram lançadas em abril de 1962. O secretário João Caruso Scuderi assumiu a presidência do IGRA e Paulo Schmidt foi nomeado presidente do grupo de Coordenação e Planejamento. Assim, o IGRA e o PRADE eram a base para viabilizar a reforma agrária durante o governo Brizola. Apesar das reações provocadas, o projeto de reforma agrária do governo estadual estava dentro daquilo que preconizava o projeto de modernização capitalista da agricultura (HARRES, 2014, p. 75,79).

No decorrer desse processo organizativo e de implementação de medidas em favor da reforma agrária, em janeiro de 1962, ocorreu um fato de grande repercussão estadual: um acampamento de agricultores sem terras no Capão da Cascavel, junto à Fazenda Sarandi, no atual município de Sarandi. O acampamento foi planejado pelo próprio governador Leonel Brizola, através de uma parceria com o prefeito de Nonoai, Jair de Moura Calixto, seu primo-irmão. Em 11 de janeiro de 1962, Calixto reuniu e liderou os agricultores sem terras desde Nonoai até a uma das estradas que cortavam a fazenda. Esse local chamava-se Capão da

Cascavel. Dois dias depois, Leonel Brizola assinava a desapropriação da fazenda, através do Decreto nº 13.034, de 13 de janeiro de 1962, declarando de utilidade pública para fins de desapropriação por interesse social, uma área de terras composta de 24.600 hectares (TEDESCO; CARINI, 2021).

Esse fato ganhou ampla repercussão na região da atual AMAU, pois a Fazenda Sarandi e o município de Nonoai ficam localizados nas proximidades. O jornal A Voz da Serra, em Erechim, noticiou:

Governo no Estado Desapropria Terras

Consoante noticiamos, a comuna de Nonoai vinha passando momentos de apreensões, pela questão agrária, quando 1.600 colonos aguardavam a decisão das autoridades, à posse de área de terras. **O movimento encampado pelo Prefeito de Nonoai, sr. Jair de Moura Calixto, foi em caráter reivindicatório pacífico, na maior aglomeração desse gênero em nosso Estado.** As atenções foram voltadas para a comuna de Nonoai, culminando agora com a apresentação de decreto governamental, no qual desapropria 24.600 ha de terra (da Fazenda Sarandi), os quais deverão então ser distribuídos entre colonos, conforme suas reivindicações (A Voz da Serra, 16 jan. 1962, grifo nosso).

Nesse processo, o governo do estado justificava essa desapropriação com base na legislação estadual. O Secretário de Agricultura, João Caruso, manifestou-se em entrevista ao jornal Diário de Notícias de Porto Alegre, contrapondo-se à nota contrária divulgada na época pela Farsul:

- o govêrno do Estado considera impropcedentes as razões apresentadas na Nota Oficial da FARSUL contrapondo-se à desapropriação da “Fazenda Sarandi” para sua subdivisão e revenda a pequenos agricultores com pouca ou sem terra. **A ação do Govêrno tem se feito sentir de forma absolutamente respeitosa aos preceitos constitucionais de nosso país.** Não deseja prejudicar, sim resolver o problema na forma indicada pela lei. De há muito preocupa a administração estadual o fato de haver mais de 50 mil minifúndios no Rio Grande do Sul e de dezenas de milhares de agricultores sem terra, além dos muitos que para continuar trabalhando na lavoura precisam emigrar para Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Êsse êxodo deveria ser evitado, ou quanto menos atenuado. Eis que são (...) homens válidos levando consigo bens e recursos que desfalcam a economia rio-grandense, além de retirar-lhe mão-de-obra valiosa” (Diário de Notícias, 19 jan. 1962, p.4, grifo nosso).

Além disso, a notícia registra a fala de Caruso em relação à posição que o governo do estado adotaria caso existissem situações parecidas. Para o secretário, o governo sempre iria agir respeitando as leis vigentes, mas sem deixar de buscar resolver os problemas sociais, ou seja, “tudo envidaremos para não deixar nossos conterrâneos mais humildes ao desamparo. Não temos terras públicas disponíveis, como se pretende” (Diário de Notícias, Porto Alegre, 19 jan. 1962, p. 4).

Dessa forma, na região da AMAU, em 1962, além da repercussão das notícias relativas à luta pela terra através do Acampamento da Cascavel, na Fazenda Sarandi, as ações do governo estadual em favor da reforma agrária e da organização dos agricultores sem terras ou com pouca terra tiveram efetividade concreta também nessa localidade. Isso deu-se especialmente através das lideranças do PTB: Leonel Brizola, como governador do estado; João Caruso, como secretário da Agricultura e deputado estadual pelo PTB eleito nessa região; e Jair de Moura Calixto, prefeito do município vizinho, Nonoai, líder dos agricultores sem terras no Acampamento da Cascavel e que, a partir daquele fato, tornou-se referência regional e estadual nesse assunto.

Assim, em fevereiro de 1962, nascia mais um movimento organizado de agricultores sem terras, no município de São Valentim, que gerou conflitos entre dois setores sociais: de um lado os agricultores e de outro os indígenas. O jornal *A Voz da Serra* noticiou:

Serão Desapropriadas Terras em São Valentim

Nossa reportagem foi informada de que um movimento, idêntico ao realizado quando da desapropriação da fazenda dos castelhanos, estava sendo articulado no Município de São Valentim. O movimento visa dar terras aos agricultores que não a possuem. Domingo último, estivemos no município de São Valentim, ocasião em que constatamos a veracidade da informação. O movimento em verdade existe e deverão ser tomadas posse de grande área de terras, as quais encontram-se, segundo fomos informados, naquele município, praticamente abandonadas.

Essas terras “praticamente abandonadas” pertenciam às comunidades indígenas Kaingangs/Coroados e Guaranis. Na época, não existiam os municípios de Faxinalzinho e Benjamin Constant do Sul. Assim, as comunidades indígenas e suas terras estavam no território de São Valentim. A notícia falava sobre a titularidade indígena dessas terras:

ÁREA DE TERRAS DOS ÍNDIOS

Domingo último, contando com a presença do sr. Jair de Moura Calixto, Prefeito Municipal de Nonoai, e iniciador das desapropriações em todo o Estado, visando dar terras aos agricultores que dela necessitarem, foi efetuado um levantamento. Ficou então constatado que existem naquela comuna, uma área de terras, dos Índios Coroados e Guaranys, terras estas que não estão sendo cultivadas há muitos anos, e que o Governo deveria tomar uma providência visando doar a quem delas necessitar. Existem naquela área de terras, 56 famílias de índios Coroados e 24 de Índios Guaranys, sendo que grande parte das terras estão completamente abandonadas: as colônias dos Índios Coroados são 195, e dos Guaranys 60, sendo a base de 25 hectares cada colônia.

Entretanto, apesar de reconhecer a titularidade dessas terras como das comunidades indígenas Kaingangs/Coroados e Guaranis, o jornal *A Voz da Serra*, através dessa notícia, posiciona-se quando afirma que “grande parte das terras estão completamente abandonadas”.

E, assim, transparece que estava totalmente justificado o movimento realizado no município de São Valentim, liderado por Calixto, no sentido de apontar as terras indígenas como alternativa para solucionar o problema da falta de terra dos agricultores. Como se sabe, essa solução buscada nessa época provocou conflitos nas décadas seguintes entre os agricultores e os indígenas, pois, na década de 1990, a área reduzida foi reconstituída como Terra Indígena e os agricultores lá residentes foram indenizados e reassentados (KUJAWA, 2017, p. 336).

Apesar disso, cabe destacar também a criação da Associação dos Agricultores Sem Terra, na localidade e naquele momento histórico. A mesma notícia registrou:

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES SEM TERRAS

Na mesma oportunidade, foi eleita a diretoria da **Associação dos Agricultores Sem Terras de Vila Palmeira**, ficando assim constituída: **Presidente de honra: sr. Jair de Moura Calixto**; Presidente: sr. Constante Hachmann; 1º Vice, sr. Fideles Menegozzo; 2º Vice, sr. José Menegozzo; 1º Secretário, sr. Ernesto D'Agostini; 2º Secretário, sr. Orides Ferreira; 1º Tesoureiro, sr. Aldo Cima; 2º Tesoureiro, sr. Afonso Bedin; O Conselho Deliberativo ficou formado pelos srs. Lodovino Agostini, Francisco Kuxok, Ricieri Besson e Alberto Ceni. O Prefeito Municipal de Nonoai, quando de sua estada em São Valentim, fazia-se acompanhar pelo 1º tenente Osório Borges Torres, designado pelo Governador do Estado, com a finalidade de acompanhar o movimento iniciado em São Valentim (...). Na reunião realizada praticamente de improviso o sr. Jair de Moura Calixto, devido ao seu elevado prestígio que desfruta em todo o Estado, reuniu rapidamente mais de 400 homens, já cadastrados (A Voz da Serra, 27 fev. 1962, terça-feira, grifo nosso).

Assim, em 25 de fevereiro de 1962, nascia a primeira organização de agricultores de base familiar na atual região da AMAU – a Associação dos Agricultores Sem Terras de Vila Palmeira, no município de São Valentim³⁸. Entre as características principais dessa organização, levando-se em conta o contexto político e social vivenciado naquele período, estava a questão da tutela, pois era um movimento incentivado e organizado pelo PTB, a partir de três lideranças: Jair de Moura Calixto, como prefeito de Nonoai, que executava a ação organizativa junto aos agricultores; Leonel Brizola, como governador do estado, responsável direto pela criação da política estadual de Reforma Agrária e pelo suporte político dado à ação de Calixto e à criação das Associações de Agricultores Sem Terra; e João Caruso, deputado estadual eleito pela região exercendo a função de Secretário da Agricultura, o qual dava o suporte legal para a efetivação dessa política pública estadual, como pode ser comprovado

³⁸ Como vimos no tópico anterior, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) estavam sendo organizados pela FAG naquele período. Em Erechim, foram fundados em 08 de abril de 1962.

nesses dois próximos registros feitos a partir das notícias publicadas no jornal A Voz da Serra, em março e abril de 1962:

**Terras da Vila Palmeira aos agricultores sem terras
PROVIDÊNCIAS DO SECRETÁRIO DA AGRICULTURA**

Conseguiu entretanto o Prefeito Municipal de Nonoai, sr. Jair de Moura Calixto, a promessa do Secretário da Agricultura, dr. João Caruso, de que providências concretas seriam tomadas. Neste sentido, colhemos extra oficialmente, que o dr. João Caruso ilustre Secretário da Agricultura, vem de atender a solicitação do Prefeito de Nonoai, determinando a medição daquela gleba de terra. (...) As providências adotadas são das mais oportunas, e visam dar terras aos que dela necessitam (A Voz da Serra, 13 mar. 1962).

Área de Terra em São Valentim está sendo medida

Meta atingida

Podemos agora informar que a iniciativa do sr. Jair de Moura Calixto foi coroada de pleno êxito, uma vez que, segundo colhemos, funcionários do Estado, estão procedendo a medição das referidas terras. Engenheiros agrônomos encontram-se destacados para procederem a medição da área de terra, a qual encontra-se localizada entre Vila Palmeira e Votouro. (...) Assim que for concluída a medição das terras, as mesmas deverão serem distribuídas aos agricultores sem terra, o que virá de encontro com suas aspirações (A Voz da Serra, 06 abr. 1962).

Dessa forma, pelos registros tomados acima, fica evidente que não era um movimento autônomo dos agricultores de base familiar, mas sim um movimento pensado e organizado a partir de uma estratégia estadual do governo do estado, liderado por pessoas vinculadas ao PTB. Além disso, o PTB tomava um lado, ou seja, o apoio direto aos agricultores sem terras e não fazia o mesmo em relação aos indígenas, ao eleger as suas terras como parte da solução para o problema da falta de terra na região e no estado.

Registre-se que, no início dos anos 1960, além das terras indígenas de Votouro, em São Valentim, foram desapropriadas as terras indígenas de Ventarra, em Getúlio Vargas, a qual havia sido demarcada em 1911 com 753 hectares e, entre 1960 e 1964, ocorreu a sua extinção, sendo que 553 hectares foram destinados aos agricultores e 200 hectares à Sociedade Getuliense (TEDESCO; VANIN; SILVA, 2017, p. 235).

Além disso, as ações realizadas em torno do tema da Reforma Agrária ocorriam em outros municípios dessa região, nesse período. Em março de 1962, o jornal A Voz da Serra noticiava a vinda de Calixto ao município de Erechim para fundar mais uma Associação de Agricultores Sem Terra:

Será fundada a Associação dos Colonos sem Terras

Colheu nossa reportagem que o Prefeito Municipal de Nonoai, sr. Jair de Moura Calixto, deverá aportar em nossa cidade, com a finalidade específica de proceder a fundação da Associação dos Colonos sem Terras. Após ser instalada a Associação em nossa cidade, deverá o Prefeito Municipal de Nonoai, proceder a instalação de idênticas Associações nas comunas circunvisinhas. A visita do Prefeito Municipal de Nonoai em nossa cidade vem sendo aguardada com interesse (A Voz da Serra, 13 mar. 1962).

Além disso, alguns prefeitos dessa região também tomaram iniciativas em favor da Reforma Agrária, como foi o caso da atuação da Prefeitura Municipal de Gaurama:

Reforma Agrária em Gaurama

Na Prefeitura Municipal de Gaurama, cerca de 100 agricultores sem terra já estão inscritos para receber colônia do Governo do Estado, pelo sistema de reforma agrária até aqui então organizado. Chegou ao nosso conhecimento, que a Prefeitura vem selecionando o pessoal que será beneficiado com tal iniciativa do governador Leonel Brizola, com o fim de que os espertos não aproveitem a situação, recebendo terra que é destinada exclusivamente aos agricultores não proprietários. No correr da semana em curso, será entregue na Capital do Estado, a lista organizada pela Prefeitura de Gaurama, com o nome dos agricultores desejosos de possuir um pedaço de terra e ter melhores condições de vida, para si e sua família (A Voz da Serra, 13 mar. 1962).

Ademais, o governo Brizola colocou a estrutura de órgãos públicos estaduais para trabalhar nesse período nas ações necessárias para a efetivação do projeto de reforma agrária em curso no estado. Assim, em 15 de abril de 1962, o jornal A Voz da Serra noticiava: “Reforma Agrária Será Para Todos os Agricultores”. Na referida notícia, o jornal informava de que tinha recebido a visita do Sr. José Pedro Severo, Coletor Estadual no município de Erechim, o qual tinha prestado esclarecimentos sobre como seriam realizadas algumas ações relativas ao processo de Reforma Agrária no estado e na região. Para isso, a Circular nº 45, emitida pelo governo do estado, dava instruções sobre o preenchimento das fichas de inscrição de agricultores pretendentes à terra:

O DIRETOR GERAL DO TESOUREIRO DO ESTADO, no uso de suas atribuições e em cumprimento de ordem superior, determina aos Senhores Exatores, relativamente ao serviço de inscrição de agricultores pretendentes a terra: **a) As Exatorias deverão instalar, no próprio prédio onde funciona a repartição, um Pôsto de Inscrição para agricultores pretendentes a terra;** b) Dito Pôsto, que deverá ter suas atividades iniciadas em 23 do corrente mês, será supervisionado pelo Exator e atendido por um funcionário da Exatoria, que terá a seu cargo o preenchimento datilografado, das fichas em 3 vias, cujos exemplares são enviados com esta Circular; **c) Os interessados deverão assinar a ficha, recebendo na ocasião, o recibo comprovante da inscrição, assinado pelo Exator.** Quando se tratar de analfabeto, poderá ser assinada, a rogo, por terceiro que conheça o inscrito e ateste a veracidade das declarações; d) As fichas serão numeradas, em ordem crescente e contínua, no quadro destinado ao “nº local”. Da mesma forma, será procedido quanto à numeração do recibo; e) Semanalmente, as Exatorias remeterão à Inspetoria Geral da Fazenda, as 2^{as} vias das fichas, devidamente separadas e classificadas, retendo as 1^{as} vias para o cadastro da repartição; f) Na oportunidade, o funcionário do Pôsto deverá esclarecer aos interessados de que a inscrição destina-se ao cadastramento dos agricultores sem terra, os dos que possuem pequenas glebas, impróprias para o cultivo agrícola e que as declarações não verdadeiras invalidam a inscrição (A Voz da Serra, 15 abr. 1962, grifo nosso).

Dessa forma, como Coletor Estadual, Severo esclarecia, segundo a reportagem, que se tratava de um levantamento total, na qual o homem da pequena propriedade, embora possuindo terra, poderia requerer mais uma área a fim de fazer frente às suas necessidades. E deu o seguinte exemplo: “Um cidadão possuindo dez hectares de terra, poderá requerer mais 20 ou 30 hectares a fim de desenvolver seu ramo de agricultura, desde que preencha os requisitos necessários. A reforma abrange a todos” (A Voz da Serra, 15 de abr. 1962).

Alguns dias depois, em 06 de maio de 1962, o jornal A Voz da Serra publicou nova reportagem sob o título “Reforma Agrária uma Necessidade”, destacando que a Coletoria Estadual estava realizando o preenchimento das fichas competentes e muitos agricultores já estavam inscritos. Informava também que, por especial deferência do sr. José Pedro Severo, foram destacadas três fichas para melhor exemplificar a realidade vivenciada pelos agricultores dessa região, a qual indicava a necessidade da reforma agrária:

- a) Ficha nº 39 - preenchida pelo agricultor José Maria da Veiga, 1º distrito; em quatro hectares de terra arrendada estão vivendo 14 filhos do casal, sendo que oito filhos homens e seis filhas, todos escolarizados; registrou ainda que José Maria da Veiga trabalhava há 25 anos na agricultura.
- b) Ficha 143 - preenchida pelo agricultor Aparicio Dias da Silva, o qual vivia com 10 filhos (seis escolarizados e quatro menores) e trabalhava numa área de 37 hectares de terra arrendada.

- c) Ficha 177 – preenchida pelo agricultor Jorge Kavrocov, de origem romena, era agricultor há 27 anos, vivia com suas dez filhas (nove escolarizadas e uma menor) em uma terra arrendada de 25 hectares.

Com base na notícia, percebe-se claramente que existiam famílias sem terras com número grande de filhos nessa região. Assim, o governo Brizola criou um instrumento importante de levantamento da situação agrária no estado, colocado em prática naquele ano. Por outro lado, esse levantamento acarretava também inúmeros desafios ao governo para atender tantas expectativas geradas na época. Além disso, 1962 era ano eleitoral e finalizava o período do governo Brizola e as alternativas para adquirir terras no curto prazo eram poucas.

Dessa forma, em 22 de novembro de 1962, no final do governo Brizola, aconteceu a distribuição de lotes coloniais a dezenas de agricultores dessa região. O encontro aconteceu, em Erechim, na sede do Esporte Clube Recreativo Atlântico, no qual os prefeitos dos seguintes municípios foram convidados a providenciarem a vinda dos agricultores contemplados com a distribuição de terras localizadas em Votouro, município de São Valentim, ou seja, as terras indígenas foram disponibilizadas para a reforma agrária:

Tabela 15 - Agricultores contemplados com lotes coloniais, em 1962, na região da AMAU, pelo governo Brizola, nas terras localizadas na localidade de Votouro, em São Valentim

Município	Nº de agricultores contemplados
Erechim	10
Gaurama	10
São Valentim	15
Ervál Grande	10
Aratiba	10
Campinas do Sul	10
Nonoai	10
TOTAL	75

Fonte: Elaborada pelo autor com base na publicação do jornal A Voz da Serra, Erechim, 22 nov. 1962

Tal evento foi registrado pelo jornal A Voz da Serra, como demonstra esse trecho da notícia publicada, como primeiro passo da efetivação da reforma agrária nessa região:

Primeiro passo da Reforma Agrária em nossa Zona

Entrega de títulos definitivos de propriedades de terras a agricultores de nossa região
Teve lugar quinta-feira última, no salão de festas do CER Atlântico, gentilmente cedido, o ato de entrega de títulos definitivos de propriedade de colônias de 250.000 mts². a diversos agricultores de nosso município e de outras comunas da Região. Para presidir o ato o representante pessoal do deputado dr. João Caruso, secretário de Agricultura, que não foi possível deslocar-se para Erechim em vista de ter de entrevistar-se com o Presidente João Goulart, chegou de Pôrto Alegre o dr. Paulo Alberto Schmidt, coordenador do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). (...). Na oportunidade, foram distribuídos 70 títulos. (...). O dr. Paulo Alberto Schmidt, que ressaltou a significação do ato e a ação do Governador Leonel Brizola e do deputado João Caruso no sentido dessa concessão (A Voz da Serra, 25 de novembro de 1962)³⁹.

E, assim, sacramentava-se a política pública de Reforma Agrária do governo do Rio Grande do Sul, liderado por Leonel Brizola, nessa região. Nesse ato de distribuição de lotes coloniais, fica nítido o quanto essa proposta estava longe de alcançar uma solução estrutural para o problema da falta de terra e da distribuição mais equitativa da terra nessa região e no próprio estado. Por não existir mais estoque de terras devolutas nessa região e ao não enfrentar o problema com mais ousadia, comprando e desapropriando áreas, o governo do estado utilizava as terras indígenas como solução, ou seja, para contemplar um setor social com o direito básico à terra, destituiu as terras de outro grupo social que, na época, tinha pouca força política. Além disso, pelo número de lotes distribuídos e de agricultores contemplados, a proposta de reforma agrária nessa região tinha causado bastante barulho e poucos resultados práticos.

Observando as notícias da época, fica evidente que o governo estadual procurou construir uma política de reforma agrária que não causasse maiores atritos, especialmente com a Farsul e a Igreja Católica. Assim, para atender aos objetivos do programa reformista agrário, o governo estadual disponibilizou em âmbito do estado: algumas terras públicas, parte das reservas indígenas, as quais foram reduzidas e até extinguidas, o que produziu conflitos que efervesceram nas décadas seguintes entre agricultores e indígenas; e áreas que estavam em posse de estrangeiros, como a Fazenda Sarandi, o que representava uma atitude nacionalista e não atritava com a Igreja e com as forças expressivas do latifúndio. Por outro lado, o programa de reforma agrária desenvolvido pelo governo Brizola tinha um caráter “populista” e, assim, a concessão da terra era reconhecida como um favor e não como um direito conquistado através da luta e da mobilização dos agricultores de base familiar (TEDESCO; CARINI, 2021, p. 295-297).

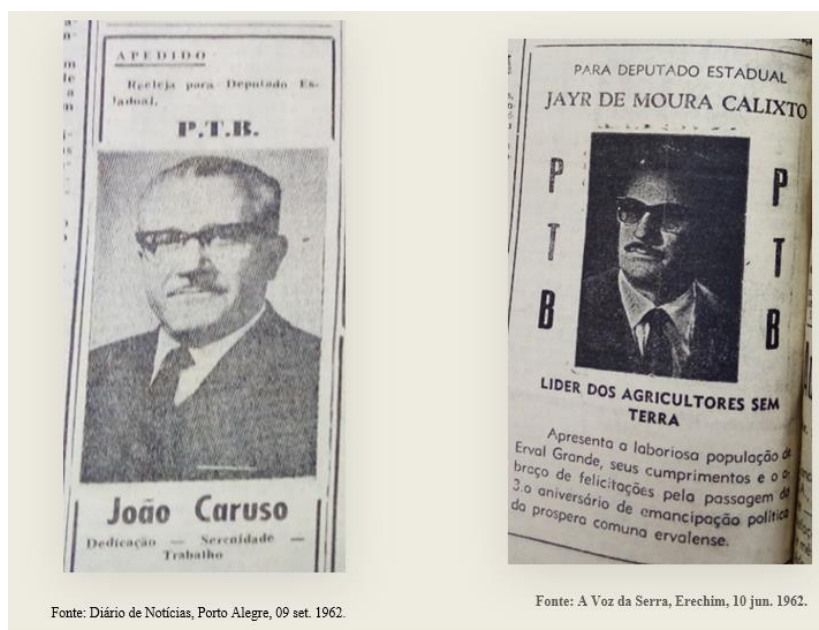
³⁹ Nota-se uma diferença no número de lotes coloniais distribuídos entre as duas notícias do jornal A Voz da Serra: em 22 de novembro de 1962, a informação era de que seriam contemplados 75 agricultores; enquanto, em 25 de novembro, a notícia registra 70 agricultores contemplados.

Apesar disso, as iniciativas reformistas de Brizola na questão da terra causaram impacto no resultado eleitoral. Em outubro de 1962, na eleição para a sucessão de Brizola como governador, o vitorioso foi o candidato da oposição, Ildo Meneghetti (PSD), que construiu sua vitória no interior do estado, inclusive na região Alto Uruguai, com forte apoio das Associações Rurais ligadas à Farsul e da Igreja Católica, a qual exercia enorme influência no meio dos agricultores de base familiar nessa região, como visto no tópico anterior.

Apesar do PTB não garantir a vitória de seu candidato Egídio Michaelsen na eleição para governador no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola foi eleito deputado federal mais votado no Rio de Janeiro, na época Guanabara, com 269.384 votos⁴⁰. Da mesma forma, João Caruso foi eleito deputado estadual pela 4ª vez, em Erechim, e Jair de Moura Calixto, mesmo preso, ficou como suplente de deputado estadual.

Nesse período, o PTB era muito forte na região Alto Uruguai rio-grandense. João Caruso elegeu-se, em 1962, para o quarto mandato como deputado estadual. José Mandelli Filho era o prefeito de Erechim e concorreu a deputado federal, não se elegeu, mas ficou suplente. Jair de Moura Calixto, o “líder dos agricultores sem terras” também fez sua campanha eleitoral nessa região a deputado estadual, ficando como suplente.

Figura 4 - João Caruso e Jair de Moura Calixto, candidatos pelo PTB a deputado estadual, na eleição de 1962, no Rio Grande do Sul



Fonte: Diário de Notícias, Porto Alegre, 09 set. 1962.

Fonte: A Voz da Serra, Erechim, 10 jun. 1962.

Fonte: Diário de Notícias, 09 set. 1962; A Voz da Serra, 10 jun. 1962.

⁴⁰ Leonel Brizola inscreveu-se para concorrer na Guanabara (atual Rio de Janeiro) para deputado federal, em 1962, para não precisar se licenciar do cargo de governador no Rio Grande do Sul no período eleitoral. Na época, a lei permitia concorrer por outro estado.

Figura 5 - João Caruso (candidato a deputado estadual) e José Mandelli Filho (candidato a deputado federal) na região Alto Uruguai, em 1962, pelo PTB



Fonte: Jornal A Voz da Serra, Erechim, 27 jul. 1962.

Entretanto, saliente-se que a campanha eleitoral de Calixto, o líder dos agricultores sem terras, foi tumultuada, pois em 17 de setembro de 1962, teve sua prisão decretada e preso em Ronda Alta, por meio de uma denúncia que o enquadrava na Lei de Segurança Nacional (A Voz da Serra, 19 set. 1962). Conforme o seu irmão, Homero Calixto, “Jair Calixto é a primeira vítima da reforma agrária” já que sua prisão não passava de perseguição de parte de seus adversários (Diário de Notícias, Porto Alegre, 26 set. 1962). Como a denúncia se enquadrava na Lei de Segurança Nacional em vigor naquela época, Calixto permaneceu preso por mais de 30 dias, inclusive no dia da eleição, em 07 de outubro. O *habeas corpus* foi conseguido apenas em 25 de outubro de 1962, como foi registrado pelo Diário de Notícias de Porto Alegre:

STF CONCEDEU O “HABEAS” A JAIR CALIXTO

Deverá terminar, hoje, a “via-crucis” do ex-candidato a deputado estadual, Jair de Moura Andrade. O Supremo Tribunal Federal acolheu as razões do patrono do prefeito de Nonoai concedendo o *habeas corpus* impetrado. (...) Assim, hoje ainda, será posto em liberdade o prefeito Jair Calixto, que se encontra preso, como incurso na Lei de Segurança Nacional desde o dia 21 de setembro passado. Em consequência da sua detenção, o sr. Jair Calixto não pode concluir a sua campanha política, passando o dia das eleições na cadeia de Passo Fundo (Diário de Notícias, 25 out. 1962, capa).

Figura 6 - Foto de Jair de Moura Calixto e a reportagem do jornal Diário de Notícias, em 25 de outubro de 1962



Fonte: Diário de Notícias, Porto Alegre, 25 out. 1962, capa.

A prisão de Calixto na eleição de 1962 não fez Calixto desistir da luta em favor dos agricultores sem terras, mas estava descontente com os seus resultados. Em janeiro de 1963, Calixto demonstrou a sua insatisfação com o próprio governo Brizola, pois muitos agricultores que tinham participado do Acampamento da Cascavel, junto à Fazenda Sarandi, não tinham sido contemplados com um lote colonial. Assim, incentivou e auxiliou na organização de um novo acampamento de agricultores sem terras, em Passo Feio, na região de Nonoai. Sua discordância com a forma como estava sendo efetivada a reforma agrária no estado ficou registrada no jornal A Voz da Serra:

Govêrno não Apoiou os Agricultores Sem Terra “DISCORDO DA DISTRIBUIÇÃO”

Diante de todos os fatos presenciados, disse-nos o sr. Jair Calixto em entrevista exclusiva: - “Discordo completamente da distribuição de terras nesta Reforma Agrária. E digo baseando no fato de que os primeiros agricultores que iniciaram o movimento em Nonoai e com repercussão no Estado, não receberam nenhuma terra, foram sim, despojados das terras em que encontravam-se localizados. Isto não é reforma agrária, e batalharemos pela reforma justa e de direito. Os primeiros foram alijados, e êstes que aqui estão, não arredarão o pé, pois anteriormente os outros foram os beneficiados e não levantaram a bandeira da reforma agrária”. Esta foi a nossa visita ao Passo Feio, onde encontra-se o mais recentemente levantamento dos agricultores sem terra do Estado, pleiteando o que é justo, sem que o Estado tome conhecimento ou apoio uma campanha que é de plataforma (A Voz da Serra, Erechim, 27 jan. 1963).

Com a posse do governador Ildo Meneghetti (PSD), em 31 de janeiro de 1963, apesar de ser de partido contrário, Calixto enviou carta cumprimentando-o pelo cargo e, ao mesmo tempo, levava ao conhecimento do governo a eclosão do movimento dos sem terras, em Nonoai. O jornal A Voz da Serra registrou:

Prefeito de Nonoai envia cumprimentos ao novo Governador

O sr. Jair Calixto, Prefeito Municipal de Nonoai, num gesto de alto nível político, vem enviar na semana finda o seguinte radiograma ao engenheiro Ildo Meneghetti, Governador do Estado: “Exmo. sr. Dr. Eng. ILDO MENEGHETTI, DD Governador do Estado, Palácio Piratini. Momento em que vossência vem de assumirdes o Governo do Estado, aproveito ensejo cumprimentar-lhe, fazendo votos gestão frente importante cargo eletivo seja coroada pleno êxito. **Levo conhecimento vossência haver eclodido movimento espontâneo oriundo distrito de Planalto, Município de Iraí, liderado por agricultores sem terra** que se encontram acampados na estrada lindereira divisas entre as reservas do Estado e Federal, SPI, onde aguardam solução harmoniosa parte vossa excelência. Pleiteiam terras a fim de dedicarem-se as atividades agrícolas para se manterem junto aos seus dependentes. Em contato diário líderes movimento auscultei se tratarem de pessoas realmente necessitadas, ordeiras e trabalhadoras. Não aparentam insegurança alguma. São elementos calmos e ponderados. Confiam numa solução favorável suas justas reivindicações parte vossência. Ficarei aguardando contestação de vossa parte. Apresentando-lhes as mais respeitosas saudações. JAYR CALIXTO, Prefeito Municipal de Nonoai (A Voz da Serra, Erechim, 03 fev. 1963, grifo nosso).

O novo governo respondeu ao telegrama de Calixto, como noticiou o jornal A Voz da Serra, em 05 de fevereiro de 1963: “Govêrno do Estado Apoia Movimento dos Agricultores sem Terra”, na qual era publicada a carta enviada pelo chefe da Casa Civil do governo, Plinio Cabral, ao prefeito de Nonoai. Nela, afirmou que o novo governo iria tomar as providências necessárias para atender aos agricultores “até hoje ludibriados pelas promessas falsas e cruéis daqueles que fazem política à custa do sofrimento alheio” (A Voz da Serra, 05 fev. 1963).

Entretanto, com a posse de Meneghetti (PSD) como governador do estado, em 31 de janeiro de 1963, a questão da reforma agrária mudou de rumo. Fica evidente na manifestação de Meneghetti (PSD) de que seu governo não iria avançar no processo de reforma agrária, pois tinha como princípio ouvir os grandes proprietários de terras e a Igreja Católica, que na época, era comandada no Rio Grande do Sul, por dom Vicente Scherer, de mente conservadora. Assim, o novo governo somente iria desapropriar terras em último caso e tudo seria feito com base na “LEI” e na “DOUTRINA CRISTÃ”. O novo governador assim se manifestou, conforme noticiou o jornal A Voz da Serra, Erechim:

Meneghetti vai realizar política agrária De acôrdo com a Lei e a Doutrina Cristã “Só farei desapropriações em último caso” (...). Disse que quando existirem terras aproveitáveis para a agricultura e que não estejam sendo convenientemente utilizadas vai, com seus auxiliares, advertir seus proprietários para que façam um aproveitamento melhor. Se não fôr atendido, fará a desapropriação sempre dentro da Lei, pois considera a terra um bem social antes de mais nada e, como tal, deve ser convenientemente utilizada. Prosseguindo, lembrou que com relação aos agricultores sem terra, já definira a sua política em 25 de julho de 1962, ocasião em que declarara que era preciso distinguir os homens que não tem terra em duas categorias: os que têm vocação para a agricultura e os que não a têm “Nada adiante – continuou, após uma pausa – proporcionar a aquisição de um lote colonial com a respectiva casa a uma pessoa que não tem amor e nem vocação agrícola. Para êsse tipo de pessoa temos de procurar trabalho na indústria, construção de estradas e serviços correlatos”. E concluiu: **“Para as pessoas que, de fato, têm inclinação para a terra tudo faremos, dentro da LEI E DA DOCTRINA CRISTÃ,** a fim de que venham ter seu lote de terra de onde possam tirar o necessário para o seu sustento e o de sua família” (A Voz da Serra, Erechim, 5 de fev. 1963, grifo nosso).

Dessa forma, o governador Meneghetti, ao mesmo tempo que fazia um discurso favorável à reforma agrária em moldes conservadores, não tardou a iniciar um processo de repressão ao Master em todo o estado e ao acampamento situado em Iraí, divisa com Nonoai: o acampamento foi incendiado, houve repressão aos sindicalistas que o apoiavam, a cidade de Nonoai foi ocupada pela Brigada Militar e o prefeito Calixto impedido de governar o município. Assim, Calixto, de herói dos agricultores sem terras no governo Brizola, passou a ser considerado, pela esfera pública estadual, durante o governo Meneghetti, o “grande vilão”, “um agitador”, “um subversivo” (TEDESCO; CARINI; MACHADO, 2021, p. 146, 151).

Apesar disso, em parte, a luta de Calixto deu resultados, pois ocorreu nesse período a colonização de parte da reserva indígena de Planalto, com a distribuição de lotes de 10 a 12 hectares ainda no governo Meneghetti. Além disso, aproximadamente 1000 famílias de posseiros permaneceram no interior das reservas florestal e indígena até 1978, quando foram expulsos pelos indígenas (TEDESCO; CARINI; MACHADO, 2021, p. 158).

Na prática, tanto o governo Brizola quanto o governo Meneghetti, com métodos diferentes, não conseguiram construir uma solução definitiva para o problema da falta de terra para centenas de camponeses pobres nessa região. Assim, muitos outros conflitos semelhantes a esses surgiram a partir do final dos anos 1970 no norte do Rio Grande do Sul (TEDESCO; CARINI, 2021, p. 295).

Apesar dos poucos avanços efetivos alcançados na política pública de reforma agrária no estado durante o seu governo no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o PTB local tinham colaborado decisivamente para colocar o tema no centro do debate estadual e nacional. Assim, em 1963 e até o início de 1964, Leonel Brizola, como deputado federal, fez parte da bancada nacionalista no Congresso Nacional e pressionava o presidente João Goulart a colocar no centro

da agenda nacional a bandeira da reforma agrária. Nesse contexto, a atuação de Brizola (e do PTB rio-grandense) colocou em prática duas campanhas: a pressão pelas *Reformas de Base* e a organização dos *Grupos de Onze*, como será visto em sequência. Isso também teve impacto no processo organizativo dos agricultores de base familiar na região da atual AMAU, nessa época.

2.7 Os Grupos de 11 e a Reforma Agrária (1963-1964)

Durante o governo de Leonel Brizola, especialmente entre 1961 e 1962, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) foi incentivado, visando a reforma agrária. Além disso, o governo colocou a estrutura do estado para criar base legal para viabilizar esse projeto, encontrar áreas disponíveis, públicas e particulares, para atender a demanda de terra dos agricultores. Preocupou-se também em demonstrar que a questão da reforma agrária não era um programa comunista, mas sim reformista que poderia ser realizado dentro da legalidade democrática. Não foi suficiente, os setores conservadores da época, como a Igreja Católica e a Farsul, não viram com bons olhos essa iniciativa e acusavam o governo Brizola de patrocinar a agitação social no estado (BANDEIRA, 1979, p. 70-72).

Por outro lado, apesar de perder a eleição estadual, o PTB emergiu das eleições realizadas no final de 1962, como o segundo maior partido nacional e Brizola, ao deixar o governo estadual no início de 1963, assumiu o mandato de deputado federal, respaldado por uma esmagadora votação no Rio de Janeiro, o que lhe dava dimensão nacional, como líder popular. Entretanto, a relação de Brizola com o governo Jango foi difícil. Politicamente, Brizola era um dos intérpretes principais da oposição de esquerda. Queria que Jango governasse de forma mais incisiva e assumisse o encaminhamento das “Reformas de Base”, entre elas a Reforma Agrária. As pressões conservadoras oriundas de setores nacionais e internacionais, em contexto de Guerra Fria, tornaram o governo Jango, em 1963, muito instável. Assim, pressionado por todos os lados, o governo vacilava no enfrentamento da crise econômica, social e política e, especialmente, no enfrentamento às forças reacionárias apoiadas pelo governo dos Estados Unidos, através da CIA, que preparavam o golpe militar (BANDEIRA, 1979, p. 88).

Nesse contexto nacional, o deputado estadual João Caruso, alinhado com Brizola, assumiu, em fevereiro de 1963, a presidência da Superintendência da Política Agrária (Supra), em nível nacional, nomeado pelo presidente da República, João Goulart. Destaque-se que, um representante da região de Erechim/Alto Uruguai assumia o organismo criado para dirigir a política de reforma agrária no Brasil, uma das principais demandas sociais daquela época. Para desenvolver tal função, Caruso compôs um grupo de trabalho formado por pessoas que tinham

conhecimento sobre o tema, como Paulo Schiling e Nelson Coutinho. O jornal A Voz da Serra destacou as palavras de Caruso a respeito da importância da reforma agrária:

- **Meu lema** – juntou – **é falar menos e agir mais**. Muito já se falou sobre a reforma agrária mas quase nada se fez, de positivo, até agora, sobre a questão. Em todo o caso, assegurou que a reforma agrária é consequência natural da evolução dos povos, no mundo inteiro. A medida que os países crescem e se desenvolvem suas estruturas terão também que sofrer modificações para se ajustarem às necessidades novas das nações (A Voz da Serra, Erechim, 19 fev. 1963, grifo nosso).

Entretanto, em junho de 1963, João Caruso deixou o cargo e publicou na íntegra a carta de demissão enviada ao presidente da República, João Goulart, lamentando a falta de condições dadas por setores governamentais para efetivar a reforma agrária no Brasil:

Sr. Presidente. Quando fui honrado por V. Exa. com o convite para presidir a Superintendência da Política de Reforma Agrária – SUPRA, tive o ensejo de dizer-lhe que não almejava tão alta investidura, mas que não me furtaria ao encargo em razão dos vínculos que sempre me ligaram aos homens humildes do campo e particularmente em virtude de minha solidariedade aos camponeses sem terra. Não poderia pois deixar de prestar minha contribuição aos nossos irmãos que vivem reduzidos à miséria e à fome, esmagados por uma sociedade que se atreve a declarar-se cristã e democrática. (...) Cumpro afinal nesta breve prestação de contas, alertar V. Exas. de que não encontrei compreensão nem colaboração dos outros órgãos de governo. Enquanto V. Exa. defende a necessidade e a urgência da reforma, os IAPs retêm as contribuições que arrecadam., destinadas à SUPRA para executá-la. O Banco do Brasil nega-se a pagá-las. **O Ministério da Fazenda não liberou sequer um cruzeiro nem mesmo da dotação orçamentária destinada à implantação dos serviços**. Certos setores da polícia castigam os agricultores sem terra e dificultam sua organização (A Voz da Serra, Erechim, 18 jun. 1963, grifo nosso).

Na manifestação publicada de Caruso, fica nítida a sua insatisfação com a falta de apoio de vários setores do próprio governo à questão da reforma agrária no Brasil. Além disso, fazia uma crítica irônica a setores da sociedade brasileira que se diziam cristãos e democráticos, mas não apoiavam a reforma agrária. Isso dá uma dimensão de como era difícil implementar uma política ousada para enfrentamento de uma das principais demandas do povo brasileiro naquela época. Em pleno contexto da Guerra Fria, os setores sociais conservadores viam essas iniciativas como passos em direção à implantação do comunismo no Brasil.

Apesar disso, foi nesse contexto que, em 1963, o governo federal promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo a legislação social e sindical. Dessa forma, a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais ocorreu em todo o Brasil, impulsionada pelos partidos e grupos de esquerda e pela Igreja Católica, como era o caso do Rio Grande do Sul. No início de 1964, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) já englobava 26

federações e 263 sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (CARVALHO, 2016, p. 143).

Nesse período, Leonel Brizola considerava que o governo federal atuava de forma indefinida, sem princípios claros e não tomava medidas mais ousadas para enfrentar a conjuntura adversa que o país passava. No decorrer de 1963, o governo recebia pressões cada vez mais fortes tanto dos setores de esquerda quanto dos setores de direita. Assim, debatendo-se com sérias contradições, o governo de João Goulart vacilava, enquanto as forças reacionárias, com o apoio dos Estados Unidos (através da CIA), exploravam e mesmo fomentavam a crise econômica, social e política, a fim de preparar o golpe de Estado (BANDEIRA, 1979, p. 88).

Foi nesse contexto de crise que Leonel Brizola lançou uma nova estratégia de mobilização social e política no país: a criação dos *Grupos de Onze Companheiros* ou *Comandos Nacionalistas*. Brizola estimulou a sua formação, entre outubro de 1963 até março de 1964, através de chamadas radiofônicas feitas pela rádio Mayrink Veiga, rádio da Guanabara (atual Rio de Janeiro), estado no qual exercia mandato como deputado federal. A finalidade desses grupos era o exercício de pressão sobre o presidente João Goulart e sobre o Congresso Nacional para a realização das “Reformas de Base”, especialmente a Reforma Agrária, além de fazer uma contraposição aos setores conservadores que estavam cada vez mais organizados no Brasil. Assim, para Brizola, o propósito era “organizar-se em defesa das conquistas democráticas de nosso povo e fazer resistência a qualquer tentativa de golpe, venha de onde vier” (FICO, 2016, p. 48). No entanto, os setores organizados contrários às reformas de base viram a iniciativa de Brizola como mais uma estratégia para a implantação do comunismo no Brasil (ALMEIDA, 2019).

Entre as “reformas de base”, a agrária era a que mais gerava debate. No governo João Goulart, esse conjunto de reformas não constituía um programa revolucionário, mas sim um programa nacionalista: reforma agrária, reforma dos bancos, reforma do sistema habitacional, reforma universitária, entre outras. Eram tão amplas que não conseguiam se transformar em projetos concretos, mas serviam para assustar as elites políticas conservadoras, setores empresariais e parte da classe média (FICO, 2016, 46).

Entre os que confirmam que um dos principais objetivos dos Grupos de Onze era a organização do povo brasileiro em torno de um programa nacionalista, tendo a reforma agrária como central, está Índio Vargas que, em 1963, trabalhou como jornalista na Superintendência de Política Agrária (Supra), em Brasília. No Rio Grande do Sul, a adesão foi muito grande tendo em vista o prestígio de Brizola e as suas realizações no governo do estado, entre 1959 e início de 1963 (ALMEIDA, 2016).

Dessa forma, no estado do Rio Grande do Sul, os *Grupos de Onze Companheiros* floresceram em várias regiões do estado, organizados por dirigentes, filiados ou simpatizantes do PTB e de Brizola. E, como tinha como principal bandeira a questão da reforma agrária, muitos agricultores aderiram à iniciativa de Brizola, pois desejavam apoiar ou ter acesso ao direito à terra. Por isso, na região da AMAU, em vários municípios, muitos Grupos de Onze formaram-se nesse período.

Entretanto, a partir de 31 de março e 1º de abril de 1964, com a ocorrência do Golpe Militar no Brasil, as pessoas que se envolveram diretamente na organização dos Grupos de Onze, inclusive muitos agricultores residentes na região da AMAU, sofreram consequências terríveis por terem abraçado uma posição política. Como será visto em sequência, os agricultores dessa região que recém davam os primeiros passos no processo de conquista da cidadania de forma tutelada, vivenciaram um enorme retrocesso, passando para uma cidadania reprimida, violentada e amordaçada.

2.8 Regime Militar e os Grupos de 11: a cidadania violentada na região da AMAU

O depoimento de Albina Bérnago Magalhães, de Viadutos, exemplifica a violência sofrida por agricultores residentes na região da AMAU, em 1964, a partir do Golpe Militar ocorrido em 31 de março e 1º de abril: “[...] eu e meus companheiros de reforma agrária chamado ‘Grupo dos Onze’ fomos parar no presídio de Erechim. [...] Nós, pobres vítimas de inocência de apenas querer um pedacinho de terra” (ALMEIDA, 2016).

Logo após o golpe militar, em várias regiões do Rio Grande do Sul, onde havia Grupos de Onze organizados, foram enviados destacamentos da Brigada Militar para investigar, prender e montar processos contra lideranças ligadas ao PTB, outros partidos de oposição e contra as pessoas que de alguma forma assinaram e fizeram parte desses grupos, a fim de enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional. Para Erechim e região Alto Uruguai, em 12 de abril de 1964, foi enviado um dos maiores destacamentos composto por 100 homens, comandado pelo coronel Gonçalino Cúrio de Carvalho e lá permaneceu até 11 de outubro de 1964 (A Voz da Serra, 11 out. 1964; ALMEIDA, 2019).

Em 19 de abril de 1964, o jornal A Voz da Serra publicou uma declaração do coronel Gonçalino sobre a sua missão em Erechim:

“Novas Esperanças no Futuro”

Prestando declarações ao Diretor da Diretoria de Imprensa da Prefeitura Municipal, o Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, Comandante do Destacamento Volante da Brigada Militar sediado em nossa cidade, informou que a missão que lhe foi confiada transcorre com normalidade. Concluindo, disse: “Continuamos a contar com a colaboração das autoridades e do povo ordeiro de Erechim, que nos possibilitam cumprir com o nosso dever, sem anormalidades. Estamos, eu e meus auxiliares, em nossos postos, seguros de que com a nova orientação que agora tem a Nação todos podem trabalhar com desenvoltura e liberdade, desenvolvendo suas atividades com novas esperanças no futuro” (A Voz da Serra, Erechim, 19 abr. 1964).

Em 19 de maio de 1964, o coronel Gonçalino concedeu outra entrevista mais longa ao radialista Waldemar Detoni, transcrita e publicada pelo jornal A Voz da Serra, em Erechim, com a seguinte manchete: “Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade”. Nela, o coronel informava que mais de 300 pessoas já tinham sido ouvidas nessa região. Destacou que a intervenção militar estava justificada porque tinha evitado a revolução comunista no Brasil que Leonel Brizola tinha tentado implantar:

A revolução que êle (Leonel Brizola) tentou fazer e que nós nos antecipamos e não permitimos, era a revolução comunista, era a integração do Brasil dentro da órbita comunista. Era uma revolução que não se processaria como a nossa sem derramamento de sangue. Feliz da senhora mãe, espôsa, dos filhos que ainda podem visitar seus pais numa reclusão, numa detenção, para a obtenção de esclarecimentos. Porque se outra fosse a facção que tivesse sido vencedora, não sei se estariam nestas mesmas condições (A Voz da Serra, Erechim, 19 mai. 1964, grifo nosso).

A veemência de Gonçalino contra Brizola e os Grupos de Onze somente pode ser compreendida a partir do imaginário militar e das classes conservadoras construído nessa época de que esses grupos eram autênticos grupos de guerrilha que visavam instaurar o comunismo no país, identificados com a Revolução Cubana, que, por ser tão próxima e tão real, era temida (ALMEIDA, 2005). Além disso, do ponto de vista de alguns militares e de alguns grupos conservadores - a partir da radicalização do discurso do presidente realizado no famoso Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro – João Goulart daria um golpe de Estado e, inspirado no peronismo argentino, instauraria um regime apoiado nos sindicatos, a “República Sindicalista”. E, em sequência, dada a superioridade ideológica do comunismo em relação ao trabalhismo, o Brasil acabaria por se tornar comunista (FICO, 2016, p. 51). Dessa forma, Gonçalino justificava a sua vinda a Erechim:

As investigações que nós estamos fazendo e nas quais foram ouvidas mais de trezentas pessoas nesta região nos capacita a informar aos srs. do povo, aos colonos, aos trabalhadores que foi necessário mesmo a nossa vinda aqui. Mas faço questão de frisar que, nenhuma pessoa será perturbada, será intranquilizada, será admoestada, nos seus afazeres normais se nada tiverem a pagar, nada tiverem devido de suas transações anteriores (A Voz da Serra, 19 mai. 1964).

E afirmava que o PTB estava entrelaçado com o comunismo:

E a verdade quando falamos em comunismo, ainda muitos do PTB, dizem não, mas nós não somos comunistas, nós somos do PTB, mas a grande realidade, que deve ser dita, afirmada e que **ninguém pode desmentir é que o PTB estava de tal maneira fundido com o comunismo**, que só uma grande pesquisa é que pode distinguir aqueles que eram de fato PTB e os que eram comunistas, os que se deixaram envolver por excesso de subordinação partidária (A Voz da Serra, 19 mai. 1964, grifo nosso).

E especificamente sobre os Grupos de Onze, Gonçalves assim respondeu à pergunta do repórter Waldemar Detoni: “A respeito do “grupo dos “Onze” há em Erechim material subversivo a este respeito”?

GRUPO DOS 11

- “Não desejaria adiantar-me muito sobre este assunto para não prejudicar nossas próprias investigações. **Mas posso afirmar que há, e meu interesse em não me aprofundar mais nestas investigações é colher na malha de nossa rede os mais responsáveis, os dirigentes intelectuais**, aqueles que procuram por intermédio de sua influência organizar e não responsabilizar, porque muitos dos que se alistaram nos grupos dos Onze e que aqui confessaram que se alistaram o fizeram por como já me referi por entusiasmo partidário, por submissão partidária, ou porque iam pedir um emprêgo, ou porque queriam um emprêgo no Banco, ou porque precisavam de uma recomendação em Brasília ou no Rio e eles diziam que só dariam para aqueles que se inscrevessem nestes grupos. Outros vinham pedir terras, colonos sem terras, e eles exigiam que para se inscrever para pedir terras tinha que primeiro se inscrever no grupo dos Onze. Não quero estes que se inscreveram. Quero estes que coagiam ao povo, que extorquiram moralmente ao povo, valendo-se do prestígio que gozavam junto ao governo subversivo que derrubamos a 1º de abril (A Voz da Serra, Erechim, 19 mai. 1964, grifo nosso).

Além disso, Gonçalves tranquilizava a todos: “Estejam todos seguros (...), de que aqui estamos para dar segurança, tranquilidade, indistintamente de cor política partidária, religiosa de quem quer que seja, desejamos o bem-estar e o progresso desta sociedade (A Voz da Serra, Erechim, 19 mai. 1964).

Entretanto, essa segurança e essa tranquilidade propagada com veemência pelo coronel Gonçalves traduzia-se numa feroz repressão aos membros do PTB e aos agricultores que tiveram envolvimento na formação dos Grupos de Onze nessa região. Isso é comprovado nos relatos em sequência registrados por Almeida (2019) que pesquisou sobre a perseguição, prisão e tortura aos membros dos Grupos de Onze no estado do Rio Grande do Sul, a partir da seleção

de 440 processos de pedidos de indenização por perseguição política, tornados possíveis pela Lei 11.042, de 18 de novembro de 1997, por meio da qual o Estado do Rio Grande do Sul reconheceu a responsabilidade por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabeleceu normas para que sejam indenizadas.

- Na cidade de Erechim, sede do comando do Primeiro Destacamento Volante, concentrou-se o maior número de prisões dos envolvidos com Grupos de Onze, com detenção de 122 dos requerentes à indenização, seguida de Nonoai com 57 (ALMEIDA, 2019).
- A prisão era feita normalmente por meio da presença de um grande aparato militar, o que já se constituía em fato vergonhoso perante a família do preso. Acrescente-se ainda a humilhação que passava logo em seguida, quando as pessoas presas eram obrigadas a desfilar pelas ruas da cidade, acorrentados, para mostrar à população os “perigosos comunistas”. Isso aconteceu em Erechim, em que “os soldados da BM desfilaram pela principal avenida da cidade, com referido caminhão, para que todos vissem as pessoas que estavam sendo transportadas presas” (Processo 4282-1200/98-0; ALMEIDA, 2019).
- O mesmo fato sucedeu em várias ocasiões no município de São Valentim, conforme depoimento: “a polícia não se satisfazia só com a sua prisão. [...] punha-o em cima de um caminhão, percorrendo as ruas da cidade, demonstrando a todos, que prendia um elemento perigoso para a ‘democracia’ do país” (Processo 4098-1200/98-1; ALMEIDA, 2019).
- Essa prática era comum na área de atuação do Primeiro Destacamento Volante, sendo que “modestos agricultores e respeitáveis chefes de famílias foram carregados em caminhões de carga, como animais ou malfeitores contumazes, exibidos pelas ruas de vilas e cidades, num espetáculo deprimente e desumano, que a ninguém honra e a todos envergonha” (A Voz da Serra, 25 de jun. 1964).
- O medo e a insegurança se espalharam, sendo que na região de Erechim “o comércio paralisou e os pacatos colonos não mais se dirigem às sedes de seus municípios pelo temor de serem detidos” (Correio do Povo, 19 maio 1964).
- Em Mariano Moro - na época, distrito de Erechim – a ata de formação do Grupo de Onze foi registrada em cartório, pois entendiam ser um grupo que funcionava dentro da legalidade e da democracia; membros desse grupo foram presos ainda em 03 de abril de 1964. Conforme Almeida (2019), Leopoldo Chiapetti, apontado como presidente do

grupo, foi preso na delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30 de abril a 21 de maio de 1964. Teresa Chiapetti relatou sobre a prisão do marido:

[...]foi largado em uma cela sozinho, cela esta muito fria e úmida, o deixaram sem roupas, completamente nu, onde sofreu diversas torturas, batiam em todo o seu corpo, inclusive nos órgãos genitais, na tentativa de tirarem informações, sobre armas e as ações que [os Grupos de Onze] pretendiam desencadear (Processo 6066-1200/98-5). Leopoldo Chiapetti sofreu ainda choques elétricos e afogamentos em água gelada, ficou vinte e dois dias preso, e, por estar muito mal, foi retirado da prisão e internado no Hospital Santa Teresinha, em Erechim. Por consequência das torturas sofridas, faleceu em 21 de maio de 1965 (ALMEIDA, 2019, grifo nosso).

- Em Gaurama, Arquimino Assmann, agricultor e líder de um Grupo de Onze organizado na localidade de Baliza. Foi levado ao Presídio de Erechim. A referência documental é que ele ficou preso de 18 a 21 de maio, mas sua esposa afirma que ficou preso durante seis dias.

“Queriam obrigá-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão de sua casa. [...] **foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina que caíam sobre a sua cabeça. Também não recebeu comida nem água enquanto esteve preso**” (A Voz da Serra, 27 maio 1999). Enquanto ele esteve preso, sua casa foi invadida por homens armados que procuravam armas. Após sair da prisão Arquimino teve de ser internado num hospital psiquiátrico, **não conseguindo ter uma vida e convivência normais até sua morte, em 1979**. Torturas semelhantes foram relatadas pelo filho de Arthur Asmann, irmão de Arquimino, preso na mesma data. Segundo seu depoimento, seu pai **“foi pendurado numa barra, amarrado (pau-de-arara)**. Batiam muito para confessar que era do ‘Grupo dos Onze’. Foi para uma cela, onde pingavam água gelada na cabeça, estando nu” (Processo 6571-1200/98-4, grifo nosso).

No município de Nonoai, no qual houve maior mobilização de agricultores sem terras, entre 1962 e início de 1964, a repressão e a violência também foram enormes, o que originou 62 processos de pedido de indenização. Para ilustrar, destaca-se um depoimento da viúva de Arlindo Kunz, agricultor do interior de Nonoai, relatou sobre a prisão de seu marido: “prenderam-no atando-o com cordas, a chutes e pontações de baionetas e pancadas com cassetetes, levando-o para a cidade de Nonoai, onde ficou preso, somente retornando dali a cinco dias, com machucaduras por todo o corpo e membros[...]quebrado as costelas”. Em decorrência disso, ficou acamado por vários dias (Processo 6365-1200/98-7) (ALMEIDA, 2019).

Além de muitos agricultores vinculados aos Grupos de Onze, vários Vereadores filiados ao PTB nessa região foram vítimas da repressão e da perseguição política causada a partir do

Golpe Militar de 1964. Além deles, foram cassados os mandatos dos representantes eleitos na Assembleia Legislativa vinculados a essa região. Assim, o Deputado Estadual, eleito por quatro vezes, João Caruso, foi cassado, preso e perdeu os seus direitos políticos por 10 anos. Em 10 de maio de 1964, o jornal *A Voz da Serra*, publicava a notícia: “Erechim Perde seu Representante na Assembleia”.

PERDE ERECHIM

Com a cassação do mandato do deputado João Caruso perde Erechim seu representante na Assembléia Legislativa do Estado. João Caruso, indiscutivelmente, conseguiu canalizar para nossa comuna inúmeros benefícios, como já salientamos por estas colunas. Se nossa comuna e região conseguiu um Deputado Federal, José Mandelli Filho, perdeu o representante na Assembléia Legislativa, João Caruso (*A Voz da Serra*, 10 mai. 1964).

Além de Caruso, através do mesmo decreto presidencial, o Decreto de 07/05/1964, teve seu mandato cassado o deputado estadual suplente Jair de Moura Calixto, o “líder dos sem terras”, ex-prefeito de Nonoai. Dessa forma, as duas lideranças que tinham forte ligação com Leonel Brizola⁴¹ e o auxiliaram decisivamente na implantação da primeira experiência estatal de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul e na região da AMAU, estavam com seus mandatos cassados, presos e impedidos de seus direitos políticos por 10 anos.

Saliente-se que os atos da repressão ocorridos em 1964 não podem ser atribuídos à responsabilidade apenas dos militares, pois diversos setores da sociedade apoiaram abertamente o Golpe Militar e as medidas repressivas decorrentes, como ficou registrado, na manifestação de lideranças em São Valentim: “Nossas preces foram atendidas pela Divina Providência – Nossa tranquilidade foi restaurada – A democracia permanece” (*A Voz da Serra*, 05 mai. 1964). A Câmara de Vereadores desse município aprovou, inclusive, uma “Moção de Aplausos às Forças Armadas” (*A Voz da Serra*, 07 mai. 1964).

Da mesma forma, o vereador Affonso dos Santos Tacques (PSD), pronunciou-se na Câmara de Vereadores de Erechim: “Voltados à normalidade, o Brasil de hoje, sob a Presidência do Marechal Castelo Branco, pode confiar nos seus grandes destinos. (...) A hora é de trabalho e de reconstrução, para desfazer as incertezas que passamos. O Brasil é dos bons

⁴¹ Leonel Brizola estimulou João Goulart a liderar uma resistência ao Golpe Militar. Entretanto, Jango estava convencido que não havia condições e força política para tal e não quis provocar um confronto, com consequências imprevisíveis. Assim, Jango fugiu imediatamente para o Uruguai. Brizola, após ficar mais algum tempo no estado, também se exilou no Uruguai para não ser preso. Jango nunca mais voltou ao Brasil por causa da ditadura que se instalou e morreu em 1976, na Argentina. Brizola ficou exilado no Uruguai, Estados Unidos e Portugal e só retornou ao Brasil, em 1979, quando foi aprovada a Anistia Política. Jair de Moura Calixto também foi preso em 1964 e depois exilou-se no Uruguai e só retornou ao Brasil em 1979, ocupou cargos na Assembleia Legislativa junto aos deputados que se filiaram ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Brizola no processo de redemocratização do Brasil. Calixto faleceu em 1986.

brasileiros e jamais servirá de berço para traidores” (A Voz da Serra, 12 mai. 1964). Outrossim, o líder do poder Executivo de Erechim, vereador Tobias Pereira Sobrinho (PSD) se pronunciou: “Se instaura no País uma nova era, de trabalho e de democracia cristã” (A Voz da Serra, 14 mai. 1964).

Além disso, por ocasião da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, solicitada pelos parlamentares do PTB naquela época, criada para apurar denúncias de possíveis arbitrariedades cometidas pela força pública militar comandada por Gonçalves em Erechim, destaca-se essa manifestação dos partidos políticos que integravam a ADP de Erechim:

ADP envia mensagem de solidariedade ao Cel. Gonçalves

O Cel. Octávio Frota, comandante geral da Brigada Militar, recebeu da ADP de Erechim, o seguinte telegrama: “Os partidos políticos componentes da ADP de Erechim, por unanimidade, espontaneidade características do povo gaúcho, solidários com o movimento revolucionário democrático, desejam nesta oportunidade fazer sentir a v. excia. o agrado e agradecimento nossos ao coronel Gonçalves Curio de Carvalho, comandante do destacamento volante da Brigada Militar que em excepcional trabalho vem assegurando ordem, segurança e confiança ao colono e trabalhador desta região, mantendo no maior gabarito a situação da região Alto Uruguai. Desejamos ainda, fazer sentir o nosso repúdio aos ataques lançados contra o ilustre oficial superior, cujos ataques partidos de antagonistas políticos já destroçados pelas forças democráticas caracterizam o baixo quilate do adversário. Cordiais saudações. (aa.) – Domingos Menegatti, PSD; Heitor Pereira de Almeida, UDN, Léo Neuls, PL; Tobias Pereira Sobrinho, PDC; José Maria de Amorim, PSP (A Voz da Serra, 15 ago. 1964).

Apesar das inúmeras denúncias e da CPI, a investigação sobre a prática de tortura foi arquivada por “insuficiência de provas”. Assim, as perseguições aos agricultores e às lideranças do PTB que participaram dos Grupos de Onze continuaram por um determinado tempo, pois era necessário impedir qualquer possibilidade de rearticulação política dos partidários de Brizola e dos movimentos de sem terras no Estado. Dessa forma, após a prisão, os agricultores e as lideranças envolvidas tiveram que arcar com as consequências materiais e psicológicas das torturas, das humilhações, da perda de empregos, da discriminação da sociedade, pois ficaram marcados como “subversivos” e “comunistas”. Muitos deles também tinham que seguidamente comparecer até a delegacia de polícia para novos depoimentos ou simplesmente para se apresentar para comprovar que não tinham fugido (ALMEIDA, 2019; ALMEIDA, 2016).

Saliente-se que o Golpe Militar de 1964 não pressupunha uma intervenção militar longa. Muitos líderes civis que o apoiaram esperavam por eleições presidenciais em 1965, pois o golpe havia sido justificado por bandeiras “defensivas”: salvar a democracia, a família, a liberdade, o direito, a lei, a Constituição, os fundamentos da civilização ocidental e cristã, para evitar o

comunismo. Entretanto, em 22 de julho de 1964, o mandato de Castelo Branco foi prorrogado até outubro de 1966. Além disso, a promulgação do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, consolidou a ditadura, ao estabelecer a eleição indireta para a presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos existentes, a criação de apenas dois partidos: de um lado, o partido governista denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, entre outras medidas. Além disso, o Ato Institucional nº 3, em fevereiro de 1966, instituiu a eleição indireta para governador nos estados (FICO, 2016; REIS, 2014).

Em 1968, ocorreram muitas manifestações contra a ditadura militar no Brasil, tanto de trabalhadores como de estudantes, além de outros setores sociais. Os militares resolveram, então, endurecer ainda mais o regime e promulgaram o Ato Institucional nº 5, promulgado em 13/12/1968, o que reabriu a temporada de punições políticas e serviu de base para criar medidas mais sofisticadas de repressão em todo o país (FICO, 2016).

A partir da consolidação da ditadura militar e do processo de violência sofrido pelos agricultores de base familiar que haviam participado das lutas em favor da terra na região e nos Grupos de Onze como visto, restou apenas uma forma de participação dos agricultores nos anos que se seguiram - o exercício da cidadania passiva e tutelada proposto pelos sindicatos de trabalhadores rurais orientados pela Frente Agrária Gaúcha, pelas grandes cooperativas regionais e pelos governantes alinhados ao regime militar.

Nesse período, o regime militar criou também algumas políticas públicas que objetivavam controlar e tutelar o sindicalismo rural. Ainda em 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra, regulamentando a reforma agrária de maneira conservadora. Uma das ações adotadas nesse sentido para garantir acesso à terra foi o incentivo à organização de Programas de Assentamento de Famílias Rurais na região Centro-Oeste do país, como visto no Capítulo 1. Além disso, em 25 de maio de 1971, foi criada a Lei Complementar nº 11 que estabeleceu o Plano de Assistência ao Trabalhador Rural – o Prorural – cuja regulamentação se deu por meio do Decreto 69.919, de 11 de janeiro de 1972. Assim, o trabalhador rural passou a receber meio salário mínimo de aposentaria ao completar 65 anos de idade, mas só tinha direito o chefe da família. Outra medida tomada nesse período foi o repasse de recursos públicos para os sindicatos manterem algum tipo de assistência à saúde (consultas médicas e assistência dentária), além de bolsas de estudo para os filhos dos agricultores. E, saliente-se, o regime militar apostou fortemente no processo de modernização da agricultura brasileira, como visto no Capítulo 1, que beneficiou essencialmente os agricultores mais capitalizados.

Assim, no final dos anos 1970, quando o regime militar entrou em crise e começaram a surgir insatisfações e mobilizações sociais em todo o Brasil, na região da AMAU, elas também vieram à tona e se intensificaram na década de 1980. As diversas tentativas de inserção política e social dos agricultores de base familiar nessa região, vivenciadas entre 1930 e 1980, caracterizadas pelo paternalismo e pela tutela, eram insuficientes para responder aos anseios do novo contexto. A atuação da Igreja Católica conservadora através da FAG, apesar de sua força espiritual e política junto às famílias de agricultores, não atendia às necessidades da maioria dos agricultores que tinham pouca terra nessa região. O PTB - além da sua atuação limitada no período anterior a 1964 (de um lado tinha um caráter populista, pois os processos organizativos, formativos e de empoderamento dos agricultores eram frágeis; de outro, utilizou terras indígenas para contemplar agricultores sem terras) – viu suas organizações (o Master e os Grupos de Onze) serem destroçados pela repressão praticada pelo regime militar. Além disso, o próprio partido foi extinto e suas principais lideranças cassadas e perseguidas. Por outro lado, o regime militar não conseguia mais amordaçar e reprimir as manifestações políticas, além de que as respostas que tinha construído – a intensificação do processo de modernização da agricultura, os programas de assentamento de agricultores na região Centro-Oeste e as políticas públicas de assistência à saúde e de aposentadoria - eram insuficientes para atender as demandas dos agricultores.

Salientamos que, a partir da descrição dos fatos realizada neste capítulo, ficou evidente que a construção da Agenda 2030 com os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fica totalmente prejudicada e impossibilitada num contexto autoritário, conforme aconteceu entre 1964 e 1980, no período do regime militar. A experiência da repressão comandada pelo Coronel Gonçalino no território da AMAU, a partir do Golpe Militar de 1964 – prisões, humilhações e torturas de centenas de agricultores e outros, especialmente por terem assinado uma lista para integrarem os Grupos de Onze incentivados por Leonel Brizola, na esperança de conquistar um pedaço de terra – demonstra que o autoritarismo não rima com a implementação do desenvolvimento sustentável. Os elementos descritos nesse capítulo, portanto, reforçam a visão de que o exercício dos direitos políticos básicos torna mais provável que exista uma resposta política dos governantes às necessidades econômicas da população, como era o caso, na época, da questão da luta pela reforma agrária. Além disso, os direitos políticos e civis, são fundamentais para que sejam proporcionados processos de debate e de crítica abertos nos quais as pessoas façam escolhas fundamentadas e refletidas (SEN, 2010, p. 201-202).

Por isso, com o processo de crise econômica e política no Brasil, ocorrido no final da década de 1970 e início dos anos 1980, a questão da redemocratização do país entrou na ordem

do dia. Não era mais possível segurar a voz da população brasileira que exigia democracia política e social. Na região da AMAU, isso também ocorreu, pois os agricultores queriam fazer valer os seus direitos e as suas reivindicações e o sindicalismo passivo e tutelado existente começou a ser questionado. Nesse período, muitas famílias de agricultores abandonavam as atividades agrícolas nessa região para buscar alternativas de emprego e de sobrevivência no meio urbano. Mas muitas queriam permanecer na terra e por isso voltaram a exigir reforma agrária. Outrossim, a notícia de que seriam construídas barragens no rio Uruguai e que isso desalojaria centenas de famílias caiu como uma “bomba” em 1979 na região e as pessoas começaram a se mobilizar. Por outro lado, as mulheres rurais, até então esquecidas, queriam ter vez, voz e direitos sociais.

Enfim, a luta por liberdades substantivas faladas no início desse capítulo, a luta pelos direitos civis, sociais e políticos que compõem o processo de cidadania e o desenvolvimento da agricultura de base familiar em bases humanas e sustentáveis, nas quais os agricultores pudessem agir com protagonismo, entrou na agenda regional a partir de então. Isso será visto em sequência, no Capítulo III.

CAPÍTULO III

III. CIDADANIA RURAL E RECONHECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: SINDICALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS EM CENA (1980-2002)

Vimos nos capítulos anteriores que, historicamente, o processo de desenvolvimento da agricultura no norte do Rio Grande do Sul (inclusa a região da AMAU) foi marcado por políticas agrícolas estatais que priorizaram sistematicamente os agricultores mais capitalizados, situação essa que se acentuou, entre 1950 e 1980, na fase de modernização da agricultura, contribuindo decisivamente para a ampliação do êxodo rural. Nesse processo, os pequenos agricultores receberam pouco apoio do Estado brasileiro e, politicamente, foram tutelados, inclusive no seu processo organizativo, como foi o caso da formação dos sindicatos de trabalhadores rurais que surgiram nessa época.

Assim, podemos dizer que, até 1980, os agricultores de base familiar dessa região tinham sido parte “nos projetos dos outros” (MARTINS, 1983, p. 81) – dos governantes, dos comerciantes, dos industriais, dos grandes produtores rurais e da Igreja Católica. Salientamos, por outro lado, como vimos no início do Capítulo II (Tópico 2.1), que o conceito de desenvolvimento sustentável, que orienta o debate dessa tese, dispõe que uma das condições centrais para ocorrer o desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar é a garantia da efetiva participação dos agricultores e agricultoras na definição das políticas públicas necessárias para acontecer esse desenvolvimento. Para isso, portanto, é necessário que o Estado e a Sociedade os reconheçam como atores sociais importantes na construção socioeconômica do país. Trata-se, portanto, de reconhecer os “agricultores como cidadãos e não somente como produtores” (PICOLOTTO, 2014) ou “como sujeitos de direitos” (HENING; SANTOS, 2016, p. 258).

Dessa forma, este capítulo ganha uma dimensão fundamental para a tese, pois, buscaremos descrever e analisar as formas que os trabalhadores e trabalhadoras rurais encontraram, nessa região, no decorrer das décadas de 1980 e de 1990, num contexto de redemocratização do Brasil, para se organizar, se mobilizar e conquistar direitos sociais e políticas públicas para o meio rural, ou seja, como conseguiram colocar na agenda governamental as reivindicações dos agricultores e agricultoras e como foram em busca do seu reconhecimento público e social. Além disso, vamos procurar identificar os elementos que contribuíram para a “renovação” do sindicalismo e para a construção de novos movimentos

sociais rurais nessa região, buscando transformá-los em atores importantes na representação política e social dos agricultores e agricultoras. A partir disso, o capítulo está dividido em vários tópicos para a descrição e a análise das seguintes questões:

- o processo de redemocratização do país, o qual favoreceu a entrada em cena de novos personagens na vida política brasileira, como foi o caso do sindicalismo e dos novos movimentos sociais rurais;
- o processo de renovação do sindicalismo e da criação de novos movimentos sociais rurais - a retomada das lutas sociais e sindicais nessa região, entre 1979 e 1989, com destaque para as mobilizações realizadas para a conquista dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988;
- o contexto da eleição de governos liberais entre 1989 e 2002 no Brasil e a luta dos agricultores e agricultoras para garantir a efetivação dos direitos sociais escritos na Constituição de 1988;
- a construção do conceito de “Agricultura Familiar” e o processo de reconhecimento dos agricultores e agricultoras familiares como categoria profissional a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- a constituição da Fetraf/Sul-CUT como entidade representativa da agricultura familiar no sul do Brasil e os seus desdobramentos no processo de organização do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais na região da AMAU;
- a adoção da agenda em torno da implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) e as principais experiências desenvolvidas na região da AMAU nesse período.

Começamos, então, de forma breve, tratando do primeiro tópico relativo ao contexto de redemocratização do Brasil, ocorrido no final da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980.

3.1 O processo de redemocratização do Brasil (1979-1989)

A partir do final dos anos 1970, aconteceu no Brasil ampla mobilização da sociedade que exigiu o fim do regime militar e a redemocratização do país. Entre os principais fatores desse período que provocaram o enfraquecimento do regime militar, estão fatos ocorridos no campo da economia, da política e da área social. No campo da economia destacaram-se: a crise internacional do petróleo (1974), que ajudou a finalizar o “Milagre Econômico Brasileiro” ocorrido no início dessa década (1971-1973); o aumento progressivo da dívida externa

brasileira; o arrocho salarial imposto aos trabalhadores urbanos; e a crise econômica vivenciada no país no início dos anos 1980.

Por outro lado, no campo da política, tiveram destaque os seguintes fatos: o crescimento no número de deputados e senadores eleitos pelo MDB⁴², nas eleições ocorridas em 1974 e 1978 e a redução do número de parlamentares eleitos pela Arena, o partido do governo; o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1978; a aprovação da Lei da Anistia Política, em 1979, que estendeu a medida aos dois lados, isto é, aos acusados de crime contra a segurança nacional e aos agentes de segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados; o fim do bipartidarismo (Arena e MDB), o que permitiu a criação de novos partidos políticos no país: a Arena transformou-se em Partido Democrático Social (PDS); o MDB em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); os moderados do MDB reuniram-se em torno do Partido Popular (PP) que logo voltou a se reunir no PMDB; os antigos trabalhistas do PTB dividiram-se em dois partidos: PTB, liderado por Ivete Vargas, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, recém regressado do exílio; e a grande novidade: o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva (FICO, 2016; REIS, 2014).

E, na área social, salientaram-se os seguintes fatos: as simbólicas greves dos trabalhadores metalúrgicos da região do ABC, em São Paulo (Santo André, São Bernardo e São Caetano), entre 1978 e 1980, lideradas pelo então sindicalista Lula; a retomada das greves e mobilizações de trabalhadores de várias categorias em diversas partes no país (Metalúrgicos, Professores, Bancários, Trabalhadores Rurais, entre outros); a organização de Oposições Sindicais em todo o Brasil que lutavam pela renovação do sindicalismo brasileiro; a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o surgimento de novos Movimentos Sociais Rurais - o Movimento dos Sem Terra (MST); a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) que, em 1991, tornou-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); as lutas das mulheres trabalhadoras rurais em várias partes do país, entre outros. Destaque-se que, no Rio Grande do Sul, depois de muitas lutas realizadas conjuntamente com o sindicalismo rural, durante a década de 1980, em 1989, é criado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Além disso, nesse período, surgiu com força o trabalho realizado pelos setores

⁴² O regime militar instituído no Brasil em 1964, através do Ato Institucional nº 2, extinguiu os partidos políticos que existiam no país até então e criou um sistema bipartidário artificial, com um partido de apoio ao regime, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e outro de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Na prática, o regime tentou passar a ideia de que havia no Brasil uma normalidade institucional e o MDB cumpria um papel bastante limitado enquanto oposição. A partir de 1974, sob a liderança de Ulisses Guimarães, o MDB começou a ter um papel mais expressivo no processo de resistência democrática à ditadura militar (FICO, 2016, p. 57,92).

progressistas da Igreja Católica, como as Pastorais Sociais (Comissão de Pastoral da Terra, CPT; a Pastoral Operária, PO; e a Pastoral da Juventude, PJ), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Conselho Indigenista Missionário, o CIMI⁴³ (SADER, 1988; FICO, 2016).

Saliente-se ainda que, no processo de redemocratização do Brasil, no decorrer da década de 1980, destacaram-se três fatos políticos de grande mobilização popular. O primeiro foi a campanha pelas *Diretas Já*, em 1984, que mobilizou milhões de pessoas nas capitais brasileiras. Apesar de que o projeto estabelecendo as eleições diretas no país não foi aprovado, o fim do regime militar aconteceu através da eleição indireta, em 15 de janeiro de 1985, via Congresso Nacional, quando Tancredo Neves (Presidente) e José Sarney (vice-presidente) foram eleitos. Com a doença de Tancredo na véspera da posse, quem assumiu o cargo foi José Sarney, em 15 de março de 1985. Além disso, com a morte de Tancredo, em 21 de abril daquele ano, Sarney governou o Brasil entre 1985 e 1989 (FICO, 2016; REIS, 2014).

O segundo fato que mobilizou milhões de pessoas em todo o Brasil foi o processo constituinte deflagrado em 1987-1988, com a posse dos deputados e senadores eleitos em 1986. Nesse período, a sociedade brasileira se mobilizou em cada canto do país, apresentando propostas, fazendo debates e mobilizações, pressionando o Congresso Nacional Constituinte por seus direitos de cidadania (direitos civis, políticos e sociais). Houve muitas caravanas a Brasília nesse período e um dos setores que mais se mobilizou foi o dos agricultores e agricultoras de base familiar em todo o Brasil. Esse processo culminou com a promulgação da nova Constituição Federal, em outubro de 1988 (FICO, 2016; REIS, 2014).

Ressalte-se que a Constituição Federal de 1988 foi reconhecida como a “Constituição Cidadã”, devido aos avanços sociais e democráticos obtidos, inéditos na história brasileira até então (CARVALHO, 2016). Entre as principais conquistas obtidas na Carta Magna, estavam os direitos sociais (em áreas como a Educação, a Saúde, a Assistência Social e a Previdência). A sua efetivação nos anos seguintes beneficiou a população brasileira, especialmente as famílias mais pobres, além dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país. Para alguns pensadores, a grande novidade da Constituição de 1988 foi o surgimento, pela primeira vez na história do Brasil, do “Estado social” (AVRITZER, 2019, p. 95).

E o terceiro fato que causou grande mobilização social em todo o Brasil, na década de 1980, foi a volta das Eleições Diretas para Presidente da República, em 1989, depois de 25 anos da ocorrência do Golpe Militar de 1964. E, nesse processo, no primeiro turno muitos candidatos

⁴³ CIMI – Conselho Indigenista Missionário – é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas, a partir da década de 1970.

concorreram (Leonel Brizola, Ulisses Guimarães, Mário Covas e outros). E passaram para o segundo turno Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva. Venceu Collor, mas Lula, apesar de derrotado, tornou-se, a partir disso, a principal referência da oposição no país.

Dessa forma, nesse contexto de efervescência social e de redemocratização ocorrido no país, a região da AMAU também foi palco de reorganização e de renovação no sindicalismo e de surgimento de novos movimentos sociais rurais, como pode ser visto a seguir.

3.2 Renovação sindical e surgimento de novos movimentos sociais (1979-1989)

A partir do final dos anos 1970 e na década de 1980, impulsionados pelo contexto favorável de redemocratização do Brasil e pelo trabalho desenvolvido por setores progressistas da Igreja Católica, os agricultores familiares da região sul do Brasil começaram a organizar um conjunto de oposições sindicais que proporcionaram uma renovação do movimento sindical rural com os objetivos de encarar os problemas provocados pelo processo de modernização conservadora na agricultura visto no Capítulo I e de conquistar direitos sociais. Além disso, emergiram novos movimentos sociais rurais em todo o sul do Brasil que representavam reivindicações sociais e políticas dos agricultores atingidos pelas barragens que seriam construídas no rio Uruguai, de trabalhadores rurais sem terras, das mulheres trabalhadoras rurais, entre outros segmentos), predominantemente no Alto Uruguai e Missões (Rio Grande do Sul), no oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, conforme ilustra o Mapa 11, em sequência (PICOLOTTO, 2011, p. 136; SILVA e REICH, 2002, p. 10).

Mapa 11 - Mapa da região sul do Brasil, com destaque para as regiões Alto Uruguai e Missões no RS, Oeste de SC e Sudoeste do PR



Fonte: PICOLOTTO, 2011, p. 136.

Nesse cenário, mais uma vez, foi a Igreja Católica que teve atuação decisiva. Entretanto, não eram mais os setores conservadores que influenciavam o processo organizativo dos agricultores no meio rural, como tinha ocorrido com a FAG nos anos 1960 e 1970. Dessa vez, eram os setores progressistas da instituição, cuja atuação era sustentada: pelas decisões dos bispos da América Latina tomadas em Medellín (1968) e em Puebla (1979), que aprovaram a “opção preferencial pelos pobres”; pelo desenvolvimento nesse período da Teologia da Libertação; pela criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); e pela implementação das Pastorais Sociais na Igreja Católica, como a Comissão de Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Saliente-se que, em Medellín (1968), a Igreja Católica fez uma opção histórica, pois decidiu se afastar de quem estava no poder e escolheu ficar ao lado do povo, dos pobres, na busca de sua “libertação”. E, para isso, definiu, como uma de suas estratégias, a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Além disso, onze anos depois, em Puebla (1979), a dimensão social e política da fé se fortaleceu ainda mais na “opção preferencial pelos pobres”. E usava a expressão “preferencial” porque não excluía os demais setores da sociedade, mas escolheu o lugar de onde a Igreja devia falar e anunciar a sua mensagem libertadora, como escreveu Boff (1998, p. 90): “a partir dos pobres, para todos os outros”. Esse autor sintetiza:

É uma opção preferencial *pelos pobres contra a pobreza*. Pobres aqui significa aqueles que sofrem injustiças” (...). Optar pelos pobres implica optar pela justiça social, comprometer-se com eles na transformação da sociedade, contra a pobreza iníqua e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna (BOFF, 1998, p. 90-91, grifo do autor).

Foi nesse contexto que, dentro da Igreja Católica latino-americana, se desenvolveu e ganhou força a Teologia da Libertação, cujo ponto de partida eram as práticas de transformação social inspiradas na fé bíblica. Assim, na Teologia da Libertação, o Êxodo bíblico ocupa um lugar central e paradigmático. É o povo de Israel subjugado que toma atitude e começa a lutar para fugir da opressão e da escravidão egípcia imposta pelos faraós. Na narrativa do Êxodo, a fé e a política encontram-se caminhando lado a lado na busca da libertação. Dessa forma, a Igreja na América Latina deveria caminhar ao lado dos pobres na luta por sua libertação, construindo uma sociedade mais justa e mais fraterna, rompendo com sua tradição histórica de ficar ao lado do poder: “Esta sociedade deve ser transformada para que se permita mais igualdade social, mais participação e mais liberdade (...). Ao fazer a opção pelos pobres, as Igrejas assumem essa visão de mundo” (BOFF, 1998, p. 197-206).

No Brasil, registre-se que a Igreja Católica e seus bispos tiveram múltiplos posicionamentos ante o regime militar ao longo de seus 21 anos de duração. Inicialmente, em 1964, a posição oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi de apoio ao Golpe Militar, pois temia a difusão das ideias comunistas que tinham crescido no país no início daquela década. Assim, entre 1964 e 1968, a instituição voltou-se mais para os seus assuntos internos do que para as questões políticas e sociais (GOMES, 2014, p. 45).

A partir da promulgação do Ato Institucional nº 5 (1968) e do crescimento da repressão e da violência do regime militar nos anos seguintes, a posição da Igreja passou por transformações, pois, cada vez mais, bispos tomavam posição contra os abusos da ditadura. Entretanto, houve posicionamentos distintos entre os religiosos diante dos militares, ou seja, a sua atuação era heterogênea. Dessa forma, a CNBB somente conseguiu posicionar-se emblematicamente contra o regime, na XV Assembleia Geral, em outubro de 1977, através do documento “Exigências cristãs de uma nova ordem política”, contendo uma crítica contundente ao regime militar (GOMES, 2014, p. 75).

Assim, apesar das distintas posições havidas dentro da Igreja, no decorrer da década de 1970, a instituição exerceu função importantíssima na resistência ao regime militar, especialmente por defender a justiça social e a proteção aos direitos humanos às pessoas perseguidas pela ditadura. Em decorrência disso, no final dos anos 1970, a Igreja Católica havia se consolidado como uma instituição de caráter nacional que contestava publicamente a ditadura militar em várias frentes: na promoção da justiça e da igualdade social, na defesa dos direitos humanos, na luta pela democratização do país, no trabalho das diversas pastorais sociais e na implementação das Comunidades Eclesiais de Base (CANCIAN, 2011, p. 75-76).

Dessa forma, no interior da Igreja Católica brasileira, a partir do Concílio Vaticano II (no início dos anos 1960) e especialmente a partir de Medellín (1968), lentamente, mas de forma crescente, a opção pelas pessoas mais pobres foi acontecendo. Assim, as CEBs transformaram-se em lugar onde se realizaria a essência teológica da Igreja e, ao mesmo tempo, ocorreria a prática de libertação dos pobres a partir da sua própria ação. Os encontros de base começaram a se realizar em várias partes do país: em 1975, aconteceu o 1º encontro nacional, em Vitória, Espírito Santo; em 1976, também em Vitória, aconteceu o 2º encontro nacional; e, em 1978, o III Encontro Nacional e Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, em João Pessoa, Paraíba (BOFF, 1998, p. 127-128).

Nesse mesmo período, em 1975, nasceu em Goiânia (GO), a Comissão de Pastoral da Terra (CPT), como órgão de apoio e assessoramento aos camponeses que vivenciavam conflitos agrários especialmente na região norte do Brasil. Rapidamente, esse trabalho estendeu-se para

todo o país. Medeiros (2016) registra seu papel no final dos anos 1970 e na década de 1980, no sul do Brasil, tanto no estímulo às oposições sindicais quanto às primeiras ocupações de terra:

Sendo assim, **ela não demorou a se estabelecer no sul do país, estimulando a criação de oposições sindicais** em áreas de pequenos agricultores, mas também **participando das articulações que levaram às primeiras ocupações de terra (...)**. Para além do trabalho de apoio e assessoria a uma ou outra categoria, a CPT, nos anos 1980, foi também importante para dar novos rumos à organização dos trabalhadores rurais, apoiando as oposições sindicais, alinhando-se ao sindicalismo combativo e estimulando novas concepções e linhas de ação. São inúmeros os exemplos de tensão entre ela e alguns sindicatos, em diversos momentos levando a um diálogo, em outros a rupturas locais, mas, de qualquer forma, provocando rearranjos de força e novas práticas (MEDEIROS, 2016, p. 58-59, grifo nosso).

Assim, tanto as definições tomadas pelos bispos latino-americanos quanto a Teologia da Libertação repercutiram na atuação da Igreja Católica em todo o Brasil. Na região sul do Brasil e especificamente na região da AMAU (e em todo o Alto Uruguai rio-grandense), isso também aconteceu nesse período, como é relatado em sequência.

3.2.1 “Nova sociedade”: novo sindicalismo, novos movimentos sociais

Na região da AMAU, no meio rural, no contexto do final dos anos 1970 e início da década de 1980, a atuação das pastorais ligadas à Igreja Católica foi decisiva para a consolidação de uma nova proposta de sindicalismo. Em vários municípios, incentivados por padres, irmãs e outras lideranças identificadas com a Comissão de Pastoral da Terra (CPT) e com a Pastoral da Juventude Rural (PJR), centenas de trabalhadores rurais, especialmente os jovens, abraçaram a causa da construção da “nova sociedade”, do “novo sindicalismo” e de “novos movimentos sociais” (SEMINOTTI, 2014, p. 124).

Dessa forma, essa interação entre o projeto da Igreja fundamentado na Teologia da Libertação em construir uma “nova sociedade”, que incluísse as pessoas mais pobres, encontrou um solo fértil naquela época na implementação de uma série de lutas. Assim, a luta dos sem-terra, dos agricultores atingidos pela construção de barragens, dos pequenos agricultores, das mulheres e dos jovens apareciam como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era a construção da “nova sociedade” (SCHMITT, 1996, p. 194).

Nessa caminhada, surgiram os grupos Paulo VI⁴⁴ e o Esquema Dois⁴⁵, pois dentro da estrutura da Igreja Católica nem todas as suas lideranças (bispo, padres, irmãs e leigos) tinham afinidade com essa proposta da nova Igreja. Dessa forma, essas organizações permitiam o encontro de lideranças que desejavam avançar no processo de construção das Comunidades Eclesiais de Base, na organização de Semanas de Evangelização Rural, no processo de constituição de novas organizações sociais rurais e urbanas que lutassem por direitos sociais.

A partir disso, alguns padres desenvolveram trabalhos em diversos municípios dessa região, conforme a paróquia onde atuavam. Assim, por exemplo, o padre Milton Mattia, pároco em Barão de Cotegipe, desenvolveu encontros nas comunidades rurais, por ocasião da passagem do Dia do Agricultor (25 de julho), cujo documento citamos no Capítulo I (Tópico 1.5). Chama a atenção que o documento divulgado inicia com a seguinte chamada: “**MÊS DO AGRICULTOR – 1.979 O AGRICULTOR QUER LIBERTAÇÃO**” (A Voz da Serra, Erechim, 14 ago. 1979, grifo nosso). O documento é longo e para a sua elaboração foram formuladas algumas perguntas: “O que nos reuniu? Onde está a raiz do nosso problema? Quem está contra ou a favor? Quais os carunchos da vida?” E a conclusão tirada foi:

Nós, os agricultores, sentimos e vivemos os mesmos problemas: eles são muitos...são de todos nós, de nossos filhos e de nossos netos, de nossos vizinhos e de todos os que procuram na terra o pão de cada dia. **Sentimos, descobrimos e acreditamos que a solução desses problemas depende de nós: SOMOS UMA CLASSE, A CLASSE DOS AGRICULTORES!** Barão de Cotegipe, 25 de julho de 1979 (A Voz da Serra, Erechim, 14 ago. 1979, grifo nosso).

E, dessa forma, algumas lideranças da Igreja Católica envolviam-se diretamente com os problemas vivenciados pelos agricultores e, junto com eles, debatiam o que fazer. Além disso, nesse processo, era discutido o papel dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. E, como os sindicatos não exerciam um papel de liderança social nesse período, envolvidos com o assistencialismo e a burocracia, era natural o surgimento de oposições sindicais, formadas a partir desse trabalho da Igreja Católica. Assim, nasceram as oposições sindicais em vários municípios nessa região, como foi em Barão de Cotegipe.

⁴⁴ O grupo Paulo VI surgiu em Erechim no final da década de 1970, como um espaço de articulação de várias lideranças ligadas à Igreja Católica e algumas lideranças leigas. Nesses encontros, faziam leituras de textos e formação, além de avaliar a atuação que estavam realizando nos bairros e nas paróquias, no processo de organização dos trabalhadores por seus direitos (Entrevistas concedidas por Nely Záfari e Valter Girelli apud ZANELLA, 2004, p. 199-200).

⁴⁵ O grupo Esquema Dois também surgiu no final da década de 1970 e início dos anos 1980 e reunia alguns padres ligados à Igreja Católica da região norte do Rio Grande do Sul. Suas reuniões ocorriam em Passo Fundo e debatiam principalmente o processo de organização das ações ligadas à Comissão de Pastoral da Terra (CPT) em toda essa região (Entrevista concedida pelo padre Milton Mattia apud ZANELLA, 2004, p. 200).

Outro exemplo é o que aconteceu, nessa época, no município de Erval Grande. Lá também ocorreu um trabalho realizado pela Igreja Católica através do padre Antônio Scheffel, que resultou na disputa pela direção do STR daquele município, em 1982:

Aí, a gente teve, foi uma luta, foi uma guerra mesmo, foi uma coisa terrível, né, com ameaças de morte e tudo o mais, mas fomos em frente, e aí, a última ‘pegada’ foi que eles não queriam abrir as urnas na noite, depois do dia da votação. Aí, nós entramos na Justiça. (...) Aí veio o juiz, aquele de Porto Alegre mandou alguém de Erechim para Erval Grande. Às oito horas da noite abrimos as urnas (...) a cidade toda estava em alvoroço. Os agricultores todos se reuniram. Era com machado, era com foice, era com picareta. Eles, se perdessem a eleição, diziam que iam desmanchar o sindicato, né. Mas, aí, graças a Deus, conseguimos a vitória, de cada quatro votos para chapa dos combativos dava um prá situação (SCHEFFEL apud ZANELLA, 2004, p. 205, grifo nosso).

Percebe-se nesse relato como a disputa pelo comando do Sindicato era acirrada nesse período. Para conquistar uma vitória, o trabalho de organização e de mobilização precisava ser muito grande. E a força da Igreja, presente nas comunidades através de suas lideranças, proporcionava essas condições, pois a palavra do padre nesse período tinha grande força no meio dos agricultores. Apesar disso, para o avanço da proposta de renovação dos sindicatos, era necessário também um trabalho de articulação regional e estadual, inclusive com apoio jurídico.

Outra estratégia desenvolvida nesse período para a conquista dos sindicatos foi “ganhar por dentro”, ou seja, através da composição da direção, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Aratiba. Lá, quem influenciou esse processo foi o padre Demétrio Valentini (hoje, bispo em Jales, São Paulo). O próprio Ivar Pavan relata:

Eu era ministro da eucaristia, Dom Demétrio era professor da escola de servidores, me conhecia. Um dia ele foi e disse para a direção do sindicato, tem um guri de Barra do Rio Azul que conhece o trabalho nas comunidades. Ele pode ajudar vocês. **Então a direção do sindicato me chamou e disse, vamos te pagar uma diária, para eu poder sair da roça e comecei o trabalho de base nas comunidades** (PAVAN apud LIPSCH et al, 2006, p. 12, grifo nosso).

Dessa forma, Ivar Pavan, a partir desse trabalho, em 1982, assumiu o cargo de secretário daquele sindicato e, rapidamente, transformou-se numa das principais lideranças dos agricultores dessa região, tanto na representação sindical, como na luta pela saúde e na defesa dos atingidos pelas barragens, já que muitos agricultores de Aratiba foram desalojados por causa da construção da barragem de Itá, como será visto logo adiante.

Outra disputa importantíssima para a consolidação da proposta do novo sindicalismo e da CUT na região da AMAU foi a vitória nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

no município de Erechim, em 1984. A vitória da chapa dois “Renovação Sindical” foi construída a partir de um amplo trabalho de base realizado nas comunidades rurais desse município, liderado pelo padre Valter Girelli, o qual explicou o uso da palavra “Renovação”:

Agora não tenho dúvida nenhuma, que as grandes greves do ABC paulista de 78, 79 por aí, elas respingaram para o Brasil inteiro, então lá, vamos dizer assim, era o foco do surgimento dessas novas discussões. Mas nos setores, vamos dizer assim, alternativos de sociedade, a grande discussão era essa, temos que renovar as coisas. A renovação da Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base, a renovação do movimento sindical, renovação da política. **Então, a palavra ela é exatamente trabalhada com o sonho, a coisa nova que as pessoas queriam** (GIRELLI apud ZANELLA, 2004, p. 204, grifo nosso).

Figura 7 - Padre Valter Girelli participando de mobilização social na Praça da Bandeira, na década de 1990, no centro de Erechim



Fonte: CUT Alto Uruguai.

A vitória da chapa liderada pela CUT nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim foi um marco para o novo sindicalismo regional. A posse da nova direção ocorreu através de uma missa celebrada por vários padres, com a presença de muitas lideranças sociais e de agricultores. Emblemático foi o ato de queima de um pelego, simbolizando o fim do sindicalismo assistencial e burocrático, alinhado aos governantes de ocasião, conforme demonstra a Figura 8, em sequência. A partir dali, tornou-se, por um bom tempo, sede também da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e da CUT Alto Uruguai. Assim, transformou-se em referência regional para as lutas e mobilizações rurais de toda essa região.

Figura 8 - Missa de posse da nova direção do STR de Erechim, presidida pelo padre Arnildo Fritzen, em 1984, com a queima de um pelego, simbolizando a vitória da proposta do novo sindicalismo



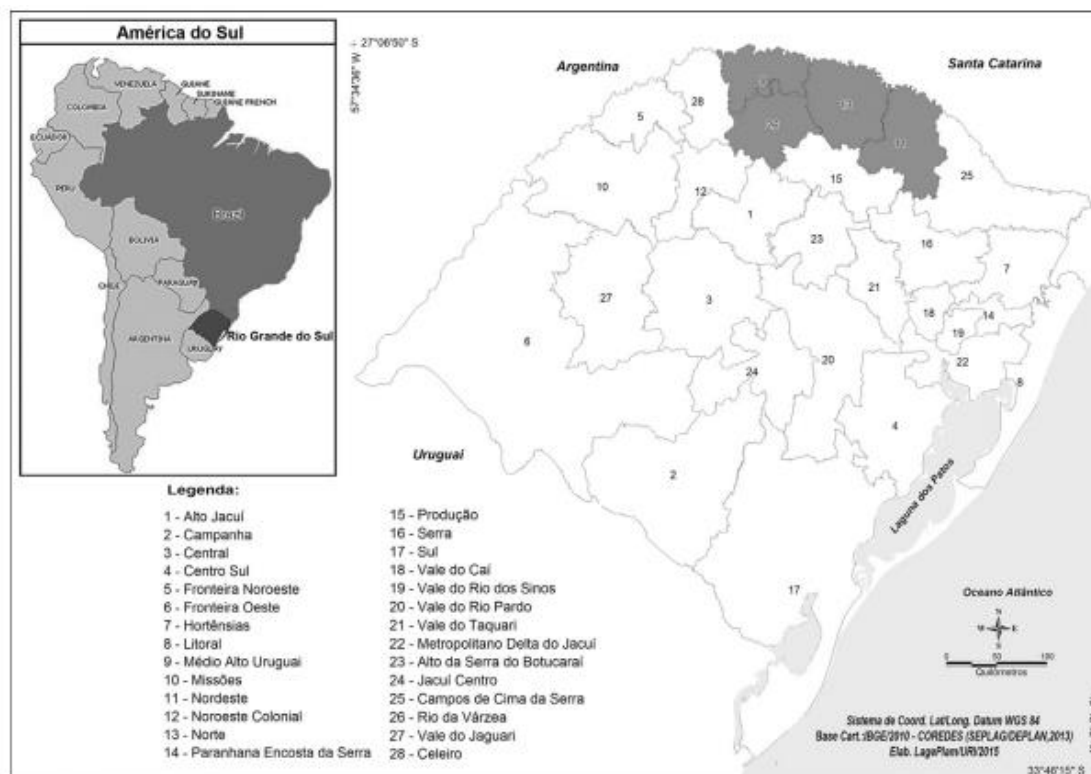
Fonte: Acervo pessoal de Paulo Farina, eleito presidente do STR Erechim, em 1984.

Além disso, a conquista do STR de Erechim fortaleceu o processo de articulação sindical e dos movimentos sociais existente no Rio Grande do Sul, através da Coordenação Sindical do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul (Cosau) e na região sul do Brasil, por meio da Articulação Sindical Sul (Alto Uruguai rio-grandense, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná).

Saliente-se que a Cosau era uma articulação sindical da região do Alto Uruguai rio-grandense, que reunia lideranças sindicais e de movimentos sociais rurais de uma forma bem mais ampla que o território de nosso objeto de estudo (região da AMAU). Assim, o Alto Uruguai compreendido pela Cosau está em sentido amplo, abrangendo municípios situados em quatro Coredes do Rio Grande do Sul, conforme o Mapa 12, em sequência. Assim, além do Corede Norte (que corresponde à AMAU), a esse território, pertencem os Coredes Nordeste, Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea.

Além do trabalho da Comissão de Pastoral da Terra (CPT), no contexto do início da década de 1980, outra pastoral social que se desenvolveu dentro da Igreja Católica no Rio Grande do Sul foi a Pastoral da Juventude, especialmente a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Na região do Alto Uruguai rio-grandense, na Diocese de Erechim, o jovem que iniciou esse trabalho foi Cláudio Brondani, após participar de um curso de formação realizado em etapas, com duração de seis meses, pelo Instituto de Pastoral da Juventude (IPJ) – o Curso de Assessoramento de Jovens (CAJO), em Porto Alegre (SEMINOTTI, 2007, p. 92-93).

Mapa 12 - Localização Geográfica dos Coredes do Rio Grande do Sul, destacando os quatro Coredes do Alto Uruguai.



Fonte: PIRAN, 2015, p. 56.

Dessa forma, Cláudio Brondani, como liberado da Pastoral da Juventude da Diocese de Erechim, e com o apoio da estrutura das diversas Paróquias existentes, começou a organizar cursos em Erechim ou Marcelino Ramos, denominados Treinamento de Ação Pastoral (TAPA)⁴⁶, ofertados aos jovens de toda essa região. Além disso, começaram a ser organizados Encontros de Jovens⁴⁷ nas diversas Paróquias, em cada município do Alto Uruguai. Para se ter uma ideia da dinâmica da organização dos jovens na região da AMAU, vamos observar a publicação da programação da Pastoral da Juventude, no início de março de 1987, através do Informativo Diocesano da Diocese de Erechim:

⁴⁶ O Treinamento de Ação Pastoral (TAPA) era um curso realizado em três etapas, com dois dias de duração cada, o qual acontecia em Erechim (Seminário N^a Sr^a de Fátima), Marcelino Ramos (Seminário N^a Sr^a da Salette) ou em uma das comunidades rurais nas diversas paróquias da Diocese de Erechim, reunindo lideranças dos vários grupos de jovens existentes naquele determinado município (SEMINOTTI, 2007, p. 94).

⁴⁷ Os Encontros de Jovens eram realizados anualmente na maior parte dos municípios dessa região. Acontecia um dia inteiro de debates, de troca de experiências, de animação e de celebração. Geralmente, os encontros eram assessorados por padres ou pessoas leigas. Nesses encontros, dois padres tiveram atuação destacada como animadores e assessoramento das atividades: Valter Girelli (Erechim) e Otávio Klein (Passo Fundo) (ZANELLA, 2004, p. 197).

PROGRAMAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE

Dia 10, terça-feira, a partir das 8:30 até à tarde, em Itatiba, reunião da Coordenação paroquial de jovens. No mesmo dia, a partir das 9 até à tarde, em Carlos Gomes, reunião da coordenação de área da Pastoral de Juventude de Gaurama. Também no dia 10, a partir das 14 h, em Aratiba, reunião da Coordenação Paroquial de Jovens. Dia 11, quinta-feira, das 8:30 às 11:30, na canônica de Cotegipe (Barão de Cotegipe), reunião da coordenação paroquial de jovens. Nos dias 13 e 14, no Centro Diocesano, reunião da Coordenação Diocesana de Pastoral de Juventude, composta de dois representantes de cada área, de dois assessores, representantes da Diocese na Coordenação Regional no Estado e o Coordenador Diocesano. Dia 15, domingo, reencontro dos jovens que fizeram o **Treinamento para Ação Pastoral (TAPA) na paróquia de Getúlio Vargas** (A Voz da Serra, Erechim, 10 mar. 1987).

Na programação da semana entre 10 e 15 de março de 1987, percebe-se a forte dinâmica da Pastoral da Juventude nessa região, pois haveria encontros envolvendo os jovens das seguintes localidades: Itatiba do Sul, Carlos Gomes, Gaurama, Aratiba, Barão de Cotegipe, reunião da Coordenação Regional (em Erechim) e a realização do reencontro do TAPA em Getúlio Vargas. Ou seja, em apenas uma semana, a PJR realizava atividades em sete municípios dessa região. Dessa forma, centenas de jovens rurais, no decorrer da década de 1980, tornaram-se militantes do novo sindicalismo, pois os cursos e os encontros apontavam, como uma das saídas para enfrentar a realidade de vida dos agricultores, que os jovens rurais participassem do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para construir a proposta sindical do novo sindicalismo ou organizassem Oposições Sindicais.

3.2.2 A disputa entre a CUT e a Fetag pela hegemonia do sindicalismo rural

No decorrer da década de 1980, houve na região da AMAU uma grande disputa política pela hegemonia do sindicalismo rural. De um lado, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (Fetag/RS) - criada ainda no início da década de 1960 com a participação direta da FAG - tentou manter sob a sua influência os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dessa região, criando uma regional sindical no Alto Uruguai rio-grandense. Para isso, contou com o apoio das lideranças políticas e sindicais tradicionais (a direção da Cotrel, o Partido Democrático Social e o Partido da Frente Liberal; depois de 1985, setores do PMDB também apoiaram a Fetag; e setores conservadores da Igreja Católica).

Destaque-se também que, em nível estadual, a partir do surgimento de novos movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul, a Fetag passou por transformações, buscando manter a influência e a representação dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Dessa

forma, passou a adotar uma postura mais crítica aos governos, renovou sua direção e criou regionais sindicais (PICOLOTTO, 2011, p. 143-144). Isso ajuda a explicar a criação da Regional Sindical da Fetag na região da AMAU, nesse período.

Por outro lado, a proposta do “novo sindicalismo” traduziu-se na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Brasil, em 1983. Na região da AMAU, os sindicatos conquistados dentro da proposta da “Renovação Sindical” aderiram à CUT, assim como as Oposições Sindicais que começaram a brotar em quase todos os municípios, especialmente por lideranças advindas dos trabalhos realizados pela CPT, PJR e CRAB. Dessa forma, os embates ficaram acalorados, como o que ocorreu na eleição do STR de Erechim, em 1984 (situação já relatada) e Jacutinga, em 1986. Para a eleição do STR nesse último município, inscreveram-se duas chapas. Houve empate no primeiro turno da eleição, com 502 votos para cada chapa. O presidente da entidade, Euclides Caron, ligado à Fetag, condenou a campanha da chapa de oposição ligada à CUT:

Agitadores de Sertão, São Valentim, Marcelino Ramos, a CUT estadual e regional, todos estavam lá, somente para conturbar com a eleição. [...] Tivemos naquele domingo, a tristeza de ver tanta gente de fora, agitando, tumultuando, coisa que nunca tínhamos visto anteriormente. [...] **Não temos nada contra os componentes da Chapa 2 e sim com o que há por trás deles, que é a CUT e o PT que vão lá para conturbar o ambiente** (CARON apud A Voz da Serra, Erechim, 19 abr. 1986, p. 17, grifo nosso).

No segundo turno, a chapa ligada à Fetag foi vencedora. Apesar dessa derrota, na década de 1980, o sindicalismo ligado à CUT fortaleceu-se na região, conforme pode ser identificado na Tabela 16, a seguir.

Tabela 16 - Eleições Sindicais Rurais nas quais houve disputa na década de 1980 na região da AMAU

Nome da entidade	Ano da eleição	Chapa Vencedora
STR Erval Grande	1982	CUT
STR Erechim	1984	CUT
STR Aratiba	1985	CUT
STR Viadutos	1985	Fetag
STR Barão de Cotegipe	1986	Fetag
STR Jacutinga	1986	Fetag
STR Marcelino Ramos	1986	CUT
STR São Valentim	1988	Fetag
STR Três Arroios	1988	CUT

Fonte: ZANELLA, 2004, p. 207.

Pela tabela acima, percebe-se que as chapas organizadas pela CUT (novo sindicalismo) foram vencedoras em cinco eleições, enquanto a Fetag venceu em quatro. Isso significou um grande crescimento da CUT nessa região, pois no início da década, não comandava nenhum sindicato. Além disso, dois sindicatos foram conquistados para o campo da CUT via composição de direção, como aconteceu com o STR de Severiano de Almeida e o STR de Getúlio Vargas.

Além do novo sindicalismo rural, representado pela CUT, desde 1979 e no decorrer de toda a década de 1980, outro movimento surgiu e ganhou forte expressão social e política na região da AMAU: o movimento dos agricultores atingidos pela construção de grandes barragens no rio Uruguai, denominado inicialmente de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB).

3.2.3 A luta pela terra através da CRAB

Outro fato que proporcionou e estimulou a organização dos agricultores familiares nessa região em defesa de seus direitos, especialmente de suas terras, foi a notícia de que seriam construídas grandes barragens no rio Uruguai. A notícia foi divulgada em 1979, quando foi descoberto que o Estado brasileiro planejava desalojar milhares de famílias rurais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina para poder construir essas obras, pois era preciso ampliar a geração de energia elétrica para o desenvolvimento do país. Isso causou enorme preocupação entre os agricultores, conforme registrou Seminotti:

O apego à terra, como um patrimônio construído por várias gerações e como a única forma de sobrevivência da família, já era motivo suficiente para estimular o agricultor na luta contra as barragens. As informações sobre locais, número de atingidos, início das obras, possíveis indenizações não eram reveladas pela Eletrosul, o que causava a apreensão e a revolta dos atingidos (SEMINOTTI, 2014, p. 98).

Foi revelada, então, a existência de um Inventário Hidroenergético da bacia do rio Uruguai, o qual previa a possibilidade de construção de 22 grandes barragens, desde a divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina até a fronteira do Brasil (Rio Grande do Sul) com a Argentina. Nesse estudo, as duas primeiras obras previstas e projetadas eram as barragens de Itá e Machadinho. A partir disso, um grupo de professores da Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (Fapes), hoje Universidade Regional Integrada (URI) Erechim, juntamente com alguns padres que constituíam a Comissão de Pastoral da Terra (CPT) e sindicalistas rurais começaram a estudar e a promover reuniões com as pessoas

residentes nos municípios que seriam diretamente atingidos por esses projetos (VIANA JR, 2012, p. 21; SEMINOTTI, 2014, p. 99-100).

Conforme o projeto, a primeira barragem a ser construída seria a Hidrelétrica de Machadinho, que inundaria uma área de 27.000 hectares e desalojaria mais de 11 mil pessoas, residentes nos municípios rio-grandenses de Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Barracão, Esmeralda, Sananduva, São José do Ouro (região Alto da Serra); Marcelino Ramos, Carlos Gomes, Viadutos, Gaurama, Getúlio Vargas, Floriano Peixoto, Charrua (Alto Uruguai); e Anita Garibaldi, Campos Novos, Capinzal e Piratuba (estado de Santa Catarina). Já a barragem de Itá atingiria as famílias de agricultores de pelo menos 11 municípios: sete em Santa Catarina (Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba e Piratuba); e quatro no Rio Grande do Sul (Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos), todos no Alto Uruguai.

Dessa forma, essa notícia provocou grande repercussão na região da AMAU. E professores, padres, irmãos e sindicalistas iniciaram um processo de reuniões em escolas, capelas e linhas – os povoados/comunidades rurais – explicando o que poderia acontecer com a construção das barragens e apontavam para os riscos que os agricultores e suas famílias poderiam passar, pois teriam que deixar suas terras para dar lugar ao lago das barragens, mediante baixas indenizações ou receber terras em regiões distantes (VIANA JR, 2012, p. 22). Fruto dessa primeira rodada de reuniões, em dezembro de 1979, foi criada uma Comissão de Barragens em oposição à construção das barragens de Itá e Machadinho. Essa comissão, no decorrer de 1980, passou a se chamar Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), com sede em Erechim (BENINCÁ, 2011, p. 82-83).

Figura 9 - Mobilização coordenada pela CRAB, na década de 1980, na região da AMAU



Fonte: Acervo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Erechim, RS.

Dessa forma, em março de 1980, a CRAB promoveu um encontro com lideranças das comunidades e municípios atingidos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que resultou na publicação do *Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as Barragens*, no qual questionava a necessidade da construção dessas hidrelétricas e formulou reivindicações como: terra por terra, rejeição de indenização em dinheiro, abertura imediata de negociações entre o governo e a CRAB, além de que as soluções deveriam manter as relações comunitárias (VIANA JR, 2012, p. 22).

Além disso, entre 1980 e 1982, a CRAB consolidou a sua estrutura de organização regional, criando organizações em todos os municípios atingidos, através de reuniões, encontros e debates. Dessa forma, transformou-se em um importante movimento social regional e interestadual, com sede em Erechim. O movimento recebeu o apoio de lideranças das Igrejas (Católica e Luterana principalmente), de vários sindicatos de trabalhadores rurais (especialmente dos municípios atingidos pelas barragens), de alguns professores da FAPES e do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), sediado em Porto Alegre.

A partir disso, no dia 15 de fevereiro de 1983 (Dia de Carnaval), a CRAB e a CPT promoveram a Romaria da Terra, em Carlos Gomes, com o tema *Águas para a vida e não para a morte*, com a participação de mais de 20 mil pessoas, quando chamaram a atenção de que a vila de Carlos Gomes (hoje município), um centro de colonização realizado por poloneses e seus descendentes, ficaria sob as águas do reservatório da barragem de Machadinho (VIANA JR, 2012, p. 23).

Figura 10 - Imagem 1, sede de Carlos Gomes, em 1983; Imagem 2, Romaria da Terra, em Carlos Gomes, 1983



Fonte: Acervo de Izidoro Hoinoski apud CARNIEL, 2019, p. 42, 47.

Outra ação importante na caminhada do movimento foi a coleta de mais de um milhão de assinaturas, em 1984, no abaixo-assinado intitulado “Não às Barragens”, entregue ao governo federal, visando pressionar contra a execução dos referidos projetos. Além disso, foram realizadas diversas atividades de mobilização, entre 1985 e 1987, no intuito de garantir os direitos dos agricultores que seriam atingidos pela construção das barragens: reuniões nas comunidades e municípios, assembleias locais e regionais, passeatas, trancamento de estradas, romarias e outros eventos religiosos, quebra e remoção dos marcos instalados pela Eletrosul nas propriedades dos agricultores e retenção de funcionários da empresa, pressão sobre as autoridades governamentais e audiências em Brasília exigindo soluções.

Figura 11 - Caminhada dos atingidos pelas barragens em Carlos Gomes, RS, na década de 1980



Fonte: Acervo do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em Erechim, RS.

Em 1987, fruto desse intenso processo de mobilização social, a CRAB obteve um acordo com a Eletrosul, pelo qual a empresa se comprometia, entre outras coisas: realizar negociações coletivas, atrelar o cronograma das obras com a solução dos problemas sociais e possibilitar o assentamento coletivo a todos os atingidos na região sul do Brasil (BENINCÁ, 2011, p. 83-84). Esse acordo de 1987, é considerado histórico porque garantiu um “grande salto de qualidade” no processo de atendimento dos direitos da população atingida por projetos hidrelétricos no Brasil, pois a organização da CRAB e a constante “pressão popular” estabeleceram a participação direta de um movimento social num grupo de trabalho formado por lideranças dos

atingidos e técnicos da Eletrosul para a elaboração do “projeto de reassentamento” das famílias. Assim, surgia o primeiro núcleo formado por 27 famílias que foram reassentadas no município de Marmeleiro, no Paraná (ROCHA, PASE, 2015, p.106).

Figura 12 - Imagem 1: assembleia dos atingidos por barragens na década de 1980, na região da AMAU/RS; Imagem 2: audiência em Brasília para apresentar as reivindicações dos atingidos pelas barragens com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves



Fonte: Acervo do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em Erechim, RS; Acervo pessoal de Paulo Roberto Farina, Erechim, RS.

A organização e a mobilização da CRAB na região Alto Uruguai riograndense e catarinense repercutiu em várias partes do Brasil. Fruto disso e das necessidades de organização de novas lutas em outras partes do território nacional, em março de 1991, em Brasília, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, no qual foi criado então o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Dessa forma, o Movimento adquiriu uma dimensão nacional, com a missão de organizar e mobilizar as lutas em defesa dos direitos dos atingidos pelas barragens em todo o Brasil. Além disso, foi instituído o dia 14 de março de cada ano, como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens (BENINCÁ, 2011, p. 98).

Saliente-se que esse conjunto de mobilizações realizadas pelos agricultores de base familiar atingidos pelas barragens tiveram como palco principal a região da AMAU, pois reuniões, assembleias e mobilizações ocorriam em cada um dos municípios atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, além de Erechim, município-polo dessa região. Nesse processo, além do importante acordo obtido em 1987, o Movimento obteve uma outra grande conquista que foi a redefinição do eixo (local) de construção do barramento da barragem de Machadinho, o que reduziu a área de inundação de 27 mil para 8 mil hectares. Dessa forma, o território das comunidades polonesas, como era o caso de Carlos Gomes, situadas na região da AMAU, não foi mais inundado (VIANA JR, 2012, p. 133).

Além da CRAB, outro movimento que nasceu e caminhou lado a lado com o sindicalismo rural e dos atingidos pelas barragens foi o movimento em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais na região da AMAU.

3.2.4 A luta pela emancipação e pelos direitos sociais das mulheres trabalhadoras rurais

No decorrer da década de 1980, um dos principais movimentos sociais que surgiu na região da AMAU foi o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Até aquele período, numa sociedade patriarcal, as mulheres não exerciam plenamente a sua cidadania. Quem participava nas assembleias dos sindicatos era o homem, o chefe da família rural. Da mesma forma, nas assembleias das cooperativas. A carteira de associado do Sindicato ou da Cooperativa era emitida em nome do homem. O direito à aposentadoria rural de meio salário mínimo, criado no período do regime militar (1971-1972), como já dito, foi garantido ao chefe da família, geralmente homens. A mulher tornava-se chefe da família somente quando ficava viúva, ou seja, mediante a morte do esposo. Além disso, na própria família, quem tomava as decisões pela família, era geralmente o homem. Por isso, na década de 1980, as mulheres rurais levantaram a sua voz e pediram permissão para entrar em cena.

Nesse período, dois movimentos de mulheres trabalhadoras rurais surgiram na região da AMAU: de um lado, a “Organização das Mulheres da Roça”, apoiado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Oposições Sindicais ligadas à CUT; e, de outro, o Movimento da Mulher Camponesa, liderado pela vereadora do PMDB, em Erechim, Carlinda Poletto Farina e, mais tarde, pela Fetag. Nesse processo, duas datas entraram na agenda da luta das mulheres rurais nessa região: o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher (uma data já reconhecida internacionalmente) e o dia 12 de agosto, pois, em 1983, a sindicalista Margarida Alves, do STR de Alagoa Grande (Paraíba), foi assassinada. Assim, especialmente nessas duas datas, ocorriam mobilizações em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais nessa região e no Brasil.

O movimento liderado pela vereadora Carlinda surgiu em 1982 a partir de encontros organizados e realizados no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, trabalhando com as reivindicações da “mulher camponesa” nas áreas da Saúde e da Previdência, além da documentação. Inicialmente, esse trabalho caminhou com certa proximidade à proposta do “Novo Sindicalismo”, tanto é que a vereadora Carlinda apoiou a chapa de oposição na eleição ocorrida no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim, em 1984. No entanto, a partir de 1985, a divisão aconteceu, pois as direções sindicais e as oposições ligadas à CUT definiram

que fariam oposição ao governo da Nova República, liderado pelo PMDB, mesmo partido da vereadora Carlinda. Além disso, a maioria das lideranças ligadas ao novo sindicalismo nessa região começaram a se filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT). Isso fez com que o Movimento da Mulher Camponesa caminhasse dali em diante ao lado da Fetag.

Por outro lado, o movimento “Organização das Mulheres da Roça” surgiu juntamente com as Oposições Sindicais e a participação da mulher rural foi estimulada pelo trabalho da Igreja Católica, através dos trabalhos pastorais. Através de uma entrevista com uma agricultora (entrevista oral), em 2021, a qual foi uma das lideranças do STR de Erechim e do MMTR, fica clara a importância que teve esse trabalho da Igreja, pois estimulou a inclusão de dois públicos na vida sindical e política - os jovens e as mulheres:

A participação do padre Valter Girelli no processo de Oposição Sindical (STR Erechim) foi fundamental. A Oposição Sindical não tinha credibilidade com esse nome. **O que tinha e tem credibilidade era o aval da Igreja.** Através da Pastoral da Juventude, quando o padre Valter veio para Erechim, que foi ordenado, era jovem também, a gente começou a se organizar na Pastoral da Juventude, antes da Oposição Sindical. Então, foi com este aval que a gente criou a Oposição Sindical (Informação verbal, grifo nosso)⁴⁸.

Essa agricultora entrevistada relata também que durante o processo de organização da Oposição Sindical, o padre Valter Girelli incentivou a formação de comissões a fim de que a diversidade rural fosse representada. Assim, tinha a Comissão dos Jovens (para levantar os problemas e formular propostas que atendessem as demandas da juventude rural); tinha a Comissão das Mulheres (para levantar os problemas e formular propostas que atendessem as demandas das mulheres rurais). Além disso, existiam também as comissões encarregadas das questões ligadas ao problema da falta de terra (agricultores sem terras), a comissão da saúde e previdência, a comissão de política agrícola, entre outras. Esse processo, portanto, foi fundamental para a participação dos jovens e das mulheres, porque até então não tinham vez e voz no sindicato e no conjunto da sociedade:

Naquela época, as mulheres agricultoras não tinham nem nome: era a esposa do João, do Pedro, do Mário. Não era a Maria, a Joana, a Tereza. Não tinha nome, era a esposa. As mulheres não tinham a carteira de identidade. Elas não eram sócias do sindicato. **Elas eram dependentes do marido em tudo** (Informação verbal, grifo nosso)⁴⁹.

⁴⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XXI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 1 arquivo .mp3 (1:48:43 min.).

⁴⁹ Idem.

Esse depoimento demonstra o quanto as lutas desenvolvidas pelas mulheres rurais nesse período foram importantes e difíceis. Outro exemplo de superação, era o fato de que, para poderem participar dos encontros do movimento, as mulheres que possuíam filhos pequenos, muitas vezes, precisavam levá-los com elas, como bem ilustra a figura a seguir.

Figura 13 - Mulheres rurais participando de encontros regionais para a sua organização e luta por direitos sociais, na década de 1980



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Pasquali Slongo, Erechim, RS.

Apesar da divisão entre a CUT e a Fetag, a luta dos dois movimentos somou forças num momento crucial da vida nacional, ou seja, no período de elaboração da nova Constituição Brasileira, entre 1987 e 1988. Argumentamos que as duas organizações, cada uma ao seu modo, impulsionaram a luta das mulheres trabalhadoras rurais, pois tinham uma pauta de reivindicações bastante parecida e foram muito atuantes nesse período.

Para exemplificar a luta desses dois movimentos e a sua importância, vamos relatar duas situações. Em 08 de março de 1987, as mulheres rurais ligadas à Fetag dessa região participaram de um grande evento estadual realizado no Gigantinho, em Porto Alegre, através de uma delegação de mulheres. O jornal *A Voz da Serra* registrou algumas reivindicações desse movimento: “Os pontos em comum nos pronunciamentos foram previdência, educação mais voltada ao campo, reforma agrária e atendimento à saúde”. Além disso, a regional da Fetag do Alto Uruguai (região da AMAU) entregou ao então governador Pedro Simon (PMDB) uma proposta voltada à educação rural “Adequação do Ensino Rural à Realidade Regional”, como

forma de garantir que os jovens rurais pudessem garantir o direito à educação de qualidade no meio rural sem precisar sair da agricultura (A Voz da Serra, Erechim, 19 mar. 1987).

Por outro lado, como relatou a agricultora já citada anteriormente (que foi diretora do STR de Erechim e membro do Movimento “Organização das Mulheres da Roça” e depois do MMTR), além dos encontros e mobilizações regionais das mulheres rurais, o Movimento tinha como principais reivindicações as seguintes: garantia de sua documentação (Identidade, CPF, Título Eleitoral) a fim de que a mulher rural pudesse ser sócia do sindicato e da cooperativa, votar e ser votada nas eleições, além de constar o seu nome no talão de produtor rural; o direito à aposentadoria rural aos 55 anos de idade; o direito ao salário-maternidade para a mulher trabalhadora rural; o direito das mulheres participarem como sócias e como integrantes das direções nos Sindicatos, nas Cooperativas, nas Comunidades, nos espaços da Igreja, nos partidos, nas eleições políticas e, até mesmo, para abrir as suas contas bancárias (informação verbal)⁵⁰. Além disso, o Movimento “Organização das Mulheres da Roça” elaborou uma Cartilha que era distribuída nas reuniões e encontros municipais orientando as mulheres rurais sobre seus direitos, como demonstra a Figura 14, a seguir.

Figura 14 - Capa de cartilha usada nos encontros do movimento “Organização das Mulheres da Roça”, na região Alto Uruguai, na década de 1980



Fonte: Arquivo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR, RS).

⁵⁰ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XXI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim. 1 arquivo .mp3 (1:48:43 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Tese.

Dessa forma, entre 1987 e 1988, muitas mobilizações regionais, estaduais e nacionais ocorreram na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais. Muitas caravanas à Brasília também foram realizadas a fim de pressionar os deputados e senadores para que incluíssem na Constituição Federal de 1988 os direitos das mulheres trabalhadoras rurais, como era o caso da aposentadoria rural aos 55 anos, o salário maternidade e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa caminhada, em 1989, a organização local das “Mulheres da Roça” juntou-se com as duas outras organizações existentes de mulheres rurais – Alto Uruguai, Alto da Serra e Planalto – e fundaram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS). Dessa forma, três grupos regionais, que se organizaram no decurso da década de 1980, denominados de “Mulheres da Roça”, os quais possuíam estreita relação com o sindicalismo rural cutista, transformaram-se num movimento estadual e autônomo de agricultoras, com o objetivo de dar maior visibilidade às suas lutas e avançar na sua emancipação política e social (SCHAAF, 2003, p. 413). Na década de 1990, o MMTR-RS foi um dos movimentos sociais rurais que teve papel fundamental no processo de mobilização e luta pela efetivação dos direitos sociais conquistados pelas mulheres rurais na Constituição de 1988, mas que precisavam ser regulamentados para poder entrar em vigor, como será visto logo adiante.

Na década de 1980, na região Alto Uruguai e em muitas outras partes do país, houve outra significativa luta - a mobilização dos agricultores e agricultoras por saúde pública de qualidade. Por isso, esse tema é tratado em sequência.

3.2.5 O movimento pelo direito à Saúde Pública

Nesse período, outro movimento social que ganhou importância foi a luta em defesa da saúde pública, a qual se tornou uma das maiores políticas públicas brasileiras no texto da Constituição Federal de 1988. Na região da AMAU, naquela época, essa questão era tratada em todas as pautas dos sindicatos de trabalhadores rurais e das oposições sindicais. Mas foi no município de Aratiba que ela ganhou notoriedade maior.

Até esse período, os serviços públicos de saúde não estavam garantidos à população brasileira e regional. Apesar da promulgação da Lei nº 6.439, de 01 de setembro de 1977, que criou o INAMPS⁵¹, ainda no período do regime militar, e das novas normas em vigor a partir

⁵¹ O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) foi criado pela Lei Federal 6.439, de 1º de setembro de 1977, para garantir a assistência médica aos segurados do INSS. O INAMPS foi extinto em

do governo Sarney (1985-1989), os serviços de saúde continuavam a serem cobrados da população pelos hospitais, mesmo quando estabeleciam convênios públicos. Lipsch *et al* (2006) relataram a situação vivenciada:

Em Aratiba no início da década de 80 eram inúmeros os problemas enfrentados pela população com relação à saúde. O alto custo das consultas, os tratamentos e o atendimento hospitalar impossibilitavam a população, especialmente os agricultores, a arcar com as despesas, tendo que na maioria das vezes, se desfazerem de seus bens em suas propriedades para pagar a conta. **Os agricultores, não raras às vezes, vendiam juntas de boi e vacas de leite, terras e/ou gastavam suas economias para não ficarem devendo ao hospital** (LIPSCH *et al*, 2006, p. 17, grifo nosso).

Além disso, as autoras coletaram entrevistas e, numa delas, o senhor Armino Verner depõe: “No início nós tivemos muita dificuldade com a saúde. Minha mãe ficou doente e para pagar foi nos tirado uma junta de boi. Nós ficamos sem nada”. Dessa forma, o medo de ficar doente estava impregnado nas famílias rurais (VERNER *apud* LIPSCH *et al*, 2006, p. 17).

Por isso, no município de Aratiba⁵², os agricultores começaram a se mobilizar para exigir esse direito através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), liderado por Ivar Pavan, como visto. E essa luta ganhou dimensão no ano de 1985, quando as normas do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) preconizavam que o atendimento médico-hospitalar deveria ser gratuito. E, no município de Aratiba, existiam três hospitais (dois na sede e um no distrito de Barra do Rio Azul) que praticavam cobranças médicas-hospitalares. Diante disso, a direção do STR levantou a bandeira e começou a debater a possibilidade de compra de um dos referidos hospitais, o Hospital Nossa Senhora da Saúde (LIPSCH *et al*, 2006, p. 19-20).

Para a realização desse debate de compra ou não do referido hospital, o STR organizou reuniões em todas as comunidades rurais do município de Aratiba e a discussão contagiou os agricultores. Esse processo teve a sua culminância numa grande assembleia, em 19/12/1985, quando aproximadamente dois mil agricultores se reuniram na sede de Aratiba e aprovaram a criação da Associação Comunitária Hospitalar de Aratiba (ACHA). Decidiram, então, comprar o referido hospital através da venda de cotas aos interessados (a maior parte agricultores), os quais integraram a referida Associação (LIPSCH *et al*, 2006, p. 21).

1993, pela Lei nº 8.689, quando entrou em vigor o Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988, que consagrou o direito universal ao atendimento de saúde à população brasileira.

⁵² O município de Aratiba e o STR de Aratiba, na época, representavam também o Distrito de Barra do Rio Azul, hoje município de Barra do Rio Azul.

Figura 15 - Registro da assembleia de aprovação de compra do hospital, em 1985, em Aratiba



Fonte: Acervo da Associação Comunitária Hospitalar de Aratiba apud MATTE, 2019, p. 23.

Efetuada a compra do hospital, vieram as dificuldades: falta de experiência em gestão, dificuldades financeiras, as críticas dos opositores (a própria gestão municipal na época não apoiou a referida compra), entre outras. Apesar disso, aos poucos, a ACHA tornou-se uma experiência em saúde pública que buscou unir o atendimento médico-hospitalar e a saúde comunitária, com diversos programas de promoção de saúde e prevenção de doenças.

Além disso, a partir de 1986, com base em experiências internacionais em saúde comunitária, como a desenvolvida por Cuba, a ACHA e o STR de Aratiba promoveram reuniões nas diversas comunidades rurais do município e criaram os Conselhos Comunitários de Saúde (um em cada comunidade). Com base nisso, passaram a exigir a participação de seus representantes no Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde (CIMS)⁵³, além de desenvolver ações de prevenção e promoção de saúde nas próprias comunidades rurais, através da formação de Agentes Comunitários de Saúde.

⁵³ No período entre 1985 e 1989, durante o governo Sarney, foram previstos repasses de recursos financeiros pela Previdência Social para a realização de Ações Integradas de Saúde (AIS), de forma descentralizada nos estados e municípios. Para a adesão e o recebimento desses recursos, uma das condições era a criação de comissões colegiadas de participação, cuja função era a de planejar, gerir e acompanhar as AIS. Assim, no estado do Rio Grande do Sul, foi criada a Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS) e nos municípios as Comissões Interinstitucionais Municipais de Saúde, as CIMS (DAVID, 2005, p. 40-41).

Figura 16 - Registro de formatura da primeira turma de agentes comunitários de saúde, em Aratiba (1987)



Fonte: Acervo da Associação Comunitária Hospitalar de Aratiba apud MATTÉ, 2019, p. 54.

Saliente-se que o Brasil vivenciava, como dito antes, um período de redemocratização e isso permitiu a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, em Brasília, a qual, pela primeira vez, contou com eventos preparatórios em todos os estados brasileiros e uma grande participação na própria Conferência: aproximadamente quatro mil pessoas. Esse encontro teve uma importância histórica, pois delineou as diretrizes que nortearam o primeiro passo na efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi o Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (SUDS), lançado pelo governo Sarney, em 1987, que previu: a universalidade, a equidade, a descentralização, a regionalização, a hierarquização e a participação comunitária. Note-se que esses princípios foram consagrados, mais adiante, em outubro de 1988, no texto final da Constituição Federal de 1988⁵⁴.

Dessa forma, em Aratiba, algumas lideranças dos agricultores começaram a definir as prioridades de investimento na área da saúde através da CIMS, passaram a administrar um hospital e, além disso, realizaram um trabalho consistente de formação e conscientização preventiva na área de saúde. Esse trabalho ganhou destaque regional e estadual e estimulou outras experiências entre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Oposições Sindicais na região

⁵⁴ **8ª Conferência Nacional de Saúde:** quando o SUS ganhou forma. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

da AMAU, como foram os casos de Jacutinga, Severiano de Almeida, Getúlio Vargas e Erechim (LIPSCH *et al*, 2006, p. 25-26).

3.2.6 Lutas e conquistas do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais nos anos 1980

A partir do conjunto de trabalhos realizados pelas pastorais sociais da Igreja Católica, do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais na região da AMAU, podemos dizer, sem nenhuma dúvida, que a década de 1980 foi um período extremamente positivo para a conquista de direitos sociais e de afirmação desses atores sociais no processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar nessa região. Entre as principais lutas e conquistas merecem destaque:

- a) *Aposentadoria dos Agricultores e Agricultoras*: os agricultores e agricultoras dessa região participaram ativamente das lutas rurais que ocorreram nesse período na região, em nível estadual e em nível nacional a fim de pressionar o Congresso Nacional a aprovar o direito à aposentadoria rural no valor de um salário mínimo nacional aos agricultores (60 anos de idade) e às agricultoras (55 anos de idade). Esse direito ficou consagrado na Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988.
- b) *Salário-Maternidade às mulheres trabalhadoras rurais*: essa luta também fez parte das mobilizações regionais, estaduais e nacionais realizadas nesse período. Esse direito também ficou garantido no texto final da Constituição Federal promulgada em outubro de 1988.
- c) *Saúde pública e gratuita*: essa pauta fez parte de todas as mobilizações realizadas pelos sindicatos e oposições sindicais tanto da CUT como da Fetag na região da AMAU em toda essa década. A conquista do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição Federal de 1988 foi um dos maiores direitos sociais conquistados pela população brasileira, contribuindo diretamente para a qualidade de vida da população urbana e rural na região da AMAU. Além disso, o desenvolvimento da experiência exitosa ocorrida no município de Aratiba impulsionou a organização dos agricultores e agricultoras em toda a região do Alto Uruguai por uma participação efetiva na gestão da saúde pública em cada município e na busca por saúde pública gratuita e de qualidade.
- d) *As conquistas dos atingidos pelas barragens no rio Uruguai*. Apesar de que a CRAB não tenha conseguido cancelar a realização das barragens de Itá e Machadinho, o

movimento obteve grandes conquistas no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Destaque-se que, através das grandes mobilizações realizadas, a CRAB estabeleceu, em 1987, um acordo inédito com o governo federal e a Eletrosul, no qual todos os agricultores atingidos teriam direito a assentamentos dignos na região sul do Brasil ou a indenizações compatíveis com a realidade desejada pelas famílias. Dessa forma, ocorreram assentamentos de boa qualidade como o de Mangueirinha (PR). Além disso, o projeto da Barragem de Machadinho foi totalmente remodelado e a área de inundação foi reduzida de 27 mil para 8 mil hectares, o que garantiu a permanência de milhares de agricultores no meio rural dessa região, como aconteceu com os residentes no território de Carlos Gomes, pois suas terras não foram mais inundadas. Outrossim, a CRAB, em 1991, ampliou a sua abrangência e tornou-se um movimento nacional – o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

- e) *A luta pela terra.* A região Alto Uruguai, pelas suas características, ou seja, por ser uma região com preponderância de pequenas e de médias propriedades rurais, não foi palco para o desenvolvimento de grandes acampamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) e de desapropriações para esse fim. Entretanto, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Oposições Sindicais ligadas à CUT nessa região tinham a pauta da reforma agrária como uma de suas principais lutas. Dessa forma, organizavam em vários municípios uma comissão que cadastrava agricultores, especialmente jovens ou famílias com pouca terra para participarem dos acampamentos que ocorriam em outras regiões no Rio Grande do Sul. O STR de Erval Grande, por exemplo, organizou e garantiu a participação de muitos agricultores daquele município nesses acampamentos. Segundo o padre Antônio Scheffel, de 400 a 600 famílias daquele município foram contempladas nos assentamentos organizados e conquistados na luta pela reforma agrária realizada pelo MST no estado (SHEFFEL apud ZANELLA, 2004, p. 218).
- f) *As conquistas das mulheres agricultoras.* Além da aposentadoria aos 55 anos e do salário-maternidade, direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, as mulheres agricultoras na região da AMAU tiveram muitas outras conquistas a comemorar no decorrer da década de 1980: as mulheres conquistaram o direito de existir, de ter seu nome reconhecido, sua identidade, seu título eleitoral, seu nome começou a ser colocado no talão de produtor rural, conquistaram vez e voz nos sindicatos e cooperativas, mais espaço nas igrejas, puderam abrir conta em banco. Ou seja, para as mulheres trabalhadoras rurais, a década de 1980 foi o período do reconhecimento e da conquista da cidadania. Além disso, as mulheres rurais começaram a participar dos partidos

políticos e algumas ainda deram um passo a mais, concorreram a mandatos eletivos para funções públicas em seus municípios.

- g) *A luta por melhores preços e políticas agrícolas.* Esta agenda fez parte das mobilizações regionais em todo esse período. Entre as principais reivindicações dessa época estavam: crédito rural, preços mínimos justos, devolução da correção monetária, moratória das dívidas, seguro agrícola. Entretanto, apesar das grandes mobilizações realizadas nesse período, como a que aconteceu em 31 de março de 1987, na qual mais de 10 mil agricultores e agricultoras protestaram em Erechim, essa pauta teve poucos avanços nesse período. Não foi, portanto, nessa década que os agricultores e agricultoras conquistaram políticas públicas consistentes de apoio aos agricultores familiares.

Figura 17 - Mobilização regional dos agricultores, em Erechim, em 1987



Fonte: Centro de Educação Popular (CEPO), Erechim, RS.

Sobre a falta de avanços nessa agenda, Favareto (2001, p. 370) fez um balanço de que, especialmente após 1985, o Estado brasileiro fez encolher e encarecer o crédito disponível à agricultura, além de diminuir os investimentos em pesquisa, assistência técnica e infraestrutura. Ou seja, na década de 1980, os agricultores e agricultoras não obtiveram êxito nessa agenda, apesar das fortes mobilizações realizadas.

Figura 18 - Lideranças sindicais rurais participando de manifestação em Erechim, na década de 1980



Fonte: CUT Alto Uruguai.

- h) *Os avanços organizativos.* Foi nessa época, enfim, que os agricultores e agricultoras dessa região alcançaram grandes avanços organizativos. Além de conquistarem e egerem novas diretorias sindicais através das oposições, os agricultores e agricultoras dessa região criaram novos movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e as lutas pela Saúde Pública e Gratuita. Além do apoio decisivo da Igreja Católica, o sindicalismo e os novos movimentos sociais rurais contavam com a assessoria do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) - Porto Alegre, RS - e do Centro de Educação Popular (CEPO), em Erechim, criado nessa época pelas lideranças sociais dessa região. Além da formação recebida via as pastorais sociais da Igreja Católica, as lideranças do sindicalismo e dos movimentos sociais criaram a Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU) para a realização de cursos de formação de novas lideranças sindicais e dos movimentos sociais. Auxiliaram, também, na criação da Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) que garantia cursos de formação mais complexos para os dirigentes sindicais e dos movimentos sociais na região sul do Brasil. Saliente-se, outrossim, a criação da Central Única dos Trabalhadores, regional do Alto Uruguai, em 1986. Os sindicatos e movimentos sociais avançaram também nas políticas de comunicação, especialmente com a compra de espaços nos programas de rádio nos diversos

municípios, como era o caso de Erechim e Aratiba. Assim, os sindicatos e os movimentos sociais rurais dispunham de programas de rádio regionais que se tornaram referência para os agricultores e agricultoras de base familiar dessa região.

- i) *A criação e o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores.* A partir dos avanços sociais e organizativos em toda a região do sindicalismo e dos movimentos sociais, a maior parte das novas lideranças filiaram-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e muitas delas disputaram eleições políticas para vereador, prefeito ou deputado, pois suas ideias continham afinidade com a proposta do novo sindicalismo defendido pela CUT e com as lutas dos movimentos sociais rurais. Dessa forma, a fim de exemplificar, em 1988, Paulo Farina, presidente do STR Erechim, foi eleito vereador pelo PT, nesse município. Ivar Pavan, presidente do STR de Aratiba, concorreu a prefeito de Aratiba e quase ganhou as eleições municipais. Nas décadas seguintes, algumas dessas lideranças elegeram-se vereadores, prefeitos e deputados: é o caso de Ivar Pavan (liderança do STR de Aratiba), que foi eleito deputado estadual por quatro vezes e, em 2009, foi presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; e também de Altemir Tortelli (liderança do STR de Jacutinga e da Fetraf/SUL/CUT), deputado estadual por duas vezes (2011-2018).

Além disso, no final da década de 1980, os novos movimentos sociais e o sindicalismo rural ligado à CUT dessa região apoiaram decididamente o candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, envolvendo-se diretamente em sua campanha eleitoral tanto no primeiro como no segundo turno. Com a vitória de Fernando Collor de Melo, tiveram que readequar a sua agenda de lutas e de organização para o próximo período.

Apesar da derrota do candidato Lula apoiado pelo sindicalismo ligado à CUT e pelos novos movimentos sociais rurais, podemos concluir que essa década foi um período de grandes avanços organizativos e de conquistas sociais obtidas pelos agricultores familiares dessa região. No Informativo Sindical, Marlene Pasquali, uma das lideranças do STR de Erechim e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais assim se pronunciou sobre a aprovação dos direitos sociais da aposentadoria, do salário-maternidade e da saúde na Constituição de 1988:

Há muito tempo as mulheres estavam se organizando, se mobilizando e pressionando para que seus direitos fossem garantidos em lei. Foi a participação na Caravana dos Rurais, à Brasília, em outubro do ano passado, a visita aos Ministérios, a pressão no Funrural, os abaixo-assinados, a organização das mulheres nas comunidades que garantiram a conquista deste direito. **Cada vez mais os trabalhadores têm certeza que, somente organizados, conseguirão vitórias** (PASQUALI apud Informativo Sindical, Erechim, jul./ago./set. 1988, p. 12, grifo nosso).

Além disso, não foram apenas as mulheres rurais ligadas ao sindicalismo da CUT que avaliaram positivamente essa década. A vereadora Carlinda Poletto Farina (PMDB), líder do Movimento da Mulher Camponesa também expressou opinião positiva sobre as conquistas das mulheres rurais, conforme registro no jornal A Voz da Serra:

A presidente da Comissão de Direitos da Mulher, Carlinda Poletto Farina, chama atenção para as mulheres que façam o seguinte: 1º). Ir, com o marido, no local onde obtém o Bloco do Produtor, a fim de incluir o nome da mulher como produtora, se isto ainda não foi feito. 2º) Pedir o Bloco do Produtor, que será provisório e que terá o nome do marido e da mulher. 3º). Aguardar para o ano que vem o novo Bloco, que será o definitivo, impresso por computador e já com o nome do casal. A líder do movimento, Carlinda Poletto Farina, está radiante pelos resultados do trabalho que organizou e que dirige, abrindo espaço para a mulher camponesa, na sociedade em que vivemos, onde **a mulher está sendo reconhecida**, pela contribuição econômica no processo de desenvolvimento da nossa região do Alto Uruguai (A Voz da Serra, Erechim, 23 ago. 1988, p. 13, grifo nosso).

A partir da citação acima, percebe-se que a vereadora Carlinda, além de orientar sobre quais procedimentos as mulheres rurais deveriam adotar para garantir a sua inclusão no talão de produtor rural, manifestava sua satisfação com os resultados alcançados pelas mulheres camponesas naquele período. Sobre esse conjunto de lutas, é importante descrever também o depoimento dado pela agricultora Sueli Fassículo, líder do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Barra do Rio Azul e Aratiba, eleita vereadora em Aratiba, em 1988:

Neste período, inicia-se uma grande mobilização, caminhada em busca dos direitos juntamente com lideranças de outros Municípios, Estado rumo aos Ministérios com várias audiências no Ministério da Saúde, Trabalho, Previdência e Bem-Estar Social, em Brasília. Em todos os cantos surgiam as mobilizações. **Conquistamos também espaços na Sociedade e na vida pública**, participando do processo das eleições, das Diretorias das Entidades, Sindicatos e Comunidades. Aqui em Aratiba, participamos da conquista do Hospital Comunitário e eu fui eleita a 1ª Vereadora de Aratiba pelo Partido dos Trabalhadores (FASSÍCULO apud LIPSCH et al, 2006, p. 52-53, grifo nosso).

Dessa forma, fica evidente o quanto a década de 1980 foi significativa para os agricultores e agricultoras dessa região, pois avançaram enormemente em seus direitos civis, sociais e políticos, ou seja, passaram a exercer a sua cidadania de direito e de fato. Entretanto, vários desses direitos precisavam ser regulamentados para entrarem em vigor efetivamente em suas vidas. Além disso, como dito, nesse período, os agricultores de base familiar tinham alcançado poucos avanços nas políticas públicas agrícolas. Por isso, o próximo período, a década de 1990 também foi caracterizada pela continuidade das mobilizações sociais a fim de garantir direitos e para buscar políticas agrícolas diferenciadas, como será tratado em sequência.

3.3 A efetivação dos direitos sociais escritos na Constituição de 1988 (1989-1994)

Na década de 1990, entre as ações que marcaram a atuação do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais na região da AMAU, esteve a luta pela regulamentação e pela implementação dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, três lutas podem ser destacadas: a implementação do direito à aposentadoria rural – os homens aos 60 anos e as mulheres aos 55 anos de idade; o direito ao salário-maternidade; e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação à aposentadoria rural, importa destacar que, apesar de ficar sacramentado esse direito na Constituição de 1988, passaram-se três anos entre a sua promulgação e a efetiva implementação. Dessa forma, foi somente através das Leis Ordinárias 8.212 (de custeio) e 8.213 (de benefícios), publicadas em 24 de julho de 1991, e de seus decretos regulamentadores, publicados em dezembro desse mesmo ano, que os agricultores e as agricultoras tiveram esse direito reconhecido. Mesmo assim, no início de 1992, a Fetag/RS, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e os Movimentos Sociais Rurais do Rio Grande do Sul, inclusive as lideranças dos agricultores e agricultoras rurais da região da AMAU, ainda realizavam fortes manifestações para garantir esse direito (BERWANGER, 2011, p. 81).

Além disso, é fato que o recebimento da aposentadoria rural beneficiou os agricultores homens, pois passaram a receber o valor correspondente a um salário mínimo nacional a partir dos 60 anos de idade. Até essa data, recebiam somente a partir dos 65 anos de idade e apenas meio salário mínimo nacional. Entretanto, foram as mulheres rurais as grandes beneficiadas. Até 1992, as trabalhadoras rurais tinham uma vida muito precária e sua cidadania pouco reconhecida: dupla jornada de trabalho (em casa e na roça); trabalho sem remuneração, pois quem cuidava das entradas e saídas de recursos da família era, geralmente, função do homem; quando ficavam idosas ou com problemas de saúde dependiam totalmente dos homens ou do cuidado de seus filhos, pois não recebiam nenhum benefício social. Outrossim, pelo fato de começarem a receber o benefício previdenciário da aposentadoria aos 55 anos, as mulheres rurais garantiram uma enorme ampliação não só da renda pessoal, mas de toda a família, bem como a entrada de recursos nos pequenos municípios em todo o Brasil (como é o caso da região da AMAU), contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento (HEREDIA, 2006, p. 12).

Outra conquista que marcou esse período para as mulheres trabalhadoras rurais e, conseqüentemente, beneficiou toda a família, foi o direito ao benefício previdenciário do salário maternidade. Esse direito, também sinalizado pela Constituição Federal de 1988, só foi

regulamentado em 1994, após muita mobilização do sindicalismo rural brasileiro e dos movimentos sociais, especialmente do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no Rio Grande do Sul e na região da AMAU. Entre 1994 e 2002, em todo o Brasil, 1.841.482 mulheres rurais foram beneficiadas com esse direito (HEREDIA, 2006, p. 28).

Figura 19 - Assembleia do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, início dos anos 1990



Fonte: Acervo pessoal de Marlene Pasquali Slongo.

Além dos benefícios previdenciários, a atuação do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais, em toda a década de 1990, teve como um dos pontos centrais de sua pauta a luta pela implementação do direito à saúde pública previsto na Constituição Federal de 1988, especialmente o disposto nos artigos 196 e 198:

Art. 196. **A saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - **participação da comunidade** (Constituição Federal de 1988, grifo nosso).

Entretanto, para que esse direito fosse efetivado, precisava ser regulamentado através de lei. Isso aconteceu, em 19 de setembro de 1990, através da Lei Federal nº 8080, a qual criou o Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o Conselho Nacional de Saúde, o SUS representou uma conquista da sociedade brasileira porque promove a justiça social ao garantir a universalidade do atendimento, pois no Brasil 80% da população depende exclusivamente do sistema para tratar da saúde (Conselho Nacional de Saúde)⁵⁵.

Além da importância desse direito social, destaque-se que, no artigo 198, o texto da Constituição Federal garantiu a participação comunitária na gestão do SUS. Assim, em 28 de dezembro de 1990, foi promulgada a Lei Federal nº 8.142 que, entre outros dispositivos, estabeleceu como se daria a participação da comunidade (usuários):

Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: I - a Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde. (...).

§ 4º **A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos** (Lei Federal nº 8.142, 1990, grifo nosso).

Dessa forma, através da mobilização da sociedade brasileira, foi garantida uma legislação extremamente avançada no Brasil, no que se refere à saúde pública. Entretanto, para que isso se tornasse realidade, aconteceram muitas mobilizações locais, estaduais e em nível nacional. E, mais uma vez, na região da AMAU, o sindicalismo rural e os movimentos sociais rurais elegeram essa luta como prioritária.

Sobre esse conjunto de lutas, é importante descrever o depoimento dado pela agricultora Sueli Fassículo, líder do MMTR, em Barra do Rio Azul e Aratiba:

Em 1989, a grande batalha foi por salário maternidade, que só foi regulamentado em 1994. Fizemos muitas caravanas até Brasília. Hoje todas as mulheres agricultoras são beneficiadas com os direitos que conquistamos na luta, na organização. **Em 1990, desenvolvemos a luta por saúde da mulher, pois não existiam serviços organizados.** Assim, elaboramos um programa de atenção às principais necessidades: exames preventivos de colo uterino e de mama, pré-natal e outros. Esta situação era discutida na CIMS e era implantado por pressão da comunidade. Desenvolvemos no Município a campanha incentivando a documentação, pois a grande maioria das mulheres não tinha documentos, como CPF, Identidade e outros. Enfim, nossa luta valeu e vale, pois as conquistas que tivemos são o resultado da nossa participação e temos certeza que crescemos e somos reconhecidos como pessoas que tem as mesmas oportunidades na busca e no exercício da cidadania (FASSÍCULO apud LIPSCH et al, 2006, p. 52-53, grifo nosso).

⁵⁵ Disponível em: < https://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/sus.html>. Acesso em 05 jul. 2021.

Além desse depoimento de Fassículo, a luta da em defesa da saúde pública na região da AMAU aconteceu na maior parte dos municípios através do trabalho realizado pelo sindicalismo e pelos movimentos sociais rurais, apresentando reivindicações e formando lideranças sindicais e comunitárias para atuarem nos Conselhos Municipais de Saúde ou como agentes comunitários de saúde nas comunidades rurais. E, em Aratiba, num trabalho coordenado pela Associação Comunitária Hospitalar de Aratiba (ACHA), pelo STR e pelo MMTR daquele município, desenvolveu-se uma das melhores experiências no processo de implantação do Sistema Único de Saúde com a participação ativa da população, como demonstra a Figura 20, em sequência.

Figura 20 - Seminário de Formação de Lideranças Comunitárias em Saúde realizado em Aratiba, em 1991



Fonte: Acervo da Associação Comunitária Hospitalar de Aratiba apud MATTÉ, 2019, p. 161.

Dessa forma, as mobilizações sociais dos agricultores e agricultoras para fazerem valer os direitos sociais da aposentadoria, do salário-maternidade e da saúde pública marcaram a década de 1990 e foram lutas fundamentais para consolidar direitos básicos para a população rural, contribuindo decisivamente para a ampliação de sua cidadania.

Além das lutas pela garantia dos direitos sociais, na década de 1990, num contexto de avanço do ideário neoliberal, o sindicalismo rural e os movimentos sociais rurais vivenciaram

transformações e um período de tensionamento e crise. Na primeira metade, apesar das diferenças existentes entre si, conseguiram atuar com certo grau de unidade tanto nas lutas pela efetivação dos direitos sociais como na organização dos Gritos da Terra Brasil, vindo a conquistar uma das mais importantes políticas públicas – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (o Pronaf). Na segunda metade, o sindicalismo rural cutista no sul do Brasil decidiu atuar de forma mais propositiva com o seu público prioritário – os agricultores familiares – o que provocou forte tensionamento entre os diversos atores sociais que atuavam na representação social e política no meio rural. Vamos tratar sobre isso nos tópicos em sequência.

3.4 O desenvolvimento do conceito de agricultura familiar e o surgimento do PRONAF num contexto neoliberal (1990-2002)

O período que vai de 1990 a 2002 correspondeu, em nível de país, aos governos de Fernando Collor (1990-1992), de Itamar Franco (1993-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Além disso, as derrotas eleitorais de Lula (1989, 1994 e 1998) à presidência da República e a queda dos regimes socialistas no leste europeu fortaleceram o ideário liberal capitalista no Brasil. Assim, foi uma fase marcada pela abertura da economia brasileira para o capital e para o mercado internacional, na qual se implementou um processo de reformulação do papel do Estado através de reformas constitucionais e de privatização de empresas estatais.

Saliente-se que, entre 1990 e 2021, houve uma alternância na presidência da República brasileira, tanto em relação às lideranças políticas quanto às visões de governo. Assim, esses diferentes governantes podem ser classificados dentro de dois referenciais globais de compreensão da sociedade e da economia – “neoliberalismo” e “neodesenvolvimentismo” – com reflexos diretos nas políticas públicas adotadas nesse período em relação à agricultura familiar brasileira. Entretanto, isso não pode ser colocado dentro de uma visão determinista e inflexível, pois outros fatores também influenciaram esse processo, como foi a realidade específica do Brasil, bem como o poder de mobilização e de organização dos atores sociais ligados ao setor (GRISA, 2018; CALDERÓN e CASTELLS, 2021).

Em linhas gerais, a proposta do referencial “neoliberal” defende uma redução do papel do Estado e atribui ao mercado um papel relevante na economia e na sociedade. Assim, o neoliberalismo pode ser definido como um modelo socioeconômico de crescimento e distribuição cuja condução acontece pela dinâmica do mercado com apoio do Estado, o qual intervém, quando necessário, para corrigir as falhas do primeiro nessa condução. Ao contrário

do referencial neoliberal, a proposta “neodesenvolvimentista” (também chamada de “social-desenvolvimentista” ou “desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado”) defende a retomada do papel do Estado na orientação do desenvolvimento, cabendo, entre outras, as seguintes tarefas: manter a estabilidade macroeconômica, promover ações de crescimento econômico no mercado interno e inserção do país no mercado internacional, criar políticas que estimulem a competitividade industrial, promover políticas de crédito para a produção e o consumo, promover o consumo de massa, através do incentivo ao emprego formalizado, a valorização do salário mínimo e a intensificação de programas de transferência e de geração de renda. Assim, no modelo neodesenvolvimentista, o Estado é o motor do crescimento socioeconômico e intervém ativamente nos processos do mercado e na criação de infraestrutura, embora sem estatizar a economia (GRISA, 2018, p. 9-14; BASTOS, 2012; CALDERÓN e CASTELLS, 2021, p. 23).

Com base nesses referenciais, o governo de Fernando Collor de Melo (PRN) classifica-se como “neoliberal”, pois assumiu o comando do país em 1990 e, imediatamente, promoveu a adesão aos postulados neoliberais do capitalismo, como foi o caso da abertura unilateral da economia brasileira e do início de um processo de privatização de empresas estatais, entre outras medidas. Note-se que, nesse período, houve a queda do socialismo no leste europeu - simbolizado pela derrubada do muro de Berlim, na Alemanha, em 1989 – e, conseqüentemente, um fortalecimento do sistema capitalista e do seu ideário neoliberal no mundo (PIKETTY, 2020, p. 507).

Além disso, no cenário brasileiro, o governo José Sarney (PMDB) entregou a faixa presidencial a Collor deixando uma herança caracterizada pela hiperinflação. Nesse contexto, o governo Collor foi marcado por uma inédita intervenção econômica, através de um plano de estabilização (o Plano Collor I) que, para conter a inflação, congelou salários e confiscou a poupança do povo brasileiro. Outrossim, fiel ao ideário neoliberal, em relação à agricultura brasileira, a política agrícola do governo Collor foi regida pelo mercado, inclusive no tocante ao financiamento da produção, com o objetivo de que os agricultores (pequenos, médios e grandes) modernizassem suas propriedades, tornando-as mais eficientes, produtivas e competitivas (BRUM, 2013, p. 411).

Nesse contexto, a própria Lei Federal nº 8.171, a Lei Agrícola, promulgada em 17/01/1991, apesar de reconhecer a diversidade dos agricultores brasileiros, garantiu essencialmente os interesses dos grandes produtores rurais. Assim, nesse período, o que pode ser registrado como positivo para o desenvolvimento da agricultura de base familiar foi o início da efetivação dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988, com destaque

para os direitos relativos à aposentadoria rural e ao Sistema Único de Saúde, que entraram em vigor entre 1991 e 1992, como visto no item anterior (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O fracasso na economia, a dificuldade de relação com o Congresso Nacional e as denúncias de corrupção provocaram forte mobilização social em todo o Brasil, especialmente de estudantes, os chamados “caras pintadas”, que levaram ao impeachment de Collor (setembro/1992, afastamento; dezembro/1992, impeachment). Assumiu, então, a presidência da República, Itamar Franco (PMDB).

O governo de Itamar Franco, que iniciou no final de 1992 e se estendeu até o final de 1994, foi um governo de transição. Apesar de dar continuidade ao receituário neoliberal, abandonou a política econômica recessiva realizada no governo Collor. Além disso, com a posse de Fernando Henrique Cardoso como ministro da economia (1993), teve início a implantação do Plano Real com o objetivo de estabilizar a moeda e recuperar a sua confiança. O Plano Real foi anunciado em dezembro de 1993 e teve três fases de implantação – ajuste fiscal, implantação da Unidade Real de Valor (URV) e implantação do Real em 1º de julho de 1994. Como foi um plano mais debatido com a sociedade e o Congresso Nacional, teve muito mais aceitação popular, especialmente entre as pessoas com menor poder aquisitivo (BRUM, 2013, p. 416-417).

Em relação à agricultura, a partir da estabilidade nos preços causada pelo Plano Real, os grandes produtores que exportavam produtos perderam, por causa do câmbio sobrevalorizado. Além disso, os agricultores (mini, médios e grandes produtores), especialmente os endividados, foram prejudicados, pois os seus produtos ficaram com preços estáveis, enquanto os custos de produção (máquinas, implementos, insumos e juros) aumentaram (BRUM, 2013, p. 418-419).

Além disso, até 1994, os agricultores de base familiar eram classificados como “mini-produtores” pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que os obrigava a disputar recursos com os grandes proprietários rurais e, conseqüentemente, estavam praticamente excluídos dos programas de crédito agrícola implantados pelo Estado brasileiro. Por isso, em 1994, para atender parte das reivindicações apresentadas pelas mobilizações nacionais dos agricultores através do Grito da Terra Brasil, organizadas pela Contag, CUT e Movimentos Sociais Rurais, o governo Itamar Franco (PMDB) criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), o qual é considerado o embrião da primeira e mais importante política pública criada no Brasil em relação à agricultura de base familiar - o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - criado em 1995-1996,

no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o qual está em vigor até hoje (SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2021, p. 14; PICOLOTTO, 2011).

Depois de mais de uma década de crise econômica, recessão, descontrole da inflação, perda do poder aquisitivo salarial, o Plano Real restabeleceu a confiança em grande parcela do povo brasileiro e garantiu sucesso eleitoral à candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o qual foi eleito e reeleito presidente da República e governou o Brasil por dois mandatos (1995-2002). Seu governo foi marcado, entre outras características: pela continuidade do processo de estabilização da moeda (Real) e da economia; por uma política de sobrevalorização cambial causando desequilíbrio na balança comercial; por um pequeno crescimento das exportações e aumento das importações; pelo estímulo à política de integração regional com os países da fronteira sul (Mercosul); pela implementação de várias reformas no Estado na perspectiva da abertura da economia brasileira ao mundo; e pela privatização de empresas estatais (BRUM, 2013).

Destaque-se que, para garantir a efetividade do Plano Real, a agricultura foi chamada também a dar a sua cota de sacrifício, a chamada “âncora verde”. Assim, os preços dos produtos agrícolas ficaram baixos no mercado interno com o fim de conter o custo da cesta básica de alimentos. Ao mesmo tempo, o câmbio sobrevalorizado mantinha rasos os preços dos produtos destinados à exportação. Isso provocou uma grave crise no setor. Diante disso, o governo tomou algumas medidas moderadas como a renegociação e o alongamento das dívidas agrícolas (BRUM, 2013, p. 468-469).

Foi nesse contexto que, entre 1995-1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – reconhecida como uma das principais políticas públicas voltadas à agricultura de base familiar no país -, atendendo a uma reivindicação histórica do sindicalismo rural brasileiro. Além disso, em 1999, o governo FHC criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para coordenar as políticas voltadas à Agricultura Familiar e à Reforma Agrária. Diante disso, uma pergunta se impõe: como explicar essas medidas adotadas pelo governo FHC, pois são contraditórias em relação ao ideário neoliberal, pois elas significaram uma importante política pública em apoio aos agricultores brasileiros? A explicação, então, tem como base alguns documentos da FAO/INCRA e do Banco Mundial (ambos de 1994), os quais destacavam que a agricultura familiar tinha uma importância ímpar nos países desenvolvidos e que, no Brasil, esse setor da agricultura vivenciava extremas dificuldades na sua reprodução social e no acesso às políticas públicas promovidas até então pelo Estado brasileiro. Assim, em diálogo com o ideário neoliberal, o

Estado deveria consertar uma falha da economia de mercado (PICOLOTTO, 2011; GRISA, 2018; SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2021).

Outrossim, nesse período de ascensão do neoliberalismo, a esfera do trabalho passou por intensas transformações tecnológicas advindas do processo de abertura e de globalização da economia que afetou todos os setores da economia, inclusive o meio rural. Nesse processo, as atividades agropecuárias foram se modernizando continuamente e o êxodo rural também se manteve, especialmente entre os jovens. Tudo isso causou repercussões profundas no sindicalismo e nas lutas dos movimentos sociais brasileiros, pois os colocou muitas vezes numa posição defensiva e de crise (SCHMITT, 1996, p. 220).

Além disso, devido a sua diversidade, tomaram decisões diferentes em suas estratégias e ações, o que provocou fortes tensionamentos entre si. Embora isso, o período foi marcado também por fortes ações e iniciativas tomadas pelo sindicalismo e pelos movimentos sociais rurais na luta pela manutenção e ampliação das conquistas sociais e por políticas públicas favoráveis aos agricultores de base familiar. Nesse processo, desenvolveu-se o conceito de “Agricultura Familiar” e da implementação das políticas públicas em favor dos agricultores familiares, simbolizadas na criação do Pronaf (1995-1996) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999. Nesse período, o termo “agricultura familiar” ganhou espaço nos meios acadêmicos e políticos do Brasil e uma nova categoria social surgiu e passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro: a categoria dos “agricultores familiares” (GRISA e SCHNEIDER, 2015; PICOLOTTO, 2015; BIANCHINI e BAZOTTI, 2020).

Destaque-se que o reconhecimento político e social da categoria agricultura familiar foi fruto de três contribuições importantes que se complementaram: 1) os estudos acadêmicos que impulsionaram uma nova forma de olhar para os segmentos subalternos da agricultura brasileira; 2) as reflexões e deliberações tomadas pelo sindicalismo rural cutista no sul do Brasil na primeira metade da década de 1990 em adotar o conceito de agricultura familiar (essa posição foi reforçada no final da década com a decisão de criar a Fetraf/Sul/CUT, cuja finalidade principal foi a de trabalhar especificamente com a categoria profissional dos agricultores familiares); a filiação da Contag à CUT em 1995 e, conseqüentemente, o conceito de agricultura familiar foi adotado em nível nacional pelo sindicalismo rural; 3) os estudos e elaborações realizados através do convênio entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que contribuiu para que o governo brasileiro adotasse uma nova visão sobre o papel da agricultura de base familiar no desenvolvimento da agricultura brasileira. Dessa forma, a partir dessas três contribuições (as deliberações do sindicalismo rural, os estudos acadêmicos e as elaborações

do convênio do Brasil/FAO), nasceu uma das mais importantes políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro – o Pronaf - em 1995-1996 (PICOLOTTO, 2015).

Entre os trabalhos acadêmicos que impulsionaram uma nova forma de olhar para os segmentos subalternos da agricultura brasileira nesse período, merecem destaque:

- a) José Eli da Veiga, através do trabalho *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*, cuja primeira edição ocorreu em 1991, procurou demonstrar que o desenvolvimento da agricultura nos países do capitalismo avançado, no decorrer do século XX, teve como base uma política agrícola de apoio aos agricultores: “A necessidade de obter comida farta e barata levou os governos dos países centrais a incitar a expansão da produção agrícola através de um ritmo de progresso tecnológico sem precedentes”. Além disso, as políticas agrícolas procuraram enfrentar os momentos de incerteza e instabilidade, procurando compatibilizar a necessidade de preços acessíveis aos alimentos ofertados aos consumidores com a garantia de um aceitável nível de vida aos agricultores. E, nesse processo, “foi a forma familiar de produção agrícola que teve seu desenvolvimento apoiado em todos os países capitalistas centrais, e em alguns países periféricos que tiveram sucesso econômico” (VEIGA, 2012, p. 209-211).
- b) Ricardo Abramovay, por meio do trabalho *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (1992), fez uma análise do desenvolvimento da agricultura também dos países avançados do capitalismo e escreveu:

O peso da agricultura familiar faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e na qual a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 2012, p. 219, grifo nosso).

Além disso, o autor constata o papel do Estado em relação à agricultura é de garantir, ao mesmo tempo, uma renda básica aos agricultores e o controle sobre os preços dos alimentos:

Com efeito, a partir da crise de 1929 o Estado capitalista moderno montou um imenso aparato intervencionista, sem o qual a estrutura agrícola concorrencial levaria o setor fatalmente à bancarrota e impediria que, de maneira minimamente estável, ele cumprisse as funções estratégicas que desempenhou desde então. É claro que isso só é possível se for garantida uma renda suficiente para cobrir as despesas de exploração e de manutenção da família do agricultor. Assim, **a política agrícola contemporânea compõe-se de um compromisso entre a manutenção de um piso mínimo para a renda agrícola e, ao mesmo tempo, de controle sobre os preços alimentares** (ABRAMOVAY, 2012, p. 237, grifo nosso).

Além disso, no pós-fácio à terceira edição de seu estudo, o autor escreveu que “Mais que uma categoria social ou uma realidade econômica, a agricultura familiar é um valor”, sobretudo pela formação histórica brasileira marcada pela escravidão, na qual a propriedade e o trabalho estavam radicalmente separados (ABRAMOVAY, 2012, p. 273).

- c) Hughes Lamarche - coordenador do estudo *A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme* (1993, v. 1) - definiu a “exploração familiar” como uma “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Ou seja, há interdependência entre esses três fatores. Apesar disso, o autor identifica que a formação social dentro da produção familiar é heterogênea, pois os grupos sociais se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e de desenvolvê-los. Dessa forma, em um mesmo lugar, podem existir diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção como o grau de mecanização, o nível técnico ou a capacidade financeira. Assim, “as explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo”. Além disso, o autor destaca que a exploração familiar está presente em toda a parte do mundo porque, apesar das “numerosas tormentas econômicas e políticas que teve que enfrentar”, ela tem uma “excepcional capacidade de adaptação” às exigências impostas por situações novas como as instabilidades climáticas, a coletivização das terras e a mutação sociocultural determinada pela economia de mercado (LAMARCHE, 1993, p. 15-21).
- d) Maria de Nazareth Baudel Wanderley, através do trabalho *Raízes históricas do campesinato Brasileiro* (1996), reconhece as mudanças que ocorreram na agricultura contemporânea, a qual assume a racionalidade moderna, simbolizada na profissionalização do agricultor e na sua integração plena à sociedade nacional. A

autora, destaca, por outro lado, que isso não significa uma total ruptura, pois, os agricultores familiares modernos, de certa forma, “enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo”. Além disso, para ela, velhos problemas como o do acesso à terra continuam a existir e nunca foram resolvidos na história brasileira e, assim, em muitos casos, os agricultores contam apenas com as suas próprias forças (WANDERLEY, 2001, p. 35,52).

Dessa forma, esse conjunto de estudos acadêmicos contribuíram decisivamente na construção da noção de “Agricultura Familiar”, estabelecendo um reconhecimento positivo ao setor no seu papel de produção de alimentos ao país. Como dito, esse debate também acontecia no movimento sindical rural, especialmente nos setores cutistas do sul do Brasil (incluídos os dirigentes sindicais da região da AMAU) no início da década de 1990.

Note-se que, ainda entre 1989-1990, o movimento sindical rural apresentou projetos de política agrícola diferenciada para os “pequenos agricultores”: a Contag elaborou o documento “Proposta do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais para as Leis Agrária e Agrícola” em 1989 e o DNTR/CUT o documento “Proposta para um Projeto de Lei Agrícola” em 1990 (PICOLOTTO, 2015), após a realização de vários debates regionais, como ilustra a Figura 21, a seguir.

Figura 21 - Simpósio regional com o tema “Lei Agrícola”, organizado pela CUT Alto Uruguai, Erechim, RS, em 02 de outubro de 1989



Fonte: Acervo da CUT Alto Uruguai.

Dessa forma, apesar de estar em um contexto de fortalecimento do ideário neoliberal (governo Collor) e da forte representação dos médios e grandes produtores rurais (unidos em torno da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira naquele período), o sindicalismo rural brasileiro ligado à CUT e a Contag garantiu que houvesse, no texto da Lei Federal nº 8.171, de 17/01/1991, uma diferenciação aos pequenos produtores na política agrícola brasileira, como ficou explicitado nos objetivos estabelecidos no art. 3º:

IX - possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira; X - prestar apoio institucional ao produtor rural, **com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família**; XI - estimular o processo de agroindustrialização junto às respectivas áreas de produção; (Lei Federal 8.171, de 17/01/1991).

A partir disso, as lutas do sindicalismo rural brasileiro fortaleceram-se no sentido de garantir a efetividade prática desse texto nas políticas públicas em favor dos agricultores. Além disso, nesse contexto neoliberal, mas democrático, as lideranças do sindicalismo rural brasileiro realizavam intercâmbios internacionais e tomaram conhecimento de que, na maior parte da Europa, por exemplo, a agricultura familiar era fomentada por políticas públicas. Isso embasou duas perspectivas ao sindicalismo rural brasileiro, especialmente nos setores cutistas na região sul do Brasil: de um lado, fortaleceu-se a reivindicação da necessidade de políticas públicas diferenciada para os pequenos agricultores e, de outro, começaram a adotar uma postura propositiva perante o Estado (ressalte-se que o Brasil já vivenciava o contexto do governo Itamar Franco, pois o governo Collor havia sido afastado por processo de *impeachment*, no final de 1992). E, nisso, então, o sindicalismo rural cutista do sul do Brasil decidiu adotar uma postura propositiva na busca do fortalecimento da agricultura de base familiar, visando superar a atitude defensiva de que os pequenos produtores rurais estariam fadados a serem excluídos progressivamente do processo produtivo (PICOLOTTO, 2015).

Em entrevista ao autor, Altemir Tortelli (2021)⁵⁶ afirmou que a adoção do conceito de “Agricultor Familiar” levou em conta alguns fatores como:

- nos eventos em que ocorriam trocas de experiências internacionais, os sindicalistas brasileiros eram questionados sobre a realidade vivenciada pelos agricultores de base familiar e sobre o conceito de “Trabalhador Rural” utilizado no Brasil.

⁵⁶ Altemir Antônio Tortelli foi entrevistado pelo autor em 05 de janeiro de 2021. Tortelli foi líder da oposição sindical ao STR de Jacutinga e dirigente sindical rural da CUT Alto Uruguai, na década de 1980; dirigente sindical da CUT Nacional na década de 1990; presidente da Fetraf/Sul/CUT, no início dos anos 2000; e deputado estadual pelo PT entre 2011-2018, no Rio Grande do Sul.

- nos encontros e debates realizados entre as lideranças do sindicalismo rural cutista e dos movimentos sociais rurais nos três estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), no início da década de 1990, construiu-se um entendimento de que o conceito de “Trabalhador Rural” era muito amplo, pois representava tudo - os assalariados rurais, os meeiros, os boias-frias, os agricultores de base familiar, os agricultores sem terras, entre outros;
- além disso, as classificações que eram realizadas pelo IBGE – pequeno, médio e grande produtor - não contemplavam a realidade vivenciada pelos agricultores de base familiar;
- e, finalmente, desse debate, fortaleceu-se a visão de que a conceito “agricultor familiar” representava melhor o que de fato eram os agricultores de base familiar, especialmente no sul do Brasil: “éramos agricultores que não exploravam mão de obra, que produziam a sua riqueza com a força de trabalho da própria família, que produziam, ao mesmo tempo, alimentos para a sua subsistência e também excedentes a serem comercializados, portanto éramos agricultores que produziam riqueza e desenvolvimento.

Dessa forma, como escreveu Picoloto (2015), o sindicalismo rural cutista do sul do Brasil, ao abraçar o conceito de “agricultor familiar”, aproximou-se da concepção de classe social desenvolvida por Thompson (2018, p. 9-12), para quem “classe é relação histórica”; “a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais”; “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é sua única definição”. Em complemento a isso, registre-se que Thompson utilizou a expressão “Fazer-se”, porque definiu em seu estudo que a trajetória da classe operária inglesa foi um “processo ativo” devido à “ação humana” e aos seus “condicionamentos”. Assim, “a classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.

Nesse fazer-se, portanto, o sindicalismo rural do sul do Brasil, no qual as lideranças da região da AMAU participavam, passou de uma postura *reivindicatória* adotada na década de 1980 (marcada por organização, mobilização e reivindicação) para uma postura *propositiva*, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (organização, reivindicação, mobilização e apresentação de propostas). Além disso, passou a desenvolver experiências concretas no processo produtivo e da comercialização, por meio de criação de agroindústrias e do associativismo, como será visto logo adiante.

E, nesse processo do “fazer-se”, construiu primeiramente uma aproximação com a Contag e organizaram conjuntamente várias mobilizações com caráter nacional que foram os “Gritos da Terra Brasil”. Assim, em 1994, ocorreu a primeira edição do “Grito da Terra Brasil”,

organizado nacionalmente pelas seguintes entidades, entre outras: Contag, CUT, MST, MAB e MMTR. A pauta era ampla: reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde, segurança no trabalho, política energética e meio ambiente. Nesse conjunto de reivindicações, estava a luta por crédito especial para investimento ou crédito subsidiado. Atribui-se a essa mobilização nacional, a conquista do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), considerado por muitos como o embrião para a criação do Pronaf, no ano seguinte (PICOLOTTO, 2011, p. 177).

Além disso, em 1995, no VI Congresso Nacional da Contag, foi aprovada a filiação da entidade à CUT. Essa decisão fez com que a Contag adotasse nacionalmente o conceito de “Agricultura Familiar” como central, pois a luta pela terra nesse período estava hegemônica pelo MST. Outrossim, a aproximação da Contag com a CUT fez com que a entidade aderisse a uma postura mais propositiva frente aos governos e assumiu também um discurso favorável à construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento centrado na Agricultura Familiar, o qual deveria ser um contraponto ao projeto hegemônico de modernização capitalista da agricultura. Foi nesse contexto, que aconteceu a segunda edição do Grito da Terra Brasil, ainda unificado entre o sindicalismo e os movimentos sociais rurais. Nesse cenário, o governo de Fernando Henrique Cardoso optou em dialogar mais com a Contag e propôs, através da Resolução nº 2.191, de 24/08/1995 do Banco Central, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com uma linha de crédito especial (com juros de 12% ao ano) destinada para custeio e investimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares (PICOLOTTO, 2011, p. 180).

Como desdobramento desse contexto observado em 1995, no qual o sindicalismo rural optou por uma postura mais propositiva, o III Grito da Terra Brasil, em 1996, foi realizado somente pelo sindicalismo rural brasileiro, pois alguns movimentos sociais rurais discordaram dessa postura (trataremos sobre isso logo adiante). Dessa forma, a pauta central passou a ser o aperfeiçoamento do Pronaf, reforçada pelos dados trazidos pelo documento pela FAO/Incrá (1994). Esse estudo concluiu que 75% dos estabelecimentos rurais no Brasil tinham características de produção familiar, mas que, apesar disso, captavam apenas 11% do valor total dos recursos financiados formalmente. Assim, indicou que a agricultura familiar brasileira necessitava de uma política de crédito especial, como estava sendo reivindicada por suas entidades representativas (FAO, 2005, p. 9)⁵⁷.

⁵⁷ Além disso, o estudo FAO/Incrá propôs uma divisão da agricultura familiar em três modalidades: 1) *Agricultura familiar consolidada (estrato A)*: formada na época por aproximadamente 1,5 milhão de estabelecimentos integrados ao mercado, com acesso às inovações tecnológicas e às políticas públicas, funcionando como empresas

As mobilizações do III Grito da Terra Brasil deram resultado, pois o governo federal, através do Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de junho de 1996, transformava o Pronaf em programa oficial destinado ao fortalecimento da agricultura familiar brasileira. Assim, a criação do Pronaf (1995-1996) marcou o processo de reconhecimento oficial da categoria dos “Agricultores Familiares” no Brasil. Além disso, como dito, a adoção do conceito de “Agricultura Familiar”, fruto da confluência de três vertentes (de estudos acadêmicos, das discussões e deliberações do sindicalismo rural e do convênio FAO/Incra), acabou sendo reconhecido oficialmente pelo governo federal, a partir da criação do Pronaf.

Figura 22 - Agricultores da região Alto Uruguai participando das mobilizações do Grito da Terra Brasil, na década de 1990, em Porto Alegre, RS



Fonte: Acervo da CUT Alto Uruguai, Erechim, RS.

Dessa forma, as valorações negativas atribuídas até então para a “agricultura de base familiar” – atrasada, ineficiente, inadequada, pequena – passou a ser associada a adjetivos positivos - moderna, eficiente, sustentável, solidária, geradora de emprego/renda e produtora de alimentos. E isso foi fundamental para que fossem construídas políticas públicas nacionais

rurais; 2) *Agricultura familiar de transição (estrato B)*: constituída por aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos com acesso parcial tanto à inovação tecnológica quanto ao mercado, sem acesso à maioria das políticas e dos programas públicos e, embora não estruturados como empresas, possuíam viabilidade econômica; 3) e *Agricultura familiar periférica (estrato C)*: formada por, aproximadamente, 2,5 milhões de estabelecimentos sem infraestrutura e inviáveis economicamente; assim, para a sua integração produtiva necessitavam de políticas de reforma agrária, de crédito, de pesquisa e de assistência técnica (FAO, 2005, p. 10-11).

voltadas a esse setor da agricultura brasileira, além de tornar essa categoria profissional (e suas organizações sindicais ou associativas) um personagem político importante no cenário nacional. A partir disso, o sindicalismo rural brasileiro consolidou uma postura propositiva frente aos governos e a sociedade, além de inserir-se progressivamente nos conselhos e demais espaços de gestão de políticas públicas nos diversos níveis de governo. Conseqüentemente, diminuiu o seu ímpeto reivindicativo e mobilizador que tinha na década de 1980, especialmente o sindicalismo rural cutista (PICOLOTO, 2015).

Por outro lado, as novas orientações adotadas pelo sindicalismo provocaram tensionamento e discordâncias em movimentos sociais rurais que atuavam conjuntamente até então. Alguns setores da CUT discordantes deram origem ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em 1996. Da mesma forma, o MST organizou a seção brasileira da Via Campesina, em 1999, a qual contou também com a participação do MAB, da CPT e das Mulheres Camponesas (PICOLOTTO, 2015).

Em nível nacional, entre 1997 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o sindicalismo rural e também os movimentos sociais do campo, apesar de lutarem em arenas separadas, continuaram a apresentar suas pautas anualmente e promoveram mobilizações a fim de ampliar as políticas públicas voltadas ao meio rural. Entre elas, estava o aperfeiçoamento constante do Pronaf, pois nos primeiros anos havia muitas dificuldades de acesso ao crédito rural, como era o caso da burocracia, dos juros altos e da heterogeneidade das famílias rurais.

Em 1999, duas medidas tiveram destaque. A primeira foi a Resolução do Banco Central nº 2629, em 10 de agosto, que estabeleceu a estratificação dos agricultores para o acesso ao Pronaf em quatro grupos: o grupo “A”, composto pelos agricultores assentados pelos programas de reforma agrária e pelos beneficiários do crédito fundiário; o grupo “B”, constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da linha de pobreza; o grupo “C”, formado por agricultores em transição com baixo nível de capitalização; e o grupo “D”, compreendido pelos agricultores familiares mais capitalizados. E o segundo fato importante foi a criação do Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, instituído pela Medida Provisória nº 1911-12, de 25 de novembro de 1999, o qual passou a ter a função de coordenar de um lado as políticas de reforma agrária e de outro as políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Mais tarde, no governo Lula, esse ministério passou a se denominar Ministério de Desenvolvimento Agrário, o MDA (BIANCHINI, 2015, p. 32-33).

Além disso, do ponto de vista organizativo, a partir do final da década de 1990, o sindicalismo rural cutista do sul do Brasil, descontente com inflexibilidade da Contag em aceitar

mudanças na estrutura sindical oficial (como o de não permitir a criação de sindicatos regionais em substituição aos STRs municipais) e disposto em fortalecer um movimento de afirmação da agricultura familiar nessa região, decidiu criar a Fetraf/Sul/CUT, cujo ato aconteceu em março de 2001. Vamos conhecer esse processo em sequência.

3.5 A criação da Fetraf/Sul/CUT e do Sutraf Alto Uruguai

Ainda na década de 1980, tendo em vista as características semelhantes existentes no processo de ocupação histórica do território e do desenvolvimento da agricultura de base familiar nos três estados do sul do Brasil, constituiu-se a Articulação Sindical Sul, a qual organizava ações conjuntas do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais do norte do Rio Grande do Sul (especialmente do Alto Uruguai e das Missões), do oeste de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná. Essa organização foi responsável pela criação da Escola Sindical Margarida Alves (uma escola itinerante de formação sindical para dirigentes) e do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), com sede em Curitiba (PR). Além disso, desde a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), formou-se dentro dela um setor rural em âmbito nacional e nos estados, o qual se chamava Secretaria Rural. A partir de 1988, foi transformada em Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT), com seus respectivos Departamentos Estaduais (SILVA; REICH, 2002, p. 12-15; PICOLOTTO, 2011, p. 142).

No contexto dos anos 1990, criou-se o Fórum Sul dos Departamentos Rurais da CUT (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Além disso, juntamente foi constituída a Frente Sul da Agricultura Familiar, que reunia entidades sindicais, cooperativas e ONGs ligadas ao sindicalismo e aos movimentos sociais rurais. Dessa forma, foi se constituindo uma cultura de debate, de planejamento, e de ações sindicais articuladas em todo o sul do Brasil. Foi nesse contexto que se deu a discussão e a adoção do conceito de “Agricultura Familiar” (como visto no tópico anterior), além de uma atuação articulada do sindicalismo cutista nos três estados do sul do Brasil junto à Contag (SILVA; REICH, 2002, p. 12-15; PICOLOTTO, 2011).

Apesar da filiação da Contag à CUT e da adoção do conceito de “Agricultura Familiar”, os sindicalistas rurais cutistas da região da AMAU e do sul do Brasil compreendiam que a estrutura sindical oficial (STRs municipais, Federações Estaduais e Confederação Nacional) era insuficiente para construir ações sindicais mais articuladas e propositivas para o desenvolvimento da agricultura de base familiar na região sul do Brasil, pois as realidades eram

muito heterogêneas. Dois argumentos apareceram com ênfase para a prioridade do sindicalismo rural cutista ao público ligado à agricultura familiar:

A necessidade de dar mais visibilidade e tratar afirmativamente a diversidade de segmentos que compõem o rural, numa crítica à generalidade da categoria “trabalhador rural”; a busca por um conteúdo mais propositivo, discutindo e propondo um projeto, e não medidas pontuais (FAVARETO; BITTENCOURT, 2001, p. 382).

Nesse processo, grande parte dos dirigentes sindicais rurais cutistas da região sul do Brasil defenderam mudanças na estrutura sindical e propuseram que a Contag aceitasse a filiação da Fetraesc (uma federação criada pelo sindicalismo rural cutista de Santa Catarina) e permitisse a criação de sindicatos regionais em substituição aos sindicatos de base municipal.

Nesse período, foram realizados Encontros da Agricultura Familiar da Região Sul: Chapecó, SC (1997); Erechim, RS (1998); Francisco Beltrão, PR (1999), além de Esteio, RS (1999), por ocasião da Expointer⁵⁸. Concomitantemente, ocorriam Encontros da Juventude Rural nesse período. Nesses eventos, ganhou força a ideia de que era necessária uma nova estrutura sindical que teria como principal desafio a representação da agricultura familiar na região sul do país (SILVA; REICH, 2002, p. 15).

Desse modo, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, diante da inflexibilidade da Contag em aceitar mudanças na estrutura sindical oficial e com o objetivo de fortalecer um movimento de afirmação da agricultura familiar nessa região, tratando melhor a diversidade do rural brasileiro, a maior parte dos sindicalistas rurais cutistas (entre eles, os pertencentes à região da AMAU) decidiram criar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (Fetraf/Sul/CUT), em março de 2001, em Chapecó/SC, cujo lema do Congresso foi *Consolidando a organização, fortalecendo a agricultura familiar e alimentando o Brasil* (SILVA; REICH, 2002, p. 15).

Assim, entre os grandes objetivos da Fetraf-Sul/CUT, estava o de fortalecer o processo organizativo e formativo dos agricultores e agricultoras familiares para enfrentar um conjunto de problemas que dificultavam o desenvolvimento da agricultura de base familiar, sistematizados por Silva e Reich (2002):

- o processo constante de modernização da agricultura (novos métodos produtivos, aprimoramento genético e tecnológico, a seleção e a exclusão dos agricultores

⁵⁸ A Expointer é uma feira agropecuária de âmbito nacional e internacional, realizada anualmente no Rio Grande do Sul, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio. No governo de Olívio Dutra (1999-2002), a Expointer, pela primeira vez, abriu as portas para a realização de uma Feira da Agricultura Familiar.

familiares nas cadeias agroindustriais da produção de suínos, de frangos, do leite, entre outras);

- o modelo de desenvolvimento da agricultura sustentado pelo processo de uso intensivo dos recursos naturais, através de técnicas predatórias e de uso de agrotóxicos, afetando todos os ecossistemas da região;
- apesar da criação do Pronaf (a partir de 1995), grande parte dos agricultores familiares não tinham acesso aos financiamentos agropecuários (juros muito altos), aos serviços de assistência técnica e de pesquisa, à elevação da escolaridade e de formação profissional, de seguro agrícola;
- a estrutura sindical existente, a começar pelos sindicatos de base municipal, continuava burocrática e assistencialista e não dava conta dos desafios colocados para os agricultores familiares naquele contexto.

Figura 23 - V Congresso da Fetraf/Sul/CUT, março de 2001, Chapecó, SC



Fonte: Arquivo Fetraf-Sul/CUT apud PIRIN, 2006, p. 163-164.

E, conforme esses autores, para enfrentar esses problemas, a Fetraf/Sul/CUT aprovou várias estratégias. Entre elas, estavam:

- atuação no âmbito econômico e na política de organização da produção, com base em pressupostos como a solidariedade, a cooperação, a integralidade do ser humano e, tudo isso, conjugado num projeto de desenvolvimento sustentável (social, ambiental e tecnológico). Nesse sentido, então, era fundamental a elaboração e a implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) na região sul, em parceria com as demais entidades que na época faziam parte da Frente Sul da Agricultura Familiar (cooperativas, associações e ONGs).

- Atuação pela aprovação e implementação de novas políticas públicas em benefício da agricultura familiar: ampliação da assistência técnica e da pesquisa, voltadas principalmente para a produção orgânica e agroecológica; apoio à comercialização dos produtos agropecuários com garantia de preços mínimos; aperfeiçoamento do Pronaf com ampliação das linhas de crédito e juros menores; criação de programas de apoio e incentivo à criação de agroindústrias familiares; implementação de uma política de seguro-agrícola; a construção de um novo projeto educacional para o meio rural.
- Ampliação do processo organizativo da juventude e das mulheres rurais, debatendo e propondo políticas públicas que contemplassem as questões de gênero e de geração.
- Inovação na organização sindical, através da criação de sindicatos regionais da agricultura familiar, com respeito à autonomia e às diversas realidades locais.
- Melhoria no processo de comunicação, trabalhando com questões que valorizassem as características positivas da agricultura familiar na região.

A partir da fundação da Fetraf/Sul/CUT (que contou com a presença de várias autoridades e lideranças estaduais e nacionais, como foi o caso de Lula) e desse conjunto de deliberações (entre outras), os dirigentes sindicais presentes nesse Congresso regressaram para suas regiões determinados a colocar em prática as medidas aprovadas.

Nessa nova dinâmica do sindicalismo rural cutista do sul do Brasil, uma das medidas implementadas pela Fetraf/Sul/CUT foi a de construir uma identidade forte que a diferenciasse dos setores empresariais do agronegócio, mais interessados na produção de *commodities* para a exportação do que produzir alimentos saudáveis para serem colocados na mesa do povo brasileiro. Assim, nasceu um importante lema: “Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação”. Sobre isso, Picolotto escreveu:

Procurando se apropriar desta ideia-força, a FETRAF elaborou um lema que sintetiza muito bem esta ideia: *Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação*. Essa ideia de que seriam as mãos dos agricultores familiares que produzem os alimentos para a Nação, para o povo brasileiro, além de procurar evidenciar a sua importância econômica, carrega forte simbolismo uma vez que esse formato de agricultura é caracterizado pelo uso expressivo do trabalho manual nas atividades produtivas. Portanto, seria um trabalho artesanal, feito com todo cuidado, para ir à mesa das pessoas (PICOLOTTO, 2011, p. 262).

Outra experiência interessante desenvolvida pelo sindicalismo rural cutista do sul do Brasil, nesse período, foi o Projeto Terra Solidária⁵⁹, ocorrido entre 1999 e 2002, o qual

⁵⁹ O Projeto Terra Solidária foi um programa de educação para o meio rural desenvolvido no sul do Brasil (RS, SC e PR) pela Escola Sindical Sul da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e financiado pelo Fundo de Amparo

contribuiu decisivamente para firmar o sindicalismo da Fetraf/Sul/CUT, pois seus objetivos possuíam afinidade: ambos defendiam a consolidação da agricultura familiar como estratégia para o desenvolvimento sustentável e solidário na região sul do Brasil. Conforme a Fetraf/Sul/CUT, o projeto deveria estimular o “Desenvolvimento Sustentável e Solidário”, com base na consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, além da geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos (Fetraf-Sul/CUT apud ZUANAZZI, 2018, p. 66).

Note-se que, através desse projeto, 2500 agricultores e agricultoras familiares concluíram o Ensino Fundamental, além de receberem formação profissional e cidadã (BEDUSCHI, 2003, p. 76, 86). Saliente-se, ainda, que no dia da fundação da Fetraf/Sul/CUT, em 2001, foram entregues 1600 certificações em Ensino Fundamental e 100 certificações em Agentes de Desenvolvimento (ZUANAZZI, 2018, p. 69).

Figura 24 - Logo do Projeto Terra Solidária



Fonte: Fetraf/Sul/CUT.

Além do Projeto Terra Solidária, a Fetraf/Sul/CUT construiu uma relação fortíssima com Lula (PT), a principal liderança de oposição, na época, no país. Assim, ele esteve presente no Congresso de fundação da entidade (março/2001) e já, em julho de 2001, participou da “Caravana da Agricultura Familiar”, organizada pela Fetraf e pelas demais entidades integrantes do Fórum Sul da Agricultura Familiar, com duração de uma semana, visitando dezenas de municípios nos três estados sulinos, com o objetivo de conhecer e debater a realidade

ao Trabalhador (FAT), através de convênio firmado entre a CUT e o Ministério do Trabalho. (MTB/Sefor/Codefat – CUT 011/97). Tratou-se de um programa de educação que articulou a escolarização em nível de Ensino Fundamental, a capacitação profissional e a formação para a cidadania do público atendido (BEDUSCHI, 2003, p. 65).

vivenciada pelos agricultores familiares e seus problemas, bem como dialogar sobre as alternativas que os produtores estavam desenvolvendo para permanecer nas atividades agropecuárias.

Dessa forma, a partir do roteiro estabelecido pela Fetraf/Sul/CUT, a Caravana esteve também na região da AMAU, visitando os municípios de Erechim e Campinas do Sul. Em Campinas do Sul, conheceu uma experiência desenvolvida por uma família rural que produzia leite orgânico, dentro do objetivo de demonstrar que era possível construir experiências alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar, o que fez Lula afirmar: “as melhores experiências estão dentro do Brasil, não precisam vir de fora”. Já, em Erechim, as lideranças da caravana reuniram-se com dirigentes das cooperativas de agricultores familiares produtores de leite e com a direção da Cerral, na área de eletrificação rural.

A partir do relato e da apresentação dessas experiências associativas, Lula comentou que os empregos gerados e os benefícios prestados pelas cooperativas para a comunidade eram exemplos da importância dos investimentos realizados pelo poder público em apoio aos pequenos e médios produtores. E, sobre a avaliação final da caravana, o jornal *Diário da Manhã* fez o seguinte registro: “Lula resumiu o que sentiu ao avaliar o encerramento da caravana pelo Estado: “O Brasil poderia ser muito melhor do que é”. Além disso, conforme a notícia, Lula teria destacado que o conhecimento adquirido na viagem serviria para as ações futuras do projeto de combate à fome. Outrossim, que a passagem por diferentes estados do país estava contribuindo para reunir experiências para a formação de um projeto para a agricultura brasileira (*Diário da Manhã*, Erechim, 31 de jul. 2001, p. 4).

Nesse mesmo sentido, o jornal *A Voz da Serra* registrou uma fala de Lula, no encerramento da Caravana da Agricultura Familiar em Erechim, em entrevista coletiva, de que era possível “construir um novo país”, a partir das experiências desenvolvidas nas pequenas propriedades rurais visitadas.

Figura 25 - Coletiva à imprensa das lideranças da Caravana da Agricultura Familiar, em Erechim (Dirceu Drech (presidente da Fetraf), Lula (líder nacional do PT), Altemir Tortelli (secretário de formação da CUT), José Hoffmann (Secretário Estadual da Agricultura, governo Olívio Dutra



Fonte: Jornal A Voz da Serra, Erechim, 31 jul. 2001, capa.

Destaque-se ainda que, no ano seguinte, em 2002, ocorreu a primeira grande mobilização realizada pela Fetraf/Sul/CUT, quando o drama da seca atingiu fortemente a produção da agricultura familiar na região sul do Brasil. Dessa forma, foram organizados grandes atos de protesto e de reivindicação nos três estados do sul do Brasil, especialmente com o trancamento de rodovias. Na região da AMAU, o ato aconteceu na BR-153, nas proximidades da ponte do rio Uruguai, na divisa com Santa Catarina, o que gerou confrontos com a polícia. Entre as principais reivindicações daquele período estava a criação do Seguro Agrícola.

Essa mobilização causou alguns resultados, pois foi criado o programa “Bolsa Estiagem” no valor de 120 reais a fundo perdido. Além disso, o governo federal concedeu um bônus de 500 reais para quem comprovasse perdas nas lavouras em índice acima de 50% e prorrogação no prazo para pagamento dos financiamentos agrícolas; e o governo estadual concedeu a anistia no “Cheque Seca”⁶⁰, num valor estimado em 54 milhões de reais⁶¹.

⁶⁰ A dívida havia sido contraída na seca de 1996, uma das piores que atingiu o RS, causando perdas de até 100% nas lavouras. Assim, a anistia das dívidas com o “Cheque-Seca” integrou uma série de ações realizadas pelo Governo do Estado na tentativa de amenizar os prejuízos causados pelas consecutivas estiagens aos agricultores no estado.

⁶¹ **Agricultores familiares são anistiados da dívida com o Cheque-Seca.** Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/agricultores-familiares-sao-anistiados-da-divida-com-o-cheque-seca>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

Figura 26 - Mobilização dos agricultores familiares da região da AMAU na BR-153, divisa Rio Grande do Sul com Santa Catarina, em 2002



Fonte: CUT Alto Uruguai.

A direção do Sutraf Alto Uruguai define essa mobilização como central para a conquista do Seguro Agrícola como política pública:

Conquista do Seguro Agrícola

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), foi uma reivindicação histórica da agricultura familiar. Em 2002, em função de grande estiagem, agricultores do Sul do país se mobilizam e lutam para assegurar remuneração pelas perdas na produção. Na divisa do RS e SC, na ponte de Marcelino Ramos, a polícia agrediu agricultores e agricultoras acampados que se mobilizavam. Ocorreram 22 prisões, sendo 21 de homens e uma mulher. **Essa luta foi o marco da conquista desta política** (Informativo do Sutraf/AU, 15 anos, 2019, p. 9, grifo nosso).

Nesse processo que resultou na criação da Fetraf/Sul/CUT, em 2001, o sindicalismo rural cutista da região da AMAU teve participação ativa e uma de suas propostas defendidas era de que, regionalmente, os sindicatos de base municipal deveriam se unificar para melhor defender e construir as lutas necessárias em favor da categoria profissional. Nessa região, nesse período, já existia uma experiência de unificação no município de Getúlio Vargas que, apesar da emancipação naquela época de vários municípios (Estação, Erebangó, Ipiranga do Sul e Floriano Peixoto), optaram em manter um único sindicato e avaliavam que a experiência tinha sido positiva.

Dessa forma, em agosto de 2001, os sindicalistas rurais cutistas dessa região fizeram um encontro regional em Barão de Cotegipe e decidiram desencadear o processo de debate para criação ou não do sindicato regional. Em junho de 2002, em novo encontro regional, em Erechim, a decisão foi confirmada. E, em março 2003, realizou-se o I Congresso Sindical da Agricultura Familiar do Alto Uruguai, no qual aprovou a criação do Sindicato Unificado dos Agricultores Familiares do Alto Uruguai (Sutraf-AU/CUT). Entre as justificativas para a criação do Sutraf/AU, expressadas nas Resoluções, estavam:

- a unificação da ação sindical rural cutista na região, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar, ampliando o poder político de negociação e de conquistas no cenário regional e nas disputas existentes com outros atores sociais e nas lutas por políticas públicas
- a prioridade na elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS), fortalecendo e criando novas experiências na área da produção, agroindustrialização e comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- o avanço na estratégia de ruptura e superação da estrutura sindical oficial, consolidando a proposta do novo sindicalismo na região, adotando: uma política de racionalização e de otimização da gestão político-financeira, da estrutura física, de pessoal e de recursos e, ainda, a unificação dos serviços prestados; desenvolvimento de uma política unificada de formação e de comunicação; superação do ativismo, da pulverização e da fragmentação no trabalho de organização da agricultura familiar (Sutraf/AU, 2003)

Dessa forma, em nível dessa região, além de participar e ajudar a construir as propostas a serem deliberadas nas instâncias da Fetraf/Sul/CUT, o sindicalismo regional adotava as estratégias e resoluções tomadas e tentava colocá-las em prática. Outrossim, através dessa unificação regional, o Sutraf/AU tornou-se o maior sindicato da categoria em todo o sul do país, com aproximadamente 10 mil associados residentes em 26 municípios da AMAU.

A partir do exposto relacionado às deliberações da Fetraf/Sul/CUT e do Sutraf/AU, percebe-se que uma de suas estratégias fundamentais era a construção de um novo modelo de desenvolvimento da agricultura de base familiar em contraponto ao modelo hegemônico vigorado a partir do processo de modernização conservadora da agricultura. E, nesse processo, foram importantes as experiências associativas desenvolvidas e/ou apoiadas pelo sindicalismo rural cutista na região sul do Brasil (inclusa o território da AMAU) desenvolvidas na década de

1990 e início dos anos 2000. Eram iniciativas que se desenvolviam na área da produção, agroindustrialização e na comercialização, bem como nas áreas do crédito e da eletrificação rural, as quais, conforme os debates que o sindicalismo rural fazia na época na região sul, classificavam-se dentro do que se denominou Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS). Então, vamos conhecer algumas delas.

3.6 A implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) na AMAU

No decorrer da década de 1990, além das lutas em favor das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, ganhou centralidade o debate e a decisão de intervir na economia, pois as lideranças do sindicalismo rural ligado à CUT, especialmente na região sul do Brasil, avaliavam que o modelo de desenvolvimento adotado até então tinha promovido um intenso e rápido processo de “modernização da agricultura”, com base no uso expressivo e descontrolado dos recursos naturais. Esse modelo, então, utilizava “técnicas predatórias que faziam com que os ecossistemas da região fossem atingidos de forma destrutiva” (SILVA; REICH, 2002, p. 17-18).

Além disso, o processo de modernização da agricultura caracterizou-se pela exclusão dos agricultores menos capitalizados, ou seja, os agricultores e agricultoras de base familiar, especialmente os que tinham pouca terra, como visto no Capítulo I. Por isso, o sindicalismo rural cutista e os movimentos sociais rurais debatiam e buscavam alternativas ao modelo convencional. Nesse contexto, então, ganhou importância a ideia de que era necessário avançar no desenvolvimento de experiências de “cooperação agrícola”, nas quais se buscava a melhoria econômica, mas também ganhavam um sentido de “projeto de vida e de sociedade” (PIRAN, 2001, p. 144).

Saliente-se que o sindicalismo rural cutista na região da AMAU participou intensamente desse debate e da construção dessa proposta nos encontros sindicais que ocorriam na região sul, pois se espelhava em duas experiências concretas que passou a desenvolver no início da década de 1990, nessa região: uma no ramo cooperativo de eletrificação rural, através da Creral; e outra no ramo do leite, a partir do processo de cooperativa da empresa estatal Corlac, promovido pelo governador Alceu Colares (PDT), no Rio Grande do Sul.

a) A experiência da CRERAL

A Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (Crerel)⁶² nasceu em 1969, com sede em Erechim, com o objetivo de levar energia ao meio rural, pois, na época, muitos agricultores não tinham acesso a esse serviço. No início da década de 1990, essa cooperativa passava por enorme dificuldade financeira, de gestão e de atendimento das demandas dos seus associados. Dessa forma, houve significativa mobilização do quadro social, liderada pelo sindicalismo rural cutista e, fruto disso, a direção da cooperativa renunciou e foi eleita uma nova diretoria, encabeçada por João Alderi do Prado, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Entre Rios do Sul e da CUT Alto Uruguai.

A Crerel não atendia a todos os municípios da AMAU, mas a sua atuação abrangia mais de 30 municípios no norte do Rio Grande do Sul e aproximadamente 5.400 associados. Atualmente, possui, em torno de sete mil associados. Como cooperativa de eletrificação rural, é permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo regulada pelo Estado, especialmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além disso, a partir de 1998, destacou-se também na produção de energia elétrica, através da construção de pequenas barragens com baixo impacto ambiental. A sua forma de contribuir com o desenvolvimento das comunidades rurais dá-se por meio da interiorização e da qualidade dos serviços de energia elétrica, promovendo melhores condições de vida para as pessoas que ali vivem (PIES *et al*, 2016, p. 227).

A partir da nova gestão da cooperativa, a Crerel implementou uma relação muito forte com o seu quadro social, possuindo mais de 100 “núcleos comunitários” que se reúnem anualmente para avaliar e discutir as ações da cooperativa. Cada núcleo, por sua vez, elege dois representantes para participarem do “conselho de líderes”, os quais se encontram a cada seis meses. Esse conselho, além de avaliar o trabalho e as ações da cooperativa, elege seus representantes para participar do “conselho ampliado”, que congrega também o conselho de administração e o conselho fiscal, o que soma aproximadamente 50 associados. Esse, então, é o órgão que propõe e encaminha as principais propostas a serem deliberadas na Assembleia Geral anual da cooperativa e garante o respaldo para a direção implementar as decisões tomadas (PRADO, 2002, p. 3). Esse processo de gestão da cooperativa foi destacado no trabalho de Pies:

⁶² A Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (CRERAL), com sede em Erechim, foi fundada em 1969 a partir da união de 396 pequenos agricultores e da mobilização de prefeitos de 21 municípios das regiões do Alto Uruguai, Produção e Nordeste do Rio Grande do Sul.

(...) pode-se ressaltar que a análise do caso contribui para elucidar a importância da participação dos associados nos espaços de governança das cooperativas e que essa é uma condição para dar efetividade ao princípio da gestão democrática. Evidenciou-se que os arranjos de governança instituídos pela cooperativa incidem diretamente na **amplitude da participação do quadro social nas questões estratégicas**, possibilitando a manifestação de interesse comuns e a capacidade de coordenação das diferentes vontades, visando a atender às necessidades econômicas e sociais dos cooperados e, também, à sustentabilidade da organização (PIES *et al*, 2016, p. 227, grifo nosso).

Além da participação dos associados na gestão da cooperativa, a Creral destacou-se na construção de pequenas barragens para geração de energia. Em 2000, a cooperativa colocou em funcionamento a sua primeira usina, no rio Abaúna, no município de Floriano Peixoto.

Figura 27 - Usina de Abaúna, construída pela CRERAL em Floriano Peixoto e inaugurada em 2000



Fonte: SEMINOTTI, 2014, p. 166.

Além dessa usina, em 2003, a Creral colocou em funcionamento a PCH Cascata das Andorinhas, em Nonoai; nesse mesmo município, em 2013, foi construída a PCH Rio dos Índios; em 2016, a PCH Santa Carolina, em André da Rocha; em 2018, construiu a sua primeira usina de biomassa, a Termelétrica São Sepé, em São Sepé, utilizando cascas de arroz; e, recentemente, inaugurou também a PCH Forquilha IV Luciano Barancelli, entre Maximiliano de Almeida e Machadinho. Em 2019, a Creral comemorou seus 50 anos em grande evento comemorativo, como demonstra a Figura 28, em sequência.

Figura 28 - Festividade comemorativa dos 50 anos da CRERAL, na sede do Sentinela da Querência, Erechim, 23/07/2019; João Alderi do Prado, presidente da CRERAL



Fonte: Jornal Bom Dia, Erechim, 23/07/2019.

Saliente-se que os projetos de geração de energia renderam à Creal um reconhecimento mundial, em 2008, ao ser a primeira entidade brasileira a receber o Prêmio *Ashden Internacional*, de energia limpa e sustentável, em Londres, Inglaterra. Outro projeto desenvolvido pela Creal, que tem recebido ampla aceitação no meio rural, é o “Internet Rural”, implementado pela Creal Telecom. Desenvolvido desde 2016, o projeto já tinha beneficiado até setembro de 2020, mais de 100 comunidades das áreas rurais de vários municípios situados nas regiões Alto Uruguai, Altos da Serra e Produção (Jornal Bom Dia, Erechim, 23 set. 2020).

Dessa forma, a experiência cooperativa da Creal tornou-se uma referência para o sindicalismo rural da AMAU na década de 1990 e nos anos seguintes, bem como para o sul do Brasil tanto do ponto de vista de garantir atendimento de qualidade no ramo da energia elétrica no meio rural, como na questão de produzir energia com baixos impactos ambientais. Além disso, por promover uma gestão participativa dos seus associados no processo de tomada de decisão.

b) A experiência no processo de cooperação da CORLAC

Além da experiência de participação na Creal, na década de 1990, o sindicalismo rural cutista decidiu entrar de “corpo e alma” num processo de cooperativa dos agricultores produtores de leite na região da AMAU, bem como na industrialização e comercialização desse produto. Essa iniciativa aconteceu em 1993, quando o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), propôs a cooperação da Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (Corlac), uma empresa estatal que comprava e industrializava leite no estado, a qual passava por séria crise financeira (SEMINOTTI, 2014, p. 168-169).

Nesse período, a luta dos agricultores familiares representados pelo sindicalismo rural cutista na região da AMAU em torno do leite passou por três momentos. O primeiro começou ainda na década de 1980, quando os agricultores se mobilizavam para garantir o pagamento e melhores preços ao leite produzido. O segundo momento ocorreu entre 1993 e 2000 e o eixo central da atuação foi direcionado para o objetivo de assumir o controle da produção e da comercialização (através da formação de cooperativas de agricultores produtores de leite – a Coperal, em Erechim; a Copaal, em Aratiba; a Cooperval, em Erval Grande; e a Coopasul, em Campinas do Sul). Além disso, passou a disputar a posse da indústria da Corlac, com sede em Erechim, para poder industrializar o leite produzido. O terceiro momento deu-se com a constituição do sistema Cocol e com a tomada de posse da usina em Erechim, em 1998⁶³. Isso ocasionou um período de consolidação dessa experiência associativa e cooperativa na região.

Figura 29 - Agricultores da região da AMAU distribuindo leite gratuitamente à população em protesto pelo baixo preço pago pela CORLAC, em Erechim, no final da década de 1980



Fonte: Acervo da CUT Alto Uruguai, Erechim, RS.

Entretanto, essa experiência realizada pelos agricultores familiares dessa região, liderados pelo sindicalismo rural cutista, desde o seu início, foi duramente contestada pelas grandes cooperativas da região, como era o caso da Cotrel. Além disso, enfrentou a dura concorrência das grandes empresas que atuavam na produção, industrialização e comercialização desse produto em nível de país. Dessa forma, no decorrer dos anos 2000, as cooperativas ligadas aos agricultores familiares dessa região não conseguiram manter preços

⁶³ A Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda (COORLAC), criada pelas cooperativas de produção de leite dessa região e de outras partes do estado, ganhou uma ação judicial que obrigou o governo do estado a repassar o patrimônio da antiga estatal CORLAC para as cooperativas organizadas pelos agricultores (SEMINOTTI, 2014, p. 169).

competitivos a partir da industrialização própria através da indústria em Erechim. Diante da inviabilização da industrialização própria do leite na região, precisaram realizar parcerias com empresas maiores, permanecendo com as cooperativas atuando na comercialização e no assessoramento técnico aos agricultores na produção. Sobre isso, Edson Sirena, presidente da Coperal declarou:

Hoje temos a necessidade de fazermos parceria com empresas maiores, especialmente para a industrialização, pois não temos como competir no preço do litro de leite. Mas é importante mantermos um trabalho de assistência técnica com o agricultor e um trabalho mais político (SIRENA, 2012 apud SEMINOTTI, 2014, p. 171).

Além disso, no decorrer dos anos 2000, várias dificuldades foram enfrentadas pelos agricultores que trabalhavam com a atividade leiteira com destaque para: a ampliação do processo de concorrência imposto pelos mercados globalizados; a insuficiência de políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro em seu papel regulador; o crescente êxodo rural dos jovens e o envelhecimento da população rural; e a continuidade do processo de modernização e mecanização da agricultura que facilitou a produção de grãos (com destaque para o produto soja), impulsionada pela disparada dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional (liderado pelas compras chinesas). Esses fatores, entre outros, fizeram com que muitos agricultores deixassem a atividade leiteira nessa região e em outras partes do país. Para exemplificar isso, o número de produtores de leite associados da Coperal (Erechim) somava, em 2001, 976 agricultores. Em 2016, esse número reduziu para apenas 361 associados (CENCI et al, 2018, 90-91).

Dessa forma, percebe-se que, apesar do importante trabalho realizado por essas cooperativas, desde a década de 1990, no processo organizativo dos agricultores e no apoio técnico à organização da produção e na comercialização do leite, os agricultores menos capitalizados tiveram muitas dificuldades para permanecer nessa atividade, pois o ramo de produção ficou cada vez competitivo, exigindo qualidade e quantidade. Além disso, os agricultores que permaneceram na atividade tiveram que ampliar a produção para obter lucros, o que os obrigou a realizar grandes investimentos e a ficarem dependentes do sistema bancário (CENCI et al, 2018, 90-91).

Ao observar essa experiência à luz das deliberações da Fetraf/Sul/CUT e do Sutraf/AU, citadas anteriormente, referentes à estratégia de atuação no âmbito econômico e na política de organização da produção, com base em pressupostos como a solidariedade, a cooperação, a integralidade do ser humano, buscando construir e implementar um Projeto Alternativo de

Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS), podemos dizer que elas avançaram do ponto de vista organizativo, na ampliação da participação, no apoio técnico e também no processo de comercialização. Entretanto, foram experiências que tiveram inúmeras dificuldades em construir relações com outras organizações da sociedade civil, com o Estado e com as forças de mercado globalizadas, problemas esses já apontados por outros estudos:

Por outro lado, é sabido que as forças de mercado são determinantes na definição dos rumos para os processos de desenvolvimento, desde o nível local até o global. Mas se estas organizações estão na esfera da sociedade civil e se esta não pode prescindir do Estado e das forças de mercado para construir o projeto de desenvolvimento que deseja, **como garantir a construção de um projeto alternativo de forma articulada com o Estado e forças de Mercado?** Este nos parece ser um desafio que estas organizações e movimentos devem se propor a discutir com maior profundidade (ARNS; ZUNIGA; ROVER, 2004, p. 76-77, grifo nosso).

A questão colocada por esses autores parece extremamente pertinente ainda mais na complexidade e na competitividade do mundo contemporâneo capitalista. Essa experiência desenvolvida no ramo do leite pelo movimento sindical regional, por exemplo, vivenciou esse dilema continuamente, pois enfrentou vários problemas e teve muitas dificuldades nessa articulação: enquanto parte da sociedade civil, passou por duros enfrentamentos com as cooperativas tradicionais existentes na região (Cotrel, Cotrigo e Aurora); na relação com o Estado, houve momentos de enfrentamento e outros de parceria; e, na relação com as forças de Mercado, aconteceram períodos de concorrência aberta no processo de comercialização e, não suportando isso, obrigou-se a realizar alianças com grupos econômicos maiores, para manter a viabilidade econômica dessas cooperativas e de seus associados.

Além disso, nessa trajetória, essas cooperativas tiveram dificuldades em manter um trabalho unificado entre si e duas cooperativas passaram a atuar com estratégias próprias (Coopasul, Campinas do Sul; Cooperval, Erval Grande). Outrossim, no decorrer dos anos, o sistema Cocel transformou-se em Central Agricoop (Cooperativa Central Agrofamiliar), reunindo três cooperativas: Coperal (Erechim), Copaal (Aratiba) e a própria Agricoop (atuando como cooperativa singular na captação de leite em outras regiões do estado). E, finalmente, em 2020, por causa da significativa redução no número de produtores de leite, essas três cooperativas fizeram uma fusão, permanecendo apenas a Agricoop como cooperativa singular.

De qualquer modo, apesar das constantes crises vivenciadas, essa experiência desenvolvida na área do ramo da produção de leite pelos agricultores familiares dessa região merece profundos estudos, pois ela traz grandes lições (positivas e negativas) no processo de

construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) deliberado pela Fetraf/Sul/CUT e pelo SUTRAF/AU.

c) As experiências cooperativas na área do crédito solidário

Nas décadas de 1980 e 1990, o sindicalismo rural na região sul do Brasil tinha como uma das pautas principais, na sua agenda de mobilizações anuais, a questão do acesso ao crédito bancário com baixas taxas de juros subsidiado para os agricultores de base familiar. Por isso, a conquista do Pronaf, em 1995-1996, foi muito importante nessa perspectiva.

No entanto, as dificuldades de acesso ao crédito continuavam devido às enormes exigências burocráticas solicitadas pelos bancos oficiais. Diante disso, entre 1997 e 1998, as lideranças do sindicalismo rural cutista no sul do Brasil decidiram organizar cooperativas de crédito direcionadas aos agricultores familiares. Como já tinha uma experiência nesse sentido - as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) - desenvolvida em Francisco Beltrão, desde 1995, resolveram espalhar essa experiência em toda a região sul, como foi o caso da região da AMAU (SEMINOTTI, 2014, p. 173). Risson e Flach destacaram o papel desempenhado pela Cresol nessa época:

Nesse período, a Cresol cumpriu um importante papel: viabilizar o acesso ao crédito rural, estabelecer um elo entre os agricultores e o Banco do Brasil, que é o banco do crédito rural, servindo como garantia de adimplência, contribuindo na parte operacional, na contratação, incentivando assim a ampliação do programa (RISSON; FLACH, 2014, p. 480).

Saliente-se que, naquela época, as cooperativas de crédito criadas pelo sindicalismo regional promoveram a inclusão de muitas famílias de agricultores e agricultoras ao crédito bancário e aos serviços financeiros. Dessa forma, as cooperativas de crédito estimularam os pequenos depósitos a prazo, através da poupança, o que contribuiu para que fosse criado gradativamente um fundo de recursos que alavancaram várias iniciativas na região da AMAU, pois através dos recursos captados, puderam acontecer outros investimentos em nível local (RISSON; FLACH, 2014, p. 480).

Ressalte-se que o sistema Cresol se afirmou na região sul do Brasil e na região da AMAU. Em 2013, por exemplo, a Cresol Erechim comemorava 15 anos de existência e seu presidente Carlos Cupercini destacou a função importante desempenhada pelo cooperativismo de crédito em apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar na região e nos municípios: “As ações realizadas pela Cresol promovem o desenvolvimento destes municípios, fazendo com que os recursos sejam investidos nas próprias localidades”. Segundo o dirigente, entre as

atividades financiadas, destacava-se o incentivo às agroindústrias familiares, que geravam emprego e renda, além de levar produtos de qualidade para a mesa das famílias brasileiras (CUPERCINI apud CRESOL Central SC/RS, 2013).

A Cresol Erechim constituiu-se em 10 de junho de 1998 com o objetivo de facilitar o acesso dos agricultores ao crédito rural. Quinze anos depois, a direção da cooperativa de crédito destacava a eficiência econômica e o compromisso social na contribuição com a geração de renda e o desenvolvimento nas propriedades rurais. Além disso, tinha na ocasião mais de cinco mil associados na sede de Erechim e nos seus três postos de atendimento – Barão de Cotegipe, Paulo Bento e Três Arroios (CRESOL Central SC/RS, 2013).

Nesse sentido, não há dúvida do papel desempenhado pelo sistema Cresol na maior parte dos municípios da AMAU facilitando o acesso ao crédito bancário para realizar investimentos nas propriedades rurais dos agricultores familiares. Isso é reconhecido por especialistas em Economia Solidária, como é o caso de Carlos Eduardo Arns, representante do Fórum Estadual de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Em entrevista realizada durante o *I Seminário de Cooperativismo Solidário* realizado em 2017 pela Cresol Central SC/RS e Base Oeste, fez a seguinte avaliação: “o Cooperativismo de Crédito Solidário foi uma inovação social extremamente importante para a vida, especialmente para os trabalhadores rurais”, pois trouxe esperança e contribuições para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Entretanto, apontou alguns desafios também:

- o cooperativismo de crédito não pode ser cooptado e domesticado pelas regras do sistema capitalista;
- o cooperativismo de crédito deve se colocar em uma prática interinstitucional, ou seja, deve dialogar com os vários atores sociais: “O crédito não tem sentido na economia solidária, pensado o crédito pelo crédito, então ele tem que ser pensado dentro de uma estratégia de desenvolvimento e inclusão social”;
- o crédito precisa estar inserido num processo de desenvolvimento territorial, ou seja, “ele não é focado só para os agricultores, ele é focado para um processo de desenvolvimento que a agricultura e os agricultores é que vão ser beneficiados dentro dessa estratégia, então a estratégia territorial é fundamental”;
- o crédito deve ser colocado como uma ferramenta/instrumento de inclusão social, ou seja, deve interagir e trazer para o processo os grupos sociais mais vulneráveis, pois, “Hoje se percebe um descolamento, nós estamos crescentemente atendendo pessoas com mais capacidade de dar resposta no mercado e isso é um risco enorme que

corremos” (...). “Estamos correndo risco de financeirização do crédito dos produtores rurais (...). Devemos permanecer atentos na escolha de nossos parceiros (...). Então, em resumo, nossa luta é construir a economia solidária” (ARNS, 2018 apud Cresol Central).

Essas questões levantadas por Arns estão presentes também no sindicalismo rural regional e em várias outras partes do país, as quais foram incluídas na pauta de reivindicações junto ao governo federal durante os governos Lula e Dilma, a fim de que fossem criadas linhas de crédito diferenciadas para a população rural mais vulnerável. Nesse processo, alguns avanços foram alcançados nos anos 2000, como é o caso do Pronaf Mulher, que beneficiou a agricultora Diane Fátima Zortea, recurso liberado através da Cresol São Valentim, Posto de Atendimento de Erval Grande (Figura 30), a qual pode adquirir matrizes leiteiras para ampliar a produção e a renda em sua propriedade, cujas atividades principais são avicultura e gado de leite. Para a agricultora Diane, esse financiamento iria ajudar na viabilidade da atividade leiteira, julgada por ela como a melhor alternativa para a propriedade (Cresol Central, 2018).

Figura 30 - Agricultora assinando contrato com a Cresol São Valentim, através do Pronaf Mulher, em 2018



Fonte: Acervo da Cresol Central SC/RS

Além disso, encontramos outros exemplos que dialogam com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, apoiados pela Cresol. Entre elas, salienta-se uma parceria existente entre a Cresol Jacutinga com o Programa de Extensão Agricultura Familiar em Transição Agroecológica (AFTA), dentro do Curso de Agronomia da UFFS, Campus Erechim. Através disso, para exemplificar, em 2018, houve a realização de uma oficina de

manejo ecológico de pragas e doenças, na família Zanchet na Linha Seis, município de Ponte Preta (Figura 31), na qual participaram alguns agricultores associados da Cresol dos seguintes municípios (Ponte Preta, Campinas do Sul, Cruzaltense e Jacutinga), além de estudantes do curso de agronomia da UFFS (Cresol Central, 2018).

Figura 31 - Oficina sobre manejo ecológico de pragas e doenças, realizado na Linha Seis, Ponte Preta, na residência da família Zanchet, em 09 nov. 2018



Fonte: Acervo da Cresol Central SC/RS.

Da mesma forma, outro exemplo: em 2020, a Cresol Aratiba realizou um Seminário Microrregional de Abelhas Sem Ferrão, em Aratiba, RS, no qual foram convidados os 20 associados da cooperativa que possuem certificação na produção agroecológica naquele município, além de agricultores de outros municípios da região (Figura 32). Durante o seminário, realizou-se também uma palestra sobre o declínio das populações de abelhas e o uso de agrotóxicos e foi inaugurado um “Meliponário” na Praça Central do município, construído pela Cresol, “a fim de deixar disponível algumas espécies de abelhas sem ferrão para o conhecimento do público em geral, das escolas, das crianças, sendo expostas nesse espaço, inclusive algumas espécies ameaçadas de extinção” (Cresol Central, 2020).

Figura 32 - Seminário Microrregional de Abelhas Sem Ferrão, em 24 de janeiro de 2020, Aratiba, RS



Fonte: Acervo da Cresol Central SC/RS.

A partir disso, apesar dos “perigos” existentes muito bem apontados por Carlos Eduardo Arns, como visto, há também exemplos práticos que indicam a possibilidade de desenvolver um cooperativismo solidário e sustentável apoiando experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras familiares, fortalecendo e auxiliando na implantação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) defendido pela Fetraf/Sul/CUT e pelo Sutraf/AU.

Para finalizar a apresentação dessa experiência desenvolvida na região sul do Brasil e na região da AMAU sobre o papel do cooperativismo de crédito solidário, relato algumas opiniões que apareceram no II Seminário Internacional do Cooperativismo de Crédito, realizado em 2019, pela Cresol Central SC/RS (Cresol Central, 2019):

- *João Pedro Stédile*, pelo MST e Via Campesina: o cooperativismo de crédito solidário “é fundamental porque antecipa um capital que o agricultor não consegue produzir com o seu trabalho”. Dessa forma, conforme o dirigente, os camponeses e os agricultores familiares continuam produzindo, resistindo e aumentando a produção de alimentos no Brasil. Assim, “o cooperativismo é uma barreira contra o avanço do grande capital”. Para Stédile, enquanto o grande capital tem como base o lucro máximo e a escala máxima na exploração do trabalho, o cooperativismo possui princípios antagônicos a esses, ou seja, a solidariedade, a igualdade e a justiça social.
- *Gustavo Chianca*, pela Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (FAO): para ele, o cooperativismo do mundo rural é um dos atores responsáveis por tirar muitas

peessoas da fome e da pobreza rural. E, nessa direção, o cooperativismo de crédito tem a função principal de trazer o desenvolvimento social e, apesar de seus desafios, é um instrumento que contribui para a retirada da pobreza e da fome no mundo.

- *Adriana Kátia Tozzo*, professora e prefeita em Itatiba do Sul (RS), entre 2013 e 2020: para ela, o cooperativismo é uma das poucas vozes que se levanta contra as desigualdades, distribuindo crédito e empoderando as famílias rurais, melhorando as propriedades. Defendeu também a importância do trabalho em conjunto entre o cooperativismo de crédito e os governos municipais: “Em Itatiba do Sul, temos parceria grande entre a Cresol e o governo municipal e em parceria estamos conseguindo desenvolver projetos inovadores no município”. E, como exemplo, citou o projeto em apoio à produção agroecológica que estava em execução: “Em municípios pequenos como o nosso, onde as propriedades são pequenas, a produção agroecológica além de trazer renda para as famílias, ainda possibilita que se trabalhe a permanência dos jovens nas propriedades”. E finalizou: “Através do cooperativismo podemos executar várias políticas sociais, gerando mais renda para as famílias, mais empoderamento de homens e mulheres, empoderamento dos agricultores familiares que muitas vezes acabam sendo esquecidos das políticas públicas e com isso são os nossos pequenos municípios que saem ganhando”.

Figura 33 - Adriana Kátia Tozzo, prefeita de Itatiba do Sul, RS (2012-2020), participando do II Seminário Internacional do Cooperativismo de Crédito, em 2019, realizado pela Cresol Central SC/RS



Fonte: Acervo da Cresol Central SC/RS.

Nesse debate, é importante observar o que pensam as lideranças sindicais no meio rural. Uma de suas principais lideranças, Altemir Antônio Tortelli, coordenador da

FETRAF/Sul/CUT, entre 2003 e 2009, assim se posicionou, em 2006, em debate realizado em Francisco Beltrão (PR), num seminário que tinha como tema o cooperativismo solidário e o desenvolvimento territorial: na sua opinião, considerava indispensável vincular o debate sobre desenvolvimento territorial à discussão mais ampla sobre a lógica de desenvolvimento hegemônico no Brasil, inclusive no meio rural brasileiro. “Temos que ter muito realismo para analisar quem de fato ainda está dando as cartas na macropolítica brasileira”, pois essa realidade influenciava as políticas rurais no Brasil e no mundo.

Figura 34 - Altemir Tortelli, coordenador da Fetraf/Sul/CUT (2003-2009), participando em evento sobre os 10 anos do cooperativismo de crédito solidário, em 2006, Francisco Beltrão, PR



Fonte: Acervo da Cresol Central SC/RS

De acordo com Tortelli, as entidades precisavam atuar em duas frentes: tanto no fortalecimento do desenvolvimento local quanto na busca de intervenção nacional. Ou seja, as organizações sociais precisavam ser capazes de intervir nas decisões e nas políticas públicas em nível macro e, ao mesmo tempo, voltar o seu olhar e sua ação para o local, construindo experiências que pudessem se transformar em referência para as políticas maiores. Ele também salientou a necessidade de ampliação dos investimentos governamentais, assim como as entidades deveriam acreditar na construção de outro modelo produtivo. Concluiu afirmando que, para acontecer uma mudança consistente e profunda na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento, as organizações sociais precisavam ter a capacidade de fazer uma frente que articulasse o crédito agrícola, a assistência técnica, a educação e o fortalecimento do cooperativismo.

Percebe-se, portanto, na posição defendida por Tortelli, como representante da Fetraf/Sul/CUT, que a visão do sindicalismo rural era de que o desenvolvimento de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) precisava, necessariamente, de um trabalho articulado do conjunto das organizações sociais e sindicais, com atuação tanto em nível local quanto em nível nacional, exigindo a ampliação das políticas públicas, ou seja, cobrando uma forte intervenção estatal, além da necessidade de articulação entre as diversas políticas públicas (crédito agrícola, assistência técnica e educação). E, nesse processo, o cooperativismo (não só o de crédito solidário), como forma de organização dos agricultores e de outros setores sociais, deveria ser fortalecido.

Vamos, agora, conhecer alguns avanços ocorridos na região da AMAU, no processo de criação e consolidação de agroindústrias familiares rurais, as quais podem ser classificadas como experiências dentro do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS), defendido pela Fetraf/Sul/CUT e pelo Sutraf/AU.

d) As agroindústrias familiares rurais na região da AMAU

Além das experiências associativas em áreas como as de eletrificação rural, de produção de leite e de crédito solidário, a partir da década de 1990, as agroindústrias familiares rurais começaram a ser muito incentivadas pelo sindicalismo rural ligado à agricultura familiar, especialmente após a decisão de desenvolver uma atuação propositiva e adotar o conceito de “Agricultura Familiar”. Isso ganhou um impulso ainda maior após as deliberações relativas à implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) e da adoção do conceito de “Agricultura Familiar”.

Historicamente, o processo de transformação de produtos agropecuários pelos próprios agricultores sempre ocorreu na região, especialmente para a própria subsistência da família, como são os casos da produção do queijo, da manteiga, do salame, do açúcar mascavo, da “marmelada”, do vinho, do suco, das massas, do pão, das bolachas, do mel e de tantos outros produtos fabricados artesanalmente nas propriedades rurais (PIRAN, 2001, p. 150).

Saliente-se que as agroindústrias familiares rurais que começaram a se expandir nas últimas décadas passaram por um processo de transformação ou de reconfiguração: de atividades informais transitaram para processos de formalização e de legitimação perante a sociedade e o Estado. Assim, os produtos que eram feitos (geralmente pelas mulheres agricultoras) na cozinha da família dos agricultores com a finalidade da própria subsistência, transformaram-se em atividades centrais de reprodução da agricultura familiar. Dessa forma,

isso significou um processo de revalorização dos aspectos colonial e artesanal da produção local, cuja mão de obra permaneceu centrada na própria família dos agricultores. Assim, a agroindústria familiar rural pode ser definida como “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2003, p.287).

Além disso, as agroindústrias familiares rurais possuem outras características: localizam-se no meio rural; utilizam máquinas e equipamentos em escala menor; produzem a própria matéria-prima ou a adquirem de agricultores vizinhos; realizam um processo de produção artesanal e com predominância de mão de obra familiar. Outrossim, algumas vezes, a produção é feita associativamente entre várias famílias que residem na mesma comunidade. E, finalmente, existe também uma dimensão importante que caracteriza as agroindústrias familiares rurais que se relaciona ao funcionamento legal - tanto do ponto de vista sanitário, ambiental e fiscal - o qual é regulado e supervisionado pelos órgãos públicos municipais e estaduais (MIOR, 2005).

Ressalte-se que essas experiências - de produção, de agroindustrialização e de comercialização direta de produtos da agricultura familiar - têm sido denominadas nos últimos anos, em nível mundial e no Brasil, de “redes agroalimentares alternativas” e, do ponto de vista da comercialização, de “cadeias curtas de comercialização”, que seriam um contraponto às “cadeias agroalimentares longas” (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 9-11).

Dessa forma, as “cadeias agroalimentares longas”, predominantes no mundo, são caracterizadas pela produção em larga escala e com graves impactos ambientais e sociais, pois excluem os pequenos agricultores, além de submeter os consumidores a dietas e opções alimentares pouco nutritivas e com altos riscos à saúde. Além disso, “desaparece a identidade do produto” e a sua procedência, pois, quando o sistema agroalimentar se internacionaliza, os alimentos perdem o vínculo com a terra e ao ambiente local de produção. “Aos consumidores resta acreditar nas qualidades nutricionais e proteicas dos alimentos produzidos pelas indústrias, pouco importando a origem ou a face de quem as produziu” (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 10-11).

Por outro lado, as “cadeias agroalimentares curtas de abastecimento” podem ser entendidas como a construção de uma cadeia nova de valor com base em novas formas de interação entre a produção e o consumo, mediante a valorização da procedência e da identidade dos produtos, assentada não só em critérios de preços, mas também “em valores sociais,

princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais” (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 12).

Por tudo isso, na década de 1990 e nos anos 2000, esse debate esteve muito presente e ganhou centralidade no meio sindical rural, nos movimentos sociais e também em outras entidades como foram os casos do Cepo⁶⁴, do Capa⁶⁵ e do Cetap⁶⁶. Além disso, como consequência dessa discussão que ocorria em todos os níveis – municipal, estadual e federal – essa agenda começou a fazer parte dos planos governamentais, especialmente quando eram eleitos prefeitos, governadores e presidentes que tinham uma relação mais efetiva com os movimentos sociais rurais.

Dessa forma, cresceu muito, na região Alto Uruguai, o número de famílias de agricultores que escolheram, ao longo desse tempo, como alternativa para viabilizar suas propriedades, o desenvolvimento de agroindústrias familiares e a venda de seus produtos em mercados alternativos, especialmente a venda direta aos consumidores. Conforme estudos realizados, as experiências de cooperação garantiram importantes benefícios aos agricultores familiares na região, com destaque para: preços melhores aos produtos, maior facilidade de assistência técnica e de acesso ao crédito bancário, acesso a novas tecnologias com baixo custo, mais oportunidades de comercialização e o desenvolvimento de uma cultura de trabalho coletivo, ou seja, havia ganhos econômicos e organizativos (Piran, 2001, p. 165).

Entre 1990 e 2001, conforme levantamento realizado por Seminotti (2014), foram realizadas várias experiências associativas ou de agroindústrias familiares desenvolvidas na região da AMAU, como revela a Tabela 17, em sequência.

⁶⁴ O Centro de Educação Popular (CEPO) é uma entidade civil, autônoma, sem fins lucrativos, com sede em Erechim (RS), criada em 1985, por lideranças do sindicalismo rural e urbano ligado à CUT, de movimentos sociais rurais e urbanos e por lideranças religiosas ligadas à Teologia da Libertação (Igreja Católica e Luterana), com a finalidade de assessorar e realizar trabalhos de formação aos movimentos sindicais e sociais na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (SEMINOTTI, 2014, p. 130-131).

⁶⁵ O Centro de Aconselhamento ao Pequeno Produtor (CAPA) foi criado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em 1978 e entrou em funcionamento em 1979, em Santa Rosa (RS). Na década de 1980, foi criado o núcleo de Erechim. O CAPA trabalha no apoio e no assessoramento de grupos de agricultores familiares na perspectiva de construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, com base em princípios como a fraternidade, a solidariedade e o respeito à natureza, incentivando a produção orgânica e agroecológica, bem como a sua agroindustrialização e comercialização (Disponível em: <<https://capa.org.br/historico-erexim/>>. Acesso em 11 jul. 2021).

⁶⁶ O Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) é uma organização da sociedade civil, criada no ano de 1986, com sede em Passo Fundo (RS). A sua criação foi motivada pela percepção e a necessidade de mudança de uma realidade na qual os problemas sociais na agricultura se tornavam cada vez mais graves. A missão institucional do CETAP é contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos (Disponível em: <<https://www.cetap.org.br/site/>>. Acesso em 11 jul. 2021).

Tabela 17 - Experiências associativas desenvolvidas pelos agricultores familiares na região da AMAU apoiadas pelo sindicalismo rural na região da AMAU entre 1992 e 2001

Organização	Ano de criação	Ramos de atividade	Abrangência
CRERAL (Erechim)	1992	Eletrificação rural	5.400 famílias
Coperal (Erechim), Coopaal (Aratiba), Cooperval (Ercal Grande), Coopasul (Campinas do Sul)	1993	Leite	4.500 famílias
Cresol Alto Uruguai (cinco cooperativas)	2000	Crédito	1.500 famílias
10 associações de agricultores	1990-1995	Suínos	200 famílias
Copermate (Getúlio Vargas)	2000	Erva-mate e grãos	35 famílias
Agroindústrias familiares	1999-2001	Carnes, massas e frutas	30 famílias
Cooperativa de Consumo Nossa Terra (Erechim)	2001-2002	Comercialização de frutas, hortaliças, carnes, massas, bolachas, vinhos, sucos, produtos em geral	15 agroindústrias familiares
5 (cinco) feiras de produtores para venda direta	2000-2001	Frutas, hortaliças, carnes, massas, vinhos, entre outros produtos	100 famílias

Fonte: SEMINOTTI, 2014, p. 163.

Nota-se que, a partir da Tabela 17, que essas experiências somadas atingiram um público considerável de agricultores familiares, superando 10 mil famílias⁶⁷ residentes nos municípios que integravam a região da AMAU nessa época.

Assim, entre 1980 e 2002, com base nas informações sistematizadas nesse capítulo, conclui-se que foi um período importantíssimo para o processo de organização, de conquistas e de desenvolvimento da agricultura familiar nessa região, pois foi marcado por avanços nos direitos sociais, no reconhecimento político e social da categoria, tanto em nível governamental quanto pela sociedade. Além disso, o sindicalismo rural passou por um processo de renovação e de alteração organizativa: criou-se o Sutraf/Alto Uruguai e a Fetraf/Sul/CUT e afirmou-se a categoria dos Agricultores Familiares. Surgiram também novos movimentos sociais na região que desenvolveram grandes lutas e conquistas, como foi o caso da CRAB/MAB e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

⁶⁷ Deve ser considerado que existiam famílias associadas em mais do que uma associação ou cooperativa. Exemplo: uma família associada na Creal por causa da eletrificação rural poderia associar-se também numa cooperativa ligada ao setor produtivo de leite, caso fosse essa a atividade agropecuária desenvolvida em sua propriedade.

Além disso, as experiências desenvolvidas na área da cooperativização – a Creal e o seu processo organizativo e de construção de energia sustentável, a criação de cooperativas na área da produção, comercialização e industrialização do leite (com seus resultados positivos e negativos), o processo de efetivação do sistema Cresol no sul do Brasil, que dinamizou o acesso ao crédito aos agricultores familiares – a criação de outras experiências associativas, o desenvolvimento de agroindústrias familiares, o início de um processo de venda direta dos produtos da agricultura familiar em feiras localizadas em algumas sedes municipais fortaleceram a Agricultura Familiar na região da AMAU e demonstraram que havia possibilidade de se construir um novo modelo de agricultura, mais inclusivo, mais participativo e mais sustentável, em diálogo com o tema deste trabalho.

Dessa forma, pode-se dizer, que os agricultores familiares da região da AMAU deram, entre 1980 e 2002, importantes passos no processo de construção do seu desenvolvimento sustentável, tema desta Tese, inclusive no processo de superação da tutela social e política vivenciado nos períodos anteriores. Nesse sentido, tomando por base as deliberações da Fetraf/Sul/CUT e do Sutraf/Alto Uruguai, os agricultores familiares tinham, no início dos anos 2000, bastante clareza dos seus objetivos: queriam continuar o processo de organização e luta para a sua afirmação como sujeitos de direitos; buscavam implementar um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (o PADSS); estavam determinados a avançar na construção de um novo sindicalismo no Alto Uruguai e na região sul do Brasil; e lutavam para ampliar e aperfeiçoar as políticas públicas governamentais em favor da agricultura familiar.

Outrossim, a conquista do Pronaf (1995-1996) e a criação do MDA (1999) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e, os avanços realizados nas políticas públicas estaduais em favor da agricultura familiar no governo Olívio Dutra (PT), entre 1999 e 2002, indicaram uma nova perspectiva ao desenvolvimento sustentável desse setor, pois, finalmente começava a receber uma maior atenção nas políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro. Assim, a eleição de Lula (PT), em 2002, para a presidência da República, criou uma perspectiva extremamente otimista na consolidação do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil e na AMAU. Vamos então descrever e analisar os avanços e os limites desse desenvolvimento, entre 2003 e 2014, nos governos Lula (2003-2010) e no primeiro governo Dilma (2011-2014), no Capítulo IV, em sequência.

CAPÍTULO IV

IV. A AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO BRASILEIRO (2003-2014)

Como visto no capítulo anterior, entre 1980 e 2002, nos contextos de redemocratização do Brasil (1979-1989) e de governos neoliberais (Collor, Itamar e FHC, 1990-2002), os agricultores e agricultoras familiares do Brasil, especialmente os da região sul (inclusos os da região da AMAU), conseguiram importantes avanços e conquistas em termos de direitos sociais e de políticas públicas que garantiram um maior reconhecimento social e político à categoria profissional, conquistas essas que dialogam com os princípios da desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, tema central deste trabalho.

Neste capítulo, será descrito e analisado o desenvolvimento da agricultura de base familiar, entre 2003 e 2014, período no qual se vivenciou um contexto político favorável ao desenvolvimento da agricultura de base familiar no Brasil: os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma na presidência da República⁶⁸, governos de cunho neodesenvolvimentista que contribuíram positivamente para fortalecer o desenvolvimento rural na perspectiva de garantir a segurança alimentar e nutricional do país e para combater a pobreza, apesar de assegurarem apoio também ao agronegócio e à mineração, por exemplo, o que gerou efeitos contraditórios sobre parte da categoria social (GRISA, 2018, p. 44-45).

Iniciemos, então, com a descrição e a análise desse contexto e das principais políticas públicas que foram direcionadas à agricultura familiar nesse período.

4.1 As políticas públicas em favor da agricultura familiar no Brasil (2003-2014)

A eleição de Lula (PT), como presidente da República no Brasil e a sua posse em 2003, indicava que o seu governo adotaria, imediatamente, uma política econômica fundamentada no referencial neodesenvolvimentista ou social-desenvolvimentista, como previa o seu plano inicial de governo. Entretanto, isso aconteceu somente no segundo governo Lula (2007-2010), pois durante a campanha eleitoral (2002), pressionado pelas “vozes” do mercado, editou a “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual se comprometia em manter a moeda Real forte e a inflação

⁶⁸ Incluímos aqui somente o primeiro mandato de Dilma, pois o seu segundo governo, iniciado em 2015, foi marcado por forte conturbação social e política, além de crise econômica. Por não ter apoio suficiente no Congresso Nacional, em maio de 2016, o seu mandato foi interrompido, com a abertura de processo de *impeachment*, o qual foi aprovado em 31 de agosto daquele mesmo ano.

fraca, ou seja, de certa forma, daria continuidade a alguns fundamentos da política econômica do governo anterior a fim de não perder a credibilidade financeira junto aos mercados internacionais. Assim, o primeiro governo Lula promoveu uma convivência tensa entre os fiadores dessa política – Antonio Palloci Filho e Henrique Meirelles (ministro da Fazenda e presidente do Banco Central, respectivamente) – e os grupos políticos mais identificados com o ideário do desenvolvimento industrial e da expansão dos direitos sociais e trabalhistas (BASTOS, 2012).

Apesar disso, entre 2003 e 2006, através de algumas políticas sociais (elevação do valor real do salário mínimo, ampliação das políticas de concessão de crédito rural e urbano – aperfeiçoamento do Pronaf, crédito consignado e microcrédito - e programas de combate à fome e à pobreza) e favorecido pelo mercado internacional de *commodities*, o governo Lula, depois de experimentar uma desaceleração econômica entre 2004 e 2005, obteve resultados positivos em 2006. Isso foi essencial para garantir o segundo mandato para Lula naquele ano e, além disso, abriu as portas para a adoção de um governo neodesenvolvimentista ou social-desenvolvimentista, nos anos seguintes, defendido por economistas como Guido Mantega, Luciano Coutinho e Dilma Roussef. Dessa maneira, nesse período, foi dada ênfase ao mercado interno e ao papel do Estado para impulsionar a distribuição de renda e a alocação de investimentos (BASTOS, 2012, p. 793-794).

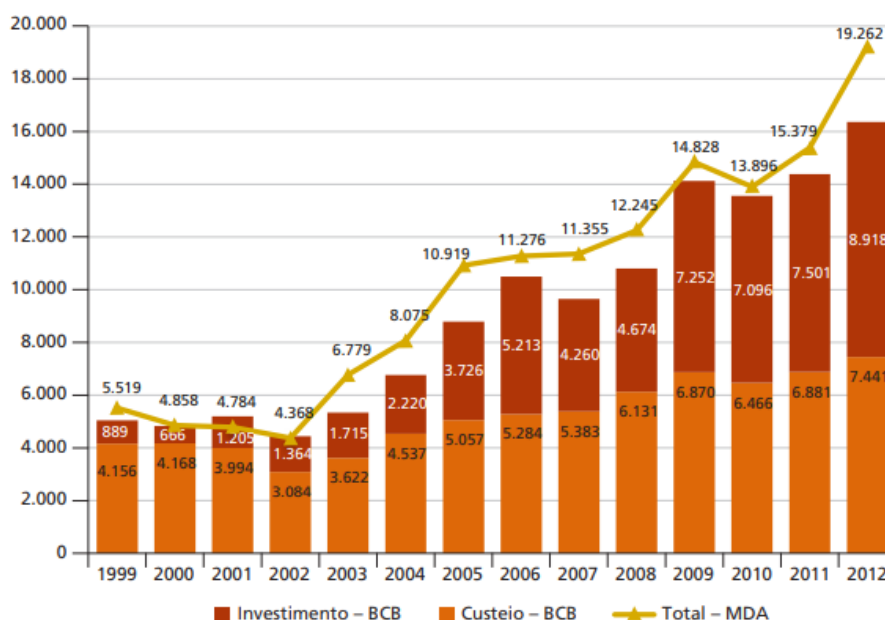
Além disso, a crise financeira global ocorrida em 2008 obrigou os países capitalistas mais desenvolvidos do mundo a adotarem uma forte intervenção estatal na economia, provocando, pelo menos temporariamente, um abandono do receituário neoliberal. Assim, para o Brasil, essa conjuntura foi oportuna para que o referencial neodesenvolvimentista ganhasse ainda mais força entre 2009 e 2010, no final do governo Lula. Dessa maneira, durante o seu segundo mandato (2007-2010), criaram-se condições econômicas favoráveis para a maioria da população brasileira e foi possível compatibilizar os interesses dos empresários e dos trabalhadores, elevou-se o nível do emprego formal e reduziu-se a diferença entre o salário mínimo e o salário médio da economia. Foi um período de “ganha-ganha”, o que permitiu sustentação política ao governo e ampliação dos investimentos sociais em saúde, educação, assistência social, além de alocação de uma maior fatia de recursos para a agricultura familiar e não familiar e para obras de infraestrutura (CARVALHO, 2018, p. 149).

Na esteira desse momento político e econômico favorável, Dilma Roussef (PT), apoiada por Lula, foi eleita com certa facilidade para a presidência da República e exerceu o seu primeiro mandato, entre 2011 e 2014, dando continuidade e aperfeiçoando algumas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Dessa forma, entre 2003 e 2014, houve um

aumento expressivo de ações orientadas para o desenvolvimento da agricultura de base familiar no Brasil que tiveram impacto em várias direções, como: modernização e consolidação da agricultura familiar, fortalecendo-a para a competitividade existente no mercado nacional e internacional; ações de redução da pobreza rural; promoção da cidadania; inserção no mercado de consumo; o desenvolvimento de políticas públicas territoriais; a ampliação de investimentos públicos nas áreas da educação e da assistência técnica (GRISA, 2018, p. 14; PICOLOTTO, 2012, p. 161).

Em direção ao processo de modernização e de consolidação da agricultura familiar, foi importante a contribuição do Pronaf, além dos mecanismos de seguro a ele vinculados, na produção de *commodities* (especialmente soja, milho e café) e no apoio aos agricultores inseridos nas cadeias industriais, como pode ser notado no Gráfico 6, a seguir. Além disso, nesse período, teve importância o Pronaf *Mais Alimentos*, programa criado em 2008, que proporcionou crédito para a compra de máquinas, de equipamentos, de aquisição de animais, de correção de solos, entre outras finalidades (GRISA, 2018, p. 14).

Gráfico 6 - Valor dos financiamentos do Pronaf, segundo as modalidades custeio e investimento, entre 1999 e 2012 (valores em R\$ de 2012)



Fonte: IPEA, Políticas sociais - acompanhamento e análise n° 22, 2014, p. 429.

Por outro lado - na direção da promoção da cidadania, da redução da pobreza rural e da inserção no mercado de consumo – merecem destaque as contribuições das políticas públicas como o Programa Um Milhão de Cisternas, o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa Fomento do Plano Brasil Sem Miséria,

o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, a Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade, o Programa Luz para Todos e as políticas territoriais (GRISA, 2018, p. 14).

Diante disso, entre 2003 e 2014, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) foi identificado como protagonista de grandes ações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, bem como no processo de enfrentamento aos problemas da fome, da pobreza e das desigualdades sociais e regionais, obtendo reconhecimento nos avanços obtidos nos processos de inclusão social ocorrido no país nesse período (MATTEI, 2018, p. 294).

Entre 1995 e 2014, pesquisas indicam que o Estado brasileiro implementou nas últimas décadas três gerações de políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar: primeira geração – *a construção de um referencial agrícola e agrário*; segunda geração: *a construção de um referencial social e assistencial*; terceira geração: *a construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental* (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Vamos, então, caracterizar cada uma dessas três gerações, em sequência.

a) Primeira geração: a construção de um referencial agrícola e agrário

A partir da década de 1990, como dito antes, o sindicalismo rural brasileiro (Contag e CUT) e da região Alto Uruguai adotaram estratégias propositivas e adentraram nas arenas públicas, mobilizando e propondo políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Nesse processo, em 1995, criou-se a primeira política pública nacional direcionada especificamente para os agricultores familiares, o que marcou o reconhecimento político e institucional da categoria. Além disso, a criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF-2004), do Programa Garantia de Preço (PGPAF-2006) e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) reforçaram o apoio público à agricultura familiar. Somado a isso, vieram também as políticas de apoio à reforma agrária (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 28).

Esse conjunto de políticas públicas constituiu, então, um referencial setorial agrícola e agrário e reconheceu a importância da agricultura familiar no desenvolvimento nacional, as quais foram sendo aperfeiçoadas anualmente no decorrer dos governos Lula e Dilma. Assim, o Pronaf consolidou-se como a principal política agrícola para a agricultura familiar - número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados. Dessa forma, esse conjunto de ações e de políticas públicas criou as condições para que a agricultura familiar passasse a ser vista

positivamente e ocupasse posição relevante na produção de alimentos e na geração de empregos em todo o Brasil (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 29).

b) Segunda geração: a construção de um referencial social e assistencial

Na década de 1990, por orientação do Banco Mundial, o Estado deveria “corrigir as falhas do mercado” (MAZZUCATO, 2018, p. 25). No caso brasileiro, o combate à pobreza rural era uma dessas necessidades. No governo de Fernando Henrique Cardoso, isso teve início com a criação do Programa Comunidade Solidária, mas se consolidou no governo Lula, por meio do Programa Fome Zero, no qual o Bolsa Família cumpriu papel destacado. Além disso, no governo Dilma, teve início também o Plano Brasil Sem Miséria que incrementou o Programa Bolsa Família, criou o Brasil Carinhoso e o Bolsa Verde, permitindo a realização de ações voltadas à inclusão socioprodutiva da população rural em pobreza extrema por meio da disponibilização de crédito de fomento a fundo perdido (2.400 reais por família) para a aquisição de insumos e equipamentos, assistência técnica diferenciada, doação de sementes e tecnologias (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 34; MATTEI, 2014, p. 89).

Outrossim, na área das políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar dentro das áreas sociais e assistenciais destacaram-se: o Programa Garantia Safra (2002) voltado ao público rural mais vulnerável; a criação do programa de Habitação Rural (PNHR), em 2003, que garantiu subsídios financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou conclusão/reforma/ampliação de unidades habitacionais de agricultores familiares. Esse último programa passou a integrar as ações do Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, contribuindo para a melhora de infraestruturas e para o bem-estar das famílias rurais. Em 2003, foi extinto o Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais e foi criado o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), que buscava promover o desenvolvimento, infraestruturas e a gestão dos territórios rurais. Em 2008, esse programa ganhou um novo impulso com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que visava articular e potencializar as ações de um conjunto de políticas públicas em certos territórios economicamente mais fragilizados (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 35; MATTEI, 2014, p. 88).

Além disso, no decorrer dos anos, ganhou força a ideia de que o Estado brasileiro deveria olhar atentamente aos grupos vulneráveis da categoria dos agricultores familiares, ou seja, deveriam ser criadas políticas públicas direcionadas para as famílias de agricultores de baixa renda, a fim de contribuir e garantir a sua reprodução social, proporcionando condições para alterar suas condições sociais e econômicas. Dessa forma, a criação dos Programas Pronaf

B, Garantia Safra, PNH, políticas territoriais, Fomento às Atividades Produtivas Rurais, incluído o Plano Brasil Sem Miséria, são exemplos nesse sentido. E, nesse sentido, vários estudos indicam que a geração de políticas com enfoque nas áreas social e assistencial contribuiu decisivamente para a redução da pobreza e da desigualdade no meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 36).

c) Terceira geração: a construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental

A chegada de Lula à presidência da República, a partir de 2003, abriu oportunidades para a institucionalização de ideias e reivindicações sociais e de organizações da sociedade civil, dentre elas, aquelas que atuavam com a temática da segurança alimentar e nutricional, produção orgânica e agroecológica. Dessa forma, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi restabelecido e criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), responsável pela criação do Programa Fome Zero. Grisa e Schneider escrevem:

O Projeto Fome Zero partiu da premissa do direito humano à alimentação e do diagnóstico de que este não estava sendo efetivado em razão da insuficiência da demanda, da incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado. Para alterar esse cenário, foi proposto um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, ou seja, era preciso mudanças na 'ponta' da produção, conferindo prioridade à agricultura familiar, e na 'ponta' do consumo, de preferência articulando-as (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.38).

No processo de construção desse programa, ganhou corpo a ideia de que deveria ser utilizado parte do orçamento público para a compra de alimentos para várias finalidades e esta demanda institucional deveria ser buscada na produção realizada pela agricultura familiar. Isso culminou na criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No decorrer do tempo, o PAA expandiu-se e demonstrou efetividade nas dinâmicas locais, no fortalecimento da agricultura familiar e na construção social dos mercados. Dessa forma, o Programa ganhou projeção nacional e internacional e passou a servir de exemplo a ser "replicado" em outros países. Além disso, o programa desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 39).

Além disso, ganhou destaque a aprovação da Lei Federal nº 11.947, em 2009, que modificou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar deveriam ser destinados para a compra

de produtos da agricultura familiar. Outrossim, em 2012, foi estabelecida mais uma modalidade ao PAA, a qual ampliou as possibilidades para compra de alimentos da agricultura familiar, ou seja, trata-se da Compra Institucional que permitiu aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta (hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros) pudessem adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 39).

Estas iniciativas do governo federal estimularam que vários governos estaduais e muitos municípios criassem os seus próprios mecanismos de compras públicas, ampliando ainda mais as oportunidades dos agricultores e agricultoras familiares para a sua produção e comercialização. Dessa forma, o PAA e o PNAE contribuíram decisivamente para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica, além de ressignificar os produtos da agricultura familiar, associados à promoção da justiça social e da equidade, valorizando também o artesanato e a cultura locais (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 39).

Saliente-se que, em 2004, emergiu também o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), o qual estimulou a produção e a compra de oleaginosas (soja, por exemplo) da agricultura familiar. Nesse processo, deve ser salientado também a aprovação da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, chamada de “Lei da Agricultura Familiar”, pois reconheceu oficialmente a categoria dos agricultores e agricultoras familiares no Brasil, além de estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

Dessa forma, na história recente do Brasil, esse conjunto de políticas públicas implementadas no Brasil em apoio à agricultura familiar, somadas com os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, transformou a realidade dos agricultores e agricultoras familiares em todo o país, pois isso garantiu reconhecimento como sujeitos de direitos e houve uma enorme ampliação da cidadania rural, pois passou a reconhecer os agricultores como cidadãos, não somente como produtores (PICOLOTTO, 2012, p.161).

Por outro lado, saliente-se que as políticas públicas adotadas durante os governos Lula e Dilma não foram direcionadas exclusivamente à agricultura de base familiar, ou seja, nem sempre foram os setores sociais rurais mais fragilizados que receberam atenção do Estado brasileiro. Muitas vezes, foram os setores do agronegócio e da mineração que foram fortalecidos com investimentos públicos. Em outras palavras, o referencial desenvolvimentista desses governos fortaleceu, ao mesmo tempo, a agricultura familiar e a agricultura não familiar, o que gerou efeitos contraditórios sobre parte da categoria social, especialmente entre os

agricultores menos capitalizados e em situação de vulnerabilidade social (GRIZA, 2018, p. 15-16).

Além disso, existem críticas ao Pronaf direcionadas em duas direções: a questão do foco e do público-alvo do programa. Em relação a esse último aspecto, estudos apontam que houve, ao longo do tempo, uma concentração considerável dos recursos entre os agricultores consolidados residentes nos estados do sul do Brasil, em detrimento daqueles agricultores em situações mais desfavoráveis e em situação de pobreza como os residentes no Nordeste brasileiro (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021, p. 47).

Por outro lado, em relação ao foco do Pronaf, é importante ressaltar os objetivos do programa, ou seja, o fortalecimento da agricultura familiar, a melhoria das condições de vida dos agricultores de base familiar e a promoção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Ao analisar a efetividade do programa em relação ao alcance desses objetivos, vários estudos indicam que o Programa foi incapaz de estimular uma mudança substancial no modelo de desenvolvimento agrícola no país, uma vez que contribuiu fortemente para viabilizar a adoção de técnicas agrícolas produtivistas, as quais, geralmente, são contrárias à qualidade do meio ambiente. Nessa trajetória, a Linha Mais Alimentos, no âmbito do PRONAF, simbolizou a adesão ao modelo tradicional de agricultura (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021, p. 50-52).

De qualquer modo, esse conjunto de políticas públicas, somadas aos direitos sociais aplicados a partir da sua aprovação na Constituição de 1988, tiveram impacto fundamental no processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU, nesse período. Vamos, então, descrever e analisar essas questões em sequência.

4.2 A Fetraf-Sul-CUT e os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma

Como visto no capítulo anterior, a criação da Fetraf/Sul/CUT, em 2001, tinha como objetivo representar os agricultores e agricultoras familiares do sul do Brasil buscando construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) no meio rural. Para isso, era fundamental o apoio do Estado brasileiro através da ampliação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, tanto para a produção, quanto para os processos de agroindustrialização e de comercialização dos alimentos produzidos.

Nessa trajetória, por motivos ideológicos e políticos, a Fetraf/Sul/CUT manteve, como visto, uma relação de muita proximidade com a liderança de Lula (PT) desde o congresso de

sua fundação. Simbólico disso, foi a sua presença na Caravana da Agricultura Familiar realizada em julho de 2001 nos três estados do sul do Brasil, a qual teve duração de uma semana.

Além disso, suas lideranças buscaram influenciar as políticas públicas realizadas pelos governos de cunho neodesenvolvimentista ou social-desenvolvimentista nesse período, nos três níveis de governo: municipal, estadual e nacional. Note-se que, no caso do Rio Grande do Sul, o governo de Olívio Dutra (1999-2002) se notabilizou com políticas públicas favoráveis à agricultura familiar e de forte aproximação com os movimentos sociais rurais no estado.

Nesse sentido, apesar dos limites financeiros que o estado do Rio Grande do Sul historicamente possui, o governo Olívio Dutra colocou em prática algumas políticas públicas importantes, buscando atender minimamente as expectativas do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais com atuação no estado e na região da AMAU. Entre elas, merecem destaque: a criação do programa estadual de Seguro Agrícola; o programa de Habitação Rural; a implementação da Feira da Agricultura Familiar na Expointer⁶⁹; o desenvolvimento do programa da Agroindústria Familiar; a criação do selo de qualidade “Sabor Gaúcho”, identificando os produtos das agroindústrias do Rio Grande do Sul.

Resultado dessa aproximação com a Fetraf/Sul/CUT e das políticas públicas implementadas pelo governo de Olívio Dutra, em 2002, no período pré-eleitoral para a eleição à presidência da República, Lula veio novamente ao Alto Uruguai para fazer imagens e gravar um programa partidário de televisão voltado à agricultura familiar, que deveria ir ao ar, em rede nacional, no dia 09 de maio de 2002, como destacou o jornal *Voz Regional*, edição de 03 de maio daquele ano.

Figura 35 - Lula em visita a Erechim, maio/2002, para gravar programa partidário direcionado à Agricultura Familiar



Fonte: Jornal Voz Regional, Erechim, 03 mai. 2002, capa.

⁶⁹ A Expointer é uma feira agropecuária de âmbito nacional e internacional, realizada anualmente no Rio Grande do Sul, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio.

Em entrevista, no município de Erechim, o jornalista Rodrigo Finardi registrou a fala de Lula quando afirmou que os projetos que estavam em desenvolvimento no estado pelo governo Olívio Dutra em apoio à agricultura familiar serviriam de referência para o Brasil:

Referência

Lula voltou a frisar o trabalho da agricultura familiar: “No Brasil hoje, quando se quer falar do desenvolvimento da agricultura familiar, você tem o RS como referência. É uma coisa histórica importante para nós. Governamos este estado e sabemos do compromisso do governador Olívio Dutra com a agricultura familiar. **Sabemos dos projetos feitos aqui no estado. Isso nos motiva a vender o que acontece aqui como uma imagem muito boa à todo o território nacional**, pelo menos onde for possível fazer” (FINARDI, 2002, p. 3, grifo nosso).

Finardi, da mesma forma, registrou os motivos da vinda de Lula a Erechim e ao Rio Grande do Sul, relacionados à Agricultura Familiar:

Coletiva curta

(...) “Estamos aqui em Erechim para discutir um assunto que muito nos interessa e aos companheiros que estão trabalhando a elaboração do programa de governo que é a questão da agricultura familiar. Estamos convencidos na necessidade de fortalecermos a agricultura familiar. **Nós estamos convencidos que através da agricultura familiar possamos cumprir várias funções sociais**. Para nós o crescimento das pequenas cidades é muito importante. A geração de emprego é mais importante ainda. E sobre tudo a melhoria da qualidade dos alimentos e da vida das pessoas” (FINARDI, 2002, p. 3, grifo nosso).

Assim, um dos principais objetivos da visita de Lula a Erechim era o de colocar o tema da agricultura familiar como um dos pilares do programa de governo que estava sendo construído para ser apresentado nos programas eleitorais da campanha que se avizinhava no segundo semestre daquele ano. Dessa maneira, a agricultura de base familiar era posicionada em lugar central, pois, além de geradora de emprego no meio rural, ela era fundamental para a alimentação da população brasileira, especialmente das milhões de pessoas que estavam passando fome na época. Depois da rápida coletiva, Lula visitou a família e a propriedade rural do agricultor Waldecir Balen, na comunidade do Km 14, Dourado, interior de Erechim. Em entrevista, Balen relata a preocupação de Lula com o problema da fome no Brasil:

Na época, quando ele chegou aqui, ele queria saber como que a agricultura familiar produzia, porque um dos objetivos dele, se ele se elegia (...) porque nos governos anteriores, a agricultura familiar tava em quinto plano ou mais. Então, ele tinha esse objetivo por quê? **Porque ele queria matar a fome do povo brasileiro que estava morrendo de fome, né, aqui no Brasil.** Então, ele queria dar um incentivo, como deu, prá agricultura familiar (informação verbal, grifo nosso)⁷⁰.

Além de colocar a questão do apoio à produção de alimentos através da agricultura familiar como central para o enfrentamento ao problema da fome no Brasil, o jornal Voz Regional registrou também que, na época, no “Encontro com Presidenciáveis”, Lula apontara cinco motivos para a defesa da agricultura familiar: “ocupação soberana do solo, geração de empregos, manutenção de pessoas na sua terra natal, melhoria da qualidade do alimento e preservação ambiental”. Além disso, afirmara que não via “nenhuma incompatibilidade entre a agricultura familiar e a empresarial” (Jornal Voz Regional, Erechim, 03 mai. 2002, p. 6).

Figura 36 - Lula em visita à residência da família dos agricultores familiares Waldecir Balen e Wilma Fiorentin Balen – Km 14, Dourado, Erechim – Maio/2002



Fonte: Acervo pessoal de Waldecir e Wilma Balen.

Na continuidade da entrevista citada acima, o agricultor Waldecir Balen relatou as dificuldades que os agricultores familiares tinham, na época, para financiar a produção:

⁷⁰ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XVIII.** [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

Então, ele veio aqui vendo como é que eu produzia. E, na época, eu plantava 10 hectares, 11 hectares...porque era tudo manual, né (...). Em final, o apoio que ele deu depois foi muito grande, né, (...) eu me lembro na época, ele me perguntou: quanto é que tu financia, Balen, para cada hectare? Então, eu disse que era 150 reais. Mas ele disse: **Você consegue fazer com 150?** Não, é difícil, eu disse. Então, como é que tu faz? Bom, daí vou comprar uma semente mais barata, faço uma agricultura mais barata. Como, ele disse? **Aí, não boto ureia no produto (no milho, na soja, no feijão...), eu compro adubo mais barato. E a semente também não é da melhor qualidade. Então, ela se torna mais barata. Então, eu faço com 150** (informação verbal, grifo nosso)⁷¹.

Além disso, Waldecir Balen solicitou a Lula que, caso fosse eleito, deveria não só aumentar os valores destinados ao crédito agrícola, mas reduzir a taxa de juros cobrada pelos bancos, pois estava altíssima:

Então, ele me disse, se eu me eleger, Belen (ele me chamava de Belen), **o que que tu acha, ele disse, passar isso para 300 reais por hectare?** Oh, disse, **seria muito bom, excelente, mas digo, melhor ainda seria se fosse baixar o juro, porque, digo, o juro que tá pagando agora é altíssimo, né, então, os bancos vão dá risada** (...). Ele disse, essa é uma briga que vamos ter que comprar, em caso de se eleger, ele disse. (...). Como de fato, depois que ele se elegeu, aconteceu (...), aquelas políticas públicas que ele tinha no plano dele de governo, aconteceram. (...) E isso foi uma mão na roda grande que aconteceu para nós agricultores (informação verbal, grifo nosso)⁷².

Dessa forma, o agricultor Waldecir Balen aproveitou aquele momento da visita de Lula a sua propriedade rural e reivindicou uma política pública diferenciada para os agricultores familiares, caso Lula fosse eleito. E reconhece, na entrevista feita anos depois, que o governo não ficou só na promessa, pois a agricultura familiar foi reconhecida através das políticas públicas criadas pelos governos petistas de Lula e Dilma.

Dessa maneira, não pareceu estranho o fato de que, em 2003, com a posse de Lula como presidente da República, Miguel Rossetto foi convidado para coordenar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pois tinha sido vice-governador do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra, entre 1999 e 2002, gestão essa marcada por uma forte relação com sindicalismo e os movimentos sociais rurais, além da implementação de várias políticas públicas favoráveis à reforma agrária e à agricultura familiar. Assim, várias experiências gestadas originalmente nesse estado transformaram-se em políticas públicas nacionais. Além disso, vários dirigentes do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais participaram diretamente do governo Lula e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, contribuindo com

⁷¹ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XVIII**. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

⁷² Idem.

o aperfeiçoamento e com a construção de políticas públicas direcionadas à agricultura de base familiar (PICCOLOTTO, 2012, p. 160).

Essa proximidade do governo Lula com o sindicalismo e os movimentos sociais rurais foi demonstrada muitas vezes. Nesse sentido, foi exemplar a participação direta de Lula no anúncio das medidas governamentais para o enfrentamento de uma das maiores secas vividas nesse período. Em março de 2005, esteve em Erechim, acompanhado dos Ministros Miguel Rossetto (MDA) e Ciro Gomes (Integração Nacional).

Figura 37 - Presidente Lula, em Erechim, por ocasião da seca na região da AMAU, em 16/03/2005



Fonte: Jornal Voz Regional, Erechim, 17 mar. 2005, capa.

Na visita a Erechim, depois do evento público com a presença de aproximadamente 10 mil pessoas na Praça da Bandeira, em frente à Prefeitura do município, o presidente Lula reuniu-se com as lideranças sindicais da Fetrat/Sul/CUT - Altemir Tortelli (coordenador da Fetrat/Sul), Ari Pertuzatti (coordenador da Fetrat/RS) e Eloir Griselli (coordenador do SUTRAF/AU) – na própria sede da Prefeitura. Participaram também os ministros Ciro Gomes (Integração Nacional) e Miguel Rossetto (MDA). Na referida reunião, os dirigentes da Fetrat apresentaram e debateram as reivindicações dos agricultores familiares para o enfrentamento dos problemas causados pela forte seca que se abatia na região sul do Brasil.

Figura 38 - Lula esteve em Erechim para debater e anunciar medidas para enfrentar os problemas causados pela seca à agricultura familiar na região sul do Brasil, março 2005



Fonte: Jornal Diário da Manhã, Erechim, 17 mar. 2005, capa.

Figura 39 - Milhares de pessoas participaram do evento com Lula em Erechim, em 16/03/2005



Fonte/Foto: Rodrigo Finardi.

Chama a atenção a notícia produzida pelo jornal Diário da Manhã que registrou a estratégia da Fetraf/Sul/CUT em relação ao governo Lula, nas palavras de seu Coordenador Geral, Altemir Tortelli: “A Fetraf continua convencida de que as conquistas acontecem quando a negociação é articulada com a mobilização” (Jornal Diário da Manhã, Erechim, 17 mar. 2005). Dessa forma, Tortelli destacava que o movimento participava na mesa de negociação com o governo e, simultaneamente, praticava eventos de mobilização popular para pressionar os governantes para que atendessem as reivindicações dos agricultores familiares. E considerou que a presença do presidente Lula no Alto Uruguai representava a consolidação do compromisso do governo com a agricultura familiar, além do reconhecimento da própria Fetraf/Sul/CUT como interlocutora central entre os agricultores e o governo:

O presidente ao visitar o Alto Uruguai assume compromissos com o que ainda precisa ser feito, o número de pessoas que participou do ato público reforça a responsabilidade do governo consolidar e avançar nas medidas de combate aos problemas causados pela seca e o fato do presidente anunciar pessoalmente as medidas em Erechim demonstra o tamanho e a importância da Fetraf e o reconhecimento pessoal de Lula à entidade (TORTELLI apud Jornal Diário da Manhã, Erechim, 17 mar. 2005).

Saliente-se que, simbolicamente, nesse ato a Fetraf/Sul/CUT entregou uma cesta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares dessa região (Figura 40), uma prática comum na ocorrência de eventos realizados pelo sindicalismo e pelos Movimentos Sociais rurais, a fim de demonstrar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos no país.

Figura 40 - Lula recebendo uma cesta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares; Jornal Diário da Manhã registrou que o evento teve um público de 10 mil pessoas



Fonte: Jornal Diário da Manhã, Erechim, 17 mar. 2005.

Outro fato que merece ser ressaltado, nesse evento ocorrido em Erechim, foi o destaque recebido pela Agricultura Familiar em detrimento da Agricultura Não Familiar, simbolizado na Figura 41, em sequência, que traz uma foto retratando uma faixa fixada na Praça da Bandeira com a frase: “Estiagem não escolhe tamanho da lavoura”, assinada pela Farsul.

Figura 41 - Faixa colocada pela Farsul no evento com a presença do presidente Lula, em Erechim, 16 de mar. 2005



Fonte/foto: Rodrigo Finardi.

Dessa maneira, os locais onde foram fixadas as faixas e o modo como se processou o ato público foi simbólica para a época: de um lado, a Fetraf/Sul/CUT participou ativamente da organização do evento, colocou uma faixa com a frase “A Agricultura Familiar agradece a presença do presidente Lula” (Figura 37) no palanque das autoridades e teve voz e vez nos discursos proferidos; por outro lado, a Agricultura Não Familiar (empresarial ou patronal) apenas se fez presente no ato (Figura 41). Assim, essa realidade é reveladora do contexto vivenciado na época, no qual a Agricultura Familiar possuía um reconhecimento prioritário e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tinha muita força política. Bastante diferente é o contexto atual, no governo Bolsonaro, o qual manteve a extinção do MDA realizada no governo Temer e a Agricultura Empresarial ou Patronal é que tem o apoio prioritário, como é tratado no Capítulo VI.

Nesse contexto, portanto, o sindicalismo rural organizado na Fetraf/Sul/CUT consolidou-se na região sul do Brasil e gerou concorrência pelas bases na representação dos

agricultores familiares com as demais organizações do sindicalismo rural, especialmente com a Contag, nesse período. No decorrer dos anos, o sindicalismo da Fetraf/Sul/CUT estruturou-se no território nacional, através da criação das Fetrafs estaduais (federações) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil), oficializada em 2016. (PICOLOTTO, 2018, p. 105).

Nesse processo, constituiu-se uma realidade de pluralismo sindical no meio rural brasileiro. Na relação com o Estado, tanto a Fetraf/Sul/CUT quanto a Contag estabeleceram boas relações com os governos Lula e Dilma, especialmente atuando nos espaços do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Dessa maneira, galgaram a conquista de importantes políticas públicas para as suas bases sindicais – crédito, garantia de preços para os produtos da agricultura familiar, seguro agrícola, habitação rural, assistência técnica, entre outras. Entretanto, ao fazerem isso, ao mesmo tempo que conseguiram influenciar nas arenas públicas a definição de políticas direcionadas à agricultura familiar, se deixaram “estatizar” e abdicaram de sua autonomia enquanto representantes sociais. Foram atraídas, assim, para a lógica do pragmatismo “do possível e do negociável” e renunciaram às características mais utópicas dos movimentos sociais e assumiram um papel de executores das políticas públicas que ajudaram a construir (PICOLOTTO, 2018, p. 106).

No caso da região da AMAU, o Sutraf/Alto Uruguai, ligado ao sindicalismo da Fetraf/Sul/CUT, obteve nesse período amplo reconhecimento social e político frente aos agricultores familiares dessa região. E, institucionalmente, foi um parceiro efetivo do governo federal na execução de projetos e na implementação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Apesar dessa legitimidade conquistada, o sindicato assumiu um papel que era do Estado e, muitas vezes, deixou em segundo plano a sua própria função de organização, de mobilização e de luta pela conquista de novas reivindicações da categoria (SEMINOTTI, 2014, p. 320-321).

Enfim, no decurso dos governos neodesenvolvimentistas ou social-desenvolvimentistas (os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma), a agricultura familiar e suas entidades representativas do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais obtiveram reconhecimento e foram contempladas com importantes políticas públicas direcionadas ao setor. Nesse sentido, o governo federal aperfeiçoou programas como o Pronaf, criado no governo anterior, além de implementar novos programas. Ademais, manteve os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988. Nessa direção, cabe destacar a valorização do salário mínimo nacional com a aplicação de aumentos reais e a ampliação das políticas de assistência social como a criação do programa Bolsa Família. Tudo isso causou impactos positivos no desenvolvimento da

agricultura familiar na região da AMAU e a tornou mais sustentável, como será visto em sequência.

4.3 Direitos sociais e políticas públicas: impactos no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU

São muitas as consequências positivas no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU a partir do processo de efetivação dos direitos sociais garantidos no texto da Constituição Federal de 1988 e das políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, que começaram a entrar em vigor na década de 1990 e foram aperfeiçoadas e ampliadas nos governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2014. Vamos destacar alguns desses impactos em sequência.

4.3.1 Os direitos previdenciários: a aposentadoria rural (agricultores aos 60 anos de idade e agricultoras aos 55) e o salário-maternidade

Os direitos previdenciários chegaram 48 anos mais tarde ao meio rural em comparação com o meio urbano brasileiro. Além disso, no período militar, os benefícios rurais começaram a ser implementados com um caráter assistencial. Dessa forma, como visto, as mobilizações e as lutas sociais realizadas pelos agricultores e agricultoras em todo o país, nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, como ocorreu na região da AMAU, foram essenciais para que fossem sacramentados os direitos sociais na Constituição Federal de 1988, a exemplo da aposentadoria rural (do agricultor aos 60 anos de idade; e da agricultora aos 55 anos) e do salário-maternidade à mulher trabalhadora rural.

Saliente-se que o pagamento desses benefícios previdenciários impactou enormemente na qualidade de vida da população rural brasileira e no desenvolvimento dos municípios, especialmente nos pequenos, como pode ser observado na Tabela 18, em sequência, com dados da região da AMAU. Pela tabela, percebe-se que os valores pagos pela previdência social brasileira aos agricultores e agricultoras possuem um grande impacto na vida dos agricultores da região Alto Uruguai rio-grandense. Além disso, os benefícios previdenciários garantem uma soma extraordinária de recursos que são injetados mensalmente na economia dos municípios dessa região. Observa-se que, em 27 municípios da AMAU sobre um total de 32, mais de 50%

dos recursos advindos dos benefícios do INSS são pagos para agricultores e agricultoras, sendo que em 23 deles, os recursos superam o índice de 60%.

Tabela 18 - Valores dos benefícios emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) beneficiando a população urbana e rural na região da AMAU, em 2018

Município	Benefícios Urbanos	% Urbano	Benefícios Rurais	% Rural	TOTAL
F. Peixoto	601.131	11,50	4.624.086	88,50	5.225.217
Charrua	929.995	15,14	5.212.258	84,86	6.142.253
Cruzaltense	213.309	16,53	1.077.477	83,47	1.290.786
B. R. Azul	1.157.532	17,94	5.294.223	82,06	6.451.755
B. C. Sul	1.088.873	18,21	4.890.103	81,79	5.978.976
Centenário	2.360.569	18,87	10.147.879	81,13	12.508.447
It. do Sul	3.339.880	21,75	12.017.778	78,25	15.357.658
P. Preta	795.231	22,74	2.701.593	77,26	3.496.824
Áurea	4.565.835	23,01	15.280.826	76,99	19.846.661
P. Bento	1.848.143	29,23	4.475.333	70,77	6.323.476
T. Arroios	2.961.496	25,30	8.745.252	74,70	11.706.748
S. Valentim	6.037.796	29,94	14.130.779	70,06	20.168.575
Faxinalz.	2.074.019	29,97	4.847.345	70,03	6.921.364
Ip. do Sul	2.428.761	30,41	5.557.384	69,59	7.986.144
E. Grande	5.914.302	31,20	13.040.835	68,80	18.955.137
Aratiba	11.988.668	31,90	25.592.136	68,10	37.580.804
M. Moro	2.979.318	32,21	6.270.408	67,79	9.249.726
C. Gomes	242.239	33,49	480.997	66,51	723.236
S. Almeida	6.233.287	34,65	11.754.136	65,35	17.987.423
Q. Irmãos	1.254.295	37,15	2.122.147	62,85	3.376.442
Viadutos	11.092.570	37,57	18.431.155	62,43	29.523.724
Jacutinga	7.982.769	39,00	12.485.041	61,00	20.467.810
C. do Sul	15.655.893	42,58	24.111.415	60,63	39.767.309
B. Cotegipe	11.668.818	44,21	14.727.151	55,79	26.395.969
E. Rios Sul	6.235.284	47,05	7.016.902	52,95	13.252.186
Sertão	12.061.012	48,28	12.920.142	51,72	24.981.154
M. Ramos	11.465.390	48,81	12.026.072	51,19	23.491.462
Gaurama	15.259.024	53,29	13.375.129	46,71	28.634.154
Erebango	4.126.017	56,87	3.129.360	43,13	7.255.377
G. Vargas	63.318.304	68,35	29.313.809	31,65	92.632.113
Estação	12.001.142	85,54	2.028.631	14,46	14.029.773
Erechim	404.615.552	87,29	58.919.032	12,71	463.534.584
AMAU	634.496.454	63,37	366.746.814	36,63	1.001.243.267
RS	36.259.886.000	83,00	7.437.693.000	17,00	43.697.579.000
Brasil	446.603.172.000	80,62	107.347.345.000	19,38	553.950.517.000

Fonte: Dados estatísticos da Previdência Social e INSS, 2018; ZANELLA; ROCHA, 2020, p. 39.

Outrossim, pesquisas de campo indicam que as aposentadorias e pensões abrangem 71,2% do total de rendimentos das famílias que vivem no campo na região Nordeste do Brasil e 41,5% no Sul. Além disso, em 60% dos municípios brasileiros, os benefícios previdenciários

representam mais do que o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM (BERWANGER, 2011, p. 174-175).

Outra informação importante é sobre a parcela da população beneficiada por sexo na região da AMAU. Conforme os dados pesquisados referentes a outubro de 2018⁷³, 70.064 benefícios previdenciários foram emitidos naquele mês, considerando a população rural e urbana. E quando se leva em conta a população beneficiada por sexo temos os seguintes números: as pessoas do sexo masculino foram contempladas com 29.413 benefícios (o que corresponde a 41,98% do total), enquanto a população do sexo feminino recebeu 40.651 benefícios (o que corresponde a 58,02% sobre o total). Dessa forma, ao levarmos em conta de que as mulheres rurais recebem o benefício da aposentadoria aos 55 anos, enquanto os homens somente aos 60 anos, elas ampliaram e contribuíram decisivamente com suas lutas e mobilizações para a geração de renda e para a ampliação da cidadania em todo o Brasil. Além disso, contribuem decisivamente com a economia regional e local em cada um dos 32 municípios do Alto Uruguai.

Por outro lado, é considerável ter presente que a população total estimada pelo IBGE para a região da AMAU é de 223.505 pessoas (cálculo realizado em 1º de julho de 2021). Assim, a partir do número total de benefícios emitidos pelo INSS em outubro de 2018 que correspondeu a 70.064, pode-se concluir que 31,35% da população regional está diretamente beneficiada mensalmente pelos benefícios previdenciários, ou seja, a cada 10 pessoas, três são contempladas pela previdência social.

Outra informação valiosa que a tabela acima apresenta é o peso que os benefícios rurais possuíam na região da AMAU quando comparados com os do Rio Grande do Sul e do Brasil, em 2018. Enquanto na AMAU, os benefícios rurais correspondem a 36,63% dos valores correspondentes aos benefícios emitidos nessa região, no Rio Grande do Sul, os benefícios rurais correspondem a 17% e no Brasil em 19,38%. Ou seja, os benefícios rurais têm um peso muito maior nessa região do que no estado e no país. Assim, a sua contribuição para a geração de renda e para o desenvolvimento desses municípios é comparativamente maior (quase duas vezes mais).

⁷³ As informações foram buscadas na página da Secretaria da Previdência, vinculada atualmente ao Ministério da Economia. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-municipais-2018/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

4.3.2 O direito à saúde pública

Como visto anteriormente, a organização, a mobilização e a luta em torno da bandeira da Saúde Pública, Gratuita e de Qualidade foram centrais para o processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU, nas últimas décadas. Na década de 1980, como visto no Capítulo III, essa mobilização ganhou expressão no município de Aratiba, quando as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município decidiram enfrentar o grave problema das cobranças médicas e hospitalares que atingiam diretamente as famílias de agricultores daquela localidade. Assim, em 1985, em assembleia histórica, os agricultores daquele município decidiram comprar o Hospital Nossa Senhora da Saúde, através da criação da Associação Comunitária e Hospitalar de Aratiba (ACHA). Conforme Ivar Pavan, a compra do hospital permitiu, além de avançar no grande objetivo do fim das cobranças medidas e hospitalares, a realização de ações de conscientização e de prevenção para que as pessoas permanecessem com mais qualidade de vida (PAVAN apud ZANELLA, 2004, p. 216).

Essa experiência de organização e de mobilização dos agricultores e agricultoras de Aratiba serviu de exemplo para que, em quase todos os municípios da região da AMAU, a luta da saúde pública se tornasse prioritária no processo de organização do sindicalismo rural. Assim, essa bandeira foi erguida em várias localidades: Erechim, Severiano de Almeida, Jacutinga, Getúlio Vargas, entre outros. Além disso, a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição de 1988 e nas legislações que se seguiram permitiu que os trabalhadores rurais e urbanos dessa região participassem efetivamente dos Conselhos Municipais de Saúde, na década de 1990 e no período que se seguiu. Assim, em cada município e em nível regional, foram promovidos encontros de formação para que as lideranças rurais participassem desses conselhos com a qualidade necessária para defender os direitos da população.

Nas lutas e nas experiências desenvolvidas na região da AMAU pelos agricultores e agricultoras familiares pela efetivação do direito à saúde pública, as pesquisas indicam que elas aconteceram com a participação direta das pessoas, através de cursos de formação, de assembleias e reuniões decisórias. Além disso, resultaram em direitos básicos garantidos à população rural (LIPSCH *et al*, 2006; MATTE, 2019). Além disso, na trajetória da implantação do Sistema Único de Saúde na região da AMAU, ganhou importância decisiva a compra, em 1994, do Hospital Santa Terezinha Ltda, adquirido pela Prefeitura Municipal de Erechim, na gestão do prefeito Antônio Dexheimer (PMDB), pois além de atender às demandas do município de Erechim, transformou-se em hospital referência para toda a região.

A partir desses avanços ocorridos na consolidação do Sistema Único de Saúde no Brasil, no Rio Grande do Sul e na região da AMAU, a população melhorou sua qualidade de vida, como revelaram os índices do IDHM, nos 32 municípios que integram essa região, entre 1991 e 2010, no qual a questão da saúde está inclusa na dimensão longevidade⁷⁴. Dessa forma, verifica-se melhora significativa nesses índices, conforme retratado na Tabela 19.

Tabela 19 - Dimensão Longevidade e a Expectativa de Vida da população na região da AMAU, entre 1991 e 2010, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Local	Longev. 1991	Expect. Vida 1991	Longev. 2000	Expect. Vida 2000	Longev. 2010	Expect. Vida 2010
C. Gomes	0,746	69,73	0,793	72,55	0,886	78,14
Charrua	0,765	70,92	0,858	76,50	0,885	78,12
E. Grande	0,765	70,90	0,858	76,50	0,885	78,12
P. Preta	0,750	69,97	0,794	72,61	0,874	77,44
Ipir. do Sul	0,788	72,29	0,862	76,72	0,866	76,94
Viadutos	0,745	69,69	0,780	71,77	0,864	76,81
S. Almeida	0,750	69,97	0,811	73,65	0,861	76,66
P. Bento	0,763	70,79	0,811	73,65	0,858	76,49
E. R. do Sul	0,710	67,61	0,766	70,94	0,857	76,40
Aratiba	0,750	70,01	0,804	73,26	0,856	76,38
Centenário	0,754	70,23	0,793	72,56	0,856	76,36
Jacutinga	0,734	69,06	0,781	71,87	0,855	76,30
F. Peixoto	0,719	68,13	0,792	72,52	0,854	76,23
Gaurama	0,781	71,86	0,841	75,46	0,852	76,09
T. Arroios	0,763	70,79	0,843	75,57	0,851	76,08
Cruzaltense	0,710	67,61	0,792	72,52	0,849	75,92
Estação	0,748	69,86	0,784	72,05	0,843	75,55
G. Vargas	0,710	67,62	0,800	73,02	0,843	75,55
M. Moro	0,763	70,79	0,806	73,38	0,843	75,55
B. Rio Azul	0,733	68,95	0,766	70,94	0,842	75,50
B. Cotegipe	0,710	67,61	0,746	69,74	0,842	75,49
Camp.do Sul	0,727	68,61	0,796	72,78	0,842	75,49
Áurea	0,705	67,32	0,766	70,96	0,841	75,48
RS	0,729	68,76	0,804	73,22	0,840	75,38
Erebango	0,737	69,21	0,790	72,42	0,837	75,24
Sertão	0,752	70,12	0,830	74,82	0,837	75,23
M. Ramos	0,759	70,53	0,799	72,94	0,834	75,03
Q. Irmãos	0,705	67,32	0,775	71,51	0,833	74,98
Erechim	0,746	69,73	0,820	74,18	0,833	74,95
S. Valentim	0,729	68,75	0,775	71,51	0,820	74,18
Brasil	0,662	64,73	0,727	68,61	0,816	73,94
Itab. do Sul	0,705	67,32	0,775	71,51	0,801	73,03
Faxinalzinho	0,659	64,53	0,762	70,69	0,801	73,03
B. C. do Sul	0,653	64,18	0,743	69,60	0,801	73,03

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Atlas Brasil 2013.

⁷⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um índice composto que agrega três importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. Saliente-se que a vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência (Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil>>. Acesso em: 19 set. 2021).

Na Tabela 19, observa-se que a expectativa de vida em todos os municípios da região da AMAU obteve significativa melhora entre 1991 e 2010, o que evidencia que as pessoas residentes nessa região alcançaram melhores condições de vida nesse período. Além disso, percebe-se que a maioria dos municípios dessa região obtiveram índices na dimensão longevidade acima dos alcançados na média do Rio Grande do Sul (21 municípios de 32) e do Brasil (29 municípios de 32). Desse modo, conclui-se que os direitos sociais (especialmente os relacionados ao Sistema Único de Saúde) e as políticas públicas direcionadas em favor do desenvolvimento da agricultura familiar foram extremamente benéficas à qualidade de vida da população nessa região.

4.3.3 O direito à Educação Pública

Em 08 de maio de 2019, para fins dessa pesquisa, entrevistamos os membros de uma família de agricultores familiares, que residem na comunidade de Km 14 – Dourado - no município de Erechim. Trata-se de uma família com quatro pessoas (um casal, ele possui 52 anos de idade e ela 48) e duas filhas (uma com 22 anos e outra adolescente). Assim, entrevistamos os pais e a filha de 22 anos. Economicamente, é uma família bem estabelecida, possui uma agroindústria no ramo de leite e queijo e na produção de bolachas, cujos produtos são comercializados semanalmente junto à Cooperativa Nossa Terra, em Erechim. Além disso, produz soja e milho na propriedade para venda no comércio tradicional.

Em relação ao acesso à educação, nas entrevistas realizadas, ficaram nítidas as diferenças existentes entre as duas gerações, ou seja, entre as oportunidades que existiram para os pais e as que existem atualmente para as filhas. Ao entrevistar o agricultor (pai), ele assim se pronunciou: “Naquela época lá, na minha família, ninguém incentivava isso e, aqui, a escola acabava na quinta série. Depois da quinta daqui, tinha que morar na cidade. Aqui nessa região, não tinha mais aula, por exemplo, para fazer o primeiro grau” (informação verbal)⁷⁵.

Além disso, naquele período, não existia o transporte escolar que atualmente garante a ida e a volta dos estudantes residentes no interior até os colégios de ensino fundamental e médio situados no interior ou na cidade. Da mesma maneira, ao entrevistar a agricultora (mãe) sobre o tema da educação, ela se manifestou:

⁷⁵ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XVI**. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

Eu tomei essa decisão, tanto é que meu pai queria que eu estudasse, mas **na época tinha muita dificuldade porque a gente não podia, tinha que parar fora de casa desde os 12 anos**. Prá fazer tipo, começava a 6^a, a 7^a e a 8^a série, já tinha que sair de casa. Morava no interior, tinha que ir e parar em Aratiba, no caso. E prá mim era difícil, eu gostava muito de casa, eu era muito apegada, eu não conseguia ficar fora de casa e não tinha transporte, não tinha nada. Então, por causa disso, eu não estudei. Fiz até a 5^a série só na Escolinha que tinha ali no Monte Belo (informação verbal, grifo nosso)⁷⁶.

Percebe-se, nessas duas entrevistas feitas com esse casal, que ambos, tanto o agricultor quanto a agricultora, apesar de viverem suas infâncias em comunidades diferentes⁷⁷, no final dos anos 1970 e na década de 1980, conseguiram cursar até a quinta série nas escolas existentes no meio rural. E, naquele período, para continuar os estudos (concluir os ensinos fundamental e médio, por exemplo), tinham que morar na cidade, pois ainda não existia o transporte escolar. Assim, pelas circunstâncias daquela época, para permanecer no exercício da profissão agricultor/agricultora, os jovens precisavam interromper seus estudos.

Entretanto, no contexto atual, ao entrevistar a filha desse casal, uma jovem de 22 anos, enxerga-se uma realidade bem diversa daquela enfrentada pelos pais: ela relatou que conseguiu fazer o ensino fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaguaretê e continuou a morar na casa dos pais, pois havia transporte escolar público. E, além disso, fez o ensino médio, estudando na cidade de Erechim, também morando na casa dos pais, pois era garantido o transporte escolar público. Apesar disso, ao concluir o ensino médio, decidiu fazer um curso superior em Passo Fundo, o que a obrigou a deixar a casa dos pais, pelo menos temporariamente (informação verbal)⁷⁸.

Assim, a partir dessa realidade enfrentada por essa família, em relação ao direito à Educação Pública, percebe-se nitidamente que houve um avanço fundamental entre a geração dos pais (com idade aproximada dos 50 anos de idade) com a geração de seus filhos atualmente, os quais têm a oportunidade de estudar (pelo menos em relação às etapas de ensino fundamental e médio) e não precisam se afastar da casa dos pais. Na época da infância e adolescência dos pais, essa situação não existia: para continuar os estudos, era necessário sair da agricultura, pelo menos temporariamente. Isso não afasta outros problemas vivenciados na contemporaneidade,

⁷⁶ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XVII**. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

⁷⁷ Esse agricultor viveu sua infância na comunidade rural do Km 14, Dourado, município de Erechim. Já a agricultora viveu sua infância na comunidade rural de Monte Belo, município de Aratiba, ambos municípios pertencentes à AMAU.

⁷⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista II**. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 1 arquivos .mp3 (28 min.).

como é o caso de que, geralmente, os ensinos fundamental e médio somente são ofertados na sede municipal, o que acaba por estimular, muitas vezes, o abandono das atividades agropecuárias e o êxodo rural dos jovens.

Nas últimas décadas, além do direito a cursar os ensinos fundamental e médio pela população rural, foram conquistadas algumas instituições de ensino técnico e superior, ampliando assim a oferta de oportunidades públicas de ensino nessa região. Entre elas, destacam-se: a conquista da unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com sede em Erechim; a ampliação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Campus Sertão), em Sertão; a conquista do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Campus Erechim), em Erechim; e a Universidade Federal da Fronteira Sul (Campus Erechim), em Erechim.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) foi criada em 10 de julho de 2001 durante o governo Olívio Dutra, concebida com a missão de dinamizar o desenvolvimento econômico, social e cultural, reduzindo as desigualdades educacionais regionais no estado. Além de ofertar oportunidades de cursos superiores, a unidade da UERGS Erechim realizou parcerias em projetos de extensão, como o Projeto Caleli, juntamente com o SUTRAF Alto Uruguai, o IFRS, a Corsan e a Prefeitura de Erechim.

Figura 42 - Atividade de plantio de mudas de árvores às margens do rio Leãozinho que abastece o lago da Corsan, em Erechim, com a participação de representantes da UERGS e do SUTRAF Alto Uruguai



Fonte: Diário da Manhã, 11 set. 2015 (foto divulgação).

Saliente-se que a conquista da UERGS, durante a gestão de Olívio Dutra no estado, foi fruto também da luta desenvolvida pelo sindicalismo e movimentos sociais rurais na região da

AMAU, que participaram ativamente das assembleias regionais do Orçamento Participativo estadual implementado pelo governo, nas quais a demanda da universidade estadual foi solicitada e aprovada por unanimidade.

Além da UERGS, durante os governos Lula e Dilma (2003 a 2016), o sindicalismo e os movimentos sociais rurais fizeram mobilizações reivindicando a instalação do ensino técnico através da criação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Erechim e da ampliação do campus do IFRS – Sertão.

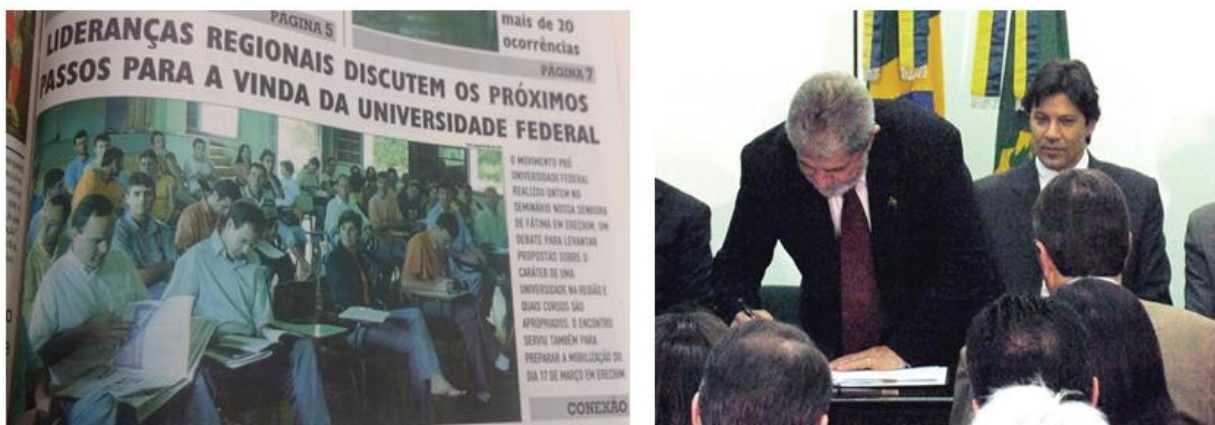
Figura 43 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos campi do IFRS Erechim e Sertão; foto do campus Erechim



Fonte: IFRS Campus Erechim, 2016.

Além da UERGS e do Instituto Federal, o sindicalismo e os movimentos sociais rurais construíram um grande processo de mobilização nos três estados da região sul do Brasil pela implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Dessa maneira, entre 2005 e 2009, as lideranças do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais - juntamente com o sindicalismo urbano, as Igrejas, deputados, vereadores, lideranças estudantis, entre outras - criaram o Movimento Pró-Universidade Federal, o qual organizou plenárias municipais e regionais, reuniões com entidades dos três estados do sul do Brasil, um grande abaixo-assinado, audiências no Ministério da Educação e com o presidente Lula. Esse movimento resultou na conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cuja lei foi sancionada em 15 de setembro de 2009, como pode ser observado na Figura 44, em sequência.

Figura 44 - Imagem 01: Lideranças regionais reuniram-se em Erechim para organizar a luta pela Universidade Federal na região da AMAU – fevereiro/2006; Imagem 02: Lula sanciona a lei que criou a UFFS, em 15/09/2009



Fonte: Diário da Manhã, Erechim, 21 fev. 2006; MEC (Foto: Fabiana Carvalho).

Saliente-se que a UFFS, diante da participação efetiva do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais do sul do Brasil no processo de mobilização e de sua conquista, possui um compromisso institucional com a produção de conhecimentos, tecnologias e práticas sustentáveis que potencializem a agricultura familiar na região (TREVISOL, 2014). Dessa forma, entre os objetivos da UFFS, estão:

Art. 8º A UFFS tem por objetivos: I - oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, em nível superior; II - **assegurar o acesso e a permanência no Ensino Superior, especialmente aos sujeitos sociais oriundos da população mais excluída do campo e da cidade;** (...) XVIII - promover a constituição de uma universidade pública e popular, comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos (UFFS, Estatuto, 2015, grifo nosso).

Dessa maneira, os agricultores e agricultoras familiares dessa região conquistaram nesse último período importantes avanços no processo de democratização da educação pública, o que proporciona mais oportunidades para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a formação da população rural, historicamente excluída.

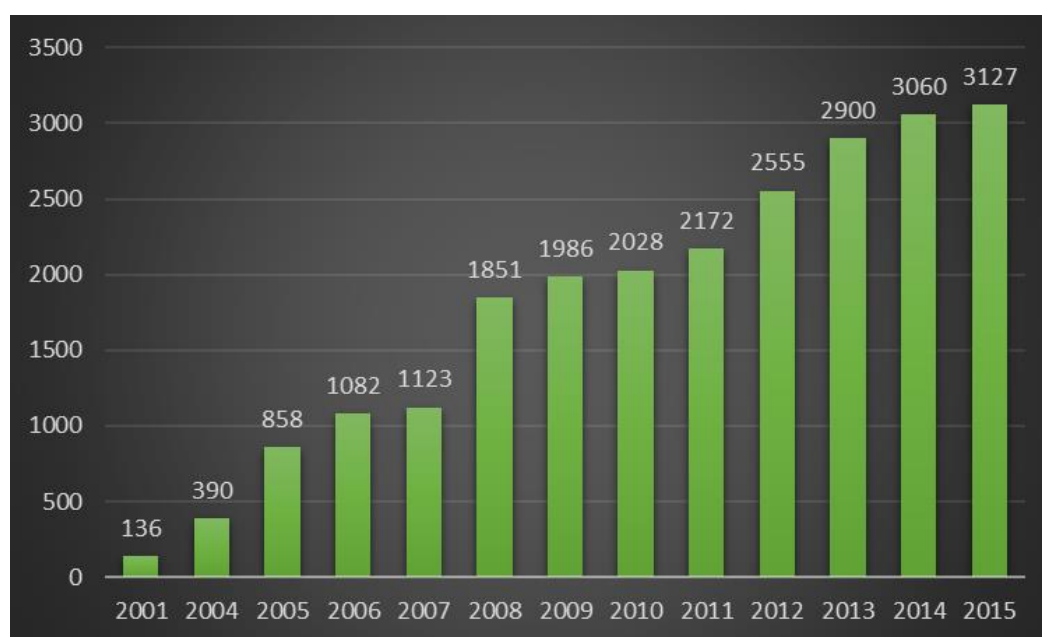
4.3.4 O direito à moradia

Como dito antes, uma das principais políticas públicas desenvolvidas com o objetivo de garantir o direito à moradia no meio rural foi implementada pelo governo Olívio Dutra (PT), no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2002. Assim, em 1999, foi criado o Programa Estadual de Habitação Rural (PHRRS), o qual estabeleceu parcerias para a execução do programa com entidades ligadas à agricultura familiar. Dessa forma, uma dessas parcerias ocorreu com a

Fetraf-RS e com a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf)⁷⁹, o que viabilizou a construção de 378 unidades habitacionais no estado. Dessas, 136 moradias foram construídas na região da AMAU (Informativo Sutraf/AU, 2019, p. 8).

A partir da eleição de Lula como presidente do Brasil, tendo Olívio Dutra como ministro das Cidades, teve início, em nível federal, o Programa de Habitação Rural (PHR), vinculado ao Programa Nacional de Habitação, o qual funcionou até 2009. A partir dali, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, entrou em vigor então o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Nesse período, o acesso ao crédito habitacional público voltado a melhorar a moradia passou a ser desfrutado pelos agricultores e agricultoras em todo o Brasil, alcançando mais de três mil famílias rurais somente na região da AMAU, como pode ser observado no Gráfico 7, em sequência.

Gráfico 7 - Evolução do número de moradias construídas na região da AMAU, entre 2001 e 2015, a partir das políticas públicas (estadual e federal)



Fonte: Informativo Sutraf/AU, 2019, p. 8.

As informações evidenciadas pelo gráfico acima, relativo à construção de novas moradias para as famílias de agricultores familiares na região da AMAU, são contundentes, pois indicam que as políticas públicas criadas nesse período atenderam a uma demanda

⁷⁹ A Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) foi criada em 2001, com o apoio da Fetraf/Sul/CUT, com o objetivo de realizar projetos e construir casas próprias para os agricultores familiares do sul do Brasil.

expressiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou seja, 3.127 famílias foram diretamente beneficiadas entre 2001 e 2015, alcançando um número aproximado de 12 mil pessoas.

Figura 45 - Família de agricultores familiares na região da AMAU beneficiada pelos programas públicos de moradia (residência antes e depois da construção)



Fonte: Informativo Sutraf/AU, 2019, p. 8.

Dessa forma, percebe-se nas imagens acima o quanto a nova moradia significou em termos de qualidade de vida, promovendo avanços na cidadania rural. Isso reforça que o Estado brasileiro, nesse período, reconheceu que os agricultores familiares precisavam de programas que fossem além dos aspectos produtivos como era o caso do Pronaf e avançassem nas questões relacionadas à cidadania. Desse modo, o governo atendeu reivindicações que incluíam, entre outras, a questão da habitação rural, como constatou Picolotto (2012):

Isto aparenta estar em sintonia com as pretensões das organizações sindicais, como a CONTAG e a FETRAF, que incluem estes temas como prioritários em seus projetos para **pensar os agricultores como cidadãos, não somente como produtores**. As lideranças sindicais chegam a afirmar em seus relatos que até então existia financiamento para construir galpões, chiqueiros, aviários, para compra de máquinas, mas não existia para construir uma casa digna para a família morar melhor (PICOLOTTO, 2012, p. 161, grifo nosso).

No decorrer desta pesquisa, a importância da construção de moradias para as famílias de agricultores familiares foi ressaltada também na entrevista que realizei com Waldecir Balen, em 2019, residente na comunidade do Km 14, Dourado, em Erechim:

E não foi só isso. Depois veio outras coisas, por exemplo, a construção de casa... teve vários agricultores que construíram. E um é esse meu filho (Paulo), que você entrevistou há pouco, essa casa ali ele construiu com o programa de habitação rural. E tem o outro cunhado dele também, que construiu, né. E tem outro vizinho, Tomkelski, também construiu com o mesmo programa. Então, aqui tem quatro que construíram casas assim. Então, não foi só na agricultura, digamos, no financiamento e no juro mais baixo, também nessa construção de casas, muito bom (informação verbal, grifo nosso)⁸⁰.

Além das políticas públicas voltadas à moradia, muitas famílias de agricultores dessa região também foram beneficiadas com as políticas voltadas à assistência social, como veremos em sequência.

4.3.5 O direito à assistência social

A política pública de assistência social avançou muito no Brasil, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988: “SEÇÃO IV - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos (...)”. Dessa forma, a assistência social passou a ser reconhecida como direito social sob responsabilidade do Estado e, portanto, foi universalizada. Passou a integrar, então, o tripé da seguridade social do Brasil: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Constituição Federal, Brasil, 1988).

A inserção da assistência social no tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, foi importante, pois impulsionou as lutas sociais na busca pelos direitos e pela universalização do acesso. Saliente-se que a participação da sociedade na formulação e no controle foi garantida no Art. 204: “Inciso II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Constituição Federal, Brasil, 1988). Além disso, em termos de legislação, a assistência social teve dois momentos significativos: a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005.

Entretanto, no Brasil, historicamente, entre o que está escrito na legislação e o que é efetivamente implementado, sempre existiu uma enorme distância. Nunes e Scherer (2020), por exemplo, escrevem que, além dos problemas gerais de compreensão da sociedade brasileira

⁸⁰ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XVIII**. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivos .mp3 (50 min.).

que, geralmente, ainda não enxerga a assistência social como direito, mas sim como caridade, há o problema da invisibilidade da população pobre no meio rural, o qual precisa ser rompido:

Nesse sentido, ressalta-se a importância da perspectiva da totalidade ao **buscar a ruptura com a (in)visibilidade do rural**, uma vez que para tal processo é necessário pensar uma visão diferente do rural, na qual esse espaço seja visto enquanto um lugar de vida, de projetos que envolvem as pessoas e não somente a produção agrícola para acúmulo de capital. Pensar a ruptura com a (in)visibilidade do rural perpassa necessariamente a discussão a respeito do papel do Estado na garantia dos direitos sociais, bem como da necessidade de uma política pública de reforma agrária, necessária ao enfrentamento ao latifúndio que persiste no campo brasileiro – hoje aliado ao agronegócio (NUNES; SCHERER, 2020, p. 14, grifo nosso).

Apesar dessas questões levantadas, os autores concluem que o direito à assistência social, mesmo que de modo insuficiente, vem sendo uma importante política social na garantia de direitos básicos à essa população que historicamente é (in)visibilizada e sofre com uma série de violações de direitos.

Tendo como base o Alto Uruguai rio-grandense, um estudo apresentado por Deggerone *et al* (2019) defende que as políticas públicas, adotadas pelo Brasil a partir dos anos 1990 e ampliadas nos anos seguintes, resultaram em uma significativa redução das desigualdades. Destacam, entre outros, o Programa Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ambos criados em 2003; o Programa Bolsa Família, em 2004; a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006; o Cadastro Único, em 2007; e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2010.

Entre esses programas, salienta-se o Bolsa Família, criado em 2003, no governo Lula, que contribuiu muito para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Até outubro de 2021, o Programa Bolsa Família foi coordenado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), vinculada ao Ministério da Cidadania⁸¹. O programa possuía alguns eixos importantes, como o complemento da renda, o acesso aos direitos, além da articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. Além disso, a gestão do Bolsa Família foi descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios tinham atribuições em sua execução.

Na região da AMAU, com base na Tabela 20, em sequência, entre os beneficiados pelo Programa Bolsa Família, através dos dados divulgados em abril de 2021, existiam 470 famílias de agricultores familiares, 672 famílias indígenas e 28 famílias quilombolas.

⁸¹ A partir de novembro de 2021, o Programa Bolsa Família foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, criado pelo governo Bolsonaro, através de Medida Provisória.

Tabela 20 - Benefícios do Bolsa Família na região da AMAU, em abril 2021⁸²

Local	Popul. estimada ⁸³	Pessoas benefic. diretam.	% sobre o total	Nº de famílias benefi.	Famíl. com PBF, situação extrema pobreza	Valor recebido total	Valor médio	Famíl. Agric. Benef.	Famíl. Indíg.	Famíl. Quilom.
Aratiba	6.145	233	3,79	68	55	5.844	85,94	25	0	0
Áurea	3.517	128	3,64	43	21	1.632	37,95	17	0	0
B.Cotegipe	6.616	384	5,80	112	39	7.007	62,56	16	6	0
B.R.Azul	1.621	31	1,91	11	7	1.008	91,64	1	0	0
B. C. Sul	1.924	906	47,09	337	326	44.627	132,42	37	288	0
C. do Sul	5.422	499	9,20	152	90	7.189	47,30	2	0	0
C. Gomes	1.327	77	5,80	24	6	424	17,67	9	1	0
Centenário	2.865	122	4,26	36	20	2.302	63,94	14	0	0
Charrua	3.228	856	26,52	246	233	34.442	140,01	108	229	0
Cruzaltense	1.765	67	3,80	27	18	1.164	43,11	11	0	0
E.R. Sul	2.724	426	15,64	149	128	14.691	98,60	2	0	0
Erebango	2.978	564	18,94	188	138	9.535	50,72	56	74	0
Erechim	107.368	5.044	4,70	1.756	936	156.356	89,04	6	4	0
E.Grande	4.780	634	13,26	205	172	13.213	64,45	5	1	0
Estação	5.924	361	6,09	136	123	10.728	78,88	1	0	0
Faxinalzinho	2.256	449	19,90	157	135	13.163	83,84	22	51	0
F.Peixoto	1.709	90	5,27	38	26	3.284	86,42	24	0	0
Gaurama	5.447	360	6,61	116	72	6.338	54,64	1	0	0
G. Vargas	16.158	627	3,88	197	130	9.832	49,91	2	1	0
Ipir. do Sul	1.871	30	1,60	10	7	448	44,80	0	0	0
Itat. do Sul	3.143	331	10,53	105	56	7.981	76,01	41	0	0
Jacutinga	3.532	232	6,57	68	43	4.901	72,07	4	0	0
M. Ramos	4.239	276	6,51	105	80	12.485	118,90	12	0	0
M. Moro	1.987	67	3,37	22	9	964	43,82	0	0	0
P. Bento	2.303	48	2,08	14	9	1.425	101,79	2	0	0
P. Preta	1.501	46	3,06	17	6	554	32,59	4	0	0
Q. Irmãos	1.860	180	9,68	64	49	5.084	79,44	4	0	0
S.Valentim	3.220	201	6,24	72	42	5.121	71,13	34	0	0
Sertão	5.220	589	11,28	202	138	16.812	83,23	1	16	28
S.Almeida	3.607	211	5,85	66	34	3.033	45,95	1	1	0
T. Arroios	2.620	4	0,15	4	3	269	67,25	0	0	0
Viadutos	4.628	239	5,16	76	27	3.456	45,47	8	0	0
AMAU	223.505	14.312	6,40	4.823	3.178	405.312	84,04	470	672	28
RS	11.466.630		8,64	404.178		32.092.058	79,40			
Brasil	213.317.639									

Fonte: Elaborada pelo autor com dados divulgados pelo Ministério da Cidadania.

Através da Tabela 20, percebe-se também que, em abril de 2021, na região da Amau, 4.823 famílias receberam recursos via o Programa Bolsa Família e, dessas, viviam em situação de extrema pobreza 3.178 famílias, cuja renda não ultrapassava o valor de 89 reais per capita. No município de Erechim, por exemplo, 1.756 famílias foram contempladas pelo Programa

⁸² Dados disponibilizados pelo Ministério da Cidadania. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/dados>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

⁸³ População estimada pelo IBGE em 1º de julho de 2021. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Bolsa Família, recebendo um valor médio por família de R\$ 89,04. Isso beneficiou diretamente 5.044 pessoas, ou seja, 4,7% da população de Erechim⁸⁴. E, dessas, 936 famílias estavam em situação de extrema pobreza.

Saliente-se que, no decorrer do desenvolvimento dos programas direcionados à assistência social, no período do governo Dilma, houve uma avaliação da necessidade de promover uma integração maior entre as políticas públicas para que fosse alcançado o objetivo da erradicação da pobreza extrema no Brasil. Assim, em 2011, foi criado o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), o qual buscou unificar diretrizes e ações entre 22 Ministérios, voltadas especialmente para as populações extremamente pobres (Figura 46).

Entre as principais inovações realizadas do Programa Brasil Sem Miséria, destaca-se a “articulação entre o acompanhamento técnico, assegurado pelos extensionistas rurais, e o repasse de recursos não reembolsáveis para fomentar a estrutura produtiva dos agricultores em extrema pobreza”. E, para a implementação do Plano Brasil Sem Miséria, foi estabelecida uma rota de inclusão produtiva rural conforme a figura a seguir.

Figura 46 - A rota de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM)



Fonte: Sesepe/MDS (CAMPOS *et al.*, 2014, p. 455).

Dessa forma, o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) buscou incentivar a estruturação produtiva das famílias a partir de ações que assegurassem seu autoconsumo e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse sentido, realizou-se ações de apoio com base na oferta

⁸⁴ Erechim possui uma população estimada em 107.368 habitantes, conforme os números estimados pelo IBGE, em 1º de julho de 2021.

de assistência técnica e de extensão rural (Ater), além de recursos para fomento à produção (2.400 reais por família, durante dois anos), a fim de garantir condições básicas para que as famílias pudessem iniciar um processo de reestruturação das atividades produtivas para a produção de alimentos e de outros produtos básicos nas suas propriedades. Assim, o programa tinha a intencionalidade de proporcionar as condições básicas para que as famílias produzissem os alimentos e outros bens necessários para o seu autoconsumo. E, na medida em que conseguissem gerar excedentes, pudessem comercializar essa produção, gerando renda para a família (DEGGERONE *et al*, 2019).

O município de Itatiba do Sul, integrante da AMAU, foi incluído, em 2013, no Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), pois, no ano anterior, 299 famílias estavam cadastradas no Programa Bolsa Família e 84 domicílios foram categorizados em situação de extrema pobreza. Assim, o programa foi implementado com a parceria do governo do estado (Programa RS Mais Igual). No Rio Grande do Sul, o programa foi desenvolvido por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), com o apoio da equipe de extensão rural da Emater/RS-Ascar, a qual iniciou esse trabalho de divulgação e de organização do programa no município. Foi criado, então, o comitê gestor local, do qual participaram os atores sociais representativos das instituições públicas e da sociedade civil: Sufraf/AU local, Cresol, Rádio Cultura Comunitária, Secretarias Municipais de Assistência Social, Agricultura e Administração (DEGGERONE *et al*, 2019).

Quadro 1 - Projetos produtivos implantados pelas famílias beneficiadas pelo PBSM em Itatiba do Sul

Projeto produtivo	Materiais adquiridos	Nº de projetos
Produção para o autoconsumo	Sementes, mudas de hortaliças, materiais para a construção da horta doméstica e ferramentas	25
Implantação de pomares	Exemplares das espécies frutíferas e insumos orgânicos	18
Criação de aves	Aquisição de galinhas poedeiras, aves de corte, alimentação para as aves e materiais para a construção do galinheiro	16
Implantação do processamento artesanal de alimentos, ou confecção de peças de artesanato	Aquisição de panelas, embalagens/ linhas, artefatos para confecção de artesanato	6
Implantação da atividade leiteira	Aquisição de animais, sementes de pastagem, insumos orgânicos para o cultivo das pastagens	5

Fonte: DEGGERONE *et al*, 2019.

Dessa forma, com a participação do comitê gestor local, as famílias rurais contempladas pelo Programa Brasil Sem Miséria puderam acessar as políticas públicas federais (Bolsa Família, Brasil Carinhoso, o Programa Nacional de Habitação Rural, a organização dos

documentos através da Assistência Social, Ater e Fomento, o PNAE, o PRONATEC⁸⁵ e o PRONAF/Custeio). Além disso, os programas estaduais (RS Mais Igual, Mais Água e Mais Renda, Segunda Água); e os programas municipais (Programa de habitação e reformas de residências). As famílias puderam elaborar os projetos de organização, ampliação e qualificação das atividades produtivas em suas propriedades rurais, com a assessoria dos técnicos extensionistas da Emater, como pode ser observado no Quadro 1, acima.

As figuras 47 e 48, em sequência, ilustram alguns dos projetos implementados, pelo Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), em Itatiba do Sul, cujas famílias tiveram acesso, conforme a necessidade, a diversos programas públicos.

Figura 47 - Residências de famílias rurais antes do programa; residências de famílias beneficiadas com os programas públicos de habitação rural (antes e depois)



Fonte: Acervo da Emater/RS-Ascar, 2014 *apud* DEGGERONE et al, 2019).

⁸⁵ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado, em 2011, durante o governo Dilma, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio.

Figura 48 - Plantio de sementes com o uso de adubação orgânica para a horta; construção de estufa com o uso de madeira, lona e pregos



Fonte: Acervo da Emater/RS-Ascar, 2014 *apud* DEGGERONE *et al.*, 2019).

Destaque-se que, das 50 famílias incluídas no programa, 39 finalizaram as atividades previstas pela proposta do Programa Brasil Sem Miséria, em Itatiba do Sul, ou seja 78% das famílias. Além disso, essas famílias que implementaram a totalidade das ações foram integradas a novas políticas públicas, como previa o projeto. E isso aconteceu porque houve uma participação efetiva do comitê gestor local. Dessa forma, o programa contribuiu efetivamente para a segurança alimentar das famílias, na melhoria da renda, na autonomia das mulheres, na maior sociabilidade, na garantia de mais condições e oportunidades, enfim, na ampliação da cidadania para esse conjunto de famílias rurais.

4.4 O crescimento da produção da agricultura familiar na AMAU (2006-2017)

Como visto, a partir de 1995-1996, houve no Brasil um processo de fortalecimento da agricultura familiar, marcado simbolicamente pela criação do Pronaf, pelo seu aperfeiçoamento ano após ano e pelo processo de ampliação das políticas públicas voltadas a esse setor. Dessa forma, busca-se aqui identificar os resultados obtidos pela agricultura familiar na região da AMAU nesse último período, com base nos levantamentos realizados pelos Censos Agropecuários do IBGE, em 2006 e 2017⁸⁶, em cada um dos 32 municípios dessa região.

⁸⁶ As variáveis referentes à produção animal e vegetal, às práticas agrícolas e a valores da produção, receitas e despesas associadas aos processos produtivos referem-se ao período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, período de referência do Censo Agropecuário 2017 (Censo agropecuário: resultados definitivos, IBGE, 2019).

Tabela 21 - Classificação dos Municípios na região da AMAU pelo valor total da produção agropecuária (mil reais) na Agricultura Familiar, 2006 e 2017

Local	Valor da produção 2006	Valor da produção 2017	Nº de vezes / crescimento
Mariano Moro	15.817	16.904	1,07
Barra do Rio Azul	26.017	29.339	1,13
Aratiba	51.664	62.609	1,21
Três Arroios	21.506	34.828	1,62
Ipiranga do Sul	26.624	48.333	1,82
Viadutos	23.624	44.118	1,87
Ercval Grande	14.731	28.455	1,93
Brasil	54.494.117	106.489.052	1,95
Itatiba do Sul	12.999	26.727	2,06
Áurea	15.539	32.050	2,06
Ponte Preta	13.054	28.050	2,15
São Valentim	13.703	29.797	2,17
Erechim	36.073	79.254	2,20
Estação	11.584	26.048	2,25
Benjamin Const. do Sul	5.760	13.168	2,29
Sertão	32.589	74.641	2,29
Severiano de Almeida	16.030	36.856	2,30
Rio Grande do Sul	8.824.340	20.265.684	2,30
AMAU	533.570	1.256.447	2,35
Charrua	15.065	36.473	2,42
Paulo Bento	10.655	26.211	2,46
Getúlio Vargas	23.744	58.720	2,47
Barão de Cotegipe	25.887	68.136	2,63
Gaurama	20.528	55.260	2,69
Campinas do Sul	14.032	38.607	2,75
Centenário	12.437	35.182	2,83
Entre Rios do Sul	6.226	18.198	2,92
Quatro Irmãos	6.030	18.382	3,05
Florianópolis	9.166	28.733	3,13
Cruzaltense	12.310	39.428	3,20
Marcelino Ramos	12.808	46.396	3,62
Faxinalzinho	4.931	18.026	3,66
Carlos Gomes	5.438	20.994	3,86
Erebango	8.542	39.036	4,57
Jacutinga	8.457	97.488	11,53

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários do IBGE, 2006 e 2017 (Tabelas 1118 e 6897).

Na Tabela 21, observa-se que, entre 2006 e 2017, em todos os municípios da AMAU, a Agricultura Familiar obteve crescimento no valor da produção agropecuária. Percebe-se também que, em 16 municípios (50% dos integrantes da AMAU), o crescimento no valor da produção foi maior do que a média de crescimento registrada na AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Além disso, outros nove municípios alcançaram crescimento no valor da produção

maior do que a média de crescimento registrada no Brasil. Assim, no período analisado, o crescimento do valor da produção alcançado pela AMAU, ficou acima do crescimento médio obtido tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil: (AMAU = crescimento de 2,35 vezes; Rio Grande do Sul = crescimento de 2,3 vezes; e Brasil = crescimento de 1,95 vezes).

Por outro lado, percebe-se que o crescimento não foi igual na região da AMAU. Alguns municípios (sete) tiveram crescimento médio no valor da produção, entre 2006 e 2017, menor do que a média de crescimento registrada no Rio Grande do Sul e no Brasil: Mariano Moro, Barra do Rio Azul, Aratiba, Três Arroios, Ipiranga do Sul, Viadutos e Erval Grande. Além disso, alguns municípios (oito) obtiveram crescimento superior à média brasileira, mas menor que a do Rio Grande do Sul: Itatiba do Sul, Áurea, Ponte Preta, São Valentim, Erechim, Estação, Benjamin Constant do Sul e Sertão. E, finalmente, um município teve crescimento no valor da produção idêntica à registrada no estado, ou seja, o município de Severiano de Almeida.

Dessa maneira, apesar desses resultados negativos apontados no parágrafo anterior, do ponto de vista do crescimento obtido no valor da produção na região da AMAU, nesse período analisado, os números apontam para um saldo extremamente afirmativo da agricultura familiar nessa região. Desse modo, conclui-se que as políticas públicas criadas pelo Estado brasileiro nas últimas três décadas foram estimulantes e contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da agricultura familiar nessa região. Registre-se, outrossim, que essa análise é aprofundada mais adiante, no Capítulo V, a partir de critérios mais abrangentes, através da avaliação das suas contradições.

4.5 A dinâmica do IDHM na região da AMAU (1991-2010)

Finalmente, descreve-se e analisa-se brevemente como foi a dinâmica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁸⁷, entre 1991 e 2010, na região da AMAU. Conforme essa metodologia de medição (que segue as dimensões utilizadas pelo PNUD/ONU, adaptadas ao Brasil: *longevidade, educação e renda*), 27 municípios da AMAU, em 1991,

⁸⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, seguindo as mesmas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), adequando-a aos indicadores disponíveis no Brasil. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa ou município. As faixas são as seguintes: muito baixo = até 0,499; baixo = 0,500 a 0,599; médio = 0,600 a 0,699; alto = 0,700 a 0,799; muito alto = acima de 0,800.

estavam situados na faixa *Muito Baixo IDHM*. Além disso, os demais municípios (cinco) estavam na faixa *Baixo IDHM*, como pode ser observado na Tabela 22, em sequência.

Tabela 22 - Evolução do IDHM por faixa nos municípios da AMAU, entre 1991 e 2010

Local	1991	2000	2010	IDHM 2010
Benj. Const. do Sul	Muito Baixo	Muito baixo	Médio	0,619
Charrua	Muito Baixo	Baixo	Médio	0,620
Floriano Peixoto	Muito Baixo	Baixo	Médio	0,663
Faxinalzinho	Muito Baixo	Baixo	Médio	0,666
Ervál Grande	Muito Baixo	Baixo	Médio	0,681
Itatiba do Sul	Muito Baixo	Baixo	Médio	0,681
Quatro Irmãos	Muito Baixo	Baixo	Médio	0,689
Centenário	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,701
Viadutos	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,702
Entre Rios do Sul	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,703
Áurea	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,707
Paulo Bento	Muito Baixo	Médio	Alto	0,710
Erebango	Muito Baixo	Médio	Alto	0,712
Cruzaltense	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,719
Barão de Cotegipe	Muito Baixo	Médio	Alto	0,719
São Valentim	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,720
Barra do Rio Azul	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,723
Marcelino Ramos	Muito Baixo	Médio	Alto	0,724
Ponte Preta	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,725
Jacutinga	Baixo	Médio	Alto	0,726
Brasil	Muito Baixo	Médio	Alto	0,727
Mariano Moro	Muito Baixo	Médio	Alto	0,730
Gaurama	Muito Baixo	Médio	Alto	0,738
Carlos Gomes	Muito Baixo	Baixo	Alto	0,739
Rio Grande do Sul	Baixo	Médio	Alto	0,746
Getúlio Vargas	Baixo	Médio	Alto	0,746
Sertão	Muito Baixo	Médio	Alto	0,751
Sever. de Almeida	Muito Baixo	Médio	Alto	0,752
Estação	Baixo	Médio	Alto	0,753
Campinas do Sul	Baixo	Médio	Alto	0,760
Aratiba	Muito Baixo	Médio	Alto	0,772
Erechim	Baixo	Médio	Alto	0,776
Ipiranga do Sul	Muito Baixo	Médio	Alto	0,791
Três Arroios	Muito Baixo	Médio	Alto	0,791

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no Atlas Brasil 2013.

Com base na Tabela 22, percebe-se claramente que a dinâmica do IDHM nos municípios da AMAU obteve uma considerável melhora entre 1991 e 2010, período esse que possui dados disponibilizados no país para a pesquisa. Dessa forma, em 2010, todos os municípios dessa

região melhoraram de colocação: sete municípios passaram para a faixa *Médio IDHM* e 25 municípios para a faixa *Alto IDHM*. Saliente-se que na dimensão *Longevidade*, todos os municípios pertencentes à AMAU, em 2010, ficaram situados na faixa *Muito Alto IDHM*.

Ressalte-se que ainda não foram divulgadas as informações relativas ao IDHM no período posterior a 2010. Entretanto, pela medição realizada entre 1991 e 2010, pode-se concluir com segurança que os direitos sociais conquistados pela população brasileira e, no caso do Alto Uruguai, de modo especial pela população rural, somados às políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar, contribuíram decisivamente para a melhoria da qualidade de vida da maior parte da população residente nessa região.

Finalmente, para sintetizar tudo o que foi visto ao longo desse item (4.3), cabe então uma pergunta a fim de levar em conta os objetivos definidos pela ONU, em 2015, no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”: as lutas sociais e sindicais desencadeadas na região da AMAU pelos agricultores e agricultoras familiares nessas últimas décadas e suas conquistas obtidas de que maneira contribuíram no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar?

Logicamente, a resposta a essa questão é muito complexa e é aprofundada no próximo capítulo. Entretanto, a partir de que já vimos, já existem alguns indicativos sólidos, na nossa percepção, que nos ajudam a encontrar uma possível resposta. No caso do Objetivo 1, da Agenda 2030 da ONU, que busca a erradicação da pobreza no mundo, esse conjunto de conquistas que os agricultores e agricultoras familiares obtiveram na Constituição de 1988, ou seja, os direitos sociais e a sua efetiva implantação proporcionaram uma enorme redução da pobreza no meio rural em todo o país e na região da AMAU. No caso do Objetivo 2, que visa acabar com a fome e alcançar segurança alimentar para a população, também não restam dúvidas que os programas de fortalecimento da agricultura familiar contribuíram sistematicamente para o alcance dessa meta no país e na região da AMAU, pois incentivaram os agricultores e agricultoras a produzirem mais alimentos e, através de programas como PAA e o PNAE, os estudantes e a população de menor renda conseguiram se alimentar com maior quantidade e qualidade.

Da mesma forma, ao olharmos ao Objetivo 3, que busca assegurar uma vida mais saudável a todos, constatamos que houve significativa melhora no acesso ao direito à saúde pública, tanto do ponto de vista preventivo como curativo, o que era uma demanda colossal da população rural, que fica plenamente comprovado pela elevação do *IDHM Longevidade* nessa região. Além disso, se verificarmos o que diz o Objetivo 4, que busca garantir uma Educação de Qualidade, inclusiva e equitativa, percebem-se importantes avanços nas oportunidades

educacionais nessa região para a sua população, demonstradas nas conquistas da UERGS, na ampliação dos cursos no IFRS e nas oportunidades criadas na UFFS, para exemplificar. E, para não alongar demais essa provisória resposta à questão, vamos olhar ainda para o Objetivo 5, que busca assegurar a Igualdade de Gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Não há dúvidas, que há necessidade de avançar muito mais no meio rural para que as mulheres e meninas tenham vez e voz. Entretanto, nesse período, as mulheres e meninas rurais saíram da condição de submissão histórica e, com muita luta e mobilização, deram importantes passos na conquista de direitos e de cidadania.

Dessa forma, ao fazer a caminhada de construção dos Capítulos III e IV desse trabalho, firmamos a convicção de que foram inúmeros os avanços conquistados pelos agricultores e agricultoras familiares na região da AMAU nas últimas décadas. Isso confirma a importância do processo de redemocratização vivenciado no país (entre o final dos anos 1970 e 1989), da implementação dos direitos sociais consolidados na Constituição Federal de 1988, bem como das políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar garantidas pelo Estado brasileiro, especialmente no período entre 1995 e 2014.

Entretanto, nos estudos realizados, foram identificadas diversas contradições que estabelecem limites estruturais no processo de desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar, as quais impõem imensas dificuldades para a compatibilização da produção de riqueza, da promoção da equidade social e da preservação da natureza no espaço territorial da AMAU. Dessa maneira, no Capítulo V, em sequência, analisamos os limites e as contradições do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU, nas últimas décadas, a partir das informações divulgadas especialmente pelos últimos Censos Agropecuários do IBGE.

CAPÍTULO V

V. LIMITES E CONTRADIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR (1995-2017)

No período recente, apesar dos avanços sociais na cidadania rural garantidos no processo de redemocratização do país consolidados na Constituição Federal de 1988 e das políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar garantidas pelo Estado brasileiro (especialmente entre 1995 e 2014), foram identificadas também várias contradições que estabelecem limites estruturais no processo de seu desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar brasileira. Isso ficou mais claro a partir da divulgação das informações coletadas pelo Censo Agropecuário 2017.

Saliente-se que, apesar dos questionamentos existentes em relação à metodologia do IBGE na realização dos Censos Agropecuários⁸⁸, os seus resultados são importantes para identificar a dinâmica do desenvolvimento da agropecuária brasileira em todo o território. Dessa maneira, neste Capítulo, vamos descrever e analisar algumas das variáveis pesquisadas, comparando os resultados obtidos pela Agricultura Familiar (AF) e a Agricultura Não Familiar (ANF), no território pertencente aos 32 municípios que integram a AMAU, entre 2006 e 2017, período no qual estavam em vigor as principais políticas públicas criadas e direcionadas à agricultura familiar no Brasil.

A partir disso, serão descritas e analisadas as seguintes contradições que limitam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, especialmente na região da AMAU: 1) a desigualdade na renda entre Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar; 2) a baixa renda nas unidades produtivas de pequeno porte e a pobreza rural; 3) o avanço da monocultura da soja; 4) o viés produtivista e convencional da Agricultura Familiar e Não Familiar; 5) a continuidade do fenômeno do êxodo rural; 6) a masculinização da população rural; 7) o

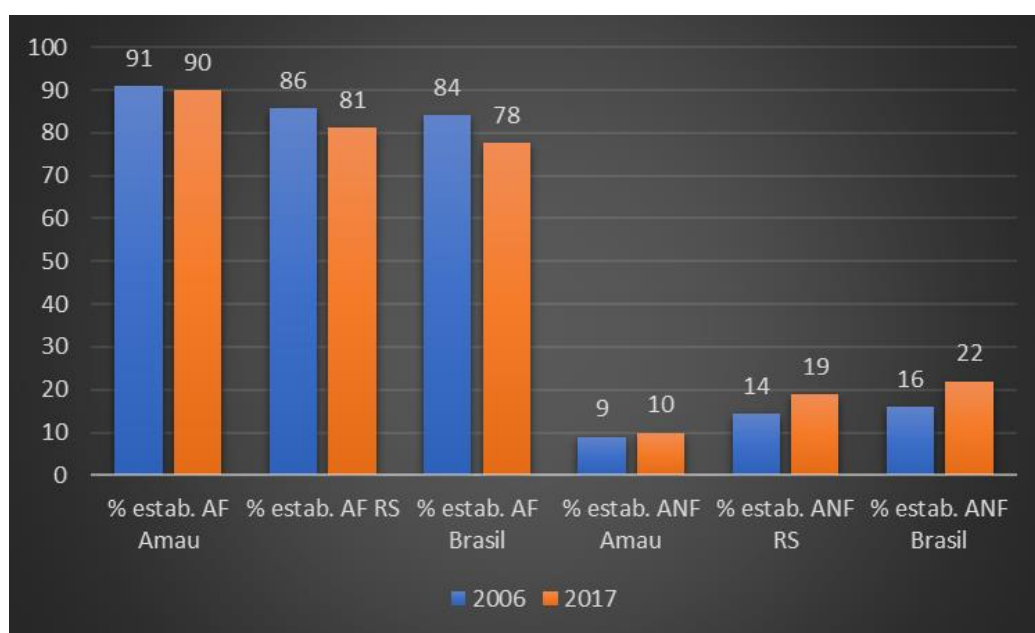
⁸⁸ As informações registradas nos Censos Agropecuários são declaratórias, prestadas pelo entrevistado no momento da visita. Assim, o recenseador não conta o número de animais, não pesa a produção e tampouco mede a área do produtor. Todas as informações registradas partem das declarações do entrevistado. Além disso, para o IBGE, um estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para a comercialização ou para a subsistência (DELGROSSI, 2019). Em outro trabalho (DELGROSSI et al, 2019, p. 45), o autor questiona o fato de que o IBGE, no Censo Agropecuário 2017, tenha deixado de enumerar milhares de produtores como agricultores familiares porque suas famílias desenvolvem atividades pluriativas fora da propriedade rural.

envelhecimento da população e a crise no processo sucessório na agricultura familiar; 8) o déficit no acesso à escolaridade e à assistência técnica; 9) a precariedade nos serviços de infraestrutura.

5.1 A desigualdade na renda entre Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar

No Brasil, ao verificarmos a quantidade de estabelecimentos agropecuários classificados como pertencentes à Agricultura Familiar, em qualquer escala – municipal, estadual, nacional - a sua representatividade é muito mais expressiva em comparação com os números relativos à Agricultura Não Familiar, como pode ser observado no Gráfico 8, em sequência.

Gráfico 8 - Percentuais de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar (AF) e da Agricultura Não Familiar (ANF), na região da AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil, em 2006 e 2017



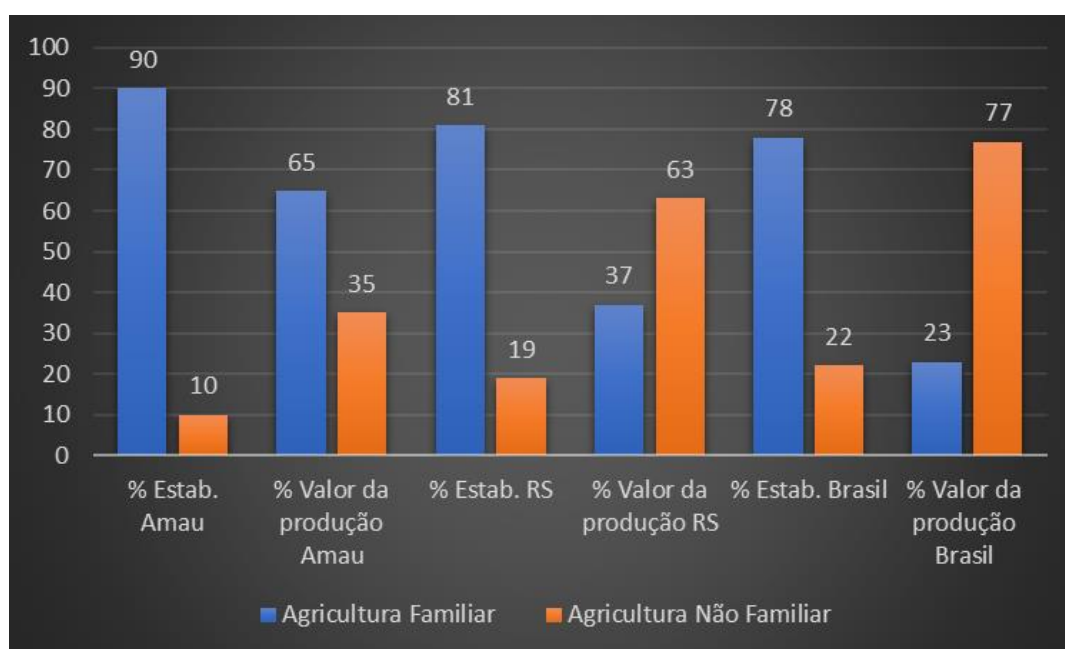
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

Percebe-se, no Gráfico 8, que o percentual de estabelecimentos agropecuários ligados à Agricultura Familiar é extremamente elevado na região da AMAU e a variação do índice percentual nesses anos foi praticamente inexistente: 91% (2006) e 90% (2017). Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, esses índices foram: 2006 (86%) e 2017 (81%). E, em nível de Brasil: 2006 (84%) e 2017 (78%). Por outro lado, conseqüentemente, o percentual de estabelecimentos da Agricultura Não Familiar é pouco expressivo na região da AMAU: 2006 (9%) e 2017 (10%);

no Rio Grande do Sul: 2006 (14%) e 2017 (19%); e, em nível de Brasil: 2006 (16%) e 2017 (22%).

Em relação aos percentuais relativos à quantidade de estabelecimentos, percebe-se na tabela que, entre 2006 e 2017, houve uma pequena redução de unidades produtivas vinculadas à Agricultura Familiar em comparação com a Agricultura Não Familiar, o que já chama a atenção. Entretanto, a contradição mais eloquente aparece quando comparamos os índices relativos ao número de estabelecimentos com os percentuais alcançados no valor da produção agropecuária nesse período, por meio do Gráfico 9, em sequência.

Gráfico 9 - Comparação entre os índices referentes ao número de estabelecimentos e os relativos ao valor da produção alcançado pela Agricultura Familiar e Não Familiar, em 2017, AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

Os percentuais presentes no Gráfico 9, a partir dos dados do último censo agropecuário (2017), evidenciam uma enorme contradição entre o número de estabelecimentos pertencentes à Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar em relação ao valor da produção alcançado em todas as escalas - regional, estadual e nacional - pois enquanto a primeira possui ampla maioria de estabelecimentos - 90% na AMAU, 81% no Rio Grande do Sul e 78% no Brasil - isso não ocorre no valor da produção: 65% na AMAU, 37% no Rio Grande do Sul e apenas 23% no Brasil. Esses dados enfatizam, portanto, a desigualdade no acesso à renda entre os Agricultores Familiares e os Agricultores Não Familiares, o que se torna um indicador extremamente contrário ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar.

Por outro lado, nota-se que a AMAU possui uma realidade de maior correspondência entre quantidade de estabelecimentos e valor da produção alcançada, o que demonstra a força da Agricultura Familiar nessa região, como será visto no último capítulo deste trabalho, em sequência. Vamos, então, por meio da Tabela 23, verificar os índices de crescimento alcançados pela Agricultura Familiar e pela Agricultura Não Familiar nos 32 municípios da AMAU.

Tabela 23 - Classificação dos municípios na região da AMAU pelos índices de crescimento alcançado na produção agropecuária na Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), 2006 e 2017, em comparação com a média regional na AMAU, no Rio Grande do Sul

Local	Valor produção AF 2017	Nº vezes cresc. 2017 sobre 2006	Local	Valor produção ANF 2017	Nº vezes cresc. 2017 sobre 2006
M. Moro	16.904	1,07	Itat. Sul	1.572	0,46
B. R. Azul	29.339	1,13	B. R. Azul	2.132	1,19
Aratiba	62.609	1,21	Gaurama	15.841	1,62
T. Arroios	34.828	1,62	T. Arroios	9.827	1,72
Ipir. Sul	48.333	1,82	Aratiba	14.964	1,89
Viadutos	44.118	1,87	BCotegipe	10.234	2,04
E. Grande	28.455	1,93	Erechim	48.746	2,27
Brasil	106.489.052	1,95	S.Valentim	6.720	2,48
Itat. Sul	26.727	2,06	Erebango	39.912	2,79
Áurea	32.050	2,06	Ipir. Sul	24.418	2,85
P. Preta	28.050	2,15	Sertão	82.007	2,99
S.Valentim	29.797	2,17	Jacutinga	41.166	3,02
Erechim	79.254	2,20	Q. Irmãos	68.110	3,05
Estação	26.048	2,25	M. Ramos	10.715	3,13
B. C. Sul	13.168	2,29	AMAU	685.695	3,18
Sertão	74.641	2,29	F. Peixoto	6.140	3,22
S.Almeida	36.856	2,30	Brasil	358.616.863	3,28
RS	20.265.684	2,30	Camp. Sul	59.923	3,36
AMAU	1.256.447	2,35	Centenário	10.657	3,58
Charrua	36.473	2,42	RS	33.984.849	3,64
P. Bento	26.211	2,46	P. Bento	20.517	4,02
G. Vargas	58.720	2,47	G.Vargas	46.772	4,10
BCotegipe	68.136	2,63	Cruzalten	9.507	4,43
Gaurama	55.260	2,69	Estação	27.503	4,61
Camp. Sul	38.607	2,75	Áurea	10.827	4,78
Centenário	35.182	2,83	S.Almeida	8.508	4,82
E. R. Sul	18.198	2,92	Faxinalzi	22.148	4,86
Q. Irmãos	18.382	3,05	P. Preta	8.471	5,64
F. Peixoto	28.733	3,13	Viadutos	16.164	6,32
Cruzalten	39.428	3,20	M. Moro	5.144	6,42
M.Ramos	46.396	3,62	B. C. Sul	1.702	7,06
Faxinalzi	18.026	3,66	E.Grande	19.956	7,10
C. Gomes	20.994	3,86	E. R. Sul	9.780	8,05
Erebango	39.036	4,57	C. Gomes	4.469	9,14
Jacutinga	97.488	11,53	Charrua	21.143	9,38

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

Observa-se, assim, que existem situações bem diferentes a partir do valor total da produção agropecuária registrada na Agricultura Familiar (AF) e na Agricultura Não Familiar (ANF) em cada município que integra a região da AMAU, entre 2006 e 2017. Na tabela 22, nota-se que 16 municípios dessa região (50%) obtiveram resultados acima da média alcançada regionalmente na Agricultura Familiar e 18 municípios na Agricultura Não Familiar. Percebe-se, por outro lado, que sete municípios obtiveram resultados inferiores à média alcançada nacionalmente na Agricultura Familiar e 15 municípios obtiveram médias inferiores à média nacional na Agricultura Não Familiar. Saliente-se que a maior parcela dos municípios que obtiveram os resultados médios mais baixos no valor da produção relacionados à Agricultura Familiar, estão situados geograficamente em áreas mais montanhosas, nas proximidades do rio Uruguai, como são os casos de Mariano Moro, Barra do Rio Azul, Aratiba, Viadutos e Erval Grande.

Em síntese, a partir das informações analisadas até aqui, verifica-se que houve, entre 2006 e 2017, tanto na AMAU, como no Rio Grande do Sul e no Brasil, crescimento do valor da produção realizada pela Agricultura Familiar (AF) como pela Agricultura Não Familiar (ANF). Entretanto, como a primeira cresceu em índices menores do que os verificados pela segunda, conclui-se que esses resultados significam uma ampliação das desigualdades em benefício do setor mais capitalizado da agropecuária em todos os níveis – regional, estadual e nacional - o que desfavorece a questão do desenvolvimento sustentável no meio rural.

Além disso, quando são observados os resultados alcançados especificamente pelos 32 municípios que integram a AMAU, confirma-se que a Agricultura Familiar, apesar de manter uma maior representatividade no valor da produção agropecuária dessa região, está perdendo espaço para a Agricultura Não Familiar. Assim, isso não dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apregoados pela ONU.

Dessa forma, é necessário avançar no detalhamento dessa realidade para melhor compreendê-la. Vamos, então, conhecer e analisar os valores médios por produtor tanto da Agricultura Familiar como da Agricultura Não Familiar, originados da produção agropecuária, calculados a partir dos resultados apresentados pelo censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, na região da AMAU e em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, por meio da Tabela 24, em sequência.

Dessa maneira, em relação à Agricultura Familiar, na região da AMAU, percebe-se que 13 municípios alcançaram médias individuais por produtor acima do valor médio regional, em 2017 (R\$ 84.792,00): Jacutinga, Erebangó, Estação, Campinas do Sul, Ipiranga do Sul, Sertão, Quatro Irmãos, Getúlio Vargas, Ponte Preta, Paulo Bento, Marcelino Ramos, Erechim e

Cruzaltense. Também chama a atenção o fato de que, em dois municípios, a média individual alcançada na Agricultura Familiar superou a da Agricultura Não Familiar: Itatiba do Sul e Barra do Rio Azul. Além disso, nota-se que, em dois municípios, a média alcançada individualmente foi bastante baixa tanto na Agricultura Familiar como na Agricultura Não Familiar: Itatiba do Sul e Benjamin Constant do Sul.

Tabela 24 - Média do valor da produção agropecuária individual por produtor (em reais) nos municípios que integram a AMAU, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017⁸⁹

Local	Estabel. produção Total	Estabel. AF	Estabel. ANF	Valor total da produção (mil reais)	Valor da produção AF (mil reais)	Valor médio produtor AF (reais)	Valor da produção ANF (mil reais)	Valor médio produtor ANF (reais)
Jacutinga	327	294	33	138.654	97.488	331.592	41.166	1.247.455
Erebango	347	285	62	78.947	39.036	136.968	39.912	643.742
Estação	230	197	33	53.550	26.048	132.223	27.503	833.424
Camp. Sul	347	295	52	98.530	38.607	130.871	59.923	1.152.365
Ipir. do Sul	408	370	38	72.750	48.333	130.630	24.418	642.579
Sertão	727	622	105	156.648	74.641	120.002	82.007	781.019
Q.Irmãos	210	166	44	86.493	18.382	110.735	68.110	1.547.955
G.Vargas	646	552	94	105.492	58.720	106.377	46.772	497.574
P.Preta	297	270	27	36.521	28.050	103.889	8.471	313.741
P.Bento	289	254	35	46.728	26.211	103.193	20.517	586.200
M.Ramos	569	531	38	57.111	46.396	87.375	10.715	281.974
Erechim	1.032	910	122	128.000	79.254	87.092	48.746	399.557
Cruzaltense	488	457	31	48.935	39.428	86.276	9.507	306.677
AMAU	16.447	14.818	1.629	1.942.137	1.256.447	84.792	685.695	420.930
% Amau	100	90,10	9,90	100	64,69	--	35,31	--
Charrua	487	432	55	57.616	36.473	84.428	21.143	384.418
E.R.do Sul	251	223	28	27.978	18.198	81.605	9.780	349.286
S.Valentim	408	387	21	36.517	29.797	76.995	6.720	320.000
Aratiba	919	839	80	77.573	62.609	74.623	14.964	187.050
B.R.Azul	426	395	31	31.471	29.339	74.276	2.132	68.774
M.Moro	255	231	24	22.047	16.904	73.177	5.144	214.333
Faxinalzinho	283	250	33	40.174	18.026	72.104	22.148	671.152
Gaurama	833	767	66	71.101	55.260	72.047	15.841	240.015
B.Cotegipe	983	956	27	78.369	68.136	71.272	10.234	379.037
T.Arroios	542	494	48	44.655	34.828	70.502	9.827	204.729
Centenário	570	517	53	45.839	35.182	68.050	10.657	201.075
C.Gomes	335	315	20	25.463	20.994	66.648	4.469	223.450
Viadutos	715	670	45	60.282	44.118	65.848	16.164	359.200
S.Almeida	630	562	68	45.363	36.856	65.580	8.508	125.118
F.Peixoto	543	478	65	34.873	28.733	60.111	6.140	94.462
Áurea	647	580	67	42.876	32.050	55.259	10.827	161.597
E.Grande	647	544	103	48.411	28.455	52.307	19.956	193.748
Itat. do Sul	671	620	51	28.300	26.727	43.108	1.572	30.824
B.C.do Sul	385	355	30	14.870	13.168	37.093	1.702	56.733
RS	353.039	286.772	66.267	54.250.540	20.265.684	70.668	33.984.849	512.847
% RS	100	81,23	18,77	100	37,36	--	62,64	--
Brasil	4.751.193	3.688.218	1.062.975	465.105.945	106.489.052	28.873	358.616.863	337.371
% Brasil	100	77,63	22,37	100	22,90	--	77,10	--

Fonte: Elaborada pelo autor com base no censo agropecuário 2017 do IBGE (Tabela 6897).

⁸⁹ Os municípios foram ordenados nesta tabela a partir da maior média individual por produtor alcançada na Agricultura Familiar em 2017 até a menor.

Em comparação com a média alcançada no Rio Grande do Sul, merece destaque que, em 10 municípios da região da AMAU, a média individual por produtor na Agricultura Familiar, em 2017, ficou abaixo: Três Arroios, Centenário, Carlos Gomes, Viadutos, Severiano de Almeida, Floriano Peixoto, Áurea, Erval Grande, Itatiba do Sul e Benjamin Constant do Sul. Já em contraste com a média no Brasil, os resultados são muito bons, pois todos os municípios dessa região ficaram com média individual superior na Agricultura Familiar. Para uma melhor visualização, organiza-se, em sequência, a Tabela 25, classificando os municípios entre os que obtiveram desempenho médio, alto ou baixo, na região da AMAU, do ponto de vista do valor da produção média por produtor na Agricultura Familiar, em 2017.

Tabela 25 - Municípios com menor média, na faixa intermediária e com maior média individual por produtor na Agricultura Familiar (AF) na região da AMAU, entre 2006 e 2017

Municípios com menor média individual	Valor médio produtor 2006 (reais)	Valor médio produtor 2017 (reais)	Municípios na faixa mediana	Valor médio produtor 2006 (reais)	Valor médio produtor 2017 (reais)	Municípios com maior média individual	Valor médio produtor 2006 (reais)	Valor médio produtor 2017 (reais)
B. C. Sul	11.684	37.093	T. Arroios	35.606	70.502	P. Bento	26.907	103.193
Itat. Sul	17.905	43.108	B. Cotegipe	27.539	71.272	P. Preta	28.073	103.889
E. Grande	20.375	52.307	Gaurama	26.694	72.047	G. Vargas	29.717	106.377
Áurea	19.595	55.259	Faxinalzinho	15.804	72.104	Q. Irmãos	31.737	110.735
F. Peixoto	16.252	60.111	M. Moro	44.807	73.177	Sertão	37.416	120.002
S. Almeida	22.050	65.580	B. R. Azul	62.995	74.276	Ipir. Sul	59.829	130.630
Viadutos	25.762	65.848	Aratiba	52.989	74.623	Camp. Sul	32.557	130.871
C. Gomes	14.658	66.648	S. Valentim	22.992	76.995	Estação	45.968	132.223
Centenário	19.163	68.050	E. R. Sul	17.104	81.605	Erebango	39.916	136.968
-	-	-	Charrua	28.318	84.428	Jacutinga	19.852	331.592
-	-	-	AMAU	28.865	84.792	-	-	-
-	-	-	Cruzaltense	19.855	86.276	-	-	-
-	-	-	Erechim	38.416	87.092	-	-	-
-	-	-	M. Ramos	20.792	87.375	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

Na Tabela 25, várias situações diferenciadas são visualizadas entre os 32 municípios da AMAU, apesar de que todos obtiveram crescimento no valor médio individual na produção agropecuária da Agricultura Familiar, entre 2006 e 2017. Entretanto, existem 19 municípios que obtiveram um valor médio individual por produtor que não alcançou a média regional. Verifica-se, também, que a maioria dos 13 municípios que alcançaram valores individuais acima da média regional possuem terras mais planas, próprias para o cultivo de lavouras temporárias, como os produtos soja, milho e trigo, através da utilização de máquinas, o que pode ser uma explicação para as diferenças existentes entre um município e outro. Nesse

sentido, chama a atenção o fato de que quatro municípios com terras mais dobradas (Barra do Rio Azul, Aratiba, Três Arroios e Mariano Moro) que, em 2006, estavam com valor médio por produtor acima da média regional, passaram a ter, em 2017, valores que ficaram abaixo da média regional.

Dessa forma, revelam-se diferenças expressivas no valor da renda obtida pelos agricultores classificados dentro do setor Agricultura Familiar, o que demonstra, mais uma vez, a sua heterogeneidade. Assim, a renda média individual dos agricultores familiares variou de R\$ 37.093 (Benjamin Constant do Sul) a R\$ 331.592 (Jacutinga), o que corresponde a uma diferença de 8,94 vezes, a partir do censo agropecuário realizado em 2017.

Vamos observar também os resultados obtidos no valor da produção agropecuária na Agricultura Não Familiar (ANF), entre 2006 e 2017. Nessa realidade, é possível identificar a existência de situações diversas na média individual por produtor nos 32 municípios da AMAU. Por isso, para uma melhor visualização dessas diferenças, organiza-se a Tabela 26, a seguir. Registre-se também que o valor individual médio na região da AMAU foi o seguinte: R\$ 113.222 (2006) e R\$ 420.930 (2017).

Tabela 26 - Municípios com menor média, na faixa intermediária e com maior média individual por produtor na Agricultura Não Familiar (ANF) na região da AMAU, entre 2006 e 2017

Município com menor média	Valor médio produtor 2006 (reais)	Valor médio produtor 2017 (reais)	Município na faixa mediana	Valor médio produtor 2006 (reais)	Valor médio produtor 2017 (reais)	Município com maior média	Valor médio produtor 2006 (reais)	Valor médio produtor 2017 (reais)
Itat. Sul	27.079	30.824	Centenário	57.250	201.075	G. Vargas	124.043	497.574
B. C. Sul	11.476	56.733	T. Arroios	70.568	204.729	P. Bento	134.447	586.200
B.R.Azul	31.368	68.774	M. Moro	25.031	214.333	Ipir. Sul	122.386	642.579
F.Peixoto	37.373	94.462	C. Gomes	23.286	223.450	Erebango	269.774	643.742
S.Almeida	20.068	125.118	Gaurama	163.300	240.015	Faxinalzinho	227.650	671.152
Áurea	41.182	161.597	M. Ramos	62.182	281.974	Sertão	230.773	781.019
Aratiba	146.981	187.050	Cruzaltense	89.375	306.677	Estação	157.105	833.424
E. Grande	42.576	193.748	P. Preta	34.907	313.741	Camp. Sul	297.317	1.152.365
-	-	-	S.Valentim	93.345	320.000	Jacutinga	200.206	1.247.455
-	-	-	E. R. Sul	31.974	349.286	Q. Irmãos	446.520	1.547.955
-	-	-	Viadutos	35.514	359.200	-	-	-
-	-	-	B.Cotegipe	63.380	379.037	-	-	-
-	-	-	Charrua	49.000	384.418	-	-	-
-	-	-	Erechim	149.208	399.557	-	-	-
-	-	-	AMAU	113.222	420.930	-	-	--

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

A partir das informações contidas nas Tabelas 26, três constatações aparecem. A primeira é que a maior parte dos municípios situados na região da AMAU que possuem as menores médias individuais na Agricultura Familiar (AF), entre 2006 e 2017, também possuem

os menores índices na Agricultura Não Familiar (ANF): Benjamin Constant do Sul; Itatiba do Sul; Erval Grande; Áurea; Florianópolis; Severiano de Almeida; Centenário e Três Arroios. E a segunda é que, do mesmo modo, a maior parte dos municípios situados na região da AMAU que possuem as maiores médias individuais na Agricultura Familiar, nesse mesmo período, também obtiveram os melhores índices na Agricultura Não Familiar: Jacutinga, Erebango, Estação, Campinas do Sul, Ipiranga do Sul, Sertão, Quatro Irmãos, Getúlio Vargas e Paulo Bento. E a terceira constatação é a confirmação de que existe uma diferença muito grande entre os resultados alcançados na Agricultura Familiar em comparação com a Agricultura Não Familiar, muito mais favoráveis para a última, já comentada anteriormente.

Essas constatações - especialmente as duas primeiras - indicam que, do ponto de vista do valor da produção obtida, alguns municípios apresentam resultados econômicos menos sustentáveis e outros mais sustentáveis. Dessa maneira, as características geográficas da região da AMAU podem auxiliar na explicação às constatações realizadas, pois os municípios que possuem as menores médias são alguns daqueles situados mais próximos ao rio Uruguai, no extremo norte do estado, com relevo mais acidentado (terras dobradas), o que dificulta o cultivo das lavouras temporárias com uso intensivo de máquinas, como é o caso da soja – produto agrícola com alto desempenho produtivo e comercial nas últimas décadas no Brasil. Por outro lado, os municípios com melhor desempenho são justamente aqueles que apresentam relevo mais suave (terras planas), que facilitam o uso intensivo de máquinas agrícolas e, conseqüentemente, o cultivo das chamadas lavouras temporárias, como é o caso da soja, como será visto no tópico 5.3, logo adiante.

Em síntese, neste item, verificou-se que, ao descrever e analisar o valor da produção média individual por produtor na região da AMAU, entre 2006 e 2017, na Agricultura Familiar, constatou-se duas situações: uma positiva e outra negativa. De um lado, o valor médio por produtor alcançado na região da AMAU (R\$ 28.865, em 2006 e R\$ 84.792, em 2017) foi superior ao registrado no Rio Grande do Sul (R\$ 24.402, em 2006 e R\$ 70.668, em 2017) e no Brasil (R\$ 13.963, em 2006 e R\$ 28.873, em 2017). Por outro lado, quando se comparam os resultados médios obtidos pelos agricultores familiares na região da AMAU (R\$ 28.865, em 2006 e R\$ 84.792, em 2017) com os agricultores não familiares (R\$ 113.222, em 2006 e R\$ 420.930, em 2017), as médias alcançadas são altamente favoráveis aos últimos. Isso, portanto, indica uma grande contradição no processo de construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, previstos na Agenda 2030 da ONU, pois, nesse período, ampliou-se a desigualdade no acesso à renda gerada na produção agropecuária dessa região.

Além disso, verificou-se que, internamente nessa região, ocorreram desempenhos diferentes nos valores médios individuais por produtor na Agricultura Familiar entre os diversos municípios que integram a AMAU. A principal explicação encontrada para isso está no fato de que os resultados mais altos foram encontrados nos municípios com território caracterizado por “terras planas” e os mais baixos nos municípios com “terras dobradas”. Entretanto, isso não explica tudo, pois alguns municípios com relevo caracterizado por terras dobradas - como Marcelino Ramos, São Valentim e Aratiba - ficaram situados na faixa intermediária, em relação ao valor da produção média obtida nos estabelecimentos agropecuários classificados como da Agricultura Familiar.

Vamos conhecer e analisar também os resultados alcançados pela variável *Valor da Produção* por produtor nos grupos de área das unidades produtivas de pequeno porte na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, pois o estudo dessa variável é importante porque ela evidencia as diferenças existentes na distribuição de renda no meio rural, inclusive dentro do setor da Agricultura Familiar. Esse, então, é o tema do próximo item, o qual evidencia outra contradição no processo de desenvolvimento da agropecuária dessa região.

5.2 A baixa renda nas pequenas propriedades e a conservação da pobreza rural

Através da utilização de informações coletadas pelos censos agropecuários de 2006 e 2017 pelo IBGE, neste item, vamos comparar o valor da produção agropecuária na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil, entre os grupos nos quais são integradas as unidades produtivas de pequeno porte, a Agricultura Familiar como um todo e a Agricultura Não Familiar. Pretende-se com isso verificar como a renda obtida pela agropecuária brasileira e regional está sendo distribuída entre os agricultores, tema fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Inicia-se com a apresentação da Tabela 27, em sequência, relativa aos valores médios da produção em 2006 e 2017. Na referida tabela, fica demonstrado que, entre 2006 e 2017, na região da AMAU, todos os agricultores foram contemplados com crescimento no valor da produção, independentemente de possuírem pequenas, médias ou grandes propriedades rurais, com índices registrados que variaram entre 250,60% e 371,77%. Assim, é possível afirmar que as políticas públicas favoráveis à Agricultura Familiar, criadas nas últimas décadas, proporcionaram resultados benéficos aos agricultores nessa região.

Tabela 27 - Valor médio da produção agropecuária por produtor, em 2006 e 2017, nas unidades produtivas de pequeno porte na região da AMAU, em relação à Agricultura Familiar (AF) e à Agricultura Não Familiar (ANF)

Ano	Grupo de Área	Estabelec.	% Estabel.	Valor da Produção (mil reais)	% Valor da Produção	Valor médio Produtor (reais)	% 2017 sobre 2006
Amau 2006	Total	20.387	100	748.919	100	36.735	--
AF 2006	Total	18.485	90,67	533.570	71,25	28.865	--
ANF 2006	Total	1.902	9,33	215.348	28,75	113.222	--
2006	0 a 20 ha	11.851	58,13	220.907	29,50	18.640	--
2006	20 a 50 ha	6.408	31,43	282.312	37,70	44.056	--
Amau 2017	Total	16.447	100	1.942.137	100	118.085	321,45
AF 2017	Total	14.818	90,10	1.256.447	64,69	84.792	293,75
ANF 2017	Total	1.629	9,90	685.695	35,31	420.929	371,77
2017	0 a 20 ha	9.305	56,58	487.841	25,12	52.428	281,27
2017	20 a 50 ha	5.165	31,40	570.235	29,36	110.404	250,60

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 (Tabelas 836, 1118 e 6897), IBGE.

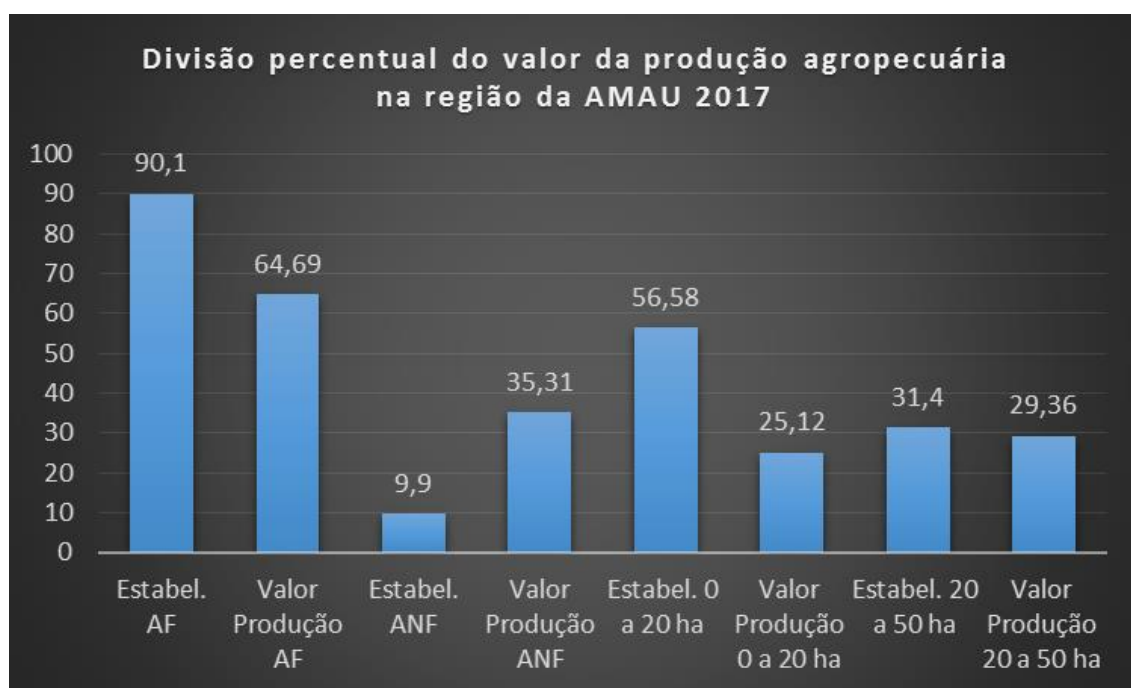
Entretanto, ao fazermos uma análise mais crítica, verifica-se com nitidez que o crescimento não foi uniforme, o que revela mais uma vez que a realidade vivenciada pelos agricultores é heterogênea. Além disso, os resultados que apareceram tornam transparente a existência de uma enorme desigualdade social no meio rural e, o que é pior, essa contradição se ampliou durante esse período. Dessa forma, os estabelecimentos agropecuários de pequeno porte com menos de 20 hectares, que representavam 58,13% (2006) e 56,58% (2017) dos estabelecimentos agropecuários dessa região, ficaram com apenas 29,5% (2006) e 25,12% (2017) do valor da produção regional. Ou seja, além de, proporcionalmente, receberem uma fatia menor do bolo, o tamanho dela diminuiu entre um censo e outro.

Com menos intensidade, isso aconteceu também com as unidades produtivas de 20 até 50 hectares, pois sua participação no percentual do valor da produção regional baixou de 37,7% (2006) para 29,36% (2017). Enquanto isso, os estabelecimentos agropecuários ligados à Agricultura Não Familiar obtiveram uma fatia maior do bolo entre um censo e outro: em 2006, com apenas 9,33% dos estabelecimentos, ficaram com 28,75% do valor da produção regional; e, em 2017, com 9,9% dos estabelecimentos, ficaram com 35,31% do valor total da produção.

Assim, para uma melhor visualização sobre a divisão percentual do valor da produção agropecuária regional, apresenta-se o Gráfico 10, pois, através dele, fica demonstrado claramente o processo desigual de distribuição da renda regional gerada pelas atividades agropecuárias na região da AMAU, a partir dos dados colhidos pelo último censo agropecuário realizado no Brasil, em 2017. O fenômeno ocorreu na relação entre a Agricultura Familiar (90,1% dos estabelecimentos e 64,69% do valor produzido) e a Agricultura Não Familiar (9,9%

dos estabelecimentos e 35,31% do valor produzido); ocorreu dentro do próprio setor Agricultura Familiar (as unidades produtivas com menos de 20 hectares representam 56,58% dos estabelecimentos e ficaram com apenas 25,12% do valor da produção, enquanto os estabelecimentos situados de 20 a menos de 50 hectares, representam 31,4% dos estabelecimentos e ficaram com 29,36% do valor da produção). Registre-se que esse último grupo, apesar da obtenção de um resultado mais equiparado com a sua representatividade, como já dito, o valor da produção diminuiu entre 2006 (tinha 31,43% dos estabelecimentos e alcançou 37,70% no valor da produção) e 2017 (continuou com uma representação de 31,40%, mas ficou com 29,36% do valor da produção).

Gráfico 10 - Divisão percentual do valor da produção agropecuária na região da AMAU, em 2017, Agricultura Familiar (AF), Agricultura Não Familiar (ANF) e unidades produtivas de pequeno porte

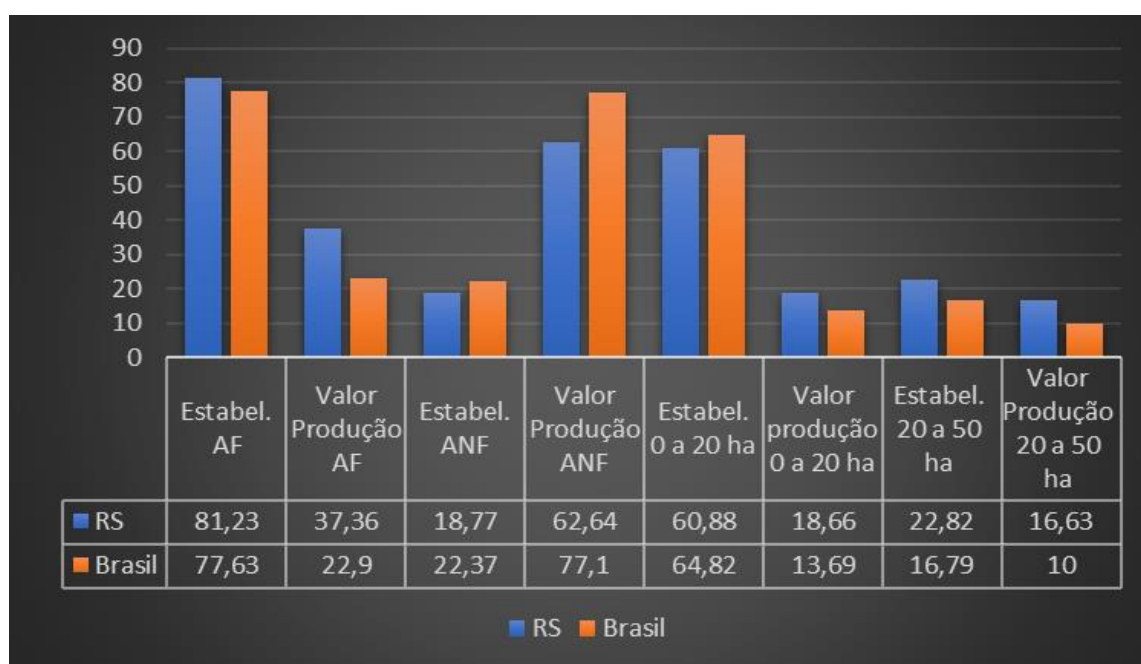


Fonte: Elaborado pelo autor com base no censo agropecuário 2017 (Tabelas 6897), IBGE.

Diante do visto acima, confirma-se, portanto, o crescimento da desigualdade na distribuição do valor da produção agropecuária na região da AMAU, entre 2006 e 2017, tanto entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar, quanto entre as unidades produtivas dentro do próprio setor da Agricultura Familiar (quando se compara o valor da produção alcançado pelos estabelecimentos agropecuários de pequeno porte, os minifúndios, com os demais grupos).

Vamos conhecer, então, os resultados no Rio Grande do Sul e no Brasil, a fim de comparação com os resultados regionais, por meio do Gráfico 11, em sequência. Através dele, fica demonstrado que houve um processo desigual de distribuição da renda gerada no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, pelas atividades agropecuárias, numa dimensão bem maior do que o registrado na região da AMAU, a partir dos dados colhidos pelo último censo agropecuário.

Gráfico 11 - Divisão percentual do valor da produção agropecuária no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 2017, Agricultura Familiar (AF), Agricultura Não Familiar (ANF) e unidades produtivas de pequeno porte



Fonte: Elaborado pelo autor com base no censo agropecuário 2017 (Tabela 6897), IBGE.

Dessa maneira, em relação à Agricultura Familiar, constata-se que, no Rio Grande do Sul, em 2017, o setor tinha 81,23% dos estabelecimentos e 37,36% do valor produzido; e no Brasil, 77,63% dos estabelecimentos e 22,9% do valor produzido. Por outro lado, na Agricultura Não Familiar, ocorria uma inversão nos resultados: no Rio Grande do Sul, esse setor mantinha 18,77% dos estabelecimentos e 62,64% do valor produzido; e no Brasil, 22,37% dos estabelecimentos e 77,1% do valor produzido.

Em relação às unidades produtivas com menos de 20 hectares, os índices observados revelam uma aguda desigualdade: no Rio Grande do Sul, esse grupo detinha 60,88% de estabelecimentos e apenas 18,66% no valor da produção; e, no Brasil, esse grupo correspondia a 64,82% dos estabelecimentos e a 13,69% do valor da produção, uma realidade ainda mais preocupante. Por outro lado, o grupo situado de 20 a menos de 50 hectares alcançou 22,82% na

representação de estabelecimentos e 16,63% no valor da produção, no Rio Grande do Sul. E, em nível nacional, esse grupo obteve 16,79% dos estabelecimentos e 10% do valor produzido.

Diante do visto acima, confirma-se, portanto, uma imensa desigualdade na distribuição do valor da produção agropecuária tanto no Rio Grande do Sul, quanto no Brasil, em 2017, em níveis bem acima que os registrados na região da AMAU, tanto entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar, quanto entre as unidades produtivas de pequeno porte (os minifúndios) e os demais grupos dentro do próprio setor Agricultura Familiar.

O problema da desigualdade na distribuição da renda gerada no meio rural remete-nos para a questão histórica da concentração da terra no Brasil. Por isso, vamos conhecer e analisar o processo de concentração da terra na região da AMAU em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, através da Tabela 28.

Tabela 28 - Concentração da terra na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Local	Grupo de área	Estab. 1985	% sobre o total 1985	Área 1985	% sobre o total	Estab. 2017	% sobre o total 2017	Área 2017	% sobre o total 2017
Amáu	Mais de 0 e - de 20 ha	15.370	61,06	149.856	26,46	9.574	56,99	97.093	19,79
Amáu	100 e mais ha	403	1,60	102.323	18,07	619	3,68	149.155	30,41
RS	Mais de 0 e - de 20 ha	317.241	63,89	2.734.296	11,48	222.632	61,13	1.871.193	8,63
RS	100 e mais ha	35.462	7,14	15.680.804	65,83	32.027	8,79	15.556.885	71,74
Brasil	Mais de 0 e - de 20 ha	3.879.851	66,97	21.296.502	5,68	3.274.343	65,54	18.199.766	5,18
Brasil	100 e mais ha	567.842	9,80	295.373.127	78,78	471.922	9,45	279.485.203	79,56

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 1985 e 2017 do IBGE.

Através da Tabela 28, verifica-se que, em 1985, na região da AMAU, 61,06% das famílias de agricultores possuíam unidades produtivas menores do que 20 hectares, minifúndios, pois eram de tamanho inferior a um módulo fiscal⁹⁰. Além disso, o total de área utilizada por esses estabelecimentos correspondia apenas a 26,46% da área total utilizada na época pela agropecuária dessa região. Entre 1985 e 2017, essa realidade quase não teve modificação. O censo agropecuário de 2017 indica, então, que 56,99% das famílias de

⁹⁰ Como visto, um módulo fiscal nos 32 municípios que integram a AMAU corresponde a 20 hectares.

agricultores dessa região detinham estabelecimentos agropecuários com área menor do que 20 hectares. Além disso, a área utilizada por essas unidades produtivas reduziu para um percentual de 19,79% da área total cultivada na região.

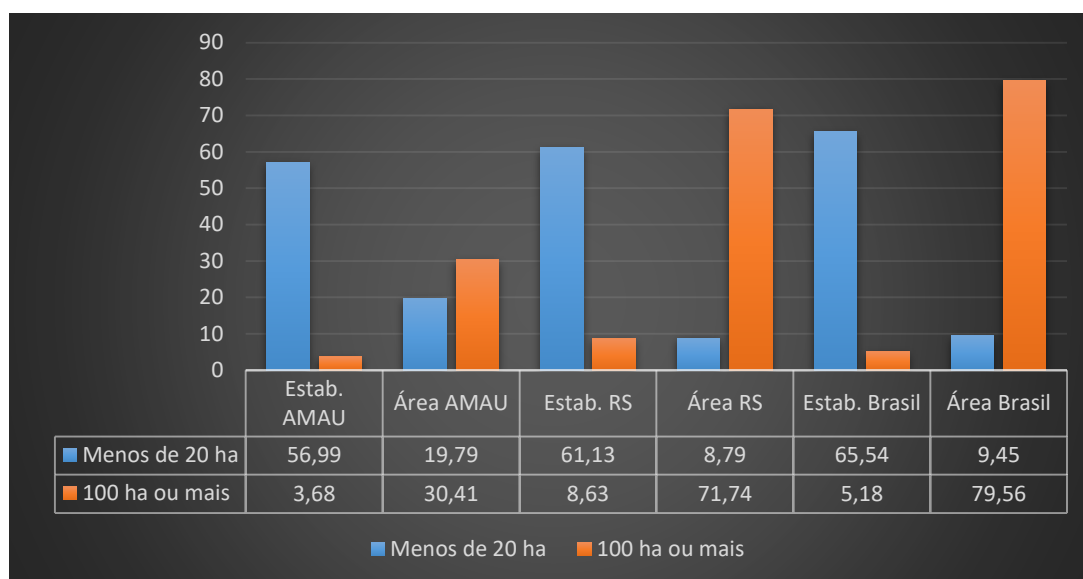
Por outro lado, em 1985, as unidades produtivas de médio ou de grande porte na região da AMAU (de 100 ou mais hectares), correspondiam a 403 estabelecimentos agropecuários, ou seja, apenas 1,6% sobre o total. Entretanto, em termos de área utilizada, esses estabelecimentos continham 18,07% da área total. Entre 1985 e 2017, essa realidade melhorou ainda mais para essas unidades produtivas, pois seus estabelecimentos foram ampliados para 619 (assim o seu percentual sobre o total passou de 1,6% para 3,68%) e sua área igualmente aumentou e passou para 30,41% da área utilizada nessa região nas atividades agropecuárias.

Dessa forma, verifica-se que a região da AMAU, entre 1985 e 2017, seguiu o mesmo modelo de desenvolvimento ocorrido no Rio Grande do Sul e no Brasil, pois, apesar das variações existentes, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários eram e continuam a ser de pequeno porte, com área inferior a 20 hectares: AMAU, 61,06% (1985) e 56,99% (2017); Rio Grande do Sul, 63,89% (1985) e 61,13% (2017); e Brasil, 66,97% (1985) e 65,54% (2017). Já em relação à área utilizada, as unidades produtivas com menos de 20 hectares tiveram a seguinte dinâmica em relação ao total da área ocupada: AMAU, 26,46% (1985) e 19,79% (2017); Rio Grande do Sul, 11,48% (1985) e 8,63% (2017); e Brasil, 5,68% (1985) e 5,18% (2017). Apesar de ser uma situação predominante em todas as escalas, isso revela que a distribuição da terra é muito mais concentrada e desigual na média do Rio Grande do Sul e do Brasil, em comparação com a região da AMAU.

Por outro lado, verifica-se que os estabelecimentos médios e grandes, de 100 ou mais hectares, apesar de seu crescimento numérico, continuaram a ter pouca representação em relação ao total de unidades produtivas: AMAU, 1,60% (1985) e 3,68% (2017); Rio Grande do Sul, 7,14 (1985) e 8,79% (2017); e Brasil, 9,80% (1985) e 9,45% (2017). Entretanto, não se pode dizer a mesma coisa em relação à área utilizada: AMAU, 18,07% (1985) e 30,41% (2017); Rio Grande do Sul, 65,83% (1985) e 71,74% (2017); e Brasil, 78,78% (1985) e 79,56% (2017).

Para uma melhor visualização desses números apresenta-se o Gráfico 12, em sequência, com os dados relativos a 2017. Nele, observa-se que o Brasil chega no período contemporâneo herdando uma grave contradição histórica no processo de distribuição da terra no meio rural. E o problema ocorre em todas as escalas verificadas: na AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Dessa forma, essa questão dificulta enormemente o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, especialmente dos agricultores que possuem estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, os denominados “Minifúndios”.

Gráfico 12 - Número de estabelecimentos com menos de 20 ha e 100 e mais ha e o total da área utilizada por cada grupo na AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no censo agropecuário 2017, IBGE.

Dessa forma, como dito no capítulo primeiro, as profundas mudanças que aconteceram na agricultura, advindas com o processo de modernização, provocaram transformações significativas no desenvolvimento da agricultura regional e beneficiou diretamente os agricultores mais bem situados economicamente, com mais terra, e os que residiam nos municípios com terras mais planas, próprias para a utilização de máquinas agrícolas como tratores, plantadeiras e colheitadeiras. Assim, o problema da desigualdade no acesso à terra tornou-se mais visível, pois os agricultores proprietários das unidades produtivas de pequeno porte passaram a ter cada vez mais dificuldades para se adaptarem às exigências impostas pela agricultura denominada moderna e tecnológica e às suas constantes transformações.

Além disso, é interessante observar como está a distribuição da terra nos 32 municípios que integram a AMAU entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar, por meio da Tabela 29, em sequência, com dados do censo agropecuário de 2017. Chama a atenção de que a média regional das propriedades rurais classificadas dentro da Agricultura Familiar é de apenas 20,8 hectares, enquanto que na Agricultura Não Familiar é de 102,57 hectares, o que dá uma desigualdade aproximada de 1(um) para 5 (cinco). Além disso, em 11 municípios, a média das propriedades dentro da Agricultura Familiar é inferior a 20 hectares: Benjamin Constant do Sul (14,85 ha); Áurea (15,28 ha); Gaurama (17,87 ha); Itatiba do Sul (17,89 ha); Centenário (18,02 ha); Severiano de Almeida (18,47 ha); Carlos Gomes (18,58 ha); Jacutinga (19,27 ha); Mariano Moro (19,49 ha); Três Arroios (19,56 ha) e Barão de Cotegipe (19,96 ha).

Tabela 29 - Classificação dos municípios pelo tamanho médio em hectares das propriedades da Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) na região da AMAU, 2017

Local	Estab. AF	% AF	Estab. ANF	% ANF	Área AF	% AF	Área média AF	Área ANF	% ANF	Área média ANF
B.Coteg.	1001	97,18	29	2,82	19978	90,06	19,96	2206	9,96	76,07
Itat. Sul	645	92,41	53	7,59	11538	88,18	17,89	1547	11,82	29,19
B.R.Azul	419	92,90	32	7,10	10375	87,75	24,76	1449	12,25	45,28
C.Gomes	316	93,77	21	6,23	5871	84,79	18,58	1053	15,21	50,14
Gaurama	770	91,89	68	8,11	13760	83,26	17,87	2767	16,74	40,69
F.Peixoto	483	88,14	65	11,86	10158	82,02	21,03	2227	17,98	34,26
T.Arroios	508	89,12	62	10,88	9936	80,95	19,56	2338	19,05	37,71
S.Valentim	399	95,00	21	5,00	8064	80,81	20,21	1915	19,19	91,19
Cruzalt.	460	93,31	33	6,69	9944	79,61	21,62	2548	20,40	77,21
P.Preta	271	90,64	28	9,36	6008	79,24	22,17	1574	20,76	56,21
S.Almeida	573	88,43	75	11,57	10582	79,14	18,47	2789	20,86	37,19
Aratiba	862	90,74	88	9,26	19069	78,33	22,12	5274	21,67	59,93
Centenário	523	90,64	54	9,36	9423	77,63	18,02	2716	22,37	50,30
M.Ramos	532	93,01	40	6,99	11037	77,24	20,75	3252	22,76	81,30
B.C.Sul	357	91,54	33	8,46	5303	74,49	14,85	1816	25,51	55,03
Viadutos	680	93,66	46	6,34	15221	74,01	22,38	5346	25,99	116,22
Áurea	592	89,56	69	10,44	9046	73,41	15,28	3276	26,58	47,48
M.Moro	233	90,66	24	9,34	4541	72,95	19,49	1683	27,04	70,13
Ipir.do Sul	376	90,82	38	9,18	9150	64,37	24,34	5064	35,63	133,26
AMAU	15082	89,74	1724	10,26	313658	63,95	20,80	176834	36,05	102,57
Erechim	941	86,97	141	13,03	19097	60,77	20,29	12326	39,23	87,42
E.R.Sul	226	88,63	29	11,37	4960	60,64	21,95	3219	39,36	111,00
Estação	197	85,28	34	14,72	4781	59,19	24,27	3297	40,81	96,97
Charrua	433	88,37	57	11,63	9851	54,82	22,75	8120	45,18	142,46
P.Bento	254	87,89	35	12,11	6126	54,35	24,12	5145	45,64	147,00
G.Vargas	555	85,52	94	14,48	13089	53,11	23,58	11558	46,89	122,96
E.Grande	550	81,97	121	18,03	11647	51,98	21,18	10760	48,02	88,93
Faxinalz.	252	87,80	35	12,20	5259	44,96	20,87	6439	55,04	183,97
Sertão	630	85,60	106	14,40	15856	44,65	25,17	19654	55,35	185,42
Erebango	285	81,90	63	18,10	5920	40,69	20,77	8629	59,31	136,97
C.do Sul	298	84,90	53	15,10	7798	40,47	26,17	11472	59,53	216,45
Jacutinga	295	89,94	33	10,06	5686	38,89	19,27	8934	61,11	270,73
Q.Irmãos	166	79,05	44	20,95	4584	21,80	27,61	16441	78,20	373,66

Fonte: Elaborada pelo autor com base no censo agropecuário 2017 do IBGE (Tabela 6878).

Salienta-se que, na região da AMAU, o número de estabelecimentos agropecuários dentro da Agricultura Familiar soma um total de 15.082 (89,74%) para uma área de terra de 313.658 hectares (63,95%). Enquanto isso, o número de estabelecimentos da Agricultura Não Familiar soma 1.724 estabelecimentos (10,26%) para uma área de terra de 176.834 hectares (36,05%). Chama a atenção também que, em seis municípios, todos situados na parte sul do território (com exceção de Faxinalzinho), os quais contêm terras mais planas, a área pertencente aos estabelecimentos da Agricultura Não Familiar supera o índice de 50%: em Faxinalzinho, 35 estabelecimentos (12,20% sobre o total) possuem uma área de terra de 6.439 hectares (55,04%

da área total); Sertão, 106 estabelecimentos (14,40% sobre o total) possuem uma área de terra de 19.654 hectares (55,35%); Erebango, 63 estabelecimentos (18,10% sobre o total) possuem uma área de terra de 8.629 hectares (59,31%); Campinas do Sul, 53 estabelecimentos (15,10% sobre o total) possuem uma área de terra de 11.472 hectares (59,53%); Jacutinga, 33 estabelecimentos (10,06% sobre o total) possuem uma área de terra de 8.934 hectares (61,11%); e Quatro Irmãos, 44 estabelecimentos (20,95% sobre o total) possuem uma área de terra de 16.441 hectares (78,20%).

Sobre o problema histórico de concentração da terra no Brasil existem muitos estudos, alguns mais antigos e outros mais recentes. Uma das estudiosas do tema é Maria de Nazareth Baudel Wanderley. A autora sustenta que, no Brasil, a grande propriedade foi dominante em toda a sua história e se impôs como modelo reconhecido e priorizado no processo de modernização da agricultura, pois foi o setor que mais recebeu estímulos governamentais. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira e, dessa forma, os agricultores familiares e os camponeses sem terra ou com pouca terra em todo o Brasil tiveram que lutar arduamente para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

Entre os estudos mais recentes, destacamos o publicado, em 2016, pela OXFAM Brasil⁹¹, através de um informe denominado “Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural”. Através dele, essa organização afirma que a desigualdade social possui múltiplas origens e prejudica decisivamente a garantia de direitos e o desenvolvimento sustentável e, entre suas causas estruturais, aponta a questão da concentração da terra, uma característica do Brasil e de toda a América Latina. Assim, a concentração da terra incentiva o êxodo rural e centraliza os recursos naturais em benefício de uma minoria de grandes proprietários. Esses, por sua vez, implementam um modelo agrícola baseado na monocultura de produtos cultivados em larga escala, voltado à produção de *commodities* para a exportação, e marcado pela alta degradação ambiental, além de colocar a produção de alimentos em um segundo plano (OXFAM Brasil, 2016).

Esse informe da OXFAM Brasil destaca, ainda, que, historicamente, a distribuição desigual da terra veio acompanhada do acesso privilegiado dos recursos e dos incentivos públicos aos grandes proprietários, enquanto os agricultores ligados às unidades produtivas de

⁹¹ A Oxfam Brasil, criada em 2014, é uma organização da sociedade civil brasileira que produz estudos sobre a realidade brasileira e apresenta propostas para o enfrentamento à pobreza e a desigualdade. Além disso, faz parte de uma rede global, a Oxfam, que tem 20 membros que atuam em cerca de 90 países no total, por meio de campanhas, programas e ajuda humanitária. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/historia/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

pequeno porte eram preteridos, como aconteceu com o crédito rural ofertado, durante o período do regime militar, para a aquisição de maquinários agrícolas, dentro do chamado “pacote verde” (OXFAM Brasil, 2016, p. 11).

Além disso, o informe dessa organização salienta que, a partir de 1995, quando o Brasil criou políticas públicas voltadas para o incentivo à agricultura familiar e para os assentados da reforma agrária, o acesso ao crédito se ampliou e se desconcentrou. No entanto, a desigualdade permaneceu na distribuição dos valores: em 2006, os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais concentraram 44,10% do crédito rural, enquanto 80% dos menores estabelecimentos obtiveram entre 13,18% e 23,44%. A origem de tal discrepância estaria no valor médio dos financiamentos obtidos, pois o valor financiado para os agricultores ligados às unidades produtivas de pequeno porte (com menos de 20 hectares) não chegava a 10 mil reais. Por outro lado, nos estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, o valor médio chegava a ser maior que 1,9 milhões de reais (OXFAM Brasil, 2016, p. 12-13).

A partir disso, no caso da região da AMAU, a redução expressiva de unidades produtivas de pequeno porte (com menos de 20 hectares) e a diminuição de sua área utilizada, verificada no período entre 1985 e 2017, pode ser definido como um processo violento de exclusão social das famílias mais pobres que viviam e trabalhavam no meio rural e, além disso, como um fenômeno que estimulou ao longo do tempo a concentração da terra (e da riqueza produzida, por consequência) nas médias e grandes propriedades rurais.

No caso da região da AMAU, verifica-se, portanto, que o processo de modernização da agricultura, iniciado nas décadas de 1960 e 1970 (vista no capítulo primeiro), e o seu contínuo pacote de mudanças que ocorreram depois disso relacionadas às atividades agropecuárias, inclusive no campo das políticas públicas, não foram capazes de possibilitar a viabilidade econômica e social de grande parcela de agricultores proprietários das unidades produtivas de pequeno porte. Assim, para muitas dessas famílias, as exigências da agricultura científica e globalizada (aquisição de sementes selecionadas e modificadas, de inseticidas, de fertilizantes, de corretivos para o solo e de máquinas, além da utilização de técnicas cada vez mais sofisticadas) esteve muito além de sua capacidade técnica e financeira. Nesse modelo hegemônico de agricultura, os estabelecimentos agropecuários devem estrita obediência às regras contidas no seu pacote tecnológico, além de produzir aquilo que é imposto pelo mercado globalizado. Aos agricultores, como escreveu Santos (2001, p. 89), na maior parte das vezes, só restou atender a tais imperativos ou deixar as atividades agropecuárias.

De certa forma, confirma-se aqui neste estudo as afirmações de Bruno (2016, p. 153-154), quando escreve que a relação do patronato rural e agroindustrial com os agricultores

familiares integra uma história de exploração e de subordinação, na qual as desigualdades sociais são naturalizadas a fim de legitimar as regras de inclusão e de exclusão. E, as regras colocadas são duas do ponto de vista do capital: integrar-se ao projeto do grupo dominante como condição de sua reprodução social ou ser objeto de desprezo social, tratado como agricultor pobre e marginal que, no máximo, produz para a sua sobrevivência, além de estar fadado a desaparecer com o tempo.

Por isso, a nosso ver, é necessário tornar visível a desigualdade existente no meio rural, pois ela é uma das causas centrais da pobreza. Tomemos como exemplo a concepção de desenvolvimento defendida por Amartya Sen, na obra *Desenvolvimento como Liberdade*, na qual afirma que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais e substantivas. E, para isso, é necessário que se removam as principais fontes de privação de liberdade: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”, pois o mundo atual nega liberdades elementares para muitas pessoas (SEN, 2010, p. 16-17). A partir disso, fica evidente que a concentração da terra nas médias e grandes propriedades rurais é uma profunda contradição que impede o desenvolvimento de muitas famílias de agricultores que possuem propriedades minúsculas, tanto na região da AMAU, quanto no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Além disso, se não forem expostas as diferenças, as classes sociais tornam-se invisíveis e ganham espaço as visões de que a riqueza e a prosperidade são frutos apenas do mérito individual de cada um e, portanto, ficam totalmente justificados os privilégios que usufruem as pessoas mais ricas de nossa sociedade (SOUZA, 2018, p. 53). Neste trabalho, o exemplo que pode ser dado é o caso dos médios e grandes proprietários de terras na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, pois têm a seu dispor uma das condições básicas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e para a sua reprodução social com qualidade, que é o acesso à terra. Já, os agricultores ligados às unidades produtivas de pequeno porte, com menos de 20 hectares, partem de uma realidade desigual na busca dos mesmos objetivos, ou seja, a expansão das suas “liberdades reais e substantivas”, de que escreveu Sen, fica extremamente dificultada.

É claro que não se pode colocar a responsabilidade pela inviabilidade econômica das pequenas unidades produtivas apenas na questão do acesso à terra. Como escreve Veiga (2012, p. 201), outros fatores são fundamentais como: a possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, a localização dos estabelecimentos agropecuários e a qualidade do solo. O autor destaca que a adoção de inovações tecnológicas eleva constantemente o patamar mínimo de

cada sistema de produção (meios de produção – terra e capital) e, reduz, na maior parte dos casos, as necessidades de mão de obra.

Além disso, para esse autor, a forma econômica, muitas vezes, esconde aspectos da realidade que são fundamentais, como é o caso das relações sociais. E, historicamente, nos últimos 200 anos, no Brasil e no mundo, coexistiram e se opuseram duas formas de produção no setor agropecuário: a “familiar” e a “patronal”, que comportam unidades produtivas de tamanho pequeno, médio ou grande. E muitas delas demonstraram viabilidade, embora com tamanhos diversos (VEIGA, 2012, p. 201-202).

De outro modo, é importante levar em consideração que a experiência brasileira da modernização da agricultura, embora tenha gerado uma maciça transferência de força de trabalho para os setores econômicos urbanos, não eliminou as atividades de subsistência no espaço rural. Além disso, nem todas as pessoas que saíram da agricultura conquistaram empregos com carteira assinada e salários dignos no mercado de trabalho urbano-industrial (DELGADO, 2016, p. 255-257).

Dessa forma, de um lado, permaneceu um grande contingente de agricultores que vivem e trabalham em unidades produtivas rurais de pequeno porte, realizando atividades de subsistência e sem estarem totalmente integrados aos sistemas modernos de agricultura (como visto antes, 56,99% dos estabelecimentos agropecuários existentes na região da AMAU são unidades com menos de 20 hectares, censo agropecuário de 2017), e, de outro, constituiu-se uma grande parcela da população urbana que vive de atividades no mercado informal de trabalho, em situação de pobreza. Diante disso, existe um grande desafio colocado para o processo de desenvolvimento da economia brasileira e regional que é o da inserção econômica desses dois setores, em condições tais que eleve sua produtividade e sua renda.

O levantamento feito neste trabalho indica, por outro lado, que as diferenças existem também dentro da agricultura familiar, ou seja, ocorrem situações heterogêneas nesse setor. Isso vai ao encontro de outros estudos existentes que diagnosticaram desigualdades internas na agricultura familiar brasileira, como a pesquisa feita por Aquino, Gazolla e Schneider (2018, p. 131). Esses autores propuseram que as pesquisas precisam ir além das noções generalizantes, demonstrando que as desigualdades no meio rural não se limitam apenas à polarização familiar versus não familiar, pois a agricultura familiar no país é marcada por grandes disparidades socioeconômicas internas e, geralmente, ocultadas pelos indicadores médios dos censos agropecuários.

Em síntese, a pesquisa feita neste tópico indica que, na região da AMAU, existem situações heterogêneas e desiguais na agricultura de base familiar e, além disso, revelou duas

grandes contradições: i) de um lado, a redução numérica de estabelecimentos agropecuários classificados como de pequeno porte (com menos de 20 hectares), que se traduz em forte êxodo rural, entre 1985 e 2017, nessa região e, de outro, o crescimento numérico das médias e grandes propriedades; ii) da mesma forma, ocorreu uma redução na área utilizada pelos estabelecimentos de pequeno porte, enquanto os de médio e grande porte viram sua área aumentada proporcionalmente. Essas constatações, portanto, revelam que, nesse período, aumentou a distância para se alcançar um desenvolvimento territorial sustentável na agricultura de base familiar na região da AMAU, o que lança grandes desafios aos governantes e ao conjunto de atores sociais representativos dessa categoria na região.

Por outro lado, em relação à descrição e à análise realizada sobre o valor da produção obtida, entre 2006 e 2017, na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil, entre os diversos grupos de agricultores, tanto os que tinham propriedades de pequeno porte quanto os que detinham áreas maiores, indicaram duas constatações principais. A primeira é a de que, apesar das diferenças significativas nos valores, todos os grupos de agricultores obtiveram resultados positivos nesse período, ou seja, pode-se concluir que as políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar em nível de país provocaram efeitos benéficos no desenvolvimento da agropecuária regional.

A segunda constatação, entretanto, indicou que o valor da produção gerado nessa região, nesse período, se concentrou nos grupos que possuem propriedades superiores a 50 hectares. Verificou-se que os estabelecimentos agropecuários de pequeno porte com menos de 20 hectares, que representavam 58,13% (2006) e 56,58% (2017) dos estabelecimentos agropecuários dessa região, ficaram com apenas 29,5% (2006) e 25,12% (2017) do valor gerado pela produção regional. Ou seja, além de, proporcionalmente, receberem uma fatia menor do bolo, o tamanho dela diminuiu entre um censo e outro. Dessa forma, prova-se que o atual modelo de desenvolvimento não condiz com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apregoados pela ONU na Agenda 2030, pois a distribuição equitativa da renda gerada pelas atividades econômicas é um dos princípios centrais desse documento. Além disso, as informações trazidas pela pesquisa indicam que esse fenômeno ocorreu nos três níveis pesquisados, na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Dessa forma, confirma-se uma séria contradição, a concentração da renda gerada pelas atividades agropecuárias entre os agricultores familiares e não familiares mais capitalizados.

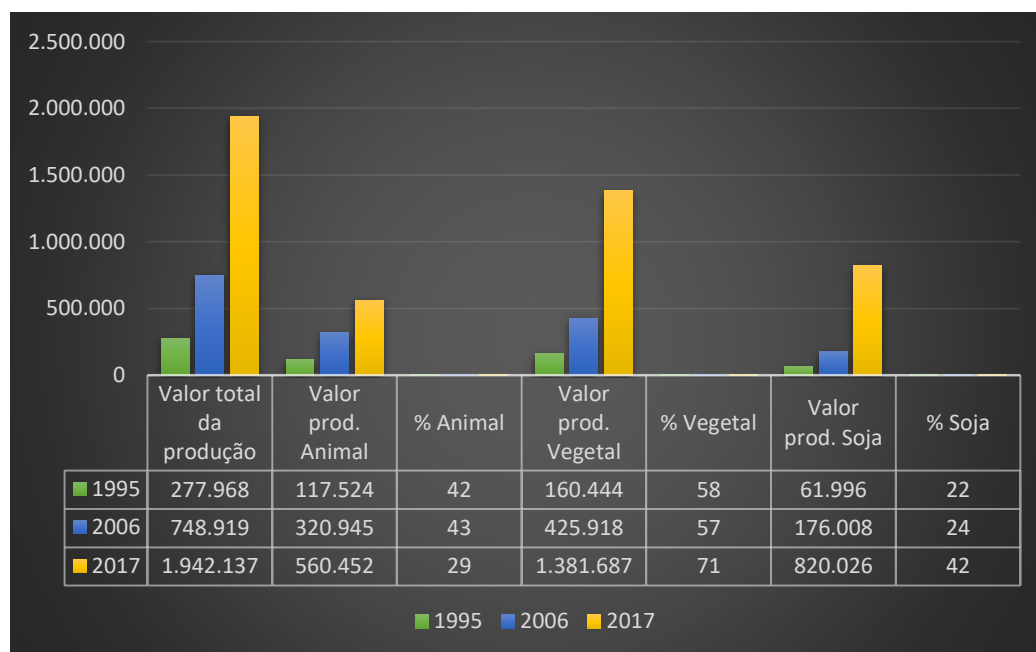
Além disso, como visto no tópico 5.1, houve, na região da AMAU, um desequilíbrio entre os valores médios gerados pela produção agropecuária, entre 2006 e 2017, favorável aos produtores rurais residentes em municípios com terra plana em comparação com os de terra

dobrada, mais próximos ao rio Uruguai. Um dos fatores que explica essa realidade é o alto desempenho gerado pelo produto soja, devido a sua enorme demanda no mercado internacional de *commodities*, liderado pela China. Por isso, vamos, no tópico a seguir, conhecer algumas informações sobre o impacto gerado por esse produto nessa região, em comparação com o estado e o país, pois isso revela também mais uma contradição para o processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU.

5.3 A monocultura da soja como fator de desequilíbrio na produção agropecuária

Entre 1995 e 2017, a partir da crescente demanda internacional liderada pela China, o produto soja tornou-se uma das principais culturas na área da produção vegetal na agricultura brasileira, com forte impacto nos resultados de geração de renda no meio rural na região da AMAU. Para uma melhor visualização dessa realidade, apresenta-se o Gráfico 13, o qual permite uma comparação entre o valor da produção total alcançado na região da AMAU, com o da produção animal, da produção vegetal e da produção de soja, entre 1995 e 2017.

Gráfico 13 - Valor e percentual da produção agropecuária (mil reais), da produção animal, da produção vegetal e da produção de soja, na região da AMAU, entre 1995 e 2017



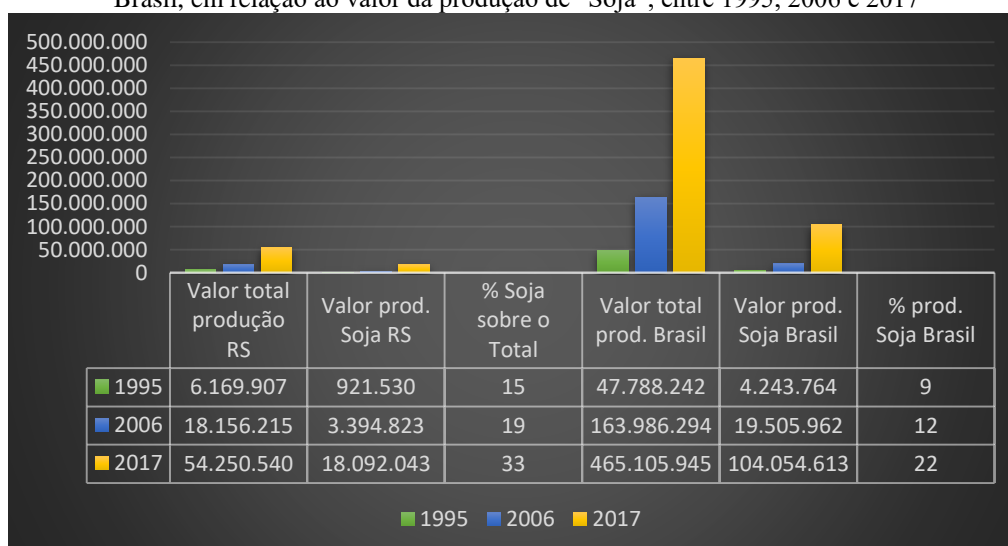
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 1995, 2006 e 2017, IBGE (Tabelas 499, 949 e 6959).

Uma realidade fica muito clara quando se observa o Gráfico 13: o valor da produção originado do produto soja desequilibrou a balança em favor da produção vegetal entre 2006 e 2017, na região da AMAU. Em 1995, a participação da soja era importante: correspondia a 22%

do valor da produção agropecuária regional. Da mesma forma, em 2006: 23,5% do valor da produção regional. Já em 2017, o valor da produção saltou para 42% da produção regional. Isso fez com que o valor da produção animal que, em 1995, correspondia a 42% do valor total regional e, em 2006, a 43%, reduzisse sua participação, em 2017, para 29%. Enquanto isso, o percentual do valor da produção vegetal que era, em 1995, de 58% e, em 2006, de 57%, em 2017, subiu e atingiu o índice de 71%.

Vamos comparar, então, esses dados com a realidade do Rio Grande do Sul e do Brasil, através do Gráfico 14. As informações neste gráfico demonstram que o valor da produção relacionada ao produto soja, da mesma forma que ocorreu na região da AMAU, obteve um crescimento muito expressivo no Rio Grande do Sul, nesse mesmo período: correspondia a 15% sobre o valor total, em 1995; passou para 19% em 2006, e subiu para 33% em 2017. O fenômeno repetiu-se também no Brasil: era de 9% em 1995; passou para 12% em 2006; e subiu para 22% em 2017. Entretanto, ao compararmos os números obtidos na região da AMAU, em 2017, com o Rio Grande do Sul e o Brasil, nota-se que o valor da produção obtido pela soja nessa região ganhou uma representatividade bem maior: enquanto no Brasil, esse produto correspondia a um índice de 22% sobre o valor total da produção agropecuária daquele ano, no Rio Grande do Sul, era de 33% e, na região da AMAU correspondia a 42%.

Gráfico 14 - Comparação entre o valor total da produção agropecuária (mil reais) no Rio Grande do Sul e no Brasil, em relação ao valor da produção de “Soja”, entre 1995, 2006 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 1995, 2006 e 2017, IBGE (Tabelas 499, 949 e 6959).

Em síntese, o cultivo da soja foi determinante para a ampliação da renda agropecuária no Brasil, no Rio Grande do Sul e, especialmente na região da AMAU, nesse período analisado

e, com amplo destaque, entre 2006 e 2017, fazendo crescer expressivamente a participação da produção vegetal em detrimento da produção animal.

Vamos, então, verificar qual foi o impacto desse fator especificamente na Agricultura Familiar e na Agricultura Não Familiar nessa região. Como visto, entre 2006 e 2017, ocorreu uma ampliação da renda gerada pela produção vegetal em relação à produção animal. E um dos fatores que explica essa realidade é a ampliação da renda gerada pela produção de soja. Em relação à Agricultura Familiar, observemos as informações constantes na Tabela 30.

Tabela 30 - Valor da produção de Soja em Grão (mil reais) na região da AMAU, em 2006 e 2017, na Agricultura Familiar (AF), em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil ⁹²

Local	Valor da produção total Soja em Grão 2006	Valor da produção total ANF 2006	Valor da produção total AF 2006	% sobre o Valor Total da produção AF 2006	Valor da produção total Soja em Grão 2017	Valor da produção total ANF 2017	Valor da produção total AF 2017	% sobre o Valor Total da produção AF 2017
Ipir. Sul	13.946	4.218	9.729	36,54	46.783	17.302	29.482	61,00
Sertão	26.936	13.174	13.762	42,23	100.810	57.808	43.002	57,61
F.Peixoto	2.894	369	2.525	27,55	20.283	3.840	16.443	57,23
Camp. Sul	13.760	7.859	5.900	42,05	55.510	34.729	20.780	53,82
Charrua	7.133	1.041	6.092	40,44	32.319	12.769	19.550	53,60
G.Vargas	13.114	4.116	8.998	37,90	62.544	31.688	30.856	52,55
Q.Irmãos	14.642	12.026	2.615	43,37	58.272	48.649	9.623	52,35
Cruzalten	6.527	1.197	5.331	43,31	27.528	7.073	20.455	51,88
E.R.do Sul	2.848	439	2.409	38,69	14.689	6.710	7.978	43,84
Áurea	4.220	921	3.298	21,22	21.472	7.465	14.007	43,70
Estação	5.532	2.237	3.296	28,45	20.796	9.686	11.110	42,65
Erebango	9.044	6.062	2.982	34,91	38.024	21.732	16.292	41,74
Gaurama	4.868	885	3.983	19,40	28.552	5.846	22.706	41,09
P.Bento	5.455	1.859	3.596	33,75	23.768	13.543	10.225	39,01
Erechim	11.931	6.371	5.560	15,41	59.298	29.334	29.964	37,81
Viadutos	2.054	460	1.594	6,75	25.105	10.036	15.069	34,16
P.Preta	3.941	375	3.566	27,32	14.781	3.948	10.832	38,62
Faxinalzi	4.505	2.492	2.013	40,82	16.892	10.576	6.316	35,04
AMAU	176.008	75.509	100.500	18,84	820.026	395.140	424.885	33,82
C.Gomes	705	209	496	9,12	9.736	2.805	6.931	33,01
Centenário	2.844	537	2.308	18,56	17.612	6.471	11.141	31,67
BCotegipe	3.721	386	3.335	12,88	23.700	3.034	20.667	30,33
T.Arroios	850	189	661	3,07	13.832	4.203	9.629	27,65
SValentim	1.684	171	1.512	11,03	10.902	3.297	7.605	25,52
M.Ramos	606	389	217	1,69	9.995	2.756	7.239	15,60
S.Almeida	245	16	229	1,43	6.835	2.300	4.534	12,30
Jacutinga	10.118	6.794	3.324	39,30	38.917	29.141	9.776	10,03
E.Grande	1.039	580	459	3,12	8.564	6.172	2.392	8,41
Itat. Sul	176	28	148	1,14	1.917	260	1.656	6,20
Aratiba	152	28	124	0,24	3.966	651	3.316	5,30
B.R.Azul	53	27	26	0,10	1.630	0	0	?
B.C. Sul	436	42	395	6,86	4.047	0	0	?
M.Moro	29	12	17	0,11	947	0	0	?
RS	3.394.823	2.290.253	1.104.570	12,52	18.092.043	14.092.094	3.999.946	19,74
Brasil	19.505.962	16.589.983	2.915.980	5,35	104.054.613	94.398.400	9.656.241	9,07

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017, IBGE (Tabelas 949 e 6959).

⁹² O IBGE não apresentou os dados específicos relativos aos valores da produção de soja referente aos municípios de Mariano Moro, Barra do Rio Azul e Benjamin Constant do Sul, a fim de não identificar os produtores. Assim, o valor total relativo à AMAU foi resultado da soma do total registrado na Microrregião Erechim mais os valores registrados nos municípios de Charrua e Sertão.

Na Tabela 30, em relação à Agricultura Familiar, percebe-se que o valor total da produção de soja correspondeu na região da AMAU, em 2006, a 18,84% do valor total obtido naquele ano pelo setor na soma geral entre produção vegetal e animal. Em 2017, o percentual cresceu para 33,82%. Além disso, o valor relativo à produção de soja pela Agricultura Familiar correspondeu, em 2006, a R\$ 100.500.000 (cem milhões e quinhentos mil reais) nessa região. Em 2017, o valor da produção referente ao produto soja alcançou R\$ 424.885.000 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais). Isso equivale a um crescimento percentual de 422,77% entre 2006 e 2017.

Outrossim, em comparação com o crescimento do valor total da produção vegetal e animal nesse período e nessa região, o índice de crescimento na Agricultura Familiar no valor da produção vegetal foi de 295,94% e o índice de crescimento do valor da produção animal nesse mesmo setor foi de 169,19%. Assim, quando se mede o valor da produção na região da AMAU na Agricultura Familiar, nota-se, claramente que, entre 2006 e 2017, o cultivo da soja desequilibrou a balança em favor da produção vegetal.

Além disso, o cultivo da soja impactou em quase todos os municípios da AMAU. Chama a atenção que, em oito municípios, o valor da produção obtido pela soja ultrapassou a marca de 50% sobre o valor total da produção agropecuária na Agricultura Familiar, em 2017. São eles: Ipiranga do Sul (61%), Sertão (57,61%), Floriano Peixoto (57,23%), Campinas do Sul (53,82%), Charrua (53,60%), Getúlio Vargas (52,55%), Quatro Irmãos (52,35%) e Cruzaltense (51,88%). Além disso, dos 32 municípios que integram a AMAU, apenas dois tiveram percentuais menores de crescimento no valor da produção de soja em relação ao total, entre 2006 e 2017: Faxinalzinho e Jacutinga. Os demais obtiveram ampliação do índice de participação do produto soja na composição da renda gerada na Agricultura Familiar, nesse período.

A constatação desses resultados vai ao encontro de uma matéria jornalística produzida por Soares (2019), intitulada “Soja se torna a principal fonte de renda da agricultura familiar no RS”. Segundo o jornalista, a produção de soja geralmente foi associada aos produtores que possuíam grandes áreas de terras, mas, a partir do censo agropecuário de 2017, a produção de soja se consolidou como a principal fonte de renda da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. Conforme essa matéria, a produção de soja seria responsável por 20% da renda estadual na Agricultura Familiar. Em nossa tabela, o índice verificado ficou em 19,74% no Rio Grande do Sul e 9,07% no Brasil. Já na região da AMAU, esse índice foi de 33,82%, ou seja, bem acima da média estadual e nacional.

Vamos, então, a seguir verificar como o cultivo da soja impactou a Agricultura Não Familiar na região da AMAU, nesse mesmo período. Da mesma maneira do ocorrido com a Agricultura Familiar, a soja - que já era um dos principais produtos da Agricultura Não Familiar, na região da AMAU – impactou fortemente nesse setor, entre 2006 e 2017, como pode ser visto, na Tabela 31, em sequência.

Tabela 31 - Valor da produção de Soja em Grão (mil reais) na região da AMAU, em 2006 e 2017, na Agricultura Não Familiar (ANF), em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil⁹³

Local	Valor da produção total Soja em Grão 2006	Valor da produção total AF 2006	Valor da produção total ANF 2006	% Valor Total produção ANF 2006	Valor da produção total Soja em Grão 2017	Valor da produção total AF 2017	Valor da produção total ANF 2017	% Valor Total da produção ANF 2017
Cruzalten	6.527	5.331	1.197	55,80	27.528	20.455	7.073	74,40
Q.Irmãos	14.642	2.615	12.026	53,87	58.272	9.623	48.649	71,43
Ipir. Sul	13.946	9.729	4.218	49,24	46.783	29.482	17.302	70,86
Jacutinga	10.118	3.324	6.794	49,90	38.917	9.776	29.141	70,79
Sertão	26.936	13.762	13.174	47,97	100.810	43.002	57.808	70,49
Áurea	4.220	3.298	921	40,66	21.472	14.007	7.465	68,95
E.R.do Sul	2.848	2.409	439	36,13	14.689	7.978	6.710	68,61
G.Vargas	13.114	8.998	4.116	36,07	62.544	30.856	31.688	67,75
P.Bento	5.455	3.596	1.859	36,39	23.768	10.225	13.543	66,01
C.Gomes	705	496	209	42,74	9.736	6.931	2.805	62,77
F.Peixoto	2.894	2.525	369	19,36	20.283	16.443	3.840	62,54
Viadutos	2.054	1.594	460	17,99	25.105	15.069	10.036	62,09
Centenário	2.844	2.308	537	18,04	17.612	11.141	6.471	60,72
Charrua	7.133	6.092	1.041	46,18	32.319	19.550	12.769	60,39
Erechim	11.931	5.560	6.371	29,65	59.298	29.964	29.334	60,18
Camp. Sul	13.760	5.900	7.859	44,06	55.510	20.780	34.729	57,96
AMAU	176.008	100.500	75.509	35,06	820.026	424.885	395.140	57,63
Erebango	9.044	2.982	6.062	42,40	38.024	16.292	21.732	54,45
SValentim	1.684	1.512	171	6,32	10.902	7.605	3.297	49,06
Faxinalzi	4.505	2.013	2.492	54,73	16.892	6.316	10.576	47,75
P.Preta	3.941	3.566	375	24,98	14.781	10.832	3.948	46,61
T.Arroios	850	661	189	3,31	13.832	9.629	4.203	42,77
Gaurama	4.868	3.983	885	9,03	28.552	22.706	5.846	36,90
Estação	5.532	3.296	2.237	37,47	20.796	11.110	9.686	35,22
E.Grande	1.039	459	580	20,64	8.564	2.392	6.172	30,93
BCotegipe	3.721	3.335	386	7,71	23.700	20.667	3.034	29,65
S.Almeida	245	229	16	0,91	6.835	4.534	2.300	27,03
M.Ramos	606	217	389	11,37	9.995	7.239	2.756	25,72
Itat. Sul	176	148	28	0,82	1.917	1.656	260	16,54
Aratiba	152	124	28	0,35	3.966	3.316	651	4,35
B.R.Azul	53	26	27	1,51	1.630	0	0	?
B.C. Sul	436	395	42	17,43	4.047	0	0	?
M.Moro	29	17	12	1,50	947	0	0	?
Micro					686.896	362.333	324.563	55,71
Erechim								
RS	3.394.823	1.104.570	2.290.253	24,54	18.092.043	3.999.946	14.092.094	41,47
Brasil	19.505.962	2.915.980	16.589.983	15,15	104.054.613	9.656.241	94.398.400	26,32

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017, IBGE (Tabelas 949 e 6959).

⁹³ O IBGE não apresentou os dados específicos relativos aos valores da produção de soja referente aos municípios de Mariano Moro, Barra do Rio Azul e Benjamin Constant do Sul, a fim de não identificar os produtores. Assim, o valor total relativo à AMAU foi resultado da soma do total registrado na Microrregião Erechim mais os valores registrados nos municípios de Charrua e Sertão.

Conforme as informações registradas na Tabela 31, em relação à Agricultura Não Familiar, percebe-se que o valor total da produção de soja correspondia, na região da AMAU, em 2006, a 35,06% do valor total obtido naquele ano pelo setor na soma geral entre produção vegetal e animal. Em 2017, o percentual cresceu para 57,63%, ou seja, a soja consolidou-se como o produto responsável por mais da metade do valor da produção agropecuária nesse setor.

Além disso, o valor relativo à produção de soja pela Agricultura Não Familiar correspondeu em 2006 a R\$ 75.509.000 (setenta e cinco milhões, quinhentos e nove mil reais), nessa região. Em 2017, subiu para R\$ 395.140.000 (trezentos e noventa e cinco milhões, cento e quarenta mil reais). Isso equivale a um crescimento percentual de 523,30% entre 2006 e 2017, ou seja, superior ao registrado na Agricultura Familiar (422,77%). Outrossim, em comparação com o crescimento do valor total da produção vegetal e animal nesse período e nessa região, o índice de crescimento na Agricultura Não Familiar no valor da produção vegetal foi de 379,82% e o índice de crescimento do valor da produção animal nesse mesmo setor foi de 193,94%. Assim, quando se mede o valor da produção na região da AMAU na Agricultura Não Familiar, nota-se, claramente, que, entre 2006 e 2017, o cultivo da soja desequilibrou a balança em favor da produção vegetal também nesse setor.

Além disso, nota-se que o cultivo da soja impactou em quase todos os municípios da AMAU. Chama a atenção que, na Agricultura Não Familiar, em 17 municípios, o valor da produção obtido pela soja ultrapassou a marca de 50% sobre o valor total da produção agropecuária, em 2017. São eles: Cruzaltense (74,40%) Quatro Irmãos (71,43%), Ipiranga do Sul (70,86%), Jacutinga (70,79%), Sertão (70,49%), Áurea (68,95%), Entre Rios do Sul (68,61%); Getúlio Vargas (67,75%), Paulo Bento (66,01%), Carlos Gomes (62,77%); Florianópolis (62,54%), Viadutos (62,09%), Centenário (60,72%), Charrua (60,39%), Erechim (60,18%), Campinas do Sul (57,96%) e Erebangó (54,45%).

Além disso, dos 32 municípios que integram a AMAU, apenas dois tiveram percentuais menores de crescimento no valor da produção de soja em relação ao total, entre 2006 e 2017: Faxinalzinho e Estação. Os demais obtiveram ampliação do índice de participação do produto soja na composição da renda gerada na Agricultura Não Familiar, nesse período.

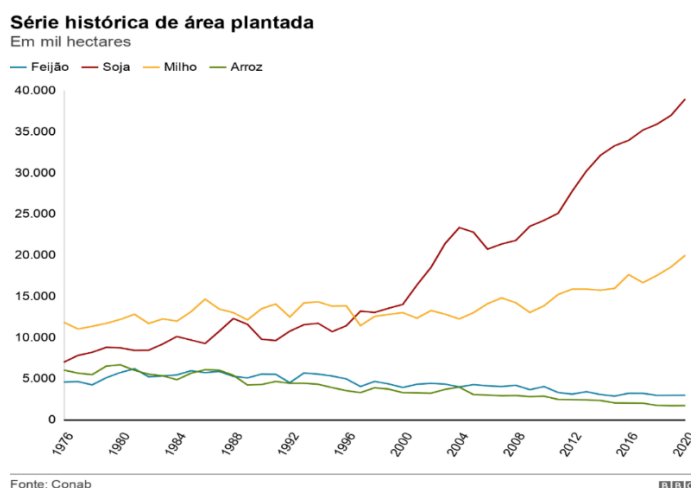
Em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, os resultados alcançados pela Agricultura Não Familiar nesse mesmo período foram: região da AMAU (2006 = 35,06%; 2017 = 57,63%); Rio Grande do Sul (2006 = 24,54%; 2017 = 41,47%); Brasil (2006 = 15,15%; 2017 = 26,32%). Dessa maneira, fica comprovado que, na região da AMAU, o cultivo da soja possui

uma importância bem maior na composição da renda agropecuária do que no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Cabe registrar ainda que, em relação à soja, em que pesem seus resultados positivos na composição da renda dos agricultores, esse cenário cria uma dependência cada vez maior dos agricultores familiares e não familiares ao mercado internacional, além de incentivar a prática de monocultura em torno desse produto, em prejuízo dos demais, ocorrendo assim um retrocesso no processo de diversificação. Outrossim, o cultivo desse produto contribui para a ampliação do uso de agrotóxicos e agroquímicos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Recentemente, esse cenário avançou ainda mais, pois, a cada ano, o país amplia a sua inserção nas grandes cadeias de *commodities*. Assim, por ter um mercado internacionalizado resguardado, inclusive com negociações de contratos futuros, o plantio de soja é muito mais seguro para os agricultores do que o cultivo dos produtos, por exemplo, que compõem o prato básico da família brasileira como o feijão e o arroz. Outrossim, os fortes investimentos dos setores privados em pesquisa e em novas tecnologias - melhoramento de sementes, novas técnicas, novas máquinas e equipamentos - fazem a produtividade crescer no decurso do tempo, além de diminuir a utilização de mão de obra. Soma-se a isso o contexto atual do dólar nas alturas e tem-se a fórmula fechada: os agricultores sabem fazer contas e optam pela soja. Dessa maneira, entre a safra de 1976/1977 e a de 2020/2021, a área plantada de feijão encolheu 35% no Brasil. Em paralelo, a área plantada de soja cresceu mais de 5 vezes (460%), como pode ser notado no Gráfico 15, em sequência (MOTA; BBC Brasil, 09 nov. 2021).

Gráfico 15 - Série histórica de área plantada (em mil hectares) – feijão, soja, milho e arroz – entre 1976/1977 e 2020/2021



Fonte: Conab apud MOTA; BBC Brasil, 09 nov. 2021.

O avanço da soja, em consequência, está transformando as paisagens rurais do Brasil de norte a sul. Além disso, a dinâmica atual deve se estender pelo menos por toda a década de 2020, conforme projeções oficiais realizadas pelo Ministério da Agricultura (MOTA; BBC Brasil, 09 nov. 2021).

Em síntese, conclui-se que a produção de soja impactou decisivamente no valor da produção agropecuária na região da AMAU, tanto na Agricultura Familiar quanto na Agricultura Não Familiar, especialmente nas duas últimas décadas, desequilibrando a balança favoravelmente à produção vegetal. Além disso, o crescimento aconteceu nos dois setores, mas foi maior na Agricultura Não Familiar. Constata-se também que, como a cultura do produto soja é mais compatível com as terras planas, os agricultores residentes nos municípios da região da AMAU que possuem terras com essas características geográficas foram os maiores beneficiados do ponto de vista de ampliação de sua renda, tanto na Agricultura Familiar quanto na Agricultura Não Familiar. Assim, o avanço crescente da produção de soja, com seus expressivos resultados econômicos, ao mesmo tempo que amplia a renda para uma parcela de produtores, prejudica o desenvolvimento de uma agricultura familiar diversificada e traz danos à segurança alimentar da população brasileira. Desse modo, torna-se mais um empecilho à construção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Além disso, o avanço do cultivo da soja contribuiu decisivamente para a consolidação de um modelo de desenvolvimento produtivista e que tem por base a produção convencional, através da utilização de sementes modificadas geneticamente, além do uso de agroquímicos e de agrotóxicos em todo o processo produtivo, o que causa mais uma contradição para o processo de desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar na região da AMAU.

5.4 O viés produtivista e convencional da Agricultura Familiar e Não Familiar

Em 2006, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) realizou uma pesquisa no estado do Paraná com o objetivo de avaliar os impactos do crédito aplicado pelos agricultores familiares através do Pronaf. O estudo realizado na época assentiu que o programa favorecia o reconhecimento público da categoria social dos agricultores e agricultoras familiares, bem como a sua reprodução social e econômica. Entretanto, também constatou que o Pronaf fortalecia a utilização dos chamados “insumos modernos”, dentro do modelo clássico de modernização da agricultura, conhecido como “revolução verde”, pois 90% dos agricultores beneficiários do programa utilizavam agrotóxicos, adubos químicos e sementes selecionadas, ao mesmo tempo que era baixíssima a utilização de adubação orgânica. Dessa maneira, o

documento concluiu que aquele modelo tornava os agricultores dependentes do fornecimento contínuo de insumos produtivos fornecidos pelas grandes empresas industriais desse ramo (Ibase: Relatório Pronaf, p. 107-108).

Sobre essa perspectiva, outros estudos foram realizados no Brasil por vários autores e tornou-se quase consensual que, embora vários aspectos positivos, o Pronaf foi incapaz de estimular uma mudança efetiva no modelo de desenvolvimento agrícola no país. Ao contrário, auxiliou fortemente para viabilizar a adoção de técnicas agrícolas produtivistas e, assim, contribuiu também para ampliar ainda mais os danos ambientais causados pela produção agropecuária em todo o território nacional (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021, p.50).

Além disso, as preocupações aumentam quando estudos indicam que, no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o atual modelo de produção está construindo um “caminho de mão única” na direção da ampliação da produção agrícola de *commodities*, especialmente da soja, em detrimento da produção de alimentos. Dessa forma, a agricultura desse estado (familiar e não familiar) tem se tornado cada vez mais especializada e associada à exportação, em detrimento da produção diversificada de alimentos (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021, p. 207).

Saliente-se que essas preocupações já apareceram há bastante tempo e fizeram parte dos estudos e debates realizados dentro das universidades, pois vários autores fizeram avaliações negativas sobre esse viés produtivista do Pronaf. Além disso, essa agenda fez parte dos movimentos sociais rurais e, dessa forma, o governo federal promoveu modificações, ao longo das últimas duas décadas, nas formas de acesso aos recursos subsidiados do programa. Assim, foram criadas linhas especiais de crédito de investimento: Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf ECO, as quais foram denominadas dentro da literatura como *Pronaf Verde* (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2021, p. 168-169).

Nessa direção, através do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, no governo Dilma:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (Decreto nº 7.794, 20/12/2012).

E, através da Portaria Interministerial nº 54, de 12/11/2013, foi instituído o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Planapo 2013-2015, estruturado em seis

grandes objetivos, distribuídos em quatro eixos: produção; uso e conservação de recursos naturais; conhecimento; e comercialização e consumo. Entretanto, uma pesquisa realizada pela equipe do IPEA e divulgada em 2017 concluiu que a efetivação desse plano foi restrita porque não conseguiu se firmar como uma política pública de governo, mas sim setorial. Além disso, o advento da crise política e econômica enfrentada nesse período dificultou a implementação e a ampliação das políticas públicas sociais e ambientais (IPEA, 2017, p. 23, 45).

Nessa mesma direção, outro estudo constatou que, entre 2013 e 2015, foram tímidas as operações de crédito no âmbito do Pronaf Verde: “os recursos efetivamente aplicados somaram R\$ 131 milhões, distribuídos em 20.855 contratos de crédito, o que representa 5,24% dos R\$ 2,5 bilhões disponibilizados inicialmente pela I PLANAPO” (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2021, p. 177). Além disso, esses autores, identificaram que, nesse mesmo período, o Pronaf realizou 5,5 milhões de operações de crédito somando o valor de R\$ 66,5 bilhões. E, em comparação com o programa Mais Alimentos, o qual aplicou nesse período o valor de R\$ 4,3 bilhões, a participação do financiamento do Pronaf Verde correspondeu a 3,04%. Dessa maneira, esse estudo concluiu que o Estado brasileiro ainda carece de uma efetiva prática na direção da sustentabilidade, na qual coloque como estratégia pública a construção de uma nova agricultura com base ecológica, inclusive nas linhas de financiamento subsidiado destinadas à produção de alimentos saudáveis (Idem, 2021, p. 185).

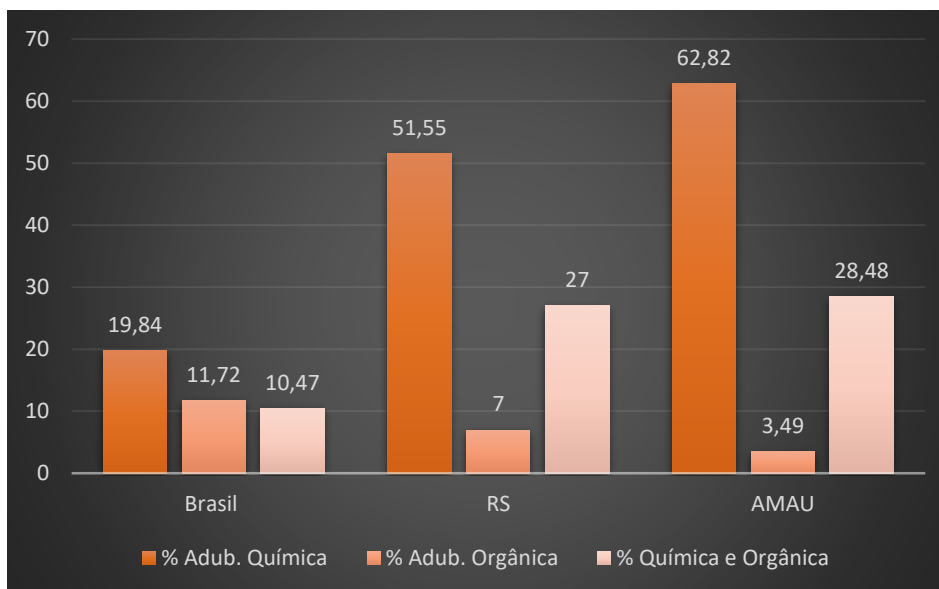
Outro estudo que teve como objeto de análise a agricultura familiar no município de Três Palmeiras, município situado nas proximidades da região da AMAU, identificou que o modelo atual de mercantilização da agricultura provoca evidentes situações de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares, pois favorece especialmente as famílias mais capitalizadas, em detrimento da maior parte delas que não conseguem produzir em escala pelas carências tecnológicas e pelos limites impostos pelo reduzido tamanho das propriedades rurais (CONTERATO; SCHNEIDER, 2006, p. 185-186).

Ao observarmos o que foi exposto nos tópicos anteriores deste trabalho em comparação com os estudos citados acima, percebe-se que essa realidade está muito presente na região da AMAU, especialmente quando olhamos para a renda média obtida pelos agricultores familiares residentes nos municípios que são caracterizados com terras planas e os municípios com terra dobrada, situados especialmente nas proximidades do rio Uruguai (conforme Tabela 23, por exemplo, no item 5.1). Da mesma forma, isso acontece na comparação entre os estabelecimentos familiares de pequeno porte, médio ou grande (conforme Tabela 25, item 5.2).

Além disso, a adesão majoritária dos agricultores familiares da região da AMAU ao modelo convencional de agricultura fica evidenciado, através do Gráfico 16, em sequência, que

contém as informações levantadas pelo Censo Agropecuário 2017, em relação à utilização de adubação química, orgânica ou ambas simultaneamente.

Gráfico 16 - Percentuais dos estabelecimentos agropecuários vinculados à Agricultura Familiar e a utilização de Adubação na AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil, 2017

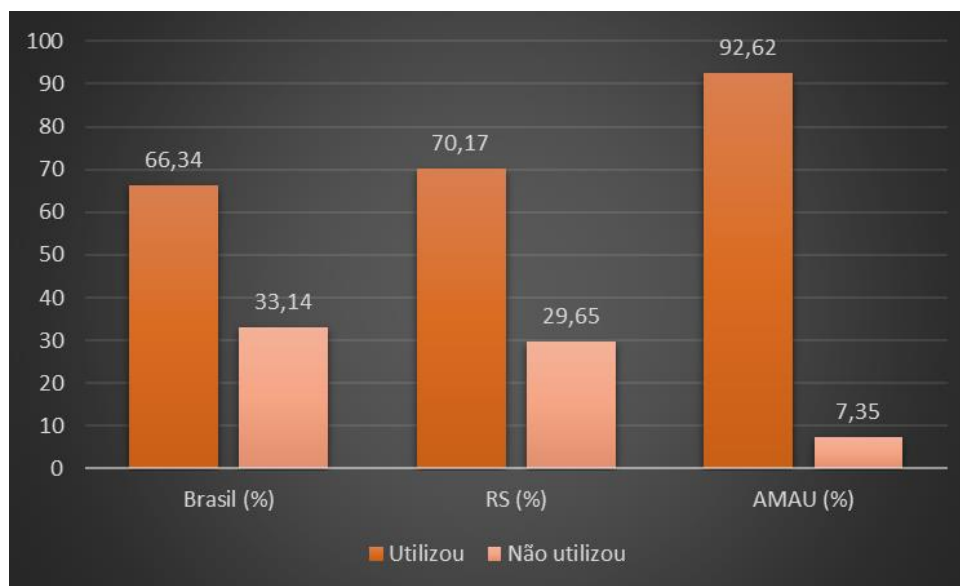


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário, IBGE (Tabela 6847).

Conforme as informações acima demonstradas, fica evidente que a maior parte dos agricultores familiares na região da AMAU aderiram à adubação química, inclusive com índices superiores aos verificados em nível estadual e nacional (AMAU = 62,82%; Rio Grande do Sul = 51,55%; e Brasil = 19,84%). Por outro lado, a utilização de adubação orgânica alcança o percentual irrisório de 3,49% na região da AMAU, contra 7% no estado e 11,72% no país.

Além disso, a adesão ao modelo produtivista e convencional da agricultura fica demonstrada também quando são verificados os índices de utilização de agrotóxicos, como indica o Gráfico 17, em sequência.

Gráfico 17 - Percentuais de utilização e não utilização de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil, 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabela 6852).

Conforme o Gráfico 17, com dados do Censo Agropecuário 2017, IBGE, fica evidenciado que 92,62% dos agricultores familiares fazem uso de agrotóxicos nessa região, contra 70,17% no Rio Grande do Sul e 66,34% no Brasil.

Dessa maneira, em todo o Brasil, o avanço do viés produtivista e convencional nas atividades agropecuárias contribui para a deterioração ambiental do solo, da água e do ar. Nesse sentido, uma pesquisa realizada recentemente sobre a interferência das atividades agropecuárias nos recursos hídricos no Rio Grande do Sul indicou os seguintes fatores como responsáveis pelo comprometimento qualiquantitativo: despejo de resíduos, 87,65%; consumo desregrado, como é o caso da irrigação, 30,86%; retirada ou substituição da cobertura vegetal, 29,62%; falta de planejamento e gestão rural, 27,16%; construções, aterramentos e drenagens de nascentes e/ou banhados, 22,22%; impermeabilização/compactação do solo pelo pisoteio dos animais e uso de maquinários, 20,98%; e canalização de rios, 6,17% (LACORTH, 2018, p. 40-41).

Diante disso, para esta pesquisa, apliquei um questionário: “Perfil dos Agricultores e Agricultoras Familiares participantes da Plenária Fetraf/RS, realizada nos dias 5 e 6 de dezembro de 2018, em Passo Fundo, RS”, questionário esse respondido por 34 lideranças e as respostas estão anexadas ao final do trabalho. Em relação ao tema tratado neste item, a pergunta nº 18 era a seguinte: “Por que a maioria das famílias de agricultores familiares adota o modelo convencional de produção e poucas famílias abraçam os modelos alternativos (orgânico/agroecológico) para desenvolver suas atividades produtivas”? Na sistematização dos resultados, as respostas que mais apareceram foram as seguintes:

- a facilidade de utilização do modelo convencional: “é mais fácil, vem tudo pronto, pacote pronto, fácil acesso, garantia de mercado para a produção, a existência de assistência técnica”;
- a necessidade de ampliar a renda familiar produzindo mais;
- como as famílias de agricultores familiares são pequenas, é mais fácil produzir no modelo convencional, pois utilizam máquinas e aplicam agrotóxicos;
- há pouco incentivo público para produzir de forma orgânica ou agroecológica: faltam políticas públicas, falta assistência técnica, existem dificuldades para a comercialização dos produtos;
- falta de consciência sobre a importância da produção orgânica e agroecológica: “já que todos usam agrotóxicos, eu também vou usar”.

Dessa maneira, claro fica que essa é uma questão extremamente contraditória que impõe enormes empecilhos para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU e que precisa ser enfrentada com muito mais determinação e força tanto pelo Estado brasileiro, quanto pela Sociedade e pelos Movimentos Sociais e Sindicais dessa região.

Viu-se acima que um dos motivos apresentados pelas lideranças da Fetraf/RS para a adoção do modelo convencional de produção agropecuária é o problema da falta de mão de obra. E, de fato, o êxodo rural e o processo de urbanização da população foram fenômenos constantes em todo o território brasileiro nas últimas décadas. Vamos, então, no tópico a seguir, descrever e analisar essa contradição e seus impactos no processo de desenvolvimento da agricultura familiar na região da AMAU.

5.5 A continuidade do fenômeno do êxodo rural

Nas últimas décadas, o Brasil e o Rio Grande do Sul vivenciaram um processo intenso de êxodo rural e, conseqüentemente, de urbanização de sua população. Na região da AMAU, esse fenômeno, que teve início no período da chamada modernização da agricultura, como visto no Capítulo I, continuou no período recente, trazendo conseqüências negativas para o desenvolvimento da agricultura nessa região.

Diante disso, esse item tem por objetivo descrever e analisar essa questão que também afeta o desenvolvimento sustentável da agropecuária na região da AMAU, além de algumas especificidades dos seus 32 municípios, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Inicia-se com a apresentação do Gráfico 18 e da Tabela 31, que retratam a dinâmica da população dessa região, entre 1950 e 2021.

Antes de analisarmos essas informações, registre-se que a metodologia utilizada pelo IBGE para calcular a população rural e urbana tem sido alvo de várias críticas, como a formulada por Veiga (2003, p. 31-32), ao defender a ideia de que “o Brasil é menos urbano do que se calcula”. Para o autor, uma das regras que atrapalha o entendimento do processo de urbanização do Brasil é o fato de que são consideradas urbanas todas as sedes municipais (cidades), além de seus distritos (vilas), sejam quais forem suas características. Assim, todas as pessoas que residem nas sedes e nos distritos - inclusive nos municípios com menos de 2 mil habitantes, em regiões interioranas, caracterizados pelas atividades econômicas rurais, como é o caso de muitos municípios da região da AMAU - são oficialmente contadas como urbanas⁹⁴.

Apesar desse questionamento fundamentado de Veiga, as informações retratadas pelo IBGE são importantes, pois indicam a dinâmica da população ao longo do tempo. Além disso, valoriza-se neste trabalho a abordagem territorial sobre o processo de desenvolvimento, a qual procura superar a dicotomia campo-cidade ou vice-versa (VEIGA, 2003; SCHNEIDER, 2004). Assim, busca-se a visão da parte e do todo numa relação de troca recíproca. No caso, busca-se olhar para as especificidades da trajetória da população rural na região da AMAU, reconhecendo que há um entrecruzamento cada vez mais forte entre o rural e o urbano e vice-versa, como visto no tópico anterior quando se analisou a dinâmica da composição do PIB dessa região. Dito isso preliminarmente, vamos à análise das informações então. Começamos com os números totais da população.

a) A estabilização da população total

Percebe-se, então, na Tabela 32 e no Gráfico 18, em sequência, que a população total na região da AMAU cresceu num ritmo que pode ser considerado lento, entre 1950 e 2000. Entretanto, a partir daí, existiram duas situações: entre 2000 e 2010, a região perdeu população; e, entre 2010 e 2021 (com dados estimados), houve um pequeno crescimento. Apesar dessa oscilação, pode-se dizer que, nos últimos 20 anos, houve uma estabilização nos números relativos à população absoluta na região da AMAU, ao contrário do que aconteceu em nível

⁹⁴ O próprio IBGE estudou a revisão desse critério para que uma nova metodologia seja usada no próximo censo demográfico a ser realizado em 2022, a conferir (IBGE, 2017, p. 9).

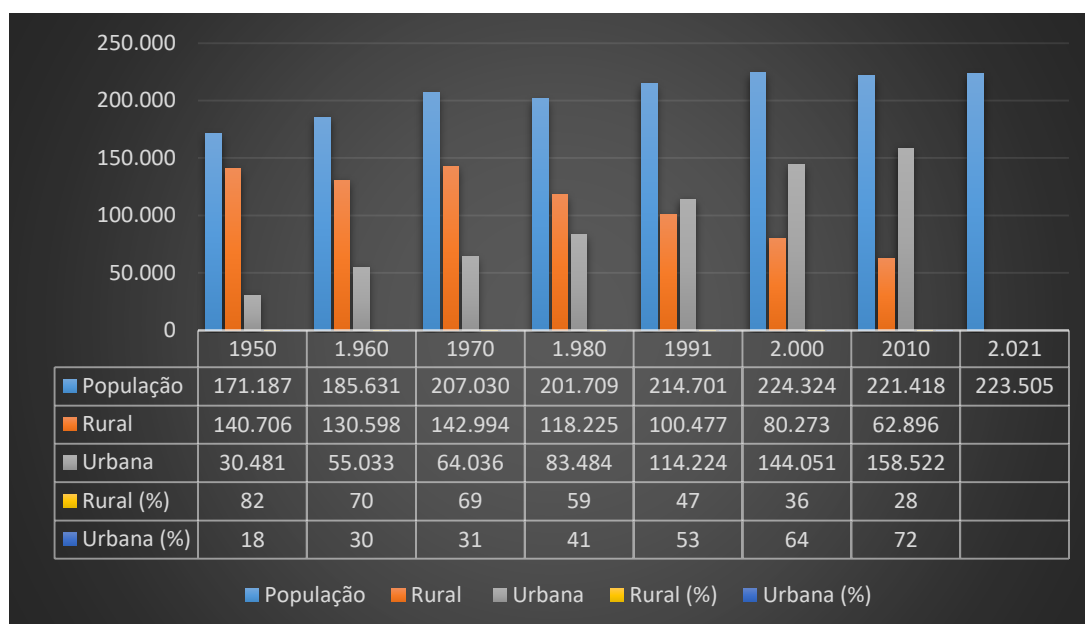
estadual e nacional nesse mesmo período, quando houve crescimento da população: Rio Grande do Sul (12,55%) e Brasil (25,63%).

Tabela 32 - Dinâmica da população total nos municípios da AMAU, entre 2000-2010 e a estimada em 2021, população rural e urbana (2010), em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil⁹⁵

Local	População 2000	População 2010	Rural 2010	% Rural	Urbana 2010	Popul. estim. 2021	% 2021 sobre 2000
F.Peixoto	2.361	2.018	1.726	85,53	292	1.709	72,38
B.C.do Sul	2.727	2.307	1.966	85,22	341	1.924	70,55
Charrua	3.783	3.471	2.887	83,17	584	3.228	85,33
B.Rio Azul	2.414	2.003	1.600	79,88	403	1.621	67,15
Cruzaltense	2.141	2.141	1.652	77,16	489	1.765	82,44
C.Gomes	1.912	1.607	1.229	76,48	378	1.327	69,40
P. Bento	2.196	2.196	1.602	72,95	594	2.303	104,87
P. Preta	2.153	1.750	1.238	70,74	512	1.501	69,72
Centenário	3.127	2.965	2.016	67,99	949	2.865	91,62
Ipir.do Sul	2.057	1.944	1.265	65,07	679	1.871	90,96
T.Arroios	3.144	2.855	1.828	64,03	1.027	2.620	83,33
S.Almeida	4.153	3.842	2.443	63,59	1.399	3.607	86,85
Itat.do Sul	5.252	4.171	2.442	58,55	1.729	3.143	59,84
Áurea	3.889	3.665	2.128	58,06	1.537	3.517	90,43
S.Valentim	4.109	3.632	1.888	51,98	1.744	3.220	78,36
Faxinalzinho	2.923	2.567	1.294	50,41	1.273	2.256	77,18
Viadutos	6.087	5.311	2.668	50,24	2.643	4.628	76,03
Aratiba	7.116	6.565	3.249	49,49	3.316	6.145	86,35
Q.Irmãos	1.775	1.775	859	48,39	916	1.860	104,79
E.Grande	5.647	5.163	2.473	47,90	2.690	4.780	84,65
M.Moro	2.474	2.210	1.057	47,83	1.153	1.987	80,32
M.Ramos	6.108	5.134	2.412	46,98	2.722	4.239	69,40
Sertão	7.466	6.294	2.907	46,19	3.387	5.220	69,92
Gaurama	6.391	5.862	2.474	42,20	3.388	5.447	85,23
B.Cotegipe	6.927	6.529	2.563	39,26	3.966	6.616	95,51
Erebango	3.023	2.970	1.012	34,07	1.958	2.978	98,51
E.R.do Sul	3.491	3.080	950	30,84	2.130	2.724	78,03
Jacutinga	4.248	3.633	1.060	29,18	2.573	3.532	83,15
AMAU	224.324	221.418	62.896	28,41	158.522	223.505	99,63
Camp. Sul	6.117	5.506	1.289	23,41	4.217	5.422	88,64
Brasil	169.799.170	190.755.799	29.829.995	15,64	160.925.804	213.317.639	125,63
RS	10.187.798	10.693.929	1.593.638	14,90	9.100.291	11.466.630	112,55
Estação	6.228	6.011	892	14,84	5.119	5.924	95,12
G.Vargas	16.509	16.154	2.292	14,19	13.862	16.158	97,87
Erechim	86.376	96.087	5.535	5,76	90.552	107.368	124,30

Fonte: Elaborada pelo autor com base em IBGE, Censos Demográficos 2000, 2010 e população estimada 2021.

⁹⁵ Para a construção da Tabela 32, por causa da emancipação do município de Cruzaltense que era Distrito de Campinas do Sul, acrescentei o número de pessoas revelado pelo Censo Demográfico de 2010 na coluna destinada a 2000 para o novo município; em consequência, reduzi esse mesmo número do total de pessoas do município de Campinas do Sul nesse mesmo ano; assim, a população de Campinas do Sul levantada pelo Censo de 2000 era de 8.258 pessoas e, com a redução, ficou em 6.117. Da mesma forma, por causa das emancipações dos municípios de Paulo Bento e Quatro Irmãos, Distritos de Erechim, fiz o mesmo procedimento. Assim, a população de Erechim levantada pelo Censo de 2000 era de 90.347; aqui, nessa Tabela, ela sofreu uma redução de 2.196 pessoas (município de Paulo Bento) e 1.775 pessoas (município de Quatro Irmãos); Erechim, portanto, ficou com 86.376 pessoas nesse ano.

Gráfico 18 -Dinâmica da população residente na região da AMAU, rural e urbana, 1950-2021⁹⁶

Fonte: elaborado pelo autor com base em IBGE, Censos Demográficos (1950-2010); população estimada (2021)

Essa estagnação do crescimento populacional nessa região pode significar um fator de preocupação do ponto de vista do desenvolvimento sustentável: de um lado, conforme está registrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Norte – RS, 2015-2030, a partir do último censo demográfico (2010), a pirâmide etária registrou uma forte redução relativa na população com menos de 10 anos de idade, apontando para uma diminuição da taxa de natalidade, pois as famílias decidiram por ter menos filhos; de outro, o problema migratório de pessoas dessa região para outros lugares no estado, especialmente para as cidades maiores como Passo Fundo, Caxias e Porto Alegre ou para as cidades de Santa Catarina e do Paraná. Assim, se faz presente uma menor participação relativa da população entre 30 e 39 anos de idade, uma característica de regiões que já não conseguem oferecer plenas oportunidades a seus jovens adultos, justamente os que estão na melhor idade para ofertarem sua contribuição ao desenvolvimento regional (SPONCHIADO, 2017, p. 42-43).

Nessa mesma direção, conforme o Perfil Socioeconômico Corede Norte (2015, p. 13) – que representa os mesmos municípios da AMAU – essa região apresentou, no período 2000-

⁹⁶ O Censo Demográfico da população brasileira é realizado pelo governo federal, através do IBGE, a cada 10 anos e deveria ter sido feito em 2020. Entretanto, por causa da pandemia do COVID-19, foi adiado para o ano seguinte. Em 2021, foi novamente transferido para 2022, devido à falta de orçamento. Dessa maneira, os números relativos à população total em 2021 são estimados pelo IBGE. Além disso, como o Instituto não fez a estimativa da população rural e urbana, a tabela acima ficou incompleta.

2010, uma taxa de crescimento populacional negativa de -0,13% ao ano e especialmente na área rural, colocando esse Corede entre os quatro que mais perderam população no meio rural do Estado. Além disso, pelos dados verificados, sugere que parte dessa população não só deixa o meio rural como abandona a própria região em busca de trabalho e oportunidades de estudo.

Outra questão sinalizada pela trajetória da população total na região da AMAU é o crescimento dos índices populacionais nas idades mais avançadas, acima de 65 anos, devido à crescente expectativa de vida, indicando que a região vivencia o fenômeno da transição demográfica⁹⁷. Essa situação é sentida especialmente por causa da redução da população no meio rural, como será aprofundado em sequência.

Saliente-se ainda que a maior parte dos municípios pertencentes à AMAU enfrentam o problema da redução total de sua população. Entretanto, a realidade de Erechim é inversa, pois o município apresentou em 2010 um acréscimo populacional de 9.711 pessoas em relação a 2000, passando de 86.376 para 96.087 habitantes. Além disso, o município está com uma projeção de crescimento, pois a população estimada ficou em 107.368 pessoas, em 2021, conforme o IBGE. Por isso, é possível dizer que Erechim se consolida cada vez mais como um polo regional atrativo às pessoas residentes nos demais municípios. Nota-se, inclusive, que seu índice de crescimento se parece com o alcançado pela média brasileira entre 2000 e 2010 e supera o índice médio do Rio Grande do Sul. Isso repete-se em relação à população estimada para 2021.

b) O fenômeno do êxodo rural e da urbanização da população

O Gráfico 18 e a Tabela 31 (vistos acima) evidenciam, além da dinâmica da população total, os números relativos à trajetória da população rural e urbana na região da AMAU, entre 1950 e 2021. Em primeiro lugar, permitem a observação de uma das principais contradições do processo de modernização da agricultura ocorrido a partir das décadas de 1950, no mundo e no Brasil, com fortes impactos no meio rural do Rio Grande do Sul e dessa região, que é o êxodo rural. A partir disso, percebe-se nitidamente que houve dois movimentos opostos nas trajetórias estudadas: de um lado, a população rural manteve-se em um patamar alto até 1970. Desde então, diminuiu de maneira constante refletindo isso a cada censo demográfico realizado; e, de outro, a população urbana cresceu de maneira linear, aparecendo isso a cada censo efetuado.

⁹⁷ Transição demográfica é um fenômeno que está sendo vivenciado em vários países do mundo, inclusive o Brasil, nas últimas décadas: presencia-se, primeiro, um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população sofre redução ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade, ou, até mesmo, para a redução do seu crescimento.

Dessa forma, a população rural passou de 142.994 pessoas em 1970 (número mais alto em todo o período) para 62.896 em 2010, o que significa uma redução de 80.098 pessoas no meio rural, ou seja, um percentual de decréscimo de 56%. Já a população urbana registrou um crescimento constante desde 1950, passando de 30.481 pessoas para 158.522 em 2010, ou seja, um acréscimo de 5,2 vezes. Além disso, na região da AMAU, a população rural em 1950 correspondia a 82,2% do total enquanto a urbana era de apenas 17,8%. Em 2010, a realidade era bem diferente: a rural representava 28,4% da população regional enquanto a urbana passou para 71,6%. Assim, em que pesem os questionamentos relativos aos critérios político-administrativos utilizados pelo IBGE para fazer os levantamentos, não tem como negar que houve um forte movimento de urbanização da população na região em análise, por um lado, e uma redução expressiva da população rural, de outro.

Além disso, nesse mesmo período, verificou-se que as trajetórias da população rural e urbana tiveram desempenho inverso nos três níveis pesquisados - na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Dessa forma, a população rural no Rio Grande do Sul que era de 65,9% em 1950, passou para 14,9% em 2010; e, no Brasil, era 63,8% e passou para 15,6%.

Em termos percentuais, no entanto, há uma diferença importante em relação à população rural: a região da AMAU possuía um percentual bem maior que o Rio Grande do Sul e o Brasil em 1950 (82,2% contra 65,9% no Rio Grande do Sul e 63,8% no Brasil) e manteve essa diferenciação em 2010 (28,4% contra 14,9% no Rio Grande do Sul e 15,6% no Brasil). Dessa forma, apesar da forte redução, a população rural manteve ao longo do período pesquisado uma representação significativa nessa região.

Além disso, é necessário observar a realidade específica dos 32 municípios da AMAU, pois seus dados são contundentes, demonstrando que a maioria deles mantém percentuais elevados de população rural. A partir da análise relativa da população rural e urbana dos 32 municípios pertencentes à AMAU, fica evidente que existiu um fenômeno caracterizado pela redução e migração da população rural para as áreas urbanas de cada município e, também, para o município que, nessa região, se tornou polo regional que é o caso de Erechim. Sublinhe-se que, ao somarmos a população rural de todos os municípios da AMAU, o resultado de 2010 é de 62.896 pessoas, um percentual de 78,35% sobre 2000 (80.273 pessoas), uma redução total de 17.377 habitantes em apenas 10 anos. Em relação à população urbana, a população total em 2010 foi de 158.522 pessoas, um crescimento de 10,05% sobre 2000 (144.051 pessoas), um acréscimo de 14.471 habitantes.

Dessa forma, a primeira constatação é o fato de que os municípios que integram a região da AMAU vivenciaram um forte êxodo rural entre 2000 e 2010, comprovando a continuidade

desse fenômeno ao longo do tempo pesquisado, o que gera uma séria questão para o seu desenvolvimento territorial e sustentável. Por outro lado, como apresentado na Tabela 29, a população rural manteve forte representação na maior parte dos municípios, o que indica que não há como definir ações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dessa região sem um olhar especial para a agricultura familiar que, como será tratado em sequência, é a principal base de sustentação desse contingente populacional no meio rural.

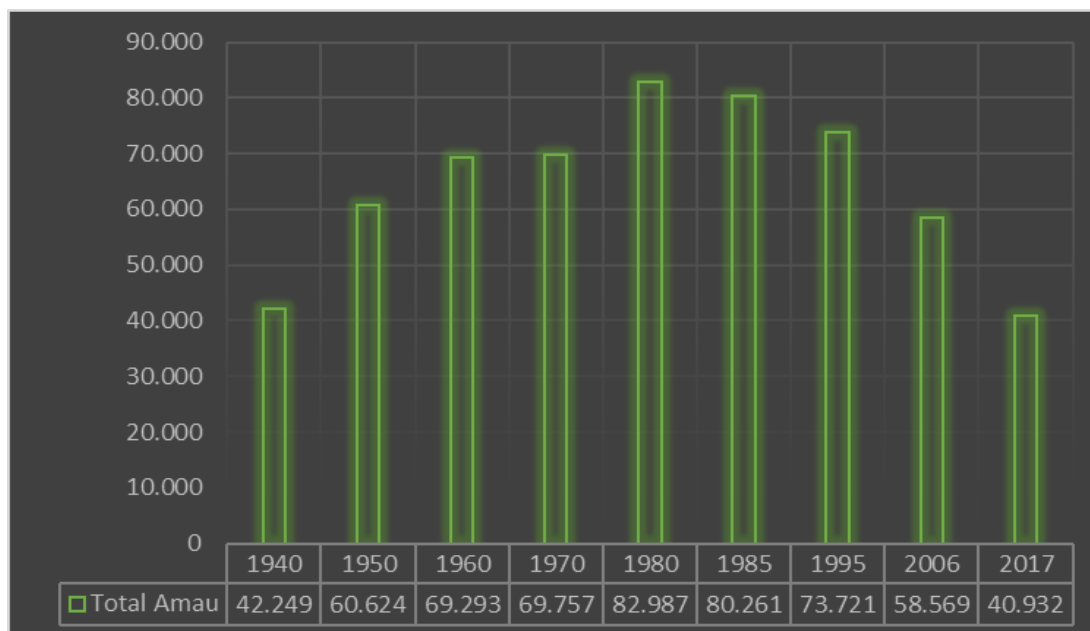
Assim, em 2010, a população rural era predominante em 17 municípios da região da AMAU, com índices que variavam de 50,24 a 85,53% sobre o total: Floriano Peixoto, Benjamin Constant do Sul, Charrua, Barra do Rio Azul, Cruzaltense, Carlos Gomes, Paulo Bento, Ponte Preta, Centenário, Ipiranga do Sul, Três Arroios, Severiano de Almeida, Itatiba do Sul, Áurea, São Valentim, Faxinalzinho e Viadutos. Além disso, 11 municípios estavam com índices superiores à média regional que foi de 28,41%, ou seja, alcançaram percentuais relativos à população rural que variavam de 29,18 a 49,49% sobre o total: Aratiba, Quatro Irmãos, Erval Grande, Mariano Moro, Marcelino Ramos, Sertão, Gaurama, Barão de Cotegipe, Erebangó, Entre Rios do Sul e Jacutinga. E, apenas quatro municípios possuíam índices menores que a média regional, relativos à população rural: Campinas do Sul (23,41%); Estação (14,84%); Getúlio Vargas (14,19%) e Erechim (5,76%).

A partir disso, vamos descrever e analisar também a geração de trabalho no meio rural na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil e entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar. Isso é importante, pois é uma questão fundamental para a Agenda 2030 da ONU, especialmente em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8 (ODS 8): “Promover o Crescimento Econômico Sustentado, Inclusivo e Sustentável, Emprego Pleno e Produtivo e Trabalho Decente para Todas e Todos” (ONU, 2015).

c) A dinâmica na geração de trabalho na agricultura familiar

Para a descrição e a análise proposta, utilizam-se das informações relativas à variável do “Pessoal Ocupado” nos estabelecimentos agropecuários dessa região, verificada pelos censos agropecuários realizados pelo IBGE, entre 1940 e 2017, através dos números totais de pessoas que trabalhavam em regime permanente e temporário. Dessa maneira, no Gráfico 19, em sequência, aparecem todas as pessoas que desenvolviam atividades agropecuárias no meio rural da região da AMAU (as pessoas que tinham laço de parentesco com o produtor, ou seja, as pessoas da família, bem como os que não tinham laço de parentesco, no caso os trabalhadores permanentes ou temporários).

Gráfico 19 - Dinâmica do Pessoal Ocupado (Trabalhadores permanentes e temporários, familiares e não familiares) nos estabelecimentos agropecuários situados na região da AMAU, 1940-2017

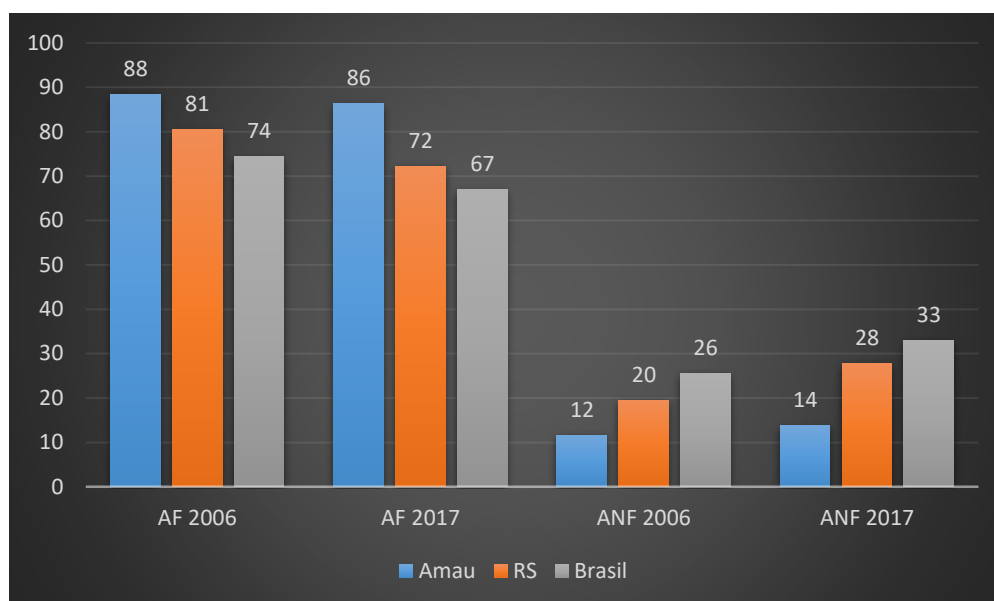


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários realizados pelo IBGE, entre 1940 e 2017.

Por meio do Gráfico 19, constata-se a ocorrência de duas situações: entre 1940 e 1980, o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários cresceu constantemente; e, entre 1980 e 2017, essa situação inverteu-se, ou seja, o número de pessoas que trabalhavam no meio rural reduziu incessantemente a cada censo realizado. Assim, no primeiro período, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários praticamente dobrou, passando de 42.249 pessoas para 82.987. Entretanto, a partir dali, aconteceu um movimento totalmente oposto, ou seja, a população ocupada passou de 82.987 em 1980 para 40.932 em 2017, uma redução percentual de 50,68%. Além disso, nota-se que o número de pessoas trabalhando nas atividades agropecuárias em 2017 foi menor do que era em 1940. Dessa maneira, fica demonstrado que a geração de trabalho diretamente nas atividades agropecuárias dessa região está diminuindo, o que coloca uma questão preocupante para o processo de desenvolvimento sustentável desse território.

Vamos observar agora, então, por meio do Gráfico 20, a dinâmica do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias na região da AMAU, entre 2006 e 2017, através da variável Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar.

Gráfico 20 - Percentuais das pessoas ocupadas no meio rural da AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil, 2006 e 2017, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE, Tabelas 1113 e 6885.

A partir do Gráfico 20 e do conjunto das informações contidas pelos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE, em 2006 e 2017 (Tabelas 1113 e 6885), constata-se duas situações importantes. A primeira é o fato de que a Agricultura Familiar é a grande responsável pela geração de trabalho no meio rural, tanto em 2006, quanto em 2017, em todas as escalas verificadas. Dessa maneira, na região da AMAU, a Agricultura Familiar foi responsável por 88% das pessoas ocupadas no meio rural em 2006 (51.781 pessoas) e de 86% em 2017 (35.319 pessoas); no Rio Grande do Sul, 81% em 2006 (991.660 pessoas) e 72% em 2017 (716.695 pessoas); e no Brasil, 74% em 2006 (12.323.110 pessoas) e 67% em 2017 (10.115.559 pessoas).

Em relação à Agricultura Não Familiar, nesse mesmo período, na região da AMAU, verifica-se que esse setor foi responsável por 12% das pessoas ocupadas em 2006 (6.788 pessoas) e 14% em 2017 (5.613 pessoas); no Rio Grande do Sul, 20% em 2006 (240.165 pessoas) e 28% em 2017 (275.718 pessoas); e no Brasil, 26% em 2006 (4.245.095 pessoas) e 33% em 2017 (4.989.566 pessoas).

Assim, confirma-se, de um lado que a Agricultura Familiar é a grande responsável pela geração de emprego no meio rural nas três escalas verificadas, especialmente nessa região em análise, atestando a representatividade majoritária desse setor (aprofunda-se mais esse tema no Capítulo VI deste trabalho). Por outro lado, verificou-se também uma séria contradição, especialmente na região da AMAU: tanto a Agricultura Familiar quanto a Agricultura Não Familiar tiveram um encolhimento no número total de pessoas ocupadas: Agricultura Familiar tinha 51.781 pessoas ocupadas em 2006 e passou para 35.319 em 2017 (uma redução de 16.462

peças ou 31,79%); e a Agricultura Não Familiar tinha 6.788 pessoas ocupadas em 2006 e passou para 5.613 em 2017 (uma redução de 1.175 pessoas ou 17,31%).

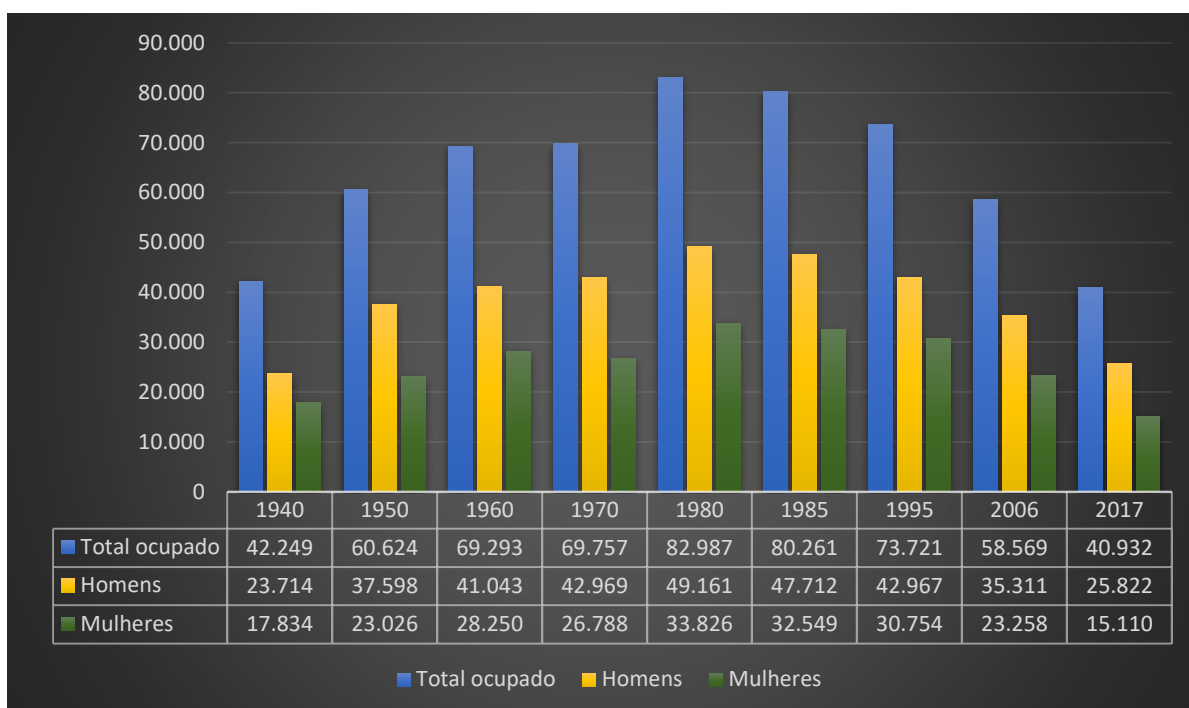
Em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, essa realidade é um pouco diversa. De um lado, a Agricultura Familiar enfrentou também o problema da redução em seus números: no Rio Grande do Sul, passou de 991.660 pessoas ocupadas em 2006 para 716.695 em 2017 (uma redução de 274.965 pessoas ou 27,73%); e no Brasil passou de 12.323.110 pessoas ocupadas em 2006 para 10.115.559 em 2017 (uma redução de 2.207.551 pessoas ou 17,91%). Por outro lado, no Rio Grande do Sul, a Agricultura Não Familiar tinha 240.165 pessoas ocupadas em 2006 e passou para 275.718 pessoas em 2017 (um acréscimo de 35.553 pessoas ou 14,80%); e no Brasil, tinha 4.245.095 pessoas ocupadas em 2006 e passou para 4.989.566 em 2017 (um acréscimo de 744.471 pessoas ou 17,54%).

Dessa maneira, embora o problema seja comum para os dois setores na região da AMAU, pode-se concluir que a Agricultura Familiar enfrenta o fenômeno do êxodo rural com muito mais intensidade do que a Agricultura Não Familiar. Por outro lado, em nível estadual e nacional, o fenômeno do êxodo rural é verificado somente em relação à Agricultura Familiar. Entretanto, além disso, existe uma outra contradição que também afeta e ajuda a explicar o fenômeno do êxodo rural: é o processo de masculinização do meio rural. Por isso, vamos descrever e analisar esse tema em sequência.

5.6 A masculinização da população rural

A partir dos dados coletados pelo IBGE, organiza-se o Gráfico 21, em sequência, o qual demonstra a dinâmica da população ocupada no meio rural na região da AMAU, dividindo-a por sexo, entre 1940 e 2017. Nele, fica demonstrado que, a partir da década de 1980, o êxodo rural ocorreu de forma constante na região da AMAU e atingiu tanto o público masculino quanto o feminino. Constata-se também que a população rural de ambos os sexos, com pequenas variações, cresceu de forma constante entre 1940 e 1980. E, entre 1980 e 2017, decresceu de maneira linear.

Gráfico 21 - Dinâmica do Pessoal Ocupado por sexo (Familiares e Não Familiares, Trabalhadores Permanentes e Temporários) nos estabelecimentos agropecuários situados na região da AMAU, 1940-2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários realizados pelo IBGE, entre 1940 e 2017.

Dessa forma, em 1980, sobre o total das pessoas ocupadas no meio rural na região da AMAU (82.987), existiam 49.161 pessoas ocupadas do sexo masculino (59,24% sobre o total) e 33.826 do sexo feminino (40,76% sobre o total). E, em 2017, sobre o número total de pessoas ocupadas no meio rural (40.932), o número de pessoas do sexo masculino reduziu para 25.822 (63,09% sobre o total) e do sexo feminino para 15.110 (36,91% sobre o total).

Além disso, registre-se que, em comparação com 1980, 23.339 pessoas deixaram de trabalhar nas atividades agropecuárias do sexo masculino em 2017, uma redução de 47,47% sobre o número total (49.161). E, fazendo a mesma comparação, entre 1980 e 2017, em relação ao público feminino, 18.716 pessoas deixaram de trabalhar na agricultura em 2017, uma redução de 55,33% sobre o total (33.826). Isso significa, portanto, que a trajetória do pessoal ocupado de ambos os sexos no meio rural registrou uma brutal queda nesse período.

Entretanto, nota-se que, percentualmente, aconteceu um processo de migração bem maior de pessoas do sexo feminino, o que confirma a ocorrência de um fenômeno denominado de masculinização do trabalho agrícola na região da AMAU, o que confirma as tendências verificadas em nível estadual e nacional nesse mesmo período, conforme pode ser verificado na Tabela 33, a seguir.

Tabela 33 - Número e percentual de pessoas ocupadas no meio rural do sexo masculino e feminino, em 1980 e 2017, na região da AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil

Ano	Amau Total	Amau SM	Amau SF	RS Total	RS SM	RS SF	Brasil Total	Brasil SM	Brasil SF
1980	82.987	49.161	33.826	1.747.230	1.077.021	670.209	21.163.735	14.282.767	6.880.968
1980(%)	100	59,24	40,76	100	61,64	38,36	100	67,49	32,51
2017	40.932	25.822	15.110	992.413	654.618	334.795	15.105.125	10.726.106	4.379.019
2017(%)	100	63,09	36,91		65,96	33,74		71,01	28,99

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários realizados pelo IBGE, entre 1940 e 2017.

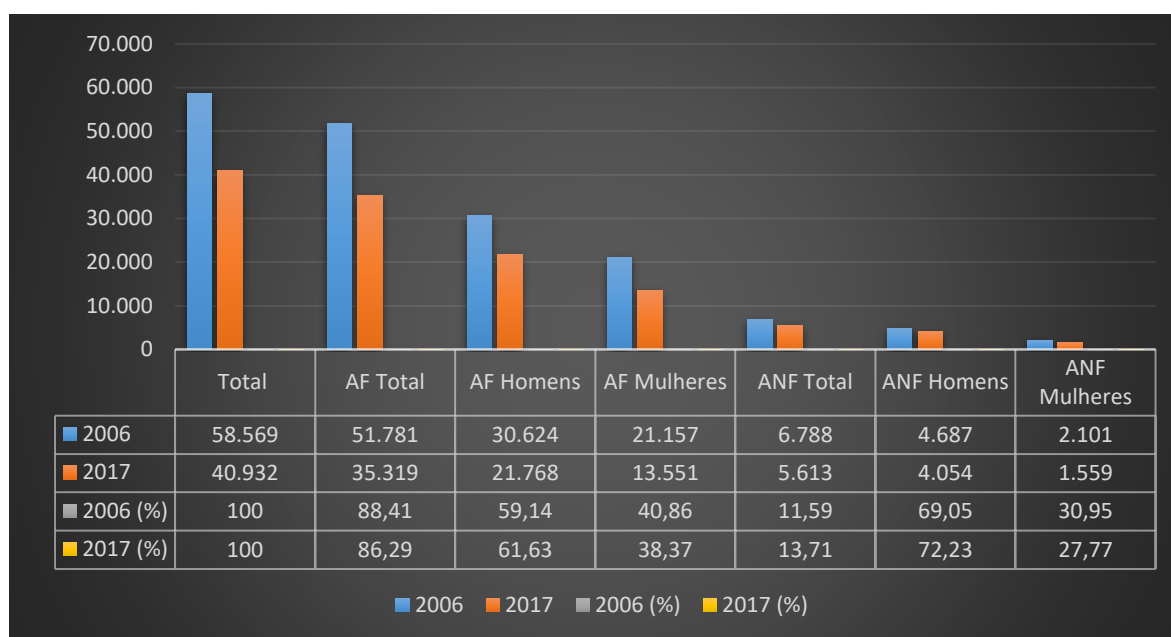
Percebe-se, nitidamente na Tabela 33 que houve redução em número da população masculina e feminina tanto na região da AMAU, como no Rio Grande do Sul e no Brasil, entre 1980 e 2017. No entanto, percentualmente, a população masculina aumentou seus índices no meio rural em ambos os níveis. Na Amau, passou de 59,24% em 1980 para 63,09% em 2017; no Rio Grande do Sul, passou de 61,64% para 65,96%; e, no Brasil, passou de 67,49% para 71,01%. Ao contrário, a população feminina, nesse mesmo período, obteve resultados negativos também em seus percentuais. Na Amau, passou de 40,76% em 1980 para 36,91% em 2017; no Rio Grande do Sul, passou de 38,36% para 33,74%; e, no Brasil, passou de 32,51% para 28,99%.

Vamos, então, descrever e analisar as informações relativas à participação da Agricultura Familiar na geração de trabalho por sexo nas atividades agropecuárias da região da AMAU em comparação com a Agricultura Não Familiar. Além disso, dá-se atenção especial aos índices de presença e participação feminina em cada um dos setores e ao processo de masculinização, comparando os índices entre si e em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Para isso, utilizam-se dos dados coletados pelo IBGE, através dos censos agropecuários de 2006 e 2017, os quais pesquisaram as variáveis relacionadas à Agricultura Familiar e Não Familiar.

Para isso, apresenta-se o Gráfico 22 e a Tabela 34, que descrevem os dados totais e por sexo em relação à AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil. A partir destas informações, é possível fazer várias constatações. Em primeiro lugar, observam-se os dados relativos à região da AMAU. Verifica-se que, entre 2006 e 2017, tanto a Agricultura Familiar como a Agricultura Não Familiar obtiveram resultados negativos em termos de pessoal ocupado em ambos os sexos. Entretanto, foi o público feminino que sofreu a maior redução em ambos os setores: em 2006, na Agricultura Familiar, o percentual de mulheres ocupadas era de 40,86% sobre o total e, em 2017, baixou para 38,37%; na Agricultura Não Familiar, era de 30,95% e

passou para 27,77%. Dessa forma, fica nítido que ocorreu nesse período um processo de masculinização nas atividades agropecuárias realizadas na região da AMAU.

Gráfico 22 - Pessoal ocupado Total e por Sexo, em 2006 e 2017 – Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) – na região da AMAU



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE, Tabelas 1113 e 6885.

Tabela 34 - Pessoal ocupado por sexo, em 2006 e 2017 – Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) – na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Localidade	TOTAL	Total AF	Total ANF	Homens AF	Mulheres AF	Homens ANF	Mulheres ANF
Amau2006	58.569	51.781	6.788	30.624	21.157	4.687	2.101
% 2006	100	88,41	11,59	59,14	40,86	69,05	30,95
Amau2017	40.932	35.319	5.613	21.768	13.551	4.054	1.559
% 2017	100	86,29	13,71	61,63	38,37	72,23	27,77
RS 2006	1.231.825	991.660	240.165	591.742	399.918	179.173	60.992
% 2006	100	80,50	19,50	59,67	40,33	74,60	25,40
RS 2017	992.413	716.695	275.718	443.397	273.298	211.221	64.497
% 2017	100	72,22	27,78	61,87	38,13	76,61	23,39
Brasil2006	16.568.205	12.323.110	4.245.095	8.173.357	4.149.753	3.342.360	902.735
% 2006	100	74,38	25,62	66,33	33,67	78,73	21,27
Brasil2017	15.105.125	10.115.559	4.989.566	6.797.882	3.317.677	3.928.224	1.061.342
% 2017	100	66,97	33,03	67,20	32,80	78,73	21,27

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE, Tabelas 1113 e 6885.

Além disso, olhando para esses mesmos números, fica claro que a Agricultura Familiar na região da AMAU obteve percentuais maiores de participação das mulheres nas atividades

agrícolas do que a Agricultura Não Familiar. Assim, pode-se concluir que o processo de masculinização existiu nos dois setores, mas com maior profundidade na Agricultura Não Familiar dessa região e nesse período.

No Rio Grande do Sul, em relação à Agricultura Familiar, os seus índices são parecidos com os registrados na AMAU. Em 2006, o percentual de mulheres ocupadas no Rio Grande do Sul era de 40,33% sobre o total, enquanto na AMAU era de 40,86%; e, em 2017, em nível estadual, baixou para 38,13%, enquanto na região da AMAU foi registrado 38,37%. Já em relação à Agricultura Não Familiar, os índices de participação das mulheres nas atividades agropecuárias também reduziram entre 2006 e 2017, no Rio Grande do Sul, como ocorreu com a AMAU. No entanto, os índices estaduais de ocupação feminina nesse setor são menores. Enquanto no Rio Grande do Sul, o percentual foi de 25,40% em 2006 e 23,39% em 2017, na região da AMAU foi 30,95% em 2006 e 27,77% em 2017. Assim, percebe-se um índice maior de masculinização da população ocupada na Agricultura Não Familiar do Rio Grande do Sul, do que o registrado nesse mesmo setor na região da AMAU.

No Brasil, em relação à Agricultura Familiar, os seus índices são menores do que os registrados na AMAU. Em 2006, o percentual de mulheres ocupadas no país era de 33,67% sobre o total, enquanto na AMAU era de 40,86%; e, em 2017, em nível nacional, baixou para 32,80%, enquanto na região da AMAU foi registrado 38,37%. Já em relação à Agricultura Não Familiar, os índices de participação das mulheres nas atividades agropecuárias também são menores do que os registrados na AMAU nesse período. No entanto, enquanto, no Brasil, o índice permaneceu estacionado entre 2006 e 2017, na AMAU, os índices registrados foram 30,95% em 2006 e 27,77% em 2017. Apesar disso, em nível nacional, percebe-se um índice de masculinização maior da população ocupada tanto na Agricultura Familiar como na Agricultura Não Familiar.

Por outro lado, entre 2006 e 2017, nota-se que a Agricultura Familiar perdeu público em ambos os sexos, ou seja, foi fortemente atingida pelo êxodo rural nos três níveis - AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil. Enquanto isso, a Agricultura Não Familiar obteve números melhores nessa variável. Para melhor explicar esse fenômeno, organiza-se a Tabela 35. A partir dela, observa-se que a Agricultura Familiar obteve redução das pessoas ocupadas de ambos os sexos e em seus percentuais sobre o total, entre 2006 e 2017, nos três níveis pesquisados.

Tabela 35 - Redução/ampliação da população ocupada por sexo na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), 2006 e 2017

Local	TOTAL 2006	Total AF 2006	% AF 2006	Total ANF 2006	% ANF 2006	TOTAL 2017	Total AF 2017	% AF 2017	Total ANF 2017	% ANF 2017
Amou SM	35.311	30.624	86,73	4.687	13,27	25.822	21.768	84,30	4.054	15,70
Amou SF	23.258	21.157	90,97	2.101	9,03	15.110	13.551	89,68	1.559	10,32
RS SM	770.915	591.742	76,76	179.173	23,24	654.618	443.397	67,73	211.221	32,27
RS SF	460.910	399.918	86,77	60.992	13,23	337.795	273.298	80,91	64.497	19,09
Brasil SM	11.515.717	8.173.357	70,98	3.342.360	29,02	10.726.106	6.797.882	63,38	3.928.224	36,62
Brasil SF	5.052.488	4.149.753	82,13	902.735	17,87	4.379.019	3.317.677	75,76	1.061.342	24,24

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE, Tabelas 1113 e 6885.

Na região da AMAU, em 2006, o público masculino era de 30.624 pessoas (86,73% sobre o total) e reduziu, em 2017, para 21.768 (84,30% sobre o total); e o público feminino era de 21.157 pessoas (90,97% sobre o total) e passou para 13.551 (89,68% sobre o total). No Rio Grande do Sul, em 2006, o público masculino era de 591.742 pessoas (76,76% sobre o total) e reduziu, em 2017, para 443.397 (67,73% sobre o total); e o público feminino reduziu de 399.918 pessoas (86,77% sobre o total), para 273.298 (80,91% sobre o total). E, no Brasil, em 2006, o público masculino era de 8.173.357 pessoas (70,98% sobre o total) e reduziu, em 2017, para 6.797.882 (63,38% sobre o total); e o público feminino reduziu de 4.149.753 pessoas (82,13% sobre o total), para 3.317.677 (75,76% sobre o total).

Por outro lado, a Agricultura Não Familiar obteve resultados diferentes nesse mesmo período, especialmente nas médias alcançadas em nível estadual e nacional. Na região da AMAU, em 2006, o público masculino era de 4.687 pessoas (13,27% sobre o total) e reduziu, em 2017, para 4.054 (15,70% sobre o total); e o público feminino era de 2.101 pessoas (9,03% sobre o total) e passou para 1.559 (10,32% sobre o total). No Rio Grande do Sul, em 2006, o público masculino era de 179.173 pessoas (23,24% sobre o total) e aumentou, em 2017, para 211.221 (32,27% sobre o total); e o público feminino era de 60.992 pessoas (13,23% sobre o total) e aumentou para 64.497 (19,09% sobre o total). E, no Brasil, em 2006, o público masculino era de 3.342.360 pessoas (29,02% sobre o total) e aumentou, em 2017, para 3.928.224 (36,62% sobre o total); e o público feminino era de 902.735 pessoas (17,87% sobre o total) e aumentou para 1.061.342 (24,24% sobre o total).

A partir disso, duas conclusões podem ser retiradas, a meu ver. Em primeiro lugar, fica claro que a questão do êxodo rural atingiu de maneira expressiva a população de ambos os sexos

pertencente à Agricultura Familiar, entre 2006 e 2017, tanto em nível de AMAU, como no Rio Grande do Sul e no Brasil. Por outro lado, em relação à Agricultura Não Familiar, o êxodo rural ocorreu apenas na região da AMAU, mas em percentual menor do verificado com a Agricultura Familiar. Na média estadual e nacional, inclusive, houve ampliação do número de pessoas ocupadas pertencentes à Agricultura Não Familiar em ambos os sexos.

Por isso, esse estudo indica que a Agricultura Familiar sofreu com muito mais vigor essa contradição do modelo agrícola vigente no país, baseado no processo de modernização da agricultura conservador e excludente, o qual prejudicou especialmente os agricultores de baixa renda e com pouca terra. Além disso, sofreu também com mais intensidade as consequências provocadas por outros fatores como as questões culturais, a necessidade de elevação da escolaridade, a diminuição do número de filhos e a desvalorização do trabalho rural.

Em segundo lugar, fica nítido também que, apesar desses altos índices de êxodo rural verificados no setor e do crescimento dos percentuais de população ocupada na Agricultura Não Familiar, foi a Agricultura Familiar, nesse período pesquisado, que gerou os maiores números e percentuais de pessoal ocupado, em ambos os sexos, tanto no Brasil, como no Rio Grande do Sul e com destaque maior para os índices verificados na região da AMAU. Dessa forma, fortalece-se a opinião de que a Agricultura Familiar exerce função fundamental no processo de construção do desenvolvimento territorial e sustentável dessa região.

Finalmente, vamos conhecer e analisar o processo de participação dos homens e das mulheres na direção dos estabelecimentos agropecuários dessa região, entre 2006 e 2017, a fim de verificarmos a ocorrência do processo de masculinização no meio rural dessa região a partir do estudo dessa variável.

a) A direção das propriedades rurais na Agricultura Familiar (2006-2017)

Historicamente, as desigualdades de gênero estiveram presentes no espaço rural do Brasil e foi um dos principais motivos do processo de organização das mulheres agricultoras na região da AMAU e no Rio Grande do Sul, ocorrido a partir da década de 1980. E, nesse processo de lutas, uma das questões presentes foi o problema da masculinização do mundo rural como já identificado neste trabalho. No entanto, existe uma variável que foi incluída nos últimos dois censos agropecuários realizados pelo IBGE, 2006 e 2017, que permite verificar como esse problema permaneceu no processo de direção dos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU. Vamos, então, observar e analisar como esteve a participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos agropecuários por meio da Tabela 36, em sequência.

Tabela 36 - Percentual de participação masculina e feminina na direção dos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, 2006 e 2017, em contraste com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Localidade	Agricultura Familiar 2006 (%)	Agricultura Familiar 2006 (%)	Não Familiar 2006 (%)	Agricultura Familiar 2017 (%)	Agricultura Familiar 2017 (%)	Não Familiar 2017 (%)
AMAU SM	94,34	96,17		91,83	94,10	
AMAU SF	5,66	3,83		8,17	5,90	
RS SM	90,37	93,04		87,80	88,41	
RS SF	9,63	6,96		12,20	11,59	
Brasil SM	86,25	93,11		80,25	84,78	
Brasil SF	13,75	7,40		19,75	15,22	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017, IBGE, Tabelas 1111 e 6756.

Ao comparar as informações relativas à região da AMAU, entre 2006 e 2017, por meio da Tabela 36, embora os percentuais de direção feminina nos estabelecimentos agropecuários tenham crescido entre um censo e outro, fica revelado que mais de 90% dos estabelecimentos agropecuários situados nessa região são dirigidos por homens tanto na Agricultura Familiar (2006, 94,34%; 2017, 91,83%) como na Agricultura Não Familiar (2006, 96,17%; 2017, 94,10%). Por outro lado, apesar dos números baixíssimos em favor das mulheres rurais, a Agricultura Familiar possui percentuais maiores do que a Agricultura Não Familiar.

A segunda constatação saliente é que os índices registrados de masculinização na direção das propriedades rurais na região da AMAU, entre 2006 e 2017, foram superiores aos registrados em nível estadual e nacional tanto em relação à Agricultura Familiar como na Agricultura Não Familiar. Em 2006, o percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas do sexo masculino na região da AMAU na Agricultura Familiar era de 94,34% e na Agricultura Não Familiar, 96,17%; enquanto isso, no Rio Grande do Sul era de 90,37% e 93,04%, respectivamente; e, no Brasil, 86,25% e 93,11%. Em 2017, o percentual de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas do sexo masculino na região da AMAU na Agricultura Familiar era de 91,83% e na Agricultura Não Familiar, 94,10%; enquanto isso, no Rio Grande do Sul era de 87,80% e 88,41%, respectivamente; e, no Brasil, 80,25% e 84,78%.

Dessa forma, quando são contrapostas essas informações com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 (ODS 5), da ONU: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015), fica nitidamente comprovado que, na região da AMAU, do ponto de vista da direção dos estabelecimentos agropecuários, esse objetivo está longe de ser alcançado, pois tanto a Agricultura Familiar como a Agricultura Não Familiar possuem números mais desfavoráveis do que as médias verificadas no Rio Grande do

Sul e no Brasil. Ressalte-se que, apesar dos números baixíssimos, nesse quesito, a Agricultura Familiar possui uma realidade melhor situada do que a Agricultura Não Familiar.

Dessa forma, conclui-se que as desigualdades de gênero, que estiveram presentes historicamente no espaço rural do Brasil, também fizeram parte da trajetória de desenvolvimento da agricultura de base familiar na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Essa realidade inscreve-se num conjunto de outras desigualdades sociais que se expressam quando se compara a história das conquistas sociais entre a população rural e a população urbana, bem como na comparação entre as diferentes regiões do país, pelos diversos níveis de pobreza existentes (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 2).

Ao longo da história, por outro lado, as mulheres sempre participaram das lutas e dos movimentos sociais no campo na luta pelos direitos sociais e políticos. Entretanto, foi somente a partir do fim dos anos 1970 e na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, que as reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais ganharam as ruas e uma representação social e política através da criação de movimentos específicos de mulheres rurais em diversas partes do Brasil. No Rio Grande do Sul, no decorrer desse período, as lutas sociais das mulheres caminharam de forma articulada com os demais movimentos sociais rurais.

Ressalte-se que, até então, a participação das mulheres rurais era inexpressiva no processo de decisões tomadas no mundo rural, seja no seio da família, nas assembleias e reuniões sindicais, nas cooperativas de produção e comercialização agrícolas criadas ao longo do tempo, nos partidos políticos, nas igrejas e no conjunto da sociedade. Para exemplificar, a mulher rural tinha direito a participar de uma assembleia sindical ou de uma cooperativa, tendo voz e voto, somente quando estava viúva e representava, então, a família. Era excluída também dos direitos sociais como a questão da aposentaria rural e do salário-maternidade.

Além disso, havia a questão da herança no meio rural. Por tradição, a mulher quando casava não herdava um “pedaço” de terra na casa de seus pais, mas recebia um dote. Minha mãe, por exemplo, por ocasião de seu casamento, no final da década de 1950, no município de São Valentim, recebeu uma vaca para garantir o queijo e o leite, uma máquina de costura, algumas galinhas e roupas. A responsabilidade de garantir a terra para as atividades agropecuárias da nova família por ocasião do casamento cabia ao homem, no caso ao meu pai. Dessa forma, como escreveu Tedesco (1999, p. 107), “o direito de decisão sobre a partilha da herança é atribuição exclusiva do esposo e a propriedade da terra na unidade familiar é individualizada por ele”.

Entretanto, a maior participação das mulheres rurais na sociedade e os direitos sociais conquistados por elas na Constituição de 1988 parecem que não foram suficientes para tornar

o meio rural atrativo para as mulheres e para a sua permanência na profissão. Geralmente, são os homens que continuam responsáveis pela parte produtiva da propriedade, que buscam os aprendizados das novas tecnologias da agricultura moderna, que mantêm os contatos com os técnicos ou agrônomos, além da relação com os bancos e com o comércio. E, dessa forma, são eles que controlam as finanças e conduzem o processo decisório familiar. Assim, como regra geral, nem as mulheres e nem os jovens possuem garantia de uma renda própria, a não ser que os recursos sejam obtidos pela venda de seu trabalho a terceiros (trabalho assalariado) ou pela venda direta de produtos beneficiados por eles nos estabelecimentos rurais (STROPASOLAS, 2006, p. 153).

Outrossim, historicamente, houve uma sobrecarga de trabalho às mulheres rurais com dupla jornada, pois, geralmente trabalhavam nas atividades agropecuárias juntamente com os homens e tinham que realizar todo o trabalho doméstico, além de cuidar dos filhos. E, esse trabalho sempre foi pouco reconhecido e valorizado. Desse modo, o processo de dominação patriarcal capitalista, com base na divisão sexual do trabalho, educa homens e mulheres para a desigualdade e para a naturalização dessa realidade (GASPARETO, 2018, p. 90-92).

O processo de mecanização e de monocultura nas lavouras ocorrido a partir da modernização da agricultura é indicado também como causa da masculinização do meio rural, pois contribuiu para a liberação de mão de obra, especialmente do público feminino, já que as máquinas, geralmente, são utilizadas pelos homens nas atividades agropecuárias. Além disso, estudos chamam a atenção para o fato de que as pesquisas realizadas pelo IBGE, em algumas situações, não coletam todas as ocupações femininas no meio rural, acarretando com isso uma certa ocultação de informações em prejuízo das mulheres (SEMINOTTI, 2014, p. 188).

Esses estudos, portanto, indicam que, no meio rural - apesar das mobilizações e das lutas realizadas pelas mulheres rurais, através do sindicalismo e de vários movimentos sociais específicos ao longo das últimas décadas, como o MMTR, e das conquistas sociais alcançadas - as relações de gênero desiguais permaneceram vivas e manifestam-se de várias formas como as que vemos aqui nesta pesquisa. Essa desigualdade deve-se ao forte conservadorismo ainda presente nas famílias e na cultura rural marcada pelos valores patriarcais que mantêm a figura masculina em superioridade, influenciada pelas tradições religiosas e étnicas, entre outras (PASTORE *et al*, 2017, p. 2).

Dessa forma, em relação ao problema da masculinização do mundo rural, uma das conclusões que se pode tirar a partir desta pesquisa é a de que, na região da AMAU (e, de igual forma, no Rio Grande do Sul e no Brasil), há ainda um longo caminho para que as mulheres rurais possam caminhar lado a lado do homem no processo de direção e tomada de decisão nos

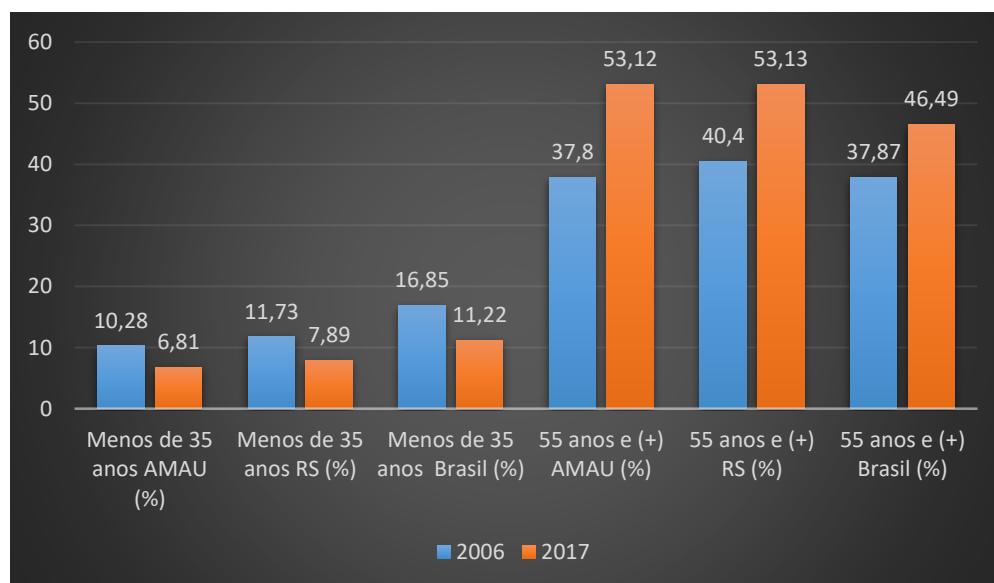
estabelecimentos agropecuários. Assim, pelos estudos realizados por esta pesquisa, no meio rural da região da AMAU, permanece distante a prática desejada pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5): “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015).

Além dos problemas do êxodo e da masculinização da população rural, outra preocupação precisa ser levada em consideração quando se analisa o processo de desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar: é a questão do envelhecimento da população rural, a qual será descrita e analisada em sequência.

5.7 O envelhecimento da população rural e a crise na sucessão familiar

Em 2018, quando foram divulgados os resultados do Censo Agropecuário 2017, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, realizou uma audiência pública. Entre as constatações, mereceu destaque o fato de que o percentual de jovens no campo estava encolhendo enquanto a população rural do Brasil ficava mais velha. Dessa maneira, uma das primeiras conclusões do evento foi que esse problema se tornava um dos grandes desafios para a manutenção e o fortalecimento da agricultura familiar (Embrapa, 2018). Vamos, então, descrever e analisar esses resultados na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, por meio do Gráfico 23 e da Tabela 37.

Gráfico 23 - Classe de idade dos produtores dirigentes dos estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil 2006 e 2017



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos Censos Agropecuários 2006 e 2017, IBGE (Tabelas 3354 e 6779).

Tabela 37 - Classe de idade dos produtores que dirigem os estabelecimentos agropecuários na região da AMAU, em 2006 e 2017, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Classe de Idade e Ano	AMAU	% sobre o total	RS	% sobre o total	Brasil	% sobre o total
TOTAL 2006	21.037	100	441.472	100	5.175.636	100
TOTAL 2017	16.806	100	365.094	100	5.073.324	100
Menor de 25 anos/2006	282	1,34	8.594	1,94	170.583	3,29
Menor de 25 anos/2017	188	1,11	4.386	1,20	100.357	1,97
De 25 a 35/2006	1.881	8,94	43.189	9,78	701.727	13,55
De 25 a 35/2017	957	5,69	24.416	6,68	469.068	9,24
De 35 a 45/2006	4.926	23,41	93.789	21,24	1.135.153	21,93
De 35 a 45/2017	2.229	13,26	50.990	13,96	904.143	17,82
De 45 a 55/2006	5.995	28,49	117.528	26,62	1.208.120	23,34
De 45 a 55/2017	4.458	26,52	89.873	24,61	1.224.488	24,13
De 55 a 65/2006	4.858	23,09	100.956	22,86	1.053.352	20,35
De 55 a 65/2017	4.964	29,53	100.618	27,55	1.186.702	23,39
65 anos e mais/2006	3.095	14,71	77.416	17,53	906.701	17,51
65 anos e mais/2017	3.963	23,58	93.341	25,57	1.171.767	23,10
Não se aplica 2017	47	0,27	1.470	0,40	16.799	0,33

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos Censos Agropecuários 2006 e 2017, IBGE (Tabelas 3354 e 6779).

Ao verificarmos o Gráfico 23 e a Tabela 37, ficam demonstradas várias situações. Em primeiro lugar, a redução expressiva no número de produtores rurais entre 2006 e 2017, tanto na AMAU (de 21.037 em 2006, passou para 16.806 em 2017, uma redução de 4.231 produtores, um percentual de 20,11%), quanto no Rio Grande do Sul (eram 441.472 produtores em 2006 e passou para 365.094 em 2017, uma redução de 76.378 - um percentual de 17,30%). No caso do

Brasil, também houve redução, mas bem menor (eram 5.175.636 produtores em 2006 e passou para 5.073.324 em 2017, uma redução de 10.312, o que corresponde a um percentual de 1,98%).

A segunda situação que aparece é o fato de que, na região da AMAU, o número de jovens que dirigiam estabelecimentos agropecuários era de apenas 282 em 2006 (1,34% dos produtores) e diminuiu para 188 em 2017 (1,11% dos produtores). Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, eram 8.594 produtores em 2006 (1,94%) e passou para 4.386 em 2017 (1,20%). E, no Brasil, eram 170.583 produtores em 2006 (3,29%) e passou para 100.357 em 2017 (1,97%). Dessa forma, constata-se que aconteceu uma redução de produtores jovens em todo o território nacional. Além disso, conforme o último censo agropecuário, percebe-se que o percentual de jovens no comando dos estabelecimentos agropecuários é menor na AMAU (1,11%), em relação ao Rio Grande do Sul (1,20%) e ao Brasil (1,97%).

A terceira situação que aparece na Tabela 36 é o fato de que, na região da AMAU, os produtores nas classes de idade entre 25 e 35 anos também reduziram nesse período analisado. Passaram de 1.881 em 2006 (8,94%) para 957 em 2017 (5,69%). No Rio Grande do Sul, eram 43.189 em 2006 (9,78%) e passaram para 24.416 em 2017 (6,68%). E, no Brasil, eram 701.727 em 2006 (13,55%) e passaram para 469.068 (9,24%). Assim, constata-se uma redução expressiva de produtores agropecuários também nessa faixa de idade nas três esferas, sendo que o índice verificado na AMAU (5,69%) é o menor em comparação com o Rio Grande do Sul (6,68%) e o do Brasil (9,24%).

Em relação ao envelhecimento da população rural, essa realidade se verifica no número e no percentual de pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários com idade de 55 anos e acima disso, em todos os níveis avaliados. Assim, na região da AMAU, o número de produtores rurais com 55 anos e mais somava 7.953 produtores (37,80%) em 2006 e passou para 8.927 em 2017 (53,12%); no Rio Grande do Sul, o número de produtores nessa faixa de idade era de 178.956 em 2006 (40,40%) e passou para 193.959 em 2017 (53,13%); e, no Brasil, o número era de 1.960.053 produtores em 2006 (37,87%) e passou para 2.358.469 em 2017 (46,49%). Além disso, verifica-se que o percentual de pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários com 55 anos e mais, em 2017, tanto na AMAU (53,12%), quanto no Rio Grande do Sul (53,13%) supera mais da metade dos estabelecimentos. Registre-se que a média brasileira também ficou muito alta (46,49%), mas um pouco abaixo dos índices regional e estadual. Em consequência, por meio do Gráfico 23, fica visualmente demonstrado que a agricultura brasileira vivenciou no período recente uma redução percentual expressiva de agricultores nas faixas etárias situadas com menos de 35 anos e, em contrapartida, uma elevação também expressiva no percentual de agricultores nas faixas etárias situadas com 55 anos e mais.

As informações contidas nos Censos Agropecuários relativas ao esvaziamento e ao envelhecimento da população rural identificados confirmam uma tendência verificada nos Censos Demográficos realizados também pelo IBGE, entre 1991 e 2010, pois a população rural no Brasil passou de 35,7 milhões de pessoas em 1991 para 29,6 milhões em 2010, uma redução média de 1% ao ano (MAIA, 2014, p. 1085).

Estudos indicam que vários fatores provocaram a redução da população rural, entre eles: a recente queda da taxa de fecundidade ocorrida tanto em relação à população urbana quanto à rural; as transformações que aconteceram na estrutura familiar (redução das famílias com casal e filhos, famílias constituídas apenas por casal e sem filhos, famílias formadas por uma única pessoa); e o êxodo seletivo de membros, pois os jovens de ambos os sexos têm propensão maior a migrarem para as cidades. Além disso, houve, nas últimas décadas, um aumento considerável na expectativa de vida, o que fez crescer a população idosa no meio rural. Somado a isso, registrou-se também um processo de *masculinização* da população rural, causada por fatores como: a intensificação de tecnologias/máquinas e o assalariamento da mão-de-obra que privilegiou a população masculina; a histórica deficiência de infraestrutura e de serviços sociais, além da dupla jornada de trabalho destinada à mulher rural (na roça e em casa); e os procedimentos relativos à transmissão do patrimônio familiar que, geralmente, privilegiaram o homem (MAIA, 2014, p. 1086).

Esses estudos constataam que os filhos dos agricultores e agricultoras chegam à idade juvenil, na atualidade, com objetivos de vida diferentes do que nas décadas passadas, quando permanecer nas atividades agrícolas era quase que natural. Na contemporaneidade, a possibilidade de migrar para o meio urbano em busca da ampliação da escolaridade e de busca de trabalho a fim de conquistar melhores oportunidades de renda está colocada no horizonte da juventude rural (MAIA, 2014).

Outra questão que aparece é o fato de que algumas regiões do país apresentaram dinâmicas demográficas diversas. Um exemplo é a região Sul que apresentou uma queda mais acentuada da população residente em domicílios rurais, alcançando o índice de 28% entre 1991 e 2010, ou seja, um fluxo ainda persistente e intenso de migração rural-urbano na região. Segundo estudos, essa região apresentou, tradicionalmente, uma agricultura familiar dinâmica e bons indicadores de desenvolvimento humano. Dessa forma, a persistência da migração rural-urbano, nesse caso, não pode ser associada unicamente aos fatores relacionados à pobreza e à falta de terra. De alguma forma, então, isso deve estar relacionado com a atração que a dinâmica socioeconômica urbana exerce sobre a população rural (MAIA, 2014, p. 1091-1092).

Dessa maneira, verificou-se, nas últimas décadas, uma crescente dificuldade no processo de sucessão no meio rural, ampliando ainda mais os desafios para a continuidade da agricultura de base familiar. Nesse sentido, pesquisas apontam algumas condições para que possa ocorrer o processo sucessório no meio rural e a conseqüente permanência dos jovens nas atividades agropecuárias: o acesso à renda; a qualidade nas relações familiares; a formação educacional; a infraestrutura de comunicação, como telefone e internet; e políticas públicas inclusivas de desenvolvimento rural (CENCI; DEGGERONE, 2016, p. 97).

Nesse sentido, um estudo realizado com jovens rurais nos municípios de Itatiba do Sul e Aratiba, na região da AMAU, identificou que o processo de modernização da agricultura ocorrido nas décadas de 1960 a 1980 provocou um intenso êxodo rural e contribuiu para o esvaziamento do campo e para o envelhecimento da população rural. Além disso, afirmou que para os jovens permanecerem atualmente no meio rural, vários são os condicionantes: a necessidade de organização socioprodutiva que viabilize economicamente a propriedade rural, a existência de diálogo franco e aberto entre pais e filhos sobre as decisões relativas à propriedade, a divisão igualitária do patrimônio familiar entre os filhos e filhas, a qualificação escolar e técnica para melhor produzir e o acesso ao lazer e à internet (DEGGERONE, 2013, p. 129-130).

Além disso, outra pesquisa realizada com foco na migração de jovens rurais no município de Ouro (SC), na microrregião geográfica de Joaçaba, identificou que alguns fatores incentivam o êxodo rural dos jovens. Um deles é o trabalho penoso na roça, pois “sempre tem serviço”, inclusive nos fins de semana. Assim, não tem domingo, não tem feriado, como é o caso das atividades relacionadas à produção de leite, das aves e no trato dos animais. Por outro lado, trabalhar na cidade significa para muitos jovens a perspectiva da independência financeira e a possibilidade de estudar e fazer uma faculdade. Além disso, esse estudo identificou também que, para muitos jovens, estudar significa alcançar mais reconhecimento, “ser alguém”. Ser reconhecido, por outro lado, significa mudar de vida, nem que para isso tenha que trabalhar dentro das normas estabelecidas pela indústria, pelo comércio, ou no trabalho doméstico em casas de famílias na cidade (STROPASOLAS, 2006, p. 217; 222; 311).

Em relação às moças, Stropasolas identificou que as filhas de famílias de agricultores, nas últimas décadas, começaram a questionar a hegemonia dos homens e a relação subordinada das mulheres, historicamente existente. E, nesse processo, a saída do meio rural significa romper com a situação de falta de oportunidade para o exercício de atividades produtivas e/ou profissionais, que propiciem independência financeira, gerencial e tutelar da família, especialmente em relação ao pai. Nesse sentido, a saída das jovens é um rompimento com a

realidade da falta de remuneração mensal ao trabalho realizado, não reconhecido e não valorizado pela família, pois é o pai que faz o gerenciamento das finanças da família, o qual deixa em segundo plano a participação das mulheres e dos jovens. Ainda, geralmente, as mulheres sentem-se mais prejudicadas quando são excluídas da divisão da herança da terra. (STROPASOLAS, 2006, p. 317).

Outro fator que favorece a decisão das mulheres em migrar para as cidades está no fato de que são mais atingidas pela sobrecarga de trabalho exigida pelo sistema de produção integrado de aves e suínos, ou pela bovinocultura de leite. Esse trabalho precisa ser realizado diariamente, inclusive domingos e feriados. Em contraponto, os homens possuem mais liberdade para sair aos fins de semana, possuem mais oportunidades de lazer e, inclusive, isso é simbolizado no uso do automóvel da família. Tudo isso ajuda a explicar a existência dessa propensão maior das moças do que dos rapazes para sair do meio rural (STROPASOLAS, 2006, p. 319).

Outra pesquisa, realizada com jovens rurais em idade de 15 a 17 anos no município de Alto Alegre (RS), identificou que era minoritária a parcela deles que já tinham decidido permanecer na propriedade (39,8%), apesar de que nessa fase da idade ainda não havia uma definição madura sobre o seu futuro profissional. Além disso, existiu uma diferença substancial entre os jovens rurais rapazes e as jovens moças. Das 17 jovens rurais moças, 13 tinham interesse em sair do campo e duas não tinham decidido. Em relação aos jovens rapazes, dos 13 pesquisados, quatro apenas queriam sair do campo e dois não tinham decidido. O estudo revelou também que entre os principais condicionantes para a saída dos jovens do meio rural estavam: o trabalho penoso e difícil, as incertezas do trabalho agrícola, a não participação na gestão da propriedade e nas atividades operacionais agrícolas. Além disso, verificou-se que os pais incentivavam seus filhos a cursarem faculdade e procuravam não influenciar na decisão de permanecer ou não na agricultura (BREITENBACH; CORAZZA, 2017, p. 8).

Dessa maneira, o envelhecimento da população rural e a migração constante dos jovens rurais para o meio urbano, especialmente das moças/mulheres gera mais um grande desafio para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Por isso, no Capítulo VI, esse tema será retomado, a partir da palavra dos próprios jovens, através de entrevistas orais realizadas para o fim desta pesquisa. Antes, vamos conhecer e analisar outras questões que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar na região da AMAU: as dificuldades no acesso à escolaridade e à assistência técnica.

5.8 O déficit no acesso à escolaridade e à assistência técnica

O conceito de desenvolvimento humano nasceu como resultado de debates em fóruns internacionais no espaço da ONU, nas últimas décadas, definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Dessa forma, a fim de oferecer um contraponto a um indicador utilizado mundialmente - o Produto Interno Bruto (PIB) per capita - surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido a partir de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (PNUD Brasil)⁹⁸.

Dessa maneira, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. Nessa direção, ganham muito valor a questão da escolaridade e do acesso aos conhecimentos e às informações disponibilizadas e produzidas em todo o mundo. Isso vale também para alavancar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Recentemente, um estudo realizado no Distrito Federal concluiu que a assistência técnica e a escolaridade contribuem para capacitar os gestores agrícolas para a adoção de novas técnicas de produção e para o planejamento do processo produtivo (tanto na produção quanto na comercialização). Além disso, o estudo constatou que, onde isso ocorreu, houve ampliação da produtividade no estabelecimento rural, uma melhor rentabilidade da produção e uma melhora na qualidade de vida dessas famílias. Outrossim, o acesso à escolaridade e à assistência técnica capacitou os gestores para não ficarem dependentes da monocultura de um único produto, diversificando os cultivos e produzindo uma variedade de alimentos com ganhos para toda a sociedade (REIS; MOREIRA; CUNHA, 2017).

Nessa mesma direção, Conceição (2020), técnica e pesquisadora do IPEA, num texto que analisou os resultados do Censo Agropecuário de 2017, escreveu que, para o desenvolvimento da agricultura, as variáveis de capital humano são fundamentais, pois isso reflete na capacidade de inovação e na adoção de novas tecnologias. Além disso, nesse processo ganha destaque o papel da extensão rural fornecida por agências governamentais ou privadas. Salienta também a importância do acesso às tecnologias de informação, pois isso melhora as condições de tomada de decisão dos produtores rurais. Entretanto, essa pesquisadora ressalta que os agricultores familiares têm mais dificuldades para acessar os serviços de assistência

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos.html>>. Acesso em: 20 set. 2021.

técnica e de educação por causa de fatores como: nível educacional, formação profissional, capitalização e condições de acesso aos mercados (CONCEIÇÃO, 2020, p. 44).

Conforme essa pesquisadora (2020, p. 44): “o nível de escolaridade é uma variável-chave para o desenvolvimento: ele dará o suporte, do ponto de vista do capital humano, para que as orientações técnicas possam ser absorvidas e utilizadas corretamente, proporcionando, assim, desenvolvimento”. E, nas considerações finais, escreveu:

Este trabalho identificou que a desigualdade presente entre os produtores do meio rural no Brasil no que se refere ao capital humano (educação) e à forma de obtenção de informações técnicas merece a atenção das políticas públicas. O acesso mais homogêneo aos fatores de produção e ao investimento na qualificação profissional dos produtores deveria ser objeto de programas públicos que pudessem transformar a realidade do campo brasileiro (CONCEIÇÃO, 2020, p. 53).

Dessa maneira, os estudos identificam a necessidade e a importância do acesso à educação, à assistência técnica e às tecnologias de informação para o desenvolvimento da agricultura brasileira, mas também reconhecem que existem desigualdades nesse acesso e, por isso, há uma necessidade de programas e políticas públicas para o seu enfrentamento.

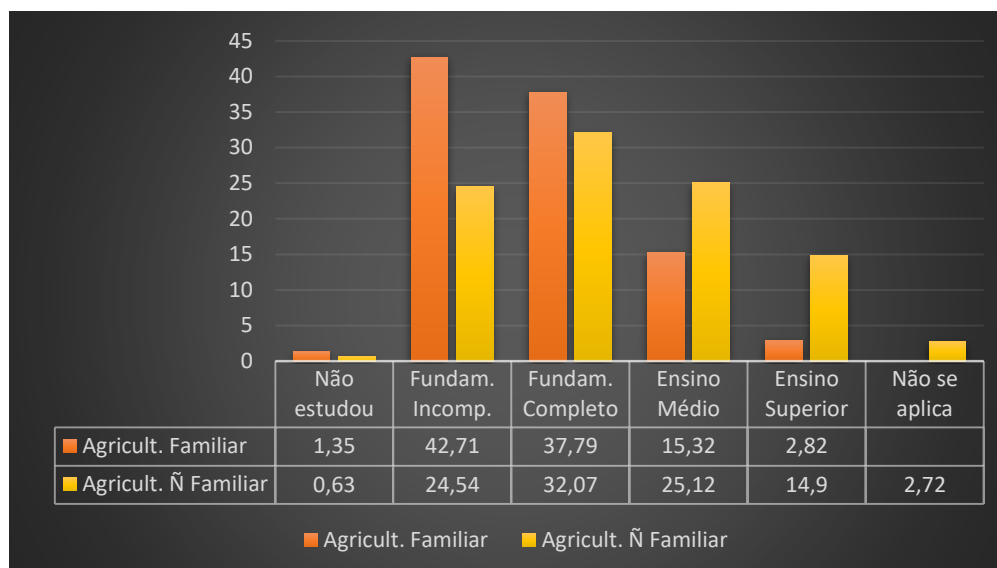
A partir disso, vamos conhecer e analisar essas variáveis na Agricultura Familiar e na Agricultura Não Familiar, por meio do Censo Agropecuário 2017, na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil (Tabela 38 e Gráfico 24), em sequência.

Tabela 38 - Escolaridade dos dirigentes nos estabelecimentos da Agricultura Familiar (AF) e da Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017, na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Local	Total	Não estudou	Fundam. Incompl.	Fundam. Completo	Ensino Médio	Ensino Superior	Não se aplica
AF Amau	15.082 (89,74)	204 (1,35)	6.442 (42,71)	5.700 (37,79)	2.310 (15,32)	426 (2,82)	-
ANF Amau	1.724 (10,26)	11 (0,63)	423 (24,54)	553 (32,07)	433 (25,12)	257 (14,9)	47 (2,72)
AF RS	293.892 (80,49)	10.594 (3,60)	119.443 (40,64)	118.955 (40,47)	35.709 (12,15)	9.191 (3,12)	-
ANF RS	71.202 (19,50)	961 (1,34)	16.214 (22,77)	21.837 (30,66)	15.957 (22,41)	14.763 (20,73)	1.470 (2,06)
AF Brasil	3.897.408 (76,82)	699.519 (17,94)	1.608.583 (41,27)	997.026 (25,58)	483.175 (12,40)	109.105 (2,79)	-
ANF Brasil	1.175.916 (23,18)	84.406 (7,17)	314.324 (26,73)	296.351 (25,20)	275.346 (23,42)	188.690 (16,04)	16.799 (1,42)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabela 6779).

Gráfico 24 - Escolaridade das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar e da Agricultura Não Familiar, em 2017, na região da AMAU



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabela 6779).

Analisa-se, primeiro, os resultados obtidos em relação à variável escolaridade. A partir dos percentuais relativos ao número de dirigentes das unidades produtivas que cursaram Ensino Médio ou Curso Superior, observa-se que os índices são desfavoráveis para a Agricultura Familiar em comparação com a Agricultura Não Familiar nas três escalas. Em primeiro lugar vamos comparar os índices relativos ao Ensino Médio: AMAU = Agricultura Familiar, 15,32% contra 25,12% na Agricultura Não Familiar; Rio Grande do Sul = 12,15% contra 22,41%; e Brasil = 12,40% contra 23,42%. Em segundo lugar vamos comparar os índices relativos ao Ensino Superior: AMAU = Agricultura Familiar, 2,82% contra 14,9% na Agricultura Não Familiar; Rio Grande do Sul, 3,12% contra 20,73%; e Brasil, 2,79% contra 16,04%.

Dessa maneira, fica evidenciada uma questão preocupante, pois os percentuais relativos às pessoas que dirigem os estabelecimentos da Agricultura Familiar com Ensino Médio ou Superior (somados) não alcançam o índice de 20% em todas as escalas pesquisadas - na AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Além disso, verifica-se que os resultados são amplamente desfavoráveis à Agricultura Familiar em comparação com a Agricultura Não Familiar.

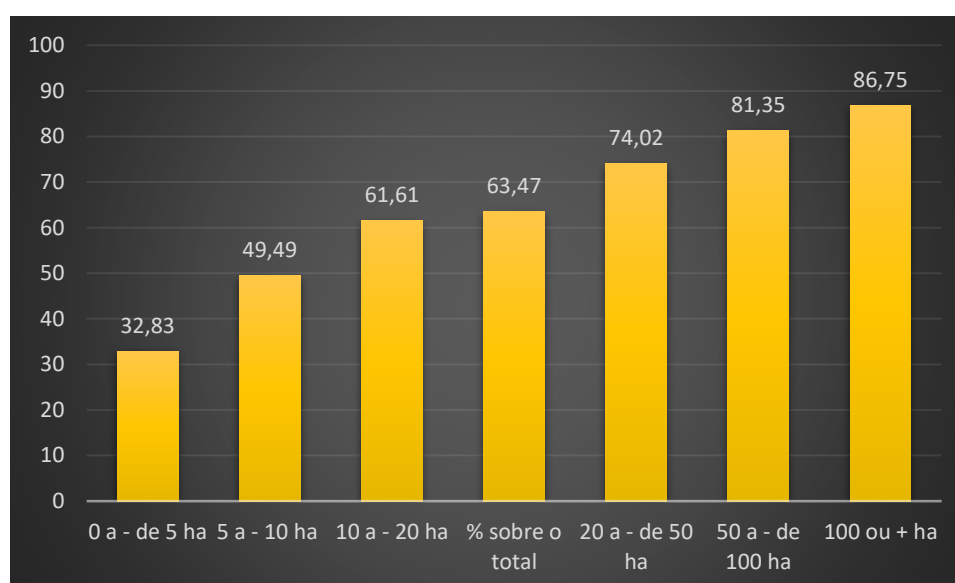
Vamos, agora, observar os índices relativos à variável *Assistência Técnica* na região da AMAU, por meio da Tabela 39 e do Gráfico 25, em sequência, nos quais os agricultores familiares e não familiares dessa região estão divididos nos Grupos de Área, conforme o tamanho em hectares de suas unidades produtivas.

Tabela 39 - Estabelecimentos agropecuários que receberam Assistência Técnica na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Total	0 – de 5 ha	5 a – de 10 ha	10 a – de 20 ha	20 a – de 50 ha	50 a – de 100 ha	100 ou + ha	Total que recebeu	Total Geral
Amou	523	1.236	3.379	3.873	1.117	537	10.667	16.806
% Amou	32,83	49,49	61,61	74,02	81,35	86,75	63,47	100
RS	18.328	27.874	48.370	49.889	16.541	21.024	182.283	365.094
% RS	26,89	43,13	53,83	60,21	62,02	65,64	49,93	100
Brasil	184.126	135.459	196.248	225.360	102.104	178.445	1.025.443	5.073.324
% Brasil	9,73	20,82	26,86	26,33	25,90	37,81	20,21	100

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabela 6844).

Gráfico 25 - Estabelecimentos agropecuários que receberam Assistência Técnica na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabela 6844).

Através da Tabela 39 e do Gráfico 25, percebe-se que o acesso à assistência técnica para os agricultores familiares e não familiares na região da AMAU possui percentuais superiores do que os verificados em nível estadual e nacional. Por outro lado, nota-se que esse acesso é desigual em todas as escalas para os agricultores que possuem unidades produtivas de pequeno porte, ou seja, tanto na AMAU, quanto no Rio Grande do Sul e no Brasil, o acesso à assistência técnica fica mais distante para os agricultores menos capitalizados.

Em resumo, o déficit no acesso à escolaridade e à assistência técnica é um aspecto que trava o processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, especialmente para aqueles agricultores menos capitalizados. Por outro lado, os agricultores mais capitalizados, ao possuírem mais condições para obterem tal acesso, ficam mais próximos de alcançarem os seus objetivos no processo de desenvolvimento, pois têm mais oportunidades para o aperfeiçoamento de suas capacidades e para buscarem os conhecimentos que a humanidade produz diariamente.

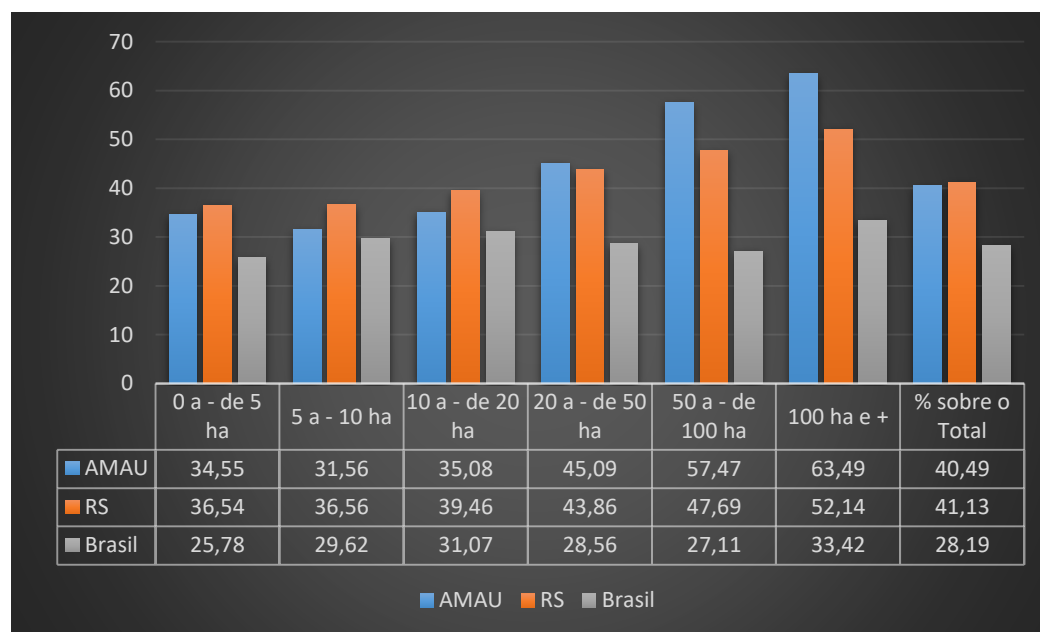
Além disso, existe outra questão que é importante para a sustentabilidade da Agricultura Familiar: as dificuldades de acesso aos serviços de infraestrutura, como será tratado em sequência.

5.9 A precariedade dos serviços de infraestrutura no meio rural

Nos últimos anos, quando se fala em acesso a serviços de infraestrutura no meio rural, três questões sempre aparecem: Internet, Energia Elétrica e Estradas. Na sociedade contemporânea, o acesso à Internet tornou-se direito fundamental, pois a comunicação virtual passou a ser essencial para o trabalho, para os relacionamentos, para a troca de informações, para o entretenimento, para a educação, para a saúde, enfim, para tudo (CASTELLS, 2020). Desse modo, a Internet passou a ser uma demanda dos Agricultores e Agricultoras em todos os lugares, pois ela se transformou num instrumento facilitador de suas vidas: permite o estabelecimento de novas relações sociais com fornecedores e produtores, agiliza o acesso a informações sobre o processo produtivo e em relação às novas tecnologias, facilita a relação entre o rural e o urbano, entre outras vantagens (CONCEIÇÃO; SCHNEIDER, 2019, p. 69).

Vamos observar, então, como está o acesso à Internet no meio rural, através do Gráfico 26 e da Tabela 40, em sequência, com informações coletadas no Censo Agropecuário 2017, pelo IBGE, comparando a realidade na região da AMAU, em comparação com o estado e o país. Os dados salientam que o acesso à Internet é desigual no meio rural, pois as pessoas pertencentes aos grupos com unidades produtivas de pequeno porte estavam com percentuais menores de acessibilidade a esse direito do que as pessoas pertencentes aos grupos com propriedades médias e grandes.

Gráfico 26 - Percentuais relativos aos estabelecimentos agropecuários que tinham acesso à Internet na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabela 6962).

Tabela 40 - Estabelecimentos agropecuários que tinham acesso à Internet na região da AMAU, em 2017, por Grupos de Área, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Total	0 – de 5 ha	5 a – de 10 ha	10 a – de 20 ha	20 a – de 50 ha	50 a – de 100 ha	100 ou + ha	Total que recebeu	Total Geral
Amáu	550	788	1.924	2.359	789	393	6.805	16.806
% Amáu	34,55	31,56	35,08	45,09	57,47	63,49	40,49	100
RS	24.901	23.627	35.458	36.342	12.719	16.698	150.166	365.094
% RS	36,54	36,56	39,46	43,86	47,69	52,14	41,13	100
Brasil	488.012	192.735	227.003	244.395	106.872	157.712	1.430.156	5.073.324
% Brasil	25,78	29,62	31,07	28,56	27,11	33,42	28,19	100

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabela 6962).

Assim, na região da AMAU, os agricultores familiares proprietários de unidades produtivas entre zero e menos de 20 hectares, tinham um percentual de acesso à internet que variava de 31 a 35%, enquanto os situados nos grupos com mais de 50 hectares tinham um percentual de acesso entre 57 e 63%. No Rio Grande do Sul, apesar de ter uma situação um pouco mais equilibrada, a variação era entre 36 e 52%. Por outro lado, no Brasil, os índices de

acessibilidade à Internet estavam mais baixos do que os verificados no Rio Grande do Sul e na AMAU, pois variavam entre 25 e 33%. Esse conjunto de números indica, portanto, que o meio rural precisa avançar muito para garantir esse direito fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar em todo o Brasil.

Nessa direção, a Organização das Nações Unidas publicou recentemente o Relatório Social Mundial 2021 “Reconsiderando o Desenvolvimento Rural”, no qual sugere que é necessário garantir melhor acesso e conectividade à internet como uma alternativa central para elevar o padrão de vida de 3,4 bilhões de pessoas que vivem em áreas rurais no mundo. Segundo esse relatório, ao melhorar os padrões de vida rurais, são criadas possibilidades para que as pessoas permaneçam e ainda mantenham uma aproximação com as comunidades urbanas, pois são criadas, assim, condições parecidas de acesso a direitos fundamentais com as populações que vivem nas cidades, além de ficar longe dos efeitos da urbanização insustentável (Nações Unidas Brasil, 2021).

Além das dificuldades de acesso à internet, em relação aos serviços de infraestrutura, o meio rural, muitas vezes, é seriamente penalizado por problemas vinculados à falta de qualidade na energia elétrica. Em março deste ano, por exemplo, aconteceu o “Fórum Regional pela Melhoria da Energia Elétrica”, na região da AMAU, realizado virtualmente, liderado pelas seguintes entidades regionais: Sutraf/AU, Unicafes (RS), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Sindicatos Urbanos e UFFS. Entre os principais problemas levantados pelas lideranças sindicais do meio rural nessa área, estavam: péssimas condições de conservação das redes de energia elétrica, com postes deteriorados no leito por onde passam as redes; problemas com a baixa intensidade das cargas, com pouca qualidade no fornecimento de energia elétrica, causando oscilações que impedem a expansão das atividades agropecuárias; quando ocorrem problemas causados pelos ventos em dias de temporais, há uma demora excessiva no restabelecimento de energia elétrica (Boa Vista, 09 mar. 2021).

Dessa maneira, no referido encontro, as lideranças destacaram que os problemas no fornecimento de energia elétrica causam perdas significativas aos agricultores, como é caso de alimentos (leite, carne, frutas, entre outros), de medicamentos que precisam de conservação, além de prejuízos no processo de alimentação de aves e de suínos, atividades cada vez mais mecanizadas. A notícia destaca também um estudo realizado pelo professor Humberto José da Rocha (UFFS), o qual registra que, por meio de informações fornecidas pela Rio Grande Energia (RGE), 48,7% dos postes de energia no meio rural instalados nos municípios da região da AMAU (de propriedade dessa empresa) são de madeira, totalizando o número de 32.374. E,

como o planejamento da RGE prevê a troca média de 596 postes/ano (postes de madeira por postes de concreto), esse processo poderá levar 54 anos (Boa Vista, 09 mar. 2021).

E, diante disso, o Fórum Regional pela Melhoria da Energia Elétrica apresentou as seguintes reivindicações com a finalidade de qualificar os serviços de energia elétrica no meio rural: substituição de todos os postes de madeira por postes de concreto no período máximo de três anos; limpeza periódica nas áreas de servidão a fim de que as árvores não cubram a fiação das redes; ampliação das equipes que realizam o trabalho de manutenção das redes; aumento das cargas nas redes de energia, pois muitas propriedades rurais precisam de mais força na rede para o desenvolvimento das atividades agropecuárias (Boa Vista, 09 mar. 2021).

Para exemplificar os problemas com a energia elétrica no meio rural, cita-se o fato que ocorreu no final de junho de 2020 quando um ciclone atingiu a região da AMAU. Conforme noticiado, comunidades rurais de Aratiba, RS, ficaram uma semana sem luz elétrica. Foram os casos de Monte Belo, Vista Alegre e Santa Lúcia, com graves problemas para todas as famílias, especialmente as que trabalhavam com a produção de leite, de suínos e de aves (CARDOSO, Atmosfera online, 06 jul. 2020).

Nessa mesma ocasião, os problemas foram gravíssimos em comunidades localizadas no município de Itatiba do Sul. A falta de energia elétrica, por causa do ciclone ocorrido em 30 de junho de 2020, causou prejuízos em quase todas as comunidades rurais do município, com problemas de grande monta, principalmente para as famílias que atuavam no ramo do leite. Em várias propriedades, a demora no restabelecimento da energia elétrica levou oito dias (Boa Vista, 08 jul. 2020).

Além do problema da energia elétrica, os agricultores familiares enfrentam outro gravíssimo problema na área de infraestrutura, no estado do Rio Grande do Sul: a falta de estradas de qualidade. A região da AMAU, representada pelo Corede Norte, é a que mais possui municípios sem acesso asfáltico no estado. São 11 municípios nessa situação: Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Mariano Moro, Ponte Preta e Quatro Irmãos (SPONCHIADO, 2017, p. 91-92).

Esse é um problema efetivo de todo o Rio Grande do Sul. Conforme levantamento realizado no final de 2020, pelo jornalista Thiago Copetti, em reportagem no Jornal do Comércio, de um total de 10,6 mil quilômetros de rodovias, o território do estado possuía 3,5 mil quilômetros de estradas de chão que prejudicavam o desenvolvimento dos pequenos municípios, especialmente nas zonas rurais, com efeitos nas áreas econômica, social, cultural, sanitária e segurança pública. Na reportagem, o Departamento Autônomo de Estradas de

Rodagem (DAER) reconheceu que, dos três estados da Região Sul do Brasil, apenas o Rio Grande do Sul possuía municípios sem acesso asfáltico, pois Santa Catarina e Paraná, já resolveram essa questão. E o Diretor do DAER, Luciano Faustino, foi taxativo: “Depois de pavimentado o acesso a uma cidade, é notória a diferença de crescimento que o município tem, inclusive com redução do êxodo rural. Muitas cidades acabam tendo sua população reduzida ou estagnada em função da dificuldade de acesso” (COPETTI, 2020).

Essa realidade afeta principalmente os pequenos municípios. Em 2017, a então prefeita de Itatiba do Sul, Adriana Tozzo, fez um desabafo:

Esse descaso com os pequenos municípios significa não permitir o desenvolvimento socioeconômico, é praticamente retirar o direito de ir e vir do cidadão. Não há dignidade para os moradores (...). Além disso, há prejuízos para os nossos jovens que enfrentam diariamente a ida e volta para estudar em Erechim. **Com essa estrada também temos dificuldade de manter os jovens em Itatiba do Sul, que acabam procurando outros locais para trabalhar**, já que a geração de emprego no município é diretamente afetada pela falta do acesso asfáltico (TOZZO apud HELLER, Jornal Bom Dia, 2017, grifo nosso).

A notícia registrou ainda que, desde os anos 1990, houve a promessa de que todos os municípios do Rio Grande do Sul seriam unidos pelo asfalto. Entretanto, isso não se tornou realidade (HELLER, 2017). Assim, mais de duas décadas depois, na região da AMAU, a população de 11 municípios está cansada de esperar a falta dessas obras tão prejudiciais ao desenvolvimento sustentável de toda a economia e especialmente da agricultura familiar.

Em síntese, por meio desta pesquisa, identificamos diversas contradições que limitam o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar no território da Associação dos Municípios do Alto Uruguai, no norte do Rio Grande do Sul: a desigualdade na renda entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar; a baixa renda nas pequenas propriedades e a conservação da pobreza rural; a monocultura da soja como fator de desequilíbrio na produção agropecuária; o viés produtivista e convencional da Agricultura Familiar e Não Familiar; a continuidade do fenômeno do êxodo rural; a masculinização da população rural; o envelhecimento da população rural e a crise na sucessão familiar; o déficit no acesso à escolaridade e à assistência técnica; e a precariedade nos serviços de infraestrutura.

Saliente-se que, além desses nove limites descritos e analisados, podemos apontar outra contradição histórica: os conflitos entre agricultores familiares e outros grupos sociais (povos indígenas e comunidades negras, por exemplo), que tratamos brevemente no Capítulo I, mas que, devido a sua abrangência, não temos condições de fazer um debate aprofundado sobre esse tema neste estudo. Assim, esse conjunto de limites e contradições evidenciam que a

implementação de um processo de desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar contém desafios imensos.

Diante disso, no decorrer do trabalho, decidimos verificar de que forma essas contradições fazem parte das preocupações do sindicalismo e dos movimentos sociais dessa região, bem como de alguns jovens rurais. Os resultados obtidos pela pesquisa e o respectivo debate sobre a temática são apresentados no Capítulo VI (capítulo que encerra o trabalho), em sequência. Além disso, neste último capítulo, será analisado o contexto contemporâneo (2015-2021), pois o Brasil vivencia um cenário marcado por crises (política, econômica, social, sanitária e ambiental), causadas por fatores locais e globais, que afetam o desenvolvimento sustentável em todas as regiões da Terra, as quais amplificam os desafios ao desenvolvimento da Agricultura Familiar nessa região.

CAPÍTULO VI

VI. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR: LIMITES E POTENCIALIDADES NO PRESENTE (2015-2021)

No decurso deste trabalho, ao serem descritos e analisados elementos históricos que marcaram o desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU, em suas diversas fases, constatamos que essa trajetória teve avanços significativos como foram os processos de conquista dos direitos sociais aos agricultores e agricultoras na Constituição Federal de 1988 e de implantação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, criadas entre 1995 e 2014. Por outro lado, esse itinerário também foi caracterizado por limites e contradições que criaram dificuldades imensas para o seu desenvolvimento sustentável como aconteceu no processo de modernização conservadora da agricultura (1950-1980) ou no período recente como visto no Capítulo V.

Entre 1995 e 2014, essas contradições já preocupavam muitas lideranças do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais ligados à agricultura familiar e faziam parte da agenda e de suas pautas de reivindicações e, por isso, foi proposto um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (SILVA; REICH, 2002; PICOLOTTO, 2011; PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015). Nessa direção, criaram-se algumas políticas públicas governamentais, como foram os casos do Programa Territórios da Cidadania (Decreto Federal de 25 de fevereiro de 2008) e os Programas de Apoio à Conservação Ambiental (chamado de Bolsa Verde) e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei Federal 12.512/2011), mas sem obterem grandes resultados (FAVARETO, 2018).

Entretanto, na última década, especialmente entre 2015 e 2021, além dos problemas e limites herdados historicamente, aprofundaram-se algumas crises que tornaram o cenário muito mais desafiador para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no tempo presente. Entre elas, salientaram-se questões de ordem política, econômica, social, sanitária e ambiental e, por isso, elas são descritas e analisadas brevemente neste capítulo.

Outrossim, a fim de aprofundar o tema desta pesquisa no período mais recente – os limites e as potencialidades do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar – além da revisão de literatura, realizamos alguns procedimentos metodológicos com a pretensão de ouvir e perceber o que pensam as pessoas diretamente ligadas à agricultura familiar na região da AMAU. Para isso, foram eleitos dois públicos: de um lado, os dirigentes e lideranças sociais ligadas ao sindicalismo e aos movimentos sociais rurais; de outro, os próprios agricultores e

agricultoras familiares, além de alguns jovens que vivenciam atualmente o dilema da sucessão familiar no meio rural. Assim, alguns resultados desses levantamentos são descritos e analisados no decurso deste capítulo.

A partir disso, decidimos colocar uma questão central para ser debatida neste capítulo (que encerra esta pesquisa), ou seja: diante deste cenário contemporâneo, marcado por crises (política, econômica, social, sanitária e ambiental) e por fortes contradições que afetam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, quais são as potencialidades que esse setor possui para enfrentar tamanhos desafios, especialmente no território da AMAU?

Para tratar desses temas e responder a essa questão, o texto está estruturado em sete tópicos, sendo que os três primeiros tratam das crises vivenciadas atualmente no Brasil e no mundo que afetam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar – o retrocesso nas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e a crise na segurança alimentar; a pandemia do COVID-19 e a crise sanitária; e a emergência climática. Por outro lado, os quatro tópicos seguintes analisam as potencialidades existentes em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar: o enfrentamento ao tema do êxodo rural e a questão da sucessão familiar; a representatividade da agricultura familiar nessa região; a produção de alimentos saudáveis e a agricultura familiar; a necessidade de renovar a estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no território da AMAU.

6.1 A prioridade ao agronegócio e o retorno do Brasil ao *Mapa da Fome*

Em 2008, o mundo passou por uma enorme crise financeira que provocou fortes abalos econômicos no capitalismo mundial. Inicialmente, o Brasil conseguiu atravessar essa crise sem grandes solavancos. No entanto, a partir de 2012, alguns indicadores econômicos começaram a se deteriorar, culminando com uma forte crise econômica e política no país, entre 2014 e 2016, pondo fim ao ciclo positivo no desenvolvimento brasileiro vivenciado na primeira década desse milênio (FAVARETO, 2020, p. 15).

Nesse processo, apesar de alguns sintomas da crise já serem sentidos no país, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita presidente da República em 2014 numa disputa acirradíssima contra Aécio Neves (PSDB). Assim, num cenário de crise política e econômica, o começo do segundo mandato de Dilma foi marcado por tentativas de recuperação de credibilidade governamental junto aos mercados e ao Congresso Nacional. Dessa maneira, adotou medidas de ajuste fiscal que comprometeram substantivamente a execução de várias políticas públicas, inclusive

aquelas que eram direcionadas aos agricultores familiares no Brasil (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2018, p. 8).

Entretanto, as medidas tomadas não conseguiram afastar a crise política e econômica que o país vivenciava. Além disso, a operação denominada *Lava Jato*⁹⁹ desencadeou uma série de denúncias e de processos contra várias lideranças partidárias (especialmente contra o PT e a sua maior liderança, o ex-presidente Lula), que provocaram o enfraquecimento do governo Dilma. Assim, em maio de 2016, a presidente foi afastada para enfrentar um processo de impeachment acusada por um crime de responsabilidade fiscal. Apesar de sua gravidade, não seria motivo suficiente para afastar uma presidente eleita democraticamente pelo povo brasileiro. Entretanto, o impeachment foi aprovado em 31 de agosto daquele ano por falta de apoio político no Congresso Nacional, o que se configurou num verdadeiro golpe parlamentar, com apoio tácito do poder Judiciário, dos grandes meios de comunicação e dos principais setores empresariais (SANTOS, 2017, p. 185).

A partir do afastamento da presidente Dilma, em 12 de maio de 2016, os dois governos que vieram depois - Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (atualmente) – podem ser classificados dentro do referencial global de compreensão da sociedade e da economia como “neoliberais” (GRISA, 2018; CALDERÓN e CASTELLS, 2021)¹⁰⁰.

Dessa maneira, ao assumir o comando do país, em maio de 2016, o governo de Michel Temer (PMDB) tomou iniciativas que fragilizaram a agenda das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com destaque para: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a desagregação de suas funções para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD); a suspensão das atividades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Condraf), as quais foram retomadas somente em abril de 2018; a descontinuidade ou a ameaça de extinção de programas voltados à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, o Programa Cisternas, entre outros; as alterações na legislação fundiária brasileira, como a promulgação da Lei nº 13.606/2018, que instituiu um programa de parcelamento das dívidas do Fundo de Assistência

⁹⁹ A Operação Lava Jato teve início em março de 2014 com a finalidade de investigar quatro organizações criminosas, que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros, perante a Justiça Federal em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3.

¹⁰⁰ No “Neoliberalismo”, o modelo de crescimento e distribuição é baseado essencialmente na dinâmica do mercado, o qual é apoiado pelo Estado; no “Neodesenvolvimentismo”, o Estado é o motor do crescimento econômico e da repartição do produto, intervindo ativamente nos processos do mercado e na criação de infraestrutura, embora sem estatizar a economia (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 23).

ao Trabalhador Rural (Funrural), e da Lei nº 13.465/2017, que dispôs sobre a regularização urbana e rural; a titulação massiva dos lotes nos assentamentos de reforma agrária; e a sanção da Lei nº 13.467/2017, que alterou a legislação trabalhista (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2019, p. 249-250).

Além disso, o governo Temer aprofundou o ajuste fiscal com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, em 15 de dezembro de 2016, que instituiu um novo regime fiscal (NRF) no âmbito da União com duração de 20 anos. Por meio dele, as despesas primárias do Poder Executivo, como são os casos da previdência social, saúde, educação, assistência social, cultura, desenvolvimento agrário, infraestrutura, entre outras, deverão atender ao teto imposto conjuntamente. Esse teto tem sua base fixada no valor da execução orçamentária realizada em 2016, sendo corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) até 2036 (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2019, p. 251).

Dessa forma, a EC nº 95/2016 contribuiu para intensificar o acirramento das disputas pelos escassos recursos públicos entre os diversos órgãos do governo e setores da sociedade. Nessa disputa, geralmente, têm vantagens os grupos sociais com maior poder político e econômico, como é o caso dos grandes proprietários de terras ou empresários rurais, representados fortemente no Congresso Nacional através da chamada “Bancada Ruralista”. Assim, nos últimos anos, percebe-se claramente um retrocesso nas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, bem como um congelamento gradativo das políticas voltadas aos interesses dos povos indígenas e quilombolas, o que traz consequências perversas em relação aos objetivos do desenvolvimento rural sustentável (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2019, p. 251).

A partir de 2019, com a posse de Jair Bolsonaro (PSL), como presidente da República, esse cenário deteriorou-se ainda mais, pois o novo governo trabalhou na perspectiva de consolidar um projeto de integração subordinada da agricultura familiar ao agronegócio e as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável passaram por mais retrocessos: a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ficaram subordinados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dirigido pela ministra Tereza Cristina Correa da Costa Dias, representante da agricultura empresarial (ou patronal); a dissolução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), estabelecida pela Medida Provisória (MP) nº 807/2019; o compromisso com a preservação dos recursos naturais e a segurança alimentar deixou de ser prioridade no país (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 3-4).

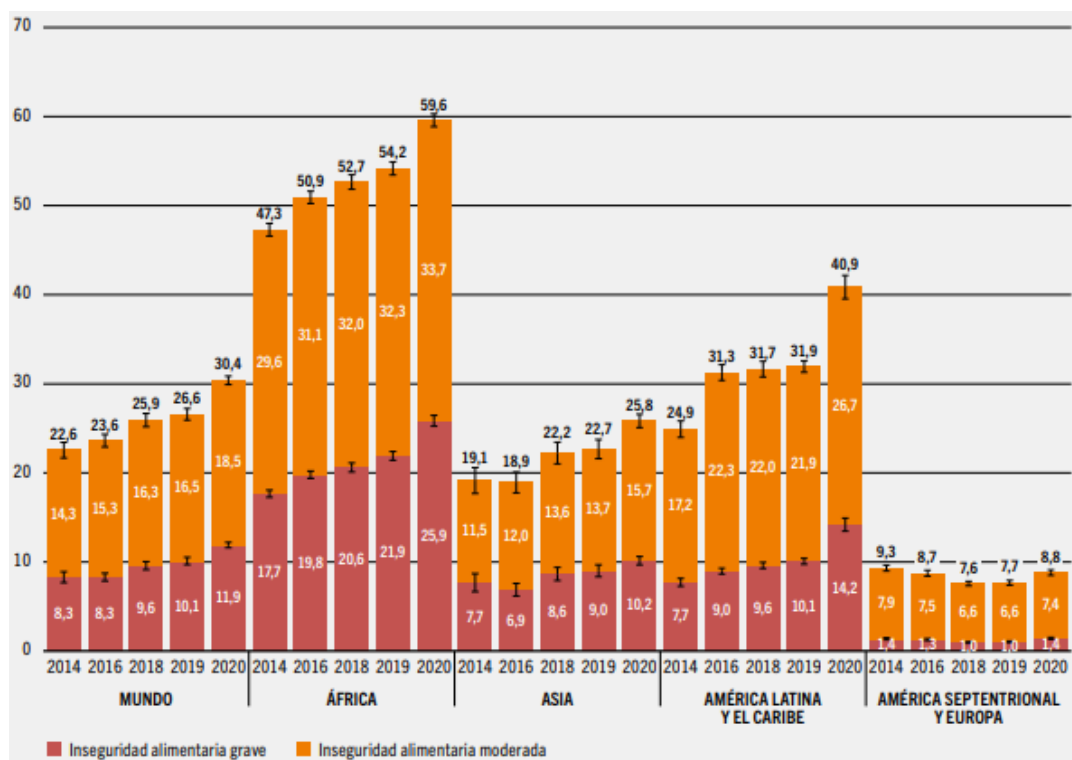
Dessa forma, a integração subordinada da agricultura familiar à estrutura do MAPA induziu, no plano político-ideológico, de que os dois modelos agrícolas (a agricultura familiar e a agricultura empresarial) “são o mesmo negócio”, ou seja, promoveu um apagamento da distinção existente entre a agricultura familiar e a agricultura patronal. Na prática, isso significa o não reconhecimento socioeconômico da agricultura familiar como modelo produtivo que mantém características próprias, além de deslegitimar as políticas públicas específicas destinadas ao setor (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 4).

Em consequência, ao dar continuidade ao processo de desmantelamento das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar iniciadas em 2016, o governo Bolsonaro consolidou a concepção de projeto único de desenvolvimento rural, buscando integrar a agricultura familiar à dinâmica do agronegócio. Assim, nesse novo cenário, as políticas públicas específicas para os agricultores familiares, aos assentados da reforma agrária e às populações tradicionais (povos indígenas e quilombolas) perderam sentido no plano de governo (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 4).

Em síntese, as medidas econômicas e sociais adotadas pelos governos neoliberais de Temer (2016-2018) e de Bolsonaro (2019-2021), além de não conseguirem findar a crise política e econômica surgida entre 2014 e 2016, a aprofundaram. Assim, em vez da expansão de programas e políticas sociais, deu-se prioridade no campo econômico à austeridade fiscal, congelando investimentos públicos. E, no campo político, priorizaram abertamente a agricultura não familiar, em aliança com a bancada ruralista assentada no Congresso Nacional, inclusive com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Além disso, o pleno emprego deu lugar a números que beiram 15 milhões de desempregados e à precarização do mercado de trabalho (ocupações sem proteção social e baixa remuneração). A pobreza, a fome e a desigualdade voltaram a crescer no país, realidade essa piorada pelo cenário atual da pandemia do coronavírus (BACELAR e FAVARETO, 2020; OXFAM, 2021).

Dessa maneira, os dois primeiros Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (Objetivo 1. Erradicação da Pobreza; Objetivo 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável), correm sérios riscos de não serem alcançados tanto no Brasil quanto no mundo. Em nível mundial, o relatório “O estado da segurança alimentar e nutrição no mundo 2021” denuncia que a avaliação sobre o cumprimento desses dois objetivos até agora é sombria, pois a realidade permaneceu praticamente inalterada nos primeiros anos e, além disso, a fome mundial passou por um agravamento dramático, em 2020, ano em que a pandemia do Covid-19 se alastrou para todas as regiões do planeta, como pode ser verificado no Gráfico 27, em sequência (FAO et al, 2021).

Gráfico 27 - Percentuais da população mundial em situação de insegurança alimentar moderada ou grave nas diversas regiões do mundo, entre 2014 e 2020



Fonte: FAO apud El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021 (versão resumida, p. 17).

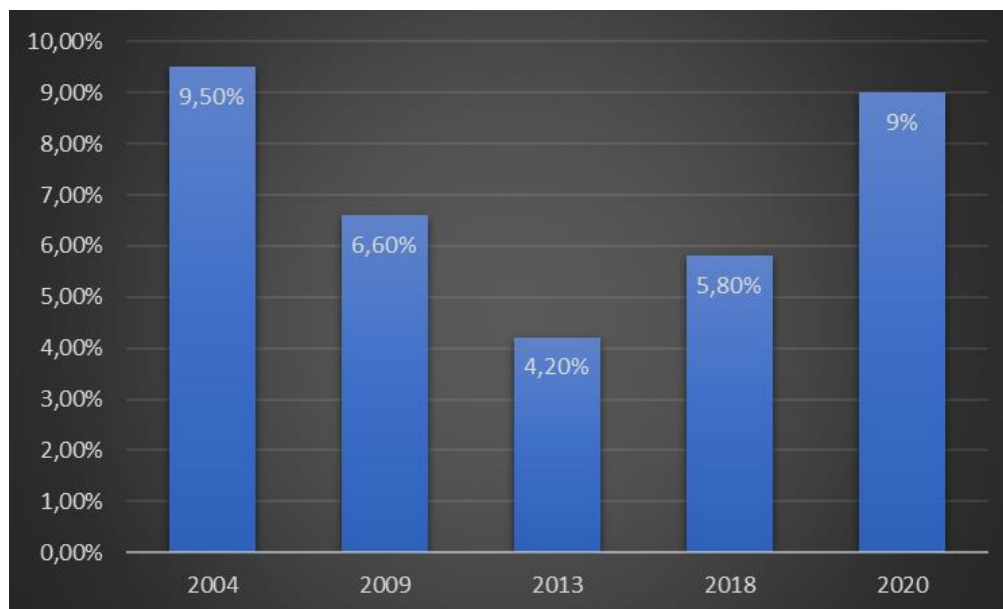
Dessa forma, estima-se que um décimo da população global (entre 720 e 811 milhões de pessoas) estava subalimentada em 2020. Dessas, 418 milhões vivem na Ásia, 282 milhões na África e 60 milhões na América Latina e no Caribe. Além disso, a insegurança alimentar moderada ou grave em nível global aumentou nos últimos anos: era de 22,6% em 2014, passou para 26,6% em 2019 e deu um salto para 30,4% em 2020. Assim, praticamente 1/3 (um terço) da população mundial (2,37 bilhões) não tinha acesso à alimentação adequada em 2020. Pelo levantamento, a fome afeta 21% da população da África (282 milhões), 9% na Ásia (418 milhões) e 9,1% na América Latina e no Caribe (60 milhões). E dos 2,37 bilhões de pessoas que enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave, metade (1,2 bilhão) são encontradas na Ásia, um terço (799 milhões) na África e 11% (267 milhões) na América Latina e no Caribe (FAO et al, 2021).

Esse relatório destaca também que, nas últimas décadas, os sistemas alimentares forneceram uma ampla variedade de alimentos capazes de alimentar a população mundial em rápido crescimento e cada vez mais urbanizada. Entretanto, muitos desses sistemas alimentares

forneceram alimentos com baixa segurança e pouco nutritivos, pois quase três bilhões de pessoas não possuem condições financeiras para pagar uma dieta mais saudável. Além disso, uma proporção crescente da população mundial consome dietas contendo alimentos altamente processados e densos em energia e bebidas ricas em gorduras, açúcares e/ou sal (FAO et al, 2021).

Em relação ao Brasil, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) publicou, em 2021, um Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – uma pesquisa realizada entre 5 e 24 de dezembro de 2020 – e o resultado foi o seguinte: do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades (Insegurança Alimentar moderada ou grave). E 19 milhões de brasileiros e brasileiras tiveram que conviver e enfrentar a fome, como pode ser observado nos percentuais apresentados no Gráfico 28, em sequência.

Gráfico 28 - Percentuais da população brasileira que passava fome entre 2004 e 2020 no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Rede PENSSAN, 2021, p. 48.

Dessa maneira, observa-se que, em 2004, 9,5% da população brasileira passava fome; esse percentual diminuiu para 6,6% em 2009 e para 4,2% em 2013; entretanto voltou a subir para 5,8% em 2018 e para 9% em 2020. O percentual da população brasileira que passava fome em 2020 (9% da população - 19 milhões de pessoas) significa um imenso retrocesso, pois seu

número é praticamente igual ao constatado em 2004. Ou seja, o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome¹⁰¹, em 2013, mas voltou a ele em 2018 e recentemente quase dobrou a sua população vivendo nessa gravíssima realidade (Rede PENSSAN, 2021, p. 35, 48).

Conforme a OXFAM Brasil (2021), três fatores contribuíram para elevar a fome no mundo: conflitos armados, choques econômicos agravados pela pandemia da COVID-19 e a crise climática. E aponta que a saída para acabar com a fome passa pela ação dos governos no processo de reconstrução de uma economia global mais justa e sustentável, na qual os pequenos agricultores devem ser apoiados na recuperação e na construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Além disso, devem combater os principais fatores que levam à fome, especialmente as desigualdades sociais entre ricos e pobres. E, finalmente, indica seis ações para os governos realizarem para salvar vidas agora e no futuro:

(1) financiar integralmente o apelo humanitário da ONU e apoiar um fundo global de proteção social, (2) garantir acesso humanitário em zonas de conflito e o fim do uso da fome como arma de guerra, (3) forjar a paz, promovendo a participação e a liderança das mulheres em sua construção, **(4) construir sistemas alimentares mais justos, resilientes e sustentáveis**, (5) garantir que as mulheres liderem a resposta à pandemia e a recuperação, (6) apoiar uma Vacina Para Todas e Todos e (7) tomar medidas urgentes para enfrentar a crise climática (OXFAM, 2021, p. 4, grifo nosso).

Dessa maneira, levantamentos, pesquisas e deliberações mundiais e nacionais não faltam no sentido de colocar a urgente necessidade de que as prioridades governamentais e da sociedade como um todo devem estar direcionadas à produção de alimentos saudáveis. Entretanto isso não basta, pois a maioria dos países não estão cumprindo com as metas estabelecidas no Acordo de Paris sobre o clima (2015) e com a Agenda 2030 da ONU.

No caso do Brasil, a posição do governo brasileiro, que prioriza a agenda do agronegócio em detrimento da direcionada à agricultura familiar, caminha na contramão desses compromissos assumidos com o processo de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, o desmatamento na Amazônia acumulou recordes recentemente: segundo o Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), entre agosto de 2020 e junho de 2021, a Amazônia Legal Brasileira registrou 8.381 quilômetros quadrados de desmatamento, no acumulado de 11 meses, a maior devastação nos últimos 10 anos (MODELLI, G1, 19/07/2021). E, como escreveu

¹⁰¹ O *Mapa da Fome* era uma forma de aferir o percentual da população que passava fome no mundo em cada país, utilizado pela FAO/ONU até 2014, quando estavam em vigência os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. O Brasil saiu do Mapa da Fome, em 2013, quando seus índices ficaram abaixo de 5% da população.

Jorge Abrahão, coordenador geral do Instituto Cidades Sustentáveis (2021): “clima e desigualdade são irmãos siameses, estão interligados, e as soluções devem ser integradas”.

Ao mesmo tempo que a fome, a desigualdade social e o desmatamento das florestas aumentam no Brasil, a produção agropecuária brasileira tem batido recordes ano após ano, o que aponta para uma grande contradição. Existem várias explicações para isso. Uma delas está no fato de que o país tem ampliado a produção de *commodities* agrícolas para fins de exportação, como é o caso da soja – que representa mais da metade da produção de grãos do Brasil e nem sempre é transformada em alimento para o consumo humano, mas sim para a ração animal. Além disso, por um lado, com o aumento do desemprego, a renda da população caiu; por outro, com a moeda real desvalorizada, os produtos destinados à exportação estão mais rentáveis para quem produz e comercializa (SOUZA, G1, 11 ago. 2021).

Entretanto, os efeitos da pandemia do COVID-19 obrigaram o governo federal a alterar, pelo menos em parte, a sua agenda conservadora voltada ao agronegócio, pois os riscos de desabastecimento alimentar aumentaram. Para exemplificar, entre janeiro e agosto de 2020, os preços dos alimentos alcançaram uma inflação de 4,9%, incluídos alguns itens importantes na dieta alimentar brasileira, tais como feijão, leite, tubérculos, legumes, arroz, óleo de soja e frutas. Assim, há uma pressão bastante grande, inclusive no Congresso Nacional, para que o governo retome o fortalecimento da agricultura familiar, pois é a grande responsável pela produção de alimentos no país (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 7-8). Entre janeiro e novembro de 2021, essa realidade ficou ainda mais difícil, pois a disparada nos preços dos alimentos foi generalizada e os índices oficiais da inflação brasileira já alcançaram dois dígitos. Por isso, vamos descrever, de forma breve, alguns impactos provocados pela COVID-19 no Brasil, especialmente em relação ao processo de desenvolvimento da agricultura familiar.

6.2 A pandemia do COVID-19 e a crise sanitária

O surgimento da pandemia do COVID-19 transformou a vida das pessoas nos últimos dois anos e impôs a maior crise sanitária das últimas décadas em todo o mundo. Essa realidade obrigou os países a adotarem medidas de isolamento social e de suspensão temporária de atividades que afetaram fortemente as atividades econômicas e sociais da maioria da população. Em consequência, no Brasil, em 2020, o governo federal foi obrigado a criar medidas de

urgência para atenuar a crise, com destaque para o Auxílio Emergencial¹⁰² correspondente a 600 reais mensais, destinados aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados com baixa renda (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 1).

As consequências trazidas pela pandemia atingiram também a população rural, a qual não foi incluída no público beneficiário do Auxílio Emergencial. Entretanto, o cenário da pandemia foi determinante para que o governo retomasse e fortalecesse algumas políticas públicas em favor dos agricultores familiares, pois ficou mais uma vez evidente a contribuição da agricultura familiar para a produção dos itens básicos que compõem a alimentação do povo brasileiro, pois a escassez de alimentos foi constante entre 2020 e 2021. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, em termos de valor da produção (VP), a agricultura familiar responde por 42% do feijão, 80% da mandioca, 13% do arroz, 52% da cebola, 66% da abóbora, 55% da melancia, 48% da banana e 35% do limão, por exemplo. Além disso, a agricultura familiar gera 63% do valor da produção do leite de vaca e detém 45% do plantel de aves e 51% do de suínos (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 1-2, 19).

A partir de março de 2020, quando foi declarado estado de calamidade pública em razão da pandemia do coronavírus, o sindicalismo e os movimentos sociais rurais apresentaram um conjunto de demandas ao governo federal, a maioria delas associadas à retomada e à intensificação de políticas públicas já existentes. Entre as principais reivindicações postas, esteve o pedido de revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016. Além disso, as medidas solicitadas foram de duas ordens: emergenciais e de médio e longo prazo. Entre as emergenciais, destaca-se a demanda por expansão dos mercados relativos a compras institucionais, articulados à política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por meio do fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ressalte-se que, no contexto da pandemia, o PNAE teve inicialmente uma situação de extrema insegurança, pois as aulas foram interrompidas a partir da decretação de medidas de isolamento social em várias partes do Brasil, o que provocou

¹⁰² O Auxílio Emergencial foi instituído no Brasil pela Lei Federal nº 13.982, de 02 de abril de 2020, no valor de R\$ 600 (seiscentos reais), pelo período de cinco meses e regulamentado pelo Decreto nº 10.316, de 07 de abril de 2020, pagos aos trabalhadores que cumprissem requisitos como: não ter emprego fixo; desempregados; não recebessem benefício previdenciário ou assistencial; renda familiar mensal total abaixo de três salários mínimos. Além disso podiam ser beneficiados os microempreendedores individuais (MEIs), os trabalhadores informais e as pessoas contempladas com o Programa Bolsa Família cujo valor era menor que o do Auxílio Emergencial. Outrossim, a pessoa provedora da família monoparental recebeu duas cotas do Auxílio Emergencial, totalizando R\$ 1.200 (hum mil e duzentos reais). Além disso, em 2021, o Auxílio Emergencial foi criado pela Medida Provisória 1.039, de 18 de março de 2021, a qual estabeleceu os seguintes valores: R\$ 150 para famílias de uma só pessoa; R\$ 250 para famílias de duas ou mais pessoas; e R\$ 375 para mães chefes de família monoparental.

também suspensão de compras de alimentos para as refeições escolares (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 8).

Além disso, entre as medidas solicitadas emergencialmente pelo sindicalismo e movimentos sociais, estiveram as ações de garantia à segurança financeira que deviam proteger a capacidade produtiva e prevenissem o endividamento dos agricultores familiares. Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem no meio rural, pediram uma reavaliação da situação socioeconômica das pessoas que deixaram de ser beneficiárias do programa Bolsa Família e a análise e inclusão imediata de um milhão de pedidos de aposentadoria rural. Em relação às propostas de médio e de longo prazo, solicitaram, por exemplo, políticas de infraestrutura, como foi o caso da retomada do Programa Cisternas na região do semiárido nordestino e a reativação do Programa Nacional de Habitação Rural (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 10-13).

Outrossim, no Congresso Nacional, entre março e outubro de 2020, foram apresentados 25 projetos de lei na Câmara dos Deputados que buscavam atender as diversas demandas dos agricultores familiares e algumas delas foram inclusas no Projeto de Lei nº 735/2020. Esse projeto conteve um conjunto de medidas emergenciais em apoio aos agricultores familiares, o qual foi aprovado e convertido na Lei Federal nº 14.048/2020 (Lei Assis Carvalho), sancionada com vários vetos presidenciais. Saliente-se que o projeto de lei que deu origem a essa lei foi estruturado em quatro eixos: Auxílio Emergencial para os agricultores familiares; fomento produtivo; crédito especial para a produção de alimentos saudáveis; e facilitação no acesso ao programa Garantia Safra, para o congelamento das dívidas e na prorrogação do prazo de pagamento de créditos. Entretanto, em relação ao Auxílio Emergencial, a lei tornou-se inócua, pois a maior parte dos agricultores familiares não solicitou tal benefício com receio de perder a condição de segurados da Previdência Social (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 13,18).

Além disso, foi aprovada a Lei nº 13.987/2020, acompanhada pela Resolução nº 2/2020, que assegurou a continuidade do repasse dos recursos do PNAE a estados, a municípios e a outras entidades executoras do programa. Saliente-se que esse programa está presente nos 5.570 municípios brasileiros, atendendo, de forma universal, a mais de 40 milhões de estudantes matriculados em cerca de 150 mil escolas de educação básica pública brasileira. Essa legislação visou garantir a distribuição, em formato de kits, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros federais do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes matriculados nas escolas públicas de educação básica, durante o período de suspensão das aulas presenciais (Informe Recursos PNAE 001, 2021).

Apesar dos repasses dos recursos do PNAE aos estados e municípios, isso não significou a garantia de compra dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Para exemplificar, uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), entre agosto e setembro de 2020, em 108 municípios do semiárido nordestino e em Minas Gerais, apontou uma redução acentuada das compras de alimentos da agricultura familiar, em comparação com 2019. E, conforme avaliou o coordenador da Fetraf-RS, Douglas Cenci, isso também aconteceu no Rio Grande do Sul, pois, segundo ele, durante os dois anos de pandemia, o governo estadual fez muito pouco para ajudar a agricultura familiar. E exemplificou que o estado, para abastecer as demandas das escolas e dos presídios estaduais, comprou alimentos de outros fornecedores e de grandes redes de supermercados (TEIXEIRA apud Correio do Povo, 07 set. 2021).

Figura 49 - Cleonice Back (Coordenadora da Secretaria de Mulheres da Fetraf-RS) e Douglas Cenci (Coordenador da Fetraf-RS)



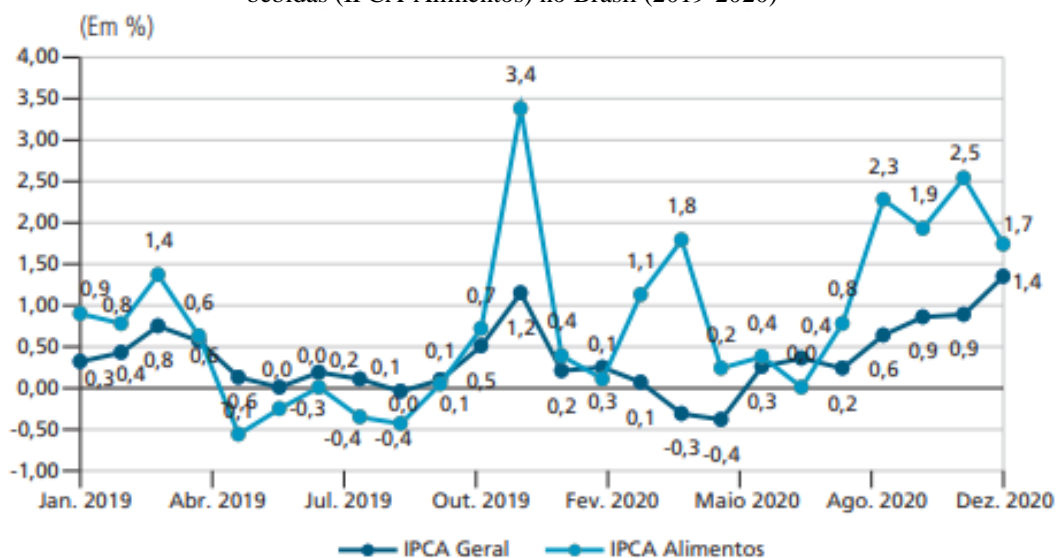
Fonte: TEIXEIRA apud Correio do Povo, 07 set. 2021; Foto: Alina Souza.

Outra importante legislação aprovada nesse período foi a Lei nº 14.021/2020 que dispõe sobre as medidas de combate ao avanço da pandemia entre os povos indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais. A aprovação dessa lei atendeu a uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) que acolheu uma proposta apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e outras organizações (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 14-15).

Apesar das medidas governamentais anunciadas por causa do COVID-19 em apoio à agricultura familiar, o Brasil vivenciou, entre 2020 e 2021, um contexto marcado pela ameaça

da escassez de alimentos, que teve início logo após o advento da pandemia, pois as medidas de isolamento social e de restrição para a circulação de pessoas incitaram a população a estocar alimentos e itens de higiene pessoal, o que esvaziou as prateleiras de supermercados. No Brasil, os problemas relacionados ao abastecimento tornaram-se visíveis com o aumento da inflação de alimentos, de bebidas e do custo da cesta básica ao longo de 2020. Isso pode ser notado no Gráfico 29, em sequência, contendo a variação mensal geral de preços (IPCA Geral) e o do índice de preços dos alimentos e bebidas em comparação com 2019.

Gráfico 29 - Variação mensal do índice geral de preços (IPCA Geral) e do índice de preços dos alimentos e bebidas (IPCA-Alimentos) no Brasil (2019-2020)



Fonte: IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 20.

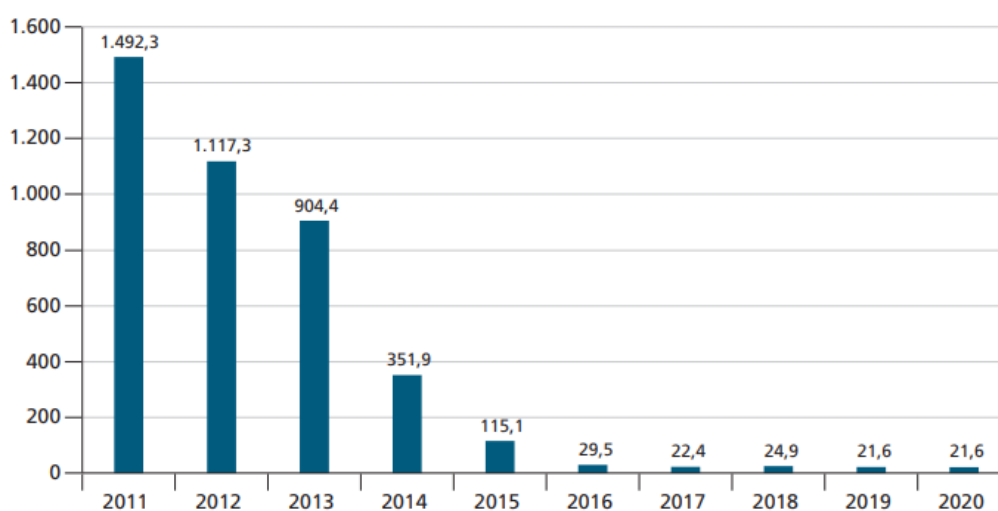
Dessa maneira, percebe-se que as variações mensais dos preços dos alimentos ficaram próximos às verificadas no índice geral de preços, com exceção do mês de dezembro de 2019, quando os preços dos alimentos tiveram uma alta de 3,4% e o IPCA geral ficou em 1,2%. Assim, em 2019, o IPCA geral registrou uma inflação de 4,3% ao longo do ano, enquanto os preços dos alimentos subiram 6,4%. Em 2020, a variação do índice de preços de alimentos deslocou-se da curva da variação do índice geral. Dessa forma, os preços dos alimentos elevaram-se 14,1%, enquanto o índice geral de preços subiu 4,5%, ou seja, existiu uma grande diferença. Saliente-se que alguns itens essenciais da cesta básica registraram altas bem mais expressivas do que o índice relativo aos alimentos: o feijão preto (45,4%); o leite (26,9%); o arroz (76%); a carne (18%); e a batata (67,3%), entre outros (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 20).

A explicação para a elevação dos preços dos alimentos no decorrer de 2020 (e que teve continuidade em 2021) passou pelo impacto na alta do dólar no custo relativo aos insumos

utilizados na produção, no preço dos derivados do trigo importado e, principalmente, no preço pago pelos produtos brasileiros no mercado internacional, o que tornou mais atrativo aos agricultores vender os seus produtos nesse mercado. Além disso, ocorreram alguns problemas localizados de safra e houve uma procura maior na demanda interna e externa por alimentos, em virtude dos programas criados emergencialmente por causa da pandemia, como foi o caso brasileiro do Auxílio Emergencial.

Outra constatação importante que justifica a alta nos preços dos alimentos no país foi a redução dos estoques de produtos básicos, a exemplo do arroz, como revela o Gráfico 30.

Gráfico 30 -Estoques públicos de arroz no Brasil, entre 2011 e 2020 (em toneladas)



Fonte: CONAB, 2020 apud IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 23.

Além do arroz, saliente-se que, em dezembro de 2011, por exemplo, havia um estoque público de feijão 87,8 mil toneladas, o qual deixou de ser estocado a partir de 2016. Dessa forma, entre as principais explicações para o aumento dos preços dos produtos que compõem a cesta básica de alimentos brasileira no período da pandemia estão: a desvalorização da moeda brasileira (em decorrência houve aumento das exportações e redução das importações), a pressão advinda do aumento da demanda interna, o esvaziamento dos estoques públicos, algumas questões relacionadas ao clima e a diminuição da área plantada de alguns produtos como arroz e feijão, substituídos por produtos voltados à exportação, como é o caso da soja (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 24).

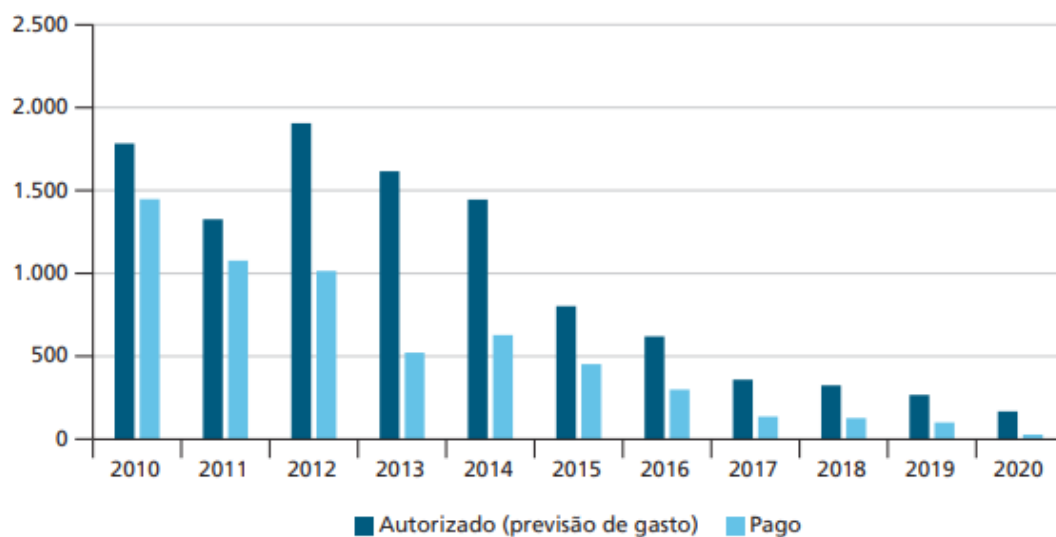
Assim, no decorrer de 2020 e 2021, os riscos de desabastecimento alimentar durante a pandemia do COVID-19 levaram o governo a frear, de alguma forma, o processo de desmantelamento das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Isso apareceu na

formulação do Plano Safra 2020-2021 e no Plano Safra 2021-2022. Ressalte-se que, desde o início do Pronaf, as políticas públicas de crédito foram distintas para a agricultura familiar e para a agricultura não familiar, buscando contemplar as diferenças existentes entre uma e outra. Além disso, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar brasileira representa 76,8% dos estabelecimentos agropecuários, absorve 67% da mão de obra, apesar de deter apenas 23% das terras. Enquanto isso, a agricultura patronal corresponde a menos de 25% dos estabelecimentos, absorve 33% da mão de obra e detém mais de 75% das terras no país. Outrossim, a agricultura familiar caracteriza-se pela produção de alimentos, os quais na sua maior parcela são comercializados no mercado interno, enquanto a agricultura não familiar se caracteriza essencialmente pela produção das *commodities* agrícolas, como são os casos da soja, da cana e do efetivo de bovinos (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 25).

Dessa maneira, o contexto do COVID-19 fez o governo recuar na intenção de criar um único Plano Safra no Brasil que colocasse as demandas de crédito da Agricultura Familiar e Não Familiar nele. Além disso, sob o impacto da pandemia, foi publicada a Resolução nº 4.801/2020, do Banco Central, que criou uma linha de crédito emergencial via PRONAF para agricultores que sofreram danos econômicos por efeito das medidas de isolamento social, e a Medida Provisória nº 957/2020 que previu um aporte adicional de R\$ 500 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) *Doação Simultânea* operado pelos municípios e R\$ 150 milhões para o PAA *Doação Simultânea* de cooperativas via Conab – com uso de recursos do orçamento da seguridade social (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 29).

Essa medida forçada interrompeu a trajetória de queda no orçamento do PAA que ocorria nos últimos anos, especialmente a partir de 2015, como pode ser verificado no Gráfico 30, em sequência, o qual não contém os recursos aplicados para o enfrentamento da COVID-19. Nele, percebe-se nitidamente a trajetória de queda do orçamento do PAA, entre 2014 e 2020. Note-se que os valores relativos a 2020 referem-se ao orçamento previsto (autorizado) e gasto (pago), sem considerar os créditos extraordinários adicionados para o enfrentamento do COVID-19. Assim, fica demonstrado que nos últimos anos essa importante política pública estava sendo desmantelada continuamente. No entanto, essa situação começou a ser revertida por causa do cenário da pandemia (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 30).

Gráfico 31 - Orçamento autorizado e pago do PAA no Brasil, entre 2010 e 2020 (em R\$ milhões)



Fonte: IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 30.

Constata-se assim que o contexto da pandemia do COVID-19 provocou um fortalecimento das políticas de apoio à agricultura familiar no Brasil, tanto nos valores aplicados através do Plano Safra 2020-2021 como as específicas criadas no enfrentamento aos problemas causados pela pandemia. Dessa forma, esse cenário evidenciou, novamente, a importância estratégica das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar para a segurança alimentar do Brasil (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 30). Enfim, a crise sanitária e os riscos de desabastecimento trazidos pela pandemia reafirmaram a necessidade da produção de alimentos saudáveis, menos processados, mais diversificados e menos dependentes de insumos químicos. Desse modo, recoloca no centro do debate nacional a importância de serem mantidas e ampliadas as políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 34-37).

Por outro lado, existe outra crise vivenciada pela humanidade atualmente que também impõe a adoção de medidas que dialoguem com o desenvolvimento da agricultura familiar: a emergência climática.

6.3 A emergência climática

Além da pandemia do COVID-19, a humanidade enfrenta atualmente outra emergência que está interligada: o aquecimento global ou a emergência climática. O novo relatório global do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), liberado em 09 de agosto de 2021, afirma que existem tendências irreversíveis no que diz respeito à mudança climática

global. Destaque-se que, pela primeira vez, o IPCC quantificou o grau de influência das mudanças climáticas à frequência e à intensidade de eventos extremos, como as secas prolongadas, as ondas de calor, as ondas de frio intenso, as tempestades e os furacões. As projeções dos cientistas do IPCC indicam que, nas próximas décadas, a mudança climática vai se intensificar em todas as regiões da Terra: ondas de calor crescentes, estações quentes e longas, estações frias e curtas farão parte da realidade a partir do alcance de 1,5 grau Celsius; e, ao atingir 2 graus Celsius, é provável que a humanidade ultrapasse os limites críticos de tolerância para a agricultura e a saúde (Nações Unidas Brasil, 2021).

Diante disso, o secretário-geral da ONU, António Guterres, pronunciou-se: “o relatório do IPCC é um alerta vermelho para a humanidade. (...) O documento deve ser uma sentença de morte para o carvão e os combustíveis fósseis antes que eles destruam o planeta”. (...) Os alarmes de emergência estão soando, e a evidência é irrefutável. (...) Corremos o risco iminente de atingir 1,5 grau no curto prazo”. Ainda, em reação ao relatório, afirmou “Economias inclusivas e verdes, prosperidade, ar mais limpo e melhor saúde são possíveis para todos, se respondermos a esta crise com solidariedade e coragem” (Nações Unidas Brasil, 2021).

Da mesma maneira, a diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Inger Andersen, defendeu que as mudanças climáticas sejam tratadas como “uma ameaça imediata” e que, já que não podemos desfazer os erros do passado, podemos agir para consertar as coisas que fazemos no presente. Ela lembra também que as crises da natureza estão conectadas e que a luta contra as mudanças climáticas está relacionada à reconstrução de ecossistemas e à preservação da biodiversidade.

Vocês têm nos falado por mais de três décadas sobre os perigos de permitir o aquecimento do planeta. **O mundo escutou, mas não ouviu. O mundo escutou, mas não agiu com força suficiente. Como resultado, a mudança climática é um problema que está aqui, agora. Ninguém está seguro.** E está piorando mais rápido. (...) Devemos tratar as crises climáticas como uma crise imediata, assim como devemos tratar as crises conectadas da natureza e da perda de biodiversidade, e da poluição e do lixo, como ameaças imediatas (...). A degradação do ecossistema prejudica a capacidade da natureza de reduzir a força das mudanças climáticas. (...) Está tudo conectado. É hora de levar a sério porque cada tonelada de emissão de CO₂ contribui para o aquecimento global (ANDERSEN, 2021, grifo nosso).

O relatório do IPCC foi elaborado com a participação de 234 especialistas de 66 países e destaca que os gases de efeito estufa (GEE), responsáveis pelo superaquecimento do planeta, são liberados fundamentalmente quando combustíveis fósseis são queimados para gerar energia. Desde a Revolução Industrial, as emissões não pararam de crescer e chegaram atualmente em níveis inéditos. Dois exemplos: a concentração na atmosfera do dióxido de

carbono (CO₂), que é o principal deles, é a mais elevada dos últimos 2 milhões de anos; enquanto as de metano e de óxido nitroso – dois outros causadores do aquecimento – alcançaram os níveis mais altos nos últimos 800 mil anos. E isso tem causado uma elevação da temperatura na Terra em 1,1 grau Celsius, em relação aos níveis pré-industriais e deverá chegar entre 1,5 e 2 graus, em 2050. O Acordo de Paris, assinado em 2015, fixou como objetivo principal reduzir as emissões para que o aumento da temperatura global não ultrapasse esses números. Entretanto, o relatório do IPCC alerta que, se não acontecerem ações decididas e as emissões continuarem a crescer no ritmo atual, até o final do século, a temperatura na Terra poderá alcançar uma elevação de 4,4 graus, o que tornaria as condições de vida no planeta insustentáveis (PLANELLES, 2021).

Esse relatório traz desafios profundos a todos os países, para os governos e para todos os setores da sociedade. No caso do Brasil e especificamente para a agricultura, o país é uma superpotência agrícola com destaque na produção de soja, carne bovina, cana-de-açúcar, entre outros produtos. Entretanto, esse *boom* agrícola possui consequências sociais e ambientais, pois quase 70% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do país, em 2016, foram resultado das atividades agrícolas, das mudanças nos usos da terra e ao desmatamento para a expansão da fronteira agropecuária. Nessa trajetória, o setor pecuário e agrícola é reconhecido como a principal causa do desmatamento no Brasil. Ao mesmo tempo, as florestas são essenciais para diminuir os efeitos das mudanças climáticas, pois atuam como sumidouro de dióxido de carbono (CO₂), situação em que a Floresta Amazônica contribuía com cerca de 20% dessa tarefa mundial (NOBRE, 2018).

No entanto, atualmente, a Floresta Amazônica já passa por um início de processo de savanização, o que indica que, se não forem tomadas providências urgentes, a vegetação amazônica ao longo de 30 a 50 anos virará savana, trazendo consequências trágicas para a temperatura, além de inviabilizar a produção agropecuária em grande parte do país. Dessa maneira, a única solução para o Brasil é zerar o desmatamento imediatamente e começar a restaurar a floresta (NOBRE, 2021).

Observa-se, portanto, uma grave contradição. O modelo de desenvolvimento agropecuário brasileiro está estruturado num viés expansionista que incentiva as monoculturas, como é o caso da produção de soja, que postula grandes extensões de terras, como vem ocorrendo na região amazônica, na qual acontecem dois problemas graves: a redução das florestas e a promoção de queimadas, com altos índices de emissão de gases de efeito estufa.

Figura 50 - Tira de Jean Galvão sobre a savanização da Amazônia



Fonte: Folha de São Paulo, 03 out. 2021.

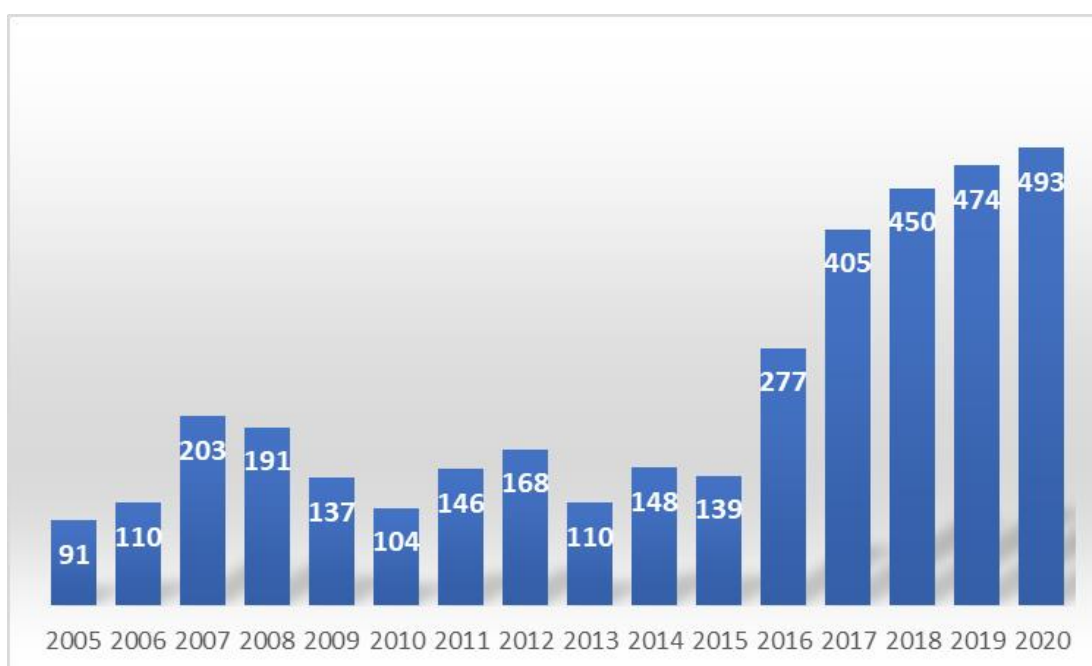
Outrossim, essa realidade não fica restrita à região amazônica e ocorre em todo o Brasil. Para exemplificar, uma ação denominada Operação Mata Atlântica em Pé, divulgada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, realizada entre 20 e 27 de setembro de 2021, identificou o desmatamento ilegal de 315,6 hectares, aplicou R\$ 2,23 milhões em multas nesse estado e apreendeu 145 metros cúbicos de madeira beneficiada de araucária. Conforme a denúncia, as áreas identificadas estão localizadas em 24 municípios: André da Rocha, Antônio Prado, Casca, Doutor Ricardo, **Erechim**, **Erval Grande**, Fontoura Xavier, Guaporé, Ibirapuitã, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Paraí, Roca Sales, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, São Francisco de Paula, **São Valentim**, Serafina Corrêa, Soledade, União da Serra, Vacaria, Vila Maria e Gramado. Dessa forma, verifica-se o desmatamento ilegal no Rio Grande do Sul, incluindo municípios da região da AMAU (PINZON, GZH Ambiente, set. 2021, grifo nosso).

Além disso, a lógica do atual governo federal não garante o cumprimento dos compromissos ambientais assumidos pelo Brasil. Exemplo disso é a multiplicação de novos registros de agrotóxicos e sua liberação para utilização nas lavouras nos últimos anos. Nessa direção, em fevereiro de 2021, o Ministério da Agricultura (Mapa) publicava no Diário Oficial, o registro de 67 novos agrotóxicos, sendo que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) considerou sete deles como “extremamente tóxicos” e 54 (80% deles) como “perigosos” ou “muito perigosos” (GRANDELLE, O Globo, fev. 2021). E, conseqüentemente, a ampliação de políticas agrícolas e agrárias direcionadas ao estímulo aos processos produtivos

sustentáveis, como a adoção de sistemas agroflorestais, não recebem o devido apoio governamental (CENCI; LORENZO, 2020, p. 38).

Dessa maneira, os dados da realidade brasileira demonstram um crescimento cada vez maior do uso de técnicas químicas nos processos produtivos agropecuários, como demonstra o Gráfico 32, em sequência, relativo ao crescimento do uso de agrotóxicos no Brasil. Saliente-se que, em todo o mundo, um dos motivos para a alta utilização de agrotóxicos é o fato de que a maior parte das terras cultiváveis estão direcionadas ao cultivo de monoculturas como o trigo, o arroz, o milho, o algodão e a soja. Além disso, a homogeneização dos sistemas agrícolas causa um aumento na vulnerabilidade dos cultivos a pragas e doenças e, assim, grandes quantidades de agrotóxicos são jogadas na biosfera anualmente acarretando custos ambientais e humanos imensos (ALTIERI, 2012, p. 26).

Gráfico 32 - Quantidade de agrotóxicos aprovados por ano no Brasil



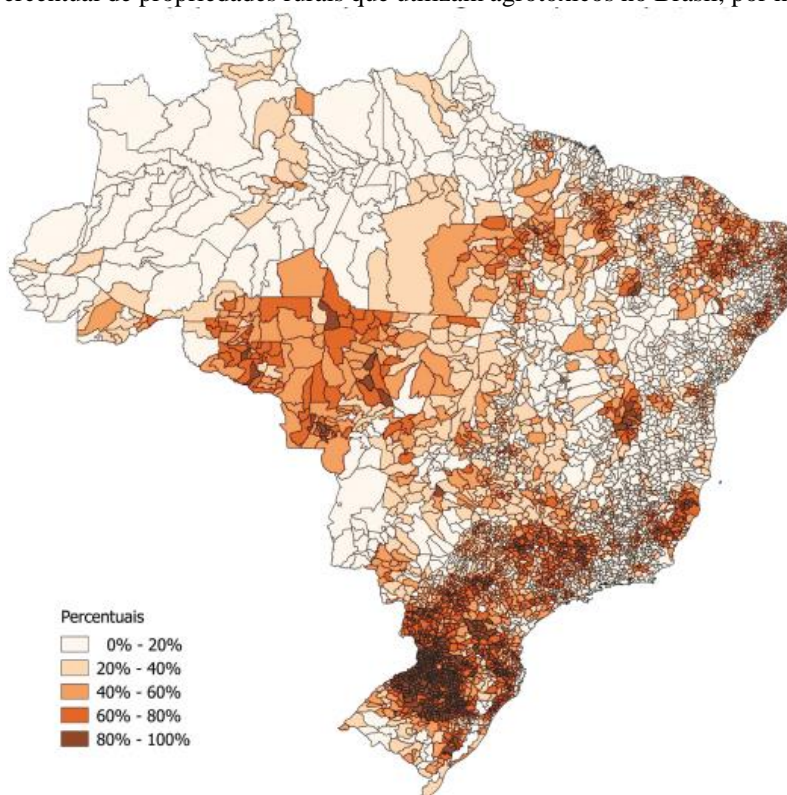
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); CENCI; LORENZO, 2020, p. 39.

Nesse sentido, o último Censo Agropecuário brasileiro, realizado pelo IBGE, em 2017, também constatou altos índices de utilização de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários em todo o país, como visto no tópico 5.4, no Gráfico 17. Da mesma maneira, essa realidade fica demonstrada no Mapa 13, em sequência, na qual são indicados os percentuais

de utilização de agrotóxicos por município em todo o Brasil, relativos ao número de propriedades rurais em que os agrotóxicos foram utilizados.

Observa-se que o uso intensivo ocorre não apenas em áreas onde estão localizadas as grandes propriedades (Mato Grosso, por exemplo), mas também onde prevalecem as propriedades de menores dimensões como são os casos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (MORAES, 2019, p. 31). Chama a atenção que os municípios que integram a AMAU estão entre aqueles em que as propriedades rurais mais utilizam agrotóxicos no Brasil.

Mapa 13 - Percentual de propriedades rurais que utilizam agrotóxicos no Brasil, por município (2017)



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 2017 apud MORAES, 2019, p.32.

Dessa maneira, fica claro que é necessário enfrentar o seguinte paradoxo: de um lado, as condições climáticas são determinantes para a produção de alimentos e, de outro, a agricultura - que é responsável pela produção de alimentos - também contribui para a emissão de gases de efeito estufa, principal causa do aquecimento global. Por isso, a criação de sistemas alimentares sustentáveis tem se mostrado como o caminho a seguir nessa encruzilhada: valorizar a agricultura familiar produtora de alimentos saudáveis, consumir localmente, variar a comida no prato e diminuir os alimentos ultraprocessados terão um papel central para a mitigação das consequências das mudanças climáticas em todo o planeta (MACÁRIO, 2021).

Preocupado com a questão da emergência climática, em agosto de 2021, o Observatório do Clima¹⁰³ lançou o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) – o SEEG Municípios – que compreende a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil, análises da evolução dessas emissões e um portal na internet para disponibilização, de forma simples e clara, dos métodos e dados do sistema. Através do SEEG Municípios, é possível saber quanto cada um dos 5.570 municípios brasileiros emitiu e em quais setores: Energia, Mudança de Uso da Terra e Florestas, Agropecuária, Processos Industriais e Tratamento de Resíduos (Observatório do Clima, 2021, p. 7). Especificamente, em relação à Agropecuária, o SEEG Municípios indica 16 soluções:

1. Incluir o zoneamento agropecuário e agroclimático no planejamento territorial;
2. Acelerar a regularização ambiental das propriedades rurais do município;
3. Instituir o programa municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
4. Viabilizar e articular mecanismos de transferência de tecnologias (TT) para adoção de práticas conservacionistas;
5. Realizar ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
6. Priorizar aquisição de produtos provenientes de agricultura familiar local de base agroecológica nas compras públicas;
7. Incentivar a produção local agroecológica e circuitos curtos de comercialização, com valorização e reconhecimento de produtos locais;
8. Facilitar o acesso de produtores rurais a linhas de crédito para a adoção de práticas agropecuárias conservacionistas;
9. Estimular a adoção e a manutenção de Sistemas Agroflorestais (SAFs);
10. Adotar boas práticas de manejo e aplicação de fertilizantes nitrogenados, reduzindo a dependência por fertilizantes sintéticos;
11. Estimular a adoção de boas práticas da calagem do solo;
12. Estimular a adoção de Tratamento de Dejetos Animais (TDA) e a utilização de seus produtos;
13. Incentivar a adoção do Sistema de Plantio Direto (SPD);
14. Estimular a adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN);
15. Fomentar adoção e implementação da recuperação de pastagens e outras áreas degradadas;
16. Promover a adoção e implementação de Sistemas de Integração LavouraPecuária-Floresta (ILPF).

Conforme esse documento, as soluções propostas para o setor agropecuário visam disseminar e consolidar, em nível municipal, a utilização de práticas e tecnologias que conservem ou que tenham baixas emissões de carbono nos sistemas produtivos, atendendo às exigências da crise climática vivenciada no mundo (Observatório do Clima, 2021, p. 11).

¹⁰³ O Observatório do Clima (OC) foi oficialmente fundado em 2002 com a presença de 26 organizações da sociedade civil brasileira com o objetivo de debater as questões relacionadas às mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Em 2013, o OC passou a focar seu trabalho na geração de dados e, nesse sentido, foi criado o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), uma forma dinâmica de monitorar as mudanças climáticas no Brasil (Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/quem-somos/nossa-historia/>>. Acesso em: 01 out. 2021).

E os alertas não param de chegar. Segundo documento divulgado em setembro de 2021 – Avaliação de Riscos das Mudanças Climáticas – com a finalidade de subsidiar as tomadas de decisões dos chefes de governos e ministros antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP26), ocorrida no final de outubro e início de novembro deste ano, em Glasgow, na Escócia, a produção agrícola pode cair 30% sem a redução drástica das emissões de gases de efeito estufa ainda nesta década (Agência Brasil apud Correio do Povo, 19 set. 2021).

Além disso, neste contexto de crise política, econômica, social, sanitária e ambiental, que ocorre ao mesmo tempo no Brasil e no mundo, existe uma crescente preocupação com a qualidade dos alimentos consumidos. Isso indica uma necessidade de potencializar as políticas públicas para a agricultura familiar direcionadas para a promoção de circuitos curtos de comercialização de alimentos, com base em modos de produção sustentáveis e que utilizem os recursos naturais com racionalidade e respeito. Nessa direção, as políticas públicas devem levar em consideração o cenário de risco que pode proporcionar um aumento da pobreza e da insegurança alimentar, bem como as consequências das mudanças climáticas. Outrossim, é preciso superar o produtivismo e colocar a alimentação como eixo estruturante das políticas públicas de desenvolvimento rural (IPEA, Desenvolvimento Rural, 2021, p. 33).

Ao colocar a produção de alimentos saudáveis como a função central da agricultura familiar, articula-se a produção e o consumo, o campo e a cidade. Além disso, incentiva-se a implementação de sistemas agroalimentares que visam atender as necessidades alimentares e nutricionais da população, mantendo-se o equilíbrio ambiental e, dessa maneira, leva-se em conta as dimensões do desenvolvimento sustentável: sociais, econômicas e ambientais.

Entretanto, as crises aqui descritas e as contradições tratadas no Capítulo V indicam que o mundo e o Brasil estão muito distantes de colocar a agricultura familiar num caminho sustentável, no qual a produção de alimentos saudáveis seja a sua principal finalidade. Por isso, no decorrer desta pesquisa, procuramos saber qual era a opinião de algumas lideranças ligadas ao sindicalismo e aos movimentos sociais rurais da região da AMAU (Sutraf Alto Uruguai) e da Fetraf/RS em relação a esses temas que desafiam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na contemporaneidade.

Entre esses procedimentos, aplicamos um questionário composto de 25 questões sobre vários temas relacionados à Agricultura Familiar, o qual foi respondido pelos participantes da Plenária Estadual da Fetraf/RS, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2018, realizada em Passo Fundo, RS, cujas cópias estão anexadas ao trabalho. Entre as perguntas que exigiam respostas descritivas, estava a seguinte: “Na sua opinião, qual é o principal impasse da Agricultura

Familiar?” Responderam ao questionário, 34 pessoas, 24 pertencentes ao sexo masculino (70,59%) e 10 ao feminino (29,41%), conforme fica demonstrada na Tabela 38, em sequência. Além disso, entre os que responderam ao questionário, 17 deles eram dirigentes sindicais pertencentes à região da AMAU e ao Sutraf Alto Uruguai (50%); nove pertencentes ao Corede Nordeste (26,47%) e oito de outras regiões do estado (23,53%) – Coredes Rio da Várzea (2), Celeiro (2), Produção (2), Campos de Cima da Serra (1) e Alto da Serra do Botucará (1). Dessas 34 pessoas, 11 (32,35%) responderam que as questões da Sucessão Familiar e do Êxodo Rural estavam entre os principais impasses vivenciados pela Agricultura Familiar e, além disso, identificaram mais cinco impasses/problemas, como se pode observar na Tabela 41.

Tabela 41 - Principais impasses/problemas vivenciados pela Agricultura Familiar, conforme questionário aplicado entre os dirigentes da FETRAF/RS, em dezembro/2018

Impasse/problema	Nº de pessoas que responderam	Percentual
1. Sucessão Familiar e Êxodo Rural	11	32,35
2. Falta de incentivo e apoio à Agricultura Familiar – pouco reconhecimento do Poder Público e da Sociedade	8	23,53
3. Prioridade ao Agronegócio e ao Produtivismo; Individualismo	8	23,53
4. Não há incentivo à produção orgânica e agroecológica – o atual modelo de produção não está voltado à produção de alimentos saudáveis	3	8,82
5. Desmotivação dos Agricultores Familiares e risco de perder conquistas sociais	2	5,88
6. Dificuldade em elaborar/apresentar propostas alternativas de parte das entidades representativas da Agricultura Familiar – pouca unidade	2	5,88
TOTAL	34	99,99

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Questionário aplicado em dezembro/2018 – Plenária da Fetraf/RS

Além de perguntar sobre os problemas/impasses vivenciados pelos agricultores familiares, procuramos saber as causas e o que deveria ser realizado na opinião das lideranças sindicais da Fetraf/RS e do Sutraf Alto Uruguai. Por outro lado, realizamos também entrevistas orais a 15 jovens, entre 2019 e 2021, que visavam compreender os principais dilemas vivenciados pelos jovens rurais diante da questão da sucessão familiar rural. Assim, os resultados obtidos por meio do questionário e das entrevistas realizadas são descritos e

analisados nos tópicos em sequência. Iniciamos com os temas da sucessão familiar, do êxodo e da masculinização rural, dando foco central à opinião dos jovens e das lideranças sindicais.

6.4 Sucessão familiar e êxodo rural: a voz de jovens e lideranças sociais

Para a finalidade desta pesquisa, de maneira oral, realizamos algumas entrevistas que visavam compreender os dilemas principais vivenciados pelos jovens rurais diante da questão da sucessão familiar rural, tema que se relaciona diretamente com duas outras questões que dificultam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, ou seja, o êxodo e a masculinização da população rural, contradições essas analisadas no Capítulo V. Para isso, foram entrevistados 15 jovens, conforme fica demonstrado na Tabela 42, em sequência.

Dessa maneira, entre os 15 jovens entrevistados, treze residem nos municípios de Aratiba, Erechim, Itatiba do Sul, Paulo Bento e São Valentim, na região da AMAU; e dois residem no município de Machadinho, RS. Justificamos a escolha desses dois jovens residentes no município de Machadinho, pois lá existe um programa específico para a juventude rural – o Programa Jovem Empreendedor Rural (Pró-Jovem), desenvolvido desde o ano de 2016 e, assim, consideramos importante perceber os seus resultados.

Saliente-se que as informações empíricas foram obtidas a partir de entrevistas orais previamente agendadas, realizadas entre 2019 e 2021, na residência ou no local indicado pelo entrevistado/entrevistada. As entrevistas foram gravadas e transcritas e faz-se aqui um relatório descritivo e analítico sobre as questões que dificultam ou facilitam a sucessão rural na agricultura familiar. Para a seleção dos jovens entrevistados, contamos com o apoio de membros da direção do Sutra/Alto Uruguai, de técnicos da Emater Erechim e de técnicos da Emater Machadinho. Alguns, por outro lado, foram escolhidos a partir da nossa relação pessoal, por também residirmos nessa região, no caso Erechim. A escolha levou em conta algumas realidades que demonstrassem, de algum modo, a heterogeneidade existente no meio rural no norte do Rio Grande do Sul, em relação às atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares. Dessa maneira, foram contemplados jovens pertencentes a famílias que desenvolvem diversas atividades agropecuárias: Agroindústrias; Fruticultura; Horticultura; Produção Orgânica; Produção de Leite, de Peixes (tilápias) e de Mel; Suinocultura; Avicultura; Gado de Corte; Cultivo de Milho, Soja e Fumo; Granja de Ovos e Pluriatividade.

Tabela 42 - Jovens rurais entrevistados para esta pesquisa entre 2019 e 2021¹⁰⁴

Local	Sexo	Idade	Data Entrev.	Atividades agropecuárias	Escolaridade/Formação	Área da propriedade	Estado civil
Aratiba	F	21	Maio 2019	Leite e Grãos	Cursando Medicina Veterinária / Ideau – Getúlio Vargas	70 ha	Solteira
Aratiba	M	20	Maio 2019	Gado de Corte e Grãos	Cursando Ciências Contábeis – Ideau – Getúlio Vargas	40 ha	Solteiro
Aratiba	M	32	Fev. 2021	Gado de Corte; Grãos; Laranja	Téc. em Agropecuária (Erechim); Administração	34 ha	União Estável
Erechim	F	20	Maio 2019	Agroindústria (Bolachas); Leite	Cursando Engenharia Civil – IFRS Passo Fundo	26 ha	Solteira
Erechim	F	18	Maio 2019	Agroindústria (Panificação); Aviário; Grãos	Cursando Ciências Contábeis – URI Erechim	20 ha	Solteira
Erechim	M	23	Maio 2019	Agroindústria (Panificação); Granja/Ovos;	Concluiu o Ensino Médio – Colégio Mantovani Erechim	42 ha	Separado
Erechim	F	17	Ago. 2021	Agroindústria (Panificação); Granja/Ovos;	Cursando o Ensino Médio – Colégio Mantovani Erechim	42 ha	Solteira
Itat. Sul	F	24	Jan. 2021	Agroindústria (leite); Suínos; HortiFruti	Concluiu Medicina Veterinária – Ideau Getúlio Vargas	50 ha	Casada
Itat. Sul	M	26	Jan. 2021	Suínos; Grãos; Leite; HortiFruti	Concluiu Ensino Médio	70 ha	Solteiro
Itat. Sul	M	27	Jan. 2021	HortiFruti e Gado de Corte	Concluiu Medicina Veterinária – Ideau Getúlio Vargas	46 ha	Solteiro
Itat. Sul	M	36	Jan. 2021	HortiFruti; Fumo	Téc. em Agropecuária; Administração e Especial. Prod. Criativos	8,6 ha	União Estável
Paulo Bento	F	20	Ago. 2021	Leite; HortiFruti	Téc. Agropecuária e cursando Administração	12,5 ha	Solteira
S. Valentim	M	24	Jan. 2021	Aviário; Grãos; Leite	Concluiu o Ensino Médio	32 ha	Solteiro
Machadinho	M	23	Jun. 2019	Tilápias e Erva-Mate	Concluiu o Ensino Médio	13 ha	Solteiro
Machadinho	F	19	Out. 2019	Mel e Fruticultura	Concluiu o Ensino Fundamental	6 ha	União Estável

Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, entre 2019 e 2021.

Ressalte-se, ainda, que a escolha dos entrevistados procurou atender à representatividade dos jovens por sexo (masculino e feminino). Assim, das 15 entrevistas, foram contemplados oito rapazes e sete moças. A seleção dos jovens abrangeu principalmente

¹⁰⁴ Dois entrevistados possuem idade acima de 29 anos e constam aqui por terem participado ativamente das mobilizações organizadas pelo Sutraf/Alto Uruguai e da Fetraf/RS, na última década, enquanto jovens, no processo de luta pela implantação de políticas públicas voltadas à Juventude Rural.

municípios com terras dobradas: Erechim – município-polo da região da AMAU; Aratiba – município que se caracteriza pela forte produção de carnes e leite (bovinos, suínos e aves); Itatiba do Sul – município sem acesso asfáltico e distante dos mercados urbanos; São Valentim – família produtora de aves; Paulo Bento – jovem que faz produção orgânica; Machadinho – por desenvolver uma política pública municipal específica em apoio aos jovens rurais desde 2016.

A partir das entrevistas, sobressaíram-se alguns fatores fundamentais que condicionam a permanência ou não dos jovens no meio rural, os quais são descritos e analisados em sequência.

a) Diálogo familiar e autonomia para realizar projetos inovadores

A questão do diálogo familiar apareceu de maneira unânime entre os entrevistados como uma condição básica para acontecer a sucessão rural na propriedade. Nesse sentido, duas ideias obtiveram realce: o apoio e o incentivo dos pais para permanecer na profissão com atitudes práticas, nas quais os jovens participam das decisões da família e da gestão da propriedade, inclusive na divisão dos recursos financeiros obtidos; e a aceitação dos pais em implementar projetos inovadores na propriedade rural, ou seja, a família precisa estar aberta a receber sugestões e a garantir apoio efetivo a novas ideias e projetos. Uma das entrevistadas, inclusive, fez uma afirmação categórica: “o jovem precisa sonhar e ter um projeto diferente daquilo que os pais já realizam, sabe, variar as atividades dentro da propriedade”, por duas razões. A primeira porque ela acredita que os pais têm as suas próprias dívidas e contas para pagar, então, terão dificuldade de dividir a renda advinda da produção com os filhos. E, em segundo lugar, para que o jovem tenha autonomia na realização do novo projeto, além de contribuir para diversificar a produção daquela propriedade (informação verbal)¹⁰⁵.

b) Renda

O fator “Renda” também ficou demonstrado como essencial para a decisão dos jovens permanecerem ou não no meio rural. Segundo eles, atualmente, as famílias convivem com várias necessidades que se tornaram básicas para a convivência humana e para a qualidade de vida (casa digna, automóvel, telefone, internet, lazer, escolaridade, além da alimentação e da vestimenta). Assim, os jovens somente permanecerão nas atividades agrícolas se elas garantirem qualidade de vida a si e a sua futura família. Por isso, a propriedade rural precisa

¹⁰⁵ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XIII**. [ago. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Paulo Bento, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:23 e 02:23 min.).

apresentar condições básicas para garantir uma boa renda familiar. Para Douglas Cenci¹⁰⁶, a questão da renda e as condições que a propriedade rural oferece (terra suficiente para viabilizar as atividades agropecuárias e gerar renda para a sustentação da família) são condições básicas (e não únicas) para o jovem permanecer no meio rural. Por isso, pesa bastante também a questão da relação familiar, pois os jovens querem opinar e decidir sobre o planejamento das atividades da propriedade e na divisão da renda obtida (informação verbal)¹⁰⁷.

Além disso, o entrevistado defendeu em artigo de coautoria (CENCI; DEGENERONE, 2016, p. 97) que, entre os principais condicionantes para que ocorra o processo sucessório no meio rural, estão: o acesso à renda, as relações familiares, a formação educacional, infraestrutura de comunicação e políticas públicas inclusivas. Em relação à renda, enfatizaram:

O fator econômico é um dos condicionantes importantes para a permanência dos jovens no meio rural, pois se o jovem não possui renda, o mesmo não permanece no campo. O jovem anseia por independência financeira, ou seja, ele quer ter acesso a bens de consumo e bens simbólicos, pois isso faz parte da sua geração. O anseio por uma retribuição financeira se faz necessário para que os mesmos acessem esses bens, e **se isso não acontece em suas propriedades rurais, eles vão buscar no ambiente urbano essa condição** (CENCI; DEGENERONE, 2016, p. 97, grifo nosso).

A questão da renda foi salientada, de alguma forma, por todos os jovens entrevistados. Destacamos aqui a posição defendida por dois jovens residentes em Itatiba do Sul, os quais afirmaram que a permanência dos jovens no meio rural depende de um conjunto de fatores, entre eles a de que o jovem precisa perceber que a propriedade rural possui viabilidade para produzir e gerar renda (informação verbal)¹⁰⁸.

c) Gostar do que faz

Diálogo familiar, possibilidade de construir projetos inovadores e garantia de uma boa renda são fatores fundamentais para que rapazes e moças permaneçam nas atividades rurais. Mas isso só não basta. É condição *sine qua non* que o jovem ou a jovem tenham amor à terra e às atividades agropecuárias que são desenvolvidas na propriedade rural. Sem isso, mesmo que

¹⁰⁶ Douglas Cenci, além de ser um dos entrevistados para esta pesquisa, é uma das principais lideranças da agricultura familiar na região da AMAU na última década – foi líder do coletivo de jovens do Fetraf-RS, coordenador do Sutra/Alto Uruguai e atualmente coordena a Fetraf-RS.

¹⁰⁷ Entrevista concedida por CENCI, Douglas. **Entrevista X**. [fev. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Aratiba, 2021. 1 arquivo .mp3 (86min.).

¹⁰⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista VI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 1 arquivos .mp3 (45:50 min.); entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:28 e 25:22 min.).

decidam ficar, na primeira intempérie que aparecer (uma estiagem, por exemplo), a crise estará instalada e o êxodo rural poderá acontecer. Os jovens entrevistados foram unânimes em afirmar que, para permanecer no meio rural, a pessoa precisa “Gostar do que Faz”.

Nesse sentido, é significativo o depoimento dado por uma jovem entrevistada que, recentemente, instalou uma agroindústria de derivados de leite, em Itatiba do Sul: “Ah, **eu sempre fui apaixonada pelo interior**, sabe, não sou uma guria de cidade, como diz o ditado (risos). Eu sempre sonhei em cursar Veterinária e cursei. O meu pai me deu essa possibilidade, me deixou eu fazer... E, também, como que eu posso dizer, eu gosto do que eu faço, né. Então, é isso que mais me motiva” (informação verbal, grifo nosso)¹⁰⁹. E continuou:

E também prá ajudar o pai e a mãe, porque eu, **as vacas de leite é a minha paixão. Eu não consigo viver sem elas**. E não é por eu ser veterinária, mas de gostar de trabalhar com elas, de ter amor por elas. E o pai deu espaço para nós trabalhar juntos. A agroindústria é um sonho do meu pai e da minha mãe. E agora faz dois anos que a gente conseguiu realizar, por causa do investimento da construção dela que não é barata. Daí, nós conseguimos realizar esse sonho. E eu estou tocando, já vem de geração essa história de fazer queijo, então a gente tinha sempre esse sonho e eu ajudei o pai e a mãe a construir. **E eu não me vejo sair daqui**, vamos dizer assim, ir para a cidade fazer outras coisas, trabalhar em outro lugar, né. Não me vejo. Acho que isso veio desde criança, de amor ao que a gente tem, de ajudar a construir e trabalhar junto (informação verbal, grifo nosso)¹¹⁰.

Nota-se, portanto, que permanecer nas atividades agrícolas não tem apenas a motivação financeira (que é fundamental), mas envolve outras questões, começando com o gostar da vida de campo e das atividades agropecuárias, de sentir-se feliz com o modo de vida rural. Nessa mesma direção, posicionou-se outra entrevistada, que assumiu recentemente a agroindústria de panificação no interior de Erechim. Ela disse que todo trabalho tem suas dificuldades, mas a sua opção em assumir a Padaria/Confeitaria foi pessoal porque gosta muito do que faz, ressaltando também, a questão do apoio que recebeu da família (informação verbal)¹¹¹.

Da mesma maneira, foi o depoimento de outro jovem de Itatiba do Sul: “Eu, prá mim, o interior tem uma coisa que nenhum outro lugar vai dar, que é o sossego e a paz. É a tranquilidade de tu levantar de manhã cedo, olhar prá fora e ter o teu lugar. Eu acho lindo quem tem essa oportunidade, muita gente tem e não dá o valor, o merecido valor, eu acho” (informação verbal)¹¹².

¹⁰⁹ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:28 e 25:22 min.).

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista V**. [ago. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 1 arquivos .mp3 (20 min.).

¹¹² Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XII**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 1 arquivos .mp3 (17:49 min.).

Por outro lado, há também jovens que não querem permanecer na agricultura por causa do excesso de trabalho visualizado no exemplo dos pais:

...não tem férias, não tem hora, é sempre, por exemplo, se eu quiser, tirar 30 dias de férias que a maioria tira por ano, a gente não tem isso na agricultura. Na agricultura, não tem isso. Tem que trabalhar. Ah, eu quero sair e vou conhecer algum lugar, alguma coisa, não dá. **Tem as vacas, tem que tirar leite.** Eu vejo na minha família: meu pai não conhece nem a praia, não conhece nada, ele só conhece a cidade aqui ao redor porque ele não pode sair. Então, eu não queria isso prá mim (informação verbal, grifo nosso)¹¹³.

Assim, fica nítido nesses depoimentos, que não é só a renda obtida nas atividades agropecuárias que pesam na decisão tomada pelos jovens. Nesse último exemplo, a entrevistada relatou que recebeu proposta dos pais para permanecer e trabalhar na Agroindústria familiar (produção de bolachas e comercialização na feira, em Erechim). Além disso, receberia uma renda fixa mensal na propriedade, mas optou em realizar seu sonho profissional de ser uma engenheira civil. E está concluindo o referido curso no Instituto Federal, em Passo Fundo.

d) Políticas Públicas de apoio à agricultura familiar e de incentivo aos jovens

A agricultura familiar tem uma das principais funções na sociedade brasileira que é a produção de alimentos saudáveis para toda a população. Isso ficou mais evidente no contexto atual com o advento da pandemia do COVID-19, como visto no tópico 6.2, neste capítulo. Entretanto, produzir *commodities* para o mercado internacional está mais rentável para muitos agricultores familiares. Isso contribui para o aumento do preço dos alimentos no Brasil, como ocorre hoje. Por isso, se o país deseja priorizar a produção de alimentos para a sua população, são fundamentais o apoio e o incentivo aos agricultores familiares, através de políticas públicas efetivas nessa direção. Além disso, a população rural está envelhecendo e os jovens estão sendo atraídos para as cidades.

Dessa maneira, somente existirão jovens dispostos a permanecer na agricultura produzindo alimentos, desde que haja forte apoio através de políticas públicas diferenciadas que os incentivem, tanto na área do crédito subsidiado como no apoio técnico para o desenvolvimento de projetos inovadores nas propriedades rurais, tornando-as viáveis economicamente e contemplando as suas expectativas. Essa, por exemplo, foi a opinião de um jovem entrevistado, em Itatiba do Sul, que disse que os governos precisam estar comprometidos

¹¹³ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista II**. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 1 arquivos .mp3 (28 min.).

com a sucessão rural e dar apoio efetivo: “uma coisa é quando o jovem quer ir embora, você pode derramar um rio de dinheiro que não vai adiantar, mas aquele que se desafia a ficar, tem que ter apoio, um subsídio do município e do estado”. E citou, como exemplo, a questão do crédito barato para começar um investimento novo na propriedade, pois, na opinião dele, sem dinheiro não tem como o jovem permanecer, pois o retorno do investimento leva tempo para aparecer, às vezes, dois, três ou até cinco anos (informação verbal)¹¹⁴.

Nesse mesmo sentido, outra entrevistada, residente também em Itatiba do Sul, citou a importância das políticas públicas municipais, estaduais e federais para a permanência dos jovens nas propriedades rurais. E citou exemplos concretos de investimentos que puderam ser realizados na propriedade da família: a construção da primeira pocilga para a criação de suínos que seu pai conseguiu fazer porque teve acesso à uma linha de crédito do Pronaf Investimento, com uma taxa de juros de 1,5% ao ano; isso permitiu a construção da segunda pocilga, também pelo Pronaf, mas com uma taxa de juros de 4,5% (embora a elevação do juro, o investimento tornou-se viável); além disso, para o investimento das duas pocilgas construídas, o município garantiu a terraplanagem sem custo algum à família; destaca também o apoio que o município dá à silagem na propriedade (o município tem uma política pública municipal que subsidia 70% do custo de silagem nas propriedades). Dessa forma, conforme a entrevistada, esse apoio permite que o agricultor faça investimentos na propriedade e amplie a renda familiar e, assim, os rapazes e moças podem perceber a viabilidade ou não da propriedade rural. Nesse mesmo sentido, a entrevistada destaca a aquisição de um trator, pois isso ajudou a resolver o problema do penoso trabalho braçal e da falta de mão de obra (informação verbal)¹¹⁵.

e) Acesso à escolaridade

Dos 15 jovens rurais entrevistados, mais de 50% deles concluíram ou estão cursando ensino superior. Os demais concluíram o Ensino Médio ou estão cursando. E uma única jovem concluiu apenas o Ensino Fundamental. E, nas entrevistas, todos/todas disseram que o acesso à educação escolar e técnica é uma necessidade da juventude no contexto atual, independentemente da profissão que os jovens venham a escolher, ou seja no meio rural ou urbano. Dessa maneira, fica claro que os jovens rurais não aceitam mais a situação vivenciada pela maioria de seus pais que não tiveram o direito de elevar a sua escolaridade. Nesse sentido,

¹¹⁴ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista VI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 1 arquivos .mp3 (45:50 min.).

¹¹⁵ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:28 e 25:22 min.).

também, é fundamental a manutenção e a melhoria do serviço de transporte escolar para os estudantes no meio rural, em todos os níveis, da Creche à Universidade.

Por isso, destacam-se duas políticas públicas criadas ao longo dos anos que beneficiam os jovens na região da AMAU. Uma primeira é o fato de que os diversos municípios garantem transporte escolar subsidiado aos estudantes. São os casos de Itatiba do Sul, Aratiba, São Valentim, Paulo Bento e Erechim que beneficiam os jovens que precisam se deslocar até suas sedes municipais para cursar o Ensino Médio ou até Erechim ou Getúlio Vargas para fazerem cursos técnicos ou superiores. E a segunda política a ser salientada foi a criação de novas instituições públicas ao longo das últimas décadas, que garantem oportunidades para cursar a educação técnica ou superior (Colégio Estadual Agrícola Emílio Grando, Uergs, Instituto Federal e UFFS, em Erechim; e os Institutos Federais, em Sertão e Passo Fundo). Além disso, a existência de instituições comunitárias ou particulares (como é o caso da URI, em Erechim e da Ideau, em Getúlio Vargas), também são importantes, pois garantem condições de acesso através de bolsas do PROUNI¹¹⁶ ou via FIES¹¹⁷.

Por outro lado, constatam-se dificuldades enormes para os estudantes residentes nos municípios mais longínquos dos centros urbanos regionais, especialmente os que não possuem acesso asfáltico, a fim de cursarem o ensino técnico ou superior. É o caso de Itatiba do Sul, cuja viagem diária para a realização dos estudos presenciais na instituição Ideau, em Getúlio Vargas, por exemplo, leva em média duas horas e meia (ida) e duas horas e meia (volta), contando o percurso da sede do município até a casa do/da estudante (informação verbal)¹¹⁸.

f) Acesso à assistência técnica

A Lei Federal nº 12.188, de 11/01/2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Além disso, no seu artigo 2º, definiu o que é a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural,

¹¹⁶ O *Programa Universidade Para Todos* (PROUNI) é um programa federal que promove o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tenham estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública, ou como bolsista integral em escola particular.

¹¹⁷ O *Fundo de Financiamento Estudantil* (FIES) é um programa federal destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação.

¹¹⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XI**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:28 e 25:22 min.).

que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. E definiu que os agricultores familiares e os empreendimentos familiares rurais fazem parte do público beneficiário do Pronater (Artigos 5º e 6º).

Dessa forma, os agricultores familiares têm direito à Ater, apesar de não ser garantida a todas as famílias. Além disso, nas entrevistas realizadas, os jovens possuem esse entendimento de que, para o desenvolvimento das propriedades rurais, é básico o seu planejamento e a elaboração de projetos, bem como o acompanhamento e a orientação de sua execução. Então, para os jovens rurais que desejam continuar na agricultura, a Ater é um direito básico necessário para construir novos projetos sustentáveis no meio rural. Por isso, ganham significativa importância políticas públicas como o Programa Jovem Empreendedor Rural – o PRÓ-JOVEM – desenvolvido pela prefeitura municipal de Machadinho, RS, que foi criado, em 2016, através da Lei Municipal nº 2.870/2016 e que foi renovado, em 2019, com a Lei Municipal nº 3.045/2019.

Saliente-se que, por meio desse programa, na primeira fase, em 2017, foram beneficiados 15 jovens rurais residentes em Machadinho, contemplando projetos nas áreas de produção de cana de açúcar, mandioca, porongo, piscicultura, apicultura e fruticultura. E, na segunda fase, em 2019, os projetos beneficiaram 20 jovens nas seguintes áreas da produção: olericultura, erva-mate, fruticultura, cana de açúcar, mandioca, irrigação, pastagem, pecuária de corte, ranário, flores ornamentais e artesanato. Além disso, nessa segunda fase, o valor podia chegar a R\$ 3.000,00 (três mil reais) para investimento, variável conforme o projeto técnico, com devolução de 20%, após 360 dias de carência, sem juros e correção monetária e em duas parcelas anuais iguais (MORAES, 2019)¹¹⁹.

Além disso, o programa foi viabilizado através de uma parceria entre a prefeitura municipal e a Emater/RS-Ascar de Machadinho, na qual o município garante os recursos públicos e os técnicos da Emater assessoram na elaboração e na execução dos projetos nas propriedades rurais. De acordo com a extensionista da Emater/RS-Ascar, Mara Carpes, o propósito é o de trabalhar o tema da sucessão familiar no município, preparando o jovem de forma gradativa para ser o sucessor e o gestor da unidade de produção. E, de acordo com o engenheiro agrônomo da Emater/RS-Ascar, Bruno Ernesto Menegussi, como empreendedor, é

¹¹⁹ MORAES, Vanessa Almeida de. **Política pública que beneficia jovens de Machadinho (RS) entra para segunda etapa.** 21/05/2019 | Ascom Emater/RS-Ascar - Regional de Passo Fundo, 21/05/2019. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/4566-politica-publica-que-beneficia-jovens-de-machadinho-rs-entra-para-segunda-etapa>>. Acesso em: 04 set. 2021.

fundamental que cada jovem conheça o seu negócio, seus produtos e seus custos de produção e ter um planejamento mínimo, pois os jovens precisam executar a gestão de sua propriedade rural. Para isso, estava sendo organizado um curso sobre Gestão aos jovens contemplados (MORAES, 2019).

Para conhecer melhor, fomos visitar duas experiências em Machadinho. Em diálogo com um dos jovens contemplados, foi destacada a importância do apoio recebido dos pais, do município e da assessoria técnica para viabilizar um projeto destinado à produção de tilápias na propriedade rural:

Eu acredito, acho, a maioria dos jovens tem um pensamento em ficar, mas daí não tem o apoio dos pais, que já começa em casa, não tem uma assistência, né, **talvez ele até tenta fazer alguma coisa, mas não tem assistência, não sabe como começar**, né, eu acredito que o programa ele veio em boa hora, né, ajudou bastante (...), acho que o apoio da Administração Municipal é essencial, né, dando esse apoio e renovando por mais um ano, porque também não adianta fazer uma vez só e morrer, acabar né, acho que é importante o apoio de todos, da Secretaria, da Prefeitura, da Emater, da Administração Municipal, dos Jovens também fazer a sua parte (...), então acredito que todo mundo tem que ficar na mesma sintonia, prá que dê certo (informação verbal, grifo nosso)¹²⁰.

Percebe-se claramente nesse depoimento que o jovem entrevistado endossa a necessidade da assistência técnica, mas integrada a outras políticas públicas, pois ele destaca a importância da participação efetiva da gestão pública municipal, através do Programa Jovem Empreendedor Rural – o PRÓ-JOVEM - e de sua continuidade ao longo dos anos. Ou seja, o jovem registra que o Estado brasileiro precisa ter políticas públicas constantes de apoio aos jovens rurais tanto em relação aos aspectos financeiros quanto aos técnicos.

Nessa direção, além desse exemplo de programa desenvolvido pelo município de Machadinho, merece ser destacado o programa *Bolsa Juventude Rural*, desenvolvido pelo estado do Rio Grande do Sul, criado pela Lei Estadual nº 13.373/2013, durante o governo Tarso Genro (PT), o qual teve continuidade nos governos posteriores. Em 2020, o programa beneficiou 381 jovens e, em 2021, mais 401 jovens foram atendidos no estado.

Um desses jovens contemplados reside em Paulo Bento, cursa o ensino médio em Erechim e é irmão de uma das jovens entrevistadas para esta pesquisa. Segundo ela, a aprovação do projeto de seu irmão veio em boa hora e está sendo adequado para o plantio de morangos orgânicos, com o apoio técnico da Emater, RS – Ascar, Erechim. O valor recebido, que foi de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), possibilitará uma parceria com o projeto dela que se desenvolve

¹²⁰ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XIV**. [jun. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Machadinho, 2019. 1 arquivo .mp3 (38:09 min.).

na horticultura orgânica, cuja propriedade já está certificada. Assim, a propriedade rural vai ampliando a diversificação de suas atividades agropecuárias e um programa como esse permitirá, talvez, que dois jovens permaneçam no meio rural, como agricultores familiares, cultivando alimentos orgânicos de qualidade (informação verbal)¹²¹.

g) Acesso a serviços de infraestrutura

O rural e o urbano cada vez mais se entrecruzam e os jovens não aceitam mais conviver sem o acesso aos diversos serviços e às novas tecnologias criadas pela humanidade. Dessa maneira, se o país deseja que a agricultura familiar amplie a produção de alimentos, precisa garantir que esses serviços e essas novas tecnologias estejam disponíveis para toda a população que vive no meio rural – Internet, Telefone, Energia Elétrica, Água e Estradas de Qualidade. Os jovens rurais não permanecerão no campo caso esses serviços não forem de qualidade. Sobre isso, falando especificamente da questão da Internet, um dos entrevistados afirmou que se trata de pré-requisito:

Eu acho que é um pré-requisito pro pessoal ficar. Eu também acho que seria muito mais difícil eu mesmo ficar se eu não tivesse....é até um certo conforto: tu participa mais do mundo. Você não usa só para ver besteira. Eu vejo muito prá estudar, prá aprender (...). Na dúvida, ah, como planta tal coisa? Vou lá, vou pesquisar, vou dar uma olhada, para ter certeza, isso aí eu uso no meu dia a dia, às vezes estou lá dentro do mato lá, quando pega um sinalzinho do celular, eu aproveito alguma coisa (informação verbal, grifo nosso)¹²².

Da mesma maneira, outra entrevistada residente em Itatiba do Sul, falou:

Nós também aqui, como a gente tem acesso à Internet, também favoreceu muito, pros jovens ficar. **Hoje, a gente não vive mais sem Internet.** E também com a Internet, eu consegui estudar de casa fazendo a minha graduação. Se não tivesse internet, não teria como, porque hoje a faculdade em si é toda através de internet, envio de trabalho (informação verbal, grifo nosso)¹²³.

Assim, fica muito evidente que, na contemporaneidade, qualquer projeto de sucessão rural precisa levar em conta as necessidades que os jovens têm na atualidade. E o acesso às novas tecnologias, bem como as questões que envolvem infraestrutura como boas estradas

¹²¹ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XIII.** [ago. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Paulo Bento, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:23 e 02:23 min.).

¹²² Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XII.** [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 1 arquivos .mp3 (17:49 min.).

¹²³ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XI.** [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:28 e 25:22 min.).

(incluindo acesso asfáltico) tornou-se requisito básico para a sua permanência no meio rural. Nessa direção, Cenci e Deggeroni (2016, p. 97) salientaram que, no atual contexto, o jovem rural quer ter as mesmas oportunidades de acesso que os jovens que vivem nas cidades possuem, como são os casos da telefonia, da internet e de vias de acesso em boas condições de trafegabilidade.

h) Pluriatividade

Outra questão presente nas atividades agropecuárias é a “Pluriatividade”¹²⁴, a qual também acompanha os projetos de sucessão familiar rural, especialmente no período mais recente quando as atividades econômicas rurais e urbanas se entrecruzam cada vez mais. Nesse sentido, percebe-se várias realidades de sucessão nas propriedades rurais em que casais jovens exercem atividades econômicas diferentes – o homem trabalha nas atividades agropecuárias e a mulher trabalha na cidade em outras profissões. Ou vice-versa, como visto numa das entrevistas realizada em Machadinho, na qual a jovem está na propriedade rural e o seu esposo trabalha na área da construção civil na sede do município, fazendo o deslocamento diariamente por meio de transporte via moto. Conforme a entrevistada, ele precisava trabalhar na cidade, pois o tamanho da propriedade - seis hectares - não permitia a sobrevivência de todos, pois a renda era muito pequena (informação verbal)¹²⁵.

Da mesma maneira, outro entrevistado relatou a necessidade da pluriatividade no meio rural, pois quem produz alimentos orgânicos, precisa viabilizar as vendas de tais produtos: “Então quem toca a propriedade diariamente são os meus pais e o meu irmão. A minha função é outra: é procurar mercados para os produtos – venda no mercado convencional, venda direta, orientação técnica, ajudar a pensar e planejar a propriedade...é um negócio como uma empresa” (informação verbal)¹²⁶. Assim, esse entrevistado reside em Erechim e é o responsável pela

¹²⁴ Entendemos a questão da Pluriatividade no meio rural como um fenômeno que ocorre quando há uma combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas ligada necessariamente às atividades agropecuárias, envolvendo uma família de agricultores. Conforme Schneider (2009), essas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família. Além disso, para esse autor, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica.

¹²⁵ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XV**. [out. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Machadinho, 2019. 1 arquivo .mp3 (15:06 min.).

¹²⁶ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista IX**. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 2 arquivos .mp3 (58:59 e 01:33:36 min.).

venda dos produtos da propriedade. Além disso, fica dois dias por semana ajudando no trabalho produtivo, junto com os demais integrantes da família, em Itatiba do Sul.

i) Mecanização das atividades agropecuárias

Nas entrevistas realizadas, surgiu a constatação de que há outro fator que também beneficia a sucessão nas propriedades rurais: o processo de mecanização das atividades agropecuárias. Segundo uma das entrevistadas, em 2010, a sua família adquiriu um trator, através do Programa Mais Alimentos, política pública do governo federal. Isso teve importância fundamental para que ela e o seu irmão pudessem permanecer na propriedade, pois o uso do trator otimizou os trabalhos e ajudou a resolver o problema da falta de mão de obra na unidade produtiva. Dessa forma, a família conseguiu dar conta das atividades necessárias para a produção de leite (atividade principal da família) e, agora, quando os dois jovens da família começaram a desenvolver novos projetos, o trator está sendo útil para otimizar o trabalho e para resolver o problema da falta de mão de obra. A jovem implementa uma horta para a produção orgânica, desde 2019; o jovem foi contemplado pelo programa Bolsa Juventude Rural, do estado do Rio Grande do Sul, cujo projeto visa a produção de morangos orgânicos (informação verbal)¹²⁷.

j) Oportunidades e incertezas conjunturais

A partir das entrevistas realizadas, duas outras questões apareceram várias vezes. A primeira é o fato de que, atualmente, os jovens rurais olham o futuro de forma diferente do que acontecia com a juventude rural nas décadas passadas, quando a maioria dos jovens não tinham oportunidades para estudar e a profissão de Agricultor/Agricultora Familiar era colocada de forma natural. Hoje, ao contrário, os jovens rurais realizam seus estudos nas cidades e, pelo menos, concluem o Ensino Médio. Dessa forma, a escolha pela profissão Agricultor/Agricultora Familiar é uma das possibilidades que eles/elas têm em seu horizonte. Então, tudo depende das oportunidades que surgirem ao longo da vida, como disse um dos entrevistados:

¹²⁷ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XIII**. [ago. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Paulo Bento, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:23 e 02:23 min.).

Olha, eu no momento estou fazendo um investimento, um curso superior, então, como você falou, é uma encruzilhada que a gente não sabe para onde vai ir, mas acredito que no momento eu preciso estudar, me especializar, mas também não deixar de lado a propriedade, a família, porque vai ter pontos positivos e negativos (...). **Acredito que tem como trabalhar na cidade e não deixar de lado a propriedade também.** Acredito que uma atividade rural para mim seria mais um complemento, porque na cidade até consegue sobreviver, mas sobrar alguma coisa é bem difícil (informação verbal, grifo nosso)¹²⁸.

Outro jovem, numa entrevista realizada em 2019, afirmou categoricamente que gostava do trabalho e da vida na agricultura: “Tudo o que você faz é prá você. Se você investir, fica de investimento, pro futuro. Tem como tocar, faz uma coisa, já pensando no filho, no neto... que é uma coisa que não vai se perder”. Além disso, afirmou que os jovens deveriam sempre pensar duas vezes, antes de deixar a agricultura para trabalhar na cidade (informação verbal)¹²⁹. Entretanto, em agosto de 2021, ao visitar novamente a propriedade, a família informou que esse jovem tinha ido morar na cidade, em Erechim, na qual montou uma estética automotiva e trabalhava nela, como seu negócio. Dessa maneira, percebe-se que os jovens rurais, nessa fase da vida, nem sempre tomam decisões irrevogáveis. Ao contrário, as escolhas, muitas vezes, são provisórias, inconstantes, incertas, ou seja, podem ser alteradas conforme a conjuntura e as oportunidades que aparecerem em seu horizonte, ao longo do caminho.

Por outro lado, uma das entrevistadas afirmou que trabalhou durante oito meses como empregada na cidade. No entanto, como ganhava apenas um salário mínimo, concluiu que poderia ter uma vida mais digna no meio rural e decidiu regressar (informação verbal)¹³⁰. Da mesma maneira, um jovem entrevistado em Itatiba do Sul relatou que já tinha trabalhado fora de casa em três lugares diferentes. E só retornou para trabalhar na casa dos pais, quando estava mais maduro e porque percebeu que suas ideias começaram a ser aceitas em casa (informação verbal)¹³¹.

Dessa maneira, a partir do relato e da análise dos resultados obtidos por meio dessas entrevistas orais, conclui-se que a questão da crise vivenciada na sucessão rural é um desafio de enorme envergadura, ou seja, trata-se de um problema de ordem estrutural. Como visto, a presente pesquisa identifica vários fatores que são determinantes para as decisões dos jovens que confirmam e complementam as conclusões realizadas por outros estudos (CENCI;

¹²⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista I.** [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Aratiba, 2019. 1 arquivo .mp3 (32:10 min.).

¹²⁹ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista IV.** [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (23:08 min.).

¹³⁰ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. **Entrevista XIII.** [ago. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Paulo Bento, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:23 e 02:23 min.).

¹³¹ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista XII.** [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 1 arquivos .mp3 (17:49 min.).

DEGGERONI, 2016; STROPASOLAS, 2006; MAIA, 2014; BREITENBACH; TROIAN, 2020), já citados ao longo do trabalho.

Saliento, finalmente, que um desses fatores merece atenção especial: a necessidade de fortes políticas públicas de Estado. Sem elas, essa crise que é extremamente grave, pode tornar o território rural do Alto Uruguai, como afirmou o professor Nédio Piran, numa “terra sem gente”. Segundo ele, entre os anos 1960 e 1980, havia muitos jovens que desejavam ficar no meio rural, mas não tinham acesso à terra; atualmente, ao contrário, está “sobrando” terra e poucos querem ficar: assim, antes era “Gente Sem Terra” e atualmente é “Terra Sem Gente” (PIRAN, 2018). Por isso, diante da realidade da existência de poucos jovens dispostos a ficar no meio rural e da necessidade de ampliação da produção de alimentos para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, é urgente o fortalecimento das políticas públicas destinadas a motivar os jovens, moças e rapazes, a permanecerem nessa importante profissão.

Saliente-se que, através do questionário aplicado às lideranças da Fetraf-RS, perguntamos também sobre as causas desse problema/impasse, ou seja, o êxodo rural e a crise no processo sucessório rural. As principais respostas foram: 1) a insuficiência de políticas públicas direcionadas aos jovens rurais e para a agricultura familiar no seu conjunto; 2) a falta de diálogo familiar entre os jovens e pais; o conflito de gerações; o incentivo dos pais aos filhos para buscarem estudo e uma vida melhor na cidade; 3) a escassez de terra e a pouca viabilidade das unidades produtivas de pequeno porte; 4) o trabalho penoso e as atividades agropecuárias que precisam ser realizadas no fim de semana; 5) a dificuldade de acesso à escolaridade; 6) as “promessas” oferecidas pela cidade: estudo, emprego, renda mensal, acesso à infraestrutura (internet, serviços, ruas pavimentadas, lazer, entre outros); 7) a questão da masculinização do meio rural e da pouca participação feminina nas decisões; 8) o insuficiente reconhecimento da profissão dos agricultores e agricultoras familiares; 9) a carência de serviços de infraestrutura no meio rural (estradas de qualidade, internet, energia); 10) as poucas opções de lazer no meio rural; as comunidades estão se desintegrando; e poucos jovens permanecem no meio rural.

Outrossim, perguntamos “Diante disso, o que fazer para enfrentar o problema?” Entre as principais respostas que apareceram estão:

- *Retomada e ampliação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar:* garantia de internet de qualidade; criação de programas voltados aos jovens – o Bolsa Jovem Rural; criação de um Programa Nacional de Sucessão Rural; garantia de programas de crédito com juros subsidiados; programa de crédito fundiário; garantia de assistência técnica; criação de programas de apoio à famílias que queiram regressar ao

meio rural; ampliação dos programas de apoio à criação de agroindústrias; ampliação das feiras e programas de compra e venda direta dos produtos;

- *Incentivo ao diálogo familiar*: realização de encontros formativos com os pais sobre a importância do diálogo familiar e sobre as decisões tomadas na propriedade rural; garantia de apoio técnico para o planejamento da propriedade rural entre pais e filhos; construção de novos projetos diversificando a produção; debater entre os pais e filhos as questões de gênero;
- *Fortalecimento dos Coletivos Municipais de Jovens Rurais*: criação da pauta de reivindicações da juventude; organização de lutas lideradas pela juventude em cada município e nos níveis regional, estadual e nacional;
- *Reconhecimento da profissão*: ampliação do debate sobre a importância do meio rural com a população urbana e rural; reconhecimento maior da profissão; expansão desse debate nas escolas com a participação das suas comunidades escolares;
- *Ampliação das oportunidades educacionais*: garantia de transporte público e gratuito para os jovens poderem estudar; realização de parcerias com as instituições regionais de educação - UFFS, IFRS, UERGS, URI, Escolas Agrícolas e outras – a fim de garantir mais oportunidades educacionais aos jovens rurais;
- *Expansão do processo organizativo das mulheres*: fortalecimento do Coletivo de Mulheres dos Sindicatos e Cooperativas ligadas ao meio rural; criação de pautas específicas e lutar por políticas públicas em cada município (e nos níveis regional, estadual e nacional) voltadas ao empoderamento da mulher; criação de programas específicos para as mulheres desenvolverem nas propriedades; promoção de debates sobre o machismo e sobre a pouca participação da mulher nas decisões tomadas no meio rural; organização de encontros de maneira contínua e não somente no dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher; garantia de efetiva participação das mulheres nas direções dos sindicatos e cooperativas rurais, nas suas reuniões e assembleias.

Dessa maneira, a pesquisa realizada, ao mesmo tempo que identificou que a Agricultura Familiar brasileira e na região da AMAU vivencia contradições e limites no processo sucessório familiar, na masculinização da população que reside no campo e na continuidade do êxodo rural, questões que dificultam o seu desenvolvimento sustentável, também aponta propostas e possibilidades para o seu enfrentamento.

Ao longo do trabalho e especificamente na Tabela 38 foi identificada outra adversidade significativa que limita o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, ou seja, o baixo

reconhecimento e o pouco estímulo profissional aos agricultores e agricultoras familiares, fator esse que estimula o êxodo rural, especialmente da juventude. Por isso, vamos apresentar e analisar, em sequência, algumas informações relativas à representatividade política, econômica e social da agricultura familiar, especialmente na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil.

6.5 A representatividade da agricultura familiar

A partir dos problemas da fome, da insegurança alimentar e da crise sanitária vistas nos tópicos iniciais deste capítulo, ganhou amplitude a função da agricultura familiar brasileira no objetivo de produzir alimentos saudáveis para o consumo da população brasileira. Nesse sentido, convém ressaltar que o direito à alimentação é considerado direito social na Constituição Federal de 1988 (art. 6º), o qual foi reafirmado na Lei Federal nº 11.346, de 15/09/2006, em seu artigo 2º:

Art. 2º **A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano**, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Lei Federal nº 11.346, de 15/09/2006, grifo nosso).

E, essa mesma lei, em seu artigo 4º, determinou que a segurança alimentar e nutricional abrange “I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização...”. Assim, fica evidenciado o papel delegado à agricultura familiar brasileira de produzir alimentos. Por isso, para este trabalho, consideramos extremamente importante a verificação da representatividade da agricultura familiar na região da AMAU, diante dos desafios colocados a esse setor no contexto atual brasileiro e mundial.

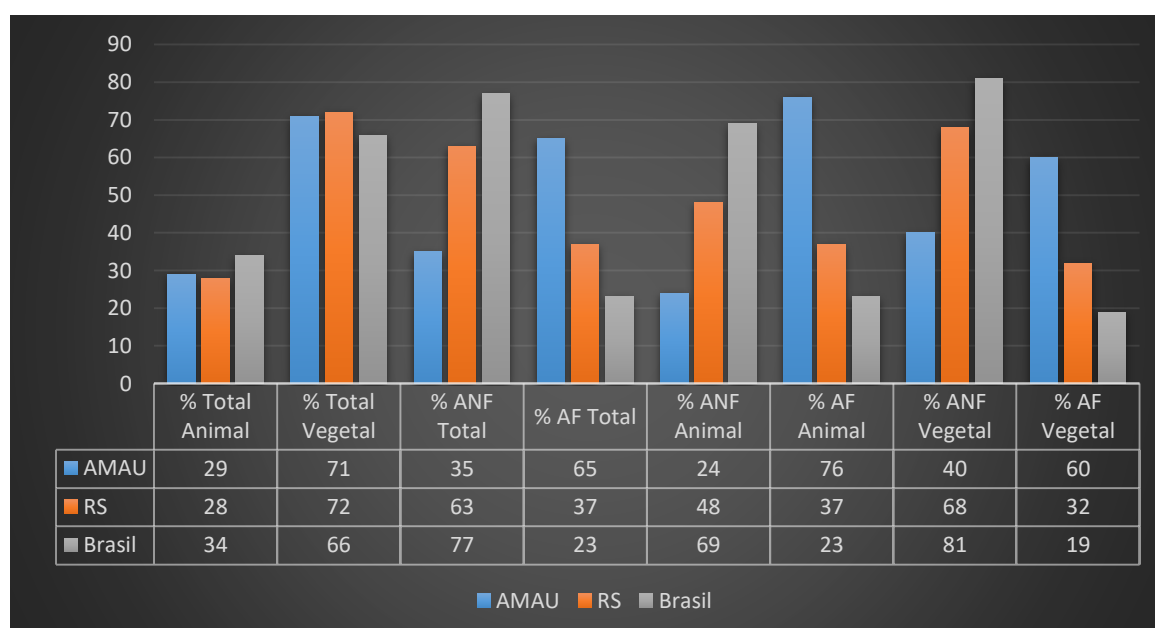
Historicamente, como visto nos capítulos anteriores, apesar das contradições vivenciadas, a agricultura de base familiar na região da AMAU sempre ocupou papel preponderante na produção agropecuária. Isso também foi confirmado no último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2017, como demonstram a Tabela 43 e o Gráfico 33, em sequência.

Tabela 43 - Valor da produção Total, Animal e Vegetal, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017, na AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil

Local	Total	Animal	% Animal	Vegetal	% Vegetal
	Valor total	Total Animal		Total Vegetal	
AMAU	1.942.138	560.451	29	1.381.687	71
RS	54.250.540	15.036.448	28	39.214.092	72
Brasil	462.361.551	157.489.754	34	304.871.797	66
	Total ANF	% ANF	-	Total AF	% AF
AMAU	685.693	35	-	1.256.445	65
RS	33.984.853	63	-	20.265.687	37
Brasil	355.889.076	77	-	106.472.475	23
	ANF Animal	% ANF Animal	-	AF Animal	% AF Animal
AMAU	136.737	24	-	423.713	76
RS	7.186.059	48	-	7.850.389	52
Brasil	108.137.357	69	-	49.352.397	31
	ANF Vegetal	% ANF Vegetal	-	AF Vegetal	% AF Vegetal
AMAU	548.955	40	-	832.732	60
RS	26.798.794	68	-	12.415.299	32
Brasil	247.751.720	81	-	57.120.078	19

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário de 2017, IBGE (Tabela 6897).

Gráfico 33 - Percentuais do Valor da produção, Animal e Vegetal, Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF), em 2017, na AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário de 2017, IBGE (Tabela 6897).

Por meio da Tabela 43 e do Gráfico 33, com informações relativas a 2017, ficam evidentes duas situações. A primeira é a de que os índices alcançados pela Agricultura Familiar, na região da AMAU, na variável *Valor da Produção*, superaram com larga vantagem os percentuais obtidos pela Agricultura Não Familiar: 65% contra 35%. A segunda é o fato de que, nos níveis estadual e nacional, a realidade foi inversa: a Agricultura Familiar alcançou um índice de 37% em nível estadual e apenas 23% no Brasil; enquanto isso, a Agricultura Não Familiar obteve um índice de 63% no Rio Grande do Sul e 77% no país.

Outra informação importante em relação à AMAU é o fato de que a Agricultura Familiar obteve destaque tanto no valor da produção animal (76% contra 24%) quanto no valor da produção vegetal (60% contra 40%). No Rio Grande do Sul, a Agricultura Familiar está na dianteira no valor da produção animal (52% contra 48%), mas perde no valor da produção vegetal (32% contra 68%). E, em nível de Brasil, a Agricultura Familiar está em desvantagem tanto no valor da produção animal (31% contra 69%) quanto no valor da produção vegetal (19% contra 81%), ou seja, no país, há uma larga preponderância da Agricultura Não Familiar.

Dessa maneira, verifica-se na região da AMAU percentuais elevados relativos à produção referentes às principais atividades agropecuárias realizadas nessa região: na Produção Vegetal (Lavoura Temporária e Permanente), na Produção Animal e nas Agroindústrias. Isso pode ser visualizado na Tabela 44, em sequência, quando podemos observar os percentuais relativos aos principais produzidos nessa região.

Assim, pela Tabela 44, fica demonstrada claramente a força da Agricultura Familiar nessa região, pois ela é responsável por 96,15% da produção de arroz em casca, 90,96% da cana de açúcar, 77,34% do feijão preto, 97,97% do fumo em folha, 96% da mandioca, 69,39% do milho, 52,45% da soja e 37,39% do trigo produzido. Chama a atenção que a Agricultura Familiar lidera também a produção de soja – produto esse sempre ligado às médias e grandes propriedades rurais. Outro dado que reforça a preponderância da agricultura familiar nessa região é o fato de que seus índices percentuais estão todos acima dos percentuais verificados na média estadual e nacional nos produtos observados e, como notado, com grande diferença.

Tabela 44 - Percentuais relativos à quantidade dos principais produtos cultivados na Lavoura Temporária e Permanente (Vegetal) e Produção Animal pela Agricultura Familiar na AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, em 2017

Produto	AMAU	RS	Brasil	Produto	AMAU	RS	Brasil
Arroz em casca	96,15	5,77	10,92	Erva-mate	75,74	83,67	68,76
Cana de Açúcar	90,96	82,43	1,93	Laranja	88,21	77,11	8,22
Feijão Preto	77,34	50,40	41,83	Tangerina Bergamota	86,28	73,76	48,57
Fumo em folha	97,97	95,32	93,59	Uva Mesa	85,45	83,69	30,92
Mandioca	96,00	91,15	69,56	Uva Vinho	97,27	83,05	79,34
Milho	69,39	45,66	12,45	Pêssego	93,24	74,75	68,24
Soja	52,45	22,63	9,27	Leite	90,23	83,14	64,17
Trigo	37,39	26,55	18,41	Galinhas	84,47	78,85	45,52
				Suínos	75,35	69,08	51,44
Agroindústrias	81,00	81,00	43,00	Ovos	36,24	32,89	12,39

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabelas 6912, 6926, 6940, 6956, 6957 e 6960).

Além disso, a Tabela 44 confirma a representatividade da Agricultura Familiar nos principais produtos cultivados dentro da Lavoura Permanente, pois ela foi responsável por 75,74% da produção de erva-mate, 88,21% da laranja, 86,28% da tangerina/bergamota, 85,45% da uva de mesa, 97,27% da uva para vinho e 93,24% do pêssego. Outrossim, a Agricultura Familiar demonstrou sua força na produção animal: 90,23% do leite de vaca; 84,47% da produção de galinhas; 75,35% da produção de suínos; e 36,24% da produção de ovos. Ou seja, entre todos os produtos demonstrados na tabela acima, a Agricultura Não Familiar (ligada ao agronegócio) ficou na frente apenas na produção de ovos e de trigo. Nota-se também que, com exceção da erva-mate (a qual possui um índice um pouco inferior ao alcançado na média estadual), todos os demais percentuais verificados pela Agricultura Familiar na região da AMAU superam as médias alcançadas em nível estadual e nacional.

E, finalmente, fica demonstrada também a força da Agricultura Familiar na produção realizada pelas Agroindústrias, pois 81% são ligadas a esse setor, percentual igual ao alcançado no Rio Grande do Sul e praticamente o dobro do índice nacional.

A partir disso, vamos então descrever e analisar algumas informações sobre a realidade da Agricultura Familiar nas duas últimas décadas, a partir dos dados disponibilizados pelos Censos Agropecuários do IBGE, entre 2006 e 2017, utilizando a variável *Valor da Produção*, comparando os seus resultados com os alcançados pela Agricultura Não Familiar internamente na região, bem como em relação ao Rio Grande do Sul e o Brasil. Apresenta-se a Tabela 45, que contém o valor total da produção agropecuária (animal e vegetal).

Tabela 45 - Valor total da produção agropecuária, animal e vegetal (em mil reais), na agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) na região da AMAU, entre 2006 e 2017, em referência ao Rio Grande do Sul e ao Brasil

Local	Estab. com produção	Estab. AF	Estab. ANF	Valor total da produção	Valor da produção AF	% da produção AF	Valor da produção ANF	% da produção ANF
Amau 2006	20.387	18.485	1.902	748.919	533.570	71,25	215.348	28,75
Amau 2017	16.447	14.818	1.629	1.942.137	1.256.447	64,69	685.695	35,31
RS 2006	421.712	361.617	60.095	18.156.215	8.824.340	48,60	9.331.874	51,40
RS 2017	353.039	286.772	66.267	54.250.540	20.265.684	37,36	33.984.849	62,64
Brasil 2006	4.638.875	3.902.682	736.193	163.986.294	54.494.117	33,23	109.492.177	66,77
Brasil 2017	4.751.193	3.688.218	1.062.975	465.105.945	106.489.052	22,90	358.616.863	77,10

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

Em relação à Agricultura Familiar (AF), na região da AMAU, observa-se que, em 2006, o valor total da produção (animal e vegetal) alcançou R\$ 533.570.000 (quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e setenta mil reais), um percentual de 71,25% sobre o valor total alcançado nessa região naquele ano que foi de R\$ 748.918.000 (setecentos e quarenta e oito milhões e novecentos e dezoito mil reais); e, em 2017, R\$ 1.256.447.000 (um bilhão, duzentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil reais), um percentual de 64,69% sobre o valor total alcançado nessa região que foi de R\$ 1.942.142.000 (um bilhão, novecentos e quarenta e

dois milhões e cento e quarenta e dois mil reais); em relação a 2006, o valor alcançado em 2017 corresponde a um acréscimo de 2,35 vezes, aproximadamente¹³².

Já em relação à trajetória do valor da produção agropecuária dos estabelecimentos vinculados à Agricultura Não Familiar (ANF) na região da AMAU, entre 2006 e 2017, aparecem os seguintes resultados. Em 2006, o valor total da produção da Agricultura Não Familiar (animal e vegetal) alcançou R\$ 215.348.000 (duzentos e quinze milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), um percentual de 28,75% sobre o valor total alcançado nessa região naquele ano; e, em 2017, R\$ 685.695.000 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais), um percentual de 35,31% sobre o total; em relação a 2006, o valor alcançado em 2017 corresponde a um acréscimo de 3,18 vezes, aproximadamente.

Vamos, então, comparar os dados regionais com os resultados alcançados em nível estadual e nacional, por meio da Tabela 46, em sequência, a qual apresenta os números do crescimento no valor da produção alcançado pela Agricultura Familiar e pela Agricultura Não Familiar na região da AMAU e em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Tabela 46 - Crescimento do valor da produção agropecuária, animal e vegetal (em mil reais), na Agricultura Familiar (AF) e Agricultura Não Familiar (ANF) entre 2006 e 2017, na AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil

Local	Valor da Produção 2006	Valor da produção 2017	Nº vezes/crescimento
AMAU AF	533.570	1.256.447	2,35
Rio Grande do Sul AF	8.824.340	20.265.684	2,30
Brasil AF	54.494.117	106.489.052	1,95
AMAU ANF	215.348	685.695	3,18
Rio Grande do Sul ANF	9.331.874	33.984.849	3,64
Brasil ANF	109.492.177	358.616.863	3,28

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

Através da Tabela 46, visualiza-se claramente que - tanto na AMAU, quanto no Rio Grande do Sul e Brasil - houve, nesse período, crescimento do valor da produção obtido pela Agricultura Familiar e pela Agricultura Não Familiar. Isso indica que as políticas públicas reivindicadas pelo sindicalismo rural e movimentos sociais do campo em favor da agricultura familiar brasileira – criadas pelo Estado brasileiro e implementadas nessa região nesse período

¹³² Saliente-se que esses valores não estão atualizados pela correção anual da inflação.

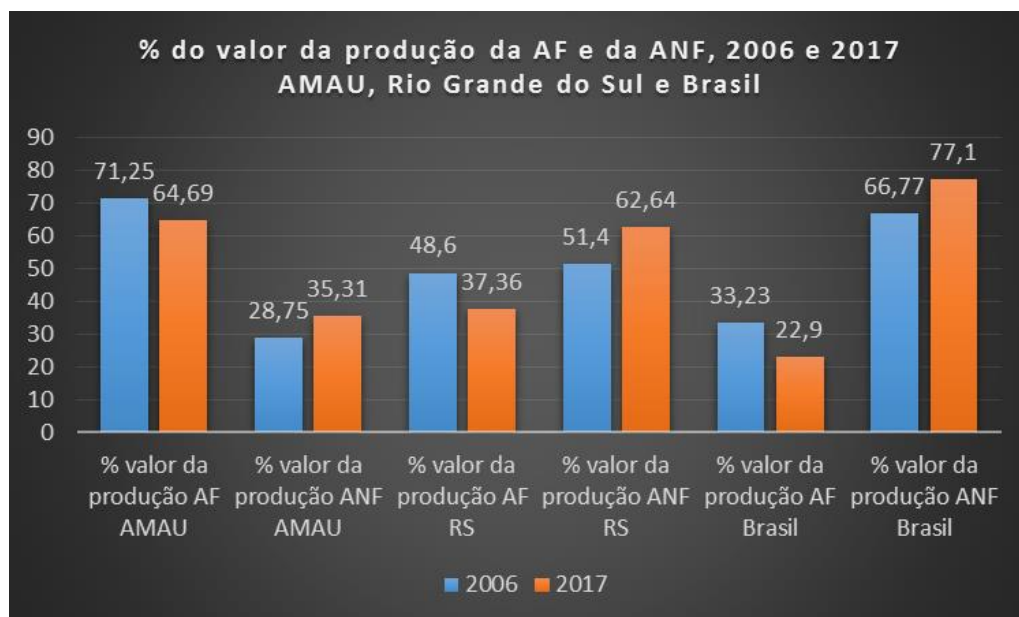
– surtiram efeito e garantiram resultados positivos na elevação da renda obtida pelos agricultores familiares e não familiares.

Além disso, percebe-se que a Agricultura Familiar na região da AMAU obteve, nesse período, um percentual de crescimento maior do que o verificado em nível estadual e nacional, dentro desse setor: na AMAU, o crescimento foi de 2,35 vezes; no Rio Grande do Sul, 2,3 vezes e no Brasil, 1,95 vezes. Isso, a meu ver, significa que o desenvolvimento da Agricultura Familiar dessa região ocorreu de forma mais sustentável do ponto de vista da renda do que a média estadual e nacional nesse setor.

Entretanto, nota-se que a geração de renda na Agricultura Familiar foi menor do que o registrado na Agricultura Não Familiar, o que significa que ocorreu uma ampliação das desigualdades em benefício do setor mais capitalizado da agropecuária em todos os níveis – regional, estadual e nacional. Isso, portanto, vai contra os princípios do desenvolvimento sustentável, pois esse crescimento favorece a concentração da renda originada nas atividades agropecuárias. Vamos comparar, então, os percentuais relativos aos resultados obtidos na variável *Valor da Produção* pela Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar na região da AMAU, no Rio Grande do Sul e no Brasil, a partir do Gráfico 34, em sequência.

Através do Gráfico 34, ficam evidentes duas situações. A primeira é a de que os índices alcançados pela Agricultura Familiar, na região da AMAU, na variável *Valor da Produção*, superaram com larga vantagem os percentuais obtidos pela Agricultura Não Familiar: 71,25% contra 28,75% em 2006; 64,69% contra 35,31% em 2017. A segunda é o fato de que isso não ocorreu no Rio Grande do Sul: a Agricultura Familiar registrou índices menores tanto em 2006 (48,6%) como em 2017 (37,36%) e, conseqüentemente, a Agricultura Não Familiar obteve índices superiores: 2006 (51,4%) e 2017 (62,64%). E, da mesma forma, na média brasileira, pois os índices são amplamente desfavoráveis à Agricultura Familiar (33,23% em 2006 e 22,9% em 2017) e expressivos para a Agricultura Não Familiar (66,77% em 2006 e 77,1% em 2017).

Gráfico 34 - Comparação entre os percentuais relativos ao valor da produção da Agricultura Familiar e da Agricultura Não Familiar, na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil, 2006-2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017, IBGE.

A segunda constatação que o Gráfico 34 revela é a de que a Agricultura Familiar perdeu terreno, do ponto de vista da renda obtida nas atividades agropecuárias, entre 2006 e 2017, para a Agricultura Não Familiar. E isso aconteceu nos três níveis pesquisados. Na AMAU, a Agricultura Familiar tinha 71,25% do valor da produção em 2006 e baixou para 64,69% em 2017, enquanto a Agricultura Não Familiar, que tinha 28,75% em 2006, passou para 35,31% em 2017. No Rio Grande do Sul, a Agricultura Familiar tinha 48,6% do valor da produção em 2006 e baixou para 37,36% em 2017, enquanto a Agricultura Não Familiar, que tinha 51,4% em 2006, passou para 62,64% em 2017. E no Brasil, a Agricultura Familiar tinha 33,23% do valor da produção em 2006 e baixou para 22,9% em 2017, enquanto a Agricultura Não Familiar, que tinha 66,77% em 2006, passou para 77,1% em 2017.

E, para conhecer de maneira mais específica essa realidade, apresenta-se, em sequência, a Tabela 47, com os valores da produção agropecuária e os percentuais obtidos pela Agricultura Familiar em comparação com a Agricultura Não Familiar nos 32 municípios da região da AMAU, entre 2006 e 2017, a fim de verificar a representatividade de cada setor especificamente por município. Ao observarmos a tabela em sequência, confirma-se que a Agricultura Familiar possui alta representatividade no valor da produção agropecuária na maioria dos municípios situados na região da AMAU. A média regional, como já visto, atingiu 71,25% em 2006 e 64,69% em 2017. Apesar da redução verificada nesse período, permanece favorável e com uma diferença considerável em favor da Agricultura Familiar. Dos 32 municípios, 21 possuem

valores da produção maiores do que a média regional, tendo como referência 2017. Além disso, cinco municípios possuem valor da produção abaixo da média, mas mantêm mais de 50% do valor da produção na Agricultura Familiar.

Tabela 47 - Valor da produção agropecuária nos 32 municípios da região da AMAU na Agricultura Familiar (AF), em comparação com a Agricultura Não Familiar (ANF), 2006 e 2017

Local	Valor da prod. AF 2006	% valor da prod. AF 2006	Valor da prod. ANF 2006	% valor da prod. ANF 2006	Valor da prod. AF 2017	% valor da prod. AF 2017	Valor da prod. ANF 2017	% valor da prod. ANF 2017
Itat. do Sul	12.999	79,21	3.412	20,79	26.727	94,44	1.572	5,55
B.R.Azul	26.017	93,57	1.788	6,43	29.339	93,23	2.132	6,77
B.C.do Sul	5.760	95,98	241	4,02	13.168	88,55	1.702	11,45
B.Cotegipe	25.887	83,79	5.007	16,21	68.136	86,94	10.234	13,06
C.Gomes	5.438	91,73	489	8,25	20.994	82,45	4.469	17,55
F.Peixoto	9.166	82,79	1.906	17,21	28.733	82,39	6.140	17,61
S.Valentim	13.703	83,50	2.707	16,50	29.797	81,60	6.720	18,40
S.Almeida	16.030	90,08	1.766	9,92	36.856	81,25	8.508	18,75
M.Ramos	12.808	78,92	3.420	21,07	46.396	81,24	10.715	18,76
Aratiba	51.664	86,68	7.937	13,32	62.609	80,71	14.964	19,29
Cruzaltense	12.310	85,16	2.145	14,84	39.428	80,57	9.507	19,43
T.Arroios	21.506	79,00	5.716	21,00	34.828	77,99	9.827	22,01
Gaurama	20.528	67,69	9.798	32,31	55.260	77,72	15.841	22,28
P.Preta	13.054	89,69	1.501	10,31	28.050	76,81	8.471	23,19
Centenário	12.437	80,69	2.977	19,31	35.182	76,75	10.657	23,25
M.Moro	15.817	95,17	801	4,82	16.904	76,67	5.144	23,33
Áurea	15.539	87,28	2.265	12,72	32.050	74,75	10.827	25,25
Viadutos	23.624	90,23	2.557	9,77	44.118	73,19	16.164	26,81
Jacutinga	8.457	38,32	13.614	61,68	97.488	70,31	41.166	29,69
Ipir. do Sul	26.624	75,66	8.567	24,34	48.333	66,44	24.418	33,56
E.R.do Sul	6.226	83,67	1.215	16,33	18.198	65,04	9.780	34,96
AMAU	533.570	71,25	215.348	28,75	1.256.447	64,69	685.695	35,31
Charrua	15.065	86,99	2.254	13,01	36.473	63,30	21.143	36,70
Erechim	36.073	62,67	21.486	37,33	79.254	61,92	48.746	38,08
E.Grande	14.731	83,98	2.810	16,02	28.455	58,78	19.956	41,22
P.Bento	10.655	67,59	5.109	32,41	26.211	56,09	20.517	43,91
G.Vargas	23.744	67,54	11.412	32,46	58.720	55,66	46.772	44,34
Erebango	8.542	37,40	14.298	62,60	39.036	49,45	39.912	50,55
Estação	11.584	65,99	5.970	34,01	26.048	48,64	27.503	51,36
Sertão	32.589	54,27	27.462	45,73	74.641	47,65	82.007	52,35
Faxinalzi	4.931	52,00	4.553	48,00	18.026	44,87	22.148	55,13
Camp. Sul	14.032	44,03	17.839	55,97	38.607	39,18	59.923	60,82
RS	8.824.340	48,6	9.331.874	51,4	20265.684	37,36	33984849	62,64
Brasil	54.494.117	33,23	109492177	66,77	106489052	22,9	358616863	77,1
Q.Irmãos	6.030	21,27	22.326	78,73	18.382	21,25	68.110	78,75

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos censos agropecuários 2006 e 2017 do IBGE (Tabelas 1118 e 6897).

Observa-se, então, na região da AMAU, que apenas seis municípios obtiveram resultados mais altos na variável *Valor da Produção* em favor da Agricultura Não Familiar, entre 2006 e 2017: Erebango, Estação, Sertão, Faxinalzinho, Campinas do Sul e Quatro Irmãos. Além disso, em comparação com as médias alcançadas no Rio Grande do Sul e no Brasil, todos os municípios dessa região possuem maior representação no valor da produção na Agricultura Familiar e menor na Agricultura Não Familiar. A única exceção são os resultados apresentados pelo município de Quatro Irmãos, no qual a Agricultura Não Familiar possui índice superior (78,75%) ao índice médio estadual (62,64%) e nacional (77,1%).

Desse modo, fica comprovada a força da Agricultura Familiar na maioria dos municípios da região da AMAU. Nesse sentido, chama a atenção que, em 11 municípios dessa região, o valor da produção alcançado pela Agricultura Familiar superou o índice de 80%, em 2017, sendo que em dois deles – Itatiba do Sul e Barra do Rio Azul – esse índice superou a marca de 90%.

Assim, a partir dessas constatações, fica endossada a visão de que, no território que compreende a AMAU, a Agricultura Familiar possui uma representatividade ímpar na produção e na renda gerada pelas atividades agropecuárias, superando largamente os percentuais obtidos pela Agricultura Não Familiar. Diante disso, vamos conhecer e analisar os números relativos à contribuição que a produção agropecuária garantiu, entre 2002 e 2017, na composição do Produto Interno Bruto (PIB), na região da AMAU e, especificamente em cada um dos 32 municípios que a integram, através das informações relativas ao Valor Adicionado Bruto (VAB)¹³³.

Inicia-se com a apresentação da Tabela 48 e do Gráfico 35, relativos ao VAB a preços correntes da Agropecuária correspondente aos municípios da AMAU, entre 2002 e 2017, em comparação com o estado e o país. O principal objetivo da apresentação destas informações é o de avaliar o papel desempenhado pela Agricultura Familiar na economia dessa região, a partir da identificação dos índices de crescimento da produção agropecuária e através da análise sobre o impacto do valor gerado por essa produção na composição do PIB regional. A primeira constatação que se pode tirar, a partir dos números apresentados na Tabela 45 e no Gráfico 35 (em sequência), é que a produção agropecuária possui um impacto bastante superior na composição do PIB na região da AMAU, em contraponto ao que ocorre em âmbito estadual e

¹³³ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria, serviços e administração pública) acresce ao valor final de tudo o que foi produzido em um município ou numa região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

nacional. Percebe-se nitidamente que a agropecuária ocupa posição destacada na composição do PIB na região da AMAU, em comparação com os números médios obtidos no Rio Grande do Sul e no Brasil: 2002 – AMAU, 17,91%; Rio Grande do Sul, 10,9%; Brasil, 6,42%; 2006 – AMAU, 14,82%; Rio Grande do Sul, 8,45%; Brasil, 5,14%; 2010 – AMAU, 13,11%; Rio Grande do Sul, 8,34%; Brasil, 4,84%; 2013 – AMAU, 16,37%; Rio Grande do Sul, 10,04%; Brasil, 5,28%; 2017 – AMAU, 15,5%; Rio Grande do Sul, 9,16%; Brasil, 5,34%.

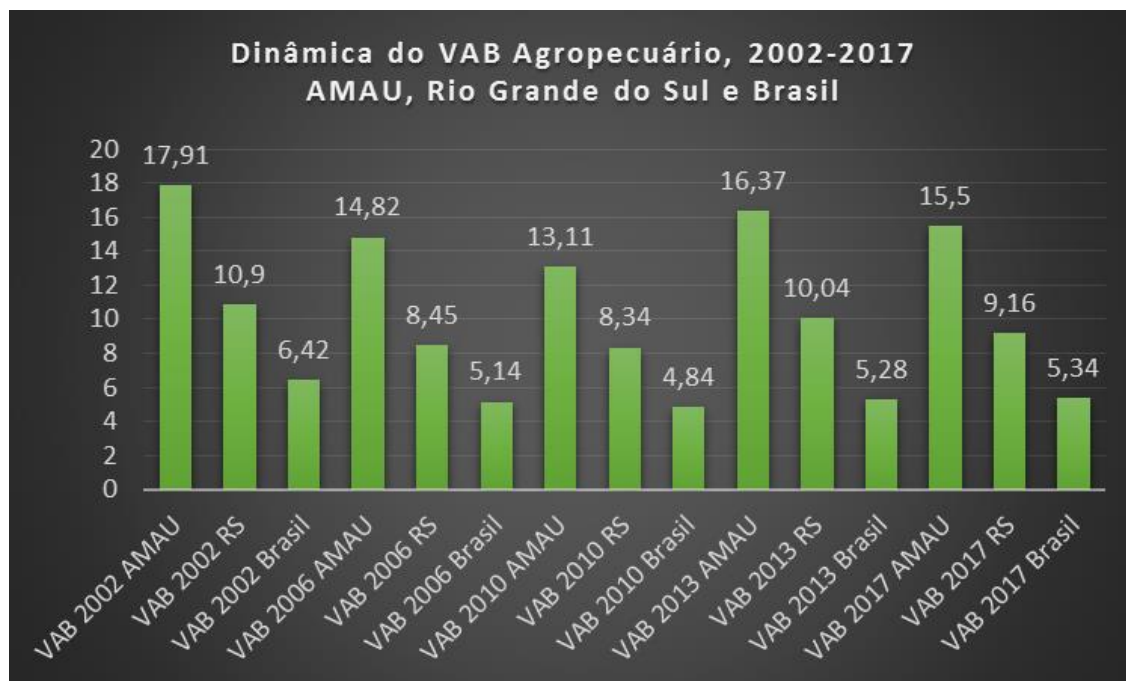
Tabela 48 - Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes da Agropecuária (mil reais) nos municípios da AMAU – 2002, 2006, 2010, 2013 e 2017 - em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil ¹³⁴

Local	VAB Agropec	% s/total	VAB 2006	% Total	VAB 2010	% Total	VAB 2013	% Total	VAB 2017	% Total	% Amau 2017	2017 sobre 2002
Qirmãos	16.360	63,49	17.093	60,52	29.429	62,90	46.458	59,33	63.662	61,97	5,03	3,89
Sertão	35.978	51,49	40.010	50,52	68.992	55,05	122.009	58,86	152.322	57,05	12,03	4,23
B.R.Azul	5.450	53,81	7.678	52,29	15.321	58,00	21.542	58,38	25.399	53,94	2,01	4,66
Charrua	10.192	53,42	12.662	48,60	23.682	52,06	38.036	55,02	36.770	53,37	2,90	3,61
PPreta	6.400	56,95	8.221	51,37	13.082	52,11	25.233	58,00	23.761	50,54	1,88	3,71
FPeixoto	5.664	49,35	7.930	46,07	14.037	46,91	21.355	50,99	24.170	49,94	1,91	4,27
Ipir. Sul	11.540	46,80	14.077	46,49	25.261	51,39	39.556	52,95	40.793	49,92	3,22	3,53
Cruzalt.	6.203	53,86	7.570	44,28	15.019	45,05	30.855	53,65	31.404	47,73	2,48	5,06
C.Gomes	4.798	55,12	3.895	41,20	9.234	48,46	14.875	51,47	15.179	47,02	1,20	3,16
Centenário	7.146	53,10	8.785	47,77	14.754	48,00	24.616	50,55	31.401	47,00	2,48	4,39
Faxinalz.	4.952	40,82	7.961	43,43	10.980	40,4	22.145	44,96	25.025	46,07	1,98	5,05
Jacutinga	12.064	43,42	14.673	38,38	23.264	36,18	50.933	43,62	46.496	42,20	3,67	3,85
Viadutos	8.922	35,20	11.333	33,30	20.766	36,86	60.516	52,30	48.617	41,00	3,84	5,45
T.Arroios	7.688	46,75	9.300	42,57	15.675	42,49	71.751	69,70	28.287	40,19	2,23	3,68
Erebango	11.748	49,94	13.531	46,79	21.524	48,10	37.366	51,08	37.085	39,04	2,93	3,16
P. Bento	6.334	48,00	10.631	40,53	15.165	35,06	31.538	45,61	33.320	38,58	2,63	5,26
M.Moro	3.780	34,17	4.871	32,35	8.849	36,32	18.689	46,06	16.977	37,99	1,34	4,49
S.Almeida	8.445	39,29	10.708	36,60	18.866	38,76	28.286	39,06	34.002	36,78	2,68	4,03
Itat.do Sul	4.495	29,24	8.457	36,71	13.564	38,20	18.602	39,21	22.486	36,18	1,78	5,00
Áurea	8.711	46,38	11.843	42,92	18.323	40,48	24.835	38,07	32.924	36,04	2,60	3,78
Camp. Sul	14.179	30,48	16.639	26,88	29.496	29,89	66.134	39,29	65.143	35,91	5,14	4,59
E.Grande	7.314	41,02	10.049	36,85	20.768	41,99	23.616	37,34	29.018	33,89	2,29	3,97
B.C.do Sul	2.531	38,18	3.962	40,77	6.210	38,07	8.082	34,96	9.243	31,22	0,73	3,65
B.Cotegipe	12.930	41,39	18.667	39,90	28.549	31,30	53.772	39,50	57.598	31,02	4,55	4,45
S.Valentim	6.583	33,79	10.126	32,89	15.731	29,54	20.646	29,87	23.224	28,07	1,83	3,53
M.Ramos	7.834	29,07	11.133	29,08	14.977	27,01	25.427	30,88	29.028	27,37	2,29	3,71
Gaurama	12.890	31,99	16.969	31,69	24.122	26,77	38.140	26,14	40.985	19,98	3,24	3,18
G.Vargas	16.992	17,02	20.018	13,64	37.712	14,49	63.285	16,95	63.859	13,85	5,04	3,76
E.R.do Sul	4.026	4,51	6.809	3,71	12.507	4,09	21.174	8,30	25.512	13,48	2,01	6,34
Estação	7.029	16,30	9.679	15,20	15.504	16,55	29.233	17,74	26.486	9,55	2,09	3,77
Aratiba	14.333	9,11	18.896	7,24	39.550	3,64	50.363	5,77	63.381	7,27	5,00	4,42
Erechim	20.139	2,57	22.955	1,85	33.110	1,59	51.421	1,45	62.998	1,64	4,97	3,13
AMAU	313.650	17,91	397.131	14,82	674.023	13,11	1.200.489	16,37	1.266.555	15,50	100	4,04
% Amau/RS	3,41	-	3,77	-	3,93	-	4,17	-	3,77	-	-	-
RS	9.210.447	10,9	10.540.412	8,45	17.162.698	8,34	28.784.076	10,04	33.612.228	9,16	-	3,65
% Amau BR	0,38	-	0,38	-	0,42	-	0,50	-	0,42	-	-	-
Brasil	81515199	6,42	105.294.011	5,14	159.932.000	4,84	240.290.000	5,28	302.971.000	5,34	-	3,72

Fonte: Elaborada pelo autor com base na Tabela 5938 do IBGE.

¹³⁴ Os municípios da AMAU estão ordenados do maior ao menor percentual adicionado pela Agropecuária ao VAB municipal alcançado em 2017.

Gráfico 35 - Dinâmica do Valor Adicionado Bruto Agropecuário (mil reais), 2002-2017, na região da AMAU, em comparação com o Rio Grande do Sul e o Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Tabela 5938 do IBGE.

Ao observar os números contidos na Tabela 48 e no Gráfico 35, vê-se também que, quando a economia brasileira crescia em ritmo mais acelerado - 2006 e 2010, por exemplo – a agropecuária perdia um pouco de sua expressão, pois baixou, no caso da AMAU, de 17,91% em 2002, para 14,82% em 2006 e 13,11% em 2010. Mas voltava a subir, quando a economia brasileira crescia em ritmo mais lento como o verificado em 2013, quando o VAB Agropecuário alcançou 16,37% e, em 2017, 15,5%.

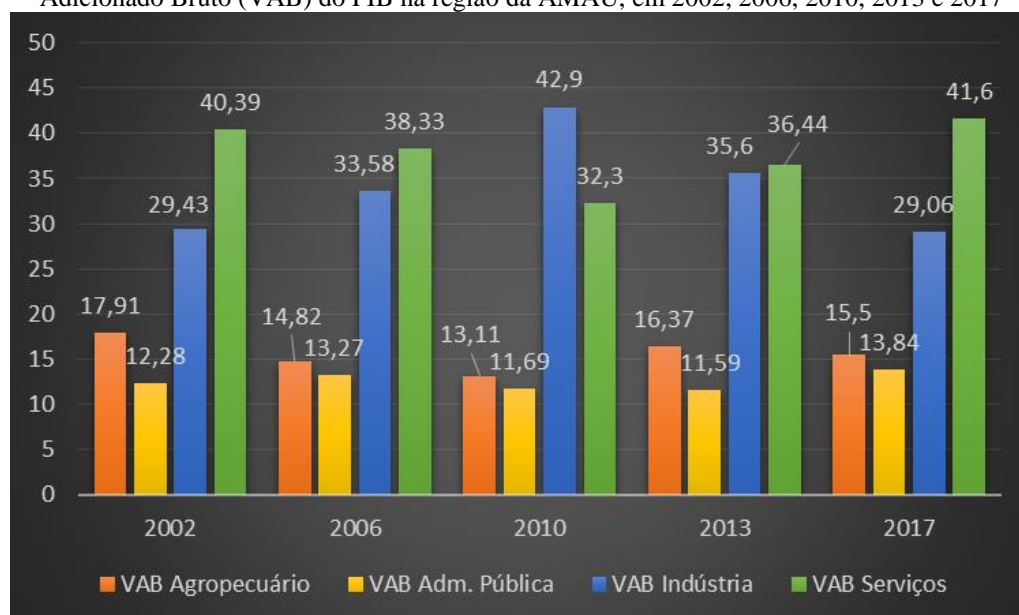
Além disso, saliente-se que, apesar da redução da população rural que ocorreu no último período na região e da diminuição do número de estabelecimentos e das pessoas ocupadas no meio rural, temas vistos no decurso deste trabalho, o valor da produção agropecuária regional continuou a crescer nesse período mais recente, mantendo índices estáveis na composição do PIB regional.

Em relação à participação da Agricultura Familiar na composição desses resultados, apresentamos uma conta simples. Como vimos no Gráfico 34, os produtores ligados à Agricultura Familiar foram responsáveis por 64,69% do valor da produção agropecuária gerado em 2017 (censo agropecuário do IBGE, 2017). Dessa forma, conclui-se que essa deve ser a sua representação na composição do VAB agropecuário dessa região. Assim, apesar das

contradições vivenciadas pela agricultura de base familiar, como as questões da concentração da terra e da renda, bem como do êxodo rural, esse setor continuou com representatividade decisiva na economia regional.

Por outro lado, as atividades agropecuárias possuem relação com as demais áreas econômicas. Por isso, apresenta-se, em sequência, o Gráfico 36, onde se visualiza a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) total nesse período na região da AMAU, a partir da contribuição de cada setor.

Gráfico 36 - Percentuais que os diversos setores da economia contribuíram para a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do PIB na região da AMAU, em 2002, 2006, 2010, 2013 e 2017



Fonte: Elaborada pelo autor com base na Tabela 5938 do IBGE.

Por mais importante que seja a participação da produção agropecuária na composição do PIB regional, fica claro, também, a partir dessas informações, que o processo de desenvolvimento territorial dessa região passa pela integração dos diversos setores econômicos. E, nessa interação existente entre as diversas áreas da economia regional, vale a pena ver o que constatou um estudo realizado para a construção do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Corede Norte – RS 2015-2030”. Uma observação importante revelada por esse documento foi que, do total da estrutura de atividades da indústria de transformação dessa região, verificada em 2013, 59,80% eram diretamente ligadas aos produtos alimentícios (moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentação para animais; abate e fabricação de produtos de carne; fabricação de outros produtos alimentícios; laticínios; e fabricação de

óleos e gorduras vegetais e animais), cuja matéria prima originava-se das atividades agropecuárias realizadas nessa região (SPONCHIADO, 2017, p.100-107).

Assim, conclui-se que as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores ligados à Agricultura Familiar contribuíram de maneira decisiva no desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e de serviços, ou seja, na geração de renda e de empregos no espaço urbano, durante esse período.

Por outro lado, em 2019, foi publicada uma pesquisa feita pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), com informações de 2017, sobre o impacto dos benefícios emitidos pela Previdência Social em cada um dos municípios brasileiros na renda municipal. A partir desse estudo, é possível calcular os valores dos benefícios previdenciários rurais que favoreceram a população residente nos 32 municípios que integram a AMAU, em 2017, o que correspondeu a um total de R\$ 362.036.504 (trezentos e sessenta e dois milhões, trinta e seis mil, quinhentos e quatro reais), equivalente a 28,58% do VAB Agropecuário dessa região, naquele ano. Isso significou um incremento no Valor Adicionado Bruto total nessa região, nesse ano, de 4,43% (ANFIP, 2019, p. 177-190).

Saliente-se ainda que mais de 90% do público que se beneficia dos direitos sociais da Previdência Social no meio rural são agricultores familiares. Dessa maneira, a soma dos valores gerados nas atividades agropecuárias com os valores advindos dos direitos sociais previdenciários, provoca, em consequência, um acréscimo considerável na movimentação econômica nos demais setores da economia, tanto no comércio, como na indústria, como nos serviços. E, para endossar essa afirmação, apresentamos a Tabela 49, em sequência, a qual traz um comparativo entre os valores da produção agropecuária dessa região com os valores pagos por meio dos benefícios previdenciários no meio rural: produção agropecuária (ano de referência 2017) e valores previdenciários (ano de referência 2018). Através da tabela, verifica-se que os benefícios previdenciários correspondem a 18,88% dos valores obtidos pela produção agropecuária, quando se faz a média regional. Entretanto, em alguns municípios, os valores previdenciários correspondem a mais de 30% da renda obtida na produção agropecuária: Itatiba do Sul (42,47%); São Valentim (38,70%); Áurea (35,64%); Aratiba (32,99%); Benjamin Constant do Sul (32,89%); e Viadutos (30,57%).

Tabela 49 - Comparativo entre os valores da produção agropecuária e os da previdência social na região da AMAU, no meio rural; percentual dos benefícios rurais sobre o total de benefícios previdenciários

LOCAL	Valor da Produção Agropecuária 2017	Valor dos Benefícios Rurais 2018	% dos Benefícios Rurais sobre a Produção Agropecuária	% sobre o total de Benefícios Previdenciários – Rurais e Urbanos
B.C.do Sul	14.870.000	4.890.103	32,89	81,79
Áurea	42.876.000	15.280.826	35,64	76,99
Gaurama	71.101.000	13.375.129	18,81	46,71
Itat. do Sul	28.300.000	12.017.778	42,47	78,25
Centenário	45.839.000	10.147.879	22,14	81,13
C. Gomes	25.463.000	480.997	1,89	66,51
S. Almeida	45.363.000	11.754.136	25,91	65,35
T. Arroios	44.655.000	8.745.252	19,58	74,70
M. Ramos	57.111.000	12.026.072	21,06	51,19
M. Moro	22.047.000	6.270.408	28,44	67,79
S. Valentim	36.517.000	14.130.779	38,70	70,06
Erechim	128.000.000	58.919.032	22,59	12,71
F. Peixoto	34.873.000	4.624.086	13,26	88,50
Erebango	78.947.000	3.129.360	8,97	43,13
E. Grande	48.411.000	13.040.835	26,94	68,80
B.Cotegipe	78.369.000	14.727.151	18,79	55,79
Jacutinga	138.654.000	12.485.041	9,00	61,00
Faxinalzinho	40.174.000	4.847.345	12,07	70,03
Cruzaltense	48.935.000	1.077.477	2,20	83,47
E.R.do Sul	27.978.000	7.016.902	25,08	52,95
P. Preta	36.521.000	2.701.593	7,40	77,26
Viadutos	60.282.000	18.431.155	30,57	62,43
Aratiba	77.573.000	25.592.136	32,99	68,10
Charrua	57.616.000	5.212.258	9,05	84,86
G. Vargas	105.492.000	29.313.809	27,79	31,65
Ipir. do Sul	72.750.000	5.557.384	7,64	69,59
P. Bento	46.728.000	4.475.333	9,58	70,77
Estação	53.550.000	2.028.631	3,79	14,46
Sertão	156.648.000	12.920.142	8,25	51,72
B.R.Azul	31.471.000	5.294.223	16,82	82,06
Camp.do Sul	98.530.000	24.111.415	24,47	60,63
Q. Irmãos	86.493.000	2.122.147	2,45	62,85
AMAU	1.942.137.000	366.746.814	18,88	36,63
RS	54.250.540.000	7.437.693.000	13,71	17,00
Brasil	462.361.551.000	107.347.345.000	23,22	19,38

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE; Dados estatísticos da Previdência Social e INSS, 2018.

Além disso, costuma-se dizer que, em relação às atividades agropecuárias, existem os resultados econômicos e sociais que são ligados diretamente às atividades situadas “dentro da porteira”, ou seja, a produção em si. Além disso, existem os resultados que se realizam “antes da porteira” - que são relacionados às atividades realizadas pelas empresas que fornecem insumos, máquinas, implementos, assistência técnica e financiamento agrícolas - também chamadas de “a montante”. E, finalmente, existem os resultados que se relacionam com as

atividades que se realizam “depois da porteira”, ou seja, as que são efetuadas pelas empresas agroindustriais (responsáveis pelo processamento) e por aquelas que realizam a distribuição da produção agropecuária, chamadas de “a jusante” (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019, p. 10).

Esses autores foram responsáveis pelo estudo que embasou o “Painel do Agronegócio no RS — 2019”. Eles concluíram que, em dezembro de 2018, ao realizar uma análise das atividades diretamente ligadas à agropecuária no Rio Grande do Sul, com o adicionamento das atividades à montante e à jusante desse setor, havia mais de 319 mil postos de trabalho com carteira assinada no estado. Desse total, 25,7% pertenciam ao segmento “dentro da porteira”, 12,6% ao segmento “antes da porteira” e 61,7% ao segmento “depois da porteira”. Entre as atividades que mais geravam postos de trabalho com carteira assinada estavam as de abate e de fabricação de produtos de carne (59.201), seguida do comércio atacadista de produtos agropecuários e agroindustriais (41.833), e da produção de lavouras temporárias (33.048) (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019, p. 18-19).

Esse estudo, portanto, confirma a importância das atividades agropecuárias na geração de empregos diretos e indiretos na economia rio-grandense, fator importante no processo de desenvolvimento sustentável municipal e regional. E, para finalizar, apresenta-se a Tabela 50, em sequência, que traz as informações específicas sobre o desempenho da agropecuária em cada um dos municípios na região da AMAU, em 2017.

Nessa tabela, observa-se que apenas cinco municípios, que integram a AMAU, alcançaram percentuais menores que a média regional relativa ao Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária sobre o total em cada um dos municípios, em 2017: Erechim (município-polo, no qual se concentra a maioria da população urbana); Aratiba (município que mais se beneficia dos royalties provenientes da hidrelétrica de Itá); Entre Rios do Sul (que se beneficia dos royalties da hidrelétrica do rio Passo Fundo); Estação e Getúlio Vargas (são dois municípios com maioria de sua população urbana). Além disso, três municípios alcançaram índices acima da média, mas inferiores a 30%: Gaurama, Marcelino Ramos e São Valentim. Os demais municípios, em número de 24, ou seja 3/4 do total, obtiveram índices acima de 30% e alguns, inclusive, superaram a marca de 50%, que foram Ponte Preta, Charrua, Barra do Rio Azul, Sertão e Quatro Irmãos.

Tabela 50 - Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária (mil reais) nos municípios da AMAU, em 2017, especificamente por município, maior e menor percentual sobre o valor total do PIB municipal

Municípios com menor percentual	VAB 2017 (reais)	% sobre o total	Municípios na faixa mediana	VAB 2017 (reais)	% sobre o total	Municípios com maior percentual	VAB 2017 (reais)	% sobre o total
Erechim	62.998	1,64	AMAU	1.266.555	15,50	B.Cotegipe	57.598	31,02
Aratiba	63.381	7,27				B.C.Sul	9.243	31,22
Estação	26.486	9,55	Gaurama	40.985	19,98	E.Grande	29.018	33,89
E.R.Sul	25.512	13,48	M.Ramos	29.028	27,37	Camp. Sul	65.143	35,91
G. Vargas	63.859	13,85	S.Valentim	23.224	28,07	Áurea	32.924	36,04
-	-	-	-	-	-	Itat. Sul	22.486	36,18
-	-	-	-	-	-	S.Almeida	34.002	36,78
-	-	-	-	-	-	M.Moro	16.977	37,99
-	-	-	-	-	-	P. Bento	33.320	38,58
-	-	-	-	-	-	Erebango	37.085	39,04
-	-	-	-	-	-	T. Arroios	28.287	40,19
-	-	-	-	-	-	Viadutos	48.617	41,00
-	-	-	-	-	-	Jacutinga	46.496	42,20
-	-	-	-	-	-	Faxinalzinho	25.025	46,07
-	-	-	-	-	-	Centenário	31.401	47,00
-	-	-	-	-	-	C.Gomes	15.179	47,02
-	-	-	-	-	-	Cruzaltense	31.404	47,73
-	-	-	-	-	-	Ipir. Sul	40.793	49,92
-	-	-	-	-	-	F.Peixoto	24.170	49,94
-	-	-	-	-	-	P. Preta	23.761	50,54
-	-	-	-	-	-	Charrua	36.770	53,37
-	-	-	-	-	-	B.R.Azul	25.399	53,94
-	-	-	-	-	-	Sertão	152.322	57,05
-	-	-	-	-	-	Q.Irmãos	63.662	61,97

Fonte: Elaborada pelo autor com base na Tabela 5938 do IBGE.

Dessa forma, percebe-se, claramente, como as atividades agropecuárias são importantes na economia dessa região, especialmente no seu processo de geração de emprego e renda, beneficiando a todos os seus municípios, indistintamente. A partir disso, acredito que não há como implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, na região da AMAU, sem contar com a contribuição efetiva da Agricultura Familiar.

Em síntese, a partir do que foi visto neste tópico, fica demonstrado que o valor da produção agropecuária na região da AMAU, entre 2006 e 2017, elevou-se de maneira expressiva e garantiu acréscimo na renda dos agricultores familiares e não familiares. Dessa forma, do ponto de vista da renda gerada pelas atividades agropecuárias na região da AMAU, conclui-se que a Agricultura Familiar desempenhou, durante o período pesquisado, um papel fundamental no processo de desenvolvimento dessa região. Apesar de perder terreno para Agricultura Não Familiar nesse último período, a Agricultura Familiar manteve a hegemonia regional no processo de geração de renda proporcionado pelo conjunto de atividades

agropecuárias: era responsável por 71,25% do valor total da produção em 2006 e passou para 64,69% em 2017. Esses números são bem superiores à média do Rio Grande do Sul nesse mesmo setor: 48,6% em 2006 e 37,36% em 2017. E ainda mais superiores à média brasileira: 33,23% em 2006 e 22,9% em 2017.

Dessa maneira, as informações anunciadas ao longo do tópico indicam que, na região da AMAU, a Agricultura Familiar possui muitas potencialidades para enfrentar as crises da fome e da insegurança alimentar, ampliadas no contexto atual com a chegada da pandemia do Covid-19. Embora tenha perdido terreno para a Agricultura Não Familiar nos últimos anos, esse setor continua hegemônico tanto na representatividade numérica (estabelecimentos, produtos cultivados e na geração de trabalho), quanto na criação de renda nessa região. Assim, em nível regional, as condições objetivas são muito favoráveis à Agricultura Familiar, em comparação com a realidade verificada na escala estadual ou nacional.

Por outro lado, apesar da evidente força da Agricultura Familiar nessa região, existem algumas travas que estão provocando fortes empecilhos para o desenvolvimento sustentável desse setor. Entre eles, está o avanço do modelo convencional produtivista focado na produção com o uso intensivo de agroquímicos e de agrotóxicos, que atende basicamente às demandas das grandes empresas agroalimentares mundiais e dos mercados de *commodities*. E isso está provocando grave crise de insegurança alimentar e ampliação do aquecimento global, como visto anteriormente. Dessa maneira, essa realidade distancia o Brasil das Metas estabelecidas nos Cadernos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) - especialmente o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável - divulgados pelo Brasil, para o desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU: “Meta 2.1 (Brasil) – Até 2030, **erradicar a fome** (...); Meta 2.2. (Brasil) – Até 2030, **erradicar as formas de má-nutrição** (...). Meta 2.3 (Brasil): Até 2030, **aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos** (...). Meta 2.4 (Brasil): Até 2030, **garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos** (...)” (Cadernos ODS – ODS 2, IPEA, 2019, grifo nosso).

Por isso, no próximo tópico, vamos descrever e analisar as possibilidades existentes, identificadas no decorrer desta pesquisa, para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU, em relação ao seu papel multifuncional, especialmente para a produção de alimentos saudáveis, debatendo temas como a produção orgânica e agroecológica, o papel das agroindústrias familiares e a função delegada à agricultura familiar em relação à Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira.

6.6 A produção de alimentos saudáveis e a agricultura familiar

No Capítulo V, nos tópicos 5.3 (A monocultura da soja como fator de desequilíbrio na produção agropecuária) e 5.4 (O viés produtivista e convencional da Agricultura Familiar e Não Familiar), identificamos que, em todas as escalas descritas e analisadas - AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil - existem sérias contradições para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, pois cada vez mais, o viés produtivista e convencional tem avançado na produção agropecuária em direção à produção de *commodities* e isso provoca um imenso distanciamento da função principal destinada a esse setor da agricultura, ou seja, da produção de alimentos saudáveis para o consumo da população brasileira.

Diante disso, através do questionário já citado, aplicado a 34 lideranças da Fetraf-RS, procuramos descobrir quais eram as causas percebidas no meio sindical para essa situação. Isso foi realizado por meio da questão nº 18: “Por que a maioria das famílias de agricultores familiares adota o modelo convencional de produção e poucas famílias abraçam os modelos alternativos – orgânico ou agroecológico - para desenvolver suas atividades produtivas”?

Após sistematizarmos os resultados, apresentamos as respostas obtidas, no Quadro 02, em sequência. Nele, percebe-se que as respostas advindas das lideranças sindicais indicam a existência de um modelo de produção hegemônico vinculado ao grande mercado nacional e internacional de *commodities*, o qual é incentivado pelo setor público e privado. Por meio desse modo de produção, os agricultores familiares possuem uma garantia de comercialização e de renda, além do apoio técnico para o seu desenvolvimento. Além disso, a resposta mais saliente que apareceu foi a de que esse modelo oferece algumas facilidades atraentes aos agricultores: a utilização de máquinas e equipamentos que diminuem a necessidade de mão de obra, atualmente escassa no meio rural, além de entregar um pacote pronto - sementes, insumos e a garantia de mercado (comercialização e preços compensadores).

Por outro lado, segundo as respostas, há uma insuficiência de políticas públicas em apoio à produção orgânica e agroecológica que se traduz na escassez de assistência técnica à produção, bem como na dificuldade de comercialização. Consequentemente, isso gera incertezas quando à renda. Dessa forma, nesse contexto arriscado, a maioria dos agricultores adere ao modelo produtivista convencional.

Quadro 2 - Causas da adoção do modelo convencional pelos agricultores familiares, conforme questionário respondido pelas lideranças da Fetraf/RS¹³⁵

Causas principais	Pessoas que responderam	Percentual
1 Trata-se de um modelo que utiliza máquinas e exige pouca mão de obra: esse modelo agropecuário apresenta aos agricultores um pacote pronto e de fácil manejo, pois desenvolveu máquinas, equipamentos e tecnologias que simplificam o trabalho nas propriedades.	16	47,06
2 Existe um direcionamento majoritário das políticas públicas para o modelo convencional produtivista: por outro lado, há uma insuficiência de políticas públicas dirigidas à produção orgânica/agroecológica, ou seja, existe escassez de assistência técnica e de pesquisa, bem como falta de insumos para a produção; além disso, há pouco conhecimento e formação.	13	38,24
3 Há facilidade de mercado para a produção e garantia de renda: os agricultores possuem segurança na comercialização dos produtos no mercado nacional e internacional de commodities; por outro lado, para os produtos orgânicos e agroecológicos, o mercado é incerto, pois não há garantia de comercialização e de preço.	8	23,53
4 É o modelo hegemônico defendido pela maioria da sociedade: de forma majoritária, empresários, governos, cooperativas, meios de comunicação, instituições de pesquisa e assistência técnica, universidades e entidades representativas defendem o modelo convencional; além disso, é um paradigma de produção que apresenta um pacote tecnológico pronto.	8	23,53
5 É o domínio do pensamento centrado no econômico: no mundo atual, há um forte apelo ideológico direcionado ao pilar econômico – agronegócio = produção, dinheiro e consumo. E isso acaba por reforçar a questão do individualismo. Por outro lado, produzir de forma orgânica e agroecológica dialoga mais com o valor da solidariedade e com um modo de vida alternativo. E isso tem menos valor no período contemporâneo. Além disso, muitas pessoas não acreditam que seja possível viabilizar economicamente uma propriedade rural a partir da produção orgânica ou agroecológica.	6	17,65
6 É pequena a demanda social da população brasileira por alimentos orgânicos e agroecológicos: no Brasil, há pouca conscientização sobre a importância do consumo de alimentos orgânicos ou agroecológicos; por outro lado, o aumento da pobreza e a forte desigualdade social impõe à maioria da população brasileira um baixo poder aquisitivo. Assim, a população opta por comprar os alimentos mais baratos, nem sempre de qualidade nutritiva.	1	2,94

Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário aplicado em dezembro/2018 – Plenária da Fetraf/RS.

No questionário citado, formulamos também duas perguntas (as questões 19 e 20) que se complementavam: “Qual era a proposta do Sindicato e da Fetraf para a agricultura familiar avançar na produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos? E qual era a sugestão pessoal de cada liderança”? A partir da sistematização das respostas, foi possível organizá-las em quatro propostas, as quais são relatadas no Quadro 3, em sequência.

¹³⁵ O número de pessoas somadas nesta tabela soma um total de 52 porque alguns deram mais do que uma resposta na questão formulada.

Quadro 3 - Propostas defendidas pelas lideranças da Fetraf/RS para avançar a produção orgânica e agroecológica entre os agricultores familiares

Propostas	Pessoas que responderam	%
<p>1 Ampliar as políticas públicas de incentivo à produção orgânica e agroecológica de alimentos: valorizar a produção orgânica e agroecológica com investimentos públicos em pesquisa e tecnologias; realizar fortes investimentos públicos para a implementação do Plano Nacional de Agroecologia; criação de um selo para os produtos orgânicos e agroecológicos; garantir assistência técnica aos produtores (ATER) e apoio para a ampliação dos mercados no processo de comercialização dos produtos; ampliar as compras públicas, garantindo maior segurança aos agricultores que produzem alimentos orgânicos e agroecológicos; criação de políticas públicas que garantam preços diferenciados; apoio e incentivo às entidades que trabalham na assistência técnica e na organização da comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos; criar programas que diminuam o custo de produção; desenvolver programas voltados à sucessão familiar nessa perspectiva; promover intercâmbios para conhecer experiências que já têm resultados concretos; criação de um PRONAF diferenciado para garantir acesso ao crédito; garantir acesso a insumos baratos e de qualidade; promover uma mudança na direção das políticas públicas.</p>	23	67,65
<p>2 Formação e conscientização da população - desenvolver um trabalho integrado entre Educação e Saúde: esse debate deve integrar o currículo escolar; desenvolver campanhas pelo consumo de produtos orgânicos e agroecológicos e sobre os malefícios causados pelos agrotóxicos; realizar campanhas nesse sentido nos meios de comunicação; realizar cursos de formação sistemáticos sobre a viabilidade desse novo modelo; fortalecer os debates que incentivem a população a consumir os produtos orgânicos e agroecológicos.</p>	21	61,76
<p>3 Formação de grupos de agricultores para debater e incentivar a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos em cada município: demonstrar aos agricultores de que produzir alimentos orgânicos ou agroecológicos possui viabilidade técnica e econômica; incentivar a diversificação da produção nas pequenas propriedades rurais; ofertar o apoio técnico necessário para que as famílias de agricultores possam realizar a transição do modelo convencional para o alternativo.</p>	13	38,24
<p>4 Fortalecer as parcerias locais e regionais com as entidades e instituições de pesquisa e de assistência técnica: o modelo orgânico e agroecológico precisa muito do apoio das universidades e das instituições que dispõem de assistência técnica; organizar cursos de formação sobre as tecnologias disponíveis, insumos, técnicas e máquinas existentes; desenvolver novas técnicas e máquinas que diminuam a necessidade de mão de obra.</p>	6	17,65

Fonte: Elaborada pelo autor com base no questionário aplicado em dezembro/2018 – Plenária da Fetraf/RS.

Saliente-se que, entre as propostas descritas no Quadro 3, duas foram enfatizadas pela maioria das lideranças. A resposta que mais apareceu foi a necessidade de ampliação das políticas públicas para que haja fortes incentivos à produção orgânica ou agroecológica de alimentos, por meio de crédito acessível, assistência técnica qualificada, oferta de insumos e tecnologias adequadas, bem como a garantia de preço e de comercialização dos produtos, ou seja, na opinião generalizada dos sindicalistas, para o seu êxito, a produção orgânica e agroecológica precisa ser uma política de Estado.

Por outro lado, através das respostas, as lideranças sindicais salientaram também a necessidade de um amplo trabalho de formação e de conscientização da população sobre a importância da produção e do consumo de alimentos saudáveis, sem uso de agroquímicos e agrotóxicos, além da preservação ambiental dos ecossistemas. Para que isso aconteça, segundo as lideranças, é importante que haja uma articulação e um trabalho integrado entre as áreas da Educação e da Saúde.

Dessa maneira, pelas respostas obtidas, fica amplamente evidenciado que uma mudança de direção no modelo de produção da agropecuária brasileira - substituindo o viés convencional-produtivista por um modelo voltado à produção e ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos - só acontecerá mediante um apoio expressivo do Estado brasileiro, promovendo diretamente essa transição por meio de fortes políticas públicas.

Além das duas propostas majoritárias já comentadas, observa-se no Quadro 3 que as lideranças sindicais registraram a necessidade da criação ou da ampliação dos grupos já existentes de agricultores que se dispõem a produzir de forma orgânica e agroecológica. E, nessa mesma direção, conforme os sindicalistas, é importante o fortalecimento das parcerias locais e regionais com as entidades e instituições de pesquisa e de assistência técnica.

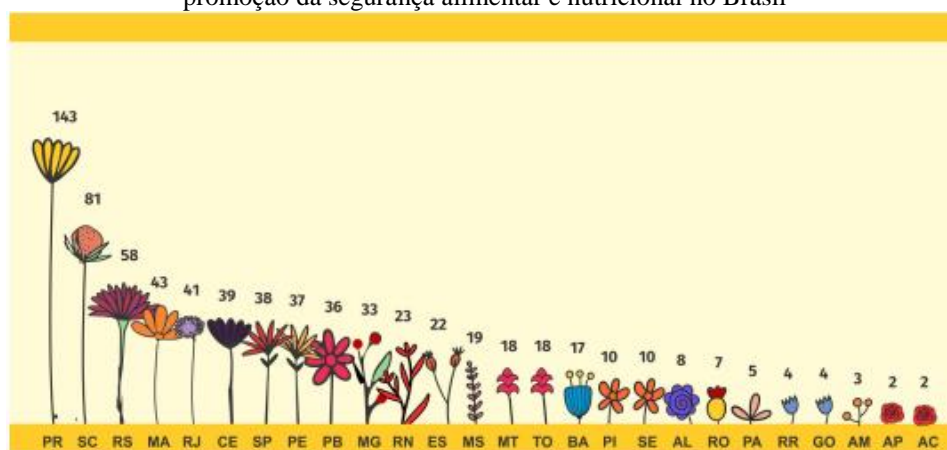
Por outro lado, salientamos que, tanto em nível de Brasil quanto na região da AMAU, já existem várias experiências de produção orgânica e agroecológica desenvolvidas por grupos de agricultores, especialmente de base familiar. Vamos, então, conhecer e analisar essa realidade, em sequência, no subtópico 6.6.1.

6.6.1 A produção orgânica e agroecológica no Brasil e na região da AMAU

Em nível de Brasil, registre-se que, apesar de não serem ainda muito expressivas, existem centenas de iniciativas que estão acontecendo em todo o território nacional. De um lado, houve, nos últimos anos, estímulos a essas experiências por meio de organizações da sociedade civil. E, de outro, pela pressão de grupos sociais, aconteceram alguns avanços legais, bem como a criação de políticas públicas, em diferentes níveis governamentais. Para exemplificar, foram criadas duas legislações federais nessa direção: a Lei nº 10.831, de 23/12/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica; e a Lei nº 12.512/2011, que criou os Programas de Apoio à Conservação Ambiental (chamado de Bolsa Verde) e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Nesse processo, surgiu também a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)¹³⁶, que realizou recentemente um levantamento denominado “Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro - Iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional”. Através dessa sondagem, foram reconhecidas 721 iniciativas municipais que apoiam direta ou indiretamente a agroecologia em suas localidades – entre elas, políticas públicas, ações, programas, leis, portarias e instruções normativas. Assim, os projetos versam sobre 41 temas e envolvem 531 municípios em 26 estados, como se observa no Gráfico 37, em sequência (LONDRES et. al., 2021, p. 9-10).

Gráfico 37 - Distribuição das iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil



Fonte: LONDRES et. al., 2021; Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2021, p. 12.

A partir disso, a ANA lançou o Mapa Online “Municípios Agroecológicos”, que reúne essas 721 políticas públicas municipais cadastradas. Na região da AMAU, estão listadas oito iniciativas, conforme o Quadro 4, em sequência, pertencentes aos municípios de Aratiba (2), Erechim (1), Itatiba do Sul (3) e Três Arroios (2).

¹³⁶ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (ANA, disponível em: <<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 04 out. 2021).

Quadro 4 - Iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional na região da AMAU, cadastradas no Mapa Online “Municípios Agroecológicos” da ANA

Município	Tema	Iniciativa	Beneficiários	Data
Aratiba	Apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização	Projeto de incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos; convênio de assessoria em ATER firmado com o CETAP (R\$ 150.000).	45 agricultores familiares do município.	2018 (em vigor)
Aratiba	Alimentação escolar: educação alimentar e nutricional e promoção da alimentação adequada e saudável.	Alimentação saudável: comer bem para viver melhor; compra de alimentos do PNAE (30% deles foram produtos orgânicos).	Agricultores familiares do município e estudantes do sistema municipal de ensino.	2018 (em vigor)
Erechim	Fomento à produção e à comercialização	Programa municipal de apoio à produção de alimentos agroecológicos e orgânicos (Lei nº 6.274, 29/12/2016).	Agricultores familiares do município	2016 (em vigor)
Itatiba do Sul	Incentivo à agroindústria familiar	Aprovação de legislação municipal destinando um incentivo no valor de R\$ 2.500 para agroindústrias familiares do município.	Agricultores familiares do município.	2019 (em vigor)
Itatiba do Sul	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).	Incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos, através de assessoria com o CETAP.	Agricultores familiares do município	2017 (em vigor)
Itatiba do Sul	Inclusão produtiva com segurança sanitária	Programa municipal de incentivo à produção orgânica e agroecológica	Aproximadamente 30 agricultores familiares do município são beneficiados com um valor anual de R\$ 500 para aquisição de insumos e equipamentos.	2017 (em vigor)
Três Arroios	Apoio em infraestrutura	Emenda parlamentar federal para a construção de estrutura de beneficiamento de alimentos; o município cedeu o terreno.	Agricultores associados à Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra)	2017 (em vigor)
Três Arroios	Compras institucionais de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA estadual)	PAA Estadual (valor de R\$ 100.000). Os alimentos foram destinados a famílias com vulnerabilidade social.	Agricultores vinculados à Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra).	2019

Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - Mapa Online “Municípios Agroecológicos”, 2021.

A concentração das iniciativas municipais em apoio à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos em quatro municípios da AMAU, conforme demonstrado no Quadro 4, também aparece quando são observados os números de produtores rurais inscritos por

município no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, mantido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2021, conforme a Tabela 51, a seguir.

Tabela 51 - Nº de produtores rurais inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, residentes nos municípios da AMAU

Local	Nº de Produtores	% sobre o total	Associação Ecovida de Certificação Participativa	ECOCERT Brasil Certificadora
Aratiba	58	25,11	57	1
Itatiba do Sul	51	22,08	47	4
Três Arroios	31	13,42	31	0
Erechim	20	8,66	20	0
Barão de Cotegipe	17	7,36	14	3
Marcelino Ramos	17	7,36	17	0
S. de Almeida	9	3,90	9	0
Cruzaltense	6	2,60	6	0
Mariano Moro	5	2,16	5	0
Paulo Bento	4	1,73	4	0
Áurea	3	1,30	3	0
Barra do Rio Azul	3	1,30	3	0
Centenário	3	1,30	3	0
Campinas do Sul	2	0,87	2	0
Erval Grande	2	0,87	1	1
Benjamin C. do Sul	0	0	0	0
Carlos Gomes	0	0	0	0
Charrua	0	0	0	0
Entre Rios do Sul	0	0	0	0
Erebango	0	0	0	0
Estação	0	0	0	0
Faxinalzinho	0	0	0	0
Floriano Peixoto	0	0	0	0
Gaurama	0	0	0	0
Getúlio Vargas	0	0	0	0
Ipiranga do Sul	0	0	0	0
Jacutinga	0	0	0	0
Ponte Preta	0	0	0	0
Quatro Irmãos	0	0	0	0
São Valentim	0	0	0	0
Sertão	0	0	0	0
Viadutos	0	0	0	0
AMAU	231	100	222	9

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações publicadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2021.

Dessa maneira, ao somarmos o número de produtores rurais que possuem certificados reconhecidos em produção orgânica na região da AMAU junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), conforme a Tabela 50, relativo aos mesmos quatro municípios que possuem iniciativas municipais reconhecidas pela ANA (Quadro 4), chegamos a um número total de 160 produtores, o que corresponde a um percentual de 69,26% do número

total que é de 231¹³⁷. Ou seja, os agricultores familiares que aderiram à produção orgânica e agroecológica estão concentrados nos municípios de Aratiba, Itatiba do Sul, Três Arroios e Erechim. Como isso se explica? É uma pergunta interessante que possui algumas possíveis respostas.

Uma explicação para isso vem do apoio e do incentivo que os agricultores familiares recebem do poder público para a produção orgânica e agroecológica. Em Aratiba, por exemplo, numa Audiência Pública realizada pela Assembleia Legislativa do estado, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, em 2019, o prefeito, na época, Guilherme Granzotto, relatou que o município criou, em 2017, o Projeto de Produção de Orgânicos, o qual tinha por objetivo aumentar de cinco para 100 o número de agricultores orgânicos certificados no município. E comentou “Já alcançamos 45 certificações, e isso prova que produzir de forma orgânica é viável e representa retomar o curso natural da alimentação, afinal, o alimento nasceu antes do veneno” (Prefeitura de Aratiba, 04 out. 2019).

Igualmente, em Itatiba do Sul, nessa mesma Audiência Pública, a prefeita de Itatiba do Sul, na época, Adriana Kátia Tozzo, informou que 50 famílias do município estavam sendo assessoradas tecnicamente pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap) e comercializavam os produtos por meio da Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra). Segundo a prefeita, 23 agricultores já possuíam a certificação, produziam e vendiam cerca de 10 toneladas de alimentos orgânicos por semana para centros urbanos maiores (Prefeitura de Aratiba, 04 out. 2019).

Em relação ao município de Itatiba do Sul, em notícia publicada recentemente pelo Cetap, foi destacado o apoio recebido pelos agricultores: “Famílias agroecologistas de Itatiba do Sul recebem incentivo para a produção”. Segundo essa notícia, em 23 de abril de 2021, a Prefeitura Municipal tinha efetuado o pagamento de um auxílio financeiro individual no valor de 500 reais para 26 famílias de agricultores que produziam alimentos orgânicos ou agroecológicos e comercializavam essa produção com o apoio da Ecoterra (CETAP, 26 abr. 2021).

¹³⁷ Conforme informações coletadas pelo autor diretamente com lideranças do Capa e do Cetap, em Erechim, RS, o número de certificações reconhecidas pela Associação Ecovida de Certificação Participativa, na região da AMAU, é aproximadamente de 150, pois elas precisam ser renovadas anualmente. Diante disso, o número que consta no Cadastro Nacional do MAPA deve estar desatualizado. Por outro lado, ressalte-se que o processo de transição entre a produção convencional para a orgânica/agroecológica leva em torno de dois anos. Por isso, existem muitos outros agricultores/agricultoras que ainda não possuem a certificação, mas estão na fase de transição acompanhados pelo Capa, Cetap, Emater-Ascar, Sindicatos e Cooperativas.

Da mesma forma, em Erechim, o apoio do poder público municipal ao longo dos anos para a criação de feiras para a comercialização direta dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares também foi significativo. Uma iniciativa de destaque é a Feira do Produtor criada pelo município há 42 anos, instalada no centro de Erechim e beneficia 45 famílias rurais. Outra feira importante foi organizada pela Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, criada com o apoio do governo do estado, entre 2001 e 2002, que funciona no pátio do prédio do Daer, no município. Além disso, entre 2009 e 2016, nas gestões do prefeito Paulo Alfredo Polis (na época PT, hoje MDB), foram criadas mais de 10 novas feiras contemplando a comercialização de alimentos diretamente entre os produtores e a população em diversos bairros no município.

Saliente-se que, no caso de Erechim, aproximadamente 200 agricultores familiares são beneficiados com a venda de produtos alimentares de qualidade diretamente aos consumidores nas diversas feiras existentes, apesar de que nem todos tenham a certificação como produtores orgânicos ou agroecológicos. Entretanto, a totalidade dos agricultores/agricultoras que vendem seus produtos na Feira da Agricultura Familiar situada no bairro São Cristóvão possuem a devida certificação emitida pela Rede Ecovida de Agroecologia, conforme destacou, na época, o secretário municipal de Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar, Eloir Griselli (Prefeitura Municipal de Erechim, 2016).

Figura 51 - Feira de alimentos orgânicos em funcionamento no bairro São Cristóvão, inaugurada em 2016, pela Prefeitura de Erechim; em destaque, Eloir Griselli, na época, Secretário Municipal de Agricultura



Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim, mai. 2016.

No município de Três Arroios, entretanto, o início ocorreu pela vontade dos próprios agricultores, com o apoio do Cetap. O agricultor Gilmar Ostrowski, um dos fundadores da Ecoterra, cuja sede é nesse município, destacou que ainda em 1998 se lançou no desafio de

tentar viver da produção orgânica. “Queríamos uma propriedade ecológica e não apenas alguns canteiros”, disse. A experiência dele e de outras famílias deu origem à Associação que agrega atualmente cerca de 150 famílias na região da AMAU, as quais produzem de 25 a 28 toneladas de alimentos orgânicos por semana. A Ecoterra faz o recolhimento dos produtos na casa dos agricultores, organiza as vendas e, através do Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia¹³⁸, faz chegar esses alimentos a restaurantes, supermercados e escolas de Florianópolis, Curitiba e São Paulo. Aproximadamente, 40% dessa produção é destinada à alimentação escolar (Prefeitura de Aratiba, 04 out. 2019).

Além disso, com o apoio de uma emenda parlamentar federal e da Prefeitura Municipal de Três Arroios, foi construído um pavilhão para armazenamento, embalagem e distribuição dos alimentos orgânicos dos cerca de 150 agricultores associados de toda a região, o qual foi instalado no Distrito Industrial desse município (CETAP, 16 nov. 2018).

Figura 52 - O coordenador da Ecoterra, Gilmar Ostrowski, realizando reunião com agricultores em Itatiba do Sul, em jan. 2021; Inauguração do pavilhão para armazenamento, embalagem e distribuição de alimentos orgânicos da Ecoterra, no Distrito Industrial do município de Três Arroios/RS, em nov. 2018



Fonte: Arquivo próprio do autor, jan. 2021; CETAP, 16 nov. 2018.

Dessa maneira, percebe-se que, em todos esses quatro municípios, nos quais possuem um número mais significativo de agricultores que produzem alimentos orgânicos ou agroecológicos, além da organização dos próprios agricultores e de seus sindicatos representativos, houve apoio e incentivo do poder público municipal por meio de políticas

¹³⁸ Em meados de 2006, a Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) de Erechim (RS), a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) de Curitiba (PR) e a Associação Cooperafloresta de Barra do Turvo (SP) se articularam para desenvolver a proposta de um sistema de comercialização baseado nos princípios da economia solidária e da Agroecologia. (...). Dessa forma nasceu o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida que, atualmente, conta com a participação de entidades dos três estados do Sul e de São Paulo (MAGNANTI, 2019).

públicas. Por isso, conclui-se que para o avanço da produção orgânica e agroecológica, além da vontade e determinação dos agricultores e de suas entidades representativas, são necessários o apoio e o incentivo do Estado brasileiro, em todos os seus níveis (nacional, estadual e municipal).

Por outro lado, saliente-se que, na região da AMAU, além do apoio e do incentivo dado pela Emater-RS/Ascar, através dos serviços de assistência técnica, há uma parceria histórica com duas outras entidades de assessoria, as quais exercem um papel destacado: o Cetap e o Capa. Atualmente, o Capa assessora seis agroindústrias que possuem a certificação de produção orgânica por meio da Associação Ecovida de Certificação Participativa. Além disso, presta assistência técnica diretamente para 14 produtores certificados que produzem alimentos orgânicos e agroecológicos. Entre os diversos grupos acompanhados e assessorados na região da AMAU, o Capa possui um trabalho vinculado com cerca de 60 famílias de agricultores, tanto no assessoramento da produção como no processo de comercialização dos produtos, através das feiras municipais e regionais, nas compras institucionais ou através da Ecoterra (Informações coletadas junto à entidade pelo autor).

Figura 53 - Atividade da XVII Semana dos Alimentos Orgânicos em Erechim, na Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, em 2021; Feira de produtos orgânicos junto à Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, em 2019



Fonte: Capa, Núcleo de Erechim, RS.

Além disso, o Capa colabora diretamente nas campanhas relacionadas à produção orgânica e agroecológica. Para exemplificar, em 2021, participou ativamente da organização de três atividades conjuntamente com a Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra e o Cetap para a XVII Semana dos Alimentos Orgânicos, em Erechim, desenvolvida entre 27

de junho e 03 de julho, com o objetivo de divulgar e de conscientizar a população sobre a importância de consumir produtos orgânicos e agroecológicos, pois trazem benefícios nutritivos, ambientais e sociais. Sobre isso, a coordenadora do Capa Erechim, Ingrid Margarete Giesel, afirmou: “Para quem consome produtos agroecológicos, um dos motivos é o sabor, uma alimentação que lembra a infância, é comida típica, comida boa, comida de verdade. É comida produzida com responsabilidade e com justiça social. O alimento não é mercadoria: comer é um ato político” (CAPA, 23 jun. 2021).

Além do Capa, há vários anos, o Cetap possui um trabalho na região da AMAU, conforme pode ser observado através de uma notícia divulgada pela entidade em julho de 2021. O Centro de assessoria presta apoio técnico a muitas famílias de agricultores familiares e participa do Núcleo Alto Uruguai da Associação Ecovida de Certificação Participativa. Assim, através de visitas técnicas, foram certificadas famílias que integram três novos grupos de agricultores nessa região, passando de 14 para 17 grupos de produção orgânica constituídos e com assessoramento da entidade. Dessa forma, segundo a notícia, entre 2020 e 2021, foram emitidos 116 certificados (75 renovados e 41 novos), além da inclusão de 5 (cinco) unidades de processamento vegetal (CETAP, jul. 2021).

Figura 54 - Entrega de certificados pela Rede Ecovida de Certificação Participativa (Núcleo Alto Uruguai) de produção orgânica ao grupo de agricultores Sete Lagoas, em Itatiba do Sul, RS, em 2021



Fonte: CETAP; Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, RS.

Ressalte-se também que, na área da produção orgânica, nos últimos anos, cresceu bastante na região da AMAU, o cultivo da laranja. Um dos projetos é desenvolvido pela Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária

(Cecafes)¹³⁹ e se chama Laranja do Futuro, iniciado em 2016. Dentro desse projeto, há dois anos, iniciou um trabalho que visa a ampliação da produção orgânica e, assim, já existem cerca de 30 famílias certificadas em municípios como Aratiba, Mariano Moro e Itatiba do Sul (Jornal Bom Dia, 01 jun. 2021).

Registre-se que a região da AMAU possui cerca de quatro mil hectares plantados de fruta, com predomínio dos citrus (3.300 hectares) e da uva (400 hectares). Conforme a Emater, em 2020, a produção de citrus alcançou 100 mil toneladas realizadas por cerca de dois mil produtores (uma média de dois hectares por família). De acordo com a Emater/Ascar, o Vale do Rio Uruguai é uma região propícia para a fruticultura nessa região, especialmente nos municípios de Marcelino Ramos, Severiano de Almeida, Mariano Moro, Aratiba, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul e Erval Grande (MÜLLER, Jornal Bom Dia, 16 jun. 2021).

Dessa maneira, percebe-se que, na região da AMAU, existe um potencial bastante grande para a ampliação da produção orgânica/agroecológica de alimentos. Na área do cultivo de laranjas, existem dois mil produtores que podem buscar essa certificação. Nas demais áreas, conforme informações colhidas junto aos técnicos do Capa e do Cetap, a cada agricultor ou agricultora certificados, existem mais duas famílias que estão nos grupos acompanhados por essas entidades, as quais estão na fase de transição da produção convencional para a produção orgânica, cuja certificação demora em torno de dois anos para ser alcançada.

Além disso, no contexto da pandemia do Covid-19, os sistemas orgânicos e de base agroecológica assumiram importância crescente entre os consumidores no mundo inteiro, referendados pelos relatórios da FAO e de estudos como o do Radale Institute (Estados Unidos) que indicam esses sistemas como mais resilientes, sequestram mais carbono, gastam menos energia, proporcionam melhor bem-estar aos animais e produzem alimentos de elevado teor nutricional, mais nutritivos que os convencionais (ESCOSTEGUY, 2021).

Além da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, outra maneira de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar tem sido a implementação de agroindústrias familiares, pois, através delas, muitos agricultores e agricultoras já realizam a

¹³⁹ A Cecafes é uma central de cooperativas, pois trabalha em parceria com várias outras cooperativas associadas – Agricoop (Erechim, RS); Nossa Terra (Erechim, RS); Cooperfamília (Erechim, RS); Copermate (Getúlio Vargas, RS); Cocel (Marcelino Ramos, RS); Cooperbem (Mariano Moro, RS); Copaal (Aratiba, RS); Cooperametista (Ametista do Sul, RS); Cooperipê (Ipê, RS); Coopvida (Sananduva, RS); Extremo Norte (Alpestre, RS); Cootap (Eldorado do Sul, RS); Coopervita (Tapejara, RS); Cooperativa de Fruticultores Familiares (Canabarro, RS); Coof (Concórdia, SC) (Informação coletada pelo autor junto às lideranças da Cecafes).

transformação de alimentos em suas propriedades rurais, agregando valor e criando oportunidades de trabalho e renda, como visto em sequência.

6.6.2 As agroindústrias familiares: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável

O papel mais destacado para a Agricultura Familiar é a produção de alimentos saudáveis. Dentro disso, uma das principais áreas de sua atuação tem sido o desenvolvimento de experiências na área da constituição de agroindústrias familiares. Saliente-se que elas possuem uma função estratégica no meio rural, pois agregam valor à produção agrícola na medida em que transformam a matéria prima em novos produtos. Além disso, promovem o desenvolvimento territorial local, pois esses produtos geralmente são inseridos nas cadeias agroalimentares curtas, provocando uma interatividade entre produtores e consumidores (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2014, p. 229-230).

Nessa direção, o governo do Rio Grande do Sul (gestão Tarso Genro – PT) promulgou, em 17 de janeiro de 2012, a Lei nº 13.921, que instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar; e, em 06 de julho de 2012, através do Decreto nº 49.341, criou o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul: “Art. 1º Fica criado o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, e instituído o selo de marca de Certificação “Sabor Gaúcho” (...). E os princípios desse programa foram estabelecidos em seu Art. 6º: diversificação dos sistemas produtivos; fortalecimento dos arranjos produtivos locais; “segurança alimentar e nutricional; sustentabilidade ambiental, social e econômica; produção de base ecológica; atuação em cadeias curtas e fortalecimento dos mercados locais; produção de produtos com características peculiares que lhes confirmam identidade, considerando-se os aspectos geográficos e histórico-culturais locais ou regionais; e equidade na aplicação dos recursos e projeto” (Decreto estadual nº 49.341/2012).

Dessa maneira, desde 2012, está em vigor, no Rio Grande do Sul, o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf) “Sabor Gaúcho”, o qual foi mantido pelos governos estaduais que vieram depois. Assim, na região da AMAU, existem 145 agroindústrias inclusas nesse programa, que é assessorado pela Emater/Ascar/RS, especialmente pelo engenheiro agrônomo e extensionista do órgão, Carlos Alberto Angonese, o qual opinou: “As agroindústrias são muito importantes no contexto de geração de renda, emprego, agregação de valor ao produto e valorização da cultura regional” (ANGONESE apud VILK; Emater-Ascar; Asbraer, 27 ago. 2020).

Observa-se, na Tabela 52 em sequência, que a maior parte dos municípios dessa região - com exceção de Centenário, Faxinalzinho e Ipiranga do Sul – já possuem agroindústrias inscritas no Programa Estadual de Agricultura Familiar (Peaf).

Tabela 52 - Relação de agroindústrias familiares inclusas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) até 17 de setembro de 2021; Censo Agropecuário IBGE, 2017¹⁴⁰

Local	Agroindústrias PEAF 2021	Percentual sobre o total	Agroindústrias IBGE 2017
Erechim	29	20,00	264
Getúlio Vargas	10	6,90	94
Aratiba	8	5,52	319
Marcelino Ramos	8	5,52	279
Ponte Preta	8	5,52	77
Campinas do Sul	7	4,82	168
Viadutos	7	4,82	224
Barão de Cotegipe	6	4,14	4
Ervál Grande	6	4,14	430
S. de Almeida	6	4,14	252
Áurea	5	3,45	150
Mariano Moro	5	3,45	20
Cruzaltense	4	2,76	30
Gaurama	4	2,76	14
Estação	3	2,07	36
Itatiba do Sul	3	2,07	36
Jacutinga	3	2,07	63
Quatro Irmãos	3	2,07	52
São Valentim	3	2,07	137
Sertão	3	2,07	162
Três Arroios	3	2,07	237
Entre Rios do Sul	2	1,38	88
Floriano Peixoto	2	1,38	147
Paulo Bento	2	1,38	157
Barra do Rio Azul	1	0,70	0
B. Constant do Sul	1	0,70	278
Carlos Gomes	1	0,70	135
Charrua	1	0,70	139
Erebango	1	0,70	138
Centenário	0	0	287
Faxinalzinho	0	0	175
Ipiranga do Sul	0	0	54
AMAU	145	100	4.646

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados contidos na Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, RS, em setembro 2021; Censo Agropecuário IBGE, Tabela 6960.

¹⁴⁰ Conforme informações obtidas pelo autor junto a técnicos da Emater-Ascar/RS, a pesquisa realizada pelo Censo Agropecuário do IBGE 2017, contida nos números expostos pela Tabela 6960, deve ter registrado todos os produtores rurais que fazem algum tipo de agroindustrialização para o autoconsumo e também de muitos que praticam a agroindustrialização, mas sem registrar oficialmente o estabelecimento agropecuário como tal.

Além disso, alguns municípios possuem um número significativo delas, especialmente Erechim (29), Getúlio Vargas (10), Aratiba, Marcelino e Ponte Preta (8), Campinas do Sul e Viadutos (7), Barão de Cotegipe, Erval Grande e Severiano de Almeida (6), Áurea e Mariano Moro (5). Então, por meio da Tabela 50, observa-se que existem 145 agroindústrias registradas no PEAf Estadual. Por outro lado, se levarmos em conta os números trazidos pelo Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2017, existia um número enorme de agricultores familiares (4.646), na região da AMAU, que agroindustrializavam produtos para o consumo próprio ou que ainda não tinham regularizado o estabelecimento agropecuário como uma agroindústria familiar. Assim, conclui-se que essa região possui um potencial enorme de crescimento do ponto de vista da produção de alimentos agroindustrializados que podem agregar valor ao produto e gerar mais renda, tornando as propriedades rurais mais sustentáveis economicamente, além da geração de mais oportunidades de trabalho no meio rural.

Saliente-se que a ampliação do número de agroindústrias familiares registradas foi resultado também da integração das políticas públicas governamentais nas três esferas de governo. Nessa direção, foram estabelecidas as diretrizes do Programa de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul (Peaf/RS), contidas em seu artigo 3º, inciso II: “estimular a criação de redes solidárias que articulem os beneficiários do Programa com a organização de consumidores urbanos e as Políticas de Compras Governamentais”; e no inciso IV: “estimular a realização de feiras municipais, regionais e estaduais”; e no VI: “apoiar projetos com concepção agroecológica”. Assim, os agricultores que participam desse programa puderam acessar aos programas de compras governamentais, como acontece com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como participar das feiras existentes em muitos municípios. Entre 2011 e 2017, por exemplo, por meio do PNAE, os municípios dessa região receberam do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) um valor total de R\$ 12.870.781,60, sendo que, desse valor, R\$ 9.368.064,35 (72,79%) foram destinados à aquisição de alimentos dos agricultores familiares. E, nessa trajetória, muitos agricultores/agricultoras familiares comercializam os produtos transformados em suas agroindústrias por meio desse programa governamental (TASCA; DEGENERONE; PARIS, 2020, p. 112).

Entretanto, claro fica que o número de experiências existentes tanto na produção orgânica/agroecológica quanto nas agroindústrias familiares alcançam um percentual bastante reduzido de agricultores/agricultoras familiares e são extremamente insuficientes para atender as necessidades nacionais e mundiais de produção de alimentos saudáveis para toda a população dentro da chamada Segurança Alimentar e Nutricional, quadro esse que ficou muito mais difícil a partir do advento da pandemia do Covid-19 e da crise climática mundial. Por isso, vamos

debater em sequência algumas propostas que podem resultar na efetivação de uma agricultura familiar cada vez mais inclusiva e sustentável.

6.6.3 A Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Familiar

Por meio da Lei Federal nº 11.346 de 15/09/2006, foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN - com o objetivo de assegurar o direito humano à uma alimentação adequada para toda a população brasileira, reafirmando-o como direito social, já consagrado no art. 6º da Constituição Federal de 1988, como já dito. No artigo 3º dessa lei, está expresso o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Lei Federal nº 11.346, 15/09/2006, grifo nosso).

Dessa maneira, somente haverá segurança alimentar e nutricional no Brasil se for garantido o direito à alimentação de qualidade para todas as pessoas que residem em seu território. E esse direito, além de não comprometer o acesso às demais necessidades essenciais, precisa ter como base práticas alimentares que promovam a saúde humana e que respeitem a diversidade cultural, bem como as questões de ordem ambiental. Ressaltamos também que, no artigo 4º dessa lei, ficou definido que a segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar (...);
 II – a conservação e a utilização sustentável dos recursos;
 III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
 IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos (...);
 V – a produção de conhecimento e o acesso à informação;
VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País;
 VII - a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos (Lei Federal nº 11.346, 15/09/2006, grifo nosso).

Diante disso, através da legislação, podemos afirmar que foi delegado um papel fundamental para a agricultura tradicional e familiar, ou seja, a produção de alimentos saudáveis. E, saliente-se, por meio dessa lei, o Estado brasileiro assumiu compromissos com

esse direito fundamental e com as devidas políticas públicas necessárias para tal: garantia da qualidade biológica, sanitária e nutricional dos alimentos (inciso IV); produção de conhecimento e o acesso à informação (inciso V); políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas para a produção, comercialização e consumo de alimentos, além do respeito aos aspectos culturais locais; e a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.

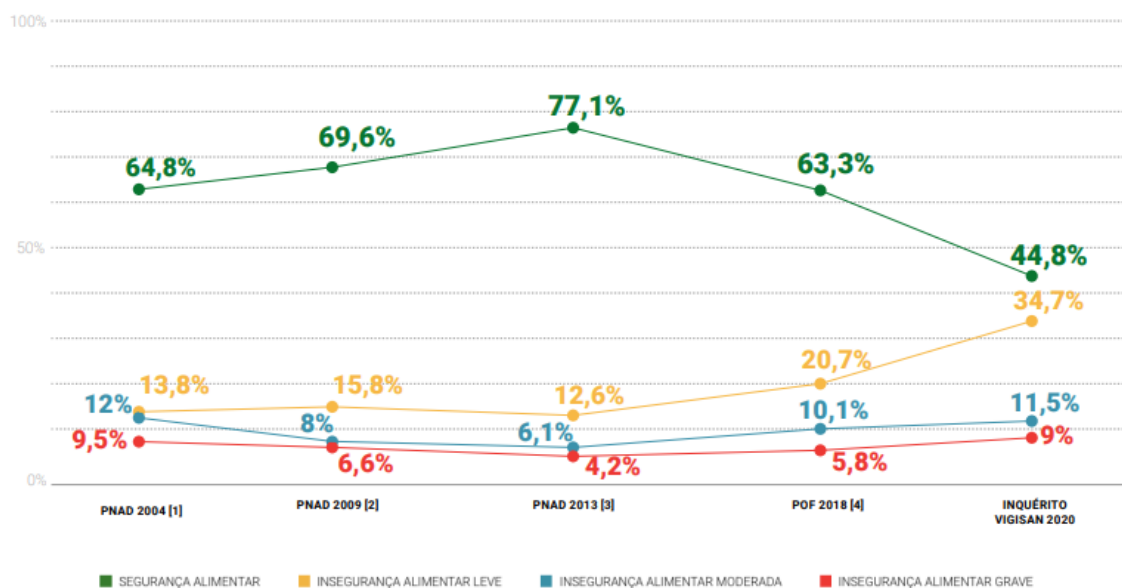
Além disso, em idêntica direção, em 2014, foi publicado (em 2ª edição) o Guia Alimentar para a População Brasileira, pelo Ministério da Saúde, o qual adotou como um dos seus princípios o seguinte: “Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável”, ou seja, a produção e a distribuição de alimentos deve levar em consideração os impactos causados pelo modelo de produção e de distribuição do ponto de vista da justiça social e da integridade ambiental (Ministério da Saúde, 2014).

Entretanto, atualmente, o direito à alimentação saudável não está sendo garantido e a questão da seguridade alimentar e nutricional (SAN) da população brasileira (e do mundo inteiro) é um grande desafio, como visto no Tópico 6.1 (Gráfico 27), ou seja, a realidade que já era de insegurança alimentar antes de 2020, ficou muito grave no contexto da pandemia do Covid-19. No caso do Brasil, a trajetória dos índices de segurança e insegurança alimentar pode ser visualizada nos Gráfico 38 e 39, em sequência. Por meio deles, constata-se que os índices de segurança alimentar e nutricional no Brasil melhoraram entre 2004 e 2013, voltaram a preocupar entre 2014 e 2018 e pioraram em 2020, com o advento da pandemia do Covid-19.

Dessa maneira, em dezembro de 2020, conforme o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, a realidade era a seguinte: “Do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros (as) enfrentavam a fome”. Assim, apenas 45% da população brasileira convivia em situação de segurança alimentar em 2020, ou seja, mais da metade das pessoas que vivem no Brasil enfrentam algum grau de insegurança alimentar atualmente (Inquérito Vigisan 2020, 2021, p. 10).

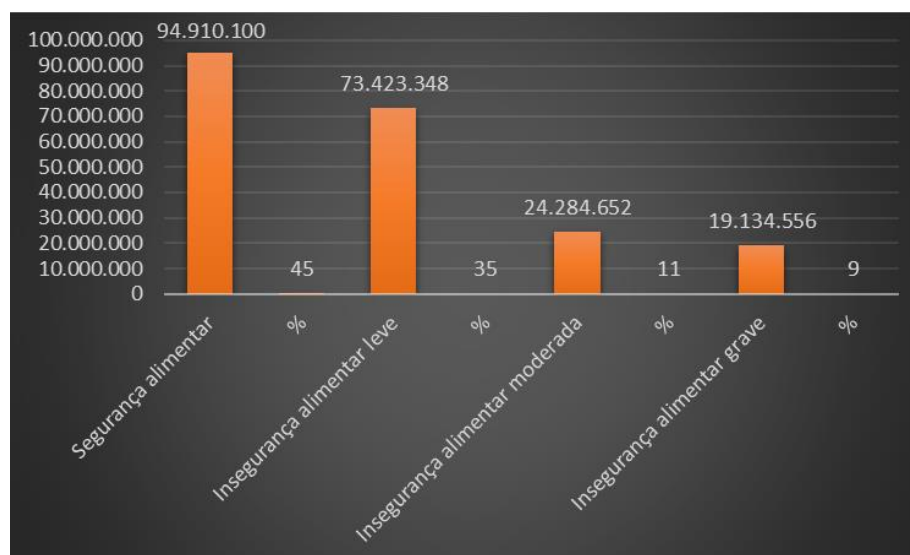
Desse modo, a produção de alimentos saudáveis - e a sua disponibilização à população brasileira - converteu-se em uma necessidade essencial e urgente, na qual o Estado brasileiro, a sociedade civil organizada e os setores agropecuários possuem uma grande oportunidade de promover uma transformação dos sistemas alimentares para modelos sustentáveis, inclusivos e saudáveis no cenário pós-pandemia (GRAZIANO DA SILVA, 2021, p.12).

Gráfico 38 - Comparação entre os índices estimados de segurança e insegurança alimentar no Brasil, entre 2004 e 2020 (segurança alimentar ou insegurança alimentar leve, moderada e grave)¹⁴¹



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003-2004, 2008-2009, 2013-2014, 2017-2018 (IBGE) apud Inquérito Vigisan 2020, 2021, p. 48).

Gráfico 39 - População em situação de segurança e insegurança alimentar no Brasil, dezembro 2020 (segurança alimentar ou insegurança leve, moderada e grave)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Inquérito Vigisan 2020, 2021, p. 36.

¹⁴¹ De acordo com a Escala Brasileira de Medida Direta e Domiciliar da Insegurança Alimentar, a *segurança alimentar* está garantida quando a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; na *insegurança alimentar leve*, há preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro e qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam a não comprometer a quantidade de alimentos; na *insegurança alimentar moderada*, há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos; na *insegurança alimentar grave*, há redução quantitativa severa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (CAMPOS, Agência Brasil, 17 set. 2020).

Nesse contexto, os caminhos para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira passam por um conjunto de ações e de políticas públicas governamentais simultâneas, articuladas com a sociedade brasileira, com destaque para: 1) a redução do custo dos alimentos nutritivos/saudáveis para as pessoas em situação de pobreza (criação de programas de apoio à produção de alimentos saudáveis para os agricultores familiares; compras institucionais; formação de estoques reguladores dos alimentos necessários para a cesta básica); 2) apoio para o fortalecimento e a criação de novos canais diretos de comercialização de alimentos entre produtores e consumidores (feiras, compras institucionais, canais virtuais, subsídios governamentais para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos); 3) educação alimentar e nutricional (promoção de processos educativos e publicitários que incentivem a produção e o consumo de alimentos saudáveis (DEL GROSSI, 2021, p. 137).

Quando se fala em segurança alimentar e nutricional, saliente-se que o Brasil e o mundo convivem na contemporaneidade com três graves problemas que se complementam: a fome/desnutrição, a obesidade e a crise climática. Isso fez com que a Comissão *The Lancet*¹⁴² concluísse que o mundo vivencia uma Sindemia Global¹⁴³, ou seja, as pandemias da desnutrição, da obesidade e das mudanças climáticas (somadas atualmente com a pandemia do Covid 19), coexistindo no tempo e nos lugares, interagindo entre si e produzindo ameaças e sequelas à saúde e à sobrevivência humanas (SWINBURN et al., 2019).

Saliente-se que a fome/desnutrição, entre outras causas, é resultado da deterioração das condições de vida de uma parcela significativa da população brasileira e mundial, verificado historicamente pela profunda desigualdade social e pela concentração da riqueza, situação essa que se aprofundou com o alastramento da pandemia do Covid-19 (Inquérito Vigisan 2020, 2021, p. 13). Por outro lado, a obesidade é um problema que cresceu imensamente nas últimas décadas atingindo primeiramente a população residente nos países de alta renda e que, nos últimos anos, alcançou todos os países do mundo, pois a população de baixa renda passou a consumir produtos alimentícios e bebidas ultraprocessadas com baixa nutrição e pouco

¹⁴² O documento *A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas* é um relatório da comissão *The Lancet* elaborado por um grupo de especialistas mundiais e está avalizado pela ONU.

¹⁴³ Sindemia: Ação conjunta de duas ou mais doenças ou de uma ou mais doenças e de um ou mais problemas sociais ou econômicos, que provoca o agravamento global do estado de saúde ou da estrutura socioeconômica de determinada população. (...) sin-de-mi-a (inglês syndemic, de syn[ergy], sinergia + [epi]demic, epidemia). Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sindemia>>. Acesso em: 26 set. 2021. Pandemia: Disseminação de uma doença que alcança o mundo todo, isso ocorre quando há uma epidemia em uma região, mas que se espalha globalmente, atingindo todo o planeta. (...) Etimologia (origem da palavra pandemia). A palavra pandemia tem sua origem no grego pandemías, as "todo o povo. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pandemia/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

saudáveis. Assim, em 2015, estimou-se que a obesidade afetava dois bilhões de pessoas e que era fator de risco para três das quatro principais causas de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) em todo o mundo, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e certos tipos de câncer. E, finalmente, os efeitos das mudanças climáticas estão sendo sentidos por meio do aquecimento global que intensificou o número e a duração de enchentes e secas ou do frio e do calor ao redor do mundo, ampliando a insegurança alimentar (tanto em nível da produção quanto no consumo) e a desnutrição entre as pessoas mais vulneráveis. Além disso, a produção de alimentos no sistema hegemônico de *commodities* está associada a altas emissões de gases de efeito estufa (SWINBURN et al., 2019, p. 17-18).

Por isso, ao voltarmos o nosso olhar sobre a produção agropecuária no Rio Grande do Sul e especialmente na região da AMAU, entre 2006 e 2017, apontamos, conforme visto no Capítulo V (tópico 5.3), a existência de uma forte contradição quando se verifica que o cultivo da soja está se tornando amplamente hegemônico, transformando-se em uma monocultura (informações publicadas nas Tabelas 27 e 28, agricultura familiar e agricultura não familiar) o que dificulta o processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Dessa forma, a soja transformou-se no principal produto da agropecuária brasileira, especialmente no Rio Grande do Sul e na região da AMAU. Em consequência, os grandes produtores (agricultura não familiar) e grande parte dos agricultores familiares viram na soja uma maneira de ampliar a renda na propriedade, ainda mais quando o valor do dólar está nas alturas como acontece atualmente. Assim, temos um difícil nó a ser desatado: como ampliar a produção de alimentos para o consumo interno da população brasileira, se o produto soja e as demais *commodities* garantem uma maior rentabilidade financeira para os agricultores?

Ressalte-se que a ampliação da produção de *commodities* é resultado também de políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro que buscou inserir o Brasil no sistema agroalimentar global. Por isso, atualmente, fala-se em dois grandes modelos de comercialização dos produtos agroalimentares: as *cadeias agroalimentares longas* e as *cadeias agroalimentares curtas*. As cadeias agroalimentares longas rompem com os elos diretos existentes entre produtores e consumidores de alimentos: o produto final - os alimentos consumidos pela população global - passa a ser uma mercadoria como outra qualquer; o consumidor escolhe o produto pelo preço ou pelo valor nutricional indicado nas lojas dos supermercados; desaparece, geralmente, a identidade do produto e a sua procedência. Dessa maneira, as cadeias agroalimentares longas são impessoais (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 10-11).

Por outro lado, as cadeias agroalimentares curtas são entendidas como uma expressão da vontade de diversos atores sociais que desenvolvem uma cadeia de valor que estimula a

criação de novas formas de interação entre produção e consumo, mediante a valorização da procedência e da identidade dos produtos, assentadas não só pelo critério do preço, mas também em valores sociais, culturais, éticos e ambientais (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 12).

Ao longo dos últimos anos, como visto neste trabalho, o produto soja - uma das principais *commodities* agrícolas do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul - está ampliando velozmente a sua participação na produção agropecuária tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar na AMAU, ameaçando tornar essa região um território caracterizado pela monocultura desse produto e colocando em risco a riqueza da produção diversificada de alimentos, uma característica significativa desse lugar. Vamos aprofundar esse debate, então, a partir da apresentação da Tabela 53 e do Gráfico 40, em sequência.

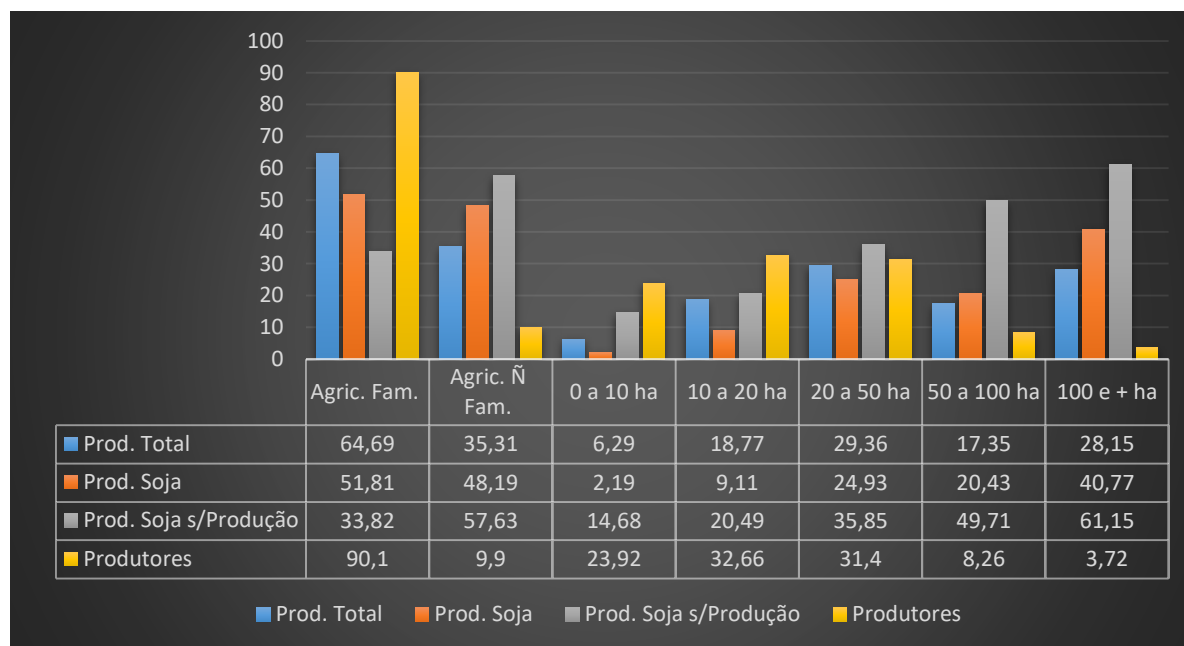
Tabela 53 - Número de Produtores e Valor da Produção Total em comparação com o Valor da Produção de Soja nos estabelecimentos agropecuários (mil reais), 2017 – AMAU, Rio Grande do Sul e Brasil¹⁴⁴

Local	Produtores c/produção	% Produtores	Valor prod. Total	% Prod. Total	Soja em Grão	% da soja s/Total	% Soja
Brasil	4.751.193	100	462.361.551	100	104.054.607	22,51	100
Agric. Fam.	3.688.218	77,63	106.472.475	23,03	9.656.241	9,07	9,28
Agric. Ñ Fam.	1.062.975	22,37	355.889.076	76,97	94.398.366	26,52	90,72
+ de 0 a – 10 ha	2.396.887	50,45	36.962.870	7,99	427.541	1,16	0,41
10 a – 20 ha	682.634	14,37	26.706.865	5,78	1.461.087	5,47	1,40
20 a – 50 ha	797.729	16,79	46.190.801	9,99	4.188.193	9,07	4,02
50 a – 100 ha	365.564	7,69	33.788.491	7,31	4.807.382	14,23	4,62
100 ou + ha	435.218	9,16	317.883.463	68,75	93.138.482	29,32	89,51
Produtor s/área	73.161	1,54	829.063	0,18	31.922	3,85	0,03
RS	353.039	100	54.250.540	100	18.092.047	33,35	100
Agric. Fam.	286.772	81,23	20.265.687	37,36	3.999.948	19,74	22,11
Agric. Ñ Fam.	66.267	18,77	33.984.853	62,64	14.092.099	41,47	77,89
+ de 0 a – 10 ha	127.724	36,18	4.288.553	7,91	162.623	3,79	0,90
10 a – 20 ha	87.206	24,70	5.837.046	10,76	614.322	10,52	3,40
20 a – 50 ha	80.561	22,82	9.022.854	16,63	1.798.143	19,93	9,94
50 a – 100 ha	25.799	7,31	5.118.680	9,44	1.883.306	36,79	9,94
100 ou + ha	30.917	8,76	29.938.063	55,18	13.628.271	45,52	75,33
Produtor s/área	832	0,24	45.344	0,08	5.360	11,82	0,03
AMAU	16.447	100	1.942.138	100	820.025	42,22	100
Agric. Fam.	14.818	90,10	1.256.445	64,69	424.885	33,82	51,81
Agric. Ñ Fam.	1.629	9,90	685.693	35,31	395.140	57,63	48,19
+ de 0 a – 10 ha	3.934	23,92	122.166	6,29	17.935	14,68	2,19
10 a – 20 ha	5.371	32,66	364.536	18,77	74.692	20,49	9,11
20 a – 50 ha	5.165	31,40	570.235	29,36	204.437	35,85	24,93
50 a – 100 ha	1.359	8,26	336.989	17,35	167.512	49,71	20,43
100 ou + ha	612	3,72	546.725	28,15	334.328	61,15	40,77
Produtor s/área	6	0,04	345	0,02	0	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabelas 6897, 6898 e 6959).

¹⁴⁴ Os valores da produção total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários entre *Mais de 0 e menos de 10 hectares* e *100 ou mais hectares* referentes à AMAU são valores aproximados, pois o IBGE inibe determinados valores para não identificar o informante (IBGE, Censo Agropecuário 2017, Notas nas Tabelas).

Gráfico 40 - Percentual de produtores, valor da produção total e valor da produção de soja em comparação ao valor total na Agricultura Familiar, Agricultura Não Familiar e nos Grupos de Área, AMAU, 2017



Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo Agropecuário 2017, IBGE (Tabelas 6897, 6898 e 6959).

Ao observarmos a Tabela 53 e o Gráfico 40, ficam evidentes algumas situações. A primeira delas é a verificação de que os médios e grandes produtores rurais, classificados nos grupos de área de 100 ou mais hectares ou na Agricultura Não Familiar, em 2017, concentraram os rendimentos agropecuários no Brasil: Agricultura Não Familiar (76,97%) e os produtores com 100 ou mais hectares (68,75%). De forma semelhante, isso aconteceu no Rio Grande do Sul: Agricultura Não Familiar (62,64%) e os produtores com 100 ou mais hectares (55,18%). Além da questão da concentração da renda agropecuária, sabe-se que os médios e grandes produtores praticam de modo majoritário uma produção voltada ao mercado internacional de *commodities* agrícolas, algumas delas voltadas à produção de ração animal e etanol (soja, milho, café, cana de açúcar, algodão, arroz, laranja...) e proteínas (carnes - bovinos, suínos e aves - além do leite e seus derivados). Assim, no contexto atual de forte demanda desses produtos no mercado externo, o Brasil – considerado um dos maiores produtores mundiais de alimentos - enfrenta dificuldades crescentes para produzir alimentos saudáveis para atender a população brasileira, ou seja, não consegue suprir as necessidades do seu mercado interno e a fome voltou a crescer (SOUZA, G1, 2021; Rede PENSSAN, 2021).

No caso da região da AMAU, como visto no Capítulo V, um produto de grande destaque na produção agropecuária é a soja, a qual ampliou velozmente seu espaço nos últimos anos: em 1995, correspondia a 22% do valor da produção agropecuária regional; em 2006, passou para 24%; e, em 2017, alcançou o índice de 42% (Gráfico 13, tópico 5.3). Entretanto, quando são

observados os valores obtidos pelos médios e grandes produtores nessa região, os números percentuais são bem mais elevados. Entre os agricultores que possuem entre 50 e menos de 100 hectares, em 2017, o valor da produção alcançado com a soja foi de 49,71% sobre o valor total, ou seja, aproximadamente 50%. Entre os produtores classificados como pertencentes à Agricultura Não Familiar, o valor da soja alcançou o índice de 57,63% sobre o valor total. E, entre os produtores com 100 ou mais hectares, o percentual alcançado com a soja foi 61,15%. Dessa maneira, a produção de *commodities*, especialmente a soja, tornou-se a principal fonte de renda agropecuária para os médios e grandes produtores, o que os afasta cada vez mais da função de produção de alimentos saudáveis para a população brasileira.

Em relação à Agricultura Familiar, a produção de soja também avançou muito entre os agricultores familiares na região da AMAU, pois, em 2006, correspondia a 18,84% do valor total da produção agropecuária regional realizada por esse setor e passou para 33,82% em 2017 (como visto na Tabela 30, Tópico 5.3). Embora isso, como visto nas Tabelas 43-44 e no Gráfico 33 (Tópico 6.5), a Agricultura Familiar continua caracterizada pela diversidade na sua produção agropecuária: Lavouras Temporárias (soja, milho, trigo, arroz, fumo, feijão, mandioca, cana de açúcar, entre outras); Lavouras Permanentes (erva-mate, laranja, tangerina/bergamota, uva mesa, uva vinho, pêssego, entre outras); Produção Animal (leite e seus derivados, carnes – suínos, aves e bovinos – e ovos, entre outras). Dessa forma, a Agricultura Familiar nessa região, em 2017, era responsável por 60% do Valor da Produção Agropecuária Vegetal e por 76% da Produção Agropecuária Animal ou 64,69% do Valor da Produção Total.

Dessa maneira, apesar da ampliação crescente da produção de soja, devido ao alto valor praticado no mercado internacional em relação a esse produto, percebe-se que a Agricultura Familiar, pelo menos na região da AMAU, possui condições apropriadas para continuar a ser protagonista principal nessa importante função social de produzir alimentos saudáveis a fim de atender as necessidades da população brasileira (e contribuir com o mundo através da produção excedente), caso o Estado brasileiro (governos nacional, estaduais e municipais) e a Sociedade como um todo assim desejarem e decidirem.

Outra realidade preocupante e interessante demonstrada na Tabela 50 e no Gráfico 40 é a relativa aos valores da produção relacionados aos agricultores familiares pertencentes aos Grupos de Área situados entre os estabelecimentos agropecuários de pequeno porte. De um lado, temos uma situação preocupante, pois os valores alcançados pela produção são baixos ou baixíssimos conforme os diversos grupos: i) Agricultores situados no Grupo *mais de 0 e menos de 10 hectares*: são 3.934 famílias de agricultores (23,92%) – quase ¼ do número total dessa região - e obtiveram apenas 6,29% do valor da produção total da agropecuária regional em

2017, ou seja, os valores alcançados são baixíssimos em relação à sua representação regional (6,29% e 23,92%); ii) Agricultores situados no Grupo de 10 a menos de 20 hectares: são 5.371 famílias de agricultores (32,66%) – quase 1/3 do número total dessa região – e obtiveram apenas 18,77% da produção total da agropecuária regional em 2017, ou seja, os valores alcançados são baixos em relação à sua representação regional (18,77% e 32,66%); e iii) Agricultores situados no Grupo de 20 a menos de 50 hectares: são 5.165 famílias de agricultores (31,40%) – quase 1/3 do número total dessa região – e obtiveram 29,36% do valor da produção total da agropecuária regional em 2017, ou seja, nota-se que esse grupo, embora fique um pouco aquém, alcançou um valor da produção mais próximo de sua representação regional (29,36% e 31,40%).

Por outro lado, em relação a esses três grupos de agricultores familiares, verificamos a existência de um potencial enorme para a diversificação da produção agropecuária e para a produção de alimentos saudáveis, pois esses três grupos, apesar de terem ampliado a produção de soja em 2017 em comparação com 2006, seus índices ficaram bem abaixo daqueles constatados entre os médios e grandes produtores situados nos grupos de 50 a 100 e mais de 100 hectares ou na Agricultura Não Familiar. Assim, a realidade desses grupos é a seguinte em relação à produção de soja: i) Agricultores situados no Grupo *mais de 0 e menos de 10 hectares* - esse grupo foi responsável por apenas 2,19% do valor da produção de soja nessa região e isso correspondeu ao índice de 14,68% do valor da produção total alcançado por esse grupo, em 2017; ii) Agricultores situados no Grupo *de 10 a menos de 20 hectares* - esse grupo foi responsável por apenas 9,11% do valor da produção de soja nessa região e isso correspondeu ao índice de 20,49% do valor da produção total alcançado por esse grupo, em 2017; iii) Agricultores situados no Grupo *de 20 a menos de 50 hectares* - esse grupo foi responsável por 24,93% do valor da produção de soja nessa região e isso correspondeu ao índice de 35,85% do valor da produção total alcançado por esse grupo, em 2017.

Dessa maneira, levando em conta as informações colhidas pelo IBGE, em 2017, esses três grupos somados contemplam 14.470 produtores (famílias de agricultores familiares) que correspondem a 87,98% sobre o total (existiam 16.447 produtores com produção agropecuária na região da AMAU nesse ano). Além disso, esses três grupos somados alcançaram, em 2017, um valor total na produção agropecuária de R\$ 1.056.937.000 (um bilhão e cinquenta e seis milhões e novecentos e trinta e sete mil reais), o que corresponde a um índice de 54,42% do valor total obtido pela produção agropecuária dessa região (R\$ 1.942.138.000). Em relação ao valor da produção de soja, esses três grupos somados alcançaram nesse ano um valor total de R\$ 297.064.000 (duzentos e noventa e sete milhões e sessenta e quatro mil reais) o que

corresponde a um índice de 36,23% sobre o valor total alcançado por esse produto na região (R\$ 820.025.000) e a um percentual de 28,11% sobre o valor da produção total obtido por esses três grupos (R\$ 1.056.937.000). Assim, 71,89% do valor da produção agropecuária alcançada por esses três grupos de agricultores familiares somados foi obtido por meio de uma produção vegetal e animal diversificada o que indica que esses agricultores possuem um enorme potencial para produzir alimentos saudáveis para a população brasileira (e mundial, no caso do excedente).

Dessa maneira, ao estudarmos especificamente a realidade da agricultura familiar na região da AMAU, percebe-se que os seus diversos grupos possuem um potencial enorme para ampliar a produção de alimentos saudáveis e, assim, contribuir decisivamente na superação de graves problemas que o país enfrenta como a fome, a insegurança alimentar, a disparada dos preços nos produtos alimentares e o desemprego. A maior parte dos agricultores familiares residentes nessa região, especialmente os que possuem suas terras nos municípios com relevo montanhoso, não estão inseridos nas cadeias de exportação de *commodities* e poderiam ampliar substantivamente a produção de alimentos de qualidade, suprir a sua falta no mercado interno nacional e amenizar a fome da população urbana de baixa renda. Entretanto, como escreveram Aquino e Schneider (2021), o Estado brasileiro não está cumprindo a sua função na medida em que não garante apoio e incentivo através da oferta de crédito barato, de assistência técnica e de políticas públicas de acesso aos mercados.

Além disso, diante da existência de necessidades prementes de transformações no atual modelo hegemônico de produção agropecuária no Brasil e no mundo, para promover e implementar sistemas alimentares alternativos e, diante da realidade específica da agricultura familiar na região da AMAU que possui um grande potencial para ampliar significativamente a produção de alimentos de qualidade, é preciso também que os atores sociais, políticos e institucionais também se organizem e construam uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Esse, então, será o tema do último tópico deste Capítulo, em sequência.

6.7 A necessidade de renovar a estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no território da AMAU

Desde o final dos anos 1970 e no decorrer da década de 1980, além de construir agendas de organização e de mobilização dos agricultores que resultaram em importantes avanços sociais na Constituição Federal de 1988, o sindicalismo rural cutista e os movimentos sociais

rurais problematizaram e questionaram o modelo agrícola preconizado pelo processo de modernização conservadora da agricultura (PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015, p. 5).

Na década de 1990, essa ideia ganhou corpo a partir de encontros nacionais dos atores sociais ligados ao meio rural (DNTR/CUT, MST, CPT, MAB, CPT, CETAP, entre outros) em preparação à II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (Eco-92), em 1992, no Rio de Janeiro. A partir disso, em 1993, na I Plenária Nacional do DNTR/CUT, foi deliberado que o movimento sindical rural cutista tinha como um de seus principais desafios a “construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Econômico para o campo” (DNTR, 1993 apud PICOLOTTO; BRANDENBURG, 2015, p. 6).

Com a decisão de unificar o sindicalismo rural brasileiro, o DNTR/CUT participou do congresso nacional da Contag, em 1995, e passou a incidir nas decisões tomadas por essa organização. Dessa forma, nesse congresso, além da deliberação de filiação dessa Confederação à CUT, foi aprovada a proposta de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Diante disso, nesse período, o debate relativo a esse tema esteve no centro das preocupações do sindicalismo rural, tanto que o 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, da Contag, realizado entre 30 de março e 03 de abril de 1998, o lema escolhido foi “Rumo ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável” que, além de defender uma ampla e massiva reforma agrária, propunha a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar. Assim, nas resoluções desse Congresso, a Contag criticava o processo de modernização da agricultura brasileira, chamando-o de “conservador, parcial, excludente e insustentável” e propunha a formulação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), estruturado no objetivo de elevar a qualidade de vida das pessoas. Por isso, o desenvolvimento rural deveria incluir de forma integrada questões como: crescimento econômico, justiça, participação social, preservação ambiental e ampliação da cidadania (Anais do 7º Congresso da Contag, 1998, p. 23-24).

Nesse mesmo sentido, como vimos no Capítulo III (Tópico 3.5), em março de 2001, nas resoluções do congresso de criação da Fetraf/Sul-CUT, uma das estratégias aprovadas foi a atuação no âmbito econômico e na política de organização da produção, com base em pressupostos como a solidariedade, a cooperação, a integralidade do ser humano, conjugada num projeto de desenvolvimento sustentável (social, ambiental e tecnológico) que foi denominado de Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS), o qual deveria ser implementado em parceria com todas as entidades que considerassem a Agricultura Familiar como um setor estratégico para o desenvolvimento na região sul do Brasil. Em nível da AMAU, essa decisão foi referendada também pelo Sutraf/Alto Uruguai, em 2003,

em seu congresso de oficialização. Dessa maneira, o sindicalismo rural afirmava a necessidade de desenvolver uma agricultura mais sustentável que considerasse aspectos sociais e ambientais, além dos econômicos e, nesse processo, a agricultura familiar tinha uma importância central (SEMINOTTI, 2014, p. 162).

A partir disso, as experiências associativas e cooperativas foram estimuladas pelo sindicalismo e pelos movimentos sociais rurais na região da AMAU nas últimas décadas, pois eram situadas na perspectiva de construção do PADSS. Assim, destacamos, no Capítulo III (Tópico 3.6), algumas experiências associativas desenvolvidas na década de 1990 e início dos anos 2000: na área do cooperativismo de eletrificação rural, a experiência da Cerral; na área da organização da produção e na comercialização do leite, a experiência do processo de cooperativização da Corlac; na área do crédito, as cooperativas de crédito (como é o caso do sistema Cresol); e, em diversas áreas, o desenvolvimento de agroindústrias familiares.

Além disso, neste capítulo (subtópicos 6.6.1 e 6.6.2), distinguimos: as experiências realizadas por centenas de agricultores na área de produção orgânica e agroecológica, apoiadas por várias entidades (de modo especial a Associação Ecoterra e ONGs como o Capa e o Cetap), pelo sindicalismo e movimentos sociais rurais dessa região e por algumas prefeituras municipais; a criação de feiras públicas municipais e regionais que permitem a comercialização direta da produção agropecuária de centenas de agricultores familiares dessa região; a ampliação das experiências de agroindústrias familiares apoiadas pelo governo do estado (especialmente pela Emater/RS-Ascar) e pelas prefeituras municipais; e as compras públicas de alimentos da agricultura familiar por meio de programas públicos como o PAA e o PNAE.

Registre-se outrossim que, em 2006, foi construído o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDTRS), relativo ao território do Alto Uruguai rio-grandense (BRANCHER; ALMEIDA, 2006), dentro do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (Pronat)¹⁴⁵. Além disso, com a instituição pelo governo federal do Programa Territórios da Cidadania (PTC), através do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, foi criado, na região da AMAU, o Conselho de Desenvolvimento Territorial (Codeter). Entretanto, o Codeter encontrou algumas dificuldades para o seu funcionamento, pois não recebeu ampla adesão dos municípios, ficando vinculado ao Sutra/Alto Uruguai e a algumas outras entidades do campo popular e da área rural. Entre os projetos desenvolvidos e aprovados pelo Codeter, possuem destaque: a construção do prédio e a compra de equipamentos para o funcionamento

¹⁴⁵ O Pronat foi criado em 2003, no primeiro ano do governo Lula, dentro da estrutura do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Em 2008, esse programa foi substituído pelo Programa Territórios da Cidadania.

da Cecafes, no bairro São Cristóvão, em Erechim; a construção do prédio e equipamentos para o funcionamento da Ecoterra, em Três Arroios; a construção de um silo para armazenagem de grãos, em Benjamin Constant do Sul; e alguns equipamentos para instalação de feiras de venda direta de produtos agropecuários em municípios da região (SEMINOTTI, 2014, p. 304; BRANCHER; ALMEIDA, 2006; Sutraf/AU).

Saliente-se que as avaliações relativas ao Programa Territórios da Cidadania realizadas por estudos indicaram que, apesar dos esforços dispendidos pelos atores sociais e governamentais, as experiências realizadas tiveram um limite setorial muito identificadas com a agricultura familiar e atenderam demandas justas e necessárias, mas de pouca perspectiva estratégica, ou seja, geralmente foram iniciativas setoriais e de curto prazo, mas de baixa efetividade no sentido de provocar processos de reestruturação e de diversificação da economia em cada região. Além disso, a partir dos governos Temer e Bolsonaro, essa política pública deixou de ser prioritária (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018, p. 48; BACELAR; FAVARETO, 2020).

Por outro lado, na região da AMAU, no período recente, houve a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Norte – RS 2015-2030, uma estratégia do governo do estado através dos Coredes, no caso do Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do Rio Grande do Sul (Corede Norte), em 2017. Nele, foram definidas as principais diretrizes para o desenvolvimento dessa região, assentadas em cinco dimensões básicas: “econômica, estrutural, social e cultural, ambiental e institucional”. Na *dimensão econômica*, as diretrizes foram direcionadas a atender a quatro setores considerados “alicerces” da economia regional - “agricultura, indústria, comércio, serviços e turismo” – além de “ciência e tecnologia”. E, especificamente, em relação ao desenvolvimento da agricultura:

Diretriz 1 – Estimular o desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio, por meio da assistência e capacitação técnica, investimentos e incentivos (...); **Diretriz 2** – Promover ações de auxílio à sucessão familiar, à manutenção e o retorno dos jovens para o meio rural (...); **Diretriz 3** – Estimular o uso e conservação adequados do solo (...); **Diretriz 4** – Estimular a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (...); **Diretriz 5** – Estimular o investimento na instalação de abatedouros municipais e/ou microrregionais (...); **Diretriz 6** – Estimular o investimento em empreendimentos voltados à comercialização dos produtos da agricultura familiar (...); **Diretriz 7** – Estimular a tecnificação da agricultura, buscando facilitar a vida do agricultor bem como aumento da produção e produtividade (...) (SPONCHIADO, 2017, p. 133-134, grifo do autor).

Além disso, o Plano apresentou diretrizes para as demais dimensões. E, a partir disso, foram escolhidos cinco eixos estratégicos para o desenvolvimento regional, como exposto no Quadro 5, em sequência.

Quadro 5 - Eixos do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Norte – RS 2015 2030

1	Promover o desenvolvimento econômico harmônico e sustentável (nesse eixo, em relação à agricultura foram apontados como focos para o seu desenvolvimento: a produção primária, a agregação de valor, a comercialização e a assistência técnica/capacitação);
2	Promover e desenvolver a pesquisa científica aplicada, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, e o empreendedorismo, implantando e qualificando instrumento e agentes de ciência e tecnologia;
3	Aprimorar e ampliar a disponibilização de serviços de qualidade à população regional;
4	Aprimorar e qualificar os mecanismos de apoio à gestão pública, disponibilizando aos gestores instrumento de apoio à administração pública com eficiência, eficácia, democracia e transparência;
5	Aprimorar a matriz estrutural da região do Alto Uruguai (nesse eixo, aparecem as necessidades de investimentos em infraestrutura de transporte e da malha viária em dois sentidos: os acessos asfálticos municipais e os inter-regionais; além disso, foram destacadas as necessidades nas áreas de saneamento, de energia elétrica e de telecomunicações – internet e telefonia).

Fonte: SPONCHIADO, 2017, p. 139-158.

Dessa forma, percebe-se que, na região da AMAU, existem iniciativas que tentam abrir caminhos coletivos para a promoção do desenvolvimento sustentável dessa região, as quais consideram a agricultura familiar como um setor determinante nessa construção. Assim, estão colocadas várias possibilidades para que a agricultura de base familiar cumpra um papel cada vez mais decisivo para a superação dos desafios atuais que o país e a região possuem, ou seja, para se contrapor às crises política e econômica, de insegurança alimentar, social, sanitária e ambiental. Entretanto, essas iniciativas e possibilidades encaram grandes dificuldades para serem implantadas, as quais são complementares entre si. Entre as principais, destacamos algumas em sequência, as quais não precisam estar dispostas nessa ordem.

A **primeira causa** identificada no decorrer do trabalho que bloqueia o desenvolvimento sustentável na região da AMAU (e no Brasil como um todo) é estrutural e envolve o problema da distribuição desigual da terra, tratada especialmente no Capítulo I. Dessa maneira, como destacou o informe da OXFAM Brasil, em 2016, o acesso distinto à terra somado aos incentivos públicos dados prioritariamente aos grandes proprietários, aprofunda as desigualdades sociais e faz aumentar a pobreza no meio rural (OXFAM Brasil, 2016, p. 11).

A **segunda causa** que destacamos como fator que impede o avanço sustentável da agricultura familiar na região da AMAU é a postura adotada atualmente pela maioria dos

governantes (em suas diferentes escalas – municipal, estadual e nacional) e por setores da sociedade civil organizada ao estabelecer condições idênticas para atender as demandas pleiteadas por um setor econômico extremamente heterogêneo, como é o caso da agricultura, tratando “todo mundo” como “agronegócio”. Ao longo deste trabalho, constatamos a existência de uma enorme diferenciação entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Não Familiar, tanto em termos de produção quanto em relação à renda. Da mesma maneira, dentro do setor Agricultura Familiar, constituem-se realidades totalmente desiguais entre os agricultores, pois o tamanho da propriedade rural em hectares é um dos fatores fundamentais para a sua sustentabilidade econômica. Assim, as unidades produtivas dos agricultores familiares podem ser classificadas entre mais de zero a menos de cinco hectares; de cinco a menos de 10 hectares; com 10 a menos de 20 hectares; com 20 a menos de 50 hectares; e com 50 e mais hectares. Além disso, a realidade vivenciada pelos agricultores residentes nos municípios que possuem preponderância de terras planas (como são os casos de Campinas do Sul, Jacutinga, Quatro Irmãos, Ipiranga do Sul e Sertão) é bastante diversa daquela enfrentada pelos agricultores que residem em municípios com preponderância de terras dobradas (como são os casos dos municípios como Carlos Gomes, Marcelino Ramos, Severiano de Almeida, Mariano Moro, Aratiba, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul e Erval Grande).

Dessa maneira, por não haver estratégias diferenciadas consistentes, as políticas públicas, como é o caso do Pronaf, contemplam especialmente os agricultores familiares consolidados, ou seja, aqueles que possuem maior capital de investimento, geralmente voltados à produção de *commodities*, ficando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno brasileiro em segundo plano (SCHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2021). Em consequência, também na região da AMAU, como ocorre em outras regiões do Brasil, a produção e a renda estão se concentrando entre os produtores situados nos grupos de área entre 20 e 50 hectares e entre 50 e 100 hectares no setor da Agricultura Familiar; e, além disso, ampliam-se gradativamente a concentração da terra, da produção e da renda entre os poucos agricultores classificados dentro da Agricultura Não Familiar, especialmente entre os que possuem 100 ou mais hectares. Isso ocorre com a produção de soja como já visto e, também, nas demais cadeias produtivas como se verifica na produção do leite.

Nessa direção, no caso da região da AMAU, um estudo realizado recentemente com uma das cooperativas que comercializa a produção de leite regional – a Coperal – confirmou a concentração da produção de leite, conforme a Tabela 54, em sequência.

Tabela 54 - Quantidade de produtores e volume de leite produzido em toneladas - em 2001, 2006, 2011 e 2016 - e comercializado pela Coperal na região da AMAU

Produtores e volume produzido	2001	2006	2011	2016
Número total de produtores	976	820	545	361
Volume total de leite produzido (toneladas)	1.037,01	1.477,53	1.492,77	1.761,91
Volume médio de leite produzido por produtor (toneladas)	1.062	1.801	2.739	4.880

Fonte: CENCI; MOURAD; DEGENERONE, 2018, p. 88.

Nesse mesmo sentido, o Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite divulgado pela Emater/RS-Ascar, em setembro de 2021, por ocasião da Expointer, revelou que o número de produtores de leite no Rio Grande do Sul, que era de 84.199 em 2015, reduziu para 40.182, em 2021. “Isso representa uma redução de 52,28%”, frisou o extensionista rural agropecuário da Emater/RS-Ascar, Valdir Sangaletti. Entretanto, embora essa redução expressiva de produtores, a produção manteve-se estável no estado, devido à profissionalização da atividade e ao uso de tecnologias e de melhorias da genética e do manejo nutricional e sanitário, também revela esse relatório (Emater/RS-Ascar, 08 set. 2021).

Note-se que a Tabela 54 traz informações relativas ao período dos governos neodesenvolvimentistas liderados por Lula e Dilma (2003-2016), em nível nacional, época essa de fortes políticas públicas favoráveis à agricultura familiar. Por outro lado, os dados sobre a produção de leite divulgados pela Emater/RS-Ascar, em 2021, contemplam o período entre 2015 e 2020, ou seja, abrangem o período em que o país foi comandado por governos neoliberais liderados por Temer e Bolsonaro, nos quais a agricultura familiar deixou de ser prioritária e a agricultura empresarial reinou absoluta (a extinção do MDA é símbolo disso, como visto). Isso demonstra, portanto, que as importantes políticas públicas em apoio à agricultura familiar criadas nas últimas décadas no país foram insuficientes, pois não conseguiram ser efetivas para uma parcela significativa de agricultores familiares, especialmente os menos capitalizados. Ou seja, a fim de enfrentar os desafios colocados atualmente para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na perspectiva de promover uma maior inclusão das famílias rurais com baixa produção e renda, não basta apenas trocar de governo ou recriar o MDA. São necessárias, portanto, mudanças nas políticas públicas em favor da agricultura familiar numa perspectiva que contemple com muito mais abrangência as famílias de agricultores familiares menos capitalizados.

Saliente-se que, no decurso do tempo, existiram avaliações de que o Pronaf – o principal programa existente em apoio à agricultura familiar –, apesar de toda a sua importância, necessitava passar por profundas reformulações, pois não estava conseguindo atender às demandas de grande parcela dos agricultores familiares, justamente os menos descapitalizados, além de incentivar o desenvolvimento do modelo convencional de agricultura. E, apesar dos programas criados na direção do denominado “Pronaf Verde”, por exemplo, essas alterações não alcançaram elevado êxito (SCHNEIDER, CAZELLA, MATTEI, 2021; BACELAR; FAVARETO, 2020).

Atualmente, essa necessidade torna-se ainda mais urgente, diante das diversas crises enfrentadas como visto nos primeiros tópicos deste capítulo – crise de segurança alimentar (o crescimento da fome no Brasil e no mundo), da saúde (Covid-19) e do clima (aquecimento global). Nessa direção, é cada vez mais forte a narrativa sobre a necessidade de organizar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, os quais permitam uma conexão entre diversas agendas: a produção agropecuária, o consumo de alimentos saudáveis, o combate à fome e à insegurança alimentar, além do enfrentamento à crise climática (FAVARETO; AQUINO, 2021; DEL GROSSI, 2021).

A **terceira causa** que destacamos como fator que dificulta o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU são os baixos investimentos públicos realizados historicamente pelo Estado brasileiro em áreas estratégicas como é o caso da infraestrutura em transportes rodoviários, isso sem falar no lastimável processo de abandono que ocorreu ao longo do tempo com o transporte ferroviário, o qual foi propulsor decisivo para o desenvolvimento regional nas primeiras décadas do século XX, como visto. Percebe-se que esse diagnóstico é consensual na região, tanto do ponto de vista das entidades representativas dos trabalhadores, quanto das empresariais, bem como das lideranças políticas de todos os partidos.

Assim, sem investimentos públicos de grande monta, a região da AMAU não consegue superar um de seus maiores entraves históricos que é a precariedade na área de infraestrutura de transporte, a qual se revela em duas direções: a falta de acesso asfáltico a onze municípios dessa região, como visto no Capítulo V (Tópico 5.9) e, coincidência ou não, o fato é que a maior parte dos municípios sem acesso asfáltico no norte do Rio Grande do Sul são aqueles em que predomina a agricultura familiar e especialmente os de relevo com terras dobradas; e a insuficiência de estradas asfaltadas inter-regionais dificultando a relação com duas associações municipais limdeiras da AMAU, ou seja, com a Associação dos Municípios do Nordeste Rio-Grandense (AMUNOR) – especialmente a RS 477, que beneficia também os municípios de

Centenário e Carlos Gomes - e com a Associação dos Municípios da Zona de Produção (AMZOP), através da RS-211, trecho entre Campinas do Sul e Ronda Alta (RS-324). Além disso, a região pleiteia historicamente o asfaltamento do trecho da BR-153 (Transbrasiliana) que liga Erechim a Passo Fundo e melhorias na rodovia RS-135 (que também liga Erechim a Passo Fundo), por meio da duplicação de alguns trechos prioritários, como destacou o Jornal Bom Dia no “Manifesto em Prol do Desenvolvimento Regional” (Jornal Bom Dia, Erechim, 23,24 e 25 out. 2021, p. 3).

Nesse sentido, a falta de investimentos públicos é constatada também na operação do programa da Consulta Popular do governo do estado, o qual financia demandas elencadas pelos Coredes, em cada região específica. Em 2021, para atender às demandas apresentadas pelos Coredes em todo o estado, o governo do Rio Grande do Sul destinou apenas R\$ 30 milhões, embora esse valor fosse 50% superior ao valor estipulado pelo programa em 2020 (Governo do Rio Grande do Sul, 14 set. 2021). Assim, para o Corede Norte (que representa a AMAU), o repasse correspondeu a R\$ 942 mil (Jornal Bom Dia, 08 set. 2021), o que representa um valor insignificante pela extensa pauta de demandas existentes elencadas pelo atual Plano Estratégico de Desenvolvimento do Norte – RS 2015 2030.

A partir disso, identificamos a **quarta causa** que bloqueia o avanço sustentável da agricultura familiar na região da AMAU, a qual é complementar às anteriores, pois, se o país e o mundo necessitam que a agricultura familiar priorize a produção de alimentos saudáveis, por que o Estado brasileiro (em suas diversas escalas – nacional, estadual, municipal) e setores representativos da sociedade estimulam prioritariamente o agronegócio e a produção de *commodities* agrícolas para a exportação? Cabe fazer uma ressalva aqui de que não somos contrários à produção de *commodities* agrícolas para a exportação, pois isso também é uma possibilidade colocada à agricultura familiar e não familiar, especialmente aos agricultores mais capitalizados. Entretanto, essa estratégia não pode ser a única ou a prioridade número um, pois a primeira função da agricultura de base familiar – e essa é a sua grande vocação – é a produção de alimentos saudáveis a fim de garantir a segurança e a soberania alimentar do nosso país e de toda a população brasileira, especialmente daquela parcela que hoje passa fome.

Destaque-se aqui, como visto, que o Brasil subscreveu e adotou a Agenda 2030 e os seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e o Caderno ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável estabelece de maneira clara, especialmente na Meta 2.3 (Brasil): “Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações

(...)” (IPEA, 2019, 14). Entretanto, as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, apesar de seus importantes avanços nas últimas décadas, elas contemplam majoritariamente os seus segmentos mais capitalizados e integrados aos mercados, como é o caso do PRONAF. Além disso, a maioria dos contratos firmados estão vinculados à adoção do pacote tecnológico convencional (uso de agroquímicos e agrotóxicos). Assim, o próprio Caderno ODS 2 reconhece: “Para se garantir uma agricultura realmente sustentável, que forneça alimentos em quantidade e qualidade suficiente para a população e sem agredir o meio ambiente, é necessário revisar o atual modelo predominante de fomento à produção” (IPEA, ODS 2, p.17).

Além disso, na Meta 2.4 (Brasil), o Caderno ODS 2, estabelece:

Até 2030, **garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos**, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar (IPEA, ODS 2, 2019, p. 22, grifo nosso).

Como visto ao longo deste trabalho, a necessidade de organizar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis - que permitam a conectividade entre as agendas da produção agropecuária, do consumo de alimentos saudáveis, do combate à fome e à insegurança alimentar, além do enfrentamento à crise climática – dialoga diretamente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável inscritos na Agenda 2030 da ONU. E, em relação a isso, percebemos que o tema do desenvolvimento sustentável foi incorporado no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Norte – RS 2015 2030, tanto que está presente no “Eixo Estratégico 1 - Promover o desenvolvimento econômico harmônico e sustentável”. Além disso, em relação à produção agropecuária, esse plano salienta que a mudança da tecnologia de produção e uso do solo adotada nessa região através da “introdução do plantio direto e do cultivo mínimo¹⁴⁶” foi importante para a redução do impacto ambiental das atividades agrícolas (SPONCHIADO, 2017, p. 55, 140). Embora isso, salientamos que a temática foi incorporada ao plano, mas não

¹⁴⁶ O plantio direto é uma técnica de cultivo conservacionista em que o plantio é efetuado sem as etapas do preparo convencional da aração e da gradagem. Nessa técnica, é necessário manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais. Essa cobertura tem por finalidade proteger o solo do impacto direto das gotas de chuva, do escoamento superficial e das erosões hídrica e eólica. **O plantio direto pode ser considerado como uma modalidade do cultivo mínimo**, visto que o preparo do solo se imita ao sulco de semeadura, procedendo-se à semeadura, à adubação e, eventualmente, à aplicação de herbicidas em uma única operação (Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONTAG01_72_59200523355.html). Acesso em: 05 nov. 2021, grifo nosso).

identificamos em seu bojo projetos de vulto que possam ser efetivos nessa imensa possibilidade colocada para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU.

Por outro lado, em relação ao sindicalismo e aos movimentos sociais, percebemos uma preocupação maior com essas questões. Por exemplo, a Fetraf-RS, em seu congresso estadual realizado em abril de 2021, destacou que a questão climática coloca desafios imensos para a agricultura.

A crise climática, que põe em xeque a ‘casa comum’, revela impactos cada vez mais profundos no cotidiano da vida, aumentando a presença de eventos extremos – como as estiagens – que colocam em xeque as condições de vida com qualidade, gerando a contaminação dos recursos naturais, como a água. O desmatamento, as queimadas e outras práticas, contribuem somente para piorar ainda mais a situação. (...) **A questão ambiental não é só mais um entre outras, ela tende a ser a principal questão no século XXI e coloca desafios imensos para a agricultura** em geral e também para a agricultura familiar, em especial, ainda que esta última, quando comparada com a agricultura empresarial, seja a que tem menor contribuição para os problemas ambientais (Fetraf-RS, 2021, p. 5, grifo nosso).

Além disso, a Fetraf-RS identificou alguns desafios colocados à Agricultura Familiar no atual contexto conjuntural:

Outrossim, coloca-se como desafio fundamental que a agricultura familiar retome sua origem e, como em todos os lugares do mundo onde sobreviveu, incorpore mudanças, mas que não lhe retirem o que a caracteriza. **O seu futuro não está em imitar a agricultura empresarial e sim em manter e desenvolver seu modo próprio de ser** (...). Enfim, tudo o que está acontecendo com a pandemia, a crise climática e as novas demandas indicam para o desafio de **produzir alimentos saudáveis** (Fetraf-RS, 2021, p. 7, grifo nosso).

A partir dessa análise conjuntural, a Fetraf-RS definiu três propostas de ação e de lutas relacionadas a essa temática:

3.1. Luta por políticas públicas para a agricultura familiar (saúde, educação, crédito, habitação, internet, previdência, programas públicos [Pronaf, PAA, PNAE...], infraestrutura). **3.2. Realização de ações de promoção da vida saudável** (alimentação, fitoterapia, homeopatia, cuidados ambientais entre outras...); **3.3. Atuação na organização da produção** (agroecologia, agricultura ecológica, produção de alimentos orgânicos, sementes crioulas, cadeias curtas, feiras, agroindústria familiar) (Fetraf-RS, 2021, p. 14, grifo nosso).

Entretanto, tanto em relação ao Corede Norte, quanto em relação ao sindicalismo e aos movimentos sociais dessa região, bem como em nível governamental (nas suas diversas esferas) não percebemos a existência de uma estratégia coletiva e coesa na perspectiva da produção de alimentos saudáveis na região da AMAU, pois as principais iniciativas existentes, como é o

caso da produção orgânica e agroecológica, sem uso de agrotóxicos, faz parte da agenda de uma parcela pequena de agricultores familiares (aproximadamente 5%), como visto no subtópico 6.6.1. Ao contrário, assim como acontece em nível de país (governo Bolsonaro) e em nível estadual (governo Leite) – cuja pauta principal da agricultura está direcionada à produção de *commodities* - na maior parte das prefeituras municipais dessa região, a agenda central está sendo realizada na perspectiva produtivista convencional pautada pelos agricultores mais capitalizados da agricultura familiar e da agricultura não familiar. Isso é demonstrado no exemplo em sequência, quando em agosto de 2021, ocorreu, no município de Quatro Irmãos, uma demonstração de pulverização com drone em lavoura, promovida pela Emater/RS-Ascar e a Prefeitura Municipal daquele município.

Figura 55 - Demonstração de pulverização por drone em lavoura no município de Quatro Irmãos



Fonte: Emater/RS-Ascar apud Jornal Bom Dia 16 ago. 2021; Foto: Emater/RS-Ascar.

No decorrer da demonstração, conforme a matéria jornalística, os agricultores receberam orientações sobre a pulverização com drone por meio de um aparelho que tinha capacidade de pulverizar até 12 hectares de área por hora, cujas orientações técnicas foram repassadas por Luam Rebonatto, da empresa Agroplan (Jornal Bom Dia, 16 ago. 2021). Registre-se que somos favoráveis às novas tecnologias e, especificamente, essa nova técnica é muito interessante, especialmente para os médios e grandes produtores rurais, mas não é para a maior parte dos agricultores familiares dessa região, que possuem em média menos de 20 hectares de área em suas propriedades rurais. Como visto no Capítulo 5 (Tópico 5.8, Gráfico 25), os agricultores familiares que possuem os menores estabelecimentos agropecuários em

termos de área são aqueles que menos são contemplados com assistência técnica na região da AMAU (de zero a 5 hectares, 32,83% dos agricultores recebem assistência técnica; de 5 a 10 hectares, 49,49%; de 10 a 20 hectares, 61,61%). Entretanto, quem possui 100 hectares ou mais, 86,75% têm acesso à assistência técnica.

A **quinta causa** identificada neste trabalho que impede o avanço sustentável da agricultura familiar na região da AMAU – assim como em nível do conjunto do território e da sociedade - possui relação com a o tratamento dado à questão da pobreza nessa região, pois não visualizamos a existência de uma estratégia conjunta de ação entre os diversos atores sociais na região da AMAU, tanto em nível de sociedade civil organizada, quanto nas instâncias governamentais. Além disso, no contexto da pandemia do Covid-19, os dados registrados indicam que a situação se agravou, pois, em abril de 2021, conforme a Tabela 20 (Capítulo IV, subtópico 4.3.5), 3.178 famílias viviam em situação de extrema pobreza. Entretanto, em notícia publicada pelo jornal Bom Dia, conforme retrata a Figura 56, em sequência, em junho deste ano, a manchete foi a seguinte: “Extrema pobreza: no Alto Uruguai, 3.752 famílias vivem com até R\$ 89 por mês”.

Figura 56 - Número de famílias que vivem em situação de pobreza na região da AMAU (junho 2021)

Extrema pobreza: no Alto Uruguai, 3.752 famílias vivem com até R\$ 89 por mês

Levantamento do Jornal Bom Dia revela o ranking dos 32 municípios que compõe a AMAU. De 2019 até junho de 2021, o crescimento foi de 154,75% em Erechim, como um dos reflexos da pandemia



Por *Nothan Breitenbach*
Foto *Rodrigo Finardi*
26/10/2021 08:32

A pobreza é multifacetada, embora desenhada pelas linhas de renda: pobreza extrema (menos de R\$ 89,00 per capita) e pobreza (R\$ 178,00 per capita mensais). A explicação é da secretária de Assistência Social de Erechim, Clarice Moraes. Um levantamento realizado pela reportagem revela que nos 32 municípios da região Alto Uruguai, 3.752 famílias vivem na extrema pobreza. Os dados foram extraídos do Cadastro Único para Programas Sociais e referem-se à junho de 2021. O município de Erechim, maior da AMAU, lidera no ranking com 1.205 famílias nestas condições, seguido de Benjamin Constant do Sul (361), Charrua

O município de Erechim, maior da AMAU, lidera no ranking com 1.205 famílias nestas condições.

Fonte: BREITENBACH, Jornal Bom Dia, 26 out. 2021; Foto: Rodrigo Finardi.

Além disso, a matéria do jornal Bom Dia salientou a realidade de Erechim, pois, em junho de 2019, o município contabilizava 473 famílias em situação de extrema pobreza, enquanto em junho de 2021, o número tinha se elevado para 1.205 famílias, um acréscimo de 154,75%, ou seja, isso revela o quanto esse problema necessita de atenção redobrada dos órgãos públicos e da sociedade. Outrossim, salientamos que, num país como o Brasil e num estado como o Rio Grande do Sul, essa realidade não deveria existir, pois possuímos um território caracterizado como um dos melhores do mundo na capacidade de produzir alimentos saudáveis e em escala suficiente para garantir com sobras o direito humano à alimentação. Em relação ao território da AMAU, essa realidade possui um significado negativo ainda mais forte por ser uma região caracterizada pelo desenvolvimento histórico da agricultura de base familiar.

A **sexta causa** identificada neste trabalho que barra o avanço sustentável da agricultura familiar na região da AMAU é o retrocesso vivenciado atualmente nas políticas públicas direcionadas ao setor. Como visto neste capítulo (Tópico 6.4), se o Brasil quiser fortalecer o espaço rural e manter os agricultores e suas famílias na lida da terra, o país precisa urgentemente fortalecer e criar novas e consistentes políticas públicas que valorizem a profissão do agricultor e da agricultora familiar, além de estabelecer condições básicas para que os jovens de ambos os sexos possam escolher as atividades agropecuárias como meio e forma de vida. Assim, não basta escrever nos planos de governo (em todas as escalas – municipal, estadual e nacional) ou dos Coredes de que é necessário promover ações direcionadas à sucessão familiar e a garantir incentivos à manutenção e, inclusive, para o retorno dos jovens ao meio rural, se não forem tomadas iniciativas imediatas e perenes (programas públicos sólidos) nessa direção. Nesse sentido, o Programa *Jovem Empreendedor Rural (Pró-Jovem)* desenvolvido pela prefeitura municipal de Machadinho, RS e o Programa *Bolsa Juventude Rural* implementado pelo estado do Rio Grande do Sul devem ser fortalecidos e aperfeiçoados, além de servirem de modelo para o país e para todos os municípios.

Além disso, para uma mudança desse contexto de insegurança alimentar, é imperativo que o Estado assuma o seu papel, investindo em fortes políticas públicas nessa direção, pois, mais uma vez, na conjuntura da pandemia, ficou provado que o livre mercado é incapaz de garantir a segurança alimentar necessária para cada nação, pois cresceu nesse período a escassez de alimentos (PLOEG, 2021, p. 24; GRAZIANO DA SILVA, 2020).

A **sétima causa** identificada neste trabalho que embaraça o avanço sustentável da agricultura familiar na região da AMAU é a falta de apoio recebido pela categoria nas suas lutas e mobilizações em defesa de seus direitos sociais – previdência social, saúde, educação, assistência social, entre outros. Em relação a isso, também não percebemos a existência de

unidade regional das entidades representativas da sociedade civil e do poder público em sua defesa, apesar de que, a título de exemplo, como visto nas Tabela 18 (Capítulo IV, subtópico 4.3.1) e na 48 (neste Capítulo, tópico 6.5), os benefícios da previdência social e especificamente os relacionados ao público rural causam impactos extremamente positivos no desenvolvimento local e regional. Dessa maneira, para ilustrar, houve divisão entre as entidades representativas de trabalhadores e de empresários, no território da AMAU, em relação ao debate da PEC do Teto de Gastos que resultou na Emenda Constitucional nº 95, promulgada pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2016, durante o governo Temer, a qual limitou os investimentos públicos federais durante 20 anos, em áreas como a Educação e a Saúde.

Da mesma maneira, isso aconteceu no debate relativo à reforma da previdência social consolidada na Emenda Constitucional 103, promulgada em novembro de 2019, pelo Congresso Nacional durante o governo Bolsonaro, a qual alterou profundamente o sistema de Previdência Social e causou redução de direitos, especialmente aos trabalhadores pertencentes às categorias urbanas. Registre-se que, nas duas ocasiões, os representantes dos trabalhadores foram contrários às reformas pretendidas pelo governo, enquanto os representantes empresariais tiveram posição favorável. Exemplo disso é que nas mobilizações contra a reforma da previdência, como demonstra a Figura 57, em sequência, só participaram representantes das entidades sindicais e de movimentos sociais rurais e urbanos, ligadas aos trabalhadores.

Figura 57 - Manifestação de estudantes e de trabalhadores rurais e urbanos em Erechim contra a reforma da previdência e em defesa da educação pública, em junho de 2019



Foto: Sirley Ioppi apud Jornal Boa Vista Erechim, 14 jun. 2019.

Conforme a notícia publicada no jornal Boa Vista Erechim, a mobilização foi realizada no dia 14 de junho de 2019, com uma caminhada nas ruas de Erechim e culminou com um ato público ocorrido em frente à sede do INSS em defesa da previdência social e da educação pública, organizada por instituições ligadas ao ensino público (UFFS, Uergs, IFRS e Escolas Estaduais), bem como pelo Comitê do Alto Uruguai em Defesa da Previdência Pública, o Sutraf/AU, a Fetraf-RS, o 15º Núcleo do Cpers-Sindicato, a CUT Alto Uruguai e Sindicatos de Trabalhadores. Por essa notícia e pelo que pesquisamos, não houve participação de lideranças empresariais em apoio à mobilização dos trabalhadores e estudantes (Jornal Boa Vista, Erechim, 14 jun. 2019).

Apesar disso, devido à pressão e a mobilização nacional ocorridas pelo conjunto do sindicalismo e dos movimentos sociais rurais, pelo menos em relação aos agricultores familiares, houve recuo de parte do governo federal e do congresso nacional. Desse modo, os direitos sociais previdenciários foram mantidos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais no que se refere à reforma da previdência realizada em 2019, o que significou importante conquista para as famílias rurais dessa região, num contexto político desfavorável como é o atual, o que representa também a manutenção de recursos investidos com impactos sociais e econômicos vitais para os municípios da AMAU.

Ressaltamos que essas causas enumeradas acima são alguns dos fatores que dificultam ou bloqueiam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nessa região, como visto ao longo do trabalho e, de modo especial, no Capítulo V. Com certeza, são muitas as causas e elas se complementam. Assim, essas questões foram destacadas, pois, no nosso julgamento, apareceram com maior intensidade no decurso da pesquisa.

Por outro lado, em contraponto, identificamos que, apesar da enormidade desses entraves, a Agricultura Familiar na região da AMAU possui potencialidades consideráveis para promover o seu desenvolvimento sustentável. Como visto no decurso do trabalho, nesse território, esse setor é responsável por 90% da população residente e empregada na agricultura, por 90% dos benefícios previdenciários rurais e por 65% da renda originada pela produção agropecuária regional, índices muito superiores aos constatados no Rio Grande do Sul (37%) e no Brasil (23%). A partir da representatividade amplamente majoritária da agricultura familiar nessa região e pela capacidade de organização e de mobilização demonstrada nas últimas décadas pelos atores sociais representativos dessa categoria, o setor possui as condições fundamentais para liderar com maior amplitude um debate regional relativo ao processo de desenvolvimento rural e sustentável e, por meio disso, estabelecer coesões sociais e políticas

necessárias para o enfrentamento dos desafios impostos pelo atual contexto adverso e pelas fortes contradições que bloqueiam o seu desenvolvimento sustentável.

Além disso, para que essas possibilidades sejam efetivadas, com base na pesquisa realizada, entendemos como necessária uma repactuação e uma reelaboração das estratégias para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar diante do atual contexto adverso. E isso deve ser realizado pelas entidades representativas dos agricultores familiares dessa região (sindicatos, cooperativas, associações, setores universitários e Ongs). Isso é fundamental, pois, apesar de que esses atores sociais tiveram um papel protagonista decisivo nas últimas décadas e obtiveram importantíssimas conquistas econômicas e sociais, que resultaram em significativas contribuições para o desenvolvimento desse território, constatamos, no último período, que as políticas públicas e as demais vitórias obtidas ao longo do tempo são insuficientes para enfrentar os desafios do atual contexto adverso. Outrossim, o fortalecimento da unidade entre esses atores com respeito à diversidade existente (unidade na diversidade), é importante para a superação das divisões internas que aconteceram especialmente na última década, as quais provocaram distanciamento e enfraquecimento dos processos de mobilização regional desse setor.

Por isso, no atual contexto, consideramos como fundamental que haja recomposição dessa unidade entre os atores que representam a diversidade da agricultura familiar. Nessa direção, nos anos recentes, verificamos que há uma disposição maior disso acontecer, pois suas lideranças já realizaram importantes mobilizações conjuntas como foi o caso das lutas contra a reforma da previdência e em defesa da educação pública, em 2019. Outro exemplo foi a mobilização ocorrida em 16 de novembro de 2021, em Porto Alegre, em ato unificado entre diversas entidades representativas do sindicalismo rural, cooperativas e movimentos sociais desse estado (Fetraf-RS, MST, MPA, CUT, MAB, Consea, Unicafes, MMC, MDT e outras), para reivindicar um programa estadual de crédito emergencial para a produção de alimentos e sanar o problema da fome no Rio Grande do Sul (Sul 21, 17 nov. 2021).

Figura 58 - Ato público em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, RS, com entrega de pauta de reivindicações da Agricultura Familiar e Camponesa ao governo do estado



Foto: Maiara Rauber, Sul 21, 17 nov. 2021.

Dessa maneira, notamos a existência de uma conjuntura favorável para a reelaboração de um plano estratégico de desenvolvimento, em nível estadual e especialmente na região da AMAU - um novo Plano Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) - que resulte em uma agenda coletiva na perspectiva de provocar novas conquistas no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Além disso, esse novo PADSS e sua agenda em defesa das bandeiras da agricultura familiar, numa perspectiva inclusiva e sustentável, precisa ser debatida e renovada em diálogo e em coesão com os demais setores sociais que reconhecem a função indispensável que os agricultores familiares possuem no contexto atual, especialmente na produção de alimentos saudáveis e no enfrentamento às crises econômica, social, política e ambiental que o país e o mundo atravessam. Nesse sentido, existem instrumentos que facilitam esse processo de coesão. Entre eles, está a Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Do mesmo modo, o Acordo de Paris realizado em 2015 e os novos compromissos assumidos pelo Brasil na COP26, evento que ocorreu na Escócia, entre 31 de outubro e 12 de novembro de 2021. Outro instrumento nesse sentido é a proclamação da ONU, aprovada em 2017, instituindo a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar, entre 2019 e 2028.

Além disso, diversos estudos realizados nos últimos anos indicaram que o processo de desenvolvimento sustentável de uma região não ocorre a partir de um setor específico, apesar de sua forte representatividade, como é o caso da agricultura familiar na região da AMAU. Esses estudos apontam para o fato de que as pessoas, mais do que nunca, interagem

constantemente e os espaços rural e urbano se entrecruzam cada vez mais. Dessa maneira, é pouco interessante efetuar comparações sobre a participação demográfica entre a população rural e urbana em regiões em que predominam pequenos municípios como é o caso da região do Alto Uruguai rio-grandense. O que mais importa para os diferentes setores sociais dessas regiões é a compreensão de que o desenvolvimento sustentável somente acontece quando são promovidas articulações intermunicipais ou regionais entre os diversos setores econômicos e sociais de forma inclusiva e participativa no conjunto do território (VEIGA, 2003, p. 36).

Nessa direção, é essencial a criação de mecanismos capazes de dinamizar a vida social e econômica das regiões situadas no interior do Brasil que busquem unidade de objetivos entre os setores rurais e urbanos que garantam certas condições de bem-estar a seus habitantes (AQUINO; FAVARETO, 2021). Sabemos que as mudanças sempre acontecem a partir de um processo organizativo e mobilizador construído socialmente e politicamente. Nesse sentido, cabe às organizações representativas da agricultura familiar promoverem a criação de um ambiente propício para debater e construir esse novo futuro para a agricultura familiar dessa região, numa perspectiva articulada com os demais setores sociais e econômicos, com uma forte mobilização social que sustente essa agenda de mudanças.

Por outro lado, com base na pesquisa realizada, a agenda de reivindicações da Agricultura Familiar, que deve ser focada na função de produção de alimentos saudáveis, precisa ser adotada urgentemente e prioritariamente pelo Estado brasileiro, em suas diversas instâncias (federal, estadual e municipal), através de um imediato aperfeiçoamento dos programas existentes e com a criação de novos, a exemplo: crédito subsidiado e de inclusão produtiva às famílias de baixa renda; programas direcionados aos jovens e às mulheres rurais, às agroindústrias, à produção e à comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos; garantia de assistência técnica e extensão rural (Ater); e recursos volumosos em pesquisa que visem ao desenvolvimento sustentável dos territórios.

Dessa maneira, como escreveram Schneider, Cazella e Mattei (2021, p. 60), podemos afirmar com otimismo de que a agricultura familiar é parte da resposta às questões contemporâneas do Brasil, pois ela, além de ser responsável em manter o espaço rural com gente, possui um papel fundamental na efetivação da Agenda 2030 da ONU, essencialmente na produção de alimentos saudáveis. Assim, no território da Amau, esse setor possui as condições necessárias para atender com qualidade as demandas alimentares da população dessa região (além de contribuir com o Brasil e o mundo), com práticas sustentáveis, inclusivas e garantidoras no atendimento das três dimensões propostas por essa Agenda – econômica, social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa caracteriza-se por uma descrição e uma análise sobre o processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar, entre 1950 e 2021, na região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), no norte do Rio Grande do Sul – um território caracterizado historicamente pela participação decisiva desse setor no seu processo de expansão.

O eixo condutor deste trabalho é o conceito de desenvolvimento sustentável presente na Agenda 2030, aprovada em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU), na qual foi adotada uma visão holística para o desenvolvimento e integradora entre o ser humano e a natureza, nas suas diversas dimensões, especialmente na econômica, na social e na ambiental. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável pleno somente ocorre quando existe equidade na distribuição das oportunidades criadas pela humanidade, garantia de sustentabilidade da Terra para as gerações atuais e futuras, condições para que as pessoas desenvolvam as suas capacidades produtivas plenamente e empoderamento no sentido de que a população exerça uma participação real nas decisões que acontecem em seu país e no mundo.

Levando isso em conta, a pesquisa procura responder essencialmente a uma questão formulada na introdução do trabalho e reproduzida aqui:

- **A partir de sua trajetória histórica vivenciada na região da AMAU - de seus avanços, conquistas e contradições - quais são as principais potencialidades e limites do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no tempo presente em suas três dimensões: econômica, social e ambiental?**

A fim de responder à questão proposta, realizamos uma pesquisa descritiva e analítica e utilizamos de dados quantitativos e qualitativos. Além de uma revisão de literatura sobre o tema, recorreremos basicamente às seguintes fontes e metodologia: consulta aos Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE, comparando os dados da região da AMAU, com os do Rio Grande do Sul e do Brasil; seleção de notícias nos jornais de circulação local (A Voz da Serra, Diário da Manhã, Bom Dia e Boa Vista); reunião de documentos do Sutraf/AU, da Fetraf/Sul/CUT e da Fetraf/RS; questionário aplicado aos dirigentes da Fetraf/RS; entrevistas orais com dirigentes do Sutraf/AU; entrevistas orais com cerca de 30 agricultores/agricultoras (adultos e jovens) dos seguintes municípios – Aratiba, Erechim, Itatiba do Sul, Machadinho, Paulo Bento e São Valentim; entrevistas orais com dirigentes da Ecoterra, da Cooperativa Nossa Terra e da Emater/RS-Ascar; entrevistas com alguns Agentes Públicos dos municípios de Itatiba do Sul, Aratiba e Erechim.

A partir disso e da análise contida nos seis capítulos que compõem o trabalho, salientamos, em sequência, os principais limites e potencialidades identificados pela pesquisa no processo de desenvolvimento da agricultura de base familiar na região da AMAU, entre 1950 e 2021, em relação às dimensões econômica, social e ambiental previstas no conceito de desenvolvimento sustentável defendido pela Agenda 2030 da ONU. Iniciemos com os limites.

O **primeiro limite** que destacamos possui relação com o problema da distribuição desigual da terra ocorrido no processo de ocupação desse território durante os séculos XIX e XX e sua conseqüente contribuição para a manutenção de realidades de pobreza no meio rural, ao longo do tempo, pois foi um processo excludente e injusto socialmente. Historicamente, no decorrer do século XIX, o Estado brasileiro incentivou a ocupação desse território através de militares, bandeirantes (birivas) e tropeiros, os quais também utilizavam trabalhadores negros escravizados como ocorreu nas terras do hoje município de Sertão e da antiga Fazenda Quatro Irmãos, que atualmente compreende vários municípios, como Quatro Irmãos, Erebangó, Paulo Bento, Ponte Preta, Jacutinga, Campinas do Sul e Cruzaltense. Além disso, no processo de efetivação da Colônia Erechim (criada em 1908), o governo estadual deu prioridade à ocupação realizada pelos povos imigrantes europeus (e de seus descendentes).

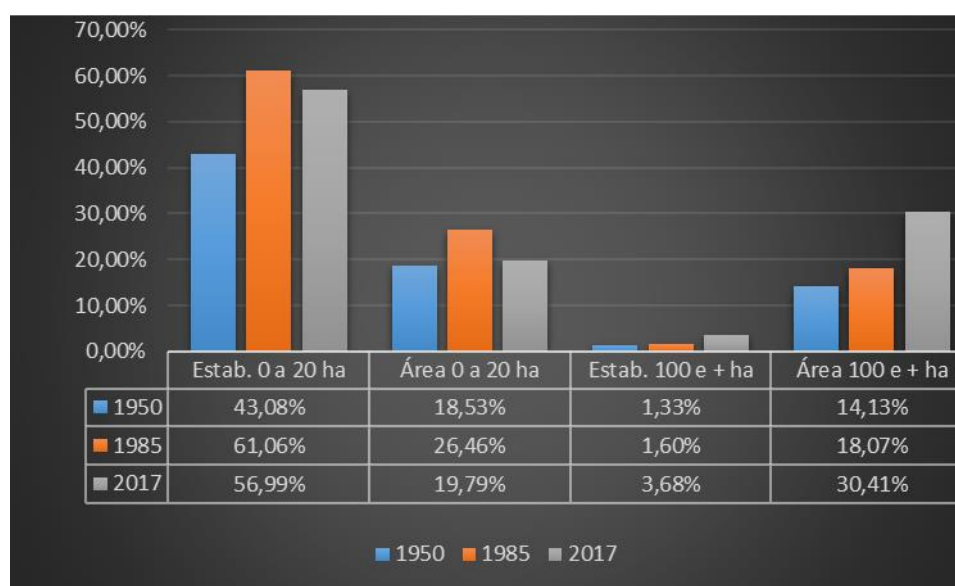
Nesses processos, ocorreu uma clara preterição dos povos indígenas (desterritorialização e aldeamento), dos povos negros (trabalho escravo no século XIX e, após a sua liberdade, exclusão da terra) e dos povos caboclos (desterritorialização e destinação das piores terras), como visto no Capítulo 1 (tópicos 1.1.2; 1.1.3; e 1.1.4). Outrossim, nas primeiras décadas de implantação da Colônia Erechim pelo Estado e pelas empresas colonizadoras - além da relegação dos povos indígenas, negros e caboclos - houve um processo desigual de distribuição da terra para os imigrantes europeus e seus descendentes, como visto no Capítulo 1 (Tópico 1.3 - Tabela 10). Resultado disso, em 1950, existia a seguinte realidade na região da AMAU: 2284 estabelecimentos agropecuários com área entre 1 e 10 hectares (12,30%), que ocupavam um total de 14.054 hectares (2,74%); 5.714 com área entre 10 e 20 hectares (30,78%), que ocupavam um total de 80.901 hectares (15,79%); 8942 com área entre 20 e 50 hectares (48,17%), que ocupavam um total de 256.943 hectares (50,14%); 1378 com área entre 50 e 100 hectares (7,42%), que ocupavam um total de 88.188 hectares (17,21%); e 247 com área acima de 100 ou mais hectares (1,33%), que ocupavam um total de 72.398 hectares (14,13%).

Isso contribuiu decisivamente para um processo de exclusão social e de pobreza no meio rural e urbano dessa região, como demonstra a Tabela 3, no Capítulo 1 (quando foram verificados os Índices de Desenvolvimento Humano Municipais - IDHM - com dados de 2010)

e a Tabela 20, no Capítulo 4 (que demonstra o número de pessoas que estavam inseridas nos Programas de Assistência Social, como o Bolsa Família, em situação de pobreza ou de extrema pobreza nos 32 municípios da região, em 2021).

Dessa maneira, esse processo histórico de repartição desigual da terra, causou um problema estrutural que dificulta extremamente o desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, pois não foi capaz de garantir a equidade necessária para a distribuição de oportunidades para o conjunto das famílias de agricultores residentes nessa região, especialmente em prejuízo dos proprietários de unidades produtivas de pequeno porte. O Gráfico 41, em sequência, traz uma pequena síntese dos dados apresentados ao longo do trabalho, os quais demonstram com contundência o processo desigual de distribuição da terra na região da AMAU.

Gráfico 41 - Concentração da terra na região da AMAU, comparação entre 1950, 1985 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos agropecuários de 1950, 1985 e 2017 (IBGE).

Dessa maneira, percebe-se claramente como a divisão da terra permaneceu extremamente desigual ao longo do tempo. E, assim, em 2017, constatou-se a seguinte realidade: de um lado, 56,99% dos estabelecimentos agropecuários existentes nessa região detinham apenas 19,79% da área destinada às atividades no meio rural; e, de outro, apenas 3,68% das propriedades rurais possuíam 30,41% da área disponível para a produção agropecuária. Isso cria enormes dificuldades econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU, pois mais de 50% das unidades produtivas estão classificadas como minifúndios e não alcançam um módulo rural (20 hectares

de área). Assim, a distribuição histórica e desigual da terra provocou reflexos no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no período atual, pois isso gerou uma dinâmica permanente e constante de concentração da produção e da renda agropecuária entre os agricultores mais capitalizados.

Isso ficou comprovado no Capítulo 5 (item 5.2, Tabela 27), com dados do Censo Agropecuário de 2017: de um lado, os estabelecimentos da agricultura familiar somaram 90,1% do total, mas ficaram com 64,69% do valor da produção regional; e, de outro, os estabelecimentos da agricultura não familiar somam 9,9% do total e obtiveram 35,31% do valor da produção. Além disso, a concentração da renda é ainda maior quando se observam as informações relativas aos estabelecimentos de pequeno porte: os estabelecimentos classificados entre mais de zero e menos de 20 hectares corresponderam a 56,58% do total, mas o valor da produção alcançado por esse grupo atingiu um percentual de apenas 25,12%.

Da mesma maneira, no Capítulo 5 (tópico 5.1, Tabela 25), também com dados do Censo Agropecuário de 2017, percebeu-se que os agricultores familiares residentes nos municípios com relevo caracterizado por terras mais planas, próprias para o cultivo de lavouras temporárias, obtiveram resultados médios melhores do que os residentes nos municípios com terras mais dobradas. Assim, os agricultores familiares pertencentes aos municípios de Benjamin Constant do Sul, Itatiba do Sul, Erval Grande, Áurea, Florianópolis, Severiano de Almeida, Viadutos, Carlos Gomes e Centenário (caracterizados por terras dobradas) obtiveram, em 2017, uma média individual na renda agropecuária que variou de 37.093 a 68.050 reais. Por outro lado, nesse mesmo ano, os agricultores familiares pertencentes aos municípios de Paulo Bento, Ponte Preta, Getúlio Vargas, Quatro Irmãos, Sertão, Ipiranga do Sul, Campinas do Sul, Estação, Erebango e Jacutinga (caracterizados por terras mais planas) obtiveram uma renda média individual na produção agropecuária que variou de 103.193 a 331.592 reais. Assim, conclui-se que, em relação à histórica desigualdade no processo de distribuição da terra na região da AMAU, existiram dois tipos de limites: o tamanho desigual dos lotes destinados aos agricultores; e as características de sua localização (terra dobrada ou terra plana).

Somado a isso, identificamos no Capítulo IV (subtópico 4.3.5), através da Tabela 20, a permanência significativa de famílias vivendo em situação de pobreza e de extrema pobreza na região da AMAU, tanto no meio rural quanto no urbano. Dessa maneira, em abril de 2021, 3.178 famílias viviam em situação de extrema pobreza e esse é o **segundo limite** estrutural identificado neste trabalho para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nesse território. Além disso, ao longo da pesquisa, não identificamos uma estratégia de ação planejada entre os órgãos governamentais e da sociedade, em nível regional, para o enfrentamento dessa

questão por meio da adoção e da ampliação de políticas públicas estruturais que visem a criação de oportunidades concretas para superação dessa realidade social destinadas para esse conjunto de famílias, tais como: elevação de escolaridade, formação profissional, programas de apoio ao acesso à terra, criação de alternativas de geração de trabalho e renda.

Dessa maneira, os limites salientados acima estabelecem fortes empecilhos para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e também para o desenvolvimento integral no conjunto do território, pois isso provocou um constante êxodo rural nas últimas décadas e a criação de situações de pobreza nos meios urbano e rural dessa região. Constatamos, portanto, que os processos de desenvolvimento históricos dessa região não foram praticados com equidade e justiça, pois, de um lado, discriminaram diversos grupos sociais, os quais vivenciaram situações de permanente pobreza e, além disso, estimularam a continuidade dos conflitos na disputa pela terra dentro do território regional ao longo do tempo, entre agricultores (familiares e não familiares) e as comunidades indígenas, negras e caboclas.

O **terceiro limite** identificado para o processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU possui relação direta com o modelo produtivista e convencional hegemônico da produção agropecuária brasileira, como visto no Capítulo V. Essa situação acentuou-se nas duas últimas décadas com o avanço da inserção do Brasil nas cadeias de *commodities*, no mercado internacional, liderado pela soja. Assim, por ter um mercado global resguardado, o plantio de soja é muito mais seguro para os agricultores do que o cultivo dos produtos que compõem o prato básico da família brasileira como é o caso do feijão. Outrossim, os fortes investimentos dos setores privados em pesquisa e em novas tecnologias - melhoramento de sementes, novas técnicas, novas máquinas e equipamentos - fazem a produtividade das cadeias de *commodities* crescerem no decurso do tempo, além de diminuírem a utilização de mão de obra. Soma-se a isso o contexto atual do dólar nas alturas e tem-se a fórmula fechada: os agricultores sabem fazer contas e optam pelo cultivo da soja, por exemplo.

Assim, o avanço crescente da produção de soja, com seus expressivos resultados econômicos, ao mesmo tempo que amplia a renda para uma parcela de produtores, prejudica o desenvolvimento de uma agricultura familiar diversificada e traz danos à segurança alimentar da população brasileira. Outrossim, amplia-se cada vez mais a utilização e a dependência do pacote tecnológico patrocinado por grandes grupos econômicos: sementes modificadas geneticamente, aplicação de adubos químicos e agrotóxicos, máquinas e tecnologias cada vez mais avançadas. Por outro lado, não é percebida a mesma ênfase nos investimentos aplicados em pesquisa e assistência técnica direcionada à produção de alimentos saudáveis na perspectiva da segurança alimentar e nutricional do país. Desse modo, esse modelo torna-se mais um

empecilho à construção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, especialmente na perspectiva da produção de alimentos saudáveis.

O **quarto limite** enfrentado no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionado às questões do êxodo rural da população jovem (especialmente das moças), da masculinização do campo e do envelhecimento da população rural. Isso provocou, nos últimos anos, uma crise nos processos de sucessão rural. Em relação aos jovens, há um conjunto de problemas que influenciam suas decisões no sentido de permanecer ou não no meio rural - terra e renda, diálogo familiar e reconhecimento, oportunidades que se oferecem no meio urbano (trabalho e educação), gostar do que faz, políticas públicas, entre outros – vistas no Capítulo 5 (tópico 5.7) e no Capítulo 6 (tópico 6.4). Já em relação às moças, existem questões adicionais que influenciam o seu êxodo rural: a invisibilidade produtiva das mulheres, a dupla jornada, a pouca valorização e o não reconhecimento do seu trabalho, a cultura patriarcal que direciona a sucessão rural ao filho homem, entre outras.

O **quinto limite** identificado no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionado às dificuldades no acesso à escolaridade, à formação profissional e à assistência técnica, como visto no Capítulo 5 (tópico 5.8). Em relação à escolaridade, destaca-se o fato de que o número de dirigentes dos estabelecimentos agropecuários do setor que tinham concluído o ensino médio ou obtido curso superior, em 2017, não alcançava o índice de 20%, ou seja, mais de 80% dos agricultores familiares possuíam escolaridade máxima no nível do ensino fundamental (Tabela 36 e Gráfico 24). Em relação à assistência técnica, em 2017, 63,47% dos estabelecimentos agropecuários dessa região tinham acesso a ela, enquanto que 36,53% não a recebiam (Tabela 37 e Gráfico 25). Entretanto, ao observarmos os índices de produtores que receberam assistência técnica por Grupos de Área, os que possuíam estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, de um total de 9.574 produtores, 53,67% deles receberam apoio técnico e 46,33% não. Já entre os produtores com área de 100 ou mais hectares, 86,75% deles tinham acesso à assistência técnica, o que demonstra mais uma vez a desigualdade nesse acesso em prejuízo aos agricultores com estabelecimentos de pequeno porte.

O **sexto limite** salientado no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionado à precariedade nos serviços de infraestrutura, com destaque aqui para o acesso à internet, à energia elétrica e a estradas asfaltadas, como visto no Capítulo 5 (tópico 5.9). Em relação à internet, constatou-se que, em 2017, apenas 40,49% dos agricultores familiares e não familiares tinham acesso a esse serviço. Entretanto, entre os

agricultores familiares situados nos grupos de área de zero a menos de 20 hectares, de um total de 9.574 produtores, 34,07% tinham acesso à internet no meio rural. Por outro lado, entre os produtores com 100 ou mais hectares, 63,49% deles tinham acesso a esse serviço. Em relação ao acesso ao serviço de energia elétrica de qualidade no meio rural, constatou-se que os agricultores convivem com graves problemas: péssimas condições de conservação das redes (48,7% dos postes das redes da RGE permanecem de madeira), demora na substituição de postes e restabelecimento de energia em dias de fortes ventos e temporais, baixa intensidade das cargas e pouca qualidade no fornecimento de energia elétrica, entre outros. E, finalmente, em relação ao acesso a estradas asfaltadas, a região da AMAU é a que mais possui municípios sem acesso asfáltico no estado, pois de um total de 32, onze deles estão nessa situação: Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Mariano Moro, Ponte Preta e Quatro Irmãos.

O **sétimo limite** salientado no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionado à dimensão ambiental. Em primeiro lugar, constatou-se um avanço progressivo e amplamente hegemônico do viés produtivista e convencional da agricultura familiar e não familiar na região da AMAU, como visto no Capítulo V (tópico 5.4), nas últimas décadas. Em relação à adubação, em 2017, as constatações foram (Gráfico 16): apenas 3,49% dos agricultores utilizavam adubação orgânica; 28,48% utilizavam adubação química e orgânica ao mesmo tempo; e 51,55% utilizavam adubação química. Em relação à utilização de agrotóxicos nesse mesmo ano, a realidade era (Gráfico 17): apenas 7,35% dos agricultores familiares e não familiares não fizeram uso de agrotóxicos nas atividades agropecuárias nessa região; em contraponto, 92,62% dos agricultores utilizaram agrotóxicos nas suas propriedades.

Além disso, apesar de vivenciarmos no mundo uma emergência ambiental, como tratado no Capítulo 6 (tópico 6.3), o modelo de desenvolvimento agropecuário brasileiro está estruturado num viés expansionista que incentiva as monoculturas, como é o caso da produção de soja (Capítulo 5, tópico 5.3), que promove a deterioração ambiental do solo, da água e do ar, por causa do uso ampliado de agroquímicos e agrotóxicos, distanciando-se das metas estabelecidas especificamente para o Brasil nos Cadernos ODS, especialmente o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável - além de não incentivar a diversificação da produção direcionada aos alimentos saudáveis, através dos agricultores familiares com unidades produtivas de pequeno porte. Outrossim, o governo brasileiro promoveu, especialmente entre 2016 e 2020 (Gráfico 32), a aprovação de números recordes de novos agrotóxicos, os quais são utilizados e jogados na biosfera anualmente acarretando custos ambientais e para a saúde. E,

nesse processo, constatamos na pesquisa que essa realidade também ocorre no norte do Rio Grande do Sul, onde está situada a região da AMAU.

O **oitavo limite** salientado no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionado à postura majoritária adotada pelos atuais governantes no país, nas três esferas governamentais (união, estados e municípios) e também pela sociedade brasileira e regional que valorizam o Agronegócio em detrimento da Agricultura Familiar. Desse modo, ao invisibilizar a Agricultura Familiar e enaltecer o Agronegócio, ignora-se a heterogeneidade existente no meio rural, desconhece-se o papel multifuncional da agricultura familiar (produtora de alimentos, geradora de emprego e renda, criadora de um modo de vida que valoriza a preservação ambiental e cultural local), prioriza-se a produção em alta escala e as monoculturas voltadas à exportação e não se fortalecem as políticas públicas que poderiam incentivar os agricultores menos capitalizados a produzir alimentos saudáveis destinados à segurança alimentar e nutricional do povo brasileiro.

Da mesma maneira que constatamos no decorrer da pesquisa a existência desse conjunto de limites (ressalte-se que esses são os principais a partir de nosso juízo de valor) que dificultam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU, identificamos, ao longo da pesquisa, também, algumas potencialidades levando-se em conta a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir das dimensões econômica, social e ambiental.

Nesse sentido, a **primeira potencialidade** constatada diz respeito à representatividade da Agricultura Familiar na região da AMAU. Conforme descrito no Capítulo 6 (tópico 6.5, tabelas 43, 44, 45 e gráfico 33), com dados de 2017, a Agricultura Familiar na região da AMAU é responsável por 90% dos produtores rurais existentes no meio rural, por 65% da produção e da renda agropecuária regional (60% da produção vegetal e 76% da produção animal) e por 81% das agroindústrias existentes. Além disso, entre os 32 municípios que compõem a AMAU (Tabela 47), temos a seguinte realidade: em 11 municípios, a agricultura familiar responde por mais de 80% da produção e da renda gerada nas atividades agropecuárias; em 15, a agricultura familiar é responsável por mais de 50%, variando de 55,66 a 77,99%; e em apenas 6 municípios é superada pela Agricultura Não Familiar (Erebango, Estação, Sertão, Faxinalzinho, Campinas do Sul e Quatro Irmãos).

Além disso, conforme a Tabela 48, percebe-se que o Valor Adicionado Bruto (VAB) Agropecuário na AMAU, em 2017 – o VAB é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria, serviços e administração pública) acresce ao valor final de tudo o que foi produzido em um município ou região – correspondeu a um percentual de 15,50% contra

9,16% no Rio Grande do Sul e 5,34% no Brasil. Outrossim, em 24 municípios do total de 32 existentes na AMAU, esse índice foi superior a 30%: em 10, o índice variou de 31 a 39%; em 9 municípios esse índice variou de 40 a 49%; e em 5 municípios, variou de 50 a 61,97%. Desse modo, levando-se em conta a representatividade constatada no parágrafo anterior e os dados aqui expostos, confirma-se o potencial da Agricultura Familiar para o desenvolvimento sustentável dessa região.

A **segunda potencialidade** salientada no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionada ao impacto econômico e social gerado pelos benefícios previdenciários, conforme demonstrado na Tabela 48, pois, os benefícios pagos em 2018, corresponderam ao índice de 18,88% dos valores obtidos pela produção agropecuária regional em 2017, enquanto no Rio Grande do Sul, esse percentual foi de 13,71% e, no Brasil, foi de 23,22%. Entretanto em metade dos municípios dessa região, o percentual é maior do que a média regional: em 10 municípios, o percentual variou de 19,58 a 28,44%; e em 6 municípios, o percentual variou de 30,57 a 42,47%.

Outrossim, saliente-se que, na região da AMAU, os benefícios previdenciários rurais correspondem a 36,63% do valor total dos benefícios pagos pela previdência social. Entretanto, em apenas 5 municípios (Erechim, 12,71%; Estação, 14,46%; Getúlio Vargas, 31,65%; Erebangó, 43,13%; e Gaurama, 46,71%), os benefícios rurais são inferiores aos benefícios urbanos pagos. Assim, nos demais 27 municípios, os benefícios rurais alcançam percentuais que vão de 51,19 a 88,50%. E, finalmente, chama-se a atenção de que a maior parte da população beneficiada pelos benefícios previdenciários rurais são Agricultores e Agricultoras Familiares, pois correspondem a 90% dos produtores rurais dessa região. Conclui-se, portanto, que é a Agricultura Familiar quem mais injeta recursos na maior parte dos municípios dessa região, gerando renda e desenvolvimento local nos diversos setores da sociedade e da economia.

A **terceira potencialidade** salientada no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionada aos Direitos Sociais conquistados especialmente a partir da Constituição Federal de 1988. Como visto no parágrafo anterior, os direitos previdenciários cumprem papel essencial para o processo de desenvolvimento sustentável das regiões interioranas do Brasil, nas dimensões econômica e social. Além disso, a Constituição Federal de 1988 garantiu também avanços sociais em outras áreas como a Educação, a Saúde e a Assistência Social.

Dessa maneira, isso provocou conquistas imensas na qualidade de vida da população regional. As pessoas de baixa renda e os trabalhadores das diversas categorias profissionais, como era o caso dos Agricultores Familiares, de modo geral, não precisaram mais vender seus

bens (terras, vacas de leite, juntas de bois) ou consumir suas economias financeiras para pagar diferenças médicas-hospitalares, pois o Sistema Único de Saúde (SUS) tornou-se um dos melhores sistemas de saúde públicos do mundo.

Por outro lado, os avanços educacionais – transporte estudantil público nos municípios para garantir o ensino fundamental e médio, subsídio para o transporte público para a realização de cursos técnicos e superiores em nível regional, a criação da UERGS, da UFFS e do IFRS, os programas de bolsas do PROUNI e FIES – proporcionaram uma ampliação de oportunidades para a população dessa região.

Assim, conforme visto no Capítulo 4 (Tabela 22), notou-se uma evolução extremamente positiva na elevação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - que mede os índices de longevidade, educação e renda da população - entre 1991 e 2010, nos municípios da AMAU: em 1991, 27 municípios dessa região estavam classificados com IDHM Muito Baixo e 5 com IDHM Baixo; em 2010, último ano em que houve essa medição, 25 municípios estavam classificados com IDHM Alto e 7 com IDHM Médio.

A **quarta potencialidade** salientada no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionada às conquistas que a categoria obteve por meio da implementação de Políticas Públicas direcionadas à Agricultura Familiar - cujo marco foi a criação do PRONAF, em 1995-1996 - as quais foram ampliadas e aperfeiçoadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma (1995-2016). Dessa forma, nesse período, houve um aumento expressivo de ações orientadas para o desenvolvimento da agricultura de base familiar no Brasil (inclusive na região da AMAU) que tiveram impacto em várias direções, como: modernização e consolidação da agricultura familiar, fortalecendo-a para a competitividade existente no mercado local, nacional e internacional; ações de redução da pobreza rural; promoção da cidadania; inserção no mercado de consumo; o desenvolvimento de políticas públicas territoriais; a ampliação de investimentos públicos nas áreas da educação e da assistência técnica. Assim, essa experiência vivenciada nas últimas décadas indica um caminho para a superação dos limites tratados anteriormente.

A **quinta potencialidade** salientada no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionada à necessidade de uma nova geração de políticas públicas direcionadas ao setor a partir do diagnóstico da realidade atual e dos limites constatados. Dessa maneira, diante das crises atuais – econômica e política; sanitária (Covid-19); segurança alimentar (o crescimento da fome de um lado e da obesidade de outro); e ambiental (aquecimento global) - descritas e analisadas no Capítulo VI, sustentamos que o Estado brasileiro (em todas as escalas – nacional, estadual e municipal) deve realizar de forma

urgente e rigorosa um processo de aperfeiçoamento das atuais políticas direcionadas à agricultura familiar e implementar uma nova geração de políticas públicas que enfrentem os desafios postos no contexto do tempo presente, pois o receituário em vigor não dá conta dessas enormes questões, tanto em relação às crises do contexto atual quanto aos limites apontados anteriormente.

A **sexta potencialidade** salientada no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionada à necessidade premente de produção de alimentos saudáveis colocada no contexto atual e aos atributos multifuncionais da agricultura familiar nessa região. Nesse sentido, saliente-se que, apesar da elevação da participação da soja, os índices indicam que a agricultura familiar na região da AMAU mantém como uma de suas características a diversificação da produção.

Como visto no tópico 5.3 (Tabela 30), notou-se um avanço da produção de soja na região da AMAU nos últimos anos, demonstrado no valor da produção obtido em 2017: em 2006, o valor total da produção de soja correspondeu a 18,84% do valor total da produção agropecuária na agricultura familiar, enquanto que em 2017, o índice subiu para 33,82%. Embora isso, como evidenciado nas Tabelas 43-44 e no Gráfico 33 (Tópico 6.5), a Agricultura Familiar continua caracterizada pela diversidade na sua produção agropecuária: Lavouras Temporárias (soja, milho, trigo, arroz, fumo, feijão, mandioca, cana de açúcar, entre outras); Lavouras Permanentes (erva-mate, laranja, tangerina/bergamota, uva mesa, uva vinho, pêssigo, entre outras); Produção Animal (leite e seus derivados, carnes – suínos, aves e bovinos – e ovos, entre outras). Dessa forma, a Agricultura Familiar nessa região, em 2017, era responsável por 60% do Valor da Produção Agropecuária Vegetal e por 76% da Produção Agropecuária Animal ou 64,69% do Valor da Produção Total.

Dessa maneira, apesar da ampliação crescente da produção de soja, devido ao alto valor praticado no mercado internacional em relação a esse produto, percebe-se que a Agricultura Familiar, pelo menos na região da AMAU, possui condições apropriadas para continuar a ser protagonista principal nessa importante função social de produzir alimentos saudáveis. Além disso, como visto nos subtópicos 6.6.1 e 6.6.2, a região da AMAU conta com experiências interessantes na produção orgânica e agroecológica, nas agroindústrias familiares, no cooperativismo e no associativismo, bem como no processo de comercialização nas chamadas cadeias curtas, que credenciam o setor da agricultura familiar para assumir a responsabilidade de produzir alimentos para a segurança alimentar e nutricional do país.

A **sétima potencialidade** salientada no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU está relacionada à força dos atores sociais

representativos dessa categoria na região, os quais exerceram um protagonismo decisivo nas últimas décadas. Dessa maneira, contribuíram eficazmente para que a categoria obtivesse importantíssimas conquistas econômicas, sociais e políticas, que se traduziram em significativos avanços no processo de desenvolvimento sustentável no âmbito desse território.

A partir disso, frente ao atual momento conjuntural adverso, percebe-se a ocorrência de um trabalho organizativo e de mobilização (unidade na diversidade) desses atores ligados à agricultura familiar, recolocando na ordem do dia as pautas reivindicatórias e necessárias para o seu desenvolvimento (como ocorreu nas mobilizações em defesa da educação pública e contrárias à reforma da previdência em 2019, no processo de aprovação da Lei Assis Carvalho – 2020 e 2021 – e nas lutas atuais para amenização dos efeitos da seca no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A **oitava potencialidade** salientada no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da AMAU possui relação também com a força dos atores sociais representativos do setor e com o papel multifuncional da agricultura familiar. Nessa direção, notamos a existência de uma conjuntura favorável para a reelaboração de um plano estratégico regional de desenvolvimento nesse território – um novo Plano Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) - que resulte em uma agenda coletiva na perspectiva de provocar novas conquistas no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, recolocando o setor no centro do debate sobre desenvolvimento regional no âmbito da AMAU, especialmente com o objetivo de produzir alimentos saudáveis.

Para que isso aconteça, é necessário fortalecer ainda mais o processo de organização e de mobilização do conjunto desses atores sociais (Sutraf/AU, MAB, Fetag/RS, Cooperativas, Associações, Capa, Cetap, Ecoterra, entre outros) a fim de pautar essa agenda com os governos nas três esferas (municipal/AMAU, estadual e federal), além de promover debates nessa direção com os demais atores da sociedade regional. Na medida em que isso seja articulado de forma planejada regionalmente, o novo Plano de Desenvolvimento Sustentável poderá: de um lado, gerar mais renda e melhores condições de vida para a população rural nos diversos municípios, especialmente para os agricultores que possuem áreas de pequeno porte e para aqueles que se encontram em situação de pobreza; e, de outro, promover a comercialização e o consumo através das cadeias curtas e longas de comercialização buscando atender especialmente as famílias de menor renda no meio urbano, contribuindo decisivamente para o combate à fome e à pobreza, problemas centrais no Brasil e no mundo, pois, como visto, voltamos ao Mapa da Fome nos últimos anos.

A partir da representatividade amplamente majoritária da agricultura familiar nessa região e pela capacidade de organização e de mobilização demonstrada nas últimas décadas pelos atores sociais representativos dessa categoria, ambos descritos e analisados neste trabalho, acreditamos que o setor possui as condições fundamentais para liderar com maior amplitude o debate regional relativo ao processo de desenvolvimento rural e sustentável em nível desse território, estabelecendo coesões sociais e políticas necessárias para o enfrentamento dos desafios impostos pelo atual contexto adverso e pelas fortes contradições que bloqueiam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nessa região.

Levantados os limites e potencialidades do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no tempo presente, na região da AMAU, acredito que cabem ser colocadas algumas questões para nossa contínua reflexão: qual é a função (ou funções) específica da Agricultura Familiar brasileira no tempo presente? Qual é a posição da Sociedade brasileira sobre isso? Queremos uma agricultura com atributos multifuncionais e que priorize a produção de alimentos saudáveis e nutritivos para a segurança alimentar de nosso país? Desejamos uma agricultura que valorize a cultura local, que preserve o meio ambiente e proteja a biodiversidade, que seja inclusiva, que gere emprego e renda em cada região, que mantenha o espaço rural com gente? Ou pretendemos um campo caracterizado pelas grandes propriedades, mecanizado, com pouca gente e que produza basicamente *commodities* para o mercado internacional? E, nessa mesma direção, queremos efetivar o Desenvolvimento Sustentável apregoado na Agenda 2030 da ONU? Essa agenda faz parte de nossas preocupações ou não? Enfim, essas perguntas, no nosso entendimento, devem ser respondidas pela sociedade atual brasileira (por meio de suas instituições e organizações sociais e políticas) com urgência e de maneira vigorosa.

Ressaltamos que, nesses apontamentos propostos, não está colocada nenhuma ideia de ruptura em relação ao sistema capitalista de produção, sequer uma nova reestruturação ou redistribuição da terra na região, que poderia ser invocada com base na ordem jurídica brasileira instituída em 1988, quando introduziu o conceito da terra como bem social. Entendemos que, no contexto atual, com base na pesquisa realizada, existe uma necessidade urgente de se construir uma agenda que recoloca a questão do fortalecimento da agricultura familiar no centro das políticas públicas do Estado brasileiro, a fim de que haja um enfrentamento vigoroso aos desafios atuais impostos de que tratamos. Além disso, essas políticas públicas precisam estar voltadas a atender aos agricultores e agricultoras familiares de baixa renda, no combate à pobreza rural e dirigidas especialmente à produção de alimentos saudáveis na perspectiva da segurança alimentar e nutricional da população brasileira e em acordo com a Agenda 2030 da

ONU, a exemplo: crédito subsidiado e de inclusão produtiva às famílias de baixa renda; programas direcionados aos jovens rurais, às agroindústrias, à produção e à comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos; garantia de assistência técnica e extensão rural (Ater); e recursos volumosos em pesquisa que visem ao desenvolvimento sustentável dos territórios.

Quanto à relevância da pesquisa, esperamos que os seus resultados contribuam para o conhecimento histórico dessa região, especialmente em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar e desse território. Por outro lado, acreditamos que o trabalho pode subsidiar, de alguma maneira, os debates que são realizados pelos atores sociais representativos (ou que trabalham diretamente com o setor) sobre os desafios atuais colocados para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e do próprio território. Do mesmo modo, esperamos que o trabalho auxilie, de alguma forma, aos setores públicos nos seus processos de planejamento e de atuação, bem como para a definição de políticas públicas, especialmente para o meio rural.

Salientamos que este trabalho possui muitas lacunas que podem ser objeto de novas pesquisas. Devido à longa abrangência temporal desta pesquisa, todas as fases analisadas aqui podem e devem ser aprofundadas com novos trabalhos. As questões que envolvem os povos indígenas, os povos negros e os povos caboclos, por exemplo, merecem estudos mais aprofundados nessa região. A história do trabalhismo e de personagens como João Caruso precisam ser melhores conhecidos. Da mesma maneira, a história do cooperativismo e do associativismo nessa região. O período da ditadura militar necessita também ser descrito e analisado com mais profundidade. Por outro lado, todas as questões do tempo presente, suas crises e seus desafios, são temas de permanentes e necessários aprofundamentos e discussões, mas destacamos especialmente: o papel multifuncional da agricultura familiar; a produção de alimentos saudáveis e o enfrentamento à pobreza e à fome no Brasil; a sucessão e a masculinização do mundo rural; o modo de vida rural; a produção orgânica e agroecológica de alimentos; o desenvolvimento rural e regional; o papel do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento da agricultura familiar e da agricultura não familiar.

Em relação ao debate relativo ao Desenvolvimento Sustentável proposto na Agenda 2030 da ONU e de sua efetivação em nível dessa região, este trabalho é apenas uma pequena contribuição. Assim, entendemos que essa Agenda é uma responsabilidade de todos: na academia e nos diversos espaços de atuação, devemos debater e agir na perspectiva de um mundo mais justo, mais inclusivo, mais democrático e sustentável.

REFERÊNCIAS

- A Voz da Serra. **A Associação Rural toma importantes medidas: Linho – Suínos – Trigo.** A Voz da Serra, 28 jan. 1944, capa.
- A Voz da Serra. **Em Gaurama: Finaliza hoje a Primeira Semana Ruralista.** A Voz da Serra, Erechim, 18 mai. 1958.
- A Voz da Serra. **Criado em Erechim o Núcleo Seccional da “Frente Agrária Gaúcha”.** A Voz da Serra, Erechim, 5 dez. 1961.
- A Voz da Serra. **Governo no Estado Desapropria Terras.** A Voz da Serra, Erechim, 16 jan. 1962.
- A Voz da Serra. **Serão Desapropriadas Terras em São Valentim.** A Voz da Serra, Erechim, 27 fev. 1962.
- A Voz da Serra. **Contribuição da FARSUL para a Reforma Agrária.** A Voz da Paróquia São Pedro – Em colaboração com a Frente Agrária Gaúcha. A Voz da Serra, Erechim, 04 mar. 1962.
- A Voz da Serra. **Reforma Agrária em Gaurama.** A Voz da Serra, Erechim, 13 mar. 1962.
- A Voz da Serra. **Será fundada a Associação dos Colonos sem Terra.** A Voz da Serra, Erechim, 13 mar. 1962.
- A Voz da Serra. **Terras da Vila Palmeira aos Agricultores sem Terras.** A Voz da Serra, Erechim, 13 mar. 1962.
- A Voz da Serra. **Área de Terra em São Valentim está sendo medida.** A Voz da Serra, Erechim, 06 abr. 1962.
- A Voz da Serra. **Fundados os Sindicatos Rurais de Erechim.** A Voz da Serra, Erechim, 10 abr. 1962.
- A Voz da Serra. **Reforma Agrária Será Para Todos os Agricultores.** A Voz da Serra, Erechim, 15 abr. 1962.
- A Voz da Serra. **Reforma Agrária uma Necessidade.** A Voz da Serra, Erechim, 06 mai. 1962.
- A Voz da Serra. **Cooperação e entozamento dos Trabalhos das diversas entidades locais da classe rural.** A Voz da Serra, Erechim, 03 mai. 1962.
- A Voz da Serra. **Entidades da classe rural de Erechim unidas para a orientação e defesa dos interesses dos agricultores.** A Voz da Serra, Erechim, 08 mai. 1962.
- A Voz da Serra. **Lider dos Agricultores sem Terra Visitará Campinas do Sul.** A Voz da Serra, Erechim, 31 mai. 1962.
- A Voz da Serra. **Frente Agrária Gaúcha: importante reunião.** A Voz da Serra, Erechim, 19 jun. 1962.
- A Voz da Serra. **Lider dos Agricultores sem Terra esteve em Erechim.** A Voz da Serra, Erechim, 10 jul. 1962.

A Voz da Serra. **Semana Ruralista em São Valentim.** A Voz da Serra, Erechim, 15 jul. 1962.

A Voz da Serra. **Congresso da Frente Agrária Gaúcha de Erechim.** A Voz da Serra, Erechim, 19 jul. 1962.

A Voz da Serra. **Assistência à Associação dos Agricultores sem Terra.** A Voz da Serra, Erechim, 19 set. 1962.

A Voz da Serra. **Clero deu a Vitória a Meneghetti.** A Voz da Serra, Erechim, 11 nov. 1962.

A Voz da Serra. **Concessão de Lotes Coloniais a Agricultores.** A Voz da Serra, Erechim, 22 nov. 1962.

A Voz da Serra. **Primeiro passo da Reforma Agrária em nossa Zona.** A Voz da Serra, Erechim, 25 nov. 1962.

A Voz da Serra. **Govêrno não Apoiou os Agricultores Sem Terra.** A Voz da Serra, Erechim, 27 jan. 1963.

A Voz da Serra. **Govêrno do Estado Apoiia Movimento dos Agricultores sem Terra.** A Voz da Serra, Erechim, 05 fev. 1963.

A Voz da Serra. **Prefeito de Nonoai envia cumprimentos ao novo Governador.** A Voz da Serra, Erechim, 03 de fevereiro de 1963.

A Voz da Serra. **Meneghetti vai realizar política agrária De acôrdo com a Lei e a Doutrina Cristã.** A Voz da Serra, Erechim, 05 fev. 1963.

A Voz da Serra. **Caruso: “Meu Lema é Falar Menos e Agir Mais”.** A Voz da Serra, Erechim, 19 fev. 1963.

A Voz da Serra. **“Esmagados por uma Sociedade que se atreve a declarar-se Cristã e Democrática”.** A Voz da Serra, Erechim, 18 jun. 1963

A Voz da Serra. **Venceu a ADP: Depois de 12 anos é Derrotado o PTB em Erechim.** A Voz da Serra, Erechim, 12 nov. 1963.

A Voz da Serra. **Pároco de Sertão lançou a Proibição.** A Voz da Serra, Erechim, 10 mar. 1964.

A Voz da Serra. **“Novas Esperanças no Futuro”.** A Voz da Serra, Erechim, 19 abr. 1964.

A Voz da Serra. **Erechim Perde seu Representante na Assembléia.** A Voz da Serra, Erechim, 10 mai. 1964.

A Voz da Serra. **“O Brasil jamais servirá de Berço para traidores”.** A Voz da Serra, Erechim, 12 mai. 1964.

A Voz da Serra. **“Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade”.** A Voz da Serra, Erechim, 19 mai. 1964.

A Voz da Serra. **ADP envia mensagem de solidariedade ao Cel. Gonçalino.** A Voz da Serra, Erechim, 15 ago. 1964.

- A Voz da Serra. **4-S de Vera Cruz**. A Voz da Serra, Erechim, 04 de janeiro de 1970, p. 4.
- A Voz da Serra. **Alimente quem lhe dá alimentos**. A Voz da Serra, Erechim, 02 de agosto de 1979, p. 3.
- A Voz da Serra. **COTREL na Meta Produtividade**. A Voz da Serra, Erechim, 10 de setembro de 1970.
- A Voz da Serra. **Sucesso no 1º Encontro de Clubes 4–S**. A Voz da Serra, Erechim, 28 de março de 1971, capa.
- A Voz da Serra. **Farina é Contra o Minifúndio**. A Voz da Serra, Erechim, 21 de julho de 1979, p. 4.
- A Voz da Serra. **Documento dos Agricultores de Barão de Cotegipe – RS**. A Voz da Serra, Erechim, 14 de agosto de 1979, p. 5.
- A Voz da Serra. **Cotrel no Mato Grosso**. A Voz da Serra, Erechim, 22 de dezembro de 1979.
- A Voz da Serra. **Informativo Diocesano: Encontros e Reuniões da Semana**. A Voz da Serra, Erechim, 10 mar. 1987.
- A Voz da Serra. **Délcia no encontro de trabalhadoras**. A Voz da Serra, Erechim, 19 de março de 1987.
- A Voz da Serra. **Nova conquista da mulher camponesa**. A Voz da Serra, Erechim, 23 ago. 1988.
- A Voz da Serra. **“É possível construir um novo país”**. A Voz da Serra, Erechim, 31 jul. 2001.
- ABRAHÃO, Jorge. **Mudança climática: a preciosa relação entre amor e clima**. Folha de São Paulo, 18 ago. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jorge-abrahaio/2021/08/a-preciosa-relacao-entre-amor-e-clima.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. – 3ª ed. – São Paulo: Edusp, 2012.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Entrevistas – Agricultura Familiar**. GIPAF, 2010. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- ALMEIDA, Marli de. **Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul**. História Debates e Tendências. Passo Fundo, UPF, v. 19, nº 3, p. 477-493, Set/Dez 2019.
- ALMEIDA, Marli de. **Memórias de uma desilusão: os Grupos de Onze Companheiros**. Disponível em <https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461687470_ARQUIVO_Memoriasdeumadesilusao.pdf>. Acesso em 22 mai. 2021.
- ALMEIDA, Marli de. **Onde estão os Grupos de Onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS**. Passo Fundo, RS: UPF, 2005.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. **A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970**. Teoria e Evidência Econômica – Ano 21, n. 45, jul./dez. 2015, p. 257-281.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS, 1930-1970**. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo, RS: UPF, 2013.

ANDERSEN, Inger. **É hora de levar a sério as mudanças climáticas**. Em um planeta em aquecimento, ninguém está seguro. ARTIGO. Nações Unidas do Brasil, 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/139450-artigo-e-hora-de-levar-serio-mudancas-climaticas-em-um-planeta-em-aquecimento-ninguem-esta>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ANFIP. **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**. / Álvaro Sólton de França *et.al* - Brasília: ANFIP, 2019.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 54-82.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **O papel da agricultura familiar na superação da crise atual**. Brasil Debate, Artigos, 27 abr. 2021. Disponível em: <<https://brasildebate.com.br/o-papel-da-agricultura-familiar-na-superacao-da-crise-atual/>>. Acesso em: 23 out. 2021.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira**. RESR, Piracicaba-SP, v. 56, n.1, jan./mar. 2018, p. 123-142.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no PRONAF: do otimismo das linhas de crédito rural verde ao sonho frustrado do I PLANAPO**. Dossiê: PRONAF 25 anos: histórico, transformações e tendências. Revista Grifos – Unochapecó, Vol. 30, Núm. 51, 2021, p. 163-188.

ARNS, Carlos Eduardo; Cresol Central. **“Nossa luta é construir a economia solidária”, declara representante do Fórum Estadual de Economia Solidária**. Cresol Central, 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/noticia-interna/2511/%E2%80%9Cnossa-luta-e-construir-a-economia-solidaria%E2%80%9D,-declara-representante-do-forum-estadual-de-economia-solidaria->>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Líder do PDT presta homenagem pelos 100 anos de João Caruso**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/203233/Default.aspx>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia. -1ª ed. - São Paulo: Todavia, 2019.

BACELAR, Tania; FAVARETO, Arilson. **O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – uma homenagem a Celso Furtado**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 9-29, agosto, 2020.

BALDIN, Bruna. **Tapir**: uma região cercada de mistérios e apreciada sob distintos ângulos pela bibliografia, pelos jornais e pela memória. Trabalho de Conclusão de Curso. Erechim, RS: UFFS, 2017.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARROS, José D'Assunção. **História, região e espacialidade**. Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005, 96-97. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211/1691>>. Acesso em 17 jun. 2017.

BARROS, José D'Assunção. **A elaboração textual de hipóteses**: uma contribuição ao seu esclarecimento no ensino de metodologia. Revista Educação em Questão, Natal, v. 33, n. 19, p. 305-328, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3938/3205>>. Acesso em 11 mar. 2018.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BASSANI, Paulo. **Frente agrária gaúcha e sindicalismo dos trabalhadores rurais**. Londrina (PR): Eduel, 2009.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade. Campinas, v. 21, Número Especial, dez. 2012, p. 779-810.

BATISTELLA, Alessandro. Fragmentos da história dos afro-descendentes em Passo Fundo/RS. **Fronteiras**: Revista de História. Dourados, MS: v.19, n. 34, p. 353-372, jul./dez. 2017.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução Renato Aguiar. -1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BECKER, Ítala Irene Basile. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. *In: Pré-História do Rio Grande do Sul*. – 2ª ed. - São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, Unisinos, 2006, p. 125-147. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2018.

BEDUSCHI, Maria Luiza. **O Projeto Terra Solidária desenvolvido pela Escola Sul – CUT**: uma experiência cutista de educação profissional. Florianópolis, UFSC, 2003 (Dissertação na área da Educação).

BENINCÁ, Dirceu. **Energia e Cidadania**: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BENINCÁ, Dirceu. **Uma diocese chamada Erechim**. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1996.

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Previdência Rural: inclusão social**. - 2ª ed. (ano 2008); 3ª reimp. – Curitiba: Juruá, 2011.

BIANCHINI, Valter; BAZOTTI, Angelita. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2017: Brasil e Paraná**. In: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO): Série Pareceres e Análises Técnicas 2020. ONU/FAO, 2020.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2015.

BOA VISTA. **Fórum Regional pela Melhoria da Energia Elétrica promove reunião com vereadores**. Jornal Boa Vista, Assessoria de Comunicação do SUTRAF Alto Uruguai, 09 mar. 2021. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/forum-regional-pela-melhoria-da-energia-eletrica-promove-reuniao-com-vereadores/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

BOA VISTA. **Vários pontos do interior de Itatiba do Sul continuam sem energia elétrica**. Jornal Boa Vista, Erechim, 08 jul. 2020; Rádio Cultura FM 98.1, Itatiba do Sul. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/varios-pontos-no-interior-de-itatiba-do-sul-continuam-sem-energia-eletrica/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

BOA VISTA. **Região do Alto Uruguai passa a contar com 145 agroindústrias inclusas no Peaf**. Erechim: Jornal Boa Vista, 19 dez. 2020. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/regiao-do-alto-uruguai-passa-a-contar-com-145-agroindustrias-inclusas-no-peaf/>>. Acesso em: 07 out. 2021.

BOA VISTA. **Fetraf-RS elege nova Direção em seu III Congresso**. Jornal Boa Vista, Erechim: 28 abr. 2021. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/fetraf-rs-elege-nova-direcao-em-seu-iii-congresso/>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BOA VISTA. **Centenas de manifestantes toma conta das ruas de Erechim em defesa da previdência e educação pública**. Erechim: Jornal Boa Vista, 14 jun. 2019. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/centenas-de-manifestantes-tomam-conta-das-ruas-de-erechim-em-defesa-da-previdencia-e-educacao-publica/>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BOM DIA. **Incentivo à permanência no campo e produção de alimentos**. Jornal Bom Dia, 01 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/46514/incentivo-a-permanencia-no-campo-e-producao-de-alimentos>>. Acesso em: 06 out. 2021.

BOFF, Leonardo. **O caminhar da Igreja com os oprimidos: do Vale das Lágrimas rumo à Terra Prometida**. – 2ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1998.

BOITO JR., Armando. **Sindicalismo e política no Brasil**. Campinas: Edição do IFCH – Unicamp, 2006.

BOM DIA. **‘Internet Rural’ da Ceral Telecom segue levando oportunidades ao interior**. Jornal Bom Dia, Erechim, 23 set. 2020.

BOM DIA. **Consulta Popular terá R\$ 942 mil para o Corede Norte**. Erechim: Jornal Bom Dia, 08 set. 2021. Disponível em: <<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/49357/consulta-popular-tera-r-942-mil-para-o-corede-norte>>. Acesso em: 30 out. 2021.

BOM DIA; EMATER-RS. **Produtores de Quatro Irmãos acompanham demonstração de pulverização com drone em lavoura**. Erechim: Jornal Bom Dia; Emater-RS, 16 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). [Edição estabelecida por Patrick Champagne... et al.]; tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (ORGs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03/06/2018.

Brasil. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Brasil. **Relatórios de Informações Sociais**. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>>. Acesso em 14/02/2018.

Brasil. **Lei Federal nº 11.326/2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 16 abr. 2018.

Brasil. **Pronaf**: 20 anos de apoio aos agricultores familiares. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares>>. Acesso em 16 abr. 2018.

Brasil. **Informe Recursos PNAE 001**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/informes/informes-recursos-pnae/2021/InformeRecursosPNAEn012021.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. - 2. ed. rev. 4. reimp. – Porto Alegre: Zouk, 2017.

BREITENBACH, Raquel; TROIAN, Alessandra. **Permanência e sucessão no meio rural**: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 56, N. 1, p. 26-37, jan/abr 2020.

BREITENBACH, Nathan. **Extrema pobreza**: no Alto Uruguai, 3.752 famílias vivem com até R\$ 89 por mês. Jornal Bom Dia, Erechim, 26 out. 2021.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Índios, colonos e fazendeiros** [dissertação]: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Florianópolis (SC), UFSC, 2010.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do sul**: Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967). Florianópolis, UFSC, 2015 (Tese).

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis (RJ); Ijuí (RS): Vozes; Fidene, 1987.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. – 30ª ed, - Ijuí, RS; Editora Unijuí; Petrópolis, RJ; Vozes, 2013.

BRUNO, Regina. **Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura (abril a setembro de 2016), v. 24, n. 1. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/712>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BUSATO, Benjamin. **Discurso proferido pelo Rvmo. Padre Benjamin Busato por ocasião da passagem do 26º aniversário do Município**. A Voz da Serra, 3 de maio de 1944, Erechim, p. 2.

BUSATO, Benjamin (Chico Tasso). **Um recanto de Erechim: Goio-En** – Contribuição para a data de 30-4-1944. A Voz da Serra, 3 de maio de 1944, p. 3.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Tradução Eliana Aguiar – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Câmara dos Deputados. **PDC 240/2015**. Autor Luis Carlos Heinze - PP/RS. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017540>>. Acesso em 30 mai. 2018.

Câmara dos Deputados. **Agropecuária: Agricultores familiares reivindicam políticas públicas para o setor**. Câmara dos Deputados, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/792691-agricultores-familiares-reivindicam-politicas-publicas-para-o-setor/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. – Texto para discussão nº 621 – Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMPOS, Arnaldo de *et al.* Inclusão produtiva rural no Plano Brasil Sem Miséria: síntese da experiência recente em políticas públicas para o atendimento dos mais pobres no rural brasileiro. *In*: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (ORGs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2014, p. 447-465.

CAMPOS, Ana Cristina. **IBGE: insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros**. Rio de Janeiro, Agência Brasil, 17 set. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em: 11 out. 2021.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CARBONERA, Mirian; CECCHIN, Cristiane. **Como era antes? O patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste Catarinense**. – 2ª ed. – Chapecó, SC: Editora Arcus, 2019.

CARDOSO, Dhieison. **Comunidades da região estão há 6 dias sem energia elétrica**. Atmosfera, 06 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.atmosferaonline.com.br/comunidades-do-interior-de-erechim-estao-ha-6-dias-sem-energia-eletrica/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: UPF Editora, 2005.

CARINI, Joel João. As desterritorializações dos rurais do Norte do Rio Grande do Sul: do final do século XIX ao final do século XX. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul**: indígenas e agricultores – dimensões históricas. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 351-373.

CARNIEL, Janaina. **Carlos Gomes em luta**: a organização dos atingidos pela barragem de Machadinho antes do MAB. Erechim: UFFS, 2019 (TCC apresentado ao Curso de Graduação em História).

CARON et. al. Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. In: PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Sistemas alimentares no século XXI**: debates contemporâneos. – 1ª ed. – Porto Alegre, UFRGS, 2020, p. 25-49.

CARON, Márcia dos Santos; TEDESCO, João Carlos. **O Estado positivista no norte do RS**: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). História Unisinos 16(2):220-231, Maio/Agosto 2012.

Carta Régia de 5 de novembro de 1808. Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1808, p. 156, Vol. 1. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-norma-pe.html>. Acesso em 06 set. 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo, Todavia, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASSOL, Ernesto. **As várias fases e os vários modelos de ocupação humana na região do ex-Grande Erechim**. Erechim: URI: Perspectiva V. 17, nº 60, Dez. 1993, p. 84-117.

CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves**: vida, obra e significado. Erechim, RS: Ed. São Cristóvão, 2003.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Berthier, 1979.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. - Tradução de Iraci D. Poletí. 12. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O digital é o novo normal**. Fronteiras do Pensamento, 26/05/2020. Disponível em: < <https://www.fronteiras.com/artigos/o-digital-e-o-novo-normal>>. Acesso em: 16 set. 2021.

CAZELLA, Ademir Antônio; CAPELLESSO, Adinor José; MEDEIROS, Monique; TECCHIO, Andréia; SENCÉBÉ, Yannick; BÚRIGO, Fábio Luiz. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. Política & Sociedade, v. 15, Edição Especial – Florianópolis, 2016, p. 49-79.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

CENCI, Douglas; DEGENERONE, Zenicleia Angelita. Caminhos e condições para sucessão na agricultura familiar. In: ROCHA, Humberto José da; BERTO, James Luiz; AMES, Maria Alice Canzi (Orgs.). **Jovens na agricultura familiar**: gestão e inovação para a sustentabilidade. -1. ed.- Curitiba: CRV, 2016, p. 95-101.

CENCI, Douglas; MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves; DEGENERONE, Zenicleia Angelita. A concentração da produção de leite na região Alto Uruguai (RS): um estudo sobre a Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL). In: DAMBRÓS *et al* (Orgs.). **Questões agrárias em foco II**. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2018, p. 69-94.

CETIC.BR. **Cresce o uso de Internet durante a pandemia e número de usuários no Brasil chega a 152 milhões, é o que aponta pesquisa do Cetic.br**. Cetic.br, 18 ago. 2021. Disponível em: < <https://www.cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Central Cresol Baser. Rever o modelo produtivo é premissa para o desenvolvimento territorial. In: **10 Anos de Cre\$ol: uma história de conquistas e desafios escrita por muitas mãos**. Francisco Beltrão, Central Cresol Baser, 2006. Disponível em: <<https://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/44.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). **CAPA Erechim divulga atividades da Semana dos Alimentos Orgânicos**. CAPA Erechim, 23 jun. 2021. Disponível em: < <https://capa.org.br/2021/06/capa-erechim-divulga-atividades-da-semana-dos-alimentos-organicos/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

Centro de Educação Popular (CEPO); BRANCHER, Paulo; ALMEIDA, Loitamar. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Alto Uruguai - RS**: planejamento participativo. Erechim-RS: Graffoluz, 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio010.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). **Ecoterra inaugura pavilhão no Distrito Industrial de Três Arroios/RS**. Passo Fundo, CETAP, 16 nov. 2018. Disponível em: < <https://www.cetap.org.br/site/ecoterra-inaugura-pavilhao-no-distrito-industrial-de-tres-arroios-rs/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). **Famílias agroecologistas de Itatiba do Sul recebem incentivo para produção**. Passo Fundo: CETAP, 26 abr. 2021. Disponível em: < <https://www.cetap.org.br/site/familias-agroecologistas-de-itatiba-do-sul-recebem-incentivo-para-producao/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). **Três novos grupos de agricultores recebem Certificação Orgânica no Núcleo Alto Uruguai do RS**. Passo Fundo: CETAP, 05 jul. 2021. Disponível em: < <https://www.cetap.org.br/site/tres-novos-grupos-de-agricultores-recebem-certificacao-organica-no-nucleo-alto-uruguai-do-rs/>>. Acesso em: 05 out. 2021.

Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). **Ecoterra inaugura pavilhão no Distrito Industrial de Três Arroios/RS**. Passo Fundo: CETAP, 16 nov. 2018. Disponível

em: <<https://www.cetap.org.br/site/ecoterra-inaugura-pavilhao-no-distrito-industrial-de-tres-arroios-rs/>>. Acesso em: 06 out. 2021.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. In: Crítica y emancipación: Revista latino-americana de Ciencias Sociales. Año 1, n° 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. In: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf> Acesso em 12/03/2018.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. – 3ª reimp. - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **Reterritorialização e identidade territorial**. Uberlândia, 22 (1): Sociedade & Natureza, p. 165-180, abr. 2010.

CHIAPARINI, Enori. **Memórias da Aldeia – O Combate de Quatro Irmãos**. Jornal Boa Vista, Erechim, 23 set. 2018. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/23092018memorias-da-aldeia-o-combate-de-quatro-irmaos/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CHIARETTI, Daniela. **“Savanização da Amazônia já está ocorrendo”, diz Nobre**. São Paulo: Valor Econômico, 05/02/2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/02/05/savanizacao-da-amazonia-esta-mais-proxima-diz-nobre.ghtml>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CIMA, Sônia Cima. **Reza e política: uma combinação na história do padre Busato em Erechim**. Passo Fundo: UPF, 2003.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. **Capital humano e obtenção de informações técnicas na agricultura: perfil e diferenças regionais a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017**. IPEA - boletim regional, urbano e ambiental, n° 23, Edição Especial Agricultura 2020.

Conselho Nacional de Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma**. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CONTERATO, Marcelo Antonio; BRÁZ, Cauê Assis; RODRIGUES, Stefany Reis. **A commoditização do PRONAF e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Dossiê: PRONAF 25 anos: histórico, transformações e tendências. Revista Grifos – Unochapecó, Vol. 30, Núm. 51, 2021, p. 190-211.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; SCHNEIDER, Sergio. **Internet e agricultura familiar: algumas percepções sobre as mudanças no meio rural**. Margens – Revista Interdisciplinar. Dossiê: Desenvolvimento territorial no Brasil, Vol. 13, Nº 20, jun. 2019, p. 59-71.

CONTAG. **Anais 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: rumo ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, CONTAG, 1998.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio. **A agricultura familiar do Alto Uruguai, RS: mercantilização e estratégias de reprodução no município de Três Palmeiras**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 23, n. 2/3, p. 151-189, maio/dez. 2006.

CONTRAF Brasil. **Quem somos**. Disponível em: <<https://contrafbrasil.org.br/conteudo/quem-somos/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

COPETTI, Thiago. **Infraestrutura: Rio Grande do Sul padece com 3,5 mil quilômetros de estradas de chão.** Porto Alegre, Jornal do Comércio, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_logistica/2020/12/771051-rio-grande-do-sul-padece-com-3-5-mil-quilometros-de-estradas-de-chao.html>. Acesso em: 18 set. 2021.

CORREIO DO POVO. **Produção agrícola pode cair 30% sem redução de emissões até 2030.** Agência Brasil apud Correio do Povo, 19 set. 2021. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/produ%C3%A7%C3%A3o-agr%C3%ADcola-pode-cair-30-sem-redu%C3%A7%C3%A3o-de-emiss%C3%B5es-at%C3%A9-2030-1.693268>>. Acesso em: 19 set. 2021.

Cresol Central SC/RS. **Cresol incentiva produção de alimentos orgânicos e agroecológicos.** Cresol Central SC/RS, 2020. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/noticia-interna/3107/cresol-incentiva-producao-de-alimentos-organicos-e-agroecologicos>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

Cresol Central SC/RS. **14 de Junho 2013:** Cresol Erechim completa 15 anos de atuação em prol do cooperativismo de crédito e da agricultura familiar. Cresol Central SC/RS, 2013. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/noticia-interna/833/cresol-erechim-completa-15-anos-de-atuacao-em-prol-do-cooperativismo-de-credito-e-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

Cresol Central SC/RS. **17 de Outubro 2019:** Uma data para lembrar: Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito e sua importância para o desenvolvimento das realidades locais. Cresol Central SC/RS, 2019. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/noticia-interna/3046/uma-data-para-lembrar:-dia-internacional-do-cooperativismo-de-credito-e-sua-importancia-para-o-desenvolvimento-das-realidades-locais>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Cresol Central SC/RS. **Associada de Erval Grande ressalta importância do Pronaf Mulher e da Cresol.** Cresol Central SC/RS, 2018. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/noticia-interna/2603/associada-de-erval-grande-ressalta-importancia-do-pronaf-mulher-e-da-cresol>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

Cresol Central SC/RS. **Cresol Jacutinga e UFFS realizam Tarde de Campo.** Cresol Central SC/RS, 2018. Disponível em: <<https://www.cresolcentral.com.br/noticia-interna/2692/cresol-jacutinga-e-uffs-realizam-tarde-de-campo->>. Acesso em 09 jul. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil:** história, direitos e cidadania. – 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação:** os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*. n° 5, outubro de 2004, p. 139-164.

DAVID, Clarete Teresinha Nespolo de. **Representantes e Representados:** relação entre conselheiros usuários, suas entidades e espaços descentralizados do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (Dissertação em Sociologia).

DAVID, Lino de. **A trajetória da agricultura familiar no Alto Uruguai rio-grandense:** a produção de alimentos e seu desenvolvimento. Comunicação na Conferência Regional de Mobilização AGRIURB. Transcrição de Anacleto Zanella. Erechim, RS: UFFS, 25 mai. 2018.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Lageado (RS): Univates, 2013.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita; NONNENMACHER, Clecir Miguel; FRANÇA, Andreyra Raquel Medeiros de. **A importância da integração das políticas públicas para o desenvolvimento rural**: o caso do Plano Brasil Sem Miséria no município de Itatiba do Sul (RS). Porto Alegre, UFRGS, 2019. Disponível em:
<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2019%20Ensaio%20Políticas%20p%C3%BAblicas.pdf>
. Acesso em: 27 jun. 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. – 1ª ed. – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016, p. 219-258.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016, p. 219-258.

DELGADO; Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro**: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 54, nº 2. Rio de Janeiro: 2011, pp. 431-473.

DELGADO, Nelson Giordano; ROCHA, Betty Nogueira. Governança territorial e gestão social: avanços e desafios da política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. In: Projeto de cooperação técnica UTF/BRA/083/BRA: nova organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira – uma necessidade. - **Texto de conjuntura nº 25**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), 2017, p. 2-24.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). – 2ª ed.- São Paulo: LTr, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, 2013, p. 19-34.

DELGROSSI, Mauro Eduardo. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO; MAPA; FINATEC, 2019.

DELGROSSI, Mauro; FLORIDO, Antônio Carlos Simões; RODRIGUES, Luiz Fernando Pereira; OLIVEIRA, Marcelo Souza de. **Comunicação de pesquisa**: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. Revista NECAT – Ano 8, nº 16, jul-dez/2019, p. 40-45.

DEL GROSSI, Mauro. Análisis de las principales tendencias en las regulaciones y políticas alimentarias en América Latina y el Caribe. Estudio de caso: Brasil. In: GRAZIANO DA

SILVA, José et. al. **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe: Desafíos en un escenario pospandemia**. Panamá, FAO Y CIDES, 2021, p. 121-137.

DEUTSCHE WELLE. **O duplo impacto da soja para o clima**. Deutsche Welle, 03 set. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-duplo-impacto-da-soja-para-o-clima/a-50417730>>. Acesso em: 06 out. 2021.

Diário da Manhã. **Lula: ‘O Brasil poderia ser melhor do que é’**. Diário da Manhã, Erechim, 31 jul. 2001.

Diário da Manhã. **Lideranças regionais discutem os próximos passos para a vinda da Universidade Federal**. Diário da Manhã, Erechim, 21 de fev.2006.

Diário da Manhã. **Conferência Territorial de Juventude acontece em Erechim**. Diário da Manhã, 09 set. 2015. Disponível em: <<https://diariodamanha.com/noticias/conferencia-territorial-de-juventude-acontece-em-erechim/>>. Acesso em 01 abr. 2020.

Diário da Manhã. **Projeto Caleli realiza plantio de mudas nativas em Erechim**. Diário da Manhã, Erechim, 11 set. 2015. Disponível em: <<https://diariodamanha.com/noticias/projeto-caleli-realiza-plantio-de-mudas-nativas-em-erechim/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Diário de Notícias. **Caruso: “Sarandi (dentro da lei) será repetido sempre que necessário”**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 19 jan. 1962.

Diário de Notícias. **Calixto vítima da reforma agrária, diz o seu irmão**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 25 set. 1962.

Diário de Notícias. **Sindicatos e extensão da FAG às regiões pastoris para deter infiltração comunista**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 18 out. 1962.

Diário de Notícias. **STF concedeu o “Habeas” a Jair Calixto**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 25 out. 1962, capa.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**. Tradução de Silvia Maria Fávero Arend. Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4. n.1, jan/jun. 2012, p. 5-22.

DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre, EST, 1981.

EGGERT, Edla; OLIVEIRA, Heron Lisboa. Dádiva e reciprocidade: dimensões simbólicas na manutenção e reconfiguração dos territórios quilombolas de Arvinha e Mormaça. In: TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José da. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas**. Chapecó, SC: Ed. UFFS, 2018.

EMANUELE, Carla. Milhares de pessoas deixam o meio rural, enquanto número de tratores e maquinários cresce. **Boa Vista**, Erechim, 15 set. 2018. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/15092018milhares-de-pessoas-deixam-o-meio-rural-enquanto-numero-de-tratores-e-maquinarior-cresce>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Emater/RS – Ascar. **Manual do Líder 4-S ASCAR**. Folheto / [entre 1961 e 1965]. Disponível em:

<<http://dspace.emater.tche.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.12287/10985/emater_rs_10985-001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Emater/RS-Ascar. VILK, Terezinha Marisa. **Cresce número de agroindústrias na região do Alto Uruguai (RS)**. Rede de Notícias, 27 ago. 2020. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/6796-cresce-numero-de-agroindustrias-na-regiao-do-alto-uruguai-rs>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Emater/RS-Ascar. **Expoiner 2021 – Mais produtividade e profissionalização na atividade leiteira**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 08 set. 2021. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/multimedia/noticias/detalhe-noticia.php?id=32724#.YX8-BJ7MIdU>>. Acesso em: 31 out. 2021.

EMBRAPA. **Sem renovação, população rural envelhece**. Embrapa Notícias, 28 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/34653595/sem-renovacao-populacao-rural-brasileira-envelhece>>. Acesso em: 15 set. 2021.

ESCOSTEGUY, Angela. **A vez dos alimentos orgânicos**. Sul 21, Opinião, 09 out. 2021. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2021/10/a-vez-dos-alimentos-organicos-por-angela-escosteguy/>>. Acesso em: 09 out. 2021.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Apoio à modernização do setor público para o melhoramento da segurança alimentar e a redução da pobreza nas áreas rurais – Brasil**. Programa de cooperação técnica FAO/Brasil – TCP/RLA/2911. Santiago (Chile): FAO, 2005.

FAO, IFAD, UNICEF, PMA e OMS. 2021. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021**. Transformando os sistemas alimentares para a segurança alimentar, melhor nutrição e dietas saudáveis acessíveis para todos. Roma, FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1437210/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Estados membros da FAO aprovaram três novas prioridades para a América Latina e o Caribe**. Santiago do Chile, outubro, 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1317563/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar**. FAO no Brasil, Notícias, 11 abr. 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Sistemas agroalimentares da América Latina e do Caribe terão que mudar para enfrentar o pós-pandemia**. FAO no Brasil, Notícias, 26 ago. 2021. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1437210/>>. Acesso em: 26 set. 2021.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Da retórica à prática**. [Entrevista concedida a] Amália Safatle. Página 22, Ed. 108, jun. 2018. Disponível em <<http://pagina22.com.br/2018/06/26/da-retorica-pratica/>>. Acesso em 07 mar. 2020.

FAVARETO, Arilson da Silva; BITTENCOURT, Gerson Luis. Agricultura familiar e sindicalismo nos anos 90: notas para um balanço. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. – 3ª ed. – Passo Fundo: UPF, 2001, p. 367-392.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Vol. 21, nº 62, out./2006, p. 27-44. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a02v2162.pdf>>. Acesso em 21 mai. 2018.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, Kleeb, Suzana. – São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

FAVARETO, Arilson. **Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além**. Raízes, v.37, n. 2, jul-dez/2017, p. 7-26.

FAVARETO, Arilson. **Dia Internacional da Agricultura Familiar: entre a celebração e o alerta**. Nexo – Políticas Públicas, 22 jul. 2021. Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2021/Dia-Internacional-da-Agricultura-Familiar-entre-a-celebra%C3%A7%C3%A3o-e-o-alerta>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FAVARETO, Arilson; AQUINO, Joacir Rufino de. **Desafios para uma nova geração de políticas de agricultura familiar**. Brasil Debate, Artigos, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/desafios-para-uma-nova-geracao-de-politicas-de-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

FAVARETO, Arilson; BERDEGUÉ, Julio. Mudanças globais e locais – implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural na América Latina. In: PERAFÁN, Mireya E. Valencia; GRISA, Catia; TARTARUGA, Iván Peyré; RAMÍREZ-MIRANDA, César Adrián (Orgs.). **Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial**. Curitiba: CRV, 2018, p.29-54.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fetrafr/RS). **Coletivo de Jovens**. Disponível em: <<http://fetrafrs.org.br/coletivo-de-jovens/>>. Acesso em 15 abr. 2018.

FEIX, Rodrigo Daniel; LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2019**. Porto Alegre: SEPLAG, Departamento de Economia e Estatística, 2019.

FELDMAN, Marcos. **Memórias da Colônia de Quatro Irmãos**. São Paulo: Maayanot, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. – 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016, p. 309-327.

FETRAF-RS; CARBONARI, Paulo César. **Agricultura Familiar: mais do que um negócio, um modo de vida**. Erechim, RS: Graffoluz Editora e Indústria Gráfica, 2021.

FETRAF-RS. **2021 III Congresso Fetraf-RS: Agricultura Familiar – Mãos que alimentam o Brasil**. CARBONARI, Paulo César (sistematizador). Evento on-line, 28 abr. 2021 (texto encaminhado pelo Sutraf-Alto Uruguai, Erechim, RS).

FRAINER, João. **Álbum do município de Erechim**. Erechim, RS: Livraria Modelo, 1936 (esse documento encontra-se no Arquivo Histórico Joarez Miguel Illa Font, em Erechim).

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. – 1ª ed., 1ª reimp. – São Paulo: Contexto, 2016.

FINARDI, Rodrigo. **Pente Fino**. Jornal Voz Regional, Erechim, 03 mai. 2002.

Fundação Luterana de Diaconia (FLD); Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN); Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). **O caminho é a agroecologia**. FLD-COMIN-CAPA, 03 out. 2021.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **Pedagogia da sementeira**: a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas. São Paulo: Dialogar, 2018.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEDER, Sergio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 9-24.

GAZOLLA, Marcio. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEDER, Sergio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 175-194.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. Florianópolis, 2013 (Tese).

GERHARDT, Marcos. **Uma história ambiental da modernização da agricultura**: o norte do Rio Grande do Sul. História: Debates e Tendências – v. 16, n. 1, jan./jun. 2016, p. 166-180.

GIARETTA, Jane Gorete Seminotti. **O Grande e Velho Erechim**: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960). Passo Fundo, UPF, 2008 (Dissertação).

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. - 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 13-32.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.

GRANDELLE, Renato. **Governo federal aprova 67 agrotóxicos**: sete são extremamente tóxicos para o ser humano. Rio de Janeiro, O Globo, 25 fev. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-federal-aprova-67-agrotoxicos-sete-sao-extremamente-toxicos-para-ser-humano-24899320>>. Acesso em: 01 out. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. – 4ª ed. – Coleção Primeros Passos. São Paulo, Brasiliense, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. – 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://eco21.eco.br/category/edicoes/revista-271/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. Transformación de los sistemas alimentarios: um desafio planetario. In: GRAZIANO DA SILVA, José et. al. **Sistemas alimentarios en América**

Latina y el Caribe: Desafíos en un escenario pospandemia. Panamá, FAO Y CIDES, 2021, p. 1-17.

GRAZIANO DA SILVA, José. **José Graziano:** “segurança alimentar nas mãos do mercado entrega os pobres à fome”. ACT Promoção da Saúde (Entrevista), 07 mai. 2020. Disponível em: < <https://actbr.org.br/post/jose-graziano-seguranca-alimentar-nas-maos-do-mercado-entrega-os-pobres-a-fome/18420/>>. Acesso em: 09 out. 2021.

GRISA, Catia. **Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** novos mediadores para velhos referenciais. Raízes, v. 38, n.1, jan-jun/2018. Campina Grande, PB, UFCG, 2018, p. 7-21.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

HARRES, Marluza Marques. **Estratégias trabalhistas para o mundo rural:** governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade:** um debate. GEOgraphia – Ano IX – nº 17, 2007, p. 19-45.

HELLER, Karine. **Acessos municipais na região do Alto Uruguai:** promessas de asfalto perdidas no tempo. Erechim: Jornal Bom Dia, 01 dez. 2017. Disponível em: < <https://jornalbomdia.com.br/noticia/18478/aceessos-municipais-na-regiao-do-alto-uruguai-promessas-de-asfalto-perdidas-no-tempo>>. Acesso em: 29 set. 2021.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. **Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil:** o caso do PRONAF. Rev. Bras. Polít. Públicas (Online), Brasília, v. 6, nº 1, 2016, p. 255-269.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **Gênero de acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Presidente Prudente (SP), Revista NERA, Ano 9, nº 8 – Jan./jun. de 2006, p. 1-28.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940).** Série Regional, Rio Grande do Sul, Tomo 1. Censo Demográfico: população e habitação. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940).** Série Regional, Rio Grande do Sul, Tomo 2. Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950: Censo Demográfico.** Série Nacional, Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950: Censo Agrícola.** Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950 - Estado do Rio Grande do Sul:** Censo Demográfico. Série Regional, Volume XXVIII, Tomo 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950 - Estado do Rio Grande do Sul:** Censos Econômicos. Série Regional, Volume XXVIII, Tomo 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE. **Censos Econômicos de 1975 – Censo Agropecuário Rio Grande do Sul.** – Série Regional, Volume I, Tomo 20 - Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. **Censos Econômicos de 1975 - Censo Agropecuário Brasil.** – Série Nacional, Volume 1 - Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980: Censo Agropecuário Brasil.** - Volume 2, Tomo 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980: Censo Agropecuário Rio Grande do Sul.** - Volume 2, Tomo 3, 1ª parte – Rio de Janeiro, IBGE, 1984.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1985 – Rio Grande do Sul.** – Número 24 – Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1985 - Brasil** - Número 1 - Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996 – Rio Grande do Sul** – Nº 22 – Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996 – Brasil** - Nº 1 – Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006** - Segunda apuração. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em 23 abr. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017** – resultados definitivos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017 – PNAD Contínua 2017.** Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf>. Acesso em 23 mai. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, Educação 2017.** Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf>. Acesso em 24 mai. 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016.** Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2018.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ILLA FONT, Juarez Miguel. **Serra do Erechim**: tempos heroicos. Erechim: Empresa Gráfica Carraro Ltda, 1983.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). **Relatório PRONAF – Resultados da etapa Paraná**. IBASE, 2006. Disponível em: <https://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Políticas sociais – Desenvolvimento Rural**: acompanhamento e análise. Brasília: Ministério da Economia – IPEA, BPS, nº 22, 2014, p. 393-484.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Políticas sociais – Desenvolvimento Rural**: acompanhamento e análise. Brasília: Ministério da Economia – IPEA, BPS, nº 26, 2019, p. 249-281.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Políticas sociais – Desenvolvimento Rural**: acompanhamento e análise. Brasília: Ministério da Economia – IPEA, BPS, nº 28, 2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Fome Zero e agricultura sustentável**. Cadernos ODS 2. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190625_cadernos_ODS_objetivo_2.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Análise da construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: texto para discussão. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Erechim. **Projeto pedagógico do curso técnico em produção de moda**. Erechim, IFRS, 2016.

JORNAL NACIONAL. **Mudanças climáticas são a maior ameaça à saúde da humanidade, diz OMS**. Rio de Janeiro, Jornal Nacional, 11 out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/11/mudancas-climaticas-sao-a-maior-ameaca-a-saude-da-humanidade-diz-oms.ghtml>>. Acesso em: 11 out. 2021.

KAMINSKI, Edinara Marliza. Povo Kaingang: passado e perspectivas. In; SPONCHIADO, Breno Antônio (Org.). **Etnias e culturas** [e-book]. Frederico Westphalen, RS: URI – Frederico Westphalen, 2014, p.30-49.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 1011-1097.

KRAVUTSCHKE, Aline Czezacki. SOFI 2021: **Relatório da ONU destaca os impactos da pandemia no aumento da fome no mundo**. Nações Unidas do Brasil; FAO, 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/135635-sofi-2021-relatorio-da-onu-destaca-os-impactos-da-pandemia-no-aumento-da-fome-no-mundo>>. Acesso em: 27 set. 2021.

KUJAWA, Henrique. Colonização, políticas indigenistas e conflitos territoriais atuais: um olhar a partir do ponto de vista dos agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul**: indígenas e agricultores – dimensões históricas. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 323-349. 351-373.

LACORTH, Rosemeri Lazzari. **Percepções de membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas sobre a conservação e gestão da água**. Erechim, URI, 2018 (Dissertação de mestrado em Ecologia).

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional – Uma realidade multiforme. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1993 (v.1).

LAROCHE, Luís Fernando da Silva. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)**. Antropologia, n. 64. São Leopoldo: Pesquisas/Instituto Anchieta, 2007. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/antropologia64/antropologia64.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LIBERMAN, Rosa. **Ponte para enfrentar o êxodo rural**. Jornal Bom Dia, Erechim, 01 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/18467/ponte-para-enfrentar-o-exodo-rural>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LIPSCH, Verence T.; LIMA, Elisabeth de Fátima; THAINES, Eliane. **A saúde brota da luta do povo**: reconstruindo o caminho: da organização à conquista de um povo. Erechim, RS: Graffoluz, 2006.

LOCH, Salus. **Erechim 100 anos** – como tudo começou. Erechim: Jornal Boa Vista, 2018. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/30042018erechim-100-anos-como-tudo-comecou>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

LONDRES, Flavia *et. al.* **Municípios agroecológicos e políticas de futuro** [recurso eletrônico]: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. – 2ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2021. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Municipios-Agroecologicos-e-Politicadas-de-Futuro.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.

MACÁRIO, Carol. **Relação entre aquecimento global e agricultura pode aumentar fome nos próximos 30 anos**. Piauí, 01 ago. 2021. Disponível em: <De Piauí.folha.uol.com.br>. Acesso em: 09 set. 2021.

MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (Org.). **História do mundo rural: o sul do Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. **A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAGNANTI, Natal João. **Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecológica de Agroecologia**. AS.PTA – agricultura familiar e agroecologia, 24 out. 2019. Disponível em: <<http://aspta.org.br/article/circuito-sul-de-circulacao-de-alimentos-da-rede-ecologica/>>. Acesso em: 05 out. 2021.

MAIA, Alexandre Gori. O esvaziamento demográfico rural. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 1081-1099.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. *In*: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 135-152.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. – 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MATTÉ, Márcia Fátima Balen. **Cuidado da saúde e defesa da vida: a contribuição do movimento social de Aratiba no sistema de saúde local e regional**. Porto Alegre, UFRGS, 2019 (Dissertação em Política Social e Serviço Social).

MATTEI, Lauro. **A política agrária e os retrocessos do governo Temer**. OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 2, 2018, p. 293-307.

MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

MAZZUCATO, Mariana. **O valor de tudo: produção e apropriação na economia global**. Tradução Camilo Adorno, Odorico Leal. – 1ª ed. – São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.

MAZZUCATO, Mariana. Sistemas de inovação: da correção das falhas de mercado à criação de mercados. *In*: CASTRO, Ana Célia; FILGUEIRAS, Fernando (Editores). **O Estado no século XXI**. Brasília: Enap, 2018, p. 23-39.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Quarenta anos de CPT. *In*: Comissão Nacional de Formação da CPT (Org.). **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança**. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MEDEIROS, Pedro Vicente Stefanello. Desvendando os 'afogados': os atingidos pela barragem do Passo Real. *In: História do mundo rural: o sul do Brasil*, volume II / organizadores Ironita A. Policarpo Machado, Marcos Gerhardt e João Carlos Tedesco. – Erechim: All Print, 2020, p. 83-102.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Tradução de Suely Bastos. São Paulo: Lua Nova, nº 17, jun. 1989, p.49-66.

MENDES, Amanda. Alto Uruguai: desafios para manter as famílias no campo. **Bom Dia**, Erechim, 31 ago. 2018. Disponível em: < <https://jornalbomdia.com.br/noticia/25319/alto-uruguai-desafios-para-manter-as-familias-no-campo>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. – 2ª ed. – Brasília, Ministério da Saúde, 2014.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2003 (Tese na área de Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente).

MODELLI, Laís. **Desmatamento na Amazônia cresce 51% nos últimos 11 meses em relação ao período anterior, aponta Imazon**. G1, Globo, 19/07/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/07/19/desmatamento-na-amazonia-cresce-51percent-nos-ultimos-11-meses-em-relacao-ao-periodo-anterior-aponta-imazon.ghtml>>. Acesso em: 08 set. 2021.

MONTEIRO, Sílvio Tavares. **Um estudo de classes sociais numa cooperativa rural – Erechim**. Pesquisas Regionais, Ano 1, nº 1, Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES), nov. 1978.

MORAES, Vanessa Almeida de. **Política pública que beneficia jovens de Machadinho (RS) entra para segunda etapa**. 21/05/2019 | Ascom Emater/RS-Ascar - Regional de Passo Fundo, 21/05/2019. Disponível em: < <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/4566-politica-publica-que-beneficia-jovens-de-machadinho-rs-entra-para-segunda-etapa>>. Acesso em: 04 set. 2021.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

MORALEZ, Rafael; FAVARETO, Arilson. Energia, desenvolvimento e sustentabilidade – definições conceituais, usos e abusos. FAVARETO, Arilson; MORALEZ, Rafael. **Energia, desenvolvimento e sustentabilidade**. Porto Alegre: Zouk, 2014.

MORI, Letícia. **Por que o futuro do agronegócio depende da preservação do meio ambiente no Brasil**. BBC News Brasil, 16 jul. 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48875534>>. Acesso em: 04 out. 2021.

MOTA, Camila Veras. **Por que agricultores brasileiros estão deixando de plantar feijão – e o que isso tem a ver com a fome**. São Paulo: BBC Brasil, 09 nov. 2021. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59070059>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas.** Disponível em: < <https://www.mabnacional.org.br/historia>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MÜLLER, Ígor Dalla Rosa. **Aliança estratégica.** Jornal Bom Dia, 16 jun. 2021. Disponível em: < <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/46883/alianca-estrategica>>. Acesso em: 06 out. 2021.

Nações Unidas Brasil. **Aquecimento global atinge níveis sem precedentes e dispara "alerta vermelho" para a humanidade.** Nações Unidas Brasil, 09 ago. 2021. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/139401-aquecimento-global-atinge-niveis-sem-precedentes-e-dispara-alerta-vermelho-para-humanidade>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Nações Unidas Brasil. **ONU aponta conectividade como resposta para o desenvolvimento em áreas rurais.** Nações Unidas Brasil, 20 mai. 2021. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/127262-onu-aponta-conectividade-como-resposta-para-o-desenvolvimento-em-areas-rurais>>. Acesso em: 17 set. 2021.

NEUMANN, Rosane Marcia. Terras e colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (Org.). **História do mundo rural** [recurso eletrônico]: o sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 112-138.

NOBRE, Carlos. Uma reflexão sobre mudanças climáticas, riscos para a agricultura brasileira e o papel da Embrapa. In: Embrapa. **Olhares para 2030.** Brasília, Embrapa, 2018. Disponível em: < https://www.embrapa.br/olhares-para-2030/artigo/-/asset_publisher/SNN1QE9zUPS2/content/carlos-nobre?redirect=%2Folhares-para-2030%2Fartigo&inheritRedirect=true>. Acesso em: 15 ago. 2021.

NUNES, Cíntia Florence; SCHERER, Giovane Antonio. **Sementes lançadas em terras distantes:** a garantia do direito à assistência social para a população rural. Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 1-15, jan. – jun. 2020 (PUCRS/Escola de Humanidades).

OLIVEIRA, Heron Lisboa de. **Comunidades Remanescentes dos Quilombos de Arvinha e Mormaça** – processos educativos na manutenção e recuperação do território. Tese. São Leopoldo, RS, Unisinos, 2014.

OLIVEIRA, Heron Lisboa de. **Quilombo da Mormaça – em busca do território:** uma luta das mulheres negras? Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2008/Heron%20Lisboa%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino de. **Pandemia ou sindemia?** Migalhas. Leitura Legal, 25 out. 2020. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/coluna/leitura-legal/335379/pandemia-ou-sindemia>>. Acesso em: 26 set. 2021.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes:** a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889). Passo Fundo, UPF, 2006 (Dissertação).

OXFAM Brasil. **Tempo de cuidar:** o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Documento informativo da Oxfam, jan. 2020. Disponível em:

<<https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

OXFAM Brasil. **Terrenos da desigualdade:** Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

OXFAM Brasil. **A desigualdade no chão:** muita terra e pouca gente. Maio/2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/a-desigualdade-no-chao-muita-terra-e-pouca-gente/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

OXFAM Brasil. **O vírus da fome se multiplica:** uma receita mortal misturando conflitos armados, Covid-19 e crise climática acelera a fome no mundo. Briefing de mídia da OXFAM, 9 de julho de 2021. Disponível em: <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/07/relatorio_The_Hunger_Virus_sem_embargo-1.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental.** Estudos Avançados 24 (68), 2010.

Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul – 2016. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul; Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2016.

PARIZOTTO, Jaiane; BREITENBACH, Raquel. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os hábitos alimentares: o que revela a produção científica da última década? In: **Agricultura Familiar:** Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. RAF. v. 15, nº 01, jan-jun 2021, p. 35-56.

PASTORE, Elenice; POLESE, Nathalia Cunha; PASTORE, Luciane Maria. **O papel da mulher na agricultura diversificada e agroecológica:** influências e mudanças nas relações de gênero. Gênero, Segurança Alimentar e Meio Ambiente, ST 37. Passo Fundo, UPF, 2017. Disponível em: <http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/P/Pastore-Polese-Pastore_37.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Perfil Socioeconômico Corede Norte. Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Norte>>. Acesso em 28 jun. 2017.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil.** RESR, Piracicaba, SP, vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a04v52s1.pdf>>. Acesso em 28 set. 2019.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **O “fazer-se” dos agricultores familiares como sujeitos de direitos.** Pelotas: Pensamento Plural (04), 2009, p. 91-115. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3686/3009>>. Acesso em 21 mai. 2018.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Pluralidade Sindical no campo?** Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. Lua Nova [online]. 2018, n.104, pp.201-238.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil.** Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018, p. 87-117.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural.** Revista Espaço Acadêmico, nº 128. Janeiro de 2012, p. 158-167.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil.** Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 204-236.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BRANDENBURG, Alfio. **Uma grande oportunidade:** o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XVIII, n. 3, p. 1-18, jul.set. 2015.

PIES, Marcelino Pedrinho; BAGGIO, Daniel Knebel; ROMEIRO, Maria do Carmo. **Participação dos associados:** um pilar estratégico de governança do cooperativismo. RAIMED – Revista de Administração IMED, 6(2): 221-236, jul./dez./2016. Passo Fundo, RS: IMED, 2016.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução Monica Baumgarten de Bolle. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia.** Tradução Maria de Fátima Oliva do Coutto, Dorothée de Bruchard. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PINZON, Eduardo. **Operação contra o desmatamento da Mata Atlântica aplica R\$ 2,23 milhões em multas no RS.** GZH Ambiente, 28 set. 2021. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2021/09/operacao-contr-o-desmatamento-da-mata-atlantica-aplica-r-223-milhoes-em-multas-no-rs-cku4j90gp003f019mq98mn2q.html>>. Acesso em: 03 out. 2021.

PIRAN, Nédio. **Agricultura familiar:** lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: Edifapes, 2001.

PIRAN, Nédio. **Contribuição à caracterização do Alto Uruguai (RS):** breve releitura e novos desafios. PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, Especial 40 Anos, p. 53-64, setembro/2015.

PIRAN, Nédio. Nédio Piran: Entrevista [fev. 2018]. Entrevistadora: Cristiane Rhoden. Erechim, RS: Atmosfera Online. **Erechim 100 anos, 100 Histórias com participação de Nédio Piran.** Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=AwspmEijy1E>>. Acesso em: 25 set. 2021.

PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão – PR.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006 (Dissertação em Geografia).

PLANELLES, Manuel. **Emergência climática:** Relatório da ONU sobre o clima responsabiliza a humanidade por aumento de fenômenos extremos. Madri: El País, 09 ago. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-09/relatorio-da-onu->

sobre-mudanca-climatica-responsabiliza-humanidade-por-aumento-de-fenomenos-extremos-atuais>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Tradução Claudia Freire. – 1ª ed. – São Paulo; Porto Alegre, Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **O sistema alimentar em tempos de covid-19: ensinamentos para o futuro**. Cadernos de Debate, nº 3, 2021. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2021. Disponível em: <<http://aspta.org.br/files/2021/10/Cadernos-para-debate-n03-ano-2021.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Tradução Vera Ribeiro. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PRADO, João Alderi. **CRERAL: uma experiência de cooperativa na eletrificação rural e a nova legislação para as cooperativas**. Anais do AGRENER 2002 – 4º Encontro de Energia no Meio Rural. Campinas, SP, Unicamp, 2002.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. -1ª ed. – São Paulo: Contexto, 2016.

Prefeitura Municipal de Aratiba, RS. **Audiência pública debateu a produção orgânica na Expoara**: Iniciativa foi da Assembleia Legislativa do RS, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Prefeitura de Aratiba, 04 out. 2019. Disponível em: <<http://www.pmaratiba.com.br/conteudos/audiencia-publica-debateu-a-producao-organica-na-expoara>>. Acesso em: 05 out. 2021.

Prefeitura Municipal de Erechim, RS. **Feira da agricultura familiar do São Cristóvão oferece alimentos agroecológicos**. Prefeitura de Erechim, 05 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/10996/04-05-2016/feira-da-agricultura-familiar-do-sao-cristovao-oferece-alimentos-agroecologicos>>. Acesso em: 06 out. 2021.

PREZIA, Benedito. **História de resistência indígena: 500 anos de luta**. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

Rede PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Documents/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

REIS, Carlos Vinícius Santos; MOREIRA, Tito Belchior Silva; CUNHA, George Henrique de Moura. **O efeito marginal do capital humano na agricultura familiar**. Revista Espacios, Vol. 38, nº 12, 2017.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. – 3ª ed. – São Paulo: Global, 2015.

Rio Grande do Sul. **Extensão Rural completa 55 anos de atuação no Rio Grande do Sul**. (Publicado em 02/06/2010). Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/extensao-rural-completa-55-anos-de-atuacao-no-rio-grande-do-sul>>. Acesso em 27 mar. 2020.

Rio Grande do Sul. **Marco dos povos indígenas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: 2012.

Rio Grande do Sul. **Lei Estadual nº 11.042, 18/11/1997**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=7583&hTexto=&Hid_IDNorma=7583#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.042%2C%20DE%2018,normas%20para%20que%20sejam%20indenizadas.>. Acesso em: 23 mai. 2021.

Rio Grande do Sul. **Consulta Popular inicia Assembleias Públicas Regionais nos 28 Coredes**. Porto Alegre, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 14 set. 2021. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/consulta-popular-inicia-assembleias-publicas-regionais-nos-28-coredes-613f592b75628>>. Acesso em: 30 out. 2021.

RISSON, Cláudio; FLACH, Affonso Augusto Bulcão. **O BNDES e as cooperativas de crédito: uma parceria para os pequenos municípios no Sul do Brasil**. BNDES – Biblioteca Digital, Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 469-501. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7043/1/O%20BNDES%20e%20as%20cooperativas%20de%20cr%C3%A9dito_20_.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ROCHA, Humberto José da; PASE, Hemerson Luiz. **O conflito social e político nas hidrelétricas da bacia do Uruguai**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), vol. 30, nº 88, jun/2015, p. 99-115.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. - Volume I - Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROTTA, Edemar; REIS, Carlos Nelson do. **A senda do desenvolvimento econômico brasileiro: as práticas do estado e das políticas públicas**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 54346-54364, jun. 2021.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. -5.ed.- Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SANTOS, Sherol dos. Territórios étnicos no pós-abolição: o caso do Quilombo da Mormaça (RS). **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 127-141, jan./jun. 2009.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs.). **Inovações na agricultura**

familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014, p. 229-259.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442.

SCHERER, Vicente. **Promoção agrária**. Porto Alegre: Diário de Notícias, 22 de agosto de 1961.

SCHERER, Vicente. **Agitadores no Setor Rural**. Porto Alegre: Diário de Notícias, 10 de outubro de 1961.

SCHMITT, Cláudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um Novo Sindicalismo no campo do Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SCHNEIDER, Diéle de Souza. **Memórias compartilhadas**: as vivências de imigrantes judeus durante a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul (Dissertação). Porto Alegre, PUC/RS, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Dossiê. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. – 2ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), 2010, p. 511-531.

SCHNEIDER, Sergio. **Desafios e perspectivas da agricultura familiar nas sociedades urbanizadas**. Comunicação na Conferência Regional de Mobilização AGRIURB. Transcrição de Anacleto Zanella. Erechim, RS: UFFS, 25 mai. 2018.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A Agricultura Familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo nº 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, Septiembre, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Revista Grifos – Unochapecó. Dossiê: PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências. Edição – Vol. 30, Núm. 51. Chapecó, SC: Unochapecó, 2021, p. 12-41.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. **Post Scriptum ao Artigo “Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”**. Revista Grifos – Unochapecó. Dossiê: PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências. Edição – Vol. 30, Núm. 51. Chapecó, SC: Unochapecó, 2021, p. 42-67.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano

(Org.). **La pluriactividad en el campo latino-americano**. 1ª ed. – Quito/Equador: Ed. Flacso – Série FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural/RS. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf)**. SAPDR, setembro 2021. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/agroindustria-familiar>>. Acesso em: 07 out. 2021.

SEEG Municípios; Observatório do Clima. **Soluções para redução das emissões de gases de efeito estufa nos municípios brasileiros**. SEEG Municípios; Observatório do Clima, agosto de 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/08/20210819_SeegSolucoes_Final_v3.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SEMINOTTI, Jonas José. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar**: os agricultores familiares e a representação política do Sutraf no Alto Uruguai gaúcho. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

SEMINOTTI, Jonas José. **Participação política & fé**: o papel da Igreja na formação das organizações sociais populares – região Alto Uruguai do RS (1974-1990). Passo Fundo, RS: UPF, 2007 (Dissertação em História).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Babel do novo mundo**: povoamento e vida rural na região da Mata do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, UFF, 2011.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e; SCHNEIDER, Sergio. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família: desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 443-463).

SILVA, Marcos Rodrigues da; REICH, Leonida. **A Fetraf-Sul/CUT e o Novo Sindicalismo**. Chapecó, SC: Fetraf-Sul/CUT, 2002.

SILVA, Sandro Pereira; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

SOARES, Fernando. **Soja se torna a principal fonte de renda da agricultura familiar no RS**. GZH Campo e Lavoura, 08/11/2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/11>>. Acesso em 15 ago. 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Jessé Souza; colaboradores André Grillo *et al.* – 3ª ed. ampl. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

SOUZA, Vivian. **AGRO**: Recordes no agronegócio e aumento da fome no Brasil: como isso pode acontecer ao mesmo tempo? G1, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/08/11/recordes-no-agronegocio-e-aumento-da-fome-no-brasil-como-isso-pode-acontecer-ao-mesmo-tempo.ghtml>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Prof. René Ernaini Gertz. Porto Alegre, PUC, 2000. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000264.pdf>>. Acesso em 13/03/2018.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Facetas da historiografia Kaingáng**: Entrevista com Ítala Basile Becker. Revista de Ciências Humanas – Educação, v. 17, n. 29, 2016, p. 145-153. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2451-9238-1-PB.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SPONCHIADO, Paulo José (Org.). **Plano estratégico de desenvolvimento regional Corede Norte – RS 2015-2030**. Porto Alegre: EdiFapes, 2017.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.

SUL 21. **Entidades criticam abandono da agricultura familiar pelo governo Eduardo Leite**. Sul 21, 17 nov. 2021. Disponível em: < <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/11/entidades-criticam-abandono-da-agricultura-familiar-pelo-governo-eduardo-leite/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SUTRAF/AU. **SUTRAF-AU: Lutas e conquistas para a agricultura familiar: 15 anos**. Informativo Anual SUTRAF/AU, nº 2, ANO 2, Erechim, 2019.

SUTRAF/AU. **Resistir e lutar contra os retrocessos na agricultura familiar e no Brasil**. VI Congresso do SUTRAF/AU. Erechim, RS: SUTRAF/AU, 2019.

SWINBURN, Boyd A.; KRAAK, Vivica I.; ALLENDER, Steven *et al.* **A Sindemia Global da Obesidade, da Desnutrição e das Mudanças Climáticas**: o relatório da Comissão The Lancet. Lancet 2019; publicado online em 27 jan. 2019. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)>. Acesso em: 26 set. 2021.

TALASKA, Alcione. **Estrutura agrária e reconfiguração fundiária**: o caso da região do Corede Norte/RS. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2010.

TASCA, Eliane; DEGGERONE, Zenicleia Angelita; PARIS, Cleunir Paris. **Agricultura familiar e alimentação escolar**: análise da dinâmica do PNAE no território do Alto Uruguai-RS. Revista Grifos - Unochapecó Vol. 29, N. 50 (Set./Dez. 2020), p. 103-125.

TASSO, Chico (Benjamin Busato). **Meu Erechim Cinquentão**. Erechim: A Voz da Serra, 1968.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Movimentos de luta pela terra no norte do RS**: o Acampamento Capão da Cascavel na Fazenda Sarandi (1960/62). Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/64198-315162-1-PB.pdf>. Acesso em 17 mai. 2021.

TEDESCO, João Carlos; CARON, Marcia. **Intrusões no Alto Uruguai gaúcho – 1927-29**: o caso do “bando de João Inácio”. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 161-185, jan./jun. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Intrusoes_no_Alto_Uruguai_gaucha_-_1927-29_o_caso_.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

TEDESCO, João Carlos; GRITTI, Isabel Rosa. Os judeus e os “bandoleiros”: a intrusão e os conflitos pela terra no norte do RS – primeira metade do século XX. In: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Deigo José; TEDESCO, João Carlos (ORGs.). **Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária** [recurso eletrônico]. Passo Fundo: EDIUPF, 2019, p. 84-143.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane. **A Comissão de Terras e os indígenas no projeto de colonização na Primeira República – norte do Rio Grande do Sul**. Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 27, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/90486/58381>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. MACHADO, Ironita Policarpo. “Um homem muito perigoso”: Jair de Moura Calixto e a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul – 1960-1964. In: ROCHA, Humberto José; TEDESCO, João Carlos; MYSKIW, Antonio Marcos (ORGs.). **História dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra no Sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo, RS: Acervus Editora, 2021.

TEIXEIRA, Taís. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar avalia desafios do setor na pandemia**. Porto Alegre: Correio do Povo, 07 set. 2021. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/expointer/federa%C3%A7%C3%A3o-dos-trabalhadores-na-agricultura-familiar-avalia-desafios-do-setor-na-pandemia-1.686631>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. - Vol. 1 – 9ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2018.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

TREVISOL, Joviles Vitório. **Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS**. X ANPED Sul, Florianópolis, out. 2014.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Importância mundial da política de compra pública de alimentos é tema de artigo**: Sérgio Schneider, professor da UFRGS, é um dos autores do texto publicado pela revista internacional “The Lancet”. UFRGS, 17 ago. 2021. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/professor-da-ufrgs-integra-artigo-publicado-na-revista-internacional-201cthe-lancet201d?fbclid=IwAR11mHstWVLBasXO3uVDYBoQ7rqvneqhCKHDRKUujIPXPMylwIfchUcoGNo>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

VANIN, Alex Antônio; TEDESCO, João Carlos. Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul - século XIX: um esboço histórico para a compreensão dos atuais conflitos. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores – dimensões históricas**. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 37-84.

VANIN, Alex Antônio; SILVA, Gean Zimmermann da Silva; TEDESCO, João Carlos. A disputa pela terra entre indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: síntese de alguns elementos históricos. In: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J. J.; ROCHA, H. J., ed.

Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas (online). Chapecó, SC: Editora UFFS, 2018, pp. 175-229.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. – 2.ed.-Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.3, n. 1, p. 123-149, jan-abr/2007.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** – 1ª ed. - São Paulo: Editora 34, 2015.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. – 2.ed., 1ª reimp. - São Paulo: Edusp, 2012.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. **Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico:** evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 267-295, mai-ago/2014.

VIANA JR, Aurélio. **Prisão em Lajeado Pepino:** uma ação social contra a barragem de Machadinho. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** – 4ª ed. rev. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giana Lange do. **O jornal católico A Palavra e os preceitos para a educação rural não formal na diocese de Pelotas-RS (décadas de 1940 e 1950).** Campinas, SP: Rev. HISTEDBR On-line, v. 19, 2019, p. 1-27.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari. Arqueologia e ancestralidade indígena no Planalto Meridional do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul:** indígenas e agricultores – dimensões históricas. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 13-36.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari. **Índios, jesuítas e bandeirantes no Alto Jacuí** [recurso eletrônico]: implicações históricas e geopolíticas da redução de Santa Teresa Del Curiti. Passo Fundo: Acervus, 2021.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari; SCHMITT, Ânderson Marcelo. **Arqueologia nas margens do rio Apuaê:** um estudo de caso sobre a história pré-colonial do Alto Uruguai. Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, N. 31, 2018/01.

VILK, Terezinha Mariza; EMATER-ASCAR, Regional de Erechim; ASBRAER. Cresce número de agroindústrias na região do Alto Uruguai (RS). Asbraer, 27 ago. 2020. Disponível em: < <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/6796-crece-numero-de-agroindustrias-na-regiao-do-alto-uruguai-rs>>. Acesso em: 07 out. 2021.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **História, região e poder:** a busca de interfaces metodológicas. Locus. Revista de História. Juiz de Fora, 1997, v.3, n.1, p. 84-97.

Voz Regional. **Lula grava programa sobre a agricultura familiar no Alto Uruguai.** Erechim: Voz Regional, 03 mai. 2002.

Voz Regional. **Seca - Lula na Praça**: “Não podemos ficar transferindo responsabilidades”. Erechim: Jornal Voz Regional, 17 mar. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17 – Processos Sociais Agrários. Anais. Caxambu, MG, out. 1996; In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. – 3.ed.- Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro**: uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, 2015, p. S025-S044.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro**: uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003: 42-61. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. **Montanhas que furam as nuvens!** Imigração polonesa em Áurea – RS – (1910-1945). Passo Fundo, RS: UPF Editora, 2002.

WOLFF, Gladis Helena. **Trilhos de ferro, trilhas de barro**: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954). Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

ZANELLA, Anacleto. **A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)**. Passo Fundo: UPF, 2004.

ZANELLA, Anacleto; ROCHA, Humberto José da. **A previdência social e o desenvolvimento humano**: o caso do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul - 1988-2018. Grifos, v. 29, n. 50. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5147>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Unesp; MDA, NEAD, vol. 2, 2009.

ZUANAZZI, Natanael Ricardo. **Projeto Juventude Semeando Terra Solidária**: avanços e limites. Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2018 (Dissertação na área da Educação).

FONTES

A VOZ DA SERRA [jornal]. Erechim, RS (1944-1980). Disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS.

BOA VISTA [jornal]. Erechim, RS (2002-2021). Disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS e em sua plataforma online.

BOM DIA [jornal]. Erechim, RS (2005-2021). Disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS e em sua plataforma online.

CONTAG. Brasília, DF. Documentos disponíveis em <<http://www.contag.org.br/>>.

CORREIO DO POVO [Jornal]. Porto Alegre, RS. Disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS e em sua plataforma online.

DIÁRIO DA MANHÃ [Jornal]. Erechim, RS (1997-2021). Disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS e em sua plataforma online.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [Jornal]. Porto Alegre, RS (1960-1964). Disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS.

EL PAÍS [jornal]. Brasil. Disponível em <<https://brasil.elpais.com>>.

ENTREVISTA I – Jovem (20 anos de idade) - Monte Belo, Aratiba, RS, 01/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista I. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Aratiba, 2019. 1 arquivo .mp3 (32:10 min.).

ENTREVISTA II – Jovem (20 anos de idade) – Km 14 – Dourado. Erechim, RS, 11/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista II. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 1 arquivos .mp3 (28 min.).

ENTREVISTA III - Jovem (18 anos de idade) - Km 14 – Dourado. Erechim, RS, 16/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista III. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (32:10 min.).

ENTREVISTA IV – Jovem (23 anos de idade). Km 14 – Dourado. Erechim, RS, 16/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista IV. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (23:08 min.).

ENTREVISTA V – Jovem (17 anos de idade). Km 14 – Dourado, Erechim, RS, 23/08/2021. Entrevista informal concedida por TAL, Fulana de. Entrevista V. [ago. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021.

ENTREVISTA VI – Jovem (26 anos de idade). Linha Parobé, Itatiba do Sul, RS, 29/01/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista VI. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 1 arquivos .mp3 (45:50 min.).

ENTREVISTA VII – Jovem (24 anos de idade). São Luís, São Valentim, RS – 15/01/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista VII. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. São Valentim, 2021. 1 arquivos .mp3 (46:45 min.).

ENTREVISTA VIII – Jovem (21 anos de idade). Monte Belo, Aratiba, RS, 03/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista VIII. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Aratiba, 2021. 1 arquivos .mp3 (20 min.).

ENTREVISTA IX – Adulto (36 anos de idade). Sete Lagoas, Itatiba do Sul, RS, 20/01/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista IX. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do Sul, 2021. 2 arquivos .mp3 (58:59 e 01h:33 min.).

ENTREVISTA X – Adulto (32 anos de idade). Linha 15 de Novembro, Aratiba, RS, 04/02/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista X. [fev. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Aratiba, 2021. 1 arquivo .mp3 (01h:26 min.).

ENTREVISTA XI – Jovem (24 anos de idade). Derrubadas, Itatiba do Sul, RS, 22/01/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista XI. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:28 e 25:22 min.).

ENTREVISTA XII – Jovem (27 anos de idade). Povoado Saltinho, Itatiba do Sul, RS, 29/01/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XII. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Itatiba do sul, 2021. 1 arquivos .mp3 (17:49 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Tese.

ENTREVISTA XIII – Jovem (20 anos de idade). Linha Mariga, Paulo Bento, RS, 30/08/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista XIII. [ago. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Paulo Bento, 2021. 2 arquivos .mp3 (35:23 e 02:23 min.).

ENTREVISTA XIV – Jovem (23 anos de idade). Machadinho, RS, 04/06/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XIV. [jun. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Machadinho, 2019. 1 arquivo .mp3 (38:09 min.).

ENTREVISTA XV – Jovem (19 anos de idade). Barro Amarelo, Machadinho, RS, 17/10/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista XV. [out. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Machadinho, 2019. 1 arquivo .mp3 (15:06 min.).

ENTREVISTA XVI – Adulto (50 anos de idade). KM 14 – Dourado, Erechim, RS, 08/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XVI. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (40:00 min.).

ENTREVISTA XVII – Adulta (46 anos de idade). KM 14 – Dourado, Erechim, RS, 08/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista XVII. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (30:00 min.).

ENTREVISTA XVIII – Adulto (78 anos de idade). KM 14 – Dourado, Erechim, RS, 16/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XVIII. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

ENTREVISTA XIX – Adulto (52 anos de idade). Vaca Morta, Três Arroios, RS, 04/02/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XIX. [fev. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Três Arroios, 2021. 1 arquivo .mp3 (01h:50:44 min.).

ENTREVISTA XX – Adulto (56 anos de idade). Ponte Preta, RS, 05/01/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XX. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Ponte Preta, 2021. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

ENTREVISTA XXI – Adulta (55 anos de idade). Comunidade Batistella, Erechim, RS, 18/01/2021. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista XXI. [jan. 2021]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2021. 1 arquivo .mp3 (1:48:43 min.).

ENTREVISTA XXII – Adulto (47 anos de idade). KM 14 – Dourado, Erechim, RS, 16/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XXII. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (29:15 min.).

ENTREVISTA XXIII – Adulta (43 anos de idade). KM 14 – Dourado, Erechim, RS, 16/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista XXIII. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (15:22 min.).

ENTREVISTA XXIV – Adulta (43 anos de idade). KM 14 – Dourado, Erechim, RS, 16/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulana de. Entrevista XXIV. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (20:11 min.).

ENTREVISTA XXV – Adulto (55 anos de idade). KM 14 – Dourado, Erechim, RS, 16/05/2019. Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista XXV. [mai. 2019]. Entrevistador: Anacleto Zanella. Erechim, 2019. 1 arquivo .mp3 (18:51 min.).

FETRAF-RS. Questionário descritivo aplicado a 34 dirigentes da Fetraf/RS, em dezembro de 2018 (Cópia delas estão no Apêndice A).

FETRAF-RS. Porto Alegre, RS. Documentos disponíveis em <<https://fetrafrs.org.br/>>.

FETRAF-Sul/CUT. Chapecó, SC. Documentos disponíveis em <<http://www.fetrafsul.org.br/>>.

FOLHA DE SÃO PAULO [jornal]. São Paulo, SP. Disponível em sua plataforma online.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950 - Estado do Rio Grande do Sul: Censo Demográfico. Série Regional, Volume XXVIII, Tomo 1. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 1995-1996. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006 - Segunda apuração. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017 – resultados definitivos. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Documentos disponíveis na plataforma online (<https://mab.org.br/>).

SUTRAF/AU. Documentos disponíveis na sua sede, à rua Germano Hofmann, nº 330, em Erechim, RS.

ZERO HORA [jornal]. Porto Alegre, RS. Disponível no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, RS e em sua plataforma online.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTACIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



PARECER CONSUBSTACIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sindicalismo e Movimentos Sociais Rurais no RS (1962-2017): o caso do Alto Uruguai

Pesquisador: ANACLETO ZANELLA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79561417.1.0000.5342

Instituição Proponente: Universidade de Passo Fundo/Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.408.170

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa para a realização de tese de doutorado em História, que se propõe a identificar as diferentes fases e faces vivenciadas pelo Sindicalismo e Movimentos Sociais Rurais no Rio Grande do Sul, entre 1962 e 2017, a partir do caso do Alto Uruguai, no processo histórico de mediação e representação dos agricultores de base familiar.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e caracterizar as diferentes fases e faces vivenciadas, entre 1962 e 2017, pelo Sindicalismo e Movimentos Sociais no RS, a partir do caso do Alto Uruguai, no processo de mediação e representação dos agricultores de base familiar, na defesa dos seus direitos e demandas, buscando perceber as marcas positivas, as causas da crise que impacta atualmente esses atores, bem como encontrar possíveis caminhos que estão sendo construídos para a sua superação e fortalecimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão relacionados à possíveis constrangimentos por parte dos entrevistados, que poderão desistir de fornecer as informações.

Os benefícios são indiretos. Como os entrevistados são agentes dos movimentos sociais, com esta pesquisa compreenderão melhor o movimento no qual está envolvido.

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo

Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.052-900

UF: RS **Município:** PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

**UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-**



Continuação do Parecer: 2.408.170

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utilizará da pesquisa documental e da História oral, onde serão entrevistados lideranças sindicais, religiosas, e cooperativas, bem como agricultores atingidos pelas barragens, pequenos agricultores agroindustriais e feirantes e lideranças políticas estaduais e nacionais da região que são representativas dos movimentos sociais e sindicais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os direitos fundamentais dos participantes foram garantidos no projeto e no TCLE. O protocolo foi instruído e apresentado de maneira completa e adequada. Os compromissos do pesquisador e das instituições envolvidas estavam presentes. O projeto foi considerado claro em seus aspectos científicos, metodológicos e éticos.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 446/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_976379.pdf	01/11/2017 10:18:05		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_pesquisa.png	01/11/2017 10:16:29	ANACLETO ZANELLA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Anacleto.pdf	09/10/2017 15:47:06	ANACLETO ZANELLA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Anacleto_Zanella.pdf	09/10/2017 15:15:12	ANACLETO ZANELLA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_pesquisa_anacleto.pdf	09/10/2017 11:47:19	ANACLETO ZANELLA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 2.408.170

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSO FUNDO, 30 de Novembro de 2017

Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador)